

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Cécile Diniz Zozzoli

A vivência do refúgio de mulheres migrantes: uma análise da afetividade nos contextos de  
São Paulo e Paris

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO  
2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Cécile Diniz Zozzoli

A vivência do refúgio de mulheres migrantes: uma análise da afetividade nos contextos de  
São Paulo e Paris

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dra. Bader Burihan Sawaia.

SÃO PAULO  
2015

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

---

---

*Sabe? Vou falar uma coisa pra você... A falar um sentido metafórico, um sentido simbólico... Quando você tem... uma planta. E a planta já está em uma terra, floresce. E la planta já floresce... E fica... este... ela... é... está raiz, finca raiz, está plantada já. Aí, ela fica linda, hermosa, nessa terra. Tem muito tempo de estar aí nessa terra. Porque sua terra, onde você semeou la semilla, é... onde você semeou as semillas. Então, ela nasceu, cresceu e reproduceu, reproduziu. Então, ela... é... tem muitas flores... Então, um momento, ficou um momento onde, que você tem que deixar essa casa onde tem esse jardim. Então, você tem que ir pra outra ciudad. Então, você gosta muito dessa planta. Então você... é... tira ela dessa terra, e você... Porque, é rapidinho. Então você tira. Entonces, você, só com su raiz, leva ela pra outra terra. O que acontece? Lá você: "ai, chegou à outra ciudad!" Você buscou terra nova e sembró ela. Quando sembra ela nessa nova terra, as flores caem. La formosura dela empieza a tirar, a, a mudar. Já, fica assim... na mata. As folhas delas ficam caídas. Por quê? Por que é uma terra nova, os alimentos, que tem essa terra, são diferentes. Mas você se esforça e empieza a dar alimento pra ela, água, e... adubo? Então, assim... Então, ela, pouco a pouco, ela... vai assim.*

*Essa soy eu. Sou una planta arrancada de meu país. E pouco a pouco, estou... assim. Você... Eu sou essa planta! E ainda no, no estou adaptada, então. Algumas coisas sim, outras não. Então, tem que esperar um tempo. Então, é... estou, assim, com mis folhas caídas. Então, assim...*

*Hay vezes que essa planta dá flores bem bonitas. Pero hay vezes que, quando se muda, e que assim, como le dijo, ressentida. Mas depois dá flores muito mais belas, que las que davam antes. Eu vou procurar pra dar flores muito mais belas de las que dava antes.*

## AGRADECIMENTOS

No decorrer desta pesquisa, fui afetada pelos refugiados que conheci e por suas histórias, que me fizeram despertar para o processo de exclusão/inclusão social do qual eles fazem parte, mas também para suas possibilidades de resistência. Compartilhando suas vivências, as mulheres entrevistadas me mostraram a importância dos encontros de amizade e solidariedade nas fases mais críticas e importantes da vida. É compreendendo a força desses afetos e identificando-os também na minha trajetória que registro, aqui, o meu reconhecimento e a minha gratidão por aqueles que se deixaram por mim afetar. Ao longo dos anos de produção desta tese, muitos aprendizados e desafios se apresentaram e as pessoas à minha volta foram essenciais para a minha perseverança e para a finalização desse processo. Desse modo, agradeço:

Em primeiro lugar e imensamente, à minha orientadora, a professora Bader Sawaia, que há 8 anos me acolheu, quando migrei de Maceió para São Paulo, em busca de crescimento profissional e pessoal. Sua confiança em meu trabalho e em minhas potencialidades me trouxe ao mesmo tempo calma e coragem, importantes para produzir. Seus conselhos e ensinamentos enriqueceram minha pesquisa e contribuíram para meu processo de aprendizado e de construção em pesquisadora e psicóloga social. Seu carinho e compreensão, sempre presentes, fortaleceram-me e me deram o exemplo de uma conduta profissional ética e parceira;

Às professoras Maura Vêras, Miriam Debieux e Sylvia Dantas pela análise enriquecedora na etapa do exame de qualificação desta tese e pela gentileza em participar também da Banca de defesa;

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP pelo conhecimento compartilhado nas aulas, defendendo um saber crítico e comprometido com a realidade social. Em especial, ao professor Antonio Ciampa pelas contribuições na ocasião do exame de qualificação.

À professora Adélia Oliveira, com quem tive umas das minhas primeiras experiências de pesquisa (fundamental para minha trajetória acadêmica na Psicologia Social), por ter aceitado participar de mais uma etapa desse meu percurso compondo a Banca de professores presente na defesa desta tese;

A todos que, nesses anos, fizeram e fazem parte do NEXIN (Núcleo de Estudos em Exclusão/Inclusão Social) pelo aprendizado em conjunto, pelas trocas e pelas sugestões concedidas ao longo do desenvolvimento deste trabalho. À Camila Miyagui, Raquel Franchito, Fátima Bertini e Patrícia Delboux pela amizade e por compartilharem as etapas do curso e da tese. À Cida Burali, parceira de tantas disciplinas, pelo carinho.

À professora Aldaíza Sposati, aos integrantes do NEPSAS (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social) e ao grupo Protege Vínculos por todos os ensinamentos e pela disponibilidade para o diálogo interdisciplinar entre a Psicologia e o Serviço Social;

Ao Professor Serge Paugam pela receptividade e pela orientação de minhas atividades durante o estágio doutoral em Paris, por permitir que eu participasse da rotina de sua equipe, concedendo espaço para que, assim, eu pudesse dialogar com os outros pesquisadores e alunos;

Ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo apoio financeiro cedido para o desenvolvimento deste estudo e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior) pela oportunidade concedida de realizar um estágio de intercâmbio no exterior.

À Marlene por sua gentileza e pelo socorro nos assuntos administrativos;

Às associações de apoio a migrantes e refugiados, contactadas em São Paulo e em Paris, pela receptividade e colaboração ao intermediar o encontro com mulheres em situação de refúgio e possibilitar que o desenrolar da pesquisa de campo ocorresse como o planejado;

A todas as mulheres entrevistadas em São e em Paris pela abertura e pela confiança em dividir os momentos mais íntimos de sua vivência como migrantes, por terem sido afetadas pelo objetivo desta pesquisa e por terem me motivado a resistir e a perseverar;

Aos amigos dos quatro cantos do mundo, que compreenderam minha distância e ausência nesses últimos tempos. Em especial, à Letícia Castro, Tâmara Camões, Sanna Ryyänen e Silvinha Araújo, minhas queridas confidentes, que sempre me incentivaram. À Tássia Camões por compartilhar o interesse pelos refugiados e pela força e carinho. Ao meu amigo Marcelo Oikawa, vulgo Japa, por seu bom humor espirituoso e por ter “salvado a minha vida” ao me emprestar o computador, a casa e até a gatinha de estimação quando

precisei de abrigo e afeto. Aos amigos do estágio-sanduíche na França, fundamentais para uma estadia rica e tranquila. Especialmente, à Younga Kim pela companhia e amizade e à Manuela de Romero pela simpatia, generosidade e por ter intermediado meu contato com um Centro de Acolhida destinado a refugiados em Paris;

À Cibele e Ana Cláudia por me acolherem em minhas diferenças e por confiarem em minhas potencialidades, pela força e incentivo neste e em outros desafios de minha vida;

À minha família pelo carinho e segurança em todos os momentos desses longos anos de tese: aos meus pais, Jean-Charles e Rita, e à minha irmã caçula, Bia, pelo amor infinito; aos meus sogros, Marilene e Getúlio, e às minhas cunhadas, Danyla e Jacqueline, pelo apoio nos momentos mais difíceis, e às minhas pequenas, Isabela e Júlia, que me trouxeram a alegria de ser tia, ensinando-me que é possível sentir saudade de quem a gente ainda nem conheceu.

Ao Vinicius Pinheiro, meu companheiro de todas as horas, por acreditar em mim mais do que eu mesma e por todo amor e paciência, que me ajudaram a conseguir chegar à conclusão deste projeto que, de certa forma, foi vivenciado a dois.

## RESUMO

À luz da Psicologia Sócio-Histórica, e de sua articulação com a filosofia de Espinosa, e dos diversos estudos interdisciplinares sobre vínculos e rupturas sociais, sobre gênero, migração e refúgio, este trabalho tem como objetivo investigar a processualidade dos sentidos, afetos e relações da vivência no refúgio de mulheres migrantes em seu processo de exclusão/inclusão social. Pressupõe-se que a análise centrada na afetividade traz elementos para esclarecer até que ponto as diferentes situações analisadas se orientam em direção ao desenvolvimento ou diminuição da potência de ação, provavelmente, num movimento de alternância entre esses dois polos. Para tanto, busca-se conhecer a história do processo de refúgio; investigar os sentidos que as mulheres têm delas mesmas e os sentidos presentes nas relações com o lugar de origem, com o lugar de acolhida e seus serviços públicos, bem como com as outras pessoas em diversas situações da vida cotidiana; analisar como tal migração afeta as relações familiares e qual o papel que a família ocupa nesse processo; compreender as configurações do preconceito e da discriminação que, possivelmente, são direcionados às mulheres refugiadas; analisar as perspectivas que essas mulheres têm de futuro e seus projetos de vida; e estudar como as questões de gênero relacionam-se com os seus sentidos e afetos envolvidos no processo de refúgio. Para atender a esses objetivos, a pesquisa segue os princípios metodológicos da observação de campo, que foi acompanhada por entrevistas semi-estruturadas nas cidades de São Paulo e de Paris. O grupo de sujeitos selecionados é formado por 20 mulheres que migraram em busca de refúgio, das quais 9 foram localizadas no Brasil e 11 na França. Com o objetivo de organizar o material da análise, são estabelecidas 4 categorias principais referentes aos pertencimentos relacionais das migrantes: família, trabalho, cidadania e relações eletivas. De modo geral, as reflexões permitem observar um acúmulo de transformações e rupturas das relações e dos vínculos sociais pertencentes à vivência dessas mulheres que as afetavam de ideias e sentimentos contraditórios e opostos no processo de exclusão de seus países de origem e de inclusão perversa nos países estrangeiros. Nesse sentido, a flutuação da potência de ação e dos afetos que caracterizou a vivência das refugiadas indica um quadro de sofrimento ético-político, mas também de resistência e de desejo de liberdade.

Palavras-chave: Mulher refugiada; Afetividade; Resistência; Exclusão/Inclusão Social.



## **ABSTRACT**

In the light of the Socio-Historical Psychology and its articulation with the Espinosa philosophy, the various sociological studies about social ties and ruptures and about gender, migration and refuge, this work is intended to investigate the processuality of the senses, affections and relations of the life in the refuge of migrant women in their process of social exclusion/inclusion. It is assumed that the affectivity centered analysis brings elements to elucidate at which point the different analyzed situations are oriented towards the development or the decrease of the power of action, probably, in an alternate movement between these two poles. Therefore, it is sought to know the history of the refuge process; to investigate the senses that women have of themselves and the senses present in the relations with the place of origin, with the hosting place and their public services, as well as with other people in diverse situations of everyday life; to analyze how such migration affects the family relations and which role the family plays in this process; to understand the configurations of prejudice and discrimination that, possibly, are directed to refugee women; to analyze the perspectives that these women has of the future and their life projects; to study how the gender issues relate to the senses and affections evolved in the refuge process. To meet these objectives, the research follows the field observation methodological principles, that was carried by semi-structured interviews in the cities of São Paulo and Paris. The selected group of subjects is formed by 20 women that migrated in search for refuge, from which 9 were located in Brazil and 11 in France. With the purpose of organizing the analysis material, there are established 4 main categories concerning relational affiliations of the migrants: family, job, citizenship and elective relationships. Overall, the reflections enable to observe an accumulation of transformations and ruptures of the relations and social ties belonging to the women's living that affected them on contradictory and opposite thoughts and feelings in the process of exclusion from their country of origin and perverse inclusion on the foreign countries. In this sense, the fluctuation of the power of action and the affections that characterized the living of the refugees indicates a frame of political ethical suffering, but also of resistance and of desire for freedom.

**Keywords:** Refugee woman; Affectivity; Resistance; Social Exclusion/Inclusion.

## RÉSUMÉ

En s'appuyant sur la Psychologie Sociohistorique et son articulation avec la Philosophie d'Espinosa, ainsi que sur les études sociologiques sur les liens et les ruptures sociales, sur le genre, la migration et le refuge, cette thèse se propose d'étudier la processualité des sens, des affects et des relations dans la vie de femmes migrantes au refuge lors de leur processus d'exclusion/inclusion sociale. On part du principe que l'analyse centrée sur l'affectivité fournit des éléments qui aident à mieux comprendre jusqu'à quel point les différentes situations analysées s'orientent vers le développement ou vers la diminution de la puissance d'action, probablement dans un mouvement d'alternance entre ces deux pôles. Dans ce but, on s'engage à maîtriser les connaissances qui permettent de comprendre et d'expliquer l'histoire du processus de refuge ; étudier quelles opinions ces femmes ont d'elles mêmes et quels sens elles donnent à leurs rapports avec leurs lieux d'origine et d'accueil et avec les services publics de ce dernier, ainsi qu'avec d'autres personnes lors de différentes situations de la vie quotidienne; analyser comment cette migration atteint les rapports familiaux et quel est le rôle que la famille occupe dans ce processus ; comprendre les aspects et les conséquences du préjugé et de la discrimination qui peuvent être démontrés envers les femmes réfugiées ; analyser les perspectives qu'elles ont du futur et leurs projets de vie et étudier comment les questions de genre se mêlent aux sens et affects impliqués dans le processus de refuge. Pour atteindre ces objectifs, on a procédé à une recherche sur le terrain qui a été effectuée avec 9 femmes migrantes à São Paulo (Brésil) et 11 femmes migrantes à Paris (France). Afin d'organiser le matériel recueilli, on a établi quatre catégories principales qui prennent en compte les liens relationnels des migrantes : famille, travail, citoyenneté et relations électives. D'une manière générale, les réflexions ont fait apparaître un rassemblement de transformations et de ruptures des relations sociales et des liens appartenant au vécu de ces femmes qui ont provoqué en elles des idées et des émotions contradictoires et opposées lors du processus d'exclusion de leurs pays d'origine et d'inclusion perverse en pays qui leur sont étrangers. En ce sens, la fluctuation de la puissance d'action et des affects qui caractérise le vécu des réfugiées fait apparaître un cadre de souffrance éthique et politique, mais aussi de résistance et de désir de liberté.

Mots-clés : Femme réfugiée ; Affectivité ; Résistance ; Exclusion/Inclusion Sociale.

## LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AOF	África Ocidental Francesa
CADA	Centre d'Accueil pour Demandeurs d'Asile
CAFDA	Coordination de l'Accueil des Familles Demandeuses d'Asile
CASP	Centro de Acolhida da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo
CEDM	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CEDH	Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais
CNDA	Cour Nationale du Droit d'Asile
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPH	Centre Provisoire d'Hébergement
CRAI	Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes
DPF	Departamento de Polícia Federal
ELN	Exército de Libertação Nacional
EPL	Exército Popular de Libertação
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
M-19	Movimento 19 de abril
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OFPRA	Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides
OEA	Organização dos Estados Americanos
OFII	Office Français de l'Immigration et de l'Intégration
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PIB	Produto Interno Bruto

PDG	Partido Democrático da Guiné
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDC	República Democrática do Congo
RNE	Registo Nacional de Estrangeiros
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TPN	Touche Pas à ma Nationalité
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1a: Status das mulheres entrevistadas no Brasil conforme sua nacionalidade.....	99
Tabela 1b: Status das mulheres entrevistadas na França conforme sua nacionalidade .....	100
Tabela 2a: Motivos do refúgio das entrevistadas no Brasil conforme sua nacionalidade .....	100
Tabela 2b: Motivos do refúgio das entrevistadas na França conforme sua nacionalidade .....	101
Tabela 3: Identificação das mulheres entrevistadas e selecionadas para a análise .....	348

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 PROBLEMATIZANDO O SUJEITO EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO: OS ESTEREÓTIPOS DE VÍTIMA-HERÓI E DE IMPOSTOR - A RELAÇÃO ENTRE AFETO, SIGNIFICADO E AÇÃO POLÍTICA	25
2.1 <i>A produção da vitimização no humanitarismo: a justaposição dos estereótipos de vítima e de herói</i>	25
2.2 <i>A vitimização dos refugiados na mídia: corpos silenciados</i>	32
2.3 <i>A lógica da suspeita e o “refugiado impostor”: aspectos psicossociais da construção dos estereótipos</i>	34
2.4 <i>Entre a compaixão e a repressão: a vitimização e a criminalização do refugiado no contexto sócio-histórico dos Estados-Nação</i>	47
3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS A RESPEITO DO SUJEITO EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO: A NOÇÃO DE POTENCIALIDADE	57
3.1 <i>O dualismo nas abordagens sobre migração: a teoria neoclássica e a teoria estruturalista</i>	57
3.2 <i>A noção de sujeito enquanto grau de potência: a dimensão da resistência</i>	60
4 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO REFÚGIO: OS CASOS DO BRASIL E DA FRANÇA	64
4.1 <i>O refúgio na legislação internacional: origem sócio-histórica e definições</i>	64
4.1.1 <i>Asilo e refúgio: das diferenças entre os conceitos migratórios</i>	65
4.1.2 <i>A ampliação da definição de refúgio e os principais tratados regionais</i>	70
4.1.3 <i>O refúgio por motivo de gênero: o reconhecimento a partir de uma nova interpretação da Convenção de Genebra</i>	73
4.2 <i>Caracterizando o refúgio no Brasil e na França: o desenvolvimento e a realidade atual da proteção ao migrante alvo de perseguição</i>	80
4.2.1 <i>A atualidade do refúgio nos dois contextos pesquisados: uma análise estatística</i>	85
4.2.2 <i>As políticas brasileira e francesa de proteção e acolhimento dos refugiados</i>	89
5 SOBRE O MÉTODO	96
5.1 <i>O método materialista histórico e dialético na Psicologia Social de Vigotski</i>	96
5.2 <i>Procedimentos metodológicos adotados</i>	97
5.2.1 <i>Procedimentos de coleta de dados</i>	97
5.2.2 <i>Procedimento de análise dos dados</i>	101
6 CONHECENDO AS PARTICIPANTES DA PESQUISA, SUAS HISTÓRIAS E OS CONTEXTOS DE SEUS PAÍSES DE ORIGEM	102
6.1 <i>Mulheres angolanas e a repressão em um contexto de pós-guerra civil</i>	103

6.1.1 Cássia	106
6.1.2 Dalila	109
6.2 Mulheres congolezas e os 20 anos de intensa violência armada no país	112
6.2.1 Ísis	116
6.2.2. Camila	120
6.2.3 Jacira	124
6.2.4 Betânia	127
6.2.5 Bruna	130
6.2.6 Talita	133
6.2.7 Priscila	137
6.2.8 Amália	141
6.2.9 Olga	144
6.3 Mulheres colombianas e a disputa armada entre guerrilheiros e paramilitares	147
6.3.1 Rosana	151
6.3.2 Gabriela e Laís	157
6.3.3 Melina	163
6.4 Mulheres guineenses e a violência étnica, política e de gênero	169
6.4.1 Jamile	176
6.4.2 Viviana	182
6.4.3 Carolina	188
6.5 Mulheres mauritanas e o contexto de uma sociedade cindida e rigidamente hierárquica: conflitos étnicos, raciais, políticos e de gênero	193
6.5.1 Janaína	201
6.5.2 Isabela	208
7 O REFÚGIO COMO DESEJO DE LIBERDADE: HISTÓRIAS DE MULHERES QUE RESISTEM	214
7. 1 De lá até aqui: passado presente e futuro nas relações sociais de mulheres refugiadas	216
7.1.1 A migração e seu caráter transnacional: as transformações das relações familiares ao longo do processo de refúgio	218
7.1.2 A fragilidade ou ruptura do vínculo orgânico no refúgio: entre o desemprego e o trabalho/emprego precário:	258
7.1.3 Da exclusão à inclusão perversa: o vínculo de cidadania e as relações com os países de origem e de destino do refúgio	280
7.1.4 Resistindo ao preconceito e à desconfiança: os bons encontros da vivência do refúgio	304

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	318
REFERÊNCIAS	328
APÊNDICE AA – Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido: versão em português	346
APÊNDICE AB – Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido: versão em francês	347
APÊNDICE B - Identificação das mulheres entrevistadas e selecionadas para a análise	348
APÊNDICE C - Roteiro para entrevista	350



## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese foi inspirada em um trabalho desenvolvido anteriormente, no quadro de uma dissertação de mestrado<sup>1</sup>. Tendo já como norte de análise a categoria da afetividade, tal pesquisa também esteve voltada para o contexto da migração<sup>2</sup>. Algumas reflexões iniciais, produzidas naquele momento (principalmente, sobre a inclusão perversa do migrante e sobre as configurações de preconceito direcionado a ele), revelaram a necessidade de aprofundamento do estudo e propiciaram novas perguntas. O contato com um abrigo para mulheres em situação de refúgio despertou a possibilidade de prosseguir com essas e com novas investigações, relacionadas à questão da afetividade e da inclusão excludente no processo migratório, a partir da referência dessa nova população.

O diálogo com alguns profissionais próximos da realidade a ser estudada foi decisivo na construção da problemática deste projeto. Se foi forte a vivência de sofrimento constatada durante a pesquisa citada, se ela dava o tom às futuras aproximações do novo campo, as observações desses profissionais fizeram lembrar também que a migração (e o refúgio) deve ser compreendida como uma condição e não como um fenômeno de caráter definitivo, de maneira naturalizada. Suas críticas aos trabalhos desenvolvidos pelas instituições de atendimento aos refugiados e às produções acadêmicas, de forma geral, apontavam para o reforço, mesmo que não intencional, de uma concepção reducionista do indivíduo e/ou grupo migrante, a partir de sua vitimização.

Essas considerações ajudaram a reconhecer a necessidade de reflexão sobre a realidade complexa e contraditória do processo migratório. Apesar de a noção de vítima, que advém dos primeiros contatos com os profissionais que atuam nessa área, poder levar a um campo nos quais circulam julgamentos morais (relacionados às noções de bem e mal) e/ou jurídicos (pela oposição dicotômica ao algoz/criminoso), e que são afastados dos objetivos deste trabalho, ela conduz a sua reflexão central sobre a possibilidade ou não de ação do sujeito migrante e em situação de

---

<sup>1</sup> Cf. Zozzoli, 2009.

<sup>2</sup> A opção nesta tese pelo termo “migrante” está relacionada à ideia da imigração e da emigração como facetas de um mesmo processo. Assim como analisa Sayad (1998) o imigrante e o emigrante são a mesma pessoa e, portanto, suas trajetórias devem ser compreendidas como um processo de chegar e partir.

refúgio. A compreensão do migrante (e, nesse caso, da mulher refugiada) reduzida à vitimização e à passividade nega a ontologia de sujeito ativo, reduzindo-o a mero reflexo das determinações sociais, pressuposto conservador e estigmatizante.

Reconhecer a possibilidade de ação do sujeito que migra não implica, entretanto, ignorar as condições sócio-históricas nas quais ele está inserido e nas quais se constitui o fenômeno da migração. Como movimento constante ao longo da história da humanidade, os deslocamentos marcaram fortemente a história de algumas regiões e a composição de sua população. Atualmente, com a globalização, a questão migratória tornou-se um fato social dos mais cruciais e, portanto, não deve ser analisada separada desse fenômeno. Apesar da oferta de diversidade proporcionada pela globalização, pode-se dizer que, em grande parte dos casos, são seus efeitos perversos, decorrentes das novas relações político-econômicas e socioculturais, que, geralmente, mobilizam a migração (WANDERLEY, 2006). Desse modo, compreende-se que a migração está relacionada à desigualdade social e é, portanto, regida pela lógica da exclusão, que se expande presentemente, no âmbito da economia mundial (CAVALCANTI; GUILLEN, 2001). Nesse sentido, é possível compreender, portanto, que a migração representa o processo de exclusão/inclusão social<sup>3</sup>.

Compreendendo que esse contexto sócio-histórico, por sua vez, não é estático, absoluto, nem externo, mas relativo ao sujeito que nele está implicado, elege-se como categoria para este estudo a noção de vivência, encontrada nas obras de Vigotski<sup>4</sup> (1994, 2006c). Para esse autor, a vivência<sup>5</sup> é a síntese entre o indivíduo e o meio, sobre a qual é difícil separar o que é influência social e o que é peculiaridade do próprio sujeito. De orientação biológica e social, a vivência é entendida, assim, como a unidade indivisível das características pessoais e situacionais, as quais desempenham papel diferente a depender da situação, da própria pessoa e do momento em que

---

<sup>3</sup> Aqui, entende-se a exclusão como um “processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão, como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema” (SAWAIA, 2006a, p. 9).

<sup>4</sup> Tendo em vista as diferentes grafias do primeiro nome próprio do estudioso russo (Vygotsky, Vigotsky, Vygotski, Vigotskii, Vigotski, entre outras), optou-se, com o critério de praticidade, por apenas uma dessas versões (Vigotski) em todo o texto desta tese, com exceção da sessão bibliográfica, onde serão escritas as referências conforme constam nas publicações consultadas.

<sup>5</sup> De acordo com Toassa (2009), vivência é o termo, em português, que mais se aproxima da categoria *pereživânie*, encontrada nas obras de Vigotski.

essa relação ocorre. Na vivência estão implicados, portanto, como o meio se relaciona com o indivíduo, como esse sujeito o elabora (no conjunto de todas as suas funções psicológicas) e, finalmente, como ele se relaciona emocionalmente com o dado evento. Na qualidade de unidade da consciência, essa categoria desvela a inseparabilidade entre cognição e afeto. Nesse sentido, constituindo-se em uma apreensão do real pelo indivíduo, a vivência não pode ser reduzida a uma questão de mera interpretação, nem tampouco de apenas emoção.

Desse modo, conhecer a vivência do refúgio, nesta pesquisa, significa investigar como esse fenômeno afeta o sujeito que migra, considerando que essa afetação acontece não só no corpo, sob a forma de afecções, mas também na mente, que constrói os significados para essas emoções e sentimentos (ESPINOSA, 1983a). Nesse sentido, o processo de deslocamento forçado pode ser compreendido, portanto, como uma série de vivências distintas e únicas para o migrante, o qual não apenas sofre as determinações do meio, mas é ativo sobre ele.

Os estudos a respeito do refúgio já anunciam a especificidade de sua vivência, apesar de ele não estar isolado ou desconectado dos processos migratórios mais amplos (AYDOS; BAENINGER; DOMINGUEZ, 2008). Conceitualmente, a palavra refugiado já indica, na linguagem cotidiana, a peculiaridade do migrante que foi forçado<sup>6</sup> a abandonar o seu lugar de origem, como indicam Santana e Lotufo Neto (2004). De maneira geral, portanto, os refugiados, são aqueles que não buscam voluntariamente o deslocamento ou a migração, mas que foram impelidos ou constringidos a isso. Já nos termos do Direito Internacional, o conceito de refugiado segue esse princípio, porém é mais restrito.

Embora as migrações forçadas tenham seus primeiros registros no século XV, foi somente no século XX que os migrantes refugiados passaram a ter um status institucional e legal definido e aplicado internacionalmente. Os grandes deslocamentos populacionais observados após a Segunda Guerra Mundial contribuíram para o estabelecimento de órgãos, instituições e instrumentos que contemplam e protegem os direitos desse grupo específico. Na elaboração dos instrumentos, a definição legal de refugiado foi sendo construída e ampliada. Para a legislação

---

<sup>6</sup> Aqui, com a denominação de deslocamento forçado não se pretende atribuir, por consequência, a qualidade de escolha aos outros tipos de migração, mas dar ênfase ao caráter de perseguição que diferencia, de forma geral, o refúgio. Como já mencionado e como será reforçado ao longo deste trabalho, as condições sócio-históricas de boa parte das migrações impedem que elas sejam interpretadas como uma escolha propriamente dita do indivíduo ou de um grupo.

internacional, refugiado é toda pessoa que, em virtude de temores bem fundados de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social, defesa de opiniões políticas, esteja fora do país de sua nacionalidade e não possa ou não queira, por causa desses temores, valer-se da proteção de seu país. Após a ampliação dessa lei em alguns países (dentre eles, o Brasil), o refúgio passou a ser também considerado o deslocamento causado por grave e generalizada violação de direitos humanos, estando além da concepção de perseguição individualizada (AYDOS; BAENINGER; DOMINGUEZ, 2008).

Conforme aponta Morêz (2009), as repercussões de ser identificado como refugiado consubstanciam, anteriormente, um problema de ordem subjetiva e social do que meramente administrativo, pois depende da vivência do migrante refugiado na comunidade de acolhida. Segundo analisam Santana e Lotufo Neto (2004), além dos problemas comuns aos outros migrantes, os refugiados podem se deparar com uma carga de dificuldades adicional relacionada às circunstâncias que forçaram o seu deslocamento e às condições no território estrangeiro. Como adiantam as pesquisas de Milesi (2007) Pereira e Bizerril (2008) e Morêz (2009), os refugiados podem se deparar com sociedades pouco receptivas, bem como com preconceitos e com práticas de discriminação, motivadas pela sua origem nacional ou étnica e por outros atributos encarados de forma estereotipada, como a própria categorização oficial de refugiado, o que dependendo do contexto sócio-histórico, pode contribuir para o processo de estigmatização desses sujeitos.

Nesse contexto, a vivência específica das mulheres refugiadas pode envolver uma situação de dupla exposição à violência, considerando a exploração específica a qual elas são submetidas. Conforme informam os estudos de Milesi (2007), as migrantes podem precisar sair de seu país de origem em função de uma violência específica de gênero. É o caso de mães solteiras e de profissionais do sexo, em determinados contextos sócio-históricos, ou ainda de outras mulheres que sofrem agressões físicas e sexuais, como aquelas que são obrigadas a se casar com um pretendente não escolhido ou a se submeter a uma intervenção de mutilação genital.

Além disso, para as migrantes refugiadas, as mudanças na configuração de família e de comunidade que podem caracterizar a vivência na nova realidade podem provocar conflitos particulares, a depender do grau de diferenciação entre os papéis sociais, de gênero, atribuídos às mulheres em seu lugar de origem e no país onde ela se estabeleceu. Para Martin (2004), a

refugiada pode tanto encontrar uma continuidade entre suas experiências como mulher em seu lugar de origem e aquelas apresentadas pelas mulheres já instaladas na nova comunidade, como também pode vir a questionar a posição que ela mesma ocupa na sociedade, como resultado do confronto com padrões alternativos. Por fim, pode acontecer também dessa migrante vivenciar um sentimento de perda, em virtude dessas grandes diferenças com as quais ela tem que lidar.

Além disso, a depender da trajetória da migração, a mulher refugiada pode enfrentar transformações em suas relações e vínculos sociais. Os vínculos de filiação, por exemplo, podem ser enfraquecidos ou até mesmo rompidos, juntamente aquele que corresponde à cidadania. Essas rupturas podem ser cumulativas e levarem à instabilidade em outros tipos de vínculos, principalmente se situações de preconceito e discriminação fizerem parte dessa vivência migratória. Por outro lado, no caso do refúgio, o indivíduo pode encontrar na migração e na ruptura do vínculo de cidadania a maneira de reconstituir, no outro país, novos vínculos sociais (PAUGAM, 2008).

Essas considerações contextualizam a situação das migrantes refugiadas, que já se anuncia complexa e diversificada, e chamam a atenção para a necessidade de um estudo aprofundado sobre as diferentes maneiras com que os sentidos, afetos e relações se apresentam na vivência dessas mulheres consigo mesmas, com os outros sujeitos e com o lugar de acolhida. Espera-se que uma pesquisa centrada na afetividade traz elementos para esclarecer até que ponto as diferentes situações analisadas se configuram numa ótica da obediência à dominação ou numa perspectiva de autonomia, provavelmente, num movimento de alternância entre esses dois polos. Pressupõe-se que, de acordo com essa oscilação, os projetos de vida são delineados e, mais ou menos facilmente, postos em prática.

De maneira geral, os estudos acadêmicos sobre o fenômeno do refúgio datam de mais de seis décadas. A produção bibliográfica internacional acerca desse tema é vasta e abrange as áreas das Ciências Políticas, da Antropologia, da Sociologia, da Saúde Mental, do Direito, da História, das Relações Internacionais, da Educação, da Geografia, das Teorias de Gênero, da Economia, da Demografia, dentre outras. No Brasil, entretanto, a produção acadêmica é incipiente, focada, principalmente, na área de Direito (AYDOS; BAENINGER; DOMINGUEZ, 2008). Baseando-se nas reflexões de Debiaggi (2004) sobre o estudo da temática migratória, é possível compreender que o fenômeno do refúgio exige um estudo interdisciplinar para um maior conhecimento e

aprofundamento de seu processo. Por causa de sua complexidade, suas consequências são variadas, sendo essas de ordem econômica, política, jurídica, linguística, mas, fundamentalmente, subjetiva e social. A investigação psicossocial desse fenômeno pode possibilitar uma compreensão da maneira como o processo de exclusão/inclusão social é vivido pela refugiada na forma de sofrimentos e de resistência, entendendo esses elementos em seu processo de constituição, sua historicidade e suas contradições, e não como se fossem exclusivamente do âmbito psíquico.

É nessa perspectiva que se pode justificar o interesse e a importância do diálogo entre a Psicologia Social e os estudos sociológicos, notadamente aqueles de Paugam (2008) que analisam a dinâmica das desigualdades sociais, os vínculos sociais e suas configurações de enfraquecimento e ruptura, e as conexões entre ruptura social e sofrimento psicológico. Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, o estágio doutoral no Centre Maurice Halbwachs da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) foi, portanto, de suma importância para um aprofundamento dessas questões interdisciplinares. Consequentemente, a cidade de Paris (por ser uma metrópole ainda mais cosmopolita que São Paulo e possuir uma tradição histórica de migração mais antiga) pôde oferecer uma maior diversidade de situações de refúgio (diferentes origens, culturas, motivos que impulsionaram a migração, relações, sentidos e afetos da migrante com o lugar de acolhida, com as pessoas e com os serviços e vice-versa). Desse modo, esse cenário possibilitou um leque mais amplo de dados qualitativos que puderam enriquecer a análise, somando-se à pesquisa de campo realizada na cidade de São Paulo. A pesquisa nesses dois territórios, no entanto, não pretendeu seguir uma análise comparativa, tendo em vista as limitações dos objetivos do estudo e dos próprios dados levantados.

No que se refere aos estudos psicossociais propriamente ditos, adota-se, nesta pesquisa, a abordagem Sócio-Histórica, conferindo destaque às teorizações vigotskianas sobre afetividade e às contribuições de Sawaia (2000, 2009, 2014) para a compreensão dessa categoria, quando essa autora faz dialogar os escritos de Vigotski e a filosofia de Espinosa, chamando atenção para a sua dimensão ético-política.

No que diz respeito à temática específica do refúgio e, em especial, da questão de gênero relacionada a esse fenômeno, estudos de diversas áreas foram consultados. Dentre as produções de diversos países, destacam-se as de Grinberg e Grinberg (1984), Malkki (1996), Fassin (2005,

2006, 2010, 2013), Lewis (2003, 2006a, 2006b), Milesi (2007), Kobelinsky (2010), Halluin-Mabillot (2012), Dantas (2010, 2012), apesar de muitas outras obras terem sido essenciais para a aproximação teórica desse aspecto do trabalho. Recorreu-se ainda às produções referentes ao Direito Internacional e às legislações brasileiras e francesas para melhor compreensão do tema do refúgio e dos direitos, deveres e situação de acolhida das mulheres migrantes. Foi o caso das produções de Jubilut (2007), Moreira (2007, 2012) e Barreto (2010), do Observatoire de l'asile et des refugies (2011), da ADFEM (2012) e do GRAF (2007).

Como objetivo geral desta tese, pretende-se investigar a processualidade dos sentidos, afetos e relações da vida no refúgio de mulheres migrantes em seu processo de exclusão/inclusão social. Dito de outro modo busca-se compreender e explicar em que momentos a migração, e mais especificamente o refúgio, podem caminhar na direção do aumento ou da diminuição da potência de ação, na relação dos sujeitos com a sociedade de origem e estrangeira.

Para tanto, no plano dos objetivos específicos, pretende-se conhecer a história do processo de refúgio (incluindo a decisão de partida do lugar de origem e a definição do lugar de acolhida); investigar os sentidos que as mulheres têm delas mesmas e os sentidos presentes nas relações com o lugar de origem, com o lugar de acolhida e seus serviços públicos, bem como com as outras pessoas em diversas situações da vida cotidiana; analisar como tal migração afeta as relações familiares e qual o papel que a família ocupa nesse processo; compreender as configurações do preconceito e da discriminação que, possivelmente, são direcionados às mulheres refugiadas; analisar as perspectivas que essas mulheres têm de futuro e seus projetos de vida; e estudar como as questões de gênero relacionam-se com os seus sentidos e afetos envolvidos no processo de refúgio.

Estabelece-se como compromisso que seja realizada, após a conclusão da pesquisa, a comunicação dos principais resultados para as associações e para os sujeitos, quando sua localização se fizer possível, respeitando a privacidade da identidade dos mesmos. Desse modo espera-se poder contribuir para a reflexão das necessidades afetivas da mulher refugiada e para o reconhecimento de sua potencialidade.

A seguir, apresenta-se, inicialmente, uma discussão sobre a problemática da potência de ação da mulher em situação de refúgio e os estereótipos que são atribuídos aos migrantes nessa

condição, identificando, além do significado fossilizado de vítima, o de herói e o de impostor. No terceiro capítulo, introduz-se uma breve contextualização das diferentes posições teóricas a respeito da dimensão da autonomia no fenômeno migratório, para, posteriormente, esclarecer, em termos gerais, a concepção de sujeito desta tese. Já o capítulo 4, é destinado à exploração dos aspectos conceituais e jurídicos da definição de refúgio e ao processo de reconhecimento da dimensão de gênero como legítima para a concessão desse tipo de proteção. Posteriormente, no capítulo 5, aborda-se o referencial metodológico que embasou a pesquisa de campo deste trabalho, assim como são definidos os procedimentos de coleta e análise de dados aplicados nessa fase. Na sequência, o capítulo 6 se dedica a apresentar os 20 sujeitos, cujas entrevistas foram selecionadas para a análise, como também o panorama sócio-histórico dos locais de origem dessas migrantes. A partir daí, procede-se à análise das informações provenientes do material de campo, a qual foi organizada em 4 principais categorias a respeito do pertencimento relacional das refugiadas em questão: família, trabalho, cidadania e relações eletivas. Finalmente, apresentam-se considerações gerais que reúnem os principais focos de discussão e as implicações do estudo, as quais permitem pontos de partida para novas reflexões.



## **2 PROBLEMATIZANDO O SUJEITO EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO: OS ESTEREÓTIPOS DE VÍTIMA-HERÓI E DE IMPOSTOR - A RELAÇÃO ENTRE AFETO, SIGNIFICADO E AÇÃO POLÍTICA**

Neste capítulo, objetiva-se abordar, a partir das ideias de Vigostki e de Espinosa, como a vitimização se configura e se manifesta na vivência do refugiado nas diversas esferas de suas relações, tornando-se mediação ideológica da reprodução das relações de poder. Assim, será também analisado como, nesse processo de identificação, o sentido de vítima faz parte de uma lógica de suspeita, que estabelece o “verdadeiro” e o “falso” refugiado e que, portanto, finda por refletir a outra face do mesmo espelho ideológico: a imagem de impostor, de criminoso. Assim, para essa discussão, será explorado o processo de construção desses significados, que são apropriados em políticas de afetividade e de identidade, as quais atuam sob a forma de preconceitos, da estigmatização e da discriminação desse sujeito. Desse modo, pretende-se refletir sobre correlação afetiva do significado de vítima com a compaixão e a piedade e do significado de criminoso com o de hostilidade e medo, configurando uma mediação psicossocial da repressão e da forma de acolhida dos sujeitos em refúgio.

### ***2.1 A produção da vitimização no humanitarismo: a justaposição dos estereótipos de vítima e de herói***

Alguns estudos sobre o refúgio confirmam a existência de um discurso dominante que vitimiza os migrantes em questão. As considerações de Bauman (2002), por exemplo, chamam a atenção para o fato de que, frequentemente, quando se faz referência aos refugiados, a ênfase está em outras categorias, como os perseguidores (considerados culpados pela fuga), ou os encarregados pela assistência humanitária, (oferecida ou negligenciada por agências contratuais ou voluntárias). Baseando-se no que aponta o autor, pode-se concluir que, nesses dois casos, a palavra refugiado tem adquirido um sentido de objeto, primeiramente, das ações dos opressores, e, depois, das organizações humanitárias e da burocracia do país de acolhida. Deixam de ser reconhecidos como sujeitos da ação para serem vistos como sedimentos das ações de outras

peessoas, a partir das quais derivam suas características sociais e se constrói também sua identidade (KOBELINSKY, 2010).

Kobelinsky (2010), ao explorar as figuras de solicitantes de refúgio presentes no cotidiano, também chama atenção para o fato de eles serem, constantemente, condenados à categoria de vítimas, sem voz e sem defesas. Segundo a autora, há um discurso a respeito dos refugiados que coloca no centro da cena milhares de seres vulneráveis e sofredores e que provoca compaixão e piedade<sup>7</sup>. Esse discurso, tão difundido no senso comum, é muito caro aos Estados-Nação e está também presente na prática das grandes agências humanitárias, como será exposto a seguir. Em sua pesquisa de campo, em Paris, Kobelinsky (2010) pôde observá-lo nas intervenções dos trabalhadores sociais de um Centro de Acolhida para Solicitantes de Refúgio e no tratamento institucional conferido aos residentes.

A produção da vitimização na intervenção humanitária, assim como nota Kobelinsky (2010), não é uma tendência exclusiva de sua experiência prática, mas pode também ser constatada nos trabalhos e reflexões de muitos outros pesquisadores. Dentre eles, a autora menciona o estudo de Malkki (1996), que discute a construção social e os usos da categoria refugiado a partir de sua investigação na Tanzânia. O contato com refugiados hutus, originários de Burundi, contribuiu para que Malkki (1996) refletisse sobre a maneira padronizada com que organizações humanitárias, orientadas por uma variedade particular do humanismo, tratam o refugiado e falam sobre ele.

Ao longo de sua pesquisa, a antropóloga percebeu a existência de um sentido positivo<sup>8</sup> do refúgio, construído socialmente pelos próprios sujeitos migrantes analisados. Devido a um determinado contexto histórico e político, esse grupo apropriou-se da categoria refugiado como uma posição vital e protetora de sua identidade. O status de refugiado significava, para eles, uma condição histórica, que na construção de sua subjetividade, assumia uma posição política particular. Contudo, esse conhecimento histórico, revelado nas narrativas dos próprios refugiados

---

<sup>7</sup> A diferenciação entre esses dois tipos de afetos será melhor definida ao longo dessa sessão e também no capítulo 3.

<sup>8</sup> A construção de um sentido positivo para o refúgio não deve fazer subentender que eles não notam ou não sofrem as pequenas e grandes adversidades desse tipo de migração. No caso pesquisado por Malkki, eles eram bem conscientes de suas dificuldades materiais e sociais. Porém, o status legal e os documentos de identificação do refúgio ofereciam para eles, ao menos, uma proteção contra um eventual grande problema. Além disso, e mais importante, para os refugiados hutus, enfrentar os problemas ao invés de fugir deles era uma maneira sábia de acumular conhecimento sobre dificuldades, o que os ensinaria e os tornaria mais capacitados para recuperar sua pátria (MALKKI, 1996).

hutus, era considerado inutilizável e irrelevante pelos trabalhadores das organizações nacionais e internacionais, que se fixavam em uma identificação dos refugiados a partir do estereótipo da vítima exemplar, figura ausente de predicados relacionados ao seu contexto social, histórico, político e cultural (MALKKI, 1996).

O exemplo dos refugiados hutus conduziram Malkki (1996) a examinar, de forma mais geral, o processo de despolitização da categoria refugiado, decorrente de um certo tipo de intervenção humanitária, que é burocrática e homogeneizante.

Conforme desvenda a pesquisadora, falar do passado e da trajetória histórica de cada grupo de refugiados é falar sobre política, o que não é uma tendência encorajada por tais agências que lidam com a lei internacional. Pelo contrário, como foi evidenciado no caso dos refugiados hutus, suas práticas abafam, deslocam e pulverizam a história de cada povo, como também escondem suas conexões políticas e econômicas com a história mais ampla. Assim, o universalismo ahistórico, que as embasa, dificulta, e até mesmo impossibilita, que os indivíduos categorizados como refugiados sejam abordados como atores, subestimando a autoridade que eles têm para dar testemunhos e evidências sobre sua própria condição.

Dessa forma, a despeito das narrativas desses sujeitos sobre seu passado, presente e futuro e, para além das determinações legais que conferem o status oficial desse tipo de migração, um significado social do refugiado é fossilizado e serve de modelo. Na construção desse significado, os corpos das pessoas em situação de refúgio são considerados, portanto, fontes muito mais confiáveis e relevantes do que suas palavras, do que suas histórias. São as marcas visuais (físicas e comportamentais) desses corpos que acabam falando mais alto (MALKKI, 1996).

Conforme já explicitado, o “verdadeiro” refugiado é imaginado como um tipo particular de pessoa: a vítima, e esse julgamento está comprometido com as marcas visíveis de suas experiências. As pessoas em situação de refúgio são, portanto, encaradas como figuras a serem decifradas apenas pelos profissionais e, por isso, são, frequentemente, enxergadas como informantes duvidosos (MALKKI, 1996). Nesse contexto, os migrantes passam a ser julgados como verdadeiros ou falsos refugiados não por possuir documentação oficial, mas em virtude de se aproximar ou se distanciar de um padrão idealizado, ou seja, por parecer e agir em consonância com certas expectativas.

Quando corresponde ao estereótipo da pessoa sofredora, o migrante em situação de refúgio pode evocar outro tipo de estereótipo que, identificado por Kobelinsky (2010), se assemelha à figura do herói trágico, indivíduo que precisa se sacrificar para salvar a sua vida e a dos outros. Por essas razões, é respeitado e, às vezes, até mesmo admirado, sendo considerado refugiado mesmo que sua solicitação de refúgio não tenha ainda sido avaliada ou tenha sido negada. De acordo com Kobelinsky (2010), a justaposição da vítima que se sacrifica (ou que é sacrificada) e do herói que luta e se devota a uma causa sintetiza os valores morais esperados (e desejados, no caso do herói) para quem aspira ao status de refugiado, legitimando essa condição.

A figura da vítima-herói é construída, assim, em função de marcas visíveis de um passado idealizado e é composta por atributos afetivos (coragem e sofrimento) que despertam, respectivamente, a admiração e a compaixão e ganham a confiança dos trabalhadores sociais. Em sua pesquisa, Kobelinsky (2010) aborda de que modo essa construção opera no cotidiano das relações de um Centro de Acolhida para Refugiados. A autora observa que aqueles que são identificados de acordo com esse modelo recebem um tratamento particular, que pôde ser concretizado nesse caso sob a forma de apoio moral e/ou material.

Considerando a oposição que Arendt (1967<sup>9</sup>) estabelece entre compaixão e piedade, Kobelinsky (2010) nota uma predominância da primeira nas relações entre os solicitantes de refúgio identificados conforme a figura de vítima-herói e os trabalhadores sociais. A tristeza sentida por esses últimos é originada em uma experiência concreta, ou seja, no contato direto com o sofrimento de um indivíduo particular. É o que Arendt (1988) define como compaixão, um co-sofrimento que, quando sentido, não enxerga as distâncias sociais que existem entre os homens, pois não está vinculado a um conhecimento do geral, como o conhecimento racional de um povo ou de uma classe inteira. Por esse motivo, surge como que por contágio e exprime-se não tanto por palavras, mas muito mais por gestos e tentativas de reparação desse mal-estar. Já a piedade, nos termos de Arendt (1988), caminha na direção contrária. Generaliza e, assim, é sentida à distância. Consiste em uma tristeza que não é sentida “na carne”, pois se configura em uma paixão pela própria compaixão. Dessa forma, a tristeza, que era paixão enquanto compaixão, passa a ser sentimento. Em virtude disso, estando nessa esfera da intimidade, exprime-se, principalmente, por meio das palavras e pode encontrar em si mesmo (na própria tristeza) o seu

---

<sup>9</sup> ARENDT, Hannah. *Essai sur la révolution*. Paris: Gallimard, 1967.

prazer. Como alerta Arendt (1988), por ser abstrata, a piedade pode acabar provocando ou autorizando a crueldade.

As críticas de Arendt (1988), porém, não se resumem à piedade. Para a autora, como a força da compaixão não reside no conhecimento racional e sim na paixão, ela, apesar de nobre, é, do ponto de vista político, sem consequências duradouras. Levando em conta esse raciocínio, a noção de compaixão trazida por Arendt (1988) pode ser, aqui, aproximada do conceito de comiserção que se encontra na obra de Espinosa (1983a). Segundo esse filósofo, quando alguém que consideramos semelhante a nós (e por quem sentimos amor ou por quem não tivemos ainda qualquer afecção) é afetado de tristeza, somos afetados, por imitação, de uma tristeza semelhante, e nos esforçaremos, tanto quanto possível, para libertá-lo desse sofrimento. Da comiserção, nasce, portanto, o desejo de fazer o bem, a benevolência.

Da mesma maneira que Arendt (1988), Espinosa (1983a) já havia refletido e negado a natureza verdadeiramente útil da comiserção e do bem que dela resulta. Para esse último (1983a, p. 254), “não podemos fazer nada que saibamos com certeza ser bom, a não ser só em virtude do ditame da razão”. Desse modo, não se pode ter certeza de que o que se faz motivado pela benevolência seja um propriamente um bem, mesmo que seja algo bem intencionado. Voltando a pensar sobre o caso citado por Kobelinsky (2010), é possível questionar se os gestos e tentativas de reparação do sofrimento daqueles migrantes considerados vítimas e heróis, tomados pelos interventores sociais, avaliam as reais necessidades desses migrantes e analisam as consequências daquele tratamento especial para quem o recebe, bem como para os que não são privilegiados.

Além dessa crítica, Espinosa (1983a) entende que a comiserção, por ser uma tristeza, não pode ser considerada, em si mesma, um afeto bom, já que, na qualidade de tristeza, diminui ou entrava a potência de agir de quem a sente. Assim, se um indivíduo está sob a direção da razão, ele se esforçará para agir bem e fará isso motivado por um afeto positivo, pela alegria de ser útil, sem que precise padecer. No vocabulário de Espinosa (1983a), útil é o que conserva a existência e, segundo esse pensador, não há nada mais útil a um homem de que outro homem que viva conforme a razão. Nessa linha de raciocínio, útil passa a ser, portanto, também o que faz com que os homens vivam de acordo com as ideias adequadas, que é o que conduz à sociedade comum.

Para Espinosa (1983a), um indivíduo que vive sob a direção da razão, esforça-se para ajudar o outro e para se unir a ele pelo laço de amizade, alegrando-se pelo fato de ser útil a si mesmo e a esse seu semelhante. Esse desejo recebe o nome de generosidade<sup>10</sup> e, por ser expressão da própria natureza do sujeito (e não um dever), constitui uma ação virtuosa e construtora de sociabilidade (BRANDÃO, 2008). Arendt (1988) também defende uma alternativa para a compaixão e a piedade e, como Espinosa (1983a), entende que ela está vinculada ao conhecimento racional. Para essa filósofa, a solidariedade é o que seria capaz de abranger uma coletividade. Por compartilhar da razão, ela tem como interesse um bem comum e pode inspirar e guiar a ação. Apesar de ser suscitada pelo sofrimento, a solidariedade não se aprisiona nele e, portanto, não é guiada pela tristeza.

Contudo, como o próprio Espinosa (1983a) reconhece, os homens raramente vivem norteados, exclusivamente, pela razão. Aos sábios, a generosidade e o amor bastam para ajudar os semelhantes, mas, para todos os outros, a compaixão (ou comiseração) e a piedade são melhores do que o seu contrário ou do que sua ausência. Considerando o mesmo raciocínio que Espinosa adotou para falar de outros afetos, como a humildade e o arrependimento, é possível admitir que a compaixão e a piedade trazem mais vantagens do que desvantagens, quando se pensa na utilidade do comum. Desse modo, pode-se afirmar que elas são melhores do que a dureza, a crueldade, o desprezo ou o egoísmo, pois conduzem a benevolência e à humanidade. (COMTE-SPONVILLE, 1999). De acordo com Espinosa (1983a), o indivíduo que não é levado nem pela razão, nem pela compaixão, é considerado inumano.

Comte-Sponville (1999) acrescenta à discussão quando avalia um possível aspecto positivo ligado à compaixão/comiseração. Para essa discussão, recorre ao conceito espinosano de misericórdia, definida como o amor que faz com que o homem sinta contentamento com a felicidade de alguém e tristeza com seu mal. Sendo assim, a misericórdia pode ser entendida como a disposição habitual para experimentar a comiseração, que, por sua vez, pode ser vista como uma tristeza sem ódio, pois é derivada do amor. É nesse sentido que esse autor defende o valor da compaixão, uma vez que lembra que mais vale uma tristeza justificada do que uma falsa alegria, mais vale um amor entristecido do que um ódio alegre. É bem verdade, que mais valioso

---

<sup>10</sup> O desejo de fazer o bem, originado pela razão, é chamado por Espinosa de piedade e difere, radicalmente, do conceito de piedade de Arendt (1988). Ao desejo de unir-se por amizade, Espinosa confere o nome de honestidade.

do que ambos é o amor alegre, mas, conforme mostra Espinosa (1983a) os que são sujeitos ao primeiro tipo de afecções, podem ser muito mais facilmente levados a viver sob a direção da razão e gozar da alegria, se comparados aos outros.

Nessa mesma direção, conforme adverte Malkki (1996), identificar a vitimização e a compaixão na atuação humanitária, não resulta no desmerecimento dessa prática e nem sugere que ela seja inútil. As alternativas ao humanitarismo (como a total e informada indiferença ou a lógica repressiva, antidemocrática e mercenária) são claramente terríveis. Porém, é justamente pelo fato de as intervenções internacionais serem cada vez mais importantes que se deve pensar na maneira em que elas são conceituadas, desenhadas e desafiadas. A compaixão não pode bastar a ponto de isentar o poder público de seus deveres para com o sujeito e de excluir os direitos desse último. Sua crítica caminha nessa direção. As intervenções humanitárias não são atemporais, absolutas e imutáveis, mas são incorporadas no decorrer de longas histórias (histórias de caridade e filantropia, histórias da lei internacional, missões de paz e diplomacia, histórias de expulsões e da proteção legal, histórias de impérios e de domínio colonial, histórias de discursos civilizatórios e do trabalho missionário, dentre muitas outras). A ideia de uma humanidade universal e ahistórica, de uma comunidade internacional, está nas bases de muitas políticas contemporâneas liberais e progressistas e suas repercussões precisam ser debatidas, como propõe Malkki (1996).

Desse modo, ao se considerar as características transnacionais das operações humanitárias não se pretende ignorar ou diminuir a relevância das motivações morais, éticas e políticas que estão no centro dessas operações. Além disso, é importante destacar que nem todas as agências humanitárias seguem a mesma filosofia, bem como reconhecer que há movimentos dissonantes do que vem sendo exposto até aqui. De acordo com as análises de Malkki (1996) o que existe é uma tendência dominante à vitimização. Fazendo uma análise na mesma direção de Malkki (1996), Fassin (2006) ajuda a entender que o humanitarismo criticado não diz respeito necessariamente ao campo autodelimitado pelos agentes das grandes organizações não governamentais, mas a uma categoria que repousa sob o princípio de tratamento moral da vida humana, que se sobrepõe aos outros valores e que constitui o objeto de disputas entre os sujeitos.

Para Malkki (1996), parte da transformação desse contexto, pode ser possível mantendo um humanismo e humanitarismo que insistam em reconhecer não somente o sofrimento, mas

também a autoridade narrativa, a atividade histórica e a memória política dos sujeitos. Essa tarefa, entretanto, não se limita a uma proposta simples e romântica de “dar voz” a essas pessoas, já que, o que se acharia sob a superfície desse silêncio aqui analisado, não seria apenas uma única fala desprezada, mas camadas históricas cada vez mais profundas de tentativas de silenciamento e lutas regionais complicadas e amargas sobre a história e a verdade (MALKKI, 1996).

## ***2.2 A vitimização dos refugiados na mídia: corpos silenciados***

De acordo com o que aponta Malkki (1996), esses significados fossilizados emergem no discurso e na maneira de agir de governos nacionais e organizações não governamentais a partir da Segunda Guerra Mundial, fazendo seu caminho também no jornalismo e em toda mídia que se refere aos refugiados. A representação visual passa a ser um modo bastante difundido e prevalente de conhecimento e divulgação a respeito dos “verdadeiros” refugiados. Fotografias e outras formas de registro apenas visual (como as presentes em alguns documentários e emissões televisivas) são muito mais frequentes do que a reprodução de falas e evocam, comumente, o sofrimento desses sujeitos. Essa tendência à representação visual do sofrimento pôde ser presenciada por Kobelinsky (2010) em sua pesquisa de campo e merece ser aqui destacada pelo contexto em que foi reproduzida. Nesse caso, em um próprio Centro de Acolhida para Solicitantes de Asilo<sup>11</sup>, uma exposição com fotografias de cenas trágicas retratava massacres e assentamentos e impressionava a todos.

Analisando as imagens convencionais<sup>12</sup> dos refugiados, Malkki (1996) recorre a Feldman (1994) para caracterizar o que acontece nesses regimes de representação visual. Segundo a autora primeiramente citada, um dos tipos de registro comum dos refugiados é o que divulga os deslocamentos em massa, transmitindo a ideia de uma uniformidade humana absoluta. O retrato de corpos genéricos empilhados (mortos, famintos, doentes e sem abrigo) reproduz uma corporeidade de aparência anônima (FELDMAN, 1994), que acaba sendo vista como uma massa de meros seres humanos. Não há nomes, caras engraçadas, detalhes esotéricos ou de estilo

---

<sup>11</sup> Em francês, CADA: Centre d'Accueil pour Demandeurs d'Asile.

<sup>12</sup> Não se pretende, aqui, menosprezar o valor artístico desses registros. O debate exposto não está centrado na produção dessas imagens pelos artistas, mas sim, na sua utilização como forma exclusiva de conhecimento e de divulgação a respeito dos refugiados.



peçoal, no quadro de fotografias de refugiados, quando eles são imaginados como uma massa homogênea, um “mar” da humanidade.

A corporeidade anônima, porém, não é, necessariamente, um atributo das cenas de massas. Conforme mostra Malkki (1996), essa característica é também visível em outro tipo corriqueiro de imagem desses migrantes. Trata-se do caso dos registros fotográficos das mulheres refugiadas com seus filhos. Essa figura sentimentalizada e composta (ao mesmo tempo em que é feminina e maternal, é também infantil e inocente) é usada para atravessar diferenças políticas e culturais quando a intenção é abordar o âmago da humanidade. Para Malkki (1996), a predominância de mulheres e crianças como corpos representativos do refúgio não tem somente a ver com o fato de elas serem a maioria, mas deve-se também às expectativas institucionais e internacionais que elegem o desamparo como uma característica essencial do refugiado.

Nesse cenário, a visão do desamparo está intimamente vinculada à construção de um discurso e de uma abordagem que tratam os refugiados como vítimas sem voz. Assim como esclarece Malkki (1996), se os refugiados são concebidos como vítimas desamparadas, conclui-se, portanto, que necessitam de proteção e, por isso, que precisam de alguém que fale por eles.

Esses tipos de registros visuais dos refugiados, acessíveis nas telas da televisão ou em revistas e calendários, configuram-se em um espetáculo<sup>13</sup> e negam as particularidades que fazem dos refugiados algo além de corpos anônimos e de meros seres humanos. Como consequência, torna-se difícil uma maior conexão entre os consumidores das imagens e os sujeitos retratados, ou seja, uma conexão que vá além da identificação provocada pela mera humanidade comum, subjacente nessas formas de representação (MALKKI, 1996).

Graças à mídia, as imagens de sofrimento dos refugiados alcançam o público global. Nesse caso, assim como mostra Kobelisky (2010) elas disparam não somente políticas de piedade, como diria Arendt (1988), mas, apesar da distância, provocam políticas de compaixão. Ao refletir sobre o sofrimento exposto pela mídia, essa autora cita Fassin (2004)<sup>14</sup>, que, ao analisando o regime afetivo contemporâneo, considera que distância é eliminada.

---

<sup>13</sup> Para Debord (1997), o espetáculo não é o conjunto de imagens em si, mas a relação social entre pessoas, mediada por essas imagens. É a afirmação da aparência e a afirmação da vida humana como simples aparência.

<sup>14</sup> FASSIN, Didier. *Des maux indicibles: sociologie des lieux d'écoute*, Paris : La découverte, 2004.

### ***2.3 A lógica da suspeita e o “refugiado impostor”: aspectos psicossociais da construção dos estereótipos***

Porém, não é só a admiração e a compaixão que são despertadas nas relações com os indivíduos em situação de refúgio. Segundo Kobelinsky (2010), os trabalhadores sociais, por exemplo, são afetados por uma ambivalência de sentimentos e ideias. A padronização do sujeito refugiado leva à dúvida sobre aqueles que não correspondem às expectativas. A suspeita e a desconfiança rondam, portanto, as relações entre esses migrantes e os profissionais, os quais passam a assumir uma atitude de vigilância, mais ou menos velada, em relação aos primeiros.

Nesse contexto, um segundo significado pode ser recorrido, o qual aparece como o espelho reverso do refugiado ideal. Por oposição à vítima-herói, figura merecedora, confiável e dotada de valores admiráveis, aparece um indivíduo dotado de todos os defeitos possíveis. A imagem de um ser perturbador e ameaçador é fossilizada e atribuída àqueles que se distanciam do quadro de sofrimento considerado como legítimo. Nesses casos, a equivalência entre solicitante de refúgio e refugiado não funciona mais e o candidato ao status é considerado um impostor (KOBELINSKY, 2010).

Assim como mostra a pesquisa de Kobelinsky (2010), o estereótipo de impostor pode englobar duas qualificações, que, apesar de diferentes, não são separáveis. Desse modo, o impostor é aquele que, em virtude de um relato pouco credível ou considerado falacioso de seu passado, torna-se suspeito de fraude, ou seja, de ter inventado ou até mesmo comprado sua história pregressa. Além de fraudador, ele é, ao mesmo tempo, visto como aproveitador, pois, de acordo com esse ponto de vista, ele se beneficia da generosidade da ajuda social e age de maneira suspeita e desonesta. A ênfase dessa conotação de impostor está na sua afronta em trair a confiança das pessoas, mas, sobretudo, do país que oferece, generosamente, auxílio aos migrantes julgados merecedores. Nesse contexto, portanto, a dúvida também impera em relação aos refugiados que não demonstram reconhecer a ajuda que lhe foi dada, que não parecem agradecidos e que se negam a cumprir determinações do contrato de estadia conferido.

A imagem de impostor não é uma originalidade das relações existentes entre os migrantes em situação de refúgio e os trabalhadores que os atendem. De acordo com Daniel e Knudsen

(1995), a vivência do refúgio, desde seu surgimento, põe a confiança<sup>15</sup> em julgamento. Essa vivência, em um sentido profundo, começa antes mesmo de o indivíduo fugir da sociedade onde ele vive e continua mesmo depois que ele recebe a acolhida em um novo lugar e que se encontra entre novas pessoas. Hynes (2003) analisa a história da desconfiança na vivência dos refugiados a partir do modelo de Baker (1990), que define as diferentes etapas desse processo migratório: o período de ameaça; a decisão de fugir; a fuga; o alcance de segurança e de um lugar de refúgio; a experiência em um campo de refugiados; a recepção no país hospedeiro; o reassentamento; e o período pós reassentamento<sup>16</sup>. Segundo essa autora, ao longo desse processo, o refugiado pode ser alvo da suspeita do seu próprio governo, dos governos anfitriões, dos agentes que estão arranjando a fuga, dos outros intermediários, da equipe do ACNUR, da equipe de ONGs internacionais, de membros de outras etnias ou grupos religiosos, de grupos opostos no exílio e de outros grupos exilados.

Da ameaça até a fuga, a desconfiança pode partir, então, do governo do próprio país de origem do indivíduo perseguido. A suspeita, evidentemente, pode estar ligada ao conflito que o fez fugir e pode também estar relacionada a um mecanismo de manutenção da ordem social do Estado-Nação, como será visto na sessão a seguir. Barreiras para a saída, através de fronteiras físicas, ou documentações inacessíveis são manifestações da desconfiança dos governos em sua própria população. Na próxima etapa, após a partida, o refugiado continua sob o olhar da dúvida, inclusive daqueles que providenciam sua viagem. É bastante frequente que o pagamento feito a esses intermediários seja exigido com antecedência e que nenhuma informação seja passada sobre o percurso. Muitas vezes, ao longo de sua fuga, os refugiados não sabem a rota, o lugar de destino, a identidade dos guias e até mesmo dos outros viajantes. Quando o trajeto inclui a passagem por um contexto rural, o migrante em situação de refúgio pode ser visto como um espião, principalmente se ele precisar passar um tempo no mesmo local em que esteja um grupo étnico ou religioso distinto do seu. No caso das viagens aéreas, ele pode ser suspeito devido às

---

<sup>15</sup> A problemática da confiança e da desconfiança ocupa um lugar central nas relações entre o refugiado e o outro, podendo ser sentida por ambas as partes.

<sup>16</sup> O modelo de Baker (1990) demanda algumas ressalvas. Em primeiro lugar, a noção de decisão pode remeter à ideia de escolha. Conforme vem sendo discutido ao longo deste trabalho, considerar a possibilidade de ação do sujeito migrante não significa menosprezar as condições sócio-históricas em que ele está inserido. Assim, em grande parte dos casos de migração, não se pode falar de uma escolha propriamente dita. No exemplo do refúgio, muito menos. Em segundo lugar, algumas fases do processo de refúgio, previstas nesse modelo, não fazem parte da vivência de muitos refugiados. Nem todos passam um período em um campo para refugiados do mesmo modo que nem todos são reassentados.

leis e regulamentos promulgados por países que impõem multas para os passageiros sem documentação correta nas aeronaves (HYNES, 2003).

A desconfiança sobre o refugiado, presente na sociedade que o recebe, é um fenômeno que envolve, em sua gênese, várias dimensões. No que se refere aos aspectos psicossociais, o migrante, de forma genérica, já representa o desconhecido, o diferente e pode provocar a insegurança e a dúvida nos habitantes locais. Além disso, em um modelo de sociedade que se mantém em função do poder, ele pode ser visto como um intruso que, para o ideal autóctone, confronta a ilusão de familiaridade como garantia de integridade (FERREIRA, 2005).

Segundo Crochík (2006), quando um sujeito novo e estranho (no presente caso, o refugiado) é apresentado, é a sua especificidade que permite o reconhecimento da sua singularidade. No entanto, se esse indivíduo desperta o medo por ser imaginado como uma ameaça, tal reconhecimento gera ansiedade e, por isso, é evitado, fazendo-se recurso aos estereótipos. Essa reação individual é denominada pelo referido autor como preconceito.

Os conteúdos dos estereótipos não surgem do nada e têm sua função social e individual. De maneira geral, em uma realidade com diversos tipos de conhecimento e onde seja preciso explicar muitos fenômenos, surge a necessidade de categorizar as pessoas, estabelecendo as leis que regem seus movimentos e os atributos que são considerados comuns para cada um dos membros dessas categorias. A partir dessa classificação, é possível, assim, uma economia de esforços, já que ao se relacionar com alguém de determinada categoria, o indivíduo não precisa, novamente, refletir sobre ele. Assim como também mostra Goffman (1988), as relações rotineiras possibilitam o contato do indivíduo com outras pessoas, consideradas por ele como previstas, sem que seja sempre necessária uma atenção ou uma reflexão especial.

Nos termos de Vigostki (1998), os conteúdos dos estereótipos podem ser entendidos como significados construídos socialmente que foram fossilizados<sup>17</sup> ao longo de seu desenvolvimento histórico (OLIVEIRA, 2005). De acordo com Crochík (2006), ao excluir a reflexão crítica sobre os objetos para os quais ele se destina, o conhecimento que tem como base os estereótipos torna-se repetitivo e rígido quanto aos seus procedimentos, os quais são aplicados indistintamente a qualquer um. Dessa maneira, pode-se compreender que a fixidez da estereotipia não diz respeito

---

<sup>17</sup> A compreensão dos estereótipos associada à ideia de fossilização em Vigotski (1998) é encontrada nos estudos de Oliveira (2005).

apenas aos conteúdos que envolve, mas também a uma forma de conhecer o mundo e de pensar sobre ele. Sendo assim, os estereótipos são, possivelmente, exemplos do que Espinosa (1986a) denominou de conhecimento de primeiro gênero<sup>18</sup>, isto é, ideias imaginativas que, por estarem fundamentadas na aparência e não na compreensão racional das causas, deturpam a realidade e a fragmentam. Fora do domínio da razão, a estereotipia classifica o mundo rigidamente em um esquema binário: bom e mau, perfeito e imperfeito, útil e inútil (CROCHÍK, 2006), contribuindo, como dito antes, para a formação de preconceitos<sup>19</sup> e para atitudes discriminatórias.

No caso pesquisado, a partir de um conhecimento imaginativo, o migrante em questão pode não ser percebido pelas diversas características que possui. Seus predicados são reduzidos à qualidade que impede o reconhecimento de sua singularidade, ou seja, à qualidade de ser refugiado. Um indivíduo refugiado, entretanto, não é somente refugiado, mas, evidentemente, possui outros atributos, como os de gênero, idade, escolaridade, raça, classe social, estado civil, profissão, dentre outros. Apesar disso, o que passa a defini-lo é o termo que ameaça o outro (mesmo que de forma imaginativa) e que designa o preconceito. Segundo Crochík (2006), à particularidade, que se torna elemento preponderante na identificação do indivíduo, são associados outros atributos fixos que se combinam para compor o estereótipo. Esse conjunto de significados fossilizados é transformado em um conjunto de expectativas normativas e de exigências rigorosas.

A partir do que se refletiu até agora, no contexto atual, o migrante em situação de refúgio é, então, alguém identificado por esse atributo específico e que atende às expectativas construídas: a de alguém sofredor (que possui as marcas da vivência desse sofrimento visíveis em seu corpo), coitado, honrado, resignado, grato ao país de acolhida, impotente, dentre outros

---

<sup>18</sup> Espinosa (1983a) distingue três gêneros de conhecimento. O primeiro deles é denominado de imaginação e refere-se às percepções e noções universais criadas a partir da experiência vaga ou do que se ouviu falar. Já o segundo gênero é uma modalidade do conhecimento produzida pela razão. Alcança a origem necessária do objeto de conhecimento por meio da compreensão de sua gênese, ou seja, da maneira como esse objeto é produzido por outro. Finalmente, o terceiro gênero de conhecimento, o qual Espinosa intitulou de ciência intuitiva, representa um aprofundamento do gênero anterior. Nesse caso também, trata-se de um conhecimento que busca a causa das coisas singulares, mas que, além disso, compreende suas relações necessárias com outras coisas e com a Natureza inteira (CHAUÍ, 2005).

<sup>19</sup> Baseando-se na compreensão de Crochík (2006), o preconceito refere-se, justamente, ao mecanismo cognitivo e afetivo do indivíduo disparado pelo medo frente ao incerto. Não se confunde com o estereótipo, apesar desse último ser um de seus elementos. Tais conteúdos fossilizados e disponíveis se mostram propícios à estereotipia do pensamento do preconceituoso, fortalecendo o preconceito e justificando esse último. Sendo assim, pode-se compreender que o preconceito localiza-se no indivíduo (pois o afeto que o motiva está relacionado à história de vida desse sujeito), mas também na sociedade, que pode inibi-lo ou suscitá-lo.

predicados. Na vivência do refugiado, essas particularidades podem fazer com que ele deixe de ser considerado pelos outros como um indivíduo comum e total, sendo reduzido a uma pessoa estragada e diminuída. Nesse caso, a característica “refugiado” configura-se no que Goffman (1988) intitula de estigma, pois é vista como um defeito, uma desvantagem, podendo acarretar um descrédito muito grande. Ao ser associado aos atributos que compõem a imagem resumida de vítima-herói, o adjetivo “refugiado” assume um sentido negativo, pois é um sinal de que o sujeito por ele identificado é inferior e deve, assim, ser desacreditado, a ponto de não ser considerado narrador legítimo de sua própria história e de si mesmo. De acordo com Goffman (1988), o estigma refere-se, portanto, a um tipo de relação especial entre a característica particular que define o sujeito e seu estereótipo. No geral, essa relação, a depender do contexto, pode variar e nem sempre ser depreciativa (estigmatizante), embora existam casos de atributos específicos que em quase toda a sociedade têm levado ao descrédito.

Conforme já foi adiantado, os significados que compõem os estereótipos e que fundamentam a formação do estigma e as manifestações de preconceito não provêm, em primeira instância, do indivíduo que se relaciona com o refugiado, mas de uma experiência previamente categorizada e valorizada. É a sociedade que produz e fomenta esses significados/clichês por meio de suas diversas agências, como a família, a escola, os meios de comunicação etc. (CROCHÍK, 2006).

Nesse sentido, apoiando-se nas teorizações de Goffman (1988) e Crochík (2006) é possível notar a relação dos estereótipos (como também do estigma e do preconceito) com a dominação, e compreendê-los como um mecanismo de manutenção do *status quo*. Por deturparem a realidade, naturalizando a desigualdade e ocultando sua real causa, os significados fossilizados evitam que o indivíduo, que deles se apropria, reflita sobre as condições sociais nas quais se vive e sobre o quanto ele próprio está implicado nessa realidade. Sendo assim, não só justificam a opressão como também a fortalecem. Ao definir o “intruso”, que amedronta ou gera piedade, os estereótipos auxiliam também na caracterização que um indivíduo considerado comum ou normal deve ter. Dessa forma, contribui para a normatização do pensar, sentir e agir.

Em vista disso, pode-se dizer que a sensação de superioridade do outro que rotula o refugiado como vítima-herói é, em último grau, uma maneira de lutar pelo espaço em uma sociedade que gira em torno do poder. Apesar de estar fundamentada em um conhecimento

imaginativo, essa sensação é legitimada através de teses pretensamente racionais que explicam a inferioridade (CROCHÍK, 2006).

Contudo, quando se percebe que um migrante, que se apresentou previamente como refugiado, não corresponde às expectativas construídas socialmente, a dúvida, a ameaça e a angústia que essa última provoca podem ser disparadas novamente. Ainda sob o terreno da imaginação, o indivíduo que classifica o refugiado pode tentar enquadrá-lo em outro estereótipo. Sendo estrangeiro, mas não um refugiado “verdadeiro”, o indivíduo é, então, identificado como migrante “comum” (econômico), que chegou ao país de destino por vias ilegais. Os elementos do estereótipo do “falso refugiado”, como foi abordado anteriormente, podem, a depender do contexto, formar a imagem do refugiado impostor: alguém perigoso, fraudador, aproveitador, desonesto, não confiável etc. Também nesse caso, a característica principal que identifica o sujeito pode configurar-se em um estigma, já que uma série de imperfeições ou defeitos é inferida a partir desse atributo principal, ou seja, a partir da imperfeição original (GOFFMAN, 1988).

Considerando o que foi discutido até aqui, fica claro que a confiança no que o refugiado diz faz parte do mesmo processo apresentado acima (DANIEL; KNUDSEN, 1995). A partir desses últimos autores e do que também comenta Kobelinsky (2010), pode-se entender que também a confiança é construída e sentida em um contexto sócio-histórico particular, apoiando-se em qualidades pessoais, como também em significados sociais da condição dos refugiados. Nunca absoluta, a confiança, portanto, está sempre sujeita a um processo de avaliação, podendo ser mantida ou perdida.

As relações dos refugiados com os residentes na sociedade de acolhida oscilam, assim, entre a confiança e seu oposto e, tal como assinala Kobelinsky (2010), esse processo, nas sociedades ocidentais<sup>20</sup>, é guiado pela noção de verdade. Diante do que vem sendo, aqui, refletido, é possível concluir de que verdade se fala quando o assunto é o julgamento dos refugiados. Do mesmo modo que a figura de vítima-herói, o estereótipo de impostor é produzido e reproduzido na cena midiática e na política nacional de muitos países originários e receptores

---

<sup>20</sup> Kobelinsky (2010) chama a atenção para o fato de que a vinculação da confiança com a verdade é específica das sociedades ocidentais e cita, como exemplo contrário, o caso pesquisado por Muecke (1995). Ao estudar os refugiados cambojanos, Muecke (1995) descreve como a confiança, em muitas sociedades asiáticas orientadas pelo pensamento budista, está associada ao apego a assuntos mundanos e, portanto, entendida como fonte de sofrimento. Nesses contextos, a confiança é incompatível com a verdade, pois essa última representa o Nirvana, ou a cessação do sofrimento.

de refugiados, fazendo parte, portanto, da lógica binária dominante que classifica o “verdadeiro” e o “falso” refugiado.

A verdade que é inscrita na Convenção de Genebra e nos outros instrumentos que regulam o status de refugiado aparece como absoluta, mas não o é. Assim como nota Kobelinsky (2010), a definição de refugiado não diz nada sobre a objetivação do medo, por exemplo, que é subjetivo e nenhuma jurisprudência veio preencher essa lacuna. No final das contas, a decisão de reconhecer oficialmente a qualidade de refugiado reside na íntima convicção do burocrata que trata o pedido, o qual, em geral, espera que os migrantes que solicitam refúgio ajam em consonância com os estereótipos do comportamento apropriado de um refugiado. Segundo Graham (2003), a burocracia, que existe em vários níveis da sociedade, implementa a política local e reflete as tradições nacionais.

Para alcançar o reconhecimento (jurídico e intersubjetivo) de sua condição de refugiado, é preciso, portanto, que o migrante faça todo o possível para materializar a razão de seu temor de perseguição e deixar visível a sua “verdade”. Segundo Fassin (2010), no que se refere ao contexto burocrático da suspeita, um regime de provas é instaurado, ao qual o solicitante de refúgio deve procurar atender. Esse regime está presente nos dois momentos que caracterizam a burocracia do refúgio na maior parte dos países ocidentais (o que inclui a França e o Brasil), embora seu grau de exigência seja diferente em cada contexto. A primeira etapa burocrática é administrativa e consiste no exame da solicitação, complementada por uma entrevista com o migrante. Já a segunda, consiste em uma apelação à Justiça do país para a decisão final. Para esse último autor, os dois níveis do processo de pedido de refúgio podem ser vistos como dois julgamentos, dois tribunais. Entretanto, ao contrário dos tribunais regulares, o resultado não é a punição, mas o reconhecimento. Além disso, ao invés de seguir a máxima de que o indivíduo é inocente até que se prove o contrário, nesse tipo de tribunal, o solicitante, em geral, é tratado como suspeito antes que seja prove sua sinceridade. Nessa lógica da suspeita, o procedimento do sistema deixa de ser baseado na informação para funcionar como um detector de mentiras (FASSIN, 2010).

Ao longo desse percurso, o solicitante de refúgio deve apresentar, como prova fundamental, um relato autobiográfico sobre o que viveu em seu país de origem e sobre o que provocou sua fuga e sua busca por refúgio. A narrativa deve tratar, portanto, de uma história pregressa que aparece não apenas como um passado encerrado, mas como um passado que é



incorporado no presente e que se atualiza nele. Nesse sentido, tal relato termina por ultrapassar a simples e objetiva descrição do ocorrido, constituindo-se em algo mais próximo de uma elaboração do passado, a qual é produzida, no presente, na relação com a burocracia do país de destino. Para isso, o candidato ao status de refúgio deve ser capaz de fornecer provas adicionais que confirmem o seu relato, como registros de identidade, carteiras que comprovem a adesão a algum partido político, certidão de casamento, fotos, dentre outros (KOBELINSKY, 2010).

Além das provas documentais, o migrante deverá ser capaz de atender a série de exigências emocionais, que compõem o estereótipo do refugiado “verdadeiro”. Corroborando a análise acima, Graham (2003), analisa que, em todos os níveis da burocracia, expectativas emocionais, em relação aos refugiados, estão presentes e podem assumir duas configurações diferentes e complementares. Uma delas diz respeito ao estereótipo mais global de refugiado que opera em função do sofrimento, conforme descrito anteriormente. A outra se refere a uma espécie de cartografia emocional que é projetada para designar as atitudes e emoções particulares típicas a cada grupo específico de refugiados. Esse modelo é projetado em um contexto que envolve uma variedade de populações heterogêneas. Para melhor explicar esse mapeamento das expectativas, Graham (2003) cita seu estudo com refugiados na Suécia e a cartografia emocional construída nesse universo. No contexto desse país, os vietnamitas, por exemplo, são definidos como pessoas simpáticas, que não causam problemas, já os romanos como paranoicos, que vivenciam com dificuldade sua adaptação e os libaneses como muitos expressivos.

Assim como analisa Kobelinsky (2010), espera-se que os refugiados performaticizem essa “verdade” emocional no cotidiano. Nesse processo, as marcas físicas e o comportamento da vítima-herói, como mostra Malkki (1995), possuem uma eficácia comunicativa que é percebida pelos migrantes em situação de refúgio e que pode ser mobilizada em suas relações com os agentes locais (institucionais ou não). Desse modo, pode acontecer, por exemplo, de os solicitantes instrumentalizarem seu sofrimento, expondo-o abertamente e colocando-o em evidência no corpo e na linguagem para reforçar a imagem de alguém digno de compaixão. Além disso, podem assumir uma postura e atitude corporais que reforcem essa etiqueta. Em geral, a confiança, portanto, tem se estabelecido na base dessa verdade exposta, provada e teatralizada pelos sujeitos migrantes, do mesmo modo que a suspeita surge logo que as atitudes cotidianas desses indivíduos se distanciam da figura construída como legítima (KOBELINSKY, 2010).

Nessa trama, um outro tipo de prova pode ser utilizado durante o procedimento burocrático do pedido de refúgio. Além dos documentos de identificação, certificados médicos (psiquiátricos e clínicos) podem ser adicionados como atestação das sequelas físicas e emocionais que se espera como resultado desse tipo de migração. Desse modo, pode-se perceber, tal como reflete Fassin (2001a), o corpo do migrante sendo instituído como o lugar final da “verdade” sobre ele. Diferentemente de contextos onde o corpo sadio é valorizado legitimando a cidadania e os direitos do estrangeiro (identificado como força para o trabalho), na realidade atual dos refugiados, o corpo pode encontrar uma outra forma de legitimidade: a doença. Sobre essa inversão, Fassin (2001a, 2005, 2013) discute o caso europeu (em particular, o francês), no qual a utilização de certificados médicos no processo burocrático do pedido de refúgio é, especialmente, marcante e habitual. Assim como será tratado na sessão seguinte, as transformações do cenário migratório nesse país, anunciadas pelo fechamento das fronteiras, provocaram uma desvalorização do trabalhador imigrante, enquanto corpo produtivo, e levaram a sua repressão, restando ao refugiado o reconhecimento através da doença.

No processo de legitimação do sofrimento do refugiado pela via patológica, ao corpo doente se associa a mente doente. De acordo com Fassin e Halluin (2007), a marca psíquica deixa de ser apenas um sintoma que requer tratamento psicológico e/ou psiquiátrico e torna-se uma evidência da violência e do sofrimento vividos pelo migrante que se refugia. Dado que as cicatrizes do corpo tendem a desaparecer, os sinais psíquicos passam a ocupar um status privilegiado para a confirmação da “verdade” apresentada pelo solicitante, pois, apesar de não tão explícitos, são considerados indelévels. Fundamentando essa última compreensão, o referencial psiquiátrico, cada vez mais difundido socialmente, consagra-se como o mais convincente para nortear o julgamento do pedido de refúgio. Assim, a partir de entidades nosográficas como a de “trauma psíquico” ou a de “transtorno do estresse pós-traumático”, inconsciente homogeneiza-se o discurso sobre o sofrimento do refugiado (HALLUIN-MABILLOT, 2012), que é compreendido de maneira psicologizada, podendo legitimar a perda da confiança.

A presença do trauma como parâmetro principal e indispensável para o reconhecimento do refúgio revela-se, assim, como uma questão-chave para o entendimento da vitimização desse migrante, a qual passa a ser reinventada e associada à ideia do sujeito patológico. Desde já, é importante esclarecer que essa leitura crítica do traumatismo não envolve ignorar, nem duvidar,

que um acontecimento doloroso possa repercutir de maneira violenta no corpo e na mente do sujeito refugiado, ou ainda, que um evento de seu passado de perseguição possa ressurgir e afetá-lo no presente. A reflexão repousa, nesse caso, sobre a naturalização e generalização desse processo, bem como sobre o significado social que essa tendência pode ter, quando é instrumentalizada (FASSIN; RECHTMAN, 2007).

Do mesmo modo, não se pretende negar a importância do reconhecimento e da análise do sofrimento que é parte da vivência do migrante em situação de refúgio. Pelo contrário, entende-se que a priorização dessa categoria favorece a legitimação do refugiado enquanto sujeito de direitos, quando permite o conhecimento sobre a vivência cotidiana das questões dominantes e denuncia as forças presentes nas relações de desigualdade que motivam esse tipo de migração. Para que isso aconteça, é preciso, entretanto, uma inversão na significação psicologizante que vem sendo dada a esse afeto e que, como já dito, vitimiza o sujeito refugiado. A partir do que conceitua Sawaia (2006b), é possível definir o sofrimento presente no refúgio como um fenômeno cuja gênese não está no indivíduo migrante, mas sim nas intersubjetividades delineadas socialmente. Trata-se, portanto, de um sofrimento ético e político, cujo contraponto é a felicidade pública, como definição da cidadania e do cuidado que a sociedade e o Estado devem ter para com o indivíduo. A preocupação com o sofrimento no contexto do refúgio, a partir dessa compreensão, faz com que se recupere o indivíduo perdido nas análises abstratas, puramente econômicas e políticas, sem omitir o coletivo (SAWAIA, 2006b).

Sendo assim, a problematização sobre a ênfase dada ao sofrimento no contexto do refúgio não se traduz em uma crítica ao reconhecimento do componente afetivo no processo de legitimação do refugiado, mas ao significado de sofrimento que, não por acaso, entra em jogo. O uso da noção de trauma como parâmetro indispensável no julgamento da “verdade” sobre o refúgio reduz a complexidade do sofrimento associado a essa vivência, limitando-o a algo decifrável em termos biomédicos e possível de ser mensurado. Desse modo, segundo as reflexões apresentadas na pesquisa de Halluin-Mabillot (2012), essa lógica da suspeita e da certificação desconsidera a possibilidade de não ocorrer, necessariamente, repercussões patológicas na sequência de um evento de violência (concreta ou ameaçada) ou de tortura. Como consequência, desqualifica ou normatiza o sofrimento que não assume a forma de doença e, portanto, aqueles indivíduos que são afetados de outra maneira, ou os que, apesar de possuir as marcas esperadas,

escondem-nas por vergonha, pudor ou por outros motivos relacionados à sua cultura. Ao referir-se apenas a um evento concreto do passado (ou do passado que se presentifica) e à memória do migrante, tal configuração esquece-se também que as novas relações do presente no país de acolhida, bem como a incerteza sobre o futuro, afetam o indivíduo refugiado e estão associados ao seu sofrimento (SANTINHO, 2011).

De acordo com Carretero (2006), quando o reconhecimento institucional do sofrimento é obtido por meio da patologização do sujeito, produz-se um deslizamento para a esfera individual, ocultando seu caráter social. Nesse contexto, a acolhida consentida pelo país ao refugiado passa a significar, pela via da compaixão, um favor a alguém muito necessitado, ao invés de ser considerado um cumprimento de um direito negligenciado e um dever político do Estado para com a humanidade (FASSIN, 2005).

A exigência da doença (sob a forma de trauma) como elemento do estereótipo do refugiado pode significar, para esse sujeito, um destino a ser cumprido, impedindo a possibilidade de transformação e reforçando o sofrimento ético-político. Assim, para obter a cidadania legitimada e certas condições de vida, os migrantes em situação de refúgio podem aceitar para si mesmos o estigma de vítima e recorrer, quando possível, à doença como um projeto (CARRETERO, 2006).

Entretanto, assim como observam Kobelinsky (2010), Fassin e Halluin-Mabillot (2007), nesse sistema de provas, a performance da “vítima” pode enfrentar limites e não atingir sempre os resultados esperados. Em geral, como dito anteriormente, tudo depende da avaliação da equipe específica que cuida do caso, a qual confia ou não no que foi apresentado, uma vez que a tendência que se segue é de acreditar na “verdade” do refugiado e não de conhecê-la. Para Valluy (2004) o Direito Internacional sobre refúgio leva a crer na existência de uma definição clara do refugiado e de um procedimento eficaz que permite identificá-lo. Contudo, segundo esse mesmo autor, tudo não passa de uma ficção jurídica, pois o que prevalece no final é a íntima convicção de quem julga. Nesse contexto, em algumas situações, a compaixão diante do sofrimento do sujeito migrante pode se transformar no que Fassin (2001b) denomina de afeto rotinizado, já que a identificação que a mobiliza é frágil por estar apoiada em uma identificação primária, a de serem humanos. A automatização do sistema burocrático aliada à repetição de relatos de infortúnio pode provocar, portanto, um embotamento afetivo, uma insensibilidade, ou seja, o

enfraquecimento e até mesmo um bloqueio da capacidade do trabalhador de ser afetado (ESPINOSA, 1983a) pela história do refugiado.

Nesse contexto, outros aspectos podem ainda fazer com que a expectativa de sofrimento e a vitimização seja ainda mais forte. Segundo Halluin-Mabillot (2012), a fronteira entre os pobres merecedores e não merecedores também está enraizada na ideia de uma hierarquização da vulnerabilidade. Sendo assim, algumas figuras são tradicionalmente consideradas mais vulneráveis e, portanto, são mais vitimizadas. Além da pessoa doente, como já explorado, a pessoa idosa e a criança ou jovem órfãos são definidos como mais frágeis e, nesse caso, a tolerância a não prestar assistência é menor. No caso específico da migração de refúgio, a estigmatização da vítima também é mais intensa, quando se considera, além da doença, a idade (o que vale tanto para a criança perseguida, como para o idoso) e o gênero. De maneira geral, a mulher que se refugia sozinha ou que compõe uma família monoparental, assim como a mulher grávida, preenchem o estereótipo da vítima de maneira mais marcante. Essa intensificação da vitimização no caso da mulher também pode acontecer quando se combina gênero e etnia ou gênero e religião. Em sua pesquisa, Ghorashi (2005) mostra como a ideia dominante do feminino na sociedade de acolhida pode moldar a concepção da mulher migrante e contribuir para a sua vitimização. No caso estudado por essa autora, por exemplo, a mulher holandesa adquire o sentido de mulher emancipada e moderna, enquanto a mulher iraniana a de alguém oprimida e tradicional. É óbvio que a dominação à mulher existe nessa sociedade e seu reconhecimento é importante, mas a vitimização impede, por exemplo, que se admita a possibilidade de mulheres iranianas ativistas, que lutam contra as ideias conservadoras de seu país.

No extremo oposto da questão, pode-se dizer que a mulher em situação de refúgio, de maneira geral, é menos criminalizada e hostilizada, mesmo porque o estereótipo do “falso” refugiado que migra para ofertar sua força de trabalho é o do homem forte fisicamente e solteiro (HALLUIN-MABILLOT, 2012).

Em todo esse processo, mesmo que as provas não obtenham sucesso, pode-se dizer que uma política de identidade toma lugar, fazendo com que o indivíduo aceite para si mesmo um “eu” imposto nas relações que vivencia e tente agir de acordo com essa identidade. Esse “eu” é um habitante estranho, é uma voz do intragrupo (grupo de iguais, companheiros da mesma categoria) e do exogrupo (sociedade mais ampla) que fala por e através dele (GOFFMAN, 1998,

p 134). De acordo com Ciampa (2002)<sup>21</sup>, as políticas de identidades envolve um conflito entre autonomia e heteronomia, pois envolvem orientação externa de que se o indivíduo seguir determinada linha (considerada pelo outro como correta), ele terá boas relações e será um homem com dignidade e autorrespeito. É o que parece acontecer na classificação binária que envolve a vitimização e a criminalização (consequente à imagem do impostor) do refugiado. Quando as políticas de identidade servem, desse modo, para regular a conduta do indivíduo, há uma homogeneização que nega sua singularidade.

Da mesma forma, uma política de afetividade (SAWAIA, 2000), conforme já apresentada acima, também pode ser observada quando se analisa as expectativas ou exigências emocionais que compõem os estereótipos, estigmas e preconceitos presentes nas relações intersubjetivas (incluindo as burocráticas) da vivência do refúgio. Sawaia (2000) chama a atenção para a complexidade das emoções e dos sentimentos e para seu caráter político. Segundo essa autora, da mesma forma que os afetos podem ser os guardiões da liberdade, podem também ceder à desmesura do poder sobre o outro. No caso pesquisado, uma determinada forma de sentir e de se emocionar é imposta ao refugiado e pode ser usada como estratégia para a naturalização das diferenças e legitimação da exclusão. Tal política dos afetos não só padroniza e disciplina as emoções desse migrante, mas também do outro que com ele se relaciona. Conforme o que já foi ressaltado, a presença ou ausência da manifestação de sofrimento (e, portanto, dos afetos que o compõe), por parte do sujeito em refúgio, está associada a expressões de compaixão/admiração ou de hostilidade da outra parte da relação.

De acordo com Sawaia (2000), para que situações de conflito e de dominação sejam modificadas, não é suficiente pensar sobre elas, pois isso não altera as emoções envolvidas. Assim como postula Espinosa (1983a), um afeto não é substituído por uma ideia, mas sim por outro afeto mais forte e oposto e que emoção e ideia constituem uma única substância. Desse modo, torna-se preciso compreender e lutar contra a política de afetividade dominante como constituinte da ideologia para alcançar uma maior possibilidade de ação para o sujeito. Apenas quando se entra em contato com o que há de mais singular da vida social e coletiva (os afetos),

---

<sup>21</sup> Os estudos desse autor (CIAMPA, 2005) são fundamentais para a compreensão do real movimento da identidade, a dialética, que possibilita desvendar seu caráter de metamorfose. Nessa concepção, a identidade é uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, porém, una. É a articulação entre igualdade e diferença, entre subjetividade e objetividade.

promove-se a transformação social. É partindo dessa compreensão que faz sentido investigar a dimensão afetiva no contexto do refúgio.

#### ***2.4 Entre a compaixão e a repressão: a vitimização e a criminalização do refugiado no contexto sócio-histórico dos Estados-Nação***

Na sessão anterior, analisou-se a construção das figuras imaginativas no processo de identificação e legitimação do refugiado. Discutiu-se, assim, como as políticas de identidade e de afetividade são indissociáveis, medeiam as ações governamentais e institucionais em relação ao migrante (no caso específico, o sujeito em refúgio), ações de controle e da dominação. Entretanto, assim como destaca Fassin (2013), o significado negativo atribuído ao estrangeiro não é natural das relações entre os indivíduos e, portanto, nem sempre esteve presente ao longo da história das sociedades<sup>22</sup>.

Segundo esse autor, nas civilizações antigas, por exemplo, existia uma relação contratual de igualdade e de reciprocidade com o estrangeiro que vivia na cidade, um pacto que implicava obrigações e trocas. Porém, quando a antiga sociedade passou a se configurar como nação, as relações que eram caracterizadas como de homem a homem ou clã a clã, deixaram de existir, e a distinção que ocupou lugar passou a ser a que opõe o interior e o exterior do território de cidadania. Para discutir essa transformação e pensar o migrante na contemporaneidade, Fassin (2010, 2013) recorre à análise da etimologia ambígua da palavra hospitalidade, que deriva do latim “hospes” (hóspede ou anfitrião), mas também de “hostis” (que, justamente, com o passar do tempo, passa a designar inimigo), sendo ambos os termos em referência ao forasteiro. Essa ambiguidade se expressa a partir do momento em que um indivíduo pode tornar-se hostil para proteger a sua própria hospitalidade, o seu próprio território. O estrangeiro passa a ser visto, assim, como um inimigo, como alguém que invade o espaço do outro, ameaça sua hospitalidade e o torna refém. Essa dialética da hospitalidade e hostilidade exemplifica, para Fassin (2013), as

---

<sup>22</sup> Tal compreensão é coerente com o referencial teórico adotado na presente tese, que fundamentado na filosofia de Espinosa e nos estudos psicossociais de Vigotski, está relacionado à ideia positiva da constituição do sujeito e da sociedade. Contrariamente a visão de contrato ou pacto social hobbesiana, defende-se a ideia de que o homem se dispõe a viver em comum não para pôr fim aos conflitos, mas porque percebem as vantagens da união de forças para o fortalecimento de sua potência de existir (SAWAIA, 2014).

políticas migratórias das últimas décadas, que opõe migrantes legais e ilegais, desejáveis e indesejáveis.

Os estudos de Fassin e Kobelinsky (2012) e de Fassin (2013) analisam as transformações demográficas e políticas, específicas da história do refúgio, que podem estar associadas à construção da ideia sobre esse sujeito como alguém perigoso. Desde o século XVIII, com a Revolução Francesa, mas, principalmente, com as duas guerras mundiais, a proteção estrangeira deixa de abranger casos individuais e isolados para englobar milhares e, às vezes, milhões de migrantes em situação de perseguição. Deixa, portanto, de significar um lugar seguro, concedido fora da cidade (como era na antiguidade) para ser um assunto dos Estados. Conforme será melhor detalhado posteriormente<sup>23</sup>, o refúgio passa a ser, então, institucionalizado por meio de instrumentos internacionais e de instâncias nacionais, localizadas nos diversos países, com objetivo de administrar esses migrantes. Nesse novo contexto, a proteção universal da lógica (apoiada nos ideais dos Direitos Humanos) passa a competir com a soberania nacional, como será discutido logo a seguir (FASSIN; KOBELINSKY, 2012; FASSIN, 2013).

De acordo com Kobelinsky (2010, p. 133), os refugiados, por definição, encontram-se ausentes de proteção nacional e “é precisamente por causa desse (não) lugar que eles ocupam que eles significam um desafio para o sistema fundado sob a soberania dos Estados-Nação”<sup>24</sup>. Assim como mostra Malkki (1995), o refugiado não é apenas um desafio, mas é também uma ameaça a esse sistema, pois, ao enfraquecer as fronteiras, torna-se um risco para a segurança nacional. Sua liminaridade e transitoriedade fazem com que eles representem a desordem e sejam, portanto, vistos como anormais e perigosos. Nesse mesmo raciocínio, Agamben (2010) refere-se ao refugiado como um elemento inquietante, um conceito-limite que põe em crise as categorias fundamentais do Estado Nação ao romper o nexos entre humanidade e cidadania, entre lugar de nascimento e nacionalidade.

Pioneira nesse debate, Arendt<sup>25</sup> (1976) avalia os dois grandes choques que os Estados-Nação sofreram com a chegada dos refugiados pós-2ª guerra. O primeiro deles foi a abolição do

---

<sup>23</sup> Cf. capítulo 4 sobre o contexto do refúgio no Brasil e na França.

<sup>24</sup> Tradução da pesquisadora.

<sup>25</sup> Segundo Bastos (2001), a discussão sobre os refugiados e apátridas ocupa lugar de destaque na obra de Arendt, não só pela atualidade da questão ao longo da produção dessa filósofa, mas também por ela própria ter sido personagem da tragédia da Segunda Guerra Mundial.



direito de refúgio, símbolo dos Direitos Humanos no âmbito das relações internacionais, e de longa história, como mencionado, a qual data do começo da vida política organizada. O segundo dano à ordem dos Estados-Nação foi a dupla constatação de que seria impossível tanto livrar-se dos refugiados quanto transformá-los em cidadãos do país de refúgio, já que as duas soluções que apareciam para o problema fracassavam: a repatriação e a naturalização. Arendt (1976) explica que aqueles a quem a perseguição havia denominado de indesejáveis, tornaram-se, de fato, indesejáveis para toda a Europa.

Segundo Fassin (2013), logo após a análise de Arendt (1976), originalmente publicada em 1951, foi assinado um dos primeiros instrumentos de regularização do refugiado, a Convenção de Genebra. Assim como reflete esse primeiro autor, a partir desse momento, poderia se pensar que o direito ao refúgio havia sido restaurado e que os refugiados encontrariam um lugar no mundo. Entretanto, ainda nos dias de hoje, as tensões evocadas por Arendt (1976) se mostram presentes. De acordo com Fassin (2013), o direito ao refúgio, apesar de não ser novamente abolido, foi, ao longo da história, consideravelmente reduzido (tanto quantitativamente, quanto qualitativamente), ao mesmo tempo em que os solicitantes de refúgio se tornaram outra vez indesejáveis e inevitáveis aos países do norte.

Conforme descreve Fassin (2005), durante as primeiras décadas após a Convenção de Genebra, o status internacional concedido trouxe para esses migrantes uma nobreza transnacional por meio, senão, do reconhecimento da retidão de suas causas políticas, ao menos, do caráter incorreto da violência a qual eles foram submetidos. Com o passar do tempo, os indesejáveis passaram a ser vistos como vítimas e heróis (mobilizando admiração e compaixão), ganharam uma maior legitimação na hierarquia implícita dos diferentes tipos de estrangeiros e, assim, foram beneficiados por condições relativamente privilegiadas. Dessa maneira, migrantes que escaparam das ditaduras da América Latina (entre eles, os chilenos, argentinos e brasileiros), por exemplo, eram conhecidos como intelectuais, como pessoas engajadas politicamente. Os refugiados dos regimes socialistas do sudoeste asiático (incluindo os vietnamitas e cambojanos) por sua vez, eram vistos como sofrendores. Nesse contexto da Europa, em que a demanda econômica por mão de obra fazia da imigração uma necessidade social, a taxa de pedidos de refúgio era baixa, pois a permissão para o trabalho resolvia a regularização nos países (FASSIN, 2005).

De acordo com Fassin (2005), em meados da década de 70, o sentido positivo<sup>26</sup> do refúgio alcançou seu auge, e os direitos sociais referentes a essa categoria foram mais expandidos. Esse quadro, entretanto, mudou rapidamente na década seguinte, quando o número de pedidos de refúgio aumentou significativamente, ao passo em que a mão de obra migrante vinha sendo desvalorizada (em função de uma crise econômica e do aumento do desemprego) e as fronteiras dos países europeus eram endurecidas. O fim da Guerra Fria, em 1989, representa esse momento da virada na realidade das migrações internacionais. Encerrada a disputa entre os dois polos, os refugiados perderam a carga político-ideológica de interesse para alguns países. Além disso, a transformação de uma nova ordem mundial acarretou uma exacerbação de nacionalismos, conflitos regionais e o desenvolvimento de migrações clandestinas, o que incluiu africanos e asiáticos: grupos considerados difíceis de assimilar e que foram alvo de reações xenofóbicas. A partir daí, o refúgio, finalmente, passou a significar uma das únicas possibilidades de acesso a um status legal e se configurou rapidamente em um problema para os países desenvolvidos, devido ao aumento do número de solicitações.

Nesse novo momento (nomeado para alguns de crise do refúgio), a ameaça relacionada ao migrante e ao refugiado é sentida, na Europa, a partir de três perspectivas de segurança. A primeira delas é a segurança pública, que é tanto externa como interna. A fragilidade dessa instância é atribuída ao perigo terrorista (o qual se intensificou com o episódio acontecido em 11 de setembro de 2002, nos Estados Unidos, e a partir também de atentados na Europa) bem como ao perigo interno, representado pelas crianças filhas de migrantes, que adquirem cidadania nacional. A segunda delas é a segurança social, visto que conquistas de proteção, relacionadas ao emprego, educação, desemprego e aposentadoria, licenças saúde e benefícios familiares, são abaladas pela migração. Já a terceira, é identitária e trata-se de uma fossilização da desconfiança e da hostilidade em relação ao islã como religião e aos muçulmanos como grupo (FASSIN, 2013).

Nesse processo, da hospitalidade passa-se, cada vez mais, à hostilidade e a questão da “verdade” do refúgio é instalada. A tripla ameaça descrita anteriormente faz com que a política do refúgio passe a ser subordinada à política de migração. Para responder à tensão atualizada (entre

---

<sup>26</sup> Nesse caso, fala-se de sentido positivo para o outro, já que a vitimização, como foi visto, atua de maneira estigmatizante na vivência do refugiado.

a inevitabilidade dos refugiados e o seu descrédito), restam duas alternativas: a repressão, que encontra suas armas na desqualificação dos “falsos” refugiados e na sua criminalização; e o respeito às regras da lei internacional e às regras do direito humano, por via da compaixão, tornando aceitáveis os indesejáveis. As duas saídas não são funções simples como opções políticas, mas sim operam de maneira dialética. Como parte do primeiro polo, em alguns países (como, por exemplo, na França), existem as zonas de espera e os centros de detenção, que podem ser caracterizadas como estados de exceção<sup>27</sup>, onde os solicitantes de refúgio são confinados. Já no outro polo, tem-se o exemplo das organizações humanitárias, que oferecem assistência e orientação (FASSIN, 2005, 2010, 2013).

Contudo, a história do processo de desvalorização do refúgio, de restrição aos pedidos e de controle através da suspeita não é uma característica global da realidade desse tipo de migração. Assim como observam os estudos de Fassin (2010) e Fassin e Kobelinsky (2012), de maneira geral, existe uma diferenciação entre os regimes de refúgio dos países ditos do Norte e dos países ditos do Sul (principalmente, africanos e asiáticos). Nesse último caso, não há um conflito entre o controle movido pela soberania do Estado e a lógica universal dos Direitos Humanos. Os solicitantes de refúgio, quase sempre, não são julgados individualmente pela burocracia, mas são automaticamente aceitos e reunidos em acampamentos, sob a responsabilidade e proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Nesse contexto, esses migrantes são reconhecidos simplesmente porque se assume que eles dizem a verdade. Sendo assim, quase não há repressão quanto a sua legitimidade, o que atrai, como resultado, a concentração da maior parte dos refugiados que estão distribuídos pelo mundo inteiro. De todo modo, conforme constata Malkki (1996), o julgamento nas relações cotidianas com os agentes humanitários não deixa de ser presente, tendo como norte o estereótipo da vítima exemplar.

Todavia, é importante destacar, como faz o próprio Fassin (2010), que tal oposição, apesar de útil para caracterizar a paisagem do refúgio de modo geral, simplifica o cenário dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, não correspondendo exatamente ao retrato histórico e político de certas realidades africanas, asiáticas e latino-americanas. Em primeiro lugar, de

---

<sup>27</sup> Agamben (2010) denomina de campo, a concretização do estado de exceção, um pedaço de território que é colocado, de maneira permanente, fora do ordenamento jurídico normal. No estudo sobre refúgio, esse conceito torna-se importante já que, em determinados espaços e momentos, a exceção é tolerada.

acordo com Moreira (2013), os intensos fluxos originados por conflitos em determinadas regiões, principalmente da África, fizeram com que países vizinhos se posicionassem contra a recepção de sujeitos em situação de refúgio, por considerarem os altos custos financeiros e políticos que estariam envolvidos a partir dessa abertura. Desse modo, seguindo os passos dos países do Norte, alguns países do Sul também passaram a adotar medidas de contenção da migração. Em segundo lugar, no caso de países como o Brasil, que têm se tornado recentemente atrativos, apesar de a concessão de refúgio não estar relacionada a um contexto de fechamento de fronteiras, um sistema burocrático próprio é desenvolvido, que julga “verdadeiros” e “falsos” refugiados (FASSIN, 2010).

No que diz respeito a esses últimos casos, pode-se dizer que, como no contexto europeu, o humanitarismo da compaixão também entra em conflito e se confunde com o político, com a ideia de cidadania. Conforme será melhor detalhado em outro capítulo desta tese<sup>28</sup>, especificamente no caso brasileiro, a história da política nacional do refúgio vem sendo marcada pela razão humanitária. De acordo com Jubilut (2007), nas primeiras décadas, após o Brasil aderir à Convenção de Genebra, não houve uma manifestação de uma política efetiva de acolhida aos sujeitos em situação de refúgio. Nessa época, restava às organizações ligadas aos Direitos Humanos e à Igreja Católica (que atuavam como parceiras do ACNUR) a tarefa de assistir esses migrantes. Com a redemocratização do país, após o período da ditadura, o interesse do governo brasileiro sobre a questão dos refugiados evoluiu e persistiu sob uma administração humanitária. Segundo os estudos de Moreira (2011), nesse momento, o ACNUR passou a ser reconhecido oficialmente como órgão internacional no país, o que abriu espaço para o seu diálogo com o governo. A progressiva inclusão do tema dos refugiados na agenda política nacional foi fruto, assim, das demandas de representantes dessas organizações.

Inicialmente, a instauração de um marco jurídico interno e mínimo, referente à dinâmica processual do reconhecimento do refúgio, concedeu ao ACNUR, bem como às organizações religiosas (Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro), uma participação oficial e importante nesse procedimento. Assim como descreve Jubilut (2007), ao primeiro cabia entrevistar os migrantes em situação de refúgio e elaborar um parecer recomendando ou não a legitimação do status. Já o segundo, era responsável pela integração dos refugiados no ambiente

---

<sup>28</sup> Cf. capítulo 4 sobre o contexto do refúgio no Brasil e na França.

local. O governo, nesse caso, limitava-se à decisão final e à liberação da documentação. Para Barreto (2010), foi a Cáritas que ensinou o governo brasileiro a trabalhar com essa população e é ela a responsável pela política de recepção e assistência.

No curso do desenvolvimento da política para refugiados no Brasil, uma lei sobre o estatuto do refugiado foi elaborada, por meio do diálogo entre o governo nacional e o ACNUR, e promulgada. A partir desse momento, a configuração do processo de concessão de refúgio se modificou e a participação do ACNUR na avaliação e decisão sobre os pedidos tornou-se menos definitiva. As atribuições antes executadas somente por essa organização foram assumidas, então, pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), o qual foi criado como uma estrutura tripartite, que reúne atores do governo, da sociedade civil e também da organização internacional (SOARES, 2012). O Comitê é considerado um avanço na política para refugiados no Brasil, pois, como observa Moreira (2011), sua conformação é plural e democrática, principalmente, por incluir o direito à participação e ao voto à sociedade civil. Analisando, porém, o peso que cada um desses atores exerce, é possível constatar que a integração e assistência ao refugiado ainda continua, em grande parte, sob responsabilidade da sociedade civil (representada por organizações humanitárias nacionais) e da organização internacional. Assim como reflete Soares (2012), se, por algum motivo, os convênios firmados entre o ACNUR e o governo não forem renovados, os refugiados ficarão sem uma proteção específica regular.

Dessa maneira, é possível perceber, também na política brasileira para o refugiado, uma subordinação do direito de cidadania ao direito humano. O sentido do refúgio pela lógica humanitária da compaixão faz com que a concessão de permanência no território seja a única obrigação para com esse migrante, que, portanto, pode apenas reivindicar o direito à vida. O refugiado é compreendido, então, pela mera humanidade ou, nos termos de Agamben (2010)<sup>29</sup>, apenas por sua “vida nua”, perdendo o significado de sujeito de direitos sociais e políticos.

Para analisar esse tipo de configuração, Fassin (2005, 2010), fundamenta-se em Foucault<sup>30</sup> e discute a regência das biopolíticas contemporâneas na relação com vidas indesejadas

---

<sup>29</sup> Fundamentando-se em Foucault e em Arendt, Agamben (2010) desenvolve a distinção entre “zoë” (vida nua) e “bios” (vida política e social).

<sup>30</sup> O termo biopolítica em Foucault (1999) refere-se ao modo como o poder sobre a vida se transformou, a partir do século XVII. A função desse poder deixa de ser a de matar para ser a de administração dos corpos e gestão calculista

e em sofrimento. Para esse primeiro autor, do mesmo modo que opera no tratamento com os pobres considerados indignos, com a classe econômica inferior e com os jovens delinquentes, uma política que envolve simultaneamente compaixão, ordem e controle atua com os migrantes que solicitam refúgio. Fassin (2005) denomina de “biolegitimidade” o processo de reconhecimento em nome de uma vida ameaçada, de um corpo em sofrimento.

Nesse sentido, acrescenta-se que a lógica que faz com que migrantes haitianos<sup>31</sup> (os quais não se adéquam aos parâmetros da definição de refugiado da Convenção de Genebra) sejam legitimados através de um visto humanitário no Brasil seja semelhante a que faz com que sejam exigidos certificados médicos, na França e que reconhece o refúgio pelo patológico. Em ambos os contextos, é, acima de tudo, a ameaça à vida (ou ao corpo) que justifica a concessão de permanência no território. Esse argumento pode ser utilizado como uma maneira de controle, repressão na administração das migrações, podendo estar associado aos interesses do Estado. Nesse caso, ao invés de um rompimento entre humanitário e político, como defende Agamben (2010), há, mais precisamente, uma confusão entre os dois (FASSIN, 2005).

Em se tratando do sistema de refúgio no Brasil, é importante destacar que esse controle, entretanto, não se configura em termos repressivos, de maneira tão intensa, como nos países europeus. Como já exposto anteriormente, o contexto sócio-histórico de abertura/fechamento das fronteiras aos migrantes é outro. A criminalização do refugiado, assim, não se verifica como uma estratégia da parte do governo, nem pela presença de uma xenofobia por parte da população. Entretanto, ela pode, mesmo assim, ser construída nas relações com os habitantes locais. A falta de informação de grande parte da população do país de destino em relação à condição do refugiado pode levar a uma confusão quanto ao seu significado. De acordo com Silva e Rodrigues (2012), no Brasil, o termo refugiado é com frequência entendido, pela comunidade nacional, como sinônimo de foragido. Talvez, a proximidade das palavras, como nota os autores, contribui para que muitos brasileiros acreditem ser o refugiado um fugitivo da polícia, alguém que tenha cometido um crime em seu país de origem, mesmo que isso contrarie a definição de refugiado baseada na legislação internacional. Em outros contextos, assim como observa Hynes

---

da vida. A biopolítica refere-se ao governo disciplinar de não somente não apenas indivíduos, mas de toda a população.

<sup>31</sup> A partir de janeiro de 2010, os haitianos começaram a migrar em maior quantidade após o acontecimento de um terremoto (RODRIGUES, 2013). O motivo de seu deslocamento é, portanto, ambiental e não se configura como causa de refúgio segundo a legislação internacional.

(2003), a falta de clareza e de detalhes nas informações divulgadas sobre os refugiados pode ser proposital e se constituir em uma tática do governo em resposta ao aumento de solicitações de refúgio. Esse mistério em torno da presença desses migrantes pode contribuir para a desconfiança e hostilidade. A partir do que analisam Dias e Spandrel (2011), é possível reconhecer a força exacerbada do binômio que opõe verdadeiro e falso refugiado, vítima e impostor, já que distintos atores (governos de origem e acolhida, mídia, trabalhadores sociais, senso comum e até mesmo a comunidade científica), em muitas vezes, parecem confiar nessa distinção. Em suas reflexões, esses autores alertam para o perigo, especificamente, da vitimização, que, ao mesmo tempo em que retira a possibilidade de ação dos sujeitos, os responsabiliza individualmente pelos atos que praticam e pelo que acontecem em suas vidas. Segundo Dias e Spandrel (2011), apesar das reflexões teóricas em torno da justiça e do reconhecimento (HONNETH, 2009) serem importantes para justificar os debates e reivindicações de grupos sociais historicamente estigmatizados, discriminados e oprimidos (como o próprio caso dos refugiados, mas também o caso específico das mulheres), há um viés na vitimização que reduz os sujeitos a seres inertes, completamente passivos. Do mesmo modo, a criminalização do “falso” refugiado, identifica o migrante, sem levar em consideração sua história de vida construída em um contexto sócio-histórico de desigualdade e opressão e, assim, legitima práticas de expulsão e punição.

Dessa forma, vale salientar que, para este trabalho, rejeitar o discurso da vítima não implica abandonar a dimensão do sofrimento nem negar a possibilidade de fazer dele uma categoria de pesquisa, mas, como já foi justificado, evitar uma perspectiva estereotipada que impeça explorar a complexidade e contraditoriedade da vivência do sujeito migrante e refugiado. No debate sobre o reducionismo, torna-se importante também advertir-se sobre outro risco. Ao admitir a perspectiva de ação do sujeito em processo de migrar, torna-se importante destacar, mais uma vez, que não se pretende defender a ideia de um indivíduo absolutamente livre no terreno de suas escolhas e da migração associada a uma decisão de pura vontade. Aceitar a possibilidade de ação, ainda que relativa, do sujeito migrante é reconhecer sua dimensão de resistência, levando em conta, ao mesmo tempo, as condições sociais e históricas às quais esse indivíduo está submetido e nas quais se insere a migração.

Nessa mesma linha de raciocínio, torna-se importante destacar, também, que ao estudar a vivência do refúgio não se tem como objetivo encontrar uma essência e/ou produzir uma

generalização. Pelo contrário, a presente pesquisa em Psicologia Social pretende mostrar o movimento dialético dessa experiência, a qual se constrói nas relações do indivíduo refugiado com o meio e mediado pelas relações de poder, por interesses econômicos e políticos e como fenômeno da ordem dos afetos e das ideias, da mente e do corpo.



### **3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS A RESPEITO DO SUJEITO EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO: A NOÇÃO DE POTENCIALIDADE**

No capítulo anterior, refletiu-se sobre como as noções de vítima e de criminoso, atribuídas aos sujeitos em situação de refúgio, estão associadas a ideias referentes à dimensão da atividade desses indivíduos no processo migratório, ou seja, em sua relação com a sociedade de origem e com a sociedade de recepção. Concepções sobre a autonomia e determinação do sujeito também estão implícitas nas discussões acadêmicas a respeito da migração, naturalmente, a partir de um conhecimento construído sob reflexões e não sob ideias imaginativas (ESPINOSA, 1983a), como no caso dos estereótipos, estigmas e preconceitos. De um certo modo, a história do desenvolvimento das teorias sobre o fenômeno em questão está, em última instância, relacionada à história dos paradigmas científicos sobre sujeito e sociedade. Nesse sentido, este capítulo de dedica a contextualizar, brevemente, tais produções para, em seguida, apresentar a proposta da presente tese para se pensar o sujeito migrante.

#### ***3.1 O dualismo nas abordagens sobre migração: a teoria neoclássica e a teoria estruturalista***

Conforme mostra Peixoto (2004), a história das teorias sobre o fenômeno da migração é, em vários aspectos, atribulada. Primeiramente, no final do século XIX e início do século XX, momento de consolidação das Ciências Sociais, essa questão foi subestimada pela maioria dos autores clássicos. Apesar da importância que o movimento migratório assumiu no contexto europeu nessa época (seja sob a forma de deslocamentos internos que caracterizaram o êxodo rural ou sob a forma de fluxos internacionais motivados pelo povoamento e colonização de novos continentes), esse assunto surgiu de maneira marginal nas produções dessas áreas.

Posteriormente, ao longo do século XX, o interesse pela questão migratória tornou-se crescente. Entretanto, as referências ao tema foram dispersas. Nos estudos da Sociologia contemporânea, por exemplo, a migração, em grande parte das vezes em que é relacionada, não aparece de forma autônoma, diferindo do que acontece com temas considerados básicos, como o trabalho, a educação e as questões territoriais. Essa tendência à dispersão também pode ser

verificada nas demais Ciências Sociais. Dentre as várias disciplinas, a Geografia talvez se destaque por dedicar maior atenção ao problema migratório (PEIXOTO, 2004).

Desse modo, como aponta Peixoto (2004), o tema da migração passa a estar vinculado a diversas ciências. Essa condição de ser “terra de ninguém” envolve desvantagens (como a não valorização do tema e o não investimento por algumas áreas), mas, sob outra perspectiva, também abrange vantagens, dado o enriquecimento analítico proporcionado pela interdisciplinaridade. O percurso histórico detalhado das diversas concepções nos estudos sobre migrações ultrapassa os limites desta pesquisa. Sendo assim, por esse motivo, será traçado, muito brevemente, um panorama dessas teorias, com o objetivo de contextualizar a discussão e o lugar teórico onde o presente trabalho se situa.

De acordo com os estudos de Vainer (1996, 2005), os modelos e teorias migratórias podem ser classificados em duas grandes abordagens principais do pensamento social: o individualismo metodológico e o estruturalismo. A primeira delas, apoiando-se no referencial econômico neoclássico, abrange um grupo de teorias microssociológicas que entendem a migração como um exercício de escolha no território da liberdade. Nesse modelo, o indivíduo é o ator principal da migração, uma espécie de empresário de si mesmo, possuidor de um certo capital humano. Seu movimento é explicado da mesma forma que o movimento do empresário na economia, ou seja, a partir de uma racionalização matemática dos custos e ganhos, das perdas e benefícios. O migrante, então, é o indivíduo que, ao comparar o local onde ele se encontra e os demais, decide entre se deslocar ou permanecer onde está, visando obter mais vantagens e/ou evitar prejuízos. Para esse referencial, portanto, a migração seria um mecanismo regulador, que atuaria corrigindo os desequilíbrios. Segundo Vainer (96), esse raciocínio é utilizado não somente para explicar a mudança territorial de um indivíduo, mas também para explicar o fluxo de um grupo ou de uma população.

Ao considerar a existência de espaços com características economicamente desiguais, essa perspectiva poderia ser interpretada como tendo um viés estruturalista. Entretanto, conforme analisa Peixoto (2004), tais diferenças são entendidas como variáveis intervenientes, que apenas atuam influenciando, ou seja, como precursores da decisão do sujeito, que é dono de seu destino. Assim como reflete Vainer (1996), esse universo teórico-conceitual não compreende a realidade das migrações originadas por relações de força que não sejam aquelas características de

gravitação, de atração e repulsão, também denominadas pelos autores de *push-pull*. Baseando-se na suposição de um mundo da liberdade e da igualdade absolutas, onde a única regulação é a das forças de mercado, as migrações motivadas pela perseguição ou dominação política não encontram espaço para serem pensadas.

Se o enfoque citado é criticado por defender a total liberdade de ir e vir do indivíduo que se desloca, a segunda corrente principal na produção científica sobre a migração, em sua versão mais corrente, é apontada pelo pouco, ou nenhum, reconhecimento da ação do indivíduo. De maneira generalizada e simplificada, no modelo estrutural, não são os indivíduos e suas escolhas que explicam a mobilidade e a localização da população. Nessa outra abordagem, o espaço não é mais o da liberdade individual, mas o da estrutura, sendo a mobilidade humana submetida a sua lógica e dinâmica. Nesse sentido, essa perspectiva abrange o cenário global, enfatizando as relações sociais de produção e propriedade que provocam desigualdades entre as regiões e determinam a migração (VAINER, 1996).

De acordo com esse autor (1996), nas versões mais tradicionais dessa perspectiva, as motivações quando são levadas em consideração, são entendidas como atualizações subjetivadas das determinações da estrutura. Os indivíduos e os grupos passam a ser concebidos como reprodutores em um contexto onde a história já está inscrita, e a sua mobilidade, longe de ser a manifestação de uma liberdade individual, não passa de uma ficção, realista e realizável, uma manifestação das leis necessárias à estrutura. Desse modo, em oposição ao sujeito onipotente e irreduzivelmente livre revelado pelas teorias neoclássicas, o sujeito na corrente radicalmente estruturalista é quase inexistente. Na realidade, para essa linha de argumentação, é como se um único sujeito absoluto reinasse: a estrutura (VAINER, 2005).

Assim como reflete Almeida (2011), apesar das importantes contribuições que essa última perspectiva teórica oferece aos estudos sobre a migração, as condições objetivas que afetam os indivíduos e que, portanto, estão envolvidas no processo migratório não são suficientes para tratar da complexidade desse fenômeno e da sua dimensão singular. Para um maior alcance analítico, compreende-se que é necessário a busca por uma síntese entre as duas abordagens, contemplando de maneira articulada os determinantes sociais e históricos, mas também as dimensões políticas e subjetivas envolvidas no fenômeno da migração.

Nessa direção, foi possível identificar um conjunto de pesquisas e de estudos que se aproximam quanto à defesa da migração e, especificamente, do refúgio como fenômenos não redutíveis a leis da oferta e da procura ou a fatores do tipo *push-pull*. Para esses autores, os migrantes não devem ser vistos como vítimas passivas do sistema ou dos efeitos perversos da globalização, mas como sujeitos, que expressam a resistência e uma luta afirmativa, apesar dessas determinações (CORSINI, 2007).

Como indica o levantamento de Corsini (2007), as produções de Hardt e Negri (2001), de Sayad (1998), de Mezzadra (2005) e, aqui, acrescenta-se a própria produção dessa autora e de Souza (2010, 2012, 2014) convergem para a compreensão da ambiguidade da vivência do migrante. Afetados pelas desigualdades sócio-históricas do mundo, os migrantes, nessa concepção, encarnam uma potência criadora e transformadora, corporificando em suas lutas o desejo por liberdade e mudança, próprio do humano. Paralelamente à dimensão trágica da fuga, há uma recusa à dominação. Nesse sentido, ainda que se dê de maneira negativa, essa recusa a continuar vivenciando a violência e a opressão é o começo de toda política de libertação (SOUZA, 2012). Coerente com essas reflexões a respeito da capacidade ativa do migrante exploram-se, brevemente, a seguir, algumas considerações teóricas sobre a dimensão de resistência desse sujeito a partir do referencial de Vigotski (1998, 2001a), Espinosa (1983a) e Sawaia (2000, 2009).

### ***3.2. A noção de sujeito enquanto grau de potência: a dimensão da resistência***

Conforme aponta Molon (1999), o desenvolvimento do conhecimento psicológico também foi marcado por dicotomias, traduzidas na oposição entre sujeito e sociedade (subjetividade e objetividade), mente e corpo, emoção e razão. A legitimação da Psicologia como ciência moderna, fortemente influenciada pelo pensamento naturalista e positivista da época, restringiu seu objeto ao mensurável, ao empírico, reduzindo o sujeito ao observável. A subjetividade, que inicialmente foi reconhecida como objeto da Psicologia, passou a ser restringida ao inacessível e excluída de seu campo de investigação. De acordo com Vigotski (2004a), a essência do conflito da Psicologia, nessa época, estava, portanto, na divergência teórica e metodológica entre materialismo e idealismo.

Ao longo do processo de construção da Psicologia Social como ciência, foram surgindo algumas tentativas de superação das reduções conceituais e metodológicas, bem como de rompimentos das dicotomias citadas. A Psicologia Sócio-Histórica, baseada no marxismo, seguiu seu projeto nessa direção, dedicando-se ao estudo do produto da relação entre indivíduo e sociedade. Considera, assim, o processo por meio do qual, a partir da atividade, a subjetividade é constituída, levando em conta as determinações históricas e as mediações da linguagem e das relações sociais. Nessa perspectiva, a construção de um saber crítico em Psicologia passa a ser buscada com base em um novo referencial epistemológico, ontológico e metodológico: o materialismo histórico e dialético (GONÇALVES, 2005).

Fazendo parte dessa abordagem, as contribuições de Vigotski (1998, 2001a)<sup>32</sup> revelam-se inovadoras para a compreensão do sujeito (e no caso da presente pesquisa do sujeito migrante), ao reconhecê-lo como parte integrante e determinada do contexto sócio-histórico e político, inserido numa lógica de dominação, mas sem com isso esquecer-se de seu poder de atividade e de resistência. Nesse sentido, ao considerar as relações sociais como sendo constitutivas do sujeito, Vigotski propõe uma concepção da dimensão social que escapa de um sentido genérico e abstrato, indiscriminado e absoluto, pois a entende como sendo vivida na subjetividade e intersubjetividade, com uma dinâmica que se constitui na relação entre os indivíduos e seus semelhantes. O projeto de Vigotski, portanto, dá um salto qualitativo importante no sentido de reconhecer e valorizar o sujeito e a subjetividade, que são localizados numa corporeidade biológica, semiótica, afetiva e histórico-social (MOLON, 1999).

No processo de constituição do sujeito, a atividade humana caracteriza-se, assim, pela reprodução ou repetição de algo já existente, mas também pela criatividade e pela capacidade de imaginar. De acordo com Brandão (2008), a noção de sujeito proposta por Vigotski deixa clara sua dimensão ativa, quando considera o indivíduo como sendo capaz de modificar as próprias condições objetivas.

Baseando-se na elaboração desse autor, o sujeito, que é aqui defendido, é inteiro, pois nele não há antagonismo entre emoção e razão. Afeto e intelecto formam uma unidade, o que não

---

<sup>32</sup> Essa apropriação do marxismo na Psicologia foi realizada de forma mediada e não direta. No caso específico da obra de Vigotski, não se buscou a psicologia no marxismo ou na aderência de marxismo e psicologia, mas apontou-se a necessidade de produção de categorias próprias da ciência psicológica e de construção de uma metodologia específica (MOLON, 1999).

significa dizer que esses sejam fenômenos idênticos. A afetividade, nessa perspectiva, é considerada uma função psicológica superior, já que é mediada socialmente, e, portanto, relaciona-se intrinsecamente às outras funções como a linguagem, o pensamento e a aprendizagem (SAWAIA, 2000). Sendo assim, a partir de Vigotski, pode-se pensar em uma noção de sujeito também relacionada ao corpo e não só do pensamento ou do conhecimento. É o sujeito que experiencia, que afeta e que é afetado.

Inspirando-se na filosofia de Espinosa (1983a), Vigotski considera que os afetos, em conjunto com o desejo e a necessidade, constituem a esfera motivacional do psiquismo, ou seja, a base afetivo-volitiva das funções psicológicas, representando, portanto, o último porquê das atividades e ideias do sujeito. Evidenciando essa integração entre intelecto e afeto, Vigotski (2001a) compreende o sujeito como produtor de sentidos. O sentido de uma palavra é mais amplo que o significado, pois se refere a necessidades que mobilizam o sujeito. Trata-se de uma formação dinâmica, fluida e complexa, ao passo que o significado refere-se aos conteúdos instituídos e estabilizados. Para Vigotski, a ação humana, então, não é algo que se dá mecanicamente, mas dentro de um horizonte de sentido.

Dessa maneira, a partir de Vigotski, pode-se pensar a atividade do sujeito como não restrita à simples ação do entorno, do cotidiano. Segundo esse autor, a atividade contém dentro dela mesma toda a história, inclusive a história da luta de classes. Os sentidos e significados não estão descolados dessa história, dessa materialidade, da atividade. O simbolismo e a convencionalidade dos signos são importantes características da atividade humana que atuam na construção do indivíduo segundo as linhas da matriz sócio-histórica e cultural. Assim, ao falar de sentidos, significados ou afetos, Vigotski também se difere de outras correntes da Psicologia Social que diferenciam a atividade cognitiva da atividade social. Esse autor não se refere a uma atividade cognitiva, vinculada a uma dimensão psicológica e individual, mas entende que ela é mediada social e historicamente (KOZULIN, 2002).

Desse modo, a atividade humana não é algo que se dá mecanicamente, mas dentro de um horizonte de sentido. O sujeito sendo afetado em suas relações age na busca do que lhe é útil. O útil não é o pragmático, mas o que faz sentido para o sujeito, o que mobiliza suas vivências subjetivas (BRANDÃO, 2008). Emoção, linguagem e pensamento são mediações que levam à

ação. Quando somos afetados, somos afetados no corpo e no pensamento, produzimos sentidos que podem levar ou não à ação.

Vigotski partilha com Espinosa a ontologia de sujeito como grau de potência, como força para se conservar na existência. Essa força, denominada por Espinosa de “conatus” não se confunde com a luta pela sobrevivência darwiniana ou com o sobrevivencialismo pós-moderno (caracterizado como um superinvestimento na sobrevivência biológica com a abolição dos sentidos). Conservar-se na existência não se reduz a manter-se vivo, mas relaciona-se à expansão do corpo e da mente na busca da felicidade, da liberdade, que são necessidades fundamentais da existência do homem. Desse modo, a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do sujeito em seu processo de conservação, o que pressupõe a passagem da heteronomia para a autonomia. É por essa via que se pode falar de um sujeito como dimensão de resistência, como potencialidade de desenvolvimento e atividades (SAWAIA, 2009).

A ideia do sujeito como potencialidade se traduz também na concepção de atividade revolucionária baseada no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal de Vigotski (1998). Nesse sentido, o que é revolucionário é o agir consciente e afetivo dos sujeitos que transformam as suas realidades a partir de uma ação crítica no cotidiano das relações. Aqui a Zona de Desenvolvimento Proximal não se trata apenas da relação entre aprendizagem e desenvolvimento (como foi comumente difundida), mas também como síntese entre o sujeito e o social (HOLZMAN; NEWMAN, 2002; BRANDÃO, 2008).

Assim como esclarece Sawaia (2009), a potência de ação e de conservação na existência não se refere, entretanto, a uma tendência natural que se realiza por si e como causa de si. Ela é poder de ser afetado. Isto quer dizer que apesar de ser irreprimível, varia de intensidade, a depender das intersubjetividades que constituem o sujeito, ou seja, das afecções que seu corpo e pensamento sofrem nas relações. Desse modo, o sujeito é um agente ativo em seu processo de desenvolvimento, mas não age em terreno de sua própria escolha. Constitui-se de acordo com o contexto social, que define as alternativas referentes à sua realização.

## 4 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO REFÚGIO: OS CASOS DO BRASIL E DA FRANÇA

Tratando-se o refúgio de um universo pouco divulgado e explorado, especificamente pelas pesquisas brasileiras em Psicologia, percebe-se como sendo importante o estudo, dentro dos limites deste trabalho, das políticas destinadas a esses migrantes nos contextos pesquisados, já que a vivência das mulheres investigadas no refúgio também<sup>33</sup> está relacionada à maneira pela qual elas são afetadas pelas condições sócio-históricas desse tipo de proteção no país de acolhida. Antes, porém, de se concentrar na realidade atual do refúgio no Brasil e na França, compreende-se que seja necessário, para o melhor entendimento do tema, um breve esclarecimento sobre os aspectos teóricos e conceituais que nele estão envolvidos. Nesse sentido, primeiramente, será apresentado o processo histórico da definição de refúgio, o que inclui sua diferenciação do conceito de asilo político e sua transformação a partir de instrumentos jurídicos regionais. Especificamente, será conferida especial atenção ao processo de reconhecimento da questão de gênero como elemento legítimo para a concessão desse tipo de status à migrante em situação de perseguição.

### *4.1 O refúgio na legislação internacional: origem sócio-histórica e definições*

A concessão de proteção a pessoas em perigo vem sendo verificada ao longo de toda a história da humanidade. Assim como discorre Barreto (2010), por conta de motivos políticos, religiosos, sociais ou culturais, milhões de pessoas precisam deixar seus territórios e buscar proteção em outros países. Com o passar do tempo, a acolhida a estrangeiros foi se tornando amplamente difundida e diversificada, demandando, portanto, sua regulamentação. Segundo Jubilut (2007), a positivação desse tipo de proteção foi estabelecida com a elaboração do direito ao asilo, em sentido mais amplo, o qual abrange, especificamente, o asilo diplomático e territorial e o refúgio. Para alguns estudiosos do tema, essas duas categorias citadas se assemelham, pois, constituindo-se em espécies do mesmo gênero, apresentam o mesmo objetivo: a proteção pelo

---

<sup>33</sup> Dito de outro modo, a vivência das mulheres investigadas no refúgio está relacionada não apenas às condições do país de origem que motivaram a migração, mas também às condições desse tipo de proteção no país de acolhida.



Estado de indivíduos estrangeiros em perseguição. Esse posicionamento é característico da maioria dos países, dentre eles a França, que utiliza uma única nomenclatura para ambos os casos, a do asilo. Porém, nos países da América Latina, as duas práticas são separadas e classificadas como institutos jurídicos<sup>34</sup> diferentes. Sendo o Brasil um dos terrenos deste estudo, optou-se por apresentar tal distinção na sessão seguinte.

#### *4.1.1 Asilo e refúgio: das diferenças entre os conceitos migratórios*

A modalidade do asilo origina-se na antiguidade clássica, tornando-se, particularmente na Grécia antiga, objeto de grande valor e de extenso uso. Conforme observa Andrade (2001), vários dos princípios e normas dessa época permanecem aplicáveis na legislação internacional que tange os refugiados atualmente.

Dotado, no princípio, de caráter religioso, o asilo foi concedido como uma noção de inviolabilidade, a partir da qual o sujeito poderia encontrar proteção para a sua vida. (ANDRADE, 2001). Nesse contexto sócio-histórico, os lugares considerados sagrados eram espaços de proteção contra violências e perseguições, em virtude do temor e do respeito que estavam relacionados aos templos e às divindades. Por esse motivo, constituíam-se em territórios invioláveis, onde os representantes do governo e do exército não podiam entrar (BARRETO, 2006; 2010). Assim como já foi mencionado em capítulo anterior, o estrangeiro que buscava asilo era, nessa época, favorecido pelo critério da hospitalidade, além de constituir-se em uma arma política contra os territórios inimigos. À semelhança dos gregos, outros povos (dentre eles, os egípcios e os romanos) designaram lugares sagrados, de adoração religiosa, para os migrantes asilados, estendendo esse direito aos escravos, aos soldados derrotados e aos acusados de crimes.

Conforme destaca Jubilut (2007), uma modificação, porém, ocorreu com o advento do Império Romano, quando o asilo deixou de se limitar ao aspecto religioso e adquiriu um caráter jurídico, protegendo, desse modo, apenas as pessoas consideradas como injustamente

---

<sup>34</sup> No Direito, quando determinada situação, medida ou condição passa a ser considerada especial (no sentido de consolidada pelo uso e pela tradição durante longos séculos) para a vida em sociedade, recebe um tratamento diferenciado (ALVES, 2010). O termo instituto jurídico refere-se ao conjunto de normas jurídicas que rege esse tipo de relação social ou interesse e que se identifica pelo fim que procura realizar. (NADER, 1998).

perseguidas. Durante a Idade Média, no entanto, tal instituto voltou a assumir a restrição religiosa, limitando-se a igrejas e cemitérios para, somente com a Reforma Protestante, passar, novamente, a se configurar como modo de proteção da liberdade (religiosa, mas também de opinião) dos seres humanos.

Ao longo de todo esse período, o asilo beneficiava as pessoas que eram perseguidas por ter cometido um crime considerado comum. Os perseguidos por motivo político não eram acolhidos, já que, na maior parte dos regimes absolutistas, a proteção a esse tipo de dissidente significaria uma afronta e poderia provocar uma guerra. Foi a partir da Revolução Francesa, caracterizada pelo desenvolvimento dos ideais de liberdade e de direitos individuais, que essa configuração se transformou. O asilo passou, então, a ser concedido aos considerados criminosos políticos e não mais aos criminosos comuns, já que, com o desenvolvimento das relações entre os Estados e o aumento da população e da criminalidade, tornou-se menos aceitável esse último tipo de proteção (BARRETO, 2006, 2010).

Segundo Jubilit (2007), por meio do instituto jurídico do asilo, o Estado passou a ter o poder de proteger qualquer pessoa que estivesse sob sua jurisdição. É o que se denomina, modernamente, de asilo político, uma vez que é atribuído a migrantes ameaçados por essa razão. Esse instituto se divide em dois tipos, o asilo territorial (quando o indivíduo perseguido já se encontra fisicamente no país ao qual ele solicita proteção) e o asilo diplomático, quando esse sujeito encontra-se localizado em extensões do território desse mencionado país, como, por exemplo, embaixadas, navios ou aviões nacionais. O primeiro desdobramento do asilo político não é garantido, obrigatoriamente, como decorrência do segundo.

Conforme mostram Cunha (2002) e Barreto (2006), contemporaneamente, o asilo especificamente político e diplomático é regulamentado a partir do Tratado de Direito Penal Internacional de Montevideu de 1889, diferenciando-se e assumindo a condição de instituto característico da América Latina. Possivelmente, em virtude da instabilidade política da região, que sofria sucessivas revoluções, instituiu-se a proteção a pessoas perseguidas por motivos políticos que também cometeram um delito comum conexo com a política.

De acordo com Cunha (2002), o direito à proteção diplomática existe, no momento atual, praticamente, apenas na América Latina, cujos países são signatários de demais sete acordos<sup>35</sup> a esse respeito. Na Europa, casos esporádicos de asilo diplomático aconteceram nos últimos séculos, geralmente, sob intensos protestos dos países de onde se originavam as perseguições e sem o reconhecimento da condição como instituto do Direito Internacional. Nesses casos, o asilo foi concedido devido a uma *prerrogativa dos Estados, resultante do Direito Interno*. Com o passar do tempo o instituto do asilo diplomático deixou praticamente de existir no continente europeu. Já no caso da legislação brasileira, a atribuição do asilo político (territorial e/ou apenas diplomático) está, presentemente, prevista na Constituição Federal de 1988 (BARRETO, 2006) e pode ser verificada a partir de casos conhecidos<sup>36</sup> e atuais, como o do presidente equatoriano Lúcio Gutierrez, em 2005, e o do senador boliviano Roger Molina, em 2012.

Assim como descrevem Andrade (2001) e Jubilut (2007), além do asilo político, o direito de asilo possibilitou a criação de outra modalidade prática de proteção internacional: o refúgio. Quase que paralelamente ao desenvolvimento do asilo político latino-americano, essa outra normatização jurídica do gênero asilo surgiu, na esfera internacional, no marco da Liga das Nações e, posteriormente, da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo motivada por razões distintas das que mobilizaram o primeiro tipo de desdobramento da categoria mais ampla de asilo.

No início do século XX, o mundo se viu diante de movimentos migratórios massivos relacionados, principalmente, à Revolução Russa e à queda do Império Otomano. Nesse contexto, tornava-se impraticável uma qualificação individual por meio do instituto do asilo. Após a Primeira Guerra mundial, o número de pessoas deslocadas aumentou ainda mais e foi acompanhado de dificuldades em vários níveis, o que trazia uma complexidade para a definição do instituto jurídico que, posteriormente, normatizaria a proteção desse grupo. Uma mobilização e uma administração internacional, assim, fizeram-se necessárias. Nesse contexto, a primeira

---

<sup>35</sup> Convenção sobre Asilo de 1928, assinada em Havana; Convenção sobre Asilo Político de 1933, assinada em Montevidéu; Tratado sobre Asilo e Refúgio Político de 1939, assinado em Montevidéu; e Convenção sobre Asilo Diplomático de 1954, assinada em Caracas (CUNHA, 2002).

<sup>36</sup> Não se constituindo como obrigatoriedade do Estado, a proteção do asilo político é concessão do Estado no exercício do seu poder discricionário e não um direito do indivíduo. Nesse contexto, é atribuída a casos particulares, geralmente de personalidades notórias (BARRETO, 2006).

proteção coordenada e institucionalizada a esses migrantes se deu com a criação da Liga das Nações<sup>37</sup> (ANDRADE, 2001; JUBILUT, 2007).

Segundo Barreto (2010), com a Segunda Guerra Mundial, a questão dos refugiados assumiu proporções antes jamais vistas. Frente a essa catástrofe humana, vários instrumentos jurídicos e outras organizações foram criados e uma longa construção doutrinária foi construída. Esse processo culminou, em 1951, na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, conhecida como a Convenção de Genebra e, mais tarde, em 1967, no Protocolo de Nova Iorque. Nessa época, tendo substituído a Liga das Nações, a ONU<sup>38</sup> havia instituído o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

De acordo com o artigo 1º, do capítulo 1 da Convenção de Genebra de 1951 (ACNUR, 2001), o termo refugiado se aplica a qualquer pessoa que:

em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1.º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social, ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora desse país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Como explica Moreira (2007), a primeira expressão da definição citada chama atenção pela reserva temporal, segunda a qual apenas seriam reconhecidos refugiados aqueles migrantes perseguidos em virtude de situações que ocorreram antes de 1951. Além desse elemento, a Convenção oferece duas possibilidades interpretativas para tal trecho, uma restritiva ao espaço geográfico e outra mais ampla. Dessa forma, caberia ao Estado decidir entre adotar a fórmula que considera eventos acontecidos apenas na Europa ou a fórmula que abrange, além desse continente, os demais. Refletindo sobre essa questão, Kobelinsky (2010) analisa a construção da definição como um processo não uniforme e linear. Para essa autora, a elaboração final do que é refugiado, inscrita nessa Convenção, reflete a relação de força entre diferentes discursos intra e

---

<sup>37</sup> A Liga das Nações foi criada em 1919, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais. (JUBILUT, 2007).

<sup>38</sup> Segundo Jubilut (2007), a ONU apresenta três tipos de órgãos subsidiários: os comissariados (como o ACNUR), os fundos (como o Fundo das Nações Unidas) e os programas (como o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

intergovernamentais que a atravessam. Não diferente de todo produto jurídico, ela é cortada por muitas lutas de poder.

Nessa direção, Jubilut (2007) também interpreta a existência da reserva geográfica como decorrência da pressão dos Estados europeus, os quais se viam prejudicados com a enorme massa de refugiados em seus territórios. Além desse ponto, a pesquisadora menciona também outro elemento da Convenção sujeito a críticas, o fato de ela se restringir a violação dos direitos civis e políticos como motivos para a legitimação da condição de refugiado, deixando de lado os direitos econômicos, sociais e culturais, frequentemente violados em países em desenvolvimento. Para essa autora, mais uma vez, destaca-se a posição eurocêntrica desse documento.

Assim como avalia Jubilut (2007), as limitações da Convenção de Genebra não devem, contudo, impedir que seus aspectos positivos sejam reconhecidos. Em sua formulação, alguns dispositivos importantes do Direito Internacional dos Refugiados são estabelecidos, como, dentre outros, o princípio do *non-refoulement* (pelo qual o migrante em situação de refúgio não pode ser mandado, contra sua vontade, para um território onde possa ser perseguido ou ameaçado de morte) ou a regra que impede que haja punição ao solicitante que permanece e/ou entrou no país estrangeiro de maneira irregular. Além disso, esse instrumento estabelece o tratamento mínimo que deve ser conferido aos refugiados, determinando os direitos essenciais que lhes devem ser assegurados.

A partir dessas considerações, é possível visualizar algumas das diferenças existentes entre as categorias de asilo político e refúgio, as quais estão consideradas no ordenamento jurídico brasileiro. Segundo Barreto (2006), a principal distinção reside no fato de que o primeiro instituto mencionado, tendo o caráter discricionário, constitui-se em um exercício de ato soberano do Estado, cuja decisão e cumprimento não estão sujeitos a nenhum organismo internacional. Difere, portanto, do que acontece no segundo caso, em que o instituto caracteriza-se como um ato declaratório do Estado, sendo fiscalizado internacionalmente. Como consequência, da concessão do asilo político não decorrem obrigações nem políticas de integração nacional a ser implementadas pelo Estado de acolhida, o que é exigido, por sua vez, a partir do reconhecimento do refúgio. Pelo mesmo motivo, o asilo político não exclui a possibilidade de proteger um indivíduo que tenha atuado contra a finalidade e princípios das Nações Unidas (como ter

cometido um crime, por exemplo) o que não é admitido em se tratando do refúgio, que conta com essa cláusula de exclusão presente na Convenção de 1951.

Além disso, acrescentam-se, ainda, outras diferenças importantes. Conforme observa Barreto (2006), a proteção do asilo político demanda uma perseguição atual e efetiva, ao passo que, na situação de refúgio, é suficiente o fundado temor de perseguição. Ademais, para se configurar no primeiro tipo citado, o motivo da ameaça é limitado a questões políticas, enquanto que, para o segundo, a proteção ocorre em virtude de alguma das cinco razões previstas para o indivíduo encontrar-se em risco: opinião política, raça, religião, nacionalidade e pertencimento a grupo social.

#### *4.1.2 A ampliação da definição de refúgio e os principais tratados regionais*

Assim como relata Moreira (2007), na década seguinte à adoção da Convenção de Genebra, outros acontecimentos apontaram no cenário mundial, como a descolonização afro-asiática. Em virtude das limitações, anteriormente relatadas, presentes no texto dessa Convenção, assim como, por causa do surgimento desses novos grupos de refugiados (os quais não se enquadravam na definição estabelecida nesse documento), foi elaborado o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, conhecido como Protocolo de Nova Iorque, de 1967, também sob a direção do ACNUR. Tal instrumento teve como objetivo abolir as reservas geográfica e temporal, garantindo maior amplitude e abrangência à definição de refúgio (JUBILUT, 2007).

A instauração de uma base jurídica universal do Direito Internacional dos Refugiados, a partir da aprovação desses dois instrumentos, não impediu que os sistemas regionais de proteção se adaptassem. Nesse contexto, não demorou, então, para que as questões relativas à concessão do refúgio se diferenciasssem de uma zona geográfica a outra, segundo a natureza das causas das migrações, as características dos indivíduos em mobilidade e as possibilidades de acolhidas de cada território.

Como descrevem os estudos da Amnesty International<sup>39</sup> (2012), muitos Estados da África, América e Europa<sup>40</sup> se engajaram em elaborar textos regionais, mais próximos de suas realidades.

---

<sup>39</sup> Em português, Anistia Internacional.

O primeiro exemplo disso foi a criação de um tratado que regesse os aspectos próprios aos problemas dos refugiados na África: a Convenção Relativa aos Aspectos Específicos dos Refugiados Africanos, adotada em 1969 pela Organização da Unidade Africana (OUA). Esse instrumento possibilitou, dentre outras adaptações, que a definição de refúgio fosse estendida a situações coletivas, acrescentando a possibilidade de proteção em casos de violência generalizada (como desastres causados pelo homem, ou catástrofes naturais) e levando em consideração que tais problemas pudessem ser localizados em apenas uma parcela do território de origem do migrante e não, necessariamente, em seu todo (JUBILUT, 2007).

Inspirando-se fortemente nessa concepção africana de refúgio, um tratado regional também foi elaborado e aprovado por vários Estados da América. De acordo com Moreira (2012), nas décadas de 70 e 80, os países dessa região foram marcados por regimes ditatoriais e tornaram-se palco de conflitos armados. Particularmente, na região centro-americana (especificamente, na Nicarágua, Guatemala e El Salvador), uma situação de guerra provocou um deslocamento de milhões de pessoas, muitas das quais não se enquadravam nos requisitos mencionados do Direito Internacional sobre Refúgio. Nesse contexto, uma reavaliação da proteção a esses migrantes tornou-se necessária. Para tanto, em 1984, no quadro da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi elaborada a Declaração de Cartagena, que permitiu conceder refúgio a pessoas que tiveram sua vida, segurança ou liberdade ameaçadas, em virtude da existência de violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação maciça de direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, 2001).

Em alguns casos, porém, a possibilidade de adaptação dos Estados quanto à definição de refúgio pode ser a ocasião para limitar ao máximo as condições de sua legitimação, como ficará mais claro para o caso europeu. Nesse contexto, conforme observa Freedman (2004), a harmonização de políticas sobre o direito ao refúgio no quadro da União Europeia, pode favorecer ainda mais essa restrição, uma vez que se torna um meio de supranacionalizar os problemas e as decisões difíceis.

---

<sup>40</sup> Segundo a Amnesty International (2012), a adaptação regional não se desenvolveu, entretanto, na Ásia, onde não existe um regime particular que trate dos direitos humanos e do refúgio.

A Corte Europeia de Direitos Humanos<sup>41</sup>, objetivando proporcionar um espaço democrático e jurídico comum, baseia-se na Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (CEDH), de 1950, para precisar os contornos do refúgio, mesmo que não haja nenhuma menção nesse documento a essa questão. Segundo a Amnesty International (2012), em relação à definição de refúgio, essa organização permaneceu cautelosa quanto a sua dimensão coletiva, considerando que o simples risco de ser mandado de volta a uma situação de guerra civil ou de violência generalizada, não é suficiente para demonstrar o risco real e personalizado das perseguições, exceto no caso de a pessoa pertencer a uma minoria, sobre a qual há evidências que atestam que ela é oprimida de maneira generalizada.

Apesar de não haver documento regional que amplie a definição de refúgio, a concessão a esse tipo de proteção não deixa de ser adaptada por meio de outros tratados europeus. O Regulamento de Dublin II<sup>42</sup>, de 2003, é um exemplo de instrumento que faz parte do acervo atual dessa região sobre o acolhimento em situações de refúgio. Trata-se de um mecanismo que determina qual Estado da União Europeia deve ser responsável pelo pedido do migrante. De acordo com tal regulamento, um Estado pode se sentir desobrigado em acolher um solicitante, se ele tiver iniciado, anteriormente, um processo semelhante em outro país da região. Além desse instrumento, a Diretiva Qualificação, de 2004, permite, sem ampliar a noção de refugiado, aplicar uma proteção subsidiária a pessoas ameaçadas em caso de morte, de torturas, tratamento desumanos ou degradantes, ou em razão de uma violência cega, conflito armado interno ou internacional. Esse tipo de proteção pode ser classificada segundo o conceito de asilo territorial, visto que não compete à esfera internacional. Além dessa particularidade, a proteção subsidiária difere também do refúgio, pois dela decorrem direitos e garantias mais restritos (AMNESTY INTERNACIONAL, 2012). Um dos limites desse status é que sua concessão é válida por apenas um ano, podendo ser renovada. Essa renovação, entretanto, pode ser recusada quando as circunstâncias que justificaram o reconhecimento da necessidade de proteção não existirem mais ou tenham sofrido uma modificação profunda (ADFEM, 2012).

Na análise dos estudos da Amnesty International (2012), essas concepções diferentes do Direito ao Refúgio, características de cada região, acabam refletindo as diferentes visões do

---

<sup>41</sup> A Corte Europeia dos Direitos Humanos é composta por representantes dos 47 Estados membros do Conselho da Europa.

<sup>42</sup> O Regulamento de Dublin II substituiu a Convenção de Dublin, assinada em 1990.



Direito Humano. Enquanto o sistema europeu insiste consideravelmente nos direitos fundamentais e nas liberdades individuais das pessoas, o sistema da América do Sul, depois de ter se aproximado do sistema africano, aborda o refúgio de maneira mais global e se prende a uma ideia de solidariedade entre os povos. Essas duas últimas concepções são mais amplas, mais têm menos mecanismos de controle para garantir sua efetividade.

#### *4.1.3 O refúgio por motivo de gênero: o reconhecimento a partir de uma nova interpretação da Convenção de Genebra*

Como pôde ser notado, a questão de gênero não é explicitamente mencionada nos instrumentos principais do Direito Internacional que concernem o refugiado e, portanto, não é considerada, por si mesma, como possível motivo de perseguição. De acordo com os estudos do Observatoire de l'asile et des réfugiés<sup>43</sup> (2011), tais documentos foram elaborados e adotados em uma realidade política e histórica, na qual a imagem do refugiado típico corresponde a de um oponente político, do sexo masculino. Nesse contexto, assim como analisa Aprile (2008), do mesmo modo que a migrante comum, a mulher refugiada significaria uma exceção ao estereótipo de um feminino eterno, devotado ao lar e, portanto, ao imobilismo. Contudo, a presença dos casos de mobilidade feminina não inverte essa lógica imaginativa e não impede a ideia de que é, principalmente, o homem que se arrisca em uma aventura, seja ela política ou econômica. O sentido atribuído à refugiada não está relacionado, portanto, à presença feminina no fenômeno migratório, mas a um imaginário social fundamentado na ideia da esposa, que migra para acompanhar seu cônjuge. O direito da mulher à acolhida no país hospedeiro depende, então, da obtenção do status de refugiado da parte de seu marido, caso ela tenha um, ou da proteção de suas crianças (LACAZE, 2007). A possibilidade de uma mulher que migra sozinha destoa, portanto, dessas expectativas.

Assim, de acordo com Freedman (2004, 2008), a interpretação da lei internacional acerca do refúgio desenvolve-se a partir de uma análise das solicitações e atividades masculinas. Segundo essa autora, a divisão sexual do trabalho e os papéis sexuais, adotados na maior parte das sociedades, contribuem para que as atividades da mulher sejam diferenciadas das dos

---

<sup>43</sup> Na tradução para o português: Observatório do asilo e dos refugiados.

homens. Nesse sentido, apesar de haver mulheres militantes, membros de partidos da oposição ao governo do seu país, suas atividades não são consideradas como “políticas” (no sentido clássico do termo) e nem passíveis de perseguições reais. Participando dos movimentos políticos, em algumas vezes, de maneira considerada indireta, ao engajar-se em papéis como os de esconder pessoas, transmitir mensagens ou alimentar e cuidar, essas mulheres encontram dificuldades de fazer valer suas experiências frente às instituições de migração, nos países onde elas solicitam o refúgio. Quando fogem acompanhadas, seus pedidos, frequentemente, não são registrados como autônomos, mas como dependentes do de seus maridos, vistos como o membro ativo do casal.

Conforme já mencionado em capítulo anterior, a vitimização do refugiado é um fenômeno mais forte quando se trata de casos específicos de mulheres, principalmente, se elas estiverem grávidas, ou sozinhas com seus filhos. Uma vulnerabilidade relacionada ao gênero é então pensada e chega a ser um critério, em algumas vezes, para se pensar as políticas de assistência a essas migrantes. Esse reconhecimento, entretanto, não se reproduz necessariamente no reconhecimento do gênero como motivo causador da perseguição.

Nesse contexto, além do estereótipo do refugiado homem, agente da resistência política, as violências motivadas pelo sexo ou pelo gênero, foram durante muito tempo, desvalorizadas, tardando a ser reconhecidas pela legislação internacional como violência aos direitos humanos (FREEDMAN, 2004, 2008). Segundo Macklin (1995), as perseguições relacionadas ao gênero podem assumir duas configurações diferentes. Em sua tipologia, a autora observa que o gênero pode caracterizar o motivo de uma violência, mas também pode estar presente na forma com que a violência se manifesta. Nesse caso, é importante destacar que, embora o recorte deste estudo seja restrito a histórias de mulheres ameaçadas, as perseguições relacionadas ao gênero não são específicas das mulheres. Conforme esclarece o Observatoire de l’asile et des réfugiés (2007), as questões da orientação sexual e da identidade de gênero ligadas às problemáticas da dominação social e de políticas de heterossexualidade também são incluídas nesse grupo de perseguições. Além disso, em circunstâncias mais raras, homens também podem ser alvos de perseguição caracterizada pelo gênero, já que, em certas sociedades, podem ser constrangidos em virtude de casamentos forçados, de crimes de honra, de serviços militares obrigatórios, de ritos de iniciação, dentre outros.

Voltando aos sujeitos da presente pesquisa, de acordo com Macklin (1995), as perseguições com caráter de gênero referem-se, então, tanto às violências sofridas pelas mulheres pelo fato de elas serem mulheres, como também às violências sofridas por elas como mulheres. A ideia de uma mulher perseguida porque é mulher não é sinônimo, portanto, da mulher perseguida como mulher.

No primeiro caso, as perseguições motivadas pelo gênero podem ocorrer em virtude de costumes ou normas de comportamento impostas às mulheres, como as mutilações genitais femininas (clitoridectomia, excisão, infibulação, punção, perfuração, raspagem, incisão, cauterização, dentre outras), ou por causa de legislações discriminatórias, como as de países em que a religião e o Estado não são separados e cujas leis impõem modelos de comportamento ou de vestimentas (a proibição ao divórcio e o uso do véu, por exemplo). As perseguições originadas em razão do gênero também podem ser observadas quando as mulheres se posicionam contra as restrições da vida cotidiana e/ou profissional, as quais lhe atribuem um status de inferioridade e perpetuam as relações de dominação masculina. Os casamentos forçados, as violências conjugais e as repressões pelo adultério são modos desse tipo de violência. Em todas essas situações, em resposta à oposição da mulher, podem se suceder agressões físicas, como as lapidações, as desfigurações e os crimes de honra (OBSERVATOIRE DE L'ASILE E DES RÉFUGIÉS, 2011), como também podem acontecer violências específicas que assumem um formato determinado pelas relações de gênero. Trata-se, como já adiantado, da segunda possibilidade em que o gênero está associado às perseguições.

Nesse caso, uma parte significativa das violências sofridas pelas mulheres está relacionada ao controle na esfera sexual e reprodutiva, incluindo a interdição de relações sexuais antes do casamento, o estupro, a gravidez forçada, o aborto forçado, a esterilização forçada, a prostituição forçada, etc. A perseguição que se manifesta através da violência de gênero não está, porém, relacionada apenas a situações motivadas por essa questão, mas pode também ocorrer em outras situações de conflito. O estupro em massa em períodos de guerra, por exemplo, pode significar uma estratégia de limpeza étnica ou de dominação masculina. Do mesmo modo, a nudez forçada e outros atos de humilhação e de agressão sexual podem servir como meio de, através das mulheres, atingir o grupo social, étnico ou religioso que é visado como alvo. Isso acontece, pois, em certos contextos, segundo os mitos coletivos, as mulheres podem significar fertilidade, pureza e dignidade. Dessa maneira, a violência direcionada a elas, de forma

generalizada, pode ter o objetivo de destruir essa imagem e de prejudicar as relações sociais do grupo inimigo (OBSERVATOIRE DE L'ASILE E DES RÉFUGIÉS, 2011).

Para Freedman (2008), a ausência de reconhecimento internacional e até a deslegitimação desses tipos de perseguições feitas às mulheres podem ser explicadas pela existência de um raciocínio que considera dois argumentos diferentes. Em primeiro lugar, menciona-se, frequentemente, o caráter privado dessas violências, que acontecem em espaços restritos (em residências, por exemplo) e são causadas por atores não estatais (como a família). Assim, casos de violência doméstica (conjugal ou familiar), por exemplo, dentre elas as agressões sexuais e o estupro, são analisados como fazendo parte das relações íntimas entre homens e mulheres, sendo até mesmo esperados. A justificativa apoiada na suposta separação entre público e privado reforça a naturalização desse tipo de violência, que é, então, avaliada como menos grave ou menos séria, mesmo atingido uma grande amplitude em termos geográficos e demográficos. Em segundo lugar, apoiando-se na premissa do relativismo cultural, as perseguições ligadas ao gênero são aceitas como diferenças que fazem parte da cultura do país de origem das mulheres ameaçadas e agredidas. Para esse posicionamento, reconhecer tais práticas como violentas significaria intervir inapropriadamente na realidade de outras sociedades (MUSALO, 2006).

Segundo o Observatoire de l'asile e des réfugiés (2011), foi preciso esperar quase 30 anos após a aprovação da Convenção de Genebra para que as Nações Unidas reconhecessem as violências dirigidas às mulheres especificamente. Nesse processo, a importância crescente de organizações feministas na esfera internacional e os avanços alcançados em matéria dos direitos das mulheres contribuíram para a construção, sob a direção da ONU, de um instrumento internacional que tratasse dessa questão: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDM), de 1979. Os argumentos citados anteriormente passaram, assim, a ser recusados pelo Direito Internacional e pela prática das autoridades que tratam do refúgio.

De acordo com o GRAF (2007), em meados da década de 80, o Comitê Executivo do ACNUR começa, então, a refletir sobre as situações das mulheres refugiadas, chegando a produzir alguns documentos conclusivos sobre sua proteção. No início da década seguinte, em 1991, essa organização publica algumas linhas diretrizes que propõem que as mulheres perseguidas, alvos de discriminação por conta do gênero, devem ser consideradas como

pertencentes a um grupo social. Desse modo, a partir dessa interpretação, seria possível enquadrar tais casos segundo os parâmetros da Convenção de Genebra, o que viabilizaria a concessão do refúgio. Segundo Freedman (2004, 2008), essa sugestão causou um debate entre especialistas feministas, que a consideraram insuficiente para abranger todas as possibilidades desse tipo de perseguição.

Dessa maneira, segundo os estudos da ADFEM (2012), outras tentativas foram feitas para resolver as dificuldades das mulheres em solicitar a proteção do refúgio. A partir dos anos 2000, o ACNUR atualiza a questão e publica uma série de princípios diretivos relativos à proteção internacional no caso das perseguições por razões ou sob formas ligadas ao gênero, sendo a edição mais recente datada de 2012 (ACNUR, 2012a). Esses documentos convidam os países a uma abordagem holística do pedido de refúgio, passando a associar, quando for o caso, as perseguições relacionadas ao gênero aos outros motivos já previstos, como a tomada de uma posição política ou religiosa que transgride as normas da sociedade de origem do migrante. Além disso, as questões de orientação sexual e de identidade de gênero juntam-se, recentemente, à problemática da interpretação de gênero na Convenção de Genebra.

O desenvolvimento de tais normas internacionais, entretanto, não teve o mesmo impacto nos diferentes sistemas nacionais que tratam do refúgio. Poucos países integraram oficialmente esses princípios em suas legislações. Nesse quesito, o Canadá aparece à frente, sendo o primeiro país a desenvolver um extensivo corpo legislativo referente às formas de perseguição tocadas pelo gênero. Em sequência, Estados Unidos e Austrália também passaram a adotar o conjunto de Diretivas propostas pelo ACNUR. Na Europa, tal ampliação passa a existir, oficialmente, apenas no Reino Unido, Suécia, Holanda e Noruega (FREEDMAN, 2008).

Apesar dos avanços tímidos dessa região, alguns Estados membros da União Europeia passaram a reconhecer, em suas legislações, que o gênero é um elemento que deve ser considerado na política de refúgio. Nesse processo, segundo o Observatoire de l'asile et des réfugiés (2011), a França tem mostrado, em relação aos outros Estados europeus, um certo atraso para considerar essa questão, pois além de não ter adotado expressamente as Diretivas internacionais, não incorporou em sua legislação nenhum dispositivo sensível ao gênero, mesmo que esse posicionamento tenha sido reivindicado por associações. Ao longo da história da política de refúgio francesa, casos de perseguições ligadas ao gênero foram reconhecidos a partir da

interpretação que associa essas violências ao pertencimento de um grupo social. Entretanto, além de não aplicar o gênero aos outros motivos previstos na Convenção de Genebra, a definição francesa de grupo social é bem mais restrita que aquela estabelecida pelo ACNUR. De todo modo, os casos de concessão de refúgio foram amparados pela jurisprudência francesa e não pela legislação nacional vigente, estando, assim, mais sujeitos às políticas de controle migratório e às questões geopolíticas (HALLUIN-MABILLOT, 2012).

Sobre esse último aspecto, algumas das medidas adotadas pela União Europeia podem afetar de maneira particular as solicitações de refúgio femininas, mesmo que tais restrições sejam também aplicadas aos homens. De acordo com as análises de Freedman (2004, 2008), a primeira delas é o Regulamento de Dublin, já mencionado anteriormente. Considerando as diferenças analisadas na maneira em que os Estados europeus adotam a questão de gênero, pode-se entender que seria mais benéfico, para as mulheres, escolher um país mais receptivo nesse quesito. Porém, no contexto em que a política de refúgio fundamenta-se na suspeita, essas necessidades de escolha do país de acolhida não são levadas em consideração e a solicitante deve registrar a demanda no primeiro país da região por onde passou.

O segundo instrumento elaborado regionalmente que pode ser problemático, especialmente, para as mulheres em situação de refúgio é a lista de “países seguros”. A partir desse documento, são identificados os países que não apresentam perigo para a vida de seus habitantes locais e, como consequência, são recusados todos os pedidos relacionados a eles. Nesse caso, a generalização de segurança pode negligenciar certas instâncias de perseguição existentes, dentre elas a violência relacionada ao gênero (FREEDMAN, 2004, 2008).

Finalmente, para essa última autora, o terceiro dispositivo que merece destaque no caso das mulheres migrantes é a proteção subsidiária. Se, sob o ponto de vista pragmático, essa concessão pode ser interpretada como benéfica para as solicitantes (já que garante a permanência, ainda que temporária, no país de acolhida), sob outra ótica, ela não é tão positiva assim, já que a qualidade da proteção ofertada não é a mesma conferida ao um “verdadeiro” refugiado, em termos de acesso ao direito à residência, à assistência social, ao trabalho, por exemplo. Além dessas restrições, a proteção subsidiária não permite o reagrupamento familiar, impedindo que as mulheres sob esse status tenha o direito de fazer vir, quando for o caso, seus filhos ou seu marido. Nesse sentido, assim como reflete Fassin (2013), não se pode ter certeza que o reconhecimento

social e sua vivência sejam os mesmos, quando se comparam os dois tipos de status. De acordo com o Observatoire de l'asile et des réfugiés (2011), proteger uma mulher perseguida de maneira diferente do convencional, concedendo a ela a proteção subsidiária, significa que o risco de seu retorno foi reconhecido, mas também que as especificidades da violência sofrida por ela foram postas em dúvida e considerada como ilegítimas. Conforme já discutido em capítulo anterior<sup>44</sup>, a substituição do refúgio pela proteção de caráter humanitário tem se tornado um fenômeno cada vez mais frequente no contexto francês, de controle e repressão da migração (FASSIN, 2013).

No caso brasileiro, as normas internacionais de proteção à perseguição relacionada ao gênero, também não foram integradas, oficialmente e expressamente, na legislação nacional sobre o refúgio. Apesar disso, de acordo com Leão (2010), em sua jurisprudência, seguindo as recomendações do ACNUR, o Brasil considera as mulheres como fazendo parte de um grupo vulnerável ou de risco (no qual também se encaixam crianças, homossexuais, formadores de opinião pública, líderes comunitários em geral, dentre outros), sendo costumeiramente alvo de violências por parte dos homens daqueles países de onde fogem em busca de refúgio. Nesses casos, firma decisão, por exemplo, sobre as mulheres que sofreram violência sexual generalizada, considerando essa última como associada à perseguição de um grupo social. Além disso, segundo esse último autor, o Brasil tem se mostrado sensível quanto à vulnerabilidade e às necessidades que as mulheres aceitas como refugiadas continuam vivenciado no território do país de acolhida. Tais considerações estão presentes nos documentos regionais<sup>45</sup> ratificados pelo Brasil, bem como em seu programa de reassentamento, o qual foi organizado considerando, especificamente, as mulheres em situação de maior vulnerabilidade (SAMPAIO, 2010).

Porém, apesar dos avanços, para Musalo (2006) ainda não há um reconhecimento completos dos direitos das mulheres nas políticas de refúgio dos diversos países. Muitas vezes, direitos são duplamente violados: primeiro, no país de origem e, em seguida, no país estrangeiro, quando lhe é negada as proteções previstas na Convenção de 1951. Essa autora sugere que a implementação de diretrizes governamentais em relação ao gênero permitiria assegurar uma maior credibilidade, transparência, sensibilidade com as mulheres em perseguição.

---

<sup>44</sup> Cf. Capítulo 2, sobre os estereótipos do sujeito em situação de refúgio.

<sup>45</sup> Cf. ACNUR (2013) para ter acesso aos seguintes documentos: Declaração de San José sobre Refugiados e Pessoas Descoladas (1994), Declaração e Plano de Ação do México (2004), Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano (2010) e Declaração de Princípios do MERCOSUL sobre Proteção Internacional dos Refugiados (2012).

#### ***4.2 Caracterizando o refúgio no Brasil e na França: o desenvolvimento e a realidade atual da proteção ao migrante alvo de perseguição***

Brasil e França viveram e vivem momentos diferentes na história do refúgio, quando se pensa o envolvimento e a abertura dos países para essa questão. Como será abordado a seguir, enquanto o Brasil foi, progressivamente, interessando-se pela situação dos refugiados e comprometendo-se com ela, a França, em um movimento inverso, dado o desenvolvimento de seu contexto sócio-histórico, vem, após um longo período de receptividade, intensificando as restrições e repressões a esse tipo de proteção.

De acordo com Oliveira (2007), a França é um dos países que mais vem atraindo estrangeiros nos últimos 150 anos e esteve, tradicionalmente, aberta à recepção de migrantes, tanto pela convicção nos ideais democráticos e de liberdade, quanto pelas necessidades demográficas e econômicas. Mesmo no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, quando barreiras foram erguidas para impedir a entrada de migrantes, ou no período pós Segunda Guerra Mundial, quando a tensão entre o discurso sobre a proteção dos Direitos Humanos e a necessidade de controle da grande mobilidade de populações se intensificou, a França continuou receptiva, acolhendo fluxos expressivos dessas pessoas e permitindo, inclusive, manifestações políticas em seu território, como contra o fascismo, por exemplo.

Sendo assim, apesar de ter aderido à reserva geográfica e temporal, quando assinou a Convenção de Genebra, e de ter levado três anos para colocá-la em vigor, em função da relutância de funcionários do Ministério do Trabalho que temiam não poder garantir a segurança do trabalho nacional (KOBELINSKY, 2010), o governo francês não só recrutou estrangeiros para garantir seu desenvolvimento e a reconstrução do país, como também garantiu a liberdade de expressão dos refugiados que abrigou em seu território e adotou leis democráticas de acesso à nacionalidade. Após sua expansão econômica, a vinda de migrantes continuou a ser valorizada por esse país. Nesse momento, a abertura era motivada, principalmente, por preocupações demográficas, objetivando evitar o declínio populacional, por um lado, e o seu envelhecimento, por outro (OLIVEIRA, 2007).

Nesse contexto, a grande maioria dos pedidos de refúgio era julgada como legítima logo na primeira instância. Em 1971, a França assinou o Protocolo de Nova Iorque e passou a



conceder proteção aos refugiados provenientes de fora da Europa, principalmente aos originários da América Latina e da Indochina. Segundos os dados apontados por Valluy (2008a), em 1973, o status de refúgio foi concedido a 85% das solicitações.

Contudo, ao longo das décadas seguintes, essa taxa foi caindo progressivamente, ao ponto de, em 1990, esse mesmo valor percentual ser atribuído aos casos rejeitados. É que, justamente, a partir de 1973, com a primeira grande recessão capitalista do período pós-guerra, com o crescimento do desemprego e com o concomitante aumento massivo das migrações econômicas, a história migratória francesa entrou em uma nova etapa, caracterizada pelo fechamento de suas fronteiras e pela adoção de uma série de medidas restritivas à migração e aos estrangeiros.

Além de todos esses elementos, Valluy (2008b) destaca como sendo ainda mais importante no processo de repressão da migração e do refúgio a descolonização, que ocorreu na década de 60. Conforme analisa esse autor, a presença cada vez maior de migrantes provenientes das ex-colônias resultou em um forte impacto no sistema político da França, assim como de outros países da Europa, pois, então migrantes, os antigos colonizados (principalmente, os africanos) reativaram as imagens, antes construídas e apoiadas na desvalorização desses sujeitos e de seu território e na justificativa intelectual da colonização. Desse modo, para Valluy (2008b), muito antes de haver uma xenofobia por parte da população, houve uma xenofobia por parte do próprio Governo, que, se não pôde recusar o Protocolo de Nova Iorque, encontrou outras formas de expressar sua rejeição. Como visto anteriormente, essa xenofobia se traduz em uma política de afetividade que atua em um conjunto de discursos e de ações públicas, atribuindo ao estrangeiro o significado fossilizado de ameaça, risco e problema.

Além da descolonização, a extrema direita tornou-se um fator central nesse processo. O enfraquecimento de pensamentos, partidos e países vinculados ao marxismo fragilizou a defesa dos pobres e do subproletariado, dos quais fazem parte, majoritariamente, os migrantes recentes. Após a queda de Berlim, as ideologias e serviços securitários foram adaptados, convertendo o foco no antigo inimigo do leste para o novo inimigo do sul, o que contribuiu para o fenômeno da luta antiterrorista, que se exacerbou depois dos atentados de 2001. Com o passar do tempo, entretanto, essa repressão se generalizou e passou a atingir outras populações (e não só as coloniais) do considerado mundo pobre (VALLUY, 2008a).

Por fim, como já visto anteriormente, a progressiva deslegitimação do refúgio também está relacionada a um movimento de homogeneização das políticas europeias. A lei 2003-1176, relativa ao Direito de Refúgio (a qual, de acordo com Kobelinsky (2010), certamente incorpora traços da Direita e da Extrema Direita), introduz modificações importantes sobre essa questão na França, incluindo o reconhecimento da Diretiva regional da proteção subsidiária e a adoção do Tratado de Dublin.

Já a história do refúgio no território brasileiro, segue um desenvolvimento diferente. Assim como descreve Moreira (2007), apesar de ter assinado a Convenção de Genebra um ano depois da sua elaboração, e de ter incorporado esse regimento no ordenamento jurídico nacional em 1961, o Brasil, durante aproximadamente duas décadas, não manifestou uma política efetiva de acolhida aos refugiados. Além disso, a ratificação da Convenção de Genebra, em 1961, foi efetuada mantendo a reserva geográfica e excluindo os artigos 15 e 17 desse documento, equivalentes, respectivamente, ao direito do refugiado à associação e ao emprego remunerado. Mesmo com essas restrições, o Brasil recebeu cerca de 40 mil europeus em 1954, e passou a fazer parte do Conselho Executivo do ACNUR em 1957. Nesse primeiro momento, aos refugiados não-europeus era concedida a proteção do asilo político.

Nas décadas de 60 e 70, vários países do Sul da América Latina vivenciaram regimes militares ditatoriais, incluindo o Brasil. Do mesmo modo que brasileiros perseguidos por motivos políticos procuravam refúgio em outros países, muitos latino-americanos chegaram aos territórios vizinhos em busca de proteção (SPANDREL; MILESI, 2003). Em função dessa ruptura da democracia na região, o ACNUR organizou um acordo com o governo brasileiro para o estabelecimento de um escritório em seu território, o que se concretizou em 1977, na cidade do Rio de Janeiro. Nessa época, apesar de já ter assinado o Protocolo de Nova Iorque (em 1972), o país continuava adotando a reserva geográfica, o que impedia a concessão de refúgio no caso dos migrantes perseguidos de sua região, já que, no contexto da ditadura militar, o governo brasileiro não admitia proteger pessoas que se opunham a regimes próximos ao seu. Por orientação do ACNUR, porém, foi permitido o trânsito dessas pessoas no território brasileiro (por meio de um visto de turismo) para reassentamento em outro país. Durante esse período, aproximadamente 20 mil argentinos, chilenos, uruguaios e paraguaios foram reassentados em países da Europa, como também na Austrália, no Canadá, nos Estados Unidos e na Nova Zelândia. Apesar dessas

limitações, é possível verificar, nesse momento, o início de uma política mais efetiva (mesmo que ainda relativa) de proteção aos refugiados no Brasil (HAYDU, 2010).

De acordo com Jubilut (2007), na fase da ditadura militar no Brasil, a atividade do escritório do ACNUR era limitada e não oficial, visto que ele não era reconhecido, pelo governo nacional, como um aparelho de uma organização internacional. Durante esse período, em que atuou quase que clandestinamente, o ACNUR contou com o apoio de organizações nacionais voltadas para as questões dos Direitos Humanos e vinculadas à Igreja Católica, como a Cáritas Arquidiocesana de Rio de Janeiro, a Comissão Pontifícia Justiça e Paz e a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. Em 1982, o caráter normativo da proteção ao refugiado no Brasil se aperfeiçoou, com o reconhecimento oficial do ACNUR.

A partir da redemocratização política no plano interno do país, em 1986, as justificativas para a restrição da definição de refugiado passaram a não existir mais. Sendo assim, em 1989, um ano após apresentar a nova Constituição Federal, o Brasil revogou a cláusula da reserva geográfica e em seguida, em 1990, pôs fim às ressalvas relacionadas aos artigos 15 e 17 da Convenção de Genebra. Nesse contexto, em virtude da nova realidade política, o ACNUR transferiu sua sede para Brasília, com o objetivo de se aproximar das autoridades brasileiras. Em 1991, foi, então, estabelecido o procedimento específico para a concessão do refúgio, que envolvia tanto a participação do ACNUR, quanto do governo brasileiro (JUBILUT, 2007).

A chegada de 1200 angolanos<sup>46</sup> no território brasileiro, entre os anos de 1992 e 1994, foi um momento emblemático desse processo de abertura do país aos refugiados. Segundo os estudos de Haydu (2010), a grande maioria desses migrantes não tinha fugido do seu país por motivos de perseguição individualizada, destoando do previsto na Convenção de Genebra para a atribuição do status de refúgio. Fugindo de uma guerra civil, provocada em um período conturbado de eleições, os angolanos que pediam proteção ao Brasil, tinham, na verdade, sofrido uma violência de caráter generalizado. Nesse período, as autoridades nacionais decidiram aplicar a definição ampliada que consta na Declaração de Cartagena, mesmo que esse documento não tivesse sido assinado pelo governo do país. Como consequência, de acordo com Moreira (2007), no ano

---

<sup>46</sup> De maneira semelhante ao que aconteceu na França (que passou a receber estrangeiros de suas ex-colônias), a recente migração de angolanos para o Brasil também pode ser inserida na longa história de relação entre esses dois países. Consequentemente, com ela também são, possivelmente, reativados os significados fossilizados que apoiavam a discriminação dirigida aos africanos, por conta do período de escravidão.

seguinte, a realidade dos refugiados no país sofreu um salto quantitativo, passando de 322 para 1042 migrantes reconhecidos.

O passo mais recente nessa história de ampliação da proteção brasileira aos refugiados foi a elaboração de uma legislação específica que tratasse dessa população. Após aproximadamente 45 anos da assinatura da Convenção de Genebra, sob pressões da comunidade civil (notadamente, da Cáritas Arquidiocesana), um projeto de lei, elaborado em 1996 por funcionários do ACNUR, foi aprovado no Congresso Nacional, sendo, finalmente, sancionado em 1997. A lei n.º 9.474/97 é considerada, pelos estudiosos do Direito Internacional, inovadora e avançada, principalmente, por incluir uma definição de refúgio que, ao mesmo tempo em que contempla os critérios clássicos (previstos na Convenção de Genebra e no Protocolo de Nova Iorque), também permite sua ampliação (conforme o determinado na Declaração de Cartagena) (MOREIRA, 2007).

Para Jubilut (2007), a partir dessa data, o Brasil firmou-se como um Estado acolhedor de refugiados. A referida lei é a primeira legislação nacional abrangente que se dedica à temática dos refugiados na América Latina. A partir de sua promulgação, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) foi constituído como órgão responsável para analisar e julgar o pedido de refúgio. Como relatado anteriormente, nesse contexto, o ACNUR deixa de exercer o papel de responsável pela aplicação de uma lei internacional, ou seja, pela eleição e proteção dos refugiados, passando a assumir uma posição de colaborador e supervisor (HAYDU, 2010).

Dessa parceria entre o governo brasileiro e o ACNUR, institui-se, em 1999, o Programa de Reassentamento Solidário, destinado a migrantes em situação de refúgio que continuaram a sofrer ameaças e/ou perseguições ou que não se adaptaram à realidade do primeiro país em que solicitou a proteção. Atualmente, os maiores beneficiados desse programa são os refugiados da Colômbia. Avaliando o resultado desse projeto, o ACNUR considera o Brasil um líder regional na matéria de refugiados (MOREIRA, 2007).

Fazendo parte de um contexto internacional no qual a maioria dos países desenvolvidos adotam medidas antiterroristas e de repressão da migração, fechando suas fronteiras por considerações de segurança, os refugiados tendem a buscar novas alternativas para fugir das violências e alcançar proteção. Ao se posicionar na contramão dos movimentos dos países do norte e oferecer um dos territórios maiores do mundo em extensão contínua, o Brasil passa a

entrar na rota dos destinos dos migrantes em situação de perseguição (SOARES, 2012). Além disso, outro motivo para o crescimento da procura de refúgio no Brasil parece estar relacionado à sua imagem recente, na esfera internacional, de uma estabilidade econômica e de um prestígio político em destaque, o que acaba contrastando com a imagem atual dos países da Europa e dos Estados Unidos que, desde 2008, sofrem as consequências da crise contemporânea do capitalismo.

Contudo, apesar da questão do refúgio estar cada vez mais presente na realidade do Brasil, seu impacto ainda é reduzido se comparado à centralidade que esse tema permanece ocupando na realidade francesa. O contexto das últimas eleições presidenciais da França (em 2012), o qual pôde ser exemplificado de perto no decorrer da presente pesquisa, exemplifica bem, por meio das promessas e da divergência entre os candidatos, a importância do debate sobre os migrantes, de modo geral, e sobre o refúgio nesse país. Essa discussão é objeto de interesse entre as diversas esferas nacionais.

#### *4.2.1 A atualidade do refúgio nos dois contextos pesquisados: uma análise estatística*

Antes de caracterizar a população de solicitantes de refúgio e de refugiados na França e no Brasil no momento em que foi realizada a pesquisa de campo, percebe-se como importante inseri-la no contexto mais amplo, referente a esse fenômeno no mundo contemporâneo. Segundo o relatório estatístico do HCR (2013) sobre as tendências globais de 2012, o grupo total de desenraizados não era tão numeroso em 18 anos, atingindo a marca de 45.2 milhões de pessoas, das quais 15.4 milhões eram refugiadas, 28.8 milhões eram deslocadas internas e 937 mil eram solicitantes de refúgio. Em 2013, de acordo com o relatório mais atual do HCR (2014), esse total aumentou para 51.2 milhões de pessoas, das quais 16.7 milhões são refugiadas, 33.3 milhões são deslocadas internas e 1.2 milhões são solicitantes de refúgio.

A transformação da realidade global do refúgio, anunciada na sessão anterior, trouxe consequências para a distribuição de refugiados pelos diversos continentes, com uma maior parte localizando-se nos países em desenvolvimento (principalmente, nos territórios vizinhos onde se desenrola a perseguição, o que faz destacar a África e a Ásia) e uma menor parte nos países desenvolvidos (América do Norte e Europa). De acordo com os dados do HCR (2013), referentes

ao ano de 2012, mais de 80% da população refugiada foi acolhida pelos países em desenvolvimento, superando a alta taxa de 70% que já se apresentava nos dez anos anteriores. No último relatório do HCR (2014), referente ao ano de 2013, essa porcentagem saltou para 86%. Em 2012, o Paquistão era o país que mais acolhia refugiados no mundo (1.6 milhão), sendo seguido pela República Islâmica do Irã (862.200). Em 2013, essas primeiras posições se mantiveram inalteradas com 1.6 milhão de refugiados no Paquistão e 857.400 refugiados no Irã. Nesses dois anos, a grande maioria (95%) dos migrantes que se encontrava sob a proteção desses dois países era proveniente do Afeganistão, origem também de boa parte dos refugiados no mundo (mais de 2.5 milhões). Em 2012, Somália, Iraque, República Árabe da Síria e Sudão compunham os países subsequentes em termos de origem da população refugiada global. Em 2013, o ranking de países subsequentes foi parcialmente alterado para República Árabe da Síria, Somália, Sudão e República Democrática do Congo.

Nesse cenário, a tradição francesa (no que se refere à recepção de refugiados) explica o contraste estatístico revelado na comparação da quantidade e da diversidade de origens desses migrantes em relação ao território brasileiro. Segundo os dados de 2012, divulgados pelo HCR (2013), a França era responsável por acolher 217.865 refugiados que eram provenientes de 109 países distintos, dentre os quais os mais representativos eram Sri Lanka, Camboja, República Democrática do Congo, Rússia e Turquia (UNHCR, 2013). Em 2013, o número de refugiados aumentou para 232.487 (HCR, 2014) e a Sérvia passou a integrar a lista dos principais países de origem, logo acima da Turquia. No Brasil, conforme indicam os dados apresentados pelo CONARE e formalizados pelo ACNUR (2014), apesar de menor, a população de refugiados vem crescendo de forma acelerada, alcançando a marca de 4.689 aprovações de pedidos em 2012 e 5.256 em 2013<sup>47</sup>. Até o ano de 2012, esses migrantes eram originários de 79 países diferentes, dentre os quais, Angola, Colômbia, República Democrática do Congo e Iraque eram os mais representativos. Esse perfil, entretanto tem sofrido uma mudança, uma vez que o Brasil adotou, recentemente, uma cláusula de cessação<sup>48</sup> aplicável aos refugiados angolanos e liberianos. Além

---

<sup>47</sup> Esse número vem crescendo ainda mais. No relatório parcial feito em outubro de 2014 (ACNUR, 2014), o total de refugiados reconhecidos no Brasil chegou a 7.289.

<sup>48</sup> De acordo com o HCR (2013), o Brasil foi o primeiro país da América Latina e fora da África a adotar essa recomendação internacional. Conforme portaria do Ministério da Justiça, esses angolanos estão recebendo, em substituição ao status de refugiado, a autorização para residirem permanentemente em território brasileiro (ACNUR, 2014). Para maiores informações sobre esse processo, ver o capítulo 6.

disso, o conflito mais recente no Oriente Médio resultou na chegada de um grande contingente de sírios, que passaram a compor o grupo de refugiados mais expressivo em território brasileiro a partir de 2013. Essa estatística não compreende os, aproximadamente, 6.000 haitianos, que chegaram ao Brasil desde o terremoto de 2010, e que receberam vistos de residência permanente, atribuídos pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) por motivos humanitários.

No que se refere ao número de pedidos de refúgio, a diferença entre os dois contextos pesquisados também é grande. Apesar do fechamento de suas fronteiras, a França continua recebendo uma grande quantidade de migrantes em situação de perseguição, chegando a ocupar, tanto em 2012 quanto em 2013, o quarto lugar dentre os países que mais receberam solicitações para esse tipo de proteção, com 55.100 novos dossiês em 2012 e 60.200 novos dossiês em 2013 (HCR, 2013, 2014).<sup>49</sup> No que se refere às solicitações ao Estado brasileiro, o número de dossiês tem aumentado significativamente, passando de 566 em 2010, para 1138 em 2011, 2008 em 2012 e 5882 em 2013<sup>50</sup> (ACNUR, 2014).

Mais especificamente, no que diz respeito à realidade das mulheres no refúgio, as estatísticas divulgadas internacionalmente, como também as informadas pelos órgãos nacionais dos dois países estudados, não oferecem tantos detalhes. A partir dos estudos de Freedman (2004, 2008), é possível compreender que a falta de complexidade dessas estatísticas específicas reflete a história de desinteresse e de não valorização das questões de gênero da parte das pesquisas sobre as mulheres migrantes, como também das autoridades nacionais e internacionais. Para remediar essa falta de visibilidade concedida às refugiadas, alguns pesquisadores destacaram a importância numérica feminina na população total do refúgio, enfatizando que, associadas às crianças, as mulheres constituiriam o maior percentual. Esse tipo de argumento, porém, foi criticado por outros pesquisadores que alertaram para o risco de, por meio desse raciocínio, favorecerem-se as imagens estereotipadas da mulher como sujeito reduzido à ideia de mãe e de vítima vulnerável. Recentemente, os representantes nacionais e internacionais começaram a dedicar mais atenção ao gênero na produção de dados quantitativos sobre o refúgio. Entretanto, as estatísticas atuais ainda não informam características importantes e, em algumas vezes, mascaram diferenças.

---

<sup>49</sup> Em 2012 e em 2013, os países que mais receberam solicitações foram Estados Unidos, Alemanha e África da Sul.

<sup>50</sup> Em outubro de 2014, o número de solicitações ao Brasil já tinha saltado para 8.302 (ACNUR, 2014).

Nesse contexto, mulheres e meninas correspondem a 48% da população de refugiados em 2012 (HCR, 2013) e 49% em 2013 (HCR, 2014). Essa taxa global, porém, não revela as particularidades das diferentes regiões que concedem proteção. De acordo com Freedman (2008), em alguns campos de concentração na África, por exemplo, a grande maioria dos migrantes refugiados é formada por mulheres, principalmente, quando esses espaços são o resultado de um deslocamento motivado por uma guerra civil, fenômeno no qual os homens são os principais combatentes.

Se essa é a realidade nos países do Sul, o mesmo contexto não se verifica nos países do norte. Na França, especificamente, a partir de 2001, o número de mulheres solicitantes de refúgio foi aumentando, mas continuou sempre inferior à quantidade de homens. Em 2012, a taxa de pedidos femininos correspondeu a aproximadamente 37% dos casos gerais (OFPRA, 2013) ao passo que em 2013, esse contingente representou 35,9% do total de solicitações (OFPRA, 2014). No Brasil, a proporção de mulheres em situação de refúgio também é menor em relação à fatia masculina. Nos anos de 2010 e 2011, 20% dos solicitantes eram de mulheres. Em 2012, houve um leve decréscimo nessa taxa (que chegou a 18%) e, em 2013, esse percentual baixou ainda mais, atingindo os 10% (ACNUR, 2014).

Para Freedman (2008), uma das razões para a discrepância na presença de mulheres entre os diversos continentes pode ser atribuída à desigualdade de gênero no próprio país de origem da migrante. A mulher que vivencia situações de perseguição e que precisa fugir pode encontrar dificuldades econômicas e sociais particulares (e adicionais àquelas do homem refugiado), que se explicam em função de seu status social, econômico ou político no país onde nasceu ou reside. Nesse sentido, por exemplo, é bem possível que seja ela a encarregada principal dos filhos (quando é o caso), o que acarreta restrições materiais e financeiras para organizar a partida, além de outras dificuldades específicas para administrar. Ademais, como resultado da lógica de repressão da migração e de fechamento de fronteiras de alguns países, o surgimento de intermediários (em sua maioria, homens) acaba exigindo um maior investimento monetário para alcançar países distantes e pode ainda significar uma ameaça a novos riscos e violências. Desse modo, diante dessas reflexões, fica claro que não se pode separar a análise da problemática do gênero no refúgio do contexto sócio-histórico e econômico das mulheres em seu país de origem.



#### *4.2.2 As políticas brasileira e francesa de proteção e acolhimento dos refugiados*

O procedimento administrativo que rege a solicitação de refúgio introduz etapas burocráticas semelhantes, de modo geral, no Brasil e na França, a serem cumpridas pelos migrantes. Ao longo desse processo, entretanto, as instâncias que são responsáveis pelo tratamento do pedido nem sempre correspondem nos dois países.

No Brasil, para requerer a proteção, o estrangeiro em situação de perseguição deve, após ingressar no território nacional, apresentar-se à autoridade competente no Departamento de Polícia Federal (DPF) e comunicar seu pedido. Entretanto, assim como observa Haydu (2010), isso nem sempre acontece, provavelmente, pelo temor de se dirigir à Polícia ou pelo desconhecimento sobre o procedimento adequado. Verifica-se que o que tem ocorrido mais comumente é a procura por um dos Centros de Acolhida aos Refugiados, instituídos pelo Convênio da Cáritas com o ACNUR e localizados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Quando é esse o caso, o migrante é orientado a conduzir-se à Polícia Federal.

De acordo com Jubilut (2007), esse órgão lavra um Termo de Declaração que serve de documentação até a emissão de um Protocolo Provisório pelo Governo brasileiro. A partir de então, o solicitante e sua família passam a ter o direito a uma Carteira de Trabalho e à Previdência Social, ambas provisórias. Para a etapa seguinte, o migrante é encaminhado para a sede da Cáritas, onde é procedida a análise do seu pedido. Nesse local, o sujeito deve preencher um questionário detalhado (que demanda informações sobre seus dados pessoais e sobre as circunstâncias e os fatos que fundamentaram a sua fuga) e agenda uma entrevista com um dos advogados dessa organização. Como resultado, é elaborado um Parecer de Elegibilidade, que contém a posição da Cáritas sobre o caso. Sendo a concessão do refúgio uma competência exclusiva do Governo brasileiro, o migrante deve se submeter também a outra entrevista, dessa vez com um representante do CONARE (JUBILUT, 2007). A partir de então, inicia-se a fase de instrução do processo, da qual participam membros desse Comitê e também do ACNUR, esse último com direito a voz, mas não ao voto. A decisão é notificada ao solicitante e à Polícia Federal.

Caso o pedido seja aprovado, o refugiado se registra na Polícia Federal e recebe a documentação de identificação permanente (Registro Nacional de Estrangeiros – RNE). Após

seis anos do reconhecimento, ele pode requerer a permanência no país. Porém, se a decisão for negativa, o migrante tem o prazo de 15 dias, após a notificação, para interpor um recurso, junto ao Ministério da Justiça, a quem caberá a decisão final. Para tanto, é auxiliado por um advogado contratado pelo Convênio da Cáritas com o ACNUR (MOREIRA, 2007).

Segundo a ADFEM (2012), para solicitar o refúgio na França, o migrante deve se apresentar à Prefeitura<sup>51</sup>. Assim como acontece no Brasil, é frequente que ele acabe se dirigindo a outros setores e precise se deslocar mais de uma vez por falta de informação, já que, no contexto francês, nem todo prefeito está habilitado a tratar desse caso. Chegando ao local adequado, será preciso preencher um dossiê, informando os dados de identificação, o itinerário da viagem e o endereço de domicílio ou de domiciliação<sup>52</sup>. A prefeitura registrará as impressões digitais do solicitante de refúgio para verificar, juntamente a uma base de dados, se ele foi apreendido em situação irregular em outro Estado da União Europeia. Em um procedimento normal, o indivíduo recebe, então, uma autorização provisória de estadia e um recibo do registro de seu pedido de proteção. Após essa fase de inscrição, ele é convocado a buscar um formulário do Ofício Francês de Proteção dos Refugiados e Apátridas<sup>53</sup> (OFPRA), o qual deverá ser entregue no prazo de 21 dias. O preenchimento do formulário deve responder às questões sobre as razões que o fizeram fugir (GRAF, 2007).

Como no exemplo brasileiro, a fase de instrução fundamenta-se em uma entrevista. Na França, ela é realizada na sede do OFPRA e julgada pelo Conselho de administração desse órgão, o qual é formado por representantes dos principais Ministérios e por dois parlamentares. Personalidades qualificadas da sociedade civil e um delegado do ACNUR apoiam o Conselho, mas não participam da decisão que, no caso francês, é de poder total do Governo. A resposta é enviada ao migrante pelo correio e poderá ser favorável ao refúgio ou à proteção subsidiária, como também pode ser contrária aos dois tipos de status (GRAF, 2007).

Nos casos aprovados, o estrangeiro deve dirigir-se à Prefeitura e solicitar um documento de residente, o qual é válido por 10 anos renováveis e garante o direito de permanecer e trabalhar

---

<sup>51</sup> Na França, o prefeito (préfet) é responsável por dirigir uma região ou departamento, não correspondendo ao cargo brasileiro.

<sup>52</sup> Nesse último caso, o endereço poderá ser de uma associação, a qual ficará responsável por receber todas as correspondências do estrangeiro.

<sup>53</sup> Na língua original: Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides.

na França. Já nos casos rejeitados, de acordo com a ADFEM (2012), o indivíduo pode depositar um recurso à Corte Nacional do Direito de Asilo<sup>54</sup> (CNDA) dentro de 30 dias. Esse prazo, entretanto, pode ser suspenso se for requerido um auxílio referente aos custos e honorários do processo jurídico. O recurso deve conter uma cópia do relato de refúgio e, principalmente, uma resposta à argumentação do OFPRA, com possíveis complementos de informação. Nessa fase, o solicitante de refúgio é convocado pela CNDA para uma audiência pública. Se, mesmo assim, a resposta for negativa há ainda, exclusivamente no contexto francês, a possibilidade de fazer um recurso de cassação frente ao Conselho do Estado. Esse procedimento é longo e julga a forma e não todos os fundamentos da solicitação. Se aprovado, um reexame pode ser iniciado em sequência, exigindo a apresentação de novos elementos sobre o caso.

Durante o processo descrito, em ambos os países, o migrante dispõe de direitos, no que se refere à moradia, à alimentação, aos benefícios sociais, aos serviços de saúde, por exemplo. O acolhimento desses sujeitos é promovido, nos dois contextos, através da colaboração do Estado com organizações da sociedade civil e com o ACNUR. A divisão das responsabilidades entre esses atores e o caráter da política de proteção, integração e de assistência apresentam, entretanto, consideráveis diferenças quando se analisam os casos da França e do Brasil, conforme será discutido a seguir.

No Brasil, de acordo com Moreira (2012), o acolhimento aos solicitantes de refúgio e refugiados não é regulamentado por um dispositivo jurídico particular. A lei nº 9.747/94 concentra-se no procedimento administrativo, necessário à concessão do status, e nos aspectos sobre a permissão de residência e sobre a documentação do estrangeiro. Tal regimento não especifica, assim, os termos para concretizar a inclusão desse indivíduo na sociedade e as condições de vida que devem ser proporcionadas a ele. Em relação aos direitos e deveres do refugiado, a legislação brasileira se apoia no Estatuto do Estrangeiro (lei nº 6.815/80) e nos artigos da Convenção de Genebra de 1951. Como mencionado anteriormente, ao longo da história da política de refúgio no Brasil, os direitos à associação e ao trabalho, previstos nesse documento, foram revogados, voltando a ser cumpridos apenas em 1990.

---

<sup>54</sup> Em francês: Cour Nationale du Droit d'Asile.

No contexto brasileiro, portanto, as questões de integração e de assistência tornam-se, primordialmente, preocupações da sociedade civil, estando o Poder Público distante, quando não ausente, no desempenho dessas tarefas (CARLET; MILESI, 2012). Desse modo, assim como analisa Moreira (2012), na realidade brasileira do refúgio, os atores estatais são encarregados da política indireta, ao garantir a esses migrantes o acesso aos serviços básicos, prestados também aos nacionais (como atendimento em hospitais públicos, moradia em albergues públicos, por exemplo). Já atores não estatais, são incumbidos da política direta, direcionada, particularmente, ao grupo em questão, ou seja, tratam da oferta de serviços que visam atender às necessidades específicas dessa população. Nessas duas esferas da política brasileira, solicitantes de refúgio e refugiados possuem os mesmo direitos.

Nesse processo, as Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e do Rio de Janeiro se destacam como articuladoras e facilitadoras da acolhida específica aos sujeitos em situação de refúgio, organizando uma extensa rede de apoio por meio de parcerias com outras organizações não governamentais e também com instituições privadas. Tais acordos são voltados para a proteção, para a assistência referente à saúde, à alimentação e à moradia, bem como para a integração dos migrantes, por meio de cursos de português e da inserção no mercado de trabalho. Os exemplos de convênios mais significativos no contexto de São Paulo são: 1) com o Serviço Social do Comércio (SESC), que oferece atendimento de odontologia, opções de acesso à internet, ao lazer e à cultura, cursos de português, além de refeições a baixo custo para os solicitantes e refugiados; 2) com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SESI) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que promovem cursos de capacitação profissional; 3) com alguns albergues mantidos por ONGs, dentre eles o Arsenal da Esperança, a Casa do Migrante e a Casa de Acolhida Nossa Senhora Aparecida, para garantir a moradia e 4) com o Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, que realiza Arteterapia e atendimento psicológico (MOREIRA, 2007, 2012).

Apesar do histórico de pouca participação do Poder Público brasileiro na assistência e integração dos migrantes em situação de refúgio, uma iniciativa recente e localizada merece ser destacada. De acordo com a Secretaria Executiva de Comunicação da Prefeitura de São Paulo, em 2014 (após, portanto, da pesquisa de campo deste trabalho) foi inaugurado nesse município um Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI), destinado a oferecer para os

estrangeiros além de alojamento, uma diversidade de serviços, como suporte jurídico, apoio para documentação, atendimento psicológico e aulas de português (SECOM, 2014). Além dessa medida, a Prefeitura de São Paulo também realizou a inclusão dos migrantes no Cadastro Único do Governo Federal que dá acesso ao benefício do Programa Bolsa Família (SANCHES, 2014).

Além das organizações nacionais, o ACNUR também participa do acolhimento aos solicitantes de refúgio e refugiados, sendo responsável por financiar o auxílio concedido pelas Cáritas a esses sujeitos. Essa ajuda financeira, entretanto, não faz parte de uma regra geral da política brasileira, dependendo da situação econômica, familiar e de trabalho do migrante em situação de refúgio. Além desse benefício, o ACNUR repassa uma verba anual para as Cáritas a fim de custear suas despesas (MOREIRA, 2007, 2012).

Com relação ao contexto francês, a distribuição de funções entre os atores que participam da política de acolhimento do refúgio passou por um processo de transformação ao longo da história do país. De acordo com Kobelinsky (2010), no período entre as décadas de 50 e 70, o acolhimento a solicitantes e refugiados não era institucionalizado, estando sob a responsabilidade da ONG Serviço Social de Assistência aos Emigrantes (SSAE)<sup>55</sup> ou de associações confessionais e comunitárias. Nessa época, portanto, o Estado não intervinha formalmente no acolhimento dessa população, a qual estava submetida, do mesmo modo que os outros estrangeiros, à obtenção de uma autorização de residência e de uma carteira de trabalho (ADFEM, 2012).

Segundo Kobelinsky (2010), essa situação começou a se modificar a partir de 1968, quando os solicitantes de refúgio foram submetidos às regras restritas de acesso ao mercado de trabalho que vinham sendo impostas a todo estrangeiro irregular. Em 1975, foi criado, então, um dispositivo nacional de acolhida para os solicitantes de refúgio, o DNA<sup>56</sup>, a ser administrado pelo Ofício Francês de Imigração e Integração<sup>57</sup> (OFII), sob a tutela do Ministério do Interior. Inicialmente, mesmo com a criação do dispositivo, a tarefa de gerir a acolhida dos migrantes em situação de refúgio era coordenada pela associação France Terre d'Asile<sup>58</sup> (FTDA), cujos membros são representantes de outras associações de promoção aos Direitos Humanos, como a Cruz Vermelha francesa, a Cimade e a Cáritas francesa. Na década seguinte, com a progressiva

<sup>55</sup> Em francês, Service Social d'Aide aux Émigrants.

<sup>56</sup> Dispositif National d'Accueil, na versão original do termo, em francês.

<sup>57</sup> Office Français de l'Immigration et de l'Intégration, na versão original do termo, em francês.

<sup>58</sup> França Terra de Asilo, na tradução para o português.

desvalorização da migração e do refúgio, a instalação da lógica da suspeita e o fechamento das fronteiras, o Estado passou a intervir de maneira mais direta, financiando e regulando a acolhida.

A mudança na imagem do refugiado e o aumento do número de migrantes recém-chegados caracterizaram o contexto em que foi suspenso o direito dos solicitantes de refúgio a ter uma Carteira de Trabalho. Segundo Kobelinsky (2010), a criação dos Centros de Acolhida para Solicitantes de Asilo<sup>59</sup> (CADA), reservados para os migrantes em sua primeira demanda de refúgio, e dos Centros Provisórios de Alojamento<sup>60</sup> (CPH), destinados aos refugiados reconhecidos, foi um dos efeitos dessa interdição ao trabalho, tornando visível a transformação do Dispositivo de acolhida nacional, o qual passou a se apoiar em uma política de gestão dos migrantes, fundada em seu enquadramento. Essa nova configuração não deixou a esses sujeitos uma outra opção que não seja aguardar o resultado de seu pedido. Para Kobelinsky (2010), nesse contexto, os referidos centros se desenharam como lugares de espera.

Em 2005, a partir da transposição de uma Diretiva regional, um decreto passou a prever uma exceção à restrição do trabalho para os solicitantes de refúgio. Nos casos em que o solicitante aguarda por mais de um ano a resposta do OFPRA, a possibilidade de trabalho é legalmente concedida. Na prática, contudo, de acordo com o que observa Kobelinsky (2010), a política administrativa tem, de forma geral, recusado esse direito em qualquer que seja a situação.

Além da possibilidade de abrigo nos Centros mencionados, o migrante que demanda o refúgio tem também o direito à abertura de uma conta bancária, à redução nas tarifas de transporte e ao benefício de prestações sociais, o qual, a depender da condição desse sujeito, (se está ou não abrigado em um dos centros de acolhida e se tem ou não recursos superiores ao salário mínimo) pode ser mensal ou temporário. Ademais, o acesso aos serviços e programas de saúde pública também é garantido. No caso dos refugiados já reconhecidos, os direitos são os mesmos dos outros estrangeiros residentes na França.

A partir da descrição das políticas nos dois contextos pesquisados, é possível pensar o acolhimento desses migrantes como um interstício entre a inclusão e a exclusão social. Como analisa Kobelinsky (2010), conceder a possibilidade de permanência no país (mesmo quando provisória, nos casos dos pedidos em análise) constitui uma forma de hospitalidade e de inclusão.

---

<sup>59</sup> Centre d'Accueil pour les Demandeurs d'Asile, na versão original do termo, em francês.

<sup>60</sup> Centre Provisoire d'Hébergement, na versão original do termo, em francês.

Porém, apenas essa concessão não é suficiente para que os sujeitos sejam reconhecidos como cidadãos de direitos sociais. Atuando de maneira e em níveis diferentes, pode-se talvez dizer que as políticas brasileira e francesa de acolhimento no refúgio conferem a esse migrante uma inclusão perversa (SAWAIA, 2006a)<sup>61</sup>. No processo dialético da exclusão e inclusão, o suporte de característica humanitária e a acolhida fundamentada na compaixão não garantem as necessidades éticas e afetivas desse estrangeiro, seja por estar associada a um distanciamento do Governo em sua integração e assistência, ou por relacionar-se ao controle e restrição da condição no país. Compreendendo que as repercussões dessa inclusão perversa, possivelmente, não são as mesmas para os migrantes dos dois contextos pesquisados, justifica-se o presente estudo sob a ótica da subjetividade e da afetividade.

---

<sup>61</sup> Sawaia (2006a) destaca a qualidade contraditória da exclusão, que não existe sem sua negação. O conceito de inclusão perversa é utilizado por essa autora para denunciar que o excluído nem sempre está à margem da sociedade, mas reproduz a ordem social, sofrendo necessidades éticas e afetivas nesse processo de inclusão social. Desse modo, em lugar da exclusão, o que tem é a dialética exclusão/inclusão.

## 5 SOBRE O MÉTODO

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas considerações a respeito do método da Psicologia Sócio-Histórica e descrever a metodologia adotada neste trabalho. Partindo da noção de que método envolve uma concepção de sujeito, de mundo e de conhecimento serão discutidos, muito brevemente, alguns de seus aspectos epistemológicos (VIGOTSKI, 1998) para, posteriormente, apresentar e descrever os procedimentos de coleta e de análise de dados que foram adotados ao longo desta pesquisa.

### *5.1 O método materialista histórico e dialético na Psicologia Social de Vigotski*

Coerente com a concepção de sujeito aqui apresentada, Vigotski (1998) elaborou seu método de pesquisa (intitulado de método desenvolvimento-experimental) que se baseia em três princípios fundamentais, os quais servirão de guia para esta pesquisa. O primeiro deles refere-se à observação de processos e não de objetos fixos. Em suas análises, Vigotski defendia que as funções psicológicas, por exemplo, deveriam ser encaradas como processos que sofrem constantemente mudanças.

Em segundo lugar, Vigotski (1998) lembra que a mera descrição de um fenômeno não é capaz de revelar as relações dinâmico-causais do mesmo. Atividades semelhantes externamente poderiam, para este autor, ter essências e origens diferentes. Uma análise científica necessitaria, portanto, de um método que desvendasse as diferenças internas escondidas pelas similaridades externas. Desse modo, através da análise explicativa, é possível entender os fenômenos sob o ponto de vista do desenvolvimento. Explicá-los em sua gênese e relações, entretanto, não significa ignorar suas manifestações externas. Deve-se então, explicá-las ao invés de apenas descrevê-las.

Para Vigotski (1998), muitas formas de comportamento são fossilizadas e automatizadas quando passam por um longo processo histórico de desenvolvimento. Esses processos perdem sua aparência original e as manifestações externas não conseguem revelar sua natureza interna. As funções psicológicas superiores muitas vezes não diferem externamente das funções mais



rudimentares, mas do ponto de vista do desenvolvimento são bastante diferentes. Segundo esse autor, a única maneira de analisar as primeiras é entender sua origem. Para isso, faz-se necessário investigar o processo de estabelecimento desses fenômenos, ao invés de se concentrar em seu produto, o que exige o abandono dessas formas fossilizadas e o retorno à origem do processo. Nesse sentido, Vigotski (1988) estabelece seu terceiro princípio. Estudar o comportamento historicamente, para este autor, é essencial e não significa investigar um evento do passado, mas sim pesquisar o processo de mudança e de desenvolvimento de determinado fenômeno.

## ***5.2 Procedimentos metodológicos adotados***

### *5.2.1 Procedimentos de coleta de dados*

A coleta de dados foi realizada com mulheres em situação de refúgio que migraram para as cidades de São Paulo e de Paris. A seleção dessas mulheres foi efetuada através de uma etapa inicial de levantamento em instituições de atendimento a migrantes. Em São Paulo, foram contactadas 4 instituições, das quais 2 prestam atendimento e acolhida aos refugiados e 2 são também locais de moradia. De forma semelhante, no caso de Paris, 4 instituições aceitaram contribuir com a pesquisa, das quais 2 eram centros de atendimento e acolhida aos refugiados e 2 eram também local de moradia. O objetivo dessa etapa foi realizar entrevistas com os coordenadores das instituições, visando uma primeira aproximação da realidade das mulheres em situação de refúgio e uma coleta de informações sobre elas (como faixa etária, origem, estado civil, dentre outras).

Após o contato com as instituições, a escolha das mulheres foi feita por um duplo movimento: o convite e a aceitação ou não da pessoa contactada. O primeiro contato com as mulheres selecionadas foi destinado à apresentação da pesquisa e à solicitação do consentimento<sup>62</sup>. Nesse momento, foram informadas as garantias de anonimato e do sigilo de outras informações que possam ameaçar sua proteção. As mulheres que aceitaram participar da pesquisa ficaram livres para decidir o local da entrevista, que poderia acontecer, por exemplo, nos

---

<sup>62</sup> Cf. APÊNDICE AA e APÊNDICE AB para consultar os modelos de termo de consentimento livre e esclarecido redigidos em português e em francês.

espaços das associações, em suas residências ou em outro lugar de sua preferência. Essas entrevistas foram semi-estruturadas<sup>63</sup> e dependeram bastante da disponibilidade por parte das mulheres. Em alguns casos, e sempre de acordo com as mulheres em questão, considerou-se necessário mais de um encontro, para atender os objetivos da pesquisa.

As entrevistas tiveram o papel de investigar como se davam suas relações com o lugar de origem, com o lugar de acolhida, com os serviços públicos e com os outros sujeitos, assim como o que elas pensavam e sentiam em relação a elas mesmas. A partir desse instrumento, estudou-se, portanto, como as mulheres se situavam no processo de exclusão/inclusão, investigando seus projetos de vida e as possíveis situações e configurações de preconceito e analisando como elas relacionavam seus papéis sociais à situação de refúgio.

O perfil das mulheres que participaram dessa fase dependeu do que foi encontrado nas instituições e de seu acordo com a pesquisa. Porém, o planejado foi reunir de 10 a 18 mulheres em cada cidade. Neste grupo de sujeitos, pretendeu-se englobar mulheres que tinham migrado com sua família (filho/s e/ou marido/companheiro, por exemplo) e mulheres que tinham migrado sozinhas, assim como, paralelamente, mulheres que estavam em diferentes momentos do processo de solicitação de refúgio (as que estavam em sua primeira solicitação de documentação, as que estavam pedindo recurso e as que tiveram o pedido aceito). Essa diversidade foi levada em conta já que, como foi dito anteriormente, o presente estudo interessa-se pelos diferentes momentos do processo de refúgio e sua relação com o aumento ou diminuição da potência de ação das mulheres.

Com o objetivo de compreender uma maior complexidade do fenômeno migratório, além do status da mulher no processo de solicitação de refúgio (que define seus direitos e deveres legais) outras variáveis foram levadas em consideração para a seleção dos sujeitos: a duração de sua estadia no país de acolhida; o tipo de violência sofrido no país de origem, motivo de seu pedido de refúgio; a situação familiar e a idade.

Além do instrumento da entrevista, a experiência de coleta de dados também contou com observações de campo. Tanto em Paris, quanto em São Paulo, algumas instituições autorizaram a participação da pesquisadora, enquanto observadora e/ou voluntária de algumas atividades: como atendimentos, visitas, passeios organizados pela cidade e festas. No caso dos atendimentos, essas

---

<sup>63</sup> Cf. APÊNDICE C para ter acesso ao roteiro para a entrevista.

observações permitiram conhecer melhor as etapas, os tipos de procedimento de solicitação de refúgio, assim como os direitos das pessoas que recorrem aos serviços das associações. No caso dos passeios, visitas e festas, o objetivo foi o contato com o cotidiano de pessoas em situação de refúgio e a observação de suas relações.

Em uma das instituições de acolhida a migrantes e refugiados, localizada no Brasil, desenvolveu-se, a pedido da coordenação, uma atividade com o público atendido. Por meio de uma Oficina, objetivou-se, assim, proporcionar uma experiência lúdica em que as participantes manejassem instrumentos que articulassem a percepção, a atividade, a linguagem, a memória e a emoção, elaborando e expressando sentidos e significados da experiência de ser mulher migrante. Por se tratar de uma etapa de aproximação, definiu-se que não seria solicitado que elas falassem de suas histórias singulares. No lugar disso, sugeriu-se que elas imaginassem e criassem em duplas, grupos, ou individualmente (se preferissem), uma estória fictícia de uma mulher migrante. A estória foi produzida apoiando-se em recursos simbólicos, através do uso de recortes e colagens, e o material resultante teve a função de disparador de diálogo, o qual foi mediado pela pesquisadora. A Oficina, assim, teve o papel também de possibilitar um espaço de escuta, em que as participantes pudessem se sentir valorizadas por se expressarem livremente.

Essa e todas as observações participantes, assim como todos os outros encontros destinados às entrevistas foram relatados em diários de campo. As conversas com as participantes da pesquisa foram gravadas, de acordo com o consentimento das mesmas, contribuindo com um material de áudio que foi transcrito. As entrevistas gravadas acumularam um total de 29 horas, 39 minutos e 25 segundos.

Quanto à etapa das entrevistas, no contexto francês, 17 mulheres aceitaram conceder seus depoimentos, dentre elas 8 tinham o refúgio reconhecido oficialmente, 2 estavam em sua primeira solicitação, 4 tinham depositado um recurso, 2 tinham aberto o reexame do processo (após a negativa do recurso) e 1 tinha recebido a proteção subsidiária. Já no Brasil, foram realizadas entrevistas com 10 participantes: 5 refugiadas e 5 que estavam em primeira solicitação. Por conta da extensão do material coletado, que rendeu 985 páginas de transcrição (além dos diários de campo), considerou-se necessário selecionar alguns desses casos para a análise. Sendo assim, procurando englobar todos os elementos que se verificaram no conjunto das entrevistadas, selecionou-se 20 sujeitos para essa etapa do trabalho, dos quais 11 corresponderam à pesquisa

desenvolvida em Paris e 9 à pesquisa realizada em São Paulo. As particularidades a respeito do status no país, da origem e do motivo do refúgio são identificadas de modo geral e cruzadas nas quatro tabelas que se seguem<sup>64</sup>. Nessas diagramações, assim como nos textos da coleta de dados e na análise da pesquisa, as mulheres foram identificadas por meio de nomes fictícios, escolhidos aleatoriamente, com o objetivo de preservação quanto ao sigilo de suas identidades.

*Tabela 1a: Status das mulheres entrevistadas no Brasil, conforme sua nacionalidade.*

<b>REFÚGIO NO BRASIL</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>REFUGIADAS</b>	<b>PRIMEIRA SOLICITAÇÃO</b>	<b>RECURSO</b>	<b>REEXAME</b>	<b>TOTAL</b>
	ANGOLA		2			2
	COLÔMBIA	3				3
	REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	1	3			4
	<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>5</b>			<b>9</b>

*Tabela 1b: Status das mulheres entrevistadas na França, conforme sua nacionalidade*

<b>REFÚGIO NA FRANÇA</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>REFUGIADAS</b>	<b>PRIMEIRA SOLICITAÇÃO</b>	<b>RECURSO</b>	<b>REEXAME</b>	<b>TOTAL</b>
	COLÔMBIA				1	1
	GUINÉ CONACRI	2			1	3
	MAURITÂNIA	2				2
	REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO			1	4	5
	<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>11</b>

*Tabela 2a: Motivos do refúgio das entrevistadas no Brasil, conforme sua nacionalidade.*

<b>REFÚGIO NO BRASIL</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>CONFLITO ARMADO/ GUERRA</b>	<b>OPINIÃO POLÍTICA</b>	<b>NÃO REVELOU</b>	<b>TOTAL</b>
	ANGOLA		2		2
	COLÔMBIA	3			3
	REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	3		1	4
	<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>9</b>

<sup>64</sup> Para ter acesso a uma apresentação mais detalhadas das demais características pessoais das entrevistadas, consultar a tabela 3, que consta no ANEXO B.

*Tabela 2b: Motivos do refúgio das entrevistadas na França, conforme sua nacionalidade.*

	ORIGEM	CONFLITO ARMADO/ GUERRA	RELIGIÃO	OPINIÃO POLÍTICA	GÊNERO	TOTAL <sup>65</sup>
REFÚGIO NA FRANÇA	COLÔMBIA	1				1
	GUINÉ CONACRI			1	2	3
	MAURITÂNIA	1			2	3
	REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	3	1		1	5
	<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>12</b>

### 5.2.2 Procedimento de análise dos dados

A análise do conjunto de dados coletados partiu, inicialmente, de uma primeira varredura por todo o material, para buscar as ideias mais salientes (ligadas ao tema da pesquisa), presentes nos diários de campo e nas transcrições das entrevistas individuais. Essa triagem constituiu-se em uma etapa pré-analítica, na qual foram organizados alguns núcleos temáticos, com objetivo de descrição e de caracterização das informações levantadas. Ao final desse processo, foram estabelecidos os seguintes núcleos de identificação: Motivo e história do refúgio; Relações familiares; Relações no e com o trabalho; Relações eletivas (amigos, namorado/companheiro, religião, associações, comunidade); Relações com os países de origem e de acolhida (território e cidadania); Relações de discriminação e preconceito; Relações que envolvem a questão de gênero; Saúde física e emocional; Projetos de Futuro; Informações sobre o processo de refúgio.

Com o intuito de facilitar a visualização dos temas no material coletado, cada um deles foi representado por uma cor diferente. Assim os momentos de cada texto foram destacados com marcações distintas em um editor de texto. A formação dessas categorias sugeriram pistas para a interpretação das informações compartilhadas. Desse modo, puderam ser definidos novos núcleos de sentido, mais profundamente relacionados às questões principais da pesquisa, cujos conteúdos foram analisados separadamente e de maneira cruzada.

<sup>65</sup> Nesse caso, o número correspondente à soma de motivos é superior ao total de entrevistadas, pois uma delas (proveniente da Mauritânia) passou por duas etapas diferentes de deslocamento forçado em sua história de migração, as quais, apesar de relacionadas, tiveram razões imediatas distintas.

## **6 CONHECENDO AS PARTICIPANTES DA PESQUISA, SUAS HISTÓRIAS E OS CONTEXTOS DE SEUS PAÍSES DE ORIGEM**

Com o objetivo de aproximar o leitor das 20 mulheres que participaram da investigação e que foram selecionadas para a análise dos dados levantados (discussão que será apresentada na sessão posterior da presente tese), este capítulo apresentará brevemente cada um desses sujeitos, bem como seus percursos de migração e de vida no refúgio. A escolha por essa descrição segue um critério ético e metodológico da pesquisa: apresentar quem são essas migrantes e quais têm sido as suas trajetórias em forma de narrativa, pois a reprodução isolada de trechos das entrevistas, sem uma contextualização de suas autoras, resultaria em um ocultamento dessas mulheres como sujeitos de suas falas. Por outro lado, considerar todos esses elementos (dentro dos limites deste trabalho) é levar em conta a complexidade do processo de migração e da vivência do refúgio, seguindo a orientação do referencial teórico adotado, que alerta contra o olhar individualizado, ahistórico e etnocêntrico dos casos investigados.

Nessa direção, será dado destaque às informações relacionadas aos objetivos e questões deste trabalho paralelamente à apresentação do panorama sócio-histórico do local de origem de cada uma das mulheres migrantes. Essa abordagem, no entanto, será limitada a uma descrição sucinta, priorizando, principalmente, o contexto que as fez fugir, visto que um estudo aprofundado dos 5 países representados nessas entrevistas escaparia ao escopo do presente trabalho.

Dado que algumas participantes são migrantes provenientes de países comuns, optou-se por agrupá-las, inicialmente, em função de suas origens, evitando, assim, que fosse necessária uma repetição da referida contextualização a cada apresentação. De modo geral, esse tratamento será cruzado com as histórias individuais, quando, na sequência, serão detalhadas as informações particulares sobre cada mulher.

### *6.1 Mulheres angolanas e a repressão em um contexto de pós-guerra civil*

Território do sudoeste africano, Angola é subdividida em 18 províncias e tem como capital Luanda. O português é a língua oficial e falada pela maioria de seus habitantes, embora também sejam praticadas outras línguas nativas, relacionadas às suas diferentes etnias. Três são os principais grupos étnicos característicos dos angolanos: Ovimbundu, Quimbundu e Bakongo, que juntos somam 75% da população do país. Em relação aos demais, 22% correspondem a outras etnias, enquanto 3% são de brancos e mestiços (KALUMIYA, 2004).

Segundo Melo (2013), Angola foi palco de conflitos armados durante décadas, sendo esse período caracterizado por diferentes fases. A luta para se tornar independente de Portugal marcou o início da violência, em 1961, a qual persistiu mesmo com a vitória da colônia, em 1975, e alcançou seu auge nos anos que se sucederam. Uma disputa interna pelo poder, insuflada pela Guerra Fria, manteve o país em estado de guerra civil por mais longos 27 anos e provocou um conjunto de impactos muito profundos e duradouros nos mais diferentes níveis.

Um dos fenômenos mais dramáticos e complexos que revelaram como esses impactos se fizeram sentir foi o intenso e abrupto deslocamento da população que tinha como destino tanto outras regiões do território nacional, como os países vizinhos e mais distantes. Até o término oficial da guerra, em 2002, o Governo angolano registrou mais de 4 milhões de deslocados internos em busca de condições mínimas de segurança. Quanto aos refugiados, embora seja grande a incerteza em relação ao seu número exato, estima-se que, até 2002, aproximadamente 450 mil angolanos tinham solicitado proteção a países estrangeiros (KALUMIYA, 2004).

Conforme aponta Haydu (2010), a extensa guerra civil em Angola destruiu grande parte da infraestrutura física e da estrutura social do país, provocando, além dos deslocamentos internos e refúgios, um grande número de mortos e feridos. Segundo Kalumyia (2004), calcula-se que, ao final da guerra, haviam morrido entre 700 mil e 1 milhão de pessoas, chegando esse último índice a ser apontado por outras fontes em 1,5 milhão (HAYDU, 2010). As consequências desse período de conflitos continuaram a ser sentidas nos anos seguintes ao cessar-fogo, em virtude das 14 milhões de minas terrestres espalhadas pelo território do país, responsáveis pelo maior número registrado de mutilados por guerra no mundo (MELO, 2013). Desse modo, é

possível compreender o contexto no qual, ainda após o término do combate, um certo contingente de angolanos continuava a se deslocar internamente e a solicitar proteção a outros Estados.

Com o passar do tempo e com a reestruturação de Angola, o número de novos migrantes foi decrescendo progressivamente, assim como o de refugiados residentes em países estrangeiros. De acordo com Melo (2013), entre os anos de 2003 e 2007, um programa de repatriamento voluntário, organizado pelo Governo de Angola, pelo Governo dos principais países de acolhimento (como Zâmbia, República Democrática do Congo, República do Congo, Namíbia e Botsuana), pela Organização Internacional das Migrações (OIM) e pelo ACNUR, foi implementado e coordenou o regresso de cerca de 400 mil angolanos em situação de refúgio. Além disso, conforme já mencionado em capítulo anterior<sup>66</sup>, em meados de 2012, entrou em vigor a chamada cláusula de cessação da Convenção de 1951, referente à perda de status de refugiado quando as circunstâncias que estavam originalmente subjacentes à atribuição e ao reconhecimento desse status deixam de existir. Para facilitar o retorno antes da data limite estabelecida para a cessação, o ACNUR lançou no final de 2011 um novo Programa de auxílio ao repatriamento<sup>67</sup>. Ao final de 2012, 20.182 refugiados angolanos ainda conservavam seu status em países estrangeiros (HCR, 2013) e, um ano depois, esse número caiu para 10.297 (HCR, 2014).

Em relação aos antigos refugiados angolanos que optaram permanecer em país estrangeiro, o ACNUR tem recomendado que sua integração seja facilitada pelo Estado em que se encontram. Por um decreto do Governo, ao final de 2012, o Brasil foi o primeiro país da América Latina e fora da África a seguir tal orientação quando estabeleceu direito à residência permanente para esses migrantes, desde que morem no país como refugiados há no mínimo 4 anos, sejam contratados profissionalmente por instituição brasileira, tenham capacitação reconhecida por órgão da área ou possuam negócio com financiamento próprio. Aqueles que não se enquadram nessas condições, têm seu processo avaliado individualmente, em regime especial (ACNUR, 2012b). Do mesmo modo, as solicitações que têm sido registradas a partir da vigência da cláusula de cessação, são analisadas de forma criteriosa e individualizada para identificar se há o fundado temor de perseguição. É o caso das duas angolanas entrevistadas em São Paulo, que chegaram ao Brasil e depositaram a sua demanda em 2012 e que serão apresentadas no tópico a seguir.

---

<sup>66</sup> Cf. capítulo 4.

<sup>67</sup> Para informações sobre o processo de integração dos ex-refugiados angolanos que foram repatriados, ver o estudo de Melo (2013).



De acordo com Haydu (2010), apesar dos países africanos terem sido os principais receptores dos refugiados angolanos, o Brasil<sup>68</sup> também se tornou um destino de grande procura. Como já citado em capítulo anterior<sup>69</sup>, entre os anos de 1992 e 1994 (momento em que o êxodo populacional foi acentuado em Angola devido a eleições presidenciais<sup>70</sup>) o Brasil recebeu 1200 solicitações angolanas de proteção e concedeu refúgio a 686 desses migrantes, o que mudou consideravelmente a posição do país em relação a essa temática, já que, até então, o quadro de refugiados era muito reduzido, com apenas 322 pessoas. Com o passar dos anos, os angolanos continuaram a se refugiar no território brasileiro, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, chegando ao número de 1.684<sup>71</sup> com pedidos aprovados, segundo dados de 2012, e formando o grupo de maior representatividade no país (UNHCR, 2013). No final de 2013, esse número caiu para 1.062, formando o grupo de segunda maior representatividade, sendo ultrapassado em número somente pelos colombianos (UNHCR, 2014).

No caso da França, o outro contexto pesquisado neste estudo, o contingente absoluto de angolanos refugiados foi expressivo, se comparado à realidade no Brasil. Segundo os dados de Besson e Piguet (2005), entre 1992 e o término da guerra civil, em 2002, 6300 angolanos chegaram ao território francês e registraram seus pedidos de proteção, o que evoluiu para alcançar o número de 3258<sup>72</sup> reconhecimentos em 2012 (OFPRA, 2013) e de 3349 reconhecimentos em 2013 (OFPRA, 2014). Esse último índice, todavia, deixa de ser tão representativo quando analisado de maneira proporcional em relação às outras origens

---

<sup>68</sup> De acordo com Baeninger (2010), a história das relações entre brasileiros e angolanos é muito antiga e data desde o regime português. Apesar de dominados pelo mesmo país, Brasil e Angola foram investidos de maneira diferente por Portugal e mantiveram por um tempo uma relação de dependência. A partir do século XVI, a região que posteriormente se tornou Angola foi governada por representantes brasileiros, que direcionaram o tráfico de escravos diretamente para o Brasil. Nesse período, as negociações comerciais feitas pelo país africano eram restringidas ao Brasil e a Portugal. Após a independência do Brasil, em 1822, brasileiros radicados em Angola uniram-se, sem sucesso, em um movimento separatista que propunha anexar esse último país ao território nacional. Nos anos seguintes, Portugal assinou um decreto abolindo a escravatura e iniciou o processo de colonização de Angola. De fato, as relações entre Brasil e Angola foram estreitadas no final século XX, em função de uma série de acordos bilaterais e de um crescente investimento de empresas brasileiras em Angola (intensificado, durante o governo do presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva, após o término da guerra civil angolana). Essas relações influenciaram bastante novos deslocamentos de angolanos para o Brasil, assim como a migração de brasileiros para Angola.

<sup>69</sup> Cf. capítulo 4.

<sup>70</sup> O presidente José Eduardo dos Santos, vencedor nas urnas em 1992, permanece no poder até os dias atuais, tendo sido reeleito na última votação em 2012.

<sup>71</sup> Valor correspondente à quantidade de refugiados no Brasil, em 2012, sem ser aplicada, em sua integralidade, a cláusula de cessação.

<sup>72</sup> Valor correspondente à quantidade de refugiados na França, em 2012, sem ser aplicada, em sua integralidade, a cláusula de cessação.

englobadas no total de refugiados nesse país. A partir dos relatórios de 2012 e 2013 do OFPRA (2013, 2014), Angola ocupava o 11º lugar na lista de procedência dos refugiados na França.

### 6.1.1 Cássia

O primeiro contato com Cássia foi na Oficina<sup>73</sup> desenvolvida em uma das instituições<sup>74</sup>, de assistência a migrantes e refugiados, localizadas para a pesquisa de campo no Brasil. Cássia concordou em participar da proposta, juntamente a outras duas moradoras da referida instituição (Talita e Priscila), e levou com ela seu bebê de colo.

Inicialmente, Cássia pareceu reservada, interagindo e participando pouco durante a produção do material, passando boa parte do tempo ocupada com seu filho. Com o decorrer da atividade, Cássia pareceu ficar mais à vontade, fazendo alguns relatos sobre os problemas gerais que elas e as outras migrantes têm enfrentado. A principal de suas queixas foi a dificuldade de encontrar trabalho, principalmente, pelo fato de não ter com quem deixar o seu bebê, em virtude da ausência de vagas em creches.

Apesar de ter interferido pouco durante o exercício em grupo, Cássia pareceu ser a mais interessada na continuidade da atividade, insistindo para que as outras participantes ficassem um pouco mais. Mesmo após a conclusão do trabalho, ela permaneceu na sala onde houve a reunião e, estando sozinha com a pesquisadora, aproveitou para fazer algumas perguntas sobre a pesquisa. A desconfiança, muitas vezes citada nos estudos sobre as relações estabelecidas entre o refugiado e outros sujeitos, pareceu se confirmar, em um primeiro momento, nesse contato estabelecido de Cássia com a pesquisadora. Essa impressão foi reforçada quando Cássia quis confirmar se o presente trabalho não se tratava mesmo de um projeto do governo brasileiro. Com a resposta negativa, pareceu aliviada, sorriu e manifestou simpatia pela proposta, informando

---

<sup>73</sup> A atividade de grupo, conforme foi descrito no capítulo sobre a metodologia desta pesquisa (capítulo 5), teve como objetivo proporcionar um espaço de elaboração e de expressão de sentidos e significados relacionados à vivência de ser migrante a partir da construção, em conjunto, de uma estória fictícia, com recortes e colagens, que tivesse como personagem uma mulher estrangeira.

<sup>74</sup> Optou-se por não citar o nome das instituições pelo cuidado com a privacidade das mulheres. Apenas nos casos em que visitas ao Centro de Acolhida da Cáritas são mencionadas, manteve-se a identificação por ser um local de passagem obrigatória, que todos solicitantes de refúgio e refugiados frequentam e /ou frequentaram no Brasil.

sobre sua disponibilidade aos sábados para participar das entrevistas. Justificou sua preferência pelo fato de estar com a semana comprometida para resolver documentações de seu filho.

A entrevista, contudo, levou um certo tempo para acontecer. O contato com Cássia foi retomado por telefone, quando foi reafirmada sua concordância em participar como voluntária do estudo. Após alguns encontros desmarcados, a conversa aconteceu em uma das salas da instituição onde Cássia morava. Em uma das ocasiões anuladas, Cássia tinha se preparado para sair com Talita (que, conforme mencionado anteriormente, participou com ela da Oficina) e com uma antiga moradora do abrigo.

Cássia é uma mulher de pele negra, com quase 31 anos de idade na fase da pesquisa de campo deste estudo. Na maioria dos encontros, estava com os cabelos presos e alisados. Na ocasião de sua saída com as outras mulheres, Cássia portava roupas e acessórios que pareciam especiais para a ocasião e usava um penteado diferente do habitual, com pequenas tranças, revelando, nesse momento, seu cuidado com a aparência física e indicando, possivelmente, uma expressão de vaidade.

Ao longo da conversa gravada, Cássia não se estendeu muito em suas falas, o que tornou mais frequentes e necessárias intervenções com perguntas por parte da pesquisadora. De acordo com o que contou, ela estava refugiada no Brasil há aproximadamente um ano, desde que fugiu de Angola, grávida de 8 meses, logo após seu marido ter desaparecido. Combatente de uma força militar atuante durante a guerra civil e extinta presentemente, o marido de Cássia tinha participado de uma manifestação organizada por ex-militares para reivindicar a reinserção profissional e a participação no atual Governo. Segundo o último relatório da Human Rights Watch (HRW, 2013), uma série de protestos, como o mencionado pela entrevistada, organizados por veteranos de guerra desmobilizados ao longo das últimas duas décadas (de diferentes exércitos, incluindo do partido do poder), aconteceu no ano de 2012, em Angola, para exigir o pagamento regular de pensões e outros direitos econômicos e sociais. Essas manifestações se somaram ao movimento de jovens que, inspirado pelos acontecimentos da Primavera Árabe<sup>75</sup>, promoveu diversas demonstrações públicas que reclamavam por liberdade de expressão, justiça

---

<sup>75</sup> Primavera Árabe é o termo utilizado para se referir a uma sequência de manifestações ocorridas no Oriente Médio e no Norte da África (como Tunísia, Egito e Líbia, por exemplo), iniciada no final de 2010, a fim de reivindicar a renúncia de ditadores e melhores condições de vida. O movimento é associado à globalização de informações e às formas mais modernas de comunicação, em especial, à internet (CABRAL; CANGUSSU, 2011).

social e renúncia do presidente, então no poder há 33 anos. Muitos dos participantes foram vítimas de abusos graves, como violência física, detenções arbitrárias, perseguições e até mesmo assassinatos.

Após presenciar seu marido ser agredido e capturado em sua residência por ter participado de um desses protestos, Cássia telefonou para a casa de um amigo de seu marido e descobriu, por sua esposa, que esse último também tinha sido levado. Juntas, as mulheres resolveram ir a uma empresa de rádio à procura de notícias, mas não tiveram nenhuma informação sobre o paradeiro dos dois. Temendo que os agressores voltassem para buscá-la, Cássia recorreu à ajuda da vizinha, a quem pediu abrigo para passar a noite, e de amigos para rezar na Igreja Pentecostal que frequentava habitualmente. Durante as orações conheceu uma pessoa que estava para vir ao Brasil e que passou o contato de um atravessador, figura que, por meio de pagamento, tomaria as providências para a sua fuga e a conduziria na viagem.

Oito dias após do episódio de violência a seu marido, Cássia desembarcou no Brasil. No aeroporto de São Paulo, encontrou-se sozinha, já que o atravessador seguiu viagem com o grupo em direção a outros destinos. Sem saber aonde ir, a entrevistada contou que permaneceu, por um tempo, parada até que um brasileiro, branco, aproximou-se e começou a conversar. Ao saber da origem da migrante, o estranho lembrou-se de uma conhecida angolana e intermediou o contato entre ela e a recém-chegada. A compatriota de Cássia concordou em ajudá-la, oferecendo-se para acompanhá-la até o Centro de Acolhida da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP), combinando esse encontro para dois dias depois por estar em viagem de férias. Cássia, então, foi hospedada pelo brasileiro.

Passada uma semana, a angolana retomou o contato e conduziu Cássia até a entrada do prédio sede da Cáritas. Segundo a entrevistada, tendo informado sua história aos atendentes, ela foi encaminhada para uma instituição filantrópica, especializada em acolher mulheres grávidas que não têm local adequado para dar a luz. Dois meses depois de o bebê nascer, Cássia retornou ao atendimento a refugiados do Centro de Acolhida para solicitar um novo local para morar, pois sua vaga naquela instituição seria ocupada por outra gestante. Ela e seu filho foram encaminhados, assim, para um abrigo onde são alojadas outras migrantes, com ou sem família, algumas delas em situação de refúgio também. Durante a entrevista, Cássia revelou preocupação com a atual moradia, pois seu prazo para permanecer na atual residência estava próximo do fim.

Ela explicou que, sem trabalho, não teria como arcar com as despesas do aluguel e com os outros gastos cotidianos.

A falta de trabalho, já mencionada durante a atividade em grupo, foi a principal dificuldade relatada durante a entrevista. Em Angola, Cássia, que cursou até o equivalente à 8ª série do Ensino Fundamental, exercia a função de costureira em um negócio que ela mesma administrava e não tinha dificuldades financeiras. Desde que chegou ao Brasil, Cássia tem recorrido aos auxílios fornecidos pelos abrigos (incluindo alimentação), pela Cáritas (fraldas para o seu filho) e a doações em dinheiro de benevolentes.

Quanto a sua situação como estrangeira, Cássia pareceu não se inquietar muito por contar com a possibilidade de permanência no país, em virtude de seu filho ter nascido no Brasil e ter direito à nacionalidade. Após receber a primeira orientação na Cáritas, a entrevistada seguiu o processo de registro de sua solicitação de refúgio indo, primeiramente, à Polícia Federal e depois à Cáritas, para uma primeira conversa com um advogado e para uma segunda com os membros do CONARE. Até o momento desta entrevista, Cássia ainda não tinha recebido resposta sobre a avaliação de seu pedido.

Desde sua primeira ida à Cáritas, a entrevistada não teve mais contato com o brasileiro que conheceu no aeroporto nem com a conterrânea que a ajudou. As relações que construiu no Brasil, na época da pesquisa, eram mantidas com as companheiras de casa e com outros migrantes que conheceu em uma Igreja africana que frequentava. Além dessa atividade, suas principais saídas eram para tratar de sua documentação e para passear em locais próximos do abrigo, localizados na região central da cidade. Durante a conversa para esta pesquisa, Cássia deu destaque ainda à falta que sentia da família, com quem mantinha contato por telefone. Sobre o marido, a entrevistada continuava sem notícias, o que a fazia permanecer em dúvida sobre sua segurança se retornasse ao seu país.

### *6.1.2 Dalila*

Dalila se disponibilizou a dar seu depoimento no mesmo dia em que foi convidada a participar da pesquisa. A conversa foi realizada, então, no jardim da instituição onde residia, em uma das visitas da pesquisadora ao local. Posteriormente à entrevista, outros contatos foram

estabelecidos com a migrante, como em algumas de suas idas à Cáritas ou em eventos promovidos por uma das instituições de assistência a migrantes envolvidas neste estudo (almoços, festas e passeios, por exemplo).

Aparentemente tímida, Dalila se mostrou simpática e muito sorridente. Durante a etapa da pesquisa, foi possível percebê-la sempre presente e participativa nas atividades promovidas pela instituição mencionada. Em algumas dessas ocasiões, prontificou-se, junto a outras mulheres migrantes, a cuidar da comida, preparando refeições típicas de seus países de origem. Nesses encontros, Dalila portava trajes, acessórios e penteado tradicionalmente angolanos, diferentemente do observado em seu dia-a-dia no Brasil. Em um dos contatos, explicou que nem sempre tem dinheiro para fazer tranças e que, quando isso acontece, usa um lenço para cobrir o cabelo. Dalila é uma mulher negra, com 28 anos de idade na fase da pesquisa de campo.

Recém-chegados ao Brasil, Dalila, seu marido e as três filhas estavam morando juntos em um albergue para migrantes e refugiados na data da entrevista. Três meses antes, eles tinham saído de Angola e desembarcado no Rio de Janeiro, onde permaneceram por três dias. Hospedada em um hotel, a família angolana pediu informação a um brasileiro que passava pela rua e que, em seguida, prontificou-se a ajudá-los. Esse senhor lhes mostrou a cidade e seus pontos turísticos e os orientou a seguir viagem para São Paulo, onde, segundo ele, existiria mais infraestrutura de acolhimento a estrangeiros. Chegando a São Paulo, os cinco migrantes encaminharam-se para o Centro de Acolhida da Cáritas e, a partir do atendimento, foram abrigados, no mesmo dia, em uma instituição filantrópica da cidade.

Dalila contou que a decisão de migrar surgiu porque a vida era muito complicada na província onde moravam. De acordo com a entrevistada, nessa região, não havia água encanada, nem energia elétrica, por exemplo. Para dar de beber às suas crianças, portanto, era preciso buscar água no rio. Além disso, para que suas filhas estudassem, era preciso que elas frequentassem as aulas à noite, pois esse era o horário disponível para quem não tinha condições financeiras para pagar uma escola privada, segundo o relato de Dalila. Todas essas dificuldades se agravavam por conta de um contexto em que reclamações eram reprimidas com violência. Como exemplo, Dalila relatou um caso de uma família que conhecia e que foi assassinada após um de seus membros ter reivindicado instalação de água nas residências da população.

Desse modo, pressionados pela falta de estrutura que o governo daquela província oferecia às suas vidas e, ao mesmo tempo, pelo medo do que uma possível reclamação poderia causar, Dalila e o marido decidiram abandonar a vida próxima ao restante da família (pais e irmãos) e migrar para outro país com suas filhas. Conforme explicou a entrevistada, os casos de violência amedrontavam os habitantes, que se sentiam inseguros, por exemplo, de sair de casa enquanto fosse noite. Além disso, ela e seu esposo almejavam um futuro no qual suas crianças pudessem ter melhor acesso aos estudos, garantindo o que eles não puderam ter.

Dalila e o pai das meninas estudaram apenas durante os primeiros anos escolares e trabalhavam com comércio em seu país (a mulher, especificamente, estudou até a terceira série do ensino infantil e vendia artigos alimentícios no mercado da região). Os dois juntaram suas economias e organizaram a partida, providenciando o visto, comprando passagens de avião e reservando o hotel para quando chegassem. Escolheram o Brasil como destino, pois tinham ouvido algumas pessoas, que tinham ido ao país, falar bem de suas experiências.

Na fase da entrevista, Dalila e seu marido aguardavam a regularização completa de sua documentação para dar início à busca por emprego e para solicitar auxílio financeiro à Cáritas. O casal já havia dado entrada no pedido de refúgio na Polícia Federal e estavam para receber o protocolo provisório dessa solicitação e suas carteiras de trabalho. Quanto às crianças, as duas meninas mais velhas estavam frequentando uma escola próxima do abrigo, enquanto a caçula ainda esperava uma vaga. A procura por trabalho e por uma creche para a filha mais nova não foi solucionada, contudo, até o último dos encontros com Dalila, posteriores à entrevista.

Sem atividade remunerada, a rotina de Dalila se resumia em permanecer na casa, conversando com algumas migrantes e ajudando nas tarefas da cozinha e de limpeza. Apesar desse contato diário, Dalila disse não considerar as companheiras de moradia suas amigas e explicou que é preciso tempo para que essas relações se estabeleçam. No que diz respeito às suas relações antigas, ela mantinha contato por telefone com os irmãos, mas, por receio de represálias, não tinha falado, até aquele momento, com sua mãe, que não foi avisada com antecedência da sua partida.

Além dessas questões não resolvidas, Dalila mencionou como dificuldade presente em seu cotidiano a comunicação e a relação com a diversidade de estrangeiros residentes no albergue, os

quais além de falarem línguas distintas, possuem hábitos diferentes, como, por exemplo, em relação ao cuidado com a limpeza da casa. Outro elemento mencionado como incômodo por Dalila dizia respeito às refeições ofertadas na instituição de abrigo, pois além de ela não estar habituada às opções servidas (arroz e feijão), elas eram as mesmas em todos os dias e horários. De todo modo, a entrevistada afirmou lidar com todas essas diferenças com tranquilidade.

Apesar de estar há pouco tempo na cidade, Dalila disse se locomover bem pela região. Uma de suas principais saídas vinha sendo para ir a Igreja Católica. Casada com muçulmano, a migrante explicou que não tinha uma religião específica e que costumava participar de diferentes grupos religiosos. Outro local frequentado por Dalila era o Centro de Acolhida para Refugiados da Cáritas. Nessas visitas, ela solicitava doações para a alimentação e vestuário das crianças e frequentava o serviço de atendimento psicológico.

Sendo assim, nesse tempo de estadia no território brasileiro, a entrevistada disse estar satisfeita com a decisão de migrar e com o destino que escolheram. Para ela, como também para sua família, voltar para Angola não era uma opção desejada. Quando questionada sobre os possíveis problemas de sua vivência no Brasil, a migrante disse não haver nenhum, apesar de ter comentado, em outro momento da conversa, sobre as dificuldades e situações não resolvidas na sua integração e da sua família, Dalila demonstrou ter uma visão positiva de seu refúgio nesse país, revelando uma boa perspectiva para o futuro. Uma de suas expectativas era a de que ela e seu marido conseguissem emprego para que eles pudessem, assim, alugar uma casa e arcar com as despesas de um curso de Secretariado, seu maior sonho.

## ***6.2 Mulheres congolosas e os 20 anos de intensa violência armada no país***

De localização privilegiada, a República Democrática do Congo (RDC), com capital em Kinshasa, posiciona-se geograficamente no centro da África, fazendo divisa com demais 9 nações. A dimensão de seu território coloca o país entre os mais extensos do continente e entre os mais abundantes de riquezas naturais, dentre as quais se destacam diversos minérios. Com mais de duzentos grupos étnicos e linguísticos, a população congolosa é composta, principalmente por negros, que vivem, em grande parte, da agricultura e falam as línguas bantas (MUNANGA,



2007). Dentre elas, o lingala, kikongo, tshiluba e swaili possuem o status de língua nacional juntamente ao francês, que é também considerada a língua oficial do país (GALLO, 2011).

Conforme analisa Gallo (2011), a diversidade de nomes<sup>76</sup> que, ao longo do tempo, recebeu a atual RDC, ou Congo Kinshasa, ilustra as diferentes fases da história política desse país e, assim, os mandos e desmandos dos que estiveram em seu poder. De acordo com Munanga (2007), a palavra Congo origina-se do nome de um antigo reino africano que cobria também regiões dos atuais países vizinhos Angola e República do Congo, esse último conhecido também como Congo Brazzaville.

Com a chegada dos portugueses, no século XV, a influência europeia se tornou marcante nesse território e foi definitivamente implementada no final do século XIX, sob dominação da Bélgica<sup>77</sup>. O sistema colonial desse país foi considerado o mais cruel e brutal de todos existentes na África negra, produzindo leis discriminatórias e medidas de segregação muito rígidas (MUNANGA, 2007). Como consequência, reivindicações verbais de intelectuais e de demais grupos da população foram sendo organizadas. A proibição de fundar partidos políticos levou à formação de associações étnicas, o que, possivelmente, segundo Gallo (2011), alimentou rivalidades internas, tornando-as presentes até os dias atuais. Tais movimentos, somados a alguns eventos ocorridos em 1958 (como congressos envolvendo líderes africanos e a declaração do então presidente francês abrindo espaço à independência de suas colônias) contribuíram para acelerar o processo de independência do antigo Congo Belga (MUNANGA, 2007).

Desde a independência (em 1960) até dias atuais, entre ditaduras, desastres humanitários e intervenções internacionais, o país passou a ser palco de confrontos armados que causaram um acúmulo de impactos destrutivos e um estado de guerra quase permanente. Assim como avaliam Gallo (2011) e Petrus (2010), as raízes, as dimensões e os efeitos dessas disputas são complexos e não deixam de estar relacionados a uma rede de interesses pelas riquezas naturais do território. Nesse contexto, grupos rebeldes e governos (da RDC, dos países vizinhos e de países

---

<sup>76</sup> São eles: Estado Independente do Congo (de 1885 a 1908), Congo Belga (de 1908 a 1960), República do Congo ou Congo Léopoldville (de 1960 a 1964), República Democrática do Congo (de 1964 a 1971), República do Zaire (de 1971 a 1997) e República Democrática do Congo ou Congo Kinshasa (de 1997 aos dias atuais).

<sup>77</sup> Sob decisão da Conferência de Berlim (que partilhou oficialmente a África), a atual RDC tornou-se propriedade do Rei da Bélgica e posteriormente, no início do século XX, recebeu o estatuto de colônia desse país.

ocidentais<sup>78</sup>) acabam se beneficiando largamente com as rivalidades e conflitos entre etnias e se escondendo por trás delas.

Para Petrus (2010), o marco histórico do agravamento da situação da RDC aconteceu em 1994, após a chegada de mais de 1 milhão de ruandeses da etnia hutu que fugiam de massacres em seu país, quando esse passou a ser governado por um presidente tutsi, etnia rival. A chegada dos imigrantes desestabilizou a RDC e tornou-se um pretexto para que um grupo de oposição, liderado pelo general tutsi Laurent Kabila e apoiado pelos governos de Ruanda e de Uganda, iniciasse um ataque aos campos de refugiados, em 1996, que acabou de estendendo por todo o território. Apesar de a rebelião militar ter levado Kabila ao poder, as medidas autoritárias do seu regime, o qual se assemelhava a uma ditadura, logo geraram desentendimentos e culminaram no rompimento de seus aliados em 1998. A partir de então, uma nova rebelião armada foi deflagrada e colocou o país em um contexto de intensa violência. A chamada Primeira Guerra Mundial Africana opôs dois grupos de países: de um lado, as tropas de Zimbábue, Angola, Chade e Namíbia que foram leais ao governo da RDC e, de outro, o movimento rebelde de Ruanda, Burundi e Uganda.

A assinatura de um cessar fogo, em 1999, e a presença permanente do exército da ONU não foram suficientes para impedir a permanência das revoltas e as consequências de seu teor sangrento. Depois de um período de relativa paz, após o assassinato de Kabila e sua sucessão por seu filho, os conflitos voltaram a se agravar. Segundo Gallo (2011), o período entre 1998 e 2003 foi o mais violento, provocando mais de 3,5 milhões de mortos (o maior número de vítimas fatais desde a Segunda Guerra Mundial) e deixando o país em um estado de deterioração generalizada. Além dos assassinatos causados pela violência armada, muitas dessas mortes foram resultantes da desnutrição, fome, epidemias e diversas doenças que assolaram a RDC em um contexto de crise profunda e de desestruturação do sistema econômico (PETRUS, 2010).

---

<sup>78</sup> De acordo com Gallo (2011), por exemplo, a primeira das diferentes fases de conflitos que se sucederam após a independência da antiga colônia belga foi provocada pela dissidência de alguns grupos que reivindicavam uma africanização do país e que eram contrários ao alinhamento socialista do chefe do governo, Patrice Lumumba. No contexto da Guerra Fria, esse posicionamento desafiava também alguns interesses, principalmente o de Estados ocidentais, como os Estados Unidos, Bélgica, Reino Unido e França. Diante de um enorme distúrbio no país, a ONU instalou uma operação militar, que, no entanto, não impediu o assassinato de Lumumba. A partir de então, a RDC passou a ser governada por Joseph Mobutu em um regime ditatorial que durou 32 anos. Com a mudança da geopolítica dos tempos da Guerra Fria, o ditador não conseguiu mais contar com o apoio internacional para controlar as pressões internas contra o regime autoritário e contra a situação econômica do país. Sem muitas opções, Mobutu autorizou o multipartidarismo, mas não pôde evitar o fortalecimento dos grupos de oposição.

Embora alguns estudiosos afirmem que a partir de 2003 a situação de guerra generalizada tenha deixado de existir, os conflitos armados não acabaram e voltaram a se agravar posteriormente em diversos momentos até os dias atuais. Conforme descreve Petrus (2010), pouco tempo depois, já nos anos de 2004 e 2005, ataques à população e entre grupos rivais eclodiram continuamente. Em 2006, foi a vez de revoltas motivadas por uma acusação de fraude na primeira eleição democrática presidencial da RDC instaurar um grave contexto de violência. Como consequência, nos anos posteriores, a disputa entre as frentes dos dois candidatos, Joseph Kabila e Jean-Pierre MBemba, agravou-se, provocando confrontos ainda mais graves. O exílio de MBemba fora da RDC diminuiu novamente a intensidade dos motins, porém, eles continuaram acontecendo (principalmente, no leste e norte do país), provocados por rebeldes ligados a Ruanda e Uganda. Mais recentemente, em 2011, a uma nova eleição para presidente (que aprovou o segundo mandato de Joseph Kabila) foi o palco de novas denúncias e perseguições e se tornou, novamente, justificativa para violações dessas milícias (HRW, 2014).

O quadro de guerra que se formou na RDC teve efeitos dramáticos em se tratando dos deslocamentos forçados da população. Além da migração interna compulsória, que alcançou números sem precedentes na história, milhares de congoleses buscaram refúgio em países vizinhos e mais longínquos em função de ameaças às suas vidas e de seus familiares. No fim de 2012, a RDC encontrava-se entre os principais países de nacionalidade dos refugiados no mundo, ocupando a sexta posição, com os 509.400 congoleses fora de seu território, e alcançando seu recorde pelo quinto ano consecutivo. Nesse ano, o país também foi responsável pela maior parte das solicitações de refúgio, representando a origem de 52.400 novos pedidos de proteção<sup>79</sup>. Apesar da tendência crescente referente aos refugiados e solicitantes de refúgio congoleses, um programa de repatriamento foi organizado e trouxe 71.900 pessoas de volta à sua terra de origem. Esse retorno, entretanto, corre o risco de não ser duradouro visto que a situação de violência no país tem prosseguido (HCR, 2013).

França e Brasil são países de destino importante entre os imigrantes congoleses que solicitam proteção por temor de perseguição. Nos últimos anos, segundo o relatório do OFPRA (2013), a RDC foi o principal país de proveniência do total de pedidos registrados na França. Já

---

<sup>79</sup> Segundo Gallo (2011, p. 11), a RDC também é “um dos países que abrigam desproporcionalmente o mais alto número de refugiados em relação à economia nacional”. Em 2012, o país contava com 153 refugiados por dólar de Produto Interno Bruto (PIB) por habitante.

no Brasil, a nacionalidade congoleza também se destaca, assumindo o quarto lugar<sup>80</sup> entre os solicitantes de refúgio no período de 2012 a 2013, aumentando seu contingente em relação ao ano anterior (ABRÃO; RAMIREZ, 2013). No que se refere à origem dos refugiados reconhecidos, a representatividade da RDC também é marcante nos contextos específicos e mais recentes dos dois países onde se realizou a pesquisa de campo, significando o terceiro lugar no Brasil, pelos 510 estatutos concedidos (UNHCR, 2013, 2014) e o terceiro lugar na França, graças à marca de 12.585 aprovações em 2012 (OFPRA, 2013) e 13.119 aprovações em 2013 (OFPRA, 2014). A alta incidência de migrantes congolezes em situação de refúgio na realidade desses dois países, possivelmente, explica a também alta frequência de casos entrevistados dessa procedência. Entre as mulheres que participaram da pesquisa, o maior grupo é composto de refugiadas da RDC, tendo 5 migrado para a França e 4 para o Brasil.

A causa para o refúgio da expressa maioria desses congolezes é a violência armada, que se manifesta por meio de perseguições em massa, prisões arbitrárias, torturas, execuções de opositores do governo, recrutamento forçado de crianças e adolescentes pelos exércitos de rebeldes e violência sexual contra, principalmente, meninas e mulheres (SOUZA, 2010). Como será visto em alguns dos casos entrevistadas, o estupro e outras formas de violência sexual e de gênero são estrategicamente perpetuados como armas de guerra na RDC. Nesse sentido, são utilizados contra pessoas suspeitas de apoiar grupos inimigos, contra membros de etnias rivais ou, como instrumento de poder de um grupo sobre os demais, objetivando a dispersão da população e o controle das riquezas da região (CAMPOS, 2012).

### 6.2.1 *Ísis*

O contato de Ísis foi disponibilizado pela diretoria de um dos Centros de Acolhida para refugiados visitados durante a etapa de campo em Paris. Ao longo desse período, foram feitas algumas tentativas de comunicação por telefone, em dias diferentes, até que a migrante respondesse. Quando atendeu, pareceu bastante receptiva a participar da entrevista, revelando

---

<sup>80</sup> Valor referente à quantidade de refugiados no Brasil, em meados de 2012, sem ser aplicada, em sua integralidade, a cláusula de cessação do status de refugiado a angolanos e liberianos.

compreender bem a proposta por já ter desenvolvido pesquisas enquanto estudante em seu país. Mostrou-se disponível, sugerindo um encontro para dois dias depois da ligação.

Residente do centro de acolhida, Ísis preferiu conversar em seu apartamento, onde estava também, em um berço, sua filha de três meses e meio de idade. De pele negra e com 32 anos na data da entrevista, a mulher, que tinha acabado de chegar de um compromisso na prefeitura para tratar da documentação de seu filho, usava um penteado com tranças e trajes tipicamente africanos, com bastantes adereços, que passavam uma impressão de elegância e confiança, além de indicarem seu cuidado com a aparência física. Durante a conversa, Ísis chamou atenção pela firmeza e consciência em relação aos fatos que aconteceram em sua vida. Mesmo ao falar de passagens muito difíceis, a entrevistada pareceu, nesse primeiro contato, bastante segura das decisões que tomou e aberta a compartilhá-las nesse registro.

Ao começar o seu relato, Ísis detalhou o cenário de guerra da RDC, informando sobre a riqueza natural (especialmente de minérios) do território e os conflitos com os países vizinhos (Ruanda e Uganda), datados do final dos anos 90. De acordo com o que contou, foi nesse contexto que ela foi raptada, aos 15 anos de idade, quando saía da escola, por um oficial congolês, que havia chegado na província onde ela morava para lutar em oposição às forças estrangeiras. O militar a obrigou a se casar com ele e a manteve sem contato com a família (pais e irmãos) durante muito tempo. Longe de sua cidade natal, a entrevistada passou a residir em uma região estranha para ela, onde teve que aprender uma outra língua africana para se comunicar melhor.

Por 16 anos, Ísis viveu em um ambiente de tortura física e psicológica, segundo suas próprias palavras. Proibida de continuar os estudos e de frequentar grandes associações, a mulher era forçada a ficar em casa, cuidando dos afazeres domésticos e dos 5 filhos que teve nesse período. Em sua residência, ela e as crianças presenciaram situações de violência, como assassinatos causados pelo marido. Na relação com o militar, a entrevistada também foi alvo de agressões, sendo forçada a manter relações sexuais quando não desejava e a conviver com outras mulheres que ele trazia para casa.

Em meio a essa situação, Ísis encontrou estratégias para contornar algumas das adversidades. Aproveitando os períodos de ausência em que seu marido viajava para cumprir

missões, por exemplo, a entrevistada pôde dar prosseguimento aos seus estudos, bem como, com a ajuda de conhecidos, reencontrar sua família, a qual não via há mais de 10 anos. Tendo acesso à conta bancária de seu cônjuge e percebendo que ele não geria bem as finanças, Ísis conseguiu também guardar algumas economias e comprar uma casa em seu nome.

Aos poucos, a mulher foi programando uma maneira de fugir daquele contexto de opressão. Inicialmente, juntou documentos que atestariam os crimes cometidos por seu marido (como os assassinatos já mencionados e desvios de dinheiro) e aguardou o momento que avaliou mais apropriado para utilizá-los. Desse modo, tendo concluído seu curso em Turismo e julgando que sua filha mais velha poderia cuidar dos irmãos, Ísis se aproximou do grupo político de oposição, que, de posse de tais provas, agiu para que o militar fosse preso. Segundo a entrevistada, porém, após sair da prisão e saber da denúncia, seu marido planejou assassiná-la e armou uma emboscada. A notícia de que corria risco de morte foi dada pelo motorista do seu marido, que, por vir da mesma província que ela, resolveu ajudar. Amparada também por pessoas do grupo de oposição, Ísis, então, organizou sua fuga para outro país e deixou seus 5 filhos na casa de uma amiga com quem estudou. A migrante, entretanto, não pôde evitar que seus próprios pais e irmãos fossem assassinados.

Após cogitar migrar para a Bélgica ou Inglaterra, Ísis e os integrantes daquele grupo optaram pela França por considerarem um país liberal, com menos congolezes que o primeiro (os quais poderiam não saber que ela estava aliada à oposição e, assim, persegui-la) e com a vantagem da língua, se comparada ao segundo. Portando um passaporte falso, ela desembarcou, no aeroporto de Paris, onde foi recebida por aliados. Como não estava bem de saúde, a entrevistada ficou hospedada por duas semanas na casa dessas pessoas, que a ajudaram também a procurar um hospital. Na consulta médica, descobriu que estava grávida de seu sexto filho.

Sentindo-se melhor de seu mal-estar, Ísis foi orientada a procurar uma associação de atendimento a migrantes e refugiados, onde, dentre outras questões, tratou-se de sua moradia. Nos primeiros meses de sua estadia na França, a mulher passou por alguns alojamentos em hotéis diferentes da capital. Quando a data do parto de seu bebê se aproximou, ela foi encaminhada a um dos Centros de Acolhida para Solicitantes de Asilo, o qual ficava localizado em uma cidade na região periférica de Paris. A partir do momento em que foi registrada como solicitante de

refúgio, começou a receber uma quantia mensal, destinada a ela e a seu bebê, para as despesas básicas.

Ainda sobre a regulamentação de sua situação no país estrangeiro, Ísis relatou já ter recebido, na data da entrevista, a primeira resposta do Ofício francês (OFPRA) quanto ao seu pedido de proteção. De acordo com a migrante, a ausência de provas mais consistentes que confirmassem sua adesão ao grupo político de oposição ao governo de seu país foi mencionada como justificativa para sua solicitação de refúgio ter sido, em primeira instância, negada. Estando há aproximadamente um ano na França, na data do encontro para a pesquisa, Ísis aguardava, então, a resposta do recurso que depositou na Corte Nacional (CNDA) contra essa decisão. Além dessa tentativa, a mulher também estava vendo a possibilidade de conseguir a documentação para residir no país por outro motivo: o direito à nacionalidade francesa de sua última filha.

Apesar de haver muitos refugiados da RDC no Centro de Acolhida onde foi alojada, Ísis contou que não mantinha relações com seus compatriotas e que procurava não revelar sua origem para os moradores do abrigo. A entrevistada explicou que por ter sido casada com uma pessoa pública, que fazia parte do governo vigente, sentia-se ameaçada pela comunidade congoleza na França, que, segundo ela, era composta, em sua maioria, por pessoas da oposição. Por esse motivo também, Ísis não passava muito tempo fora do seu apartamento e evitava andar por bairros e lugares conhecidos pela grande concentração de migrantes de seu país. Em seu cotidiano, costumava frequentar apenas o supermercado, a Igreja Católica e um parque próximo de onde residia. A condição ainda indefinida de sua documentação como refugiada, também a deixava receosa em circular pelo centro da cidade de Paris, o que fazia apenas quando era necessário.

Sem muita atividade externa em sua rotina, até o momento em que concedeu a entrevista, Ísis procurava ocupar seus dias, distraíndo-se com seu computador. A impossibilidade de trabalhar e a frequência com que permanecia trancada em seu quarto faziam, contudo, ela se sentir muito mal. Além desse problema, a entrevistada mencionou como as maiores dificuldades do seu dia-a-dia a falta de comodidades às quais estava habituada pela situação financeira de seu marido e a distância de seus filhos, com os quais mantinha contato por telefone. Também como queixa, Ísis mencionou situações de preconceitos vivenciadas por ser negra e por ter origem africana.

Sobre os aspectos positivos de seu refúgio, a migrante elogiou a liberdade política e religiosa, que observou no contexto francês, bem como o respeito aos direitos humanos e os serviços públicos ofertados à população. A entrevistada contou ainda que, naquele momento, a França oferecia, para sua formação profissional, uma riqueza de conhecimento sobre como desenvolver o turismo e empresas de lazer. Por esse motivo, ela procurava fazer pesquisas na internet de lugares para visitar quando recebesse a documentação de residente no país. Durante a conversa, Ísis explicou que sua expectativa era de trabalhar e se aperfeiçoar na França até quando a oposição conseguisse chegar ao poder em seu país. Desse modo, podendo voltar para a RDC ou para algum país vizinho, sem se sentir ameaçada, ela poderia implementar o que aprendeu no exterior. Uma das possibilidades imaginadas por ela era ocupar um cargo no Ministério do Turismo.

#### 6.2.2. *Camila*

O convite para participar da pesquisa foi feito a Camila em uma das visitas ao Centro de Acolhida para Solicitantes de Asilo, localizado na periferia de Paris. A mulher, que estava em seu apartamento quando foi contactada por telefone, dirigiu-se à recepção da instituição para saber mais sobre a proposta desta investigação. Aceitando participar do estudo, Camila se disponibilizou em conceder a entrevista naquele mesmo momento e preferiu que a conversa fosse realizada em seu quarto. Em seu alojamento estava sua filha, de um pouco mais de um ano de idade, que estava sob os cuidados de Jacira, também migrante da RDC. Apesar de esse encontro ter sido mais centrado na história de Camila, as duas mulheres participaram do diálogo. Ao final desse momento, foi agendada uma segunda etapa da entrevista, que foi realizada com cada uma delas separadamente. No caso de Camila, a continuação de seu depoimento demorou algumas semanas para acontecer, sendo cancelada algumas vezes, por causa da filha doente e de compromissos na prefeitura.

Camila é uma mulher negra, com 27 anos de idade no momento de sua participação na pesquisa de campo. Nos dois encontros com a pesquisadora, estava vestida com roupas tradicionalmente africanas e tinha o cabelo com longas tranças. Nascida na RDC, a entrevistada informou também suas raízes angolanas e explicou a proximidade entre esses dois países.



Pertencendo ao Reino do Congo no passado, Angola, RDC e República do Congo possuem a mesma tradição cultural, que é verificada, por exemplo, nos casamentos entre pessoas das três nacionalidades (acontecimento frequente em sua família) e na língua comum, falada nesses territórios (kicongo).

Há um pouco mais de um ano da entrevista, Camila trabalhava na RDC como comerciante em um mercado de peixes e residia em uma vila militar com seus dois filhos e seu marido, que era policial. Segundo ela, a situação financeira da família era satisfatória, permitindo, por exemplo, arcar com as despesas da escola das crianças. De acordo com o que relatou, a necessidade de fugir de sua terra de origem surgiu de um evento inesperado que se passou com seu esposo. Ele, que tinha trabalhado no controle armado de um protesto contra o presidente, foi convocado, juntamente a outros colegas de sua equipe, para uma auditoria sobre o desaparecimento de um manifestante, mas não retornou. Esse episódio com o opositor tinha chamado a atenção da imprensa que acusou a polícia e o governo de sua morte. Estranhando o sumiço de seu marido, Camila passou a procurá-lo nos ambientes de trabalho, mas não obteve sucesso. Alguns dias depois, ela foi atacada.

Conforme o que a entrevistada descreveu, 10 soldados de uma milícia alinhada ao governo invadiram a sua residência em busca de dinheiro. Algum tempo antes, Camila já tinha ficado sabendo de um boato de que seu marido teria se corrompido, ao combinar com os militantes da oposição que, em troca de um pagamento, abriria espaço para que eles pudessem matar o presidente durante aquela reivindicação. Surpresa com essa possibilidade, a mulher revelou, na conversa para a pesquisa, não saber se a acusação procedia, pois entre ela e seu esposo não havia segredos. Ela contou que, por não atender à ordem dos soldados (já que não sabia de nenhum montante guardado em seu domicílio), foi ameaçada, agredida fisicamente, na frente das crianças, e violentada sexualmente, mesmo estando grávida. Além dessas agressões, os invasores vasculharam o local e levaram as mercadorias que seriam comercializadas na feira. Em seguida, trancaram a casa e deixaram-na com os dois filhos do lado de fora.

Diante de tal situação, Camila buscou abrigo no campo, na casa de sua avó, com quem tinha vivido desde os seus 13 anos (devido à morte de sua mãe) até o dia do seu casamento. Ela, contudo, foi descoberta no dia seguinte pela milícia, que voltou a ameaçá-la de morte e exigir dinheiro. A família, sem possibilidade de ajudá-la financeiramente, apoiou sua fuga para outro

país. Por intermédio de um primo, a entrevistada conheceu uma congoleza que fazia viagens para a França e que garantiu que a acolheria em sua casa no país estrangeiro, além de orientá-la a solicitar refúgio. Enquanto o parente negociava e providenciava o que era necessário para sua partida, Camila ficou escondida. Sem os documentos, que havia deixado em seu antigo domicílio, a entrevistada viajou com um passaporte emprestado.

O impacto da violência vivida por Camila não ficou somente marcado em sua pele, como nas cicatrizes que mostrou durante a entrevista. Chegando em Paris, após ser abandonada no aeroporto pela contrabandista, que não cumpriu o combinado, a migrante adoeceu. Segundo sua descrição, depois de vagar por 4 dias sem destino, pedindo ajuda a desconhecidos, ela teve uma crise e foi socorrida pelos bombeiros da cidade. No hospital, onde ficou internada por 10 dias, recebeu orientação de uma assistente social, que lhe explicou como deveria proceder para solicitar o refúgio e que lhe informou endereços de associações de acolhida a estrangeiros. Estando no fim de sua gravidez, Camila sofreu também complicações ginecológicas por ter sido violentada sexualmente e precisou passar por uma operação, após o parto de seu bebê, por conta de uma hérnia incisional. Apesar da cirurgia, ela continuou sentindo dores, ao menos até a data da entrevista, mas disse considerar o tratamento que vem recebendo como uma das vantagens de morar na França.

Antes de ser alojada no Centro de Acolhida para Solicitantes de Asilo, Camila foi encaminhada para outros albergues da cidade. Sem roupas e dinheiro para alimentação, a migrante estranhou as refeições servidas pelas instituições de caridade, bem diferentes das comidas habituais de seu país. A dificuldade financeira foi uma das principais queixas mencionadas sobre sua vivência no exterior. Apesar de ter passado a ganhar o auxílio concedido pelo Ofício francês aos solicitantes de refúgio, a mulher explicou que a quantia não era suficiente para suas despesas e que seu padrão de vida tinha mudado bastante. Nesse sentido, Camila lamentou não poder destinar parte do que vinha recebendo aos seus outros dois filhos, como fazia na época em que morava na RDC.

A ausência das crianças e a preocupação com o estado delas foram citadas, mais de uma vez durante a conversa, como a causa maior de seu sofrimento. De acordo com a entrevistada, os policiais da milícia continuaram a ameaçar sua família, mesmo depois da sua partida, chegando a perseguir também aquele seu primo que, por conta disso, precisou se refugiar em Angola.

Temendo pela segurança dos meninos, a avó de Camila deixou os bisnetos na casa de outros parentes, que passaram a mandar notícias por meio de ligações telefônicas. Poucas semanas antes do primeiro encontro para a presente pesquisa, a migrante ficou, então, sabendo do falecimento de sua avó e da necessidade financeira dos familiares. Durante a conversa, mostrou algumas fotografias dos dois filhos e da avó, emocionando-se ao falar sobre eles.

Sozinha com seu bebê no país estrangeiro, Camila contou poder contar apenas com sua única amiga, Jacira. Sendo sua vizinha de apartamento, a compatriota a ajudava a cuidar de sua filha e a fazia companhia. Sem ter outras relações de forte amizade, a entrevistada contou que pouco saía do abrigo. Quando o fazia, era para ir ao Château Rouge (bairro de residência de muitos africanos), para comprar ingredientes importados de seu país, ou para ir à Igreja. De religião católica, a migrante passou a frequentar cultos protestantes, em virtude da facilidade de acesso. Com os conhecidos da Igreja, participou uma única vez de um passeio para ver a Torre Eiffel.

No momento de sua participação neste estudo, Camila, que já tinha recebido a resposta negativa do Ofício francês (OFPRA) sobre seu pedido de refúgio, preparava-se para a convocação na Corte Nacional (CNDA), quando daria prosseguimento às formalidades necessárias para recorrer dessa decisão. Para tanto, contratou um advogado particular, que a instruiu a frequentar audiências públicas de casos semelhantes ao seu, no intuito de que, assim, pudesse perceber como melhor responder às perguntas e quais provas deveria providenciar. Chorando pela decepção e indignação de não terem acreditado na sua história na ocasião de sua primeira solicitação, a migrante disse ter resolvido exigir que seu próximo depoimento fosse dado na sua língua nativa (lingala) e traduzido por um intérprete. Ela explicou que, apesar de ter frequentado a escola até os 18 anos (idade em que engravidou) e de ter aprendido a se comunicar em francês, não possuía o mesmo domínio de vocabulário nessa língua. Em sua avaliação, talvez essa diferença a tenha prejudicado em seu primeiro testemunho.

Sem saber para onde iria, caso recebesse outra resposta negativa ao seu pedido de proteção, a entrevistada revelou estar ansiosa e com esperanças de que o recurso desse certo. Desse modo, poderia conseguir um trabalho, alugar uma casa e providenciar o que mais desejava naquele momento: trazer seus dois filhos para morar com ela na França.

### 6.2.3 *Jacira*

Jacira é uma mulher negra, que tinha, aproximadamente, 32 anos de idade quando participou da pesquisa. Nos diferentes dias em que foi vista e contactada, utilizava penteados muito distintos e, por esse motivo, em uma dessas vezes, não foi reconhecida de imediato.

Conforme foi mencionado no relato anterior, o presente estudo foi apresentado a essa migrante no encontro destinado à entrevista com Camila, sua vizinha de apartamento em um Centro de Acolhida para Solicitantes de Asilo da periferia de Paris. Após participar dessa conversa, uma segunda data foi agendada para dar continuidade ao seu depoimento, que dessa vez foi individual. Nessas duas ocasiões, Jacira pareceu bastante solícita e aberta a falar sobre sua história, bem como sobre o contexto de seu país de origem.

Desse modo, a entrevistada iniciou sua participação no diálogo descrevendo a situação atual de violência e de guerra da RDC, que, para ela, é a pior de toda a África. Para explicar os problemas encontrados nesse território, Jacira citou a ausência de leis mais severas e do cumprimento das que já existem, o que acaba permitindo agressões a mulheres e crianças, por exemplo, pelas milícias de Ruanda. A congoleza mencionou ainda a grande riqueza natural de seu país, lamentando-se por ela não ser aproveitada pela maioria da população, que acaba passando fome.

As circunstâncias que levaram Jacira a se refugiar estão relacionadas, inicialmente, aos constantes conflitos que vem devastando a RDC. De acordo com o que ela relatou, seus parentes (dentre eles, seu avô e seu marido) tinham relações políticas e atuavam em um grupo armado, de oposição ao presidente no poder. O esposo da entrevistada, especificamente, participava da organização encarregando-se de serviços secretos. Nas primeiras eleições democráticas do país, em 2006, tendo apoiado o candidato derrotado, ele foi perseguido e precisou fugir. Sem saber para onde o cônjuge tinha ido, Jacira foi ameaçada e agredida fisicamente quando os militares invadiram sua casa para procurá-lo.

Por causa da agressão, Jacira, que estava grávida de três meses, começou a sangrar. Os invasores levaram-na, então, ao hospital, acompanhada de sua irmã gêmea, e designaram um dos soldados para fazer a guarda das duas. Sem conseguir parar de chorar, a entrevistada, que tinha perdido seu bebê, pediu, em sua língua nativa, para que o militar as liberasse. Esse último, sendo

da mesma província que as duas mulheres, compreendeu e decidiu ajudar Jacira a fugir. Separando-se de sua irmã, ela procurou abrigo em outra comuna, na casa de uma amiga. Entretanto, continuou a se sentir insegura, temendo ser encontrada pelos oficiais que circulavam frequentemente pela região. A congoleza decidiu, portanto, fugir de seu país e foi aconselhada a escolher a África do Sul como destino, por um tio de sua amiga, que poderia ceder o contato de um jovem de sua família, residente nesse país.

Com suas economias, Jacira providenciou o transporte de sua viagem. Passando por uma rota perigosa, que corta a floresta, e cruzando clandestinamente fronteiras de vários países, ela chegou de ônibus à África do Sul, em meados de 2007, e telefonou para a pessoa indicada. A migrante teve que aguardar por alguns dias, na rodoviária, que o rapaz viesse de outra cidade. Chegando ao seu encontro e sem conhecer muito sobre o procedimento de solicitação de refúgio, recomendou que a mulher procurasse uma angolana, de quem ela poderia receber abrigo, além de auxílio para registrar seu pedido de proteção. A entrevistada, assim, hospedou-se por um tempo na casa dessa outra estrangeira, com quem podia se comunicar em sua língua nativa. Com essa ajuda, Jacira pôde preencher, então, os documentos necessários referentes à migração e passou a frequentar um curso de inglês para refugiados. Algum tempo depois, passou a trabalhar no comércio, vendendo artigos femininos.

No início de 2008, Jacira ligou para sua irmã, que permanecia na RDC. Por meio dela, teve a notícia de que seu marido estava na França e, por isso, pediu que a familiar tentasse descobrir seu número de telefone no refúgio europeu. Apenas dois anos depois, a entrevistada conseguiu contactar o esposo, que prometeu ajudá-la. Ele informou o número de sua documentação no Ofício francês (OFPRA) e pediu que ela aguardasse mais um tempo, garantindo que providenciaria sua ida para lá, por reagrupamento familiar. Planejando, então, sua viagem para a França, a mulher interrompeu o andamento de seu processo de solicitação de refúgio à África do Sul e esperou o contato combinado. Entretanto, os anos se passaram sem que Jacira recebesse notícias ou conseguisse localizar o marido. Esse período, segundo a entrevistada, foi de muito sofrimento, pois além da dificuldade com a língua inglesa, não era fácil, para ela, encontrar um trabalho que não exigisse formação ou diploma.

Em 2010, quando estava vendendo vuvuzelas na frente de um estádio da Copa do Mundo de Futebol, Jacira avistou um tio seu. O parente, que estava de passagem pela África do Sul,

dispôs-se a ampará-la, telefonando para o marido da migrante para cobrar uma posição. Como esse último revelou, ao telefone, não ter condições financeiras para arcar com viagem da esposa, o tio de Jacira se prontificou a cobrir as despesas, combinou a acolhida da sobrinha em solo francês e organizou o necessário para sua partida. No início de 2011, então, a mulher desembarcou no aeroporto de Paris, acompanhada por um conhecido de seu tio, e portando um passaporte falso.

Chegando a uma estação de trem central da cidade, a entrevistada, que já estava prevenida de que seu marido não a receberia de imediato por trabalhar no interior do país, encontrou-se com um intermediário. Esse senhor hospedou em sua residência a migrante que, em troca, ficou encarregada de serviços domésticos. Após esperar alguns meses por seu marido, Jacira, que não saía de casa por temer ser pega com os documentos falsos, foi avisada, pelo dono da casa, que teria que procurar uma associação de atendimento a pessoas sem domicílio. Passando a se abrigar nessa instituição, conheceu outra estrangeira, que a orientou a depositar sua solicitação de refúgio. Por meio do serviço, a mulher foi encaminhada ao abrigo onde residia na data da entrevista e passou a receber o auxílio financeiro concedido pelo Ofício francês (OFPRA).

Durante esse período, Jacira recebeu duas visitas do esposo, que pediu que ela o aguardasse por mais um tempo, garantindo que estava tratando do local para eles morarem. Grávida de seu marido, a mulher acabou sabendo por uma conterrânea que ele estava, na verdade, casado com outra mulher, com quem morava no campo e tinha formado uma outra família. Até a época desta pesquisa, quando sua filha tinha 3 meses de idade, a migrante ainda não tinha tido retorno de seu ex-companheiro.

Sem apoio do cônjuge, Jacira contou que encontrou dificuldades para comprovar sua história ao Ofício francês (OFPRA). Ela explicou que não sabia que era necessário relatar todos os detalhes em seu depoimento e que, por conta disso, tinha narrado o seu percurso de maneira sucinta. Além disso, ela não tinha à sua disposição provas que atestassem o matrimônio e sua passagem pela África do Sul, já que parte dos documentos tinha sido confiada ao marido e outra parte deixada no refúgio anterior. Tendo o pedido de proteção negado, na primeira instância, pela prefeitura de Paris, a entrevistada buscava reunir provas que fortalecessem o recurso apresentado por ela à Corte Nacional (CNDA).

A grande preocupação de Jacira, na época em que foi entrevistada, era, portanto, ter a condição de refugiada reconhecida. A possibilidade de ter sua solicitação definitivamente negada vinha tirando-lhe o sono e o apetite, já que ela temia ser presa se retornasse ao país de origem. Nesse caso, se precisasse deixar a Europa, a República do Congo lhe parecia a opção mais segura. Se, por outro lado, conseguisse permanecer na França, restaria a ela voltar a morar no abrigo para pessoas sem domicílio, porém, sem nenhum dinheiro para manter sua vida e a da sua filha.

Para a migrante, portanto, ter uma documentação regular no país faria toda a diferença, pois, assim, poderia estudar melhor o francês, fazer cursos (como de Hotelaria) e conseguir um emprego. Além disso, com o status de refúgio adquirido e tendo direito ao reagrupamento familiar, seria possível trazer para perto dela a outra filha (fruto de seu primeiro relacionamento), com a garantia de que ela teria direito a frequentar a escola e que, portanto, não precisaria interromper os estudos. Jacira explicou que essa condição era importante, pois não desejava que acontecesse à menina o que, devido a outras circunstâncias, sucedeu com ela mesma. A entrevistada frequentou a escola, em seu país de origem, apenas até os 12 anos de idade e, antes de fugir, trabalhava em um comércio de alimentos.

Enquanto aguardava a convocação a respeito de seu recurso, a mulher passava a maior parte do tempo no abrigo, na companhia de Camila. Sobre a amiga, Jacira revelou considerá-la uma irmã e contar frequentemente com seu apoio. As duas vizinhas faziam sempre as atividades rotineiras, como ir ao supermercado, juntas. Fora essas atividades do cotidiano, suas saídas do abrigo vinham sendo, em grande parte, para comparecer a compromissos na prefeitura ou a consultas no hospital. A exceção era quando ia a uma Igreja Evangélica, que frequentava com uma migrante nigeriana.

#### *6.2.4 Betânia*

Betânia foi localizada, inicialmente, por telefone a partir da lista de residentes de um Centro de Acolhida da periferia de Paris, onde também morava Ísis, Camila e Jacira. A migrante, que estava grávida de 9 meses no momento desse contato, foi convidada, presencialmente, a participar da pesquisa, aceitando de imediato. O encontro para a entrevista, no entanto, aconteceu

somente após seu bebê ter nascido, quando a mulher passou a estar mais tranquila e disponível. Negra, com 20 anos de idade, Betânia usava roupas e penteados tradicionalmente africanos, e pareceu à vontade para falar sobre sua vivência como migrante. Apesar de sua abertura e simpatia, ela não se estendeu muito em suas falas devido a alguns problemas de comunicação na língua francesa entre ela e a pesquisadora.

A entrevistada iniciou seu relato falando da insatisfação em relação à sua vida no país estrangeiro e manteve essa tônica em toda a conversa. Em Paris há 9 meses, Betânia contou que fugiu da RDC, em 2006, com sua família, que vinha sendo ameaçada em virtude do posicionamento e da atuação política de seu pai. O primeiro destino de refúgio da migrante foi Angola, pela presença de parentes no país. Já em 2011, com seus pais falecidos, a mulher embarcou em uma viagem para França, esperando encontrar melhores condições de vida e de trabalho para alguém na sua situação. No caso dessa última mudança, o trajeto percorrido por Betânia foi definido por terceiros, que tomaram também as providências necessárias a cada etapa de sua migração. Dessa forma, ela foi conduzida, de avião, até Portugal, onde se hospedou em um hotel. Após a estada de dois dias nesse país, seguiu o caminho para a França, de ônibus, passando antes pela Espanha.

Ao chegar ao terminal de ônibus de Paris, Betânia encontrou com alguém que lhe tinha sido indicado em Angola. A entrevistada permaneceu, por aproximadamente um mês, residindo na casa dessa pessoa, de onde saiu assim que registrou seu pedido de refúgio no Ofício francês (OFPRA). Recorrendo a uma associação de apoio a estrangeiros da cidade, a migrante foi encaminhada para um quarto de hotel, o qual dividia com mais duas mulheres. Para Betânia, as instalações do alojamento eram ruins, com problemas de estrutura (como falta de água quente) e ambientes muito sujos. Por conta desses quesitos negativos, o local representava para ela apenas um teto para dormir. Após passar dois meses nesse contexto, a mulher foi encaminhada para o Centro de Acolhida onde foi localizada para a presente pesquisa.

A partir de sua regulamentação enquanto solicitante de refúgio, Betânia passou a receber o benefício de prestação social destinado aos migrantes nessa condição. Contudo, segundo o que ela detalhou, o auxílio era insuficiente para dar conta de suas despesas básicas, incluindo os gastos com o bebê. Sem permissão para trabalhar e sem perspectiva de encontrar um emprego, mesmo que tivesse o reconhecimento de seu pedido de refúgio, a entrevistada queixou-se



bastante da situação de inatividade na França, mencionando, em mais de uma vez, seu arrependimento por ter deixado Angola. Para ela, a mudança para o país europeu não tinha lhe trazido nada de bom, sendo a vida que levava no país africano muito melhor, pois podia comer bem, viajar, fazer o que queria, e ganhar dinheiro com seu trabalho. Antes de sair de lá, a mulher trabalhava em um salão de beleza, trançando cabelos.

Por esse contexto de dificuldade, Betânia revelou sofrer bastante. Sendo assim, explicou que não programava, para seu futuro, a permanência no refúgio francês. Ao invés disso, de acordo com o que ela relatou, seu plano era esperar o filho completar 15 meses de idade e, assim, voltar com ele para solo africano, provavelmente para Angola, onde não era perseguida como na RDC. Apesar de sua intenção de retorno, a entrevistada explicou que não a mencionaria quando fosse convocada para falar sobre seu caso ao Ofício francês (OFPRA).

A respeito de sua solicitação de refúgio, até a data da entrevista, Betânia ainda não tinha recebido nenhuma resposta. A migrante disse não estar preocupada com seu depoimento na prefeitura de Paris, pois repetiria a história que escreveu no documento de inscrição do seu pedido. Sobre a futura convocação, a mulher falou também que pediria para fazer seu relato em sua língua nativa (lingala), sendo traduzida, portanto, por um intérprete. Explicou que não dominava a língua francesa, a qual sabia falar muito pouco quando chegou ao país europeu. Além do lingala e do francês, a entrevistada informou que aprendeu também a se comunicar, razoavelmente, em português, ao longo da temporada em Angola.

No período vivenciado em Paris, Betânia mencionou ter feito relações de amizade, dentre elas, algumas com franceses. Antes de engravidar, ela passava boa parte do dia, fora do abrigo, voltando, muitas vezes, somente às 23 horas, para dormir. Além dos amigos, a mulher manteve também uma relação amorosa com um francês, a partir da qual engravidou. Embora, na data da entrevista, os dois não estivessem mais juntos, a criança teve a paternidade declarada em sua certidão de nascimento. Sobre essa relação, Betânia revelou manter segredo quanto à nacionalidade do pai de seu filho e explicou que a precaução devia-se ao receio de perder os benefícios, caso essa informação fosse divulgada para os funcionários do Centro de Acolhida.

Após o nascimento de seu bebê, o cotidiano da entrevistada sofreu algumas mudanças. A migrante lamentou a ausência dos parentes (irmãos, por exemplo) que poderiam ajudá-la a cuidar

do seu filho. Estando longe da família, com quem mantinha contato por telefone, Betânia passava a maior parte do tempo em seu apartamento, por não ter com quem deixar o menino, saindo apenas, aos domingos, para ir a uma Igreja Pentecostal, no centro de Paris.

#### 6.2.5 *Bruna*

Assim como aconteceu com as congolezas anteriormente citadas, Bruna foi contactada a partir da lista de residentes de um Centro de Acolhida para Solicitantes de Asilo da periferia de Paris. Pelo telefone, foi-lhe apresentada, brevemente, a proposta da pesquisa e agendado um horário para que o convite, incluindo as condições e garantias de sua possível participação, pudesse ser explicado melhor. Nesse encontro, Bruna concordou em ser voluntária do estudo, mas pediu que a entrevista fosse realizada em outra data, explicando estar preocupada com o compromisso que teria naquela tarde com a advogada, funcionária da instituição de acolhimento. Segundo o que pôde ser observado nessa ocasião, a migrante já havia faltado ao último compromisso com essa profissional, por motivo de esquecimento.

Antes de se concretizar, a entrevista foi cancelada uma vez, por Bruna, que aparentando um pouco de confusão, disse ter esquecido o combinado e marcado uma consulta médica para o mesmo horário. Alguns dias depois, o encontro aconteceu em seu apartamento, conforme sua preferência. O cômodo era compartilhado com Amanda (uma das participantes da pesquisa que não foi selecionada para a etapa da análise) que não estava presente naquele momento. Ao ser consultada sobre a possibilidade de registro do áudio da conversa, a migrante não se mostrou à vontade, revelando sentir vergonha do seu modo de falar francês. Mesmo após o esclarecimento sobre a não divulgação do material, Bruna não consentiu a gravação. Porém, permitiu que fossem tomadas notas.

Bruna é uma mulher negra, que tinha 31 anos de idade na etapa da pesquisa de campo. Nas vezes em que ela foi contactada, foi possível observar seu cuidado com o cabelo, que esteve arrumado em penteados bastante diferentes. Na data da entrevista, por exemplo, a migrante usava uma peruca com características bem distintas do modelo do primeiro encontro. Além de apresentar esses destaques, a mulher, que guardava sempre um sorriso no rosto e expressava simpatia, fez um relato marcado por um tom predominante de tristeza e preocupação.

Com parte da família de origem angolana, Bruna nasceu e morou na RDC até 2010. A entrevistada, que vivia em uma casa simples e pequena no meio rural, frequentou a escola até os 14 anos, quando passou a trabalhar no campo, em plantações. De religião católica, a mulher passou também a frequentar a Igreja da qual o seu marido era pastor e militante. O esposo de Bruna fazia parte de um movimento político-religioso (BDK), oposto ao governo, defendendo ideias como a restauração do antigo reino do Congo. Por esse motivo, foi perseguido por policiais e desapareceu, deixando a companheira e o filho sem saber se ele tinha conseguido escapar ou se tinha sido assassinado. Após a fuga de seu cônjuge, os oficiais retornaram à residência da família para procurá-lo. Percebendo a movimentação e o barulho que vinham da rua, a mulher se escondeu com o filho, aguardando, em silêncio, até que eles fossem embora. Bruna descreveu esse episódio, enfatizado o medo e a tensão que sentiu, principalmente, por ter conhecimento sobre os casos de mulheres agredidas e violentadas sexualmente por agentes fardados.

Temendo que essa situação de risco se repetisse e seguindo o conselho de uma conhecida, a entrevistada decidiu sair do país. Recebendo uma ajuda em dinheiro dessa mesma mulher, além da indicação de um atravessador, Bruna embarcou em uma viagem para França, deixando seu filho com um parente. A migrante, que explicou vir de uma cidade onde não se tem muito contato com serviços ou ferramentas tecnológicas (como telefone e computador, por exemplo), revelou sentir muito medo ao viajar pela primeira vez de avião. Além desse tipo de transporte ter provocado muito estresse em seu deslocamento, essa era a primeira vez que ela saía de onde nasceu, já que antes nunca tinha nem mesmo ido à capital do país.

Bruna chegou ao seu destino sentindo-se mal fisicamente, devido a um aumento da sua pressão arterial. Ela atribuiu seu mal-estar ao processo de mudança e à experiência do desconhecido, mas revelou também que já estava doente em seu país de origem, onde contraiu o vírus da Malária. Mesmo nesse estado, a mulher foi deixada no aeroporto pelo atravessador, sendo auxiliada por desconhecidos a procurar atendimento médico. Depois de 1 mês internada em um hospital, a migrante procurou uma associação de assistência a estrangeiros, que a orientou a depositar seu pedido de refúgio e a encaminhou para um abrigo. A entrevistada permaneceu nesse alojamento durante 1 ano até que foi encaminhada para o Centro de Acolhida, onde se encontrava no momento da pesquisa.

Foi na primeira instituição em que Bruna morou onde ela conheceu a maior parte das pessoas com as quais mantinha relação. Apesar de preservar o convívio com os antigos companheiros de casa e de considerá-los como amigos, a entrevistada não se sentiu à vontade para compartilhar sua história com nenhum deles. Sobre a situação que provocou seu refúgio, ela conversava apenas com seu advogado, já que sua família, sem ter telefone, não estava tão facilmente acessível à comunicação. A mulher, entretanto, buscou o contato com os parentes, correspondendo-se com eles. Em uma das cartas, perguntou sobre seu marido, mas, na resposta, não encontrou novidades. Ainda sobre suas relações no país de refúgio, a migrante revelou não ter proximidade, nem conversar muito com a companheira de quarto (originária de Bangladesh), em virtude de uma dificuldade de entendimento entre elas. Se por um lado, Bruna não conhecia o bengali, a outra estrangeira não se expressava bem em francês.

A dificuldade com a língua estrangeira foi umas das maiores queixas citadas pela entrevistada. Apesar de conseguir se comunicar em francês, Bruna revelou que se sentia bloqueada sempre que tinha que falar em alguma circunstância importante, como em compromissos relacionados à sua solicitação de refúgio. Além de explicar que, em algumas situações, faltavam-lhe palavras para expressar o que tinha pensado, a migrante se mostrou insatisfeita com seu sotaque, o qual já tinha sido classificado por sua professora de francês como próximo do acento belga. A importância que o domínio da língua adquiria na vivência da mulher foi percebida não somente pelo que ela avaliou em seu relato, mas também nas expressões de frustração e constrangimento que ela manifestou, durante a própria conversa para a pesquisa, quando não encontrou os termos adequados para transmitir suas ideias.

O problema com a língua francesa foi associado por Bruna, dentre outros aspectos, à sua condição social. Nesse sentido, a entrevistada se comparou à Camila, que, embora seja congolesa como ela, teve melhores oportunidades de estudos e de trabalho. O baixo poder aquisitivo que Bruna tinha em seu país de origem, obviamente, também repercutia, para ela, como uma dificuldade adicional para a sua situação financeira no refúgio. Sem poder trabalhar no território estrangeiro e sem poder contar com uma reserva de dinheiro trazida da RDC, a migrante avaliou o benefício recebido, por sua condição de solicitante de proteção, como insuficiente para arcar com suas despesas.

A impossibilidade de trabalhar também trazia, para Bruna, outro aspecto negativo de sua vivência no refúgio: a inatividade. Por esse motivo, a mulher procurava sair com frequência do alojamento para não correr o risco de passar o dia dormindo. Apesar de não conhecer a cidade de Paris, a entrevistada mantinha algumas atividades regulares, como curso de francês, sessões de psicoterapia (em um hospital) e idas ao culto. Frequentando a Igreja Pentecostal desde que chegou na França, a migrante enfatizou a importância da prática religiosa para lidar com as adversidades enfrentadas no país estrangeiro.

Nesse sentido, por acreditar em Deus, Bruna relatou que confiava no reconhecimento de sua história de refúgio e no êxito na procura por um emprego, o que, especialmente, faria toda a diferença para seu futuro. A mulher, que analisou a vida no território estrangeiro como vantajosa em termos de segurança e sentimento de paz, revelou que, naquele momento presente, restava a ela apenas rezar.

No momento em que concedeu a entrevista, Bruna, há dois anos longe de seu país de origem, já tinha recebido a primeira resposta referente ao seu pedido de proteção, que, por falta de provas, foi negativa. A migrante, que tinha dado seu depoimento ao Ofício francês (OFPRA) em sua língua nativa, planejava fazer o mesmo quando fosse convocada na Corte Nacional (CNDA). Segundo o que contou, fazia poucos dias que ela havia depositado um recurso contra a decisão inicial. Até esse momento, a mulher não planejava adicionar nenhum documento que atestasse a veracidade de sua história de perseguição, parecendo pouco informada a respeito desse procedimento.

#### *6.2.6 Talita*

O primeiro encontro com Talita aconteceu na ocasião da Oficina, desenvolvida em uma das instituições, de assistência a migrantes e refugiados, visitadas durante a pesquisa de campo no Brasil. Conforme já mencionado na sessão sobre Cássia, as duas mulheres, além de Priscila, aceitaram participar da atividade. A proposta foi bem aceita, especialmente, por Talita, que liderou, de maneira geral, a produção do material solicitado, escolhendo e definindo como ele seria construído. Parecendo muito à vontade, ao longo desse exercício, ela interagiu bastante com a pesquisadora, discorrendo sobre suas dificuldades no refúgio e fazendo algumas perguntas

sobre curiosidades a respeito do país de acolhida. O carnaval, por exemplo, foi uma das questões de interesse da migrante, despertado pela proximidade do feriado. A respeito desse evento, Talita revelou o desejo de conhecer e participar da festividade e pediu informações sobre lugares para ir na cidade de São Paulo.

Os problemas mencionados por Talita, na ocasião da Oficina, como presentes em seu cotidiano não tiveram destaque no material produzido pelo grupo. Desse modo, a tristeza, as dificuldades financeiras ou as limitações de comunicação na língua estrangeira apareceram como fazendo parte do passado das mulheres migrantes representadas, que sorriam por estarem felizes. A imagem final que ilustrava a história criada pelo grupo foi composta por diversas figuras femininas e pela figura de uma grande mão esticada, voltada com a palma para frente, cujos elementos, em conjunto, transmitiam o significado de interrupção. No contexto imaginado e descrito, esse recorte específico carregava o sentido de superação do sofrimento e de fim dos dias de choro. A escolha por essa representação, de acordo com o que a migrante explicou, foi motivada pela esperança e confiança de que, no futuro, terá uma vida melhor, de mais alegria.

Concluída a atividade e aceitando participar da etapa individual da pesquisa, Talita compartilhou seu número de telefone para que a data da entrevista pudesse ser combinada posteriormente. A migrante foi localizada algumas vezes até o encontro ser agendado. Em algumas dessas comunicações, a própria mulher ligou para conversar e para pedir mais informações sobre o Carnaval na cidade. Mesmo após colaborar com o presente estudo, Talita continuou a fazer contato.

Negra, com 31 anos na época da entrevista, Talita expressou-se, nas ocasiões mencionadas, de maneira extrovertida, com simpatia e com bastante energia. Nas vezes em que ela foi vista, usava os cabelos presos e esticados, com exceção do dia em que foi possível encontrá-la antes de um passeio com Cássia, quando usava um penteado que aparentava ser especial para o momento. Talita contou que sua situação financeira não permitia que ela cuidasse do cabelo como gostaria e mantivesse-o com tranças. Para ela, essa questão pareceu importante, interferindo em sua autoimagem e na confiança sobre si mesma, no que diz respeito às relações com o sexo oposto. Ainda sobre a questão do cuidado com a aparência física e da sua relação com o corpo e sexualidade, a migrante pareceu satisfeita em usar roupas que não seriam,

culturalmente, permitidas em seu país, como o short com o qual estava vestida na data da entrevista.

Estando há 9 meses em São Paulo, Talita precisou fugir da RDC, em 2012, na época das eleições presidenciais desse país. De acordo com o que ela relatou, o candidato que venceu nas urnas e se reelegeu autorizou a polícia a perseguir seus opositores, invadindo suas casas e capturando-os. A entrevistada, que havia atuado fazendo propaganda política para o candidato da oposição, viu-se, então, em perigo, sabendo do assassinato de muitos conhecidos, membros do grupo que participava. Decidindo sair do país, a migrante pagou os serviços de um atravessador, que propôs acompanhá-la, de navio, até o Brasil.

Após dois meses de viagem, Talita chegou ao porto de Santos e foi conduzida pelo intermediário até um hotel no centro de São Paulo, onde foi deixada sozinha para passar a noite. No dia seguinte, sem muito dinheiro, sem saber aonde ir e sem compreender ou falar o português, a mulher andou pelas ruas das redondezas até que avistou um africano, que falava em sua língua materna (lingala), ao qual pediu ajuda. O estrangeiro levou, assim, a entrevistada até o Centro de Acolhida da Cáritas e a orientou sobre como deveria proceder para solicitar proteção ao país. A partir do atendimento nessa Instituição, Talita foi encaminhada para o abrigo, onde residia na data da entrevista, e passou a tomar as medidas necessárias para regularizar sua situação.

Os primeiros momentos no Brasil foram, segundo a entrevistada, de muita tristeza. Nesse período, Talita isolou-se em seu quarto, onde passava a maior parte do tempo dormindo e chorando. A dificuldade em comunicar-se era o problema que mais a incomodava por limitar bastante sua vida no país e, assim como na atividade em grupo, foi mencionada várias vezes ao longo da conversa. A falta de habilidade com o português, além de deixar a mulher com receio de se perder na cidade, caso saísse do abrigo, e impedi-la de dialogar com os habitantes locais (como na vez em que foi registrar seu pedido de refúgio na Polícia Federal e recorreu a uma moradora do abrigo para ser sua intérprete), diminuía também suas chances de conseguir um emprego e melhorar a sua situação financeira. Por esse motivo, uma das primeiras providências tomadas por Talita foi solicitar ao Centro de Acolhida da Cáritas a sua inscrição em um curso de aprendizagem dessa língua, o que a deixou mais confiante para circular pela cidade. Na conversa para a pesquisa, a migrante fez questão de falar em português, justificando que precisaria praticar.

Na maior do tempo, ela expressou o que pensava com aparente facilidade e de maneira fluente, recorrendo apenas em algumas poucas vezes a termos em francês.

Além do estresse causado pela novidade da língua, Talita também estranhou a comida e o clima brasileiros no início de sua estadia. Por causa da baixa temperatura que fazia na cidade, na época em que chegou ao país, a entrevistada ficou doente e precisou ser atendida no posto de saúde. Passados 4 meses, ela voltou ao hospital, mas, dessa vez, por um motivo mais grave. Em uma das noites em que dormia no abrigo, a migrante se assustou com o disparo do alarme de incêndio e se desequilibrou na escada da instituição, chocando-se com uma porta de vidro. Machucando-se bastante, a mulher teve que ficar de repouso por um período e receber ajuda das outras moradoras para se alimentar. O acidente deixou uma grande cicatriz em seu rosto, a qual Talita não pretende retirar, visto que uma cirurgia plástica significaria, para ela, mais tempo parada em casa e sem trabalhar.

Durante sua recuperação, a entrevistada contou com o auxílio da Cáritas para ter acesso às medicações prescritas no hospital. Assim que se restabeleceu, ela recorreu, pessoalmente, ao Centro de Acolhida para se candidatar a uma vaga de emprego. Desse modo, aos 7 meses de refúgio no Brasil, Talita começou a trabalhar em uma empresa que terceiriza funcionários para fazer a limpeza em instituições e espaços diversos. Na data da entrevista, a migrante, que tinha sido direcionada a uma estação de metrô, cumpria o tempo acordado de experiência para poder ser definitivamente contratada. Aos finais de semana, contribuía com as tarefas de manutenção do albergue (distribuídas em uma escala entre as moradoras), responsabilizando-se pelas refeições ou limpeza dos cômodos.

Para Talita, essa oportunidade de trabalho modificou sua vida no país de refúgio, pois além de melhorar sua situação financeira, trouxe atividade para a sua rotina. Apesar dessas conquistas, a entrevistada relatou preocupar-se ainda bastante com seu futuro, principalmente, por saber que dali a alguns meses seu prazo de residência no abrigo se encerraria. Contando com um salário mínimo como rendimento mensal, a mulher explicou que o ordenado atual não seria suficiente para bancar o aluguel de um quarto e suas demais despesas. Sendo assim, a migrante, que tinha completado em seu país de origem o Ensino Médio, almejava continuar os estudos no Brasil para, dessa forma, conseguir um trabalho melhor. Para tanto, precisaria realizar um teste que comprovasse sua escolaridade, já que não havia deixado seus certificados escolares na RDC.



A mulher lamentou não somente ter deixado em seu país de origem seus documentos, mas, principalmente, seus familiares, como mãe e irmão, com os quais mantém contato por telefone e por meio de redes sociais na internet. Desde que chegou ao território brasileiro, Talita conheceu outros africanos na Igreja Protestante que passou a frequentar e no atendimento da Cáritas. Nessas ocasiões, ficou amiga de uma mulher que passou a visitar. Sobre as moradoras do abrigo, a entrevistada confidenciou ser mais próxima das poucas refugiadas presentes na casa. Talita explicou que evitava relações mais íntimas com as demais residentes, que, egressas do sistema prisional<sup>81</sup>, não lhe inspiravam confiança. A respeito das relações estabelecidas no trabalho, ela se queixou de exploração da parte dos empregados brasileiros e relatou casos de discriminação.

Mesmo com as dificuldades, Talita revelou que desejava permanecer no Brasil, país cujo contexto ela já estava habituada e que ela aprendeu a amar. Além de continuar os estudos, que seriam voltados para a área de enfermagem, a entrevistada contou que gostaria de formar uma família, casando e tendo filhos. Para conseguir esses objetivos, a mulher mencionou a importância do reconhecimento de sua história de refúgio. Caso isso não acontecesse, ela planejava casar com um brasileiro para poder permanecer no país, já que temia voltar para a RDC. Até o último contato com Talita, ela ainda não tinha recebido resposta a sua solicitação de proteção. Por causa do tempo de espera, seu protocolo (documento emitido pelo Governo brasileiro) venceu e ela precisou renová-lo.

#### *6.2.7 Priscila*

Priscila foi outra das três mulheres que estiveram presentes na Oficina desenvolvida em uma das instituições de acolhida a migrantes e refugiados da cidade de São Paulo. A migrante compareceu à reunião, estando acompanhada dos três filhos. Os dois mais velhos se distraíram desenhando e brincando. Já o mais novo, ainda bebê, permaneceu em seus braços enquanto ela, Cássia e Talita participavam da atividade.

---

<sup>81</sup> Destinada a acolher migrantes em diferentes condições, a associação onde Talita residia abrigava, além de mulheres refugiadas, estrangeiras que haviam sido presas no Brasil e que precisavam de uma moradia para cumprir a liberdade condicional.

Ao longo dessa produção em grupo, Priscila interagiu muito pouco. Talvez um dos motivos tenha sido a dificuldade com a língua portuguesa, que foi observada, por exemplo, no momento da apresentação da pesquisa, quando Talita traduziu, para a língua lingala, as explicações e informações que foram dadas. Um dos poucos momentos em que Priscila se manifestou foi para falar da sua situação difícil de desemprego, causada pela impossibilidade de conciliar um trabalho com a tarefa de cuidar do filho menor, que ainda não estava na creche por falta de vaga.

A entrevista com Priscila ocorreu após alguns meses da Oficina. Logo depois desse primeiro encontro, não se teve mais notícia da migrante, que deixou o abrigo com as crianças para morar em outro lugar. O contato com ela foi restabelecido em uma das visitas à Cáritas programadas para este estudo, momento em que Priscila, coincidentemente, encontrava-se no local para um atendimento. A congoleza tinha um horário agendado com uma assistente social no período da tarde, mas compareceu ainda pela manhã com seu bebê. Enquanto esperava para ser recebida, ela concordou em participar da presente pesquisa.

Priscila é uma mulher negra, que tinha aproximadamente 27 anos na época da entrevista. Assim como na data do exercício em grupo, nesse dia, ela assumiu uma postura fechada e séria e demonstrou uma certa insegurança, como quando perguntou se o gravador de áudio registraria sua imagem. Tendo essa informação esclarecida, a migrante consentiu o registro de sua fala, mas revelou ficar desconfortável em utilizar o português, explicando que não sabia se expressar bem na língua. Por esse motivo, após ter iniciado a conversa, resolveu continuá-la em francês. Ainda assim, seu relato foi curto e sem detalhes. Como seu discurso não fluía muito, foram necessárias algumas intervenções, com perguntas, que abrangeram temas mais gerais com o intuito de respeitar os limites que ela colocou para o diálogo.

Quando perguntada sobre a situação que a fez fugir da RDC, Priscila pediu para não falar sobre o que tinha acontecido com ela. A entrevistada explicou que não conseguiria narrar os detalhes do que viveu em seu país, pois, se tentasse, não controlaria o choro. Para ela, recorrer a algumas lembranças faria mal a sua cabeça, que já estava cansada. Por esse motivo, a conversa passou a ser direcionada, principalmente, para sua vivência no país de refúgio.

Ainda assim, algumas informações sobre o passado na RDC foram mencionadas, espontaneamente, pela migrante. Conforme o que contou, Priscila morava, em seu país de origem, com o marido e dois filhos pequenos. Aos três meses de sua terceira gravidez, ela foi abandonada pelo companheiro, que saiu de casa, deixando-a com os meninos. A entrevistada, que revelou não saber o motivo da atitude de seu esposo, buscou abrigo e apoio na casa da irmã, onde ficou até o dia de sua partida para o Brasil.

Por uma razão que não foi revelada, aos oito meses de gravidez, Priscila decidiu buscar refúgio para ela e seus filhos em um país estrangeiro. Os procedimentos necessários para a organização da viagem foram providenciados por um amigo de seu tio, que acompanhou a família no trajeto aéreo. Passando antes pela África do Sul, a mulher e as crianças desembarcaram no aeroporto de São Paulo e foram mais uma vez abandonadas, de maneira inesperada. Sem ter a quem recorrer, sem possuir recursos e sem saber falar o português, Priscila, que segurava um dos filhos pelo braço e o outro no colo a chorar, começou também a chorar e a gritar, angustiada pela situação em que se encontrava. Segundo o que relatou, os três permaneceram sem rumo até o outro dia, tendo passado a noite na rua.

Na manhã seguinte, ainda chorando bastante, a entrevistada avistou uma mulher negra e dirigiu-se a ela, pedindo ajuda em sua língua. Também de origem congoleza, a outra migrante surpreendeu Priscila por compreendê-la e por responder ao seu apelo com a promessa de que iria ampará-la. Em seguida, a desconhecida conduziu a família de conterrâneos até a porta de uma instituição de acolhida a migrantes e refugiados e partiu. Sem encontrar vagas nesse local, Priscila e as crianças foram encaminhadas para outro abrigo, também destinado a estrangeiros, mas, restrito a mulheres, que podem estar acompanhadas ou não de seus filhos. A migrante permaneceu nesse alojamento por 6 meses e, durante esse período, seu terceiro filho nasceu.

De acordo com o que Priscila contou, o cotidiano nessa residência, compartilhado com uma grande quantidade de migrantes, não era fácil para uma mulher como ela, que estava acompanhada de crianças. Por esse motivo, ela aceitou a ajuda de um pastor brasileiro que a convidou para morar em sua casa, levando seus três filhos. No momento de sua segunda participação na pesquisa, quando concedeu a entrevista, Priscila e os meninos continuavam hospedados nesse local, onde, além de terem um lugar para dormir, faziam as refeições.

De religião cristã, Priscila conheceu o pastor na Igreja Evangélica que passou a frequentar em São Paulo. Além da prática religiosa, a entrevistada citou como compromisso de sua rotina a participação em aulas de português em um curso voltado para estrangeiros. Paralelamente a essas atividades fixas, a migrante disse frequentar o Centro de Acolhida da Cáritas em busca de auxílio financeiro, de medicamentos (quando necessários) e de doações, como fraldas e roupas para as crianças.

A dificuldade financeira causada pela falta de emprego (que já havia sido citada por Priscila durante a Oficina em grupo) foi mais de uma vez mencionada, no decorrer da conversa, como um dos problemas principais de sua estadia no Brasil. Costureira na RDC, a entrevistada revelou estar disposta a realizar qualquer tipo de ofício, o que, entretanto, não vinha sendo possível enquanto seu filho mais novo não estivesse na creche. Já os outros meninos, estavam frequentando uma escola, situada próxima da casa do pastor, na periferia de São Paulo.

O trabalho foi referido pela migrante como a meta que esperava alcançar e que poderia melhorar suas condições no futuro. Por meio dele, além de viver de maneira mais confortável Priscila, em sua avaliação, poderia garantir o acesso aos estudos para seus três filhos. A não resolução desse aspecto foi um dos fatores relatados pela entrevistada que não permitiram que ela se alegrasse com a resposta positiva de sua solicitação ao governo brasileiro, recebida algumas semanas antes da conversa para a pesquisa. Nesse sentido, a mulher analisou que o status de refugiada não alteraria a dificuldade específica de conseguir, de maneira concomitante, um emprego para ela e uma vaga na creche para o bebê.

Além da questão do trabalho, outros fatores entristeciam Priscila, que revelou vivenciar afetos ambivalentes. Ela explicou que, obviamente, tinha ficado satisfeita com a aprovação de seu pedido de permanência no país estrangeiro, mas que, ao mesmo tempo, sentia muita tristeza por tudo que tinha vivenciado na RDC, pela impossibilidade de retorno à sua terra e pela ausência da sua família, principalmente de sua irmã. Até aquele momento, ela não tinha estabelecido contato com os parentes, que não sabiam de sua localização e atuais condições.

### 6.2.8 Amália

O primeiro contato com a migrante aconteceu em uma das visitas ao Centro de Acolhida da Cáritas destinadas a identificação de possíveis candidatas a participar da pesquisa. Nessa data, enquanto esperava a chegada de outra entrevistada, a pesquisadora foi chamada por uma assistente social da instituição para ajudar com a tradução durante o atendimento à Amália. Desse modo, foi solicitado que se perguntasse a ela o motivo de sua migração, assim como foi pedido que se transmitisse informações a respeito do procedimento que ela deveria seguir, como, por exemplo, sobre sua ida à Polícia Federal.

Amália, que havia chegado há 7 dias no Brasil, portava uma mala bem pequena e tinha um semblante assustado. Ao término do atendimento, contando com a possibilidade da comunicação em francês, ela pediu à pesquisadora que a ajudasse a solicitar um abrigo, pois não tinha para onde ir e nem dinheiro para pagar a hospedagem em um hotel. Após a demanda ter sido repassada, a mulher permaneceu por um tempo aguardando uma resposta sobre a disponibilidade de vagas nas instituições da cidade e pareceu bastante fragilizada, tremendo bastante. Considerando que aquele momento não era apropriado para falar da pesquisa, e sem querer sobrepor o interesse de estudo ao apoio que poderia conceder, a pesquisadora procurou fazer companhia à Amália, evitando importuná-la com perguntas invasivas. Até a chegada da mulher a ser entrevistada naquele dia para a pesquisa, Amália ainda aguardava por notícias. Ao final do dia de trabalho, a pesquisadora teve a informação de que a congoleza tinha sido encaminhada para um abrigo destinado a migrantes e refugiados.

O reencontro com Amália aconteceu em uma das visitas a esse local para a realização de uma entrevista. A migrante pareceu enturmada com os outros moradores da casa e um pouco mais alegre e segura. Queixou-se do frio na cidade e da falta de roupas de inverno. Com um telefone celular que tinha sido a ela emprestado, forneceu seu contato e se dispôs a participar da pesquisa. A conversa foi agendada e aconteceu 1 mês após sua primeira ida à Cáritas. Posteriormente à entrevista, outros contatos foram estabelecidos com a mulher, em eventos promovidos por outra instituição de assistência a migrantes, como festas e passeios, por exemplo. Nessas ocasiões, ela compareceu vestida com trajes que pareciam especiais e com um penteado diferente do utilizado habitualmente. Ela contou que conseguiu algumas peças de roupas por meio de doações.

Amália é uma mulher negra, que tinha 38 anos na época da entrevista. Enfermeira na RDC, ela e seus parentes (dentre eles, o marido, os três filhos, a mãe e os irmãos) moravam em uma das províncias do leste do país, alvo de ataques recentes de grupos rebeldes. Em meio aos conflitos, a mulher foi convocada a compor uma equipe de urgência destinada a atender as vítimas atingidas em uma cidade vizinha. No contexto desse trabalho, ela e os outros agentes de saúde receberam um grupo de feridos que demandou prioridade de seus atendimentos. Mesmo sem saber que esses pacientes eram militares de um grupo de oposição, Amália e os outros profissionais foram denunciados por moradores da região, que condenaram o suporte dado aos inimigos e acusaram os responsáveis de traição. Como consequência da delação, a equipe de saúde foi surpreendida por soldados aliados ao governo, que provocaram assassinatos, prisões e agressões. Amália, especificamente, foi levada para um calabouço, onde foi violentada física e sexualmente, durante dois dias, por 6 agressores.

A entrevistada revelou que o episódio foi muito difícil para ela, que chegou a perder a consciência e ficou bastante ferida. Permanecendo presa, uma chance de fuga surgiu para Amália graças a um outro soldado que a reconheceu. A enfermeira tinha cuidado da esposa desse militar, que, como forma de gratidão, ajudou-a a escapar da pena de morte. Desse modo, ele forneceu informações sobre o itinerário que a migrante deveria percorrer e ofereceu o contato de parentes na capital do país, onde ela poderia ser acolhida e socorrida. Segundo o seu relato, Amália percorreu centenas de quilômetros a pé, atravessando florestas e grandes rios sem saber nadar. No decorrer de sua andança, ela sentiu muito medo e muita fome, precisando pedir doações às pessoas que encontrava pelo caminho para se alimentar. Chegando doente a Kinshasa, a mulher foi amparada pela família do soldado, que providenciou sua fuga para um país vizinho, a República do Congo.

No primeiro local de refúgio, Amália permaneceu por 9 meses. Nesse período, ela tentou falar com os familiares por telefone, mas não obteve resposta. Foi informada, então, de que, provavelmente, eles também teriam sido perseguidos e tentado se esconder. Sem saber se os parentes estavam vivos ou mortos, a entrevistada procurou restabelecer sua saúde e tratar de sua partida para um país mais distante, pois a fácil circulação entre as regiões fronteiriças fazia com que ela temesse ser encontrada e extraditada. Contando ainda com o auxílio das pessoas que a salvaram, Amália teve a viagem organizada e embarcou sozinha em um voo para o Brasil.

Ao chegar ao aeroporto de São Paulo, a migrante, que estava doente por ter passado muito frio ao longo do deslocamento, sentia-se frágil e estressada. Sem saber falar o português, ela tentou se comunicar com algumas pessoas, que se encontravam no local, por meio de gestos e sinais. Dessa forma, quando avistou um taxi, procurou explicar que precisava de transporte, mas que não tinha dinheiro para pagar a corrida. Segundo o que Amália detalhou, o motorista pareceu compreender a mensagem e concordou que ela entrasse no veículo. Durante o trajeto, ao perceber uma região mais habitada e movimentada, ela pediu ao taxista para estacionar e prosseguiu, sem destino, a pé. Por 7 dias, a mulher dormiu na rua e se alimentou pedindo ajuda a quem passava. Sobre o decorrer desse período, a entrevistada revelou que, além de ter sentido muito medo, passou muito frio e perdeu muito peso.

Em seu oitavo dia no Brasil, sentindo-se com mais coragem, Amália se aproximou de uma mulher negra, que passava pela rua, e perguntou se ela falava francês. Com a resposta positiva, a entrevistada contou sua condição para a desconhecida, que recomendou o Centro de Acolhida da Cáritas e ofereceu sua companhia até a entrada do local. Após essa data, porém, as duas mulheres não mais se encontraram.

Apesar de estar morando em um abrigo, Amália revelou, na data da entrevista, estar preocupada com sua futura moradia, já que após os cinco meses seguintes se encerraria seu prazo de estadia na instituição. Sobre a experiência no local, ela revelou estar mais tranquila em ter um lugar seguro para dormir e que oferecia refeições gratuitamente, embora tenha mencionado a dificuldade para se adaptar com a opção de prato oferecida. Na época da conversa para a pesquisa, a rotina da migrante se concentrava em atividades na casa, já que, como mulher, ela tinha permissão para permanecer nas áreas de convivência (jardim, corredores, sala de televisão, por exemplo) durante todo o tempo. Dessa maneira, em seu dia-a-dia, ela contribuía na realização das atividades de manutenção da residência e interagia com as outras moradoras. Protestante, Amália não frequentava cultos por não conhecer a localização de uma Igreja de sua religião.

Sem vontade de circular pela cidade, Amália contou que deixava o alojamento apenas para resolver pendências relacionadas à sua condição de solicitante de refúgio. Até aquele momento, ela tinha registrado seu pedido na Polícia Federal e aguardava ser convocada para uma entrevista no Centro de Acolhida da Cáritas. Para esse primeiro compromisso, ela contou com o auxílio de um padre, voluntário da instituição de abrigo, que a acompanhou e foi seu intérprete.

Como próximos passos, a entrevistada confidenciou que planejava marcar uma consulta em um posto de saúde para fazer exames de sangue e ginecológicos, pois temia ter contraído o vírus HIV quando foi violentada. Outra providência que ela desejava resolver era encontrar um trabalho. Imaginando ter dificuldades para conseguir uma vaga em que pudesse atuar com sua profissão, Amália revelou não ter exigências, estando aberta para atuar na limpeza ou na cozinha de algum lugar, por exemplo. Para a migrante, o emprego significava uma segurança de que não voltaria a dormir na rua e uma ocupação para o seu corpo e sua mente. Sem atividade, a mulher se queixou de ter lembranças recorrentes do episódio de agressão e de sofrer de transtornos do sono, como pesadelo e insônia.

Com o contexto permanente de guerra na RDC, Amália não cogitava voltar ao país de origem por considerar que voltaria a estar em risco. Dessa forma, ela planejava seu futuro no Brasil, onde imaginava recomeçar sua vida, ter um trabalho e, talvez um dia, recuperar sua família. Para tanto, ela contava com a resposta positiva ao seu pedido de proteção e demonstrou não saber o que fazer caso o refúgio não fosse reconhecido. Após a entrevista, a mulher entrou em contato para contar do resultado negativo do exame que verificava a contaminação pelo vírus HIV e comunicou também que ainda não tinha conseguido um trabalho.

#### *6.2.9 Olga*

Olga foi encontrada pela primeira vez em uma observação de campo realizada para a pesquisa. Nessa data, um passeio a uma das sedes do SESC de São Paulo havia sido promovido por uma instituição de apoio aos refugiados. O programa foi destinado ao lazer dos migrantes que puderam usufruir das instalações da unidade, como piscinas, quadra de esportes e refeitório, e assistir aos eventos que lá aconteciam, como uma apresentação de circo. Ao final do dia, a mulher foi convidada para participar da presente pesquisa, após receber as devidas informações sobre o projeto. Rapidamente, ela aceitou a proposta e forneceu seu número de telefone para que fosse agendada a data da entrevista.

A conversa foi realizada no pátio da instituição onde Olga residia, conforme ela mesma decidiu. Explicando que ainda não dominava a língua portuguesa, a mulher preferiu que o diálogo fosse feito em francês, que, além das línguas africanas (como o lingala), já era praticado



por ela em seu país de origem. Negra, com 31 anos de idade, ela concedeu seu depoimento para o estudo enquanto observava as duas filhas brincando no jardim do abrigo. Além de portar trajes tipicamente africanos, seu penteado, como também os das meninas, remetia à sua origem por causa das pequenas tranças e do uso de cabelos sintéticos. Durante esse contato e nos posteriores, a migrante foi bastante comunicativa, expressando-se de maneira firme e veemente, dando destaque, principalmente, às dificuldades vivenciadas no Brasil.

De acordo com o que Olga relatou, ela e sua família moravam em uma das cidades do interior da RDC que mais foram atingidas pela guerra. Seu marido, graduado em Direito, trabalhava em uma ONG de apoio às pessoas oprimidas, atendendo, por exemplo, casos de crianças que foram violentadas sexualmente pelos rebeldes. Para proteger a esposa e suas filhas desse tipo de agressão, frequente naquele contexto, a opção de buscar refúgio em um país estrangeiro pareceu ser, para ele, a alternativa. Desse modo, o casal levou seus passaportes à embaixada da França (em função da língua e da possibilidade de equivalência de diplomas universitários) e, entretanto, tiveram seu pedido de proteção rejeitado. Conhecendo casos bem sucedidos desse tipo de solicitação ao Brasil, os congolesees fizeram uma nova tentativa na embaixada desse país e receberam a autorização para a migração.

No percurso para chegar ao Brasil, Olga e os familiares passaram por Angola. Nesse país vizinho à RDC, eles encontraram um brasileiro, que tinha sido o responsável por providenciar a viagem e conduzi-los ao destino. Quando desembarcaram no aeroporto de São Paulo, porém, a família congolese foi abandonada pelo intermediário, que fugiu com o dinheiro e os documentos que a ele tinham sido confiados. Segundo o depoimento da entrevistada, ela e os parentes passaram dois dias no aeroporto sem saber aonde ir e o que fazer até o momento em que foram ajudados por um segurança, funcionário do local, que os conduziu a um albergue da cidade, destinado, especialmente, a migrantes e refugiados.

Alojados na instituição, a mulher e o marido foram informados sobre o Centro de Acolhida da Cáritas e sobre o procedimento de solicitação de refúgio no país. Na data da entrevista para a pesquisa, estando há um pouco mais de 3 meses no Brasil, eles já tinham registrado o pedido na Polícia Federal, quando tiveram o auxílio de um intérprete, voluntário do abrigo. Além dessa etapa, o casal também já tinha passado pela entrevista com o advogado da

Cáritas (que falava francês) e aguardava a convocação para a reunião com os membros do CONARE.

Como já foi observado, a comunicação em português representava uma dificuldade para Olga e seu marido, que ainda não tinham tido a oportunidade de frequentar um curso de línguas. De acordo com a entrevistada, essa questão prejudicava, principalmente, as possibilidades de os dois encontrarem um trabalho socialmente mais valorizado e era um dos motivos para eles estarem desempregados.

Sobre esse último quesito, a congoleza queixou-se das vagas de serviço ofertadas, de forma geral, aos refugiados, as quais se restringem a opções de menor status e baixa remuneração. No caso específico de Olga, que tem graduação em Secretariado e trabalhava em uma universidade na RDC, as chances que apareceram, até aquele momento, foram para desempenhar atividades domésticas, como de limpeza e de cozinha. Em algumas dessas vezes, ela mesma desistiu do cargo e, em outras, não recebeu retorno. Além disso, a migrante reclamou da existência do racismo por parte dos empregadores, citando algumas situações em que se sentiu discriminada por ser negra. Levando em conta todos esses elementos, o problema do trabalho foi mencionado pela entrevistada como central desde que chegou ao Brasil, causando preocupação sobre a condição financeira da sua família e sobre a moradia que teriam quando acabasse o prazo de residência no local onde estavam instalados.

Sem um ofício, Olga relatou que não tinha muitas atividades no cotidiano do refúgio. Com exceção de algumas caminhadas pelo centro da cidade, das idas à Cáritas e a uma Igreja Católica (onde participa de um coral que canta músicas religiosas em francês) a rotina da entrevistada, até aquele momento, se passava no abrigo. Por ter que cuidar das duas crianças, ela tinha livre acesso ao seu quarto durante todo o tempo, o que não era permitido às moradoras que não tinham filhos. Já seu marido, era obrigado a sair logo pela manhã, assim como os outros homens do alojamento. Além dessa separação, o casal também dormia em quartos distintos, conforme exigiam as regras do local. Ainda sobre seu dia-a-dia, a mulher mencionou alguns incômodos na convivência com os outros migrantes, como o barulho feito pelas companheiras de quarto e a falta de higiene nos banheiros. A insatisfação de não poder estar em sua própria casa era repercutida também pela opção de prato servida durante as refeições, que, por ser diferente do que estava acostumada, causava-lhe mal-estar.

Por conta dessas dificuldades e das críticas que fez à política de acolhimento ao refugiado no Brasil, Olga revelou que gostaria de voltar a viver em seu país de origem, caso a guerra não existisse. Diante da impossibilidade, porém, ela disse esperar do futuro no país estrangeiro que suas filhas possam ter acesso aos estudos de qualidade, sem se sentir desfavorecidas ou inferiores às crianças locais. Na data da entrevista, as duas meninas estavam matriculadas na escola, graças ao intermédio da assistente social da instituição onde moravam. Além disso, a mulher revelou desejar ter, novamente, próxima a ela, a família que ficou na RDC e com a qual mantém contato apenas por telefone e nas redes sociais disponíveis na internet. Para tanto, solicitou ao Centro de Acolhida da Cáritas o reagrupamento familiar.

### ***6.3 Mulheres colombianas e a disputa armada entre guerrilheiros e paramilitares***

De acordo com Cohales (2007), há mais de 40 anos, a Colômbia vive um conflito armado interno, acompanhado de violações à população, cometidas pelo diversos atores envolvidos, como massacres, assassinatos, sequestros, extorsões e recrutamentos forçados. Esse estado de guerra que caracteriza o cotidiano atual do país não surgiu, entretanto, apenas em função das rivalidades presentes nas últimas décadas, mas, como mostra Mejía (2010), fizeram parte do projeto de construção dessa sociedade desde sua independência da Espanha.

A partir dos estudos de Pécaut (2010)<sup>82</sup>, Mejía (2010) defende que a história da Colômbia, durante os séculos XIX e XX, pode ser analisada a partir da observação de dois fatos recorrentes: a colonização e a violência, os quais, para esses autores, são sintomas de uma tímida soberania do Estado, disputada continuamente por grupos de diferentes orientações ideológicas, localização geográfica ou posição social.

A tensão entre ordem e violência é explicada por Pécaut (2010) a partir de alguns elementos característicos do contexto colombiano. Geograficamente, a fragmentação como também a ocupação gradativa do território do país contribuem para que esses dois fenômenos aconteçam e se complementem. Conforme acrescenta Chaves (2008), situada no noroeste da América do Sul e fazendo fronteira com 5 países (Brasil, Venezuela, Panamá, Peru e Equador), a

---

<sup>82</sup> Na versão em espanhol: PÉCAUT, Daniel. *Las FARC: ¿una guerrilla sin fin o sin fines?* Bogotá: Editorial Norma, 2008.

Colômbia é dividida em 3 regiões principais, (litorânea, andina e floresta amazônica), cujas diferentes condições topográficas e especificidades culturais dificultam a comunicação entre os vários pontos do território assim como o acesso a toda sua extensão. Por um lado, a relativa separação entre cada polo geográfico fez com que sua capital, Bogotá, dividisse, durante muito tempo, a concentração da população e das atividades colombianas com outros grandes centros urbanos, que desempenharam papel igualmente importante. Essa descentralização espacial implicou, então, uma diversidade de elites, impedindo a concentração do poder e limitando as repercussões dos acontecimentos periféricos sobre a vida nacional. Por outro lado, a dificuldade de acesso a algumas áreas por conta da configuração ambiental provocou um processo de povoamento gradativo, que, até os dias de hoje, ainda alcança novas zonas fronteiriças. A tensão entre as regiões e a ausência da intervenção do Estado nas localidades mais recentemente conquistadas têm feito com que esse processo de colonização seja acompanhado, assim, de muita violência (PÉCAUT, 2010).

Um segundo elemento que, para Pécaut (2010), contribuiu para a existência simultânea da violência e de uma certa estabilidade, no contexto sócio-histórico colombiano dos últimos séculos, é o significado da ideia de nacional. Conforme avalia esse último autor, a sociedade colombiana esteve permanentemente dividida entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, que, bem mais do que simples organizações partidárias, constituem-se em subculturas políticas, transmitidas de uma geração a outra. Sendo substituídas pela lealdade a essas duas redes, as ideias de cidadania ou de unidade nacional não se consolidaram de maneira consistente, o que motivou muitas discórdias e embates durante os episódios de conflitos armados, mas também permitiu, em outros momentos, a convivência ou associação das duas frentes no poder.

As elites políticas (que procuravam manter nas mãos o controle desses grupos partidários), bem como as elites econômicas, sempre foram contra a ingerência do Estado colombiano nos conflitos sociais. Essa fraca intervenção estatal tem sido uma característica não somente das novas áreas colonizadas da Colômbia (como mencionado anteriormente), mas prevaleceu na história do país dos últimos séculos sendo, do ponto de vista de Pécaut (2010), o terceiro elemento característico desse contexto que tem favorecido a coexistência da violência com a estabilidade.

Segundo Pécaut (2010), a disputa entre os dois partidos citados anteriormente data desde o século XIX, quando aconteceram mais de vinte conflitos armados, sendo eles regionais e nacionais. Entre 1899 e 1902 a Colômbia viveu a chamada Guerra dos Mil Dias, que provocou cerca de 100 mil vítimas e culminou com a perda da região referente ao Panamá. Em seguida, houve um período de calmaria que se estendeu até 1946, momento em que uma nova guerra entre os partidos Liberal e Conservador se iniciou. Essa fase, conhecida como La Violencia foi a mais forte em termos de terror da história do país e só terminou por volta de 1962, com a criação da Frente Nacional, dispositivo que representou o acordo entre os dois partidos e a divisão do poder entre eles. A partir de então, o cenário vinculado ao conflito presente foi sendo construído (MEJÍA, 2010).

De acordo com Silva (2007), em resposta à Frente Nacional, que havia instituído a ilegalidade de outros partidos colombianos, começaram a se formar no interior do país guerrilhas compostas por pequenos agricultores. A maior delas (no que diz respeito ao contingente de integrantes) e a mais característica desse momento foi criada em 1964 e recebeu o nome de Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). Além desse agrupamento guerrilheiro, outros também assumiram forte influência no país, como o Exército de Libertação Nacional (ELN), o Movimento 19 de abril (M-19) e o Exército Popular de Libertação (EPL).

O contexto de conflito entre o governo colombiano e os grupos armados enfraqueceu ainda mais o Estado e possibilitou o desenvolvimento de um mercado de drogas de alcance internacional (narcotráfico), que, a partir dos anos 70, tornou-se fonte de renda para camponeses e para as guerrilhas e alcançou seu ápice com a formação de cartéis. A disputa, que era ideológica, passou a ser muito mais pelo poder financeiro dos territórios de plantação de maconha, papoula e, principalmente, coca. Essa nova motivação foi o combustível para as ações extremamente violentas e para a adoção de estratégias de corrupção (CRUZ, 2008).

Nos anos 80, os ataques das guerrilhas às fazendas e às cidades da Colômbia alcançaram seu auge. Para contê-los, o governo e grandes fazendeiros que se negavam a pagar as taxas impostas pelas guerrilhas financiaram a criação de forças de autodefesa, que, daí em diante, começaram a atuar no confronto armado. Conhecidos como paramilitares, esses grupos têm sido, desde então, também responsáveis por atos de terrorismo (atingindo, muitas vezes, civis que não

estão diretamente ligados ao conflito) e, assim como os guerrilheiros, passaram a ser sustentados pelo tráfico de drogas (SILVA, 2007).

Segundo Silva (2007), as tentativas e promessas, que se desenvolveram nas décadas seguintes, para acabar com esse estado de guerra no país, no entanto, não alcançaram esse resultado. Em 2000, por exemplo, foi adotado pelo governo o Plano Colômbia, que contou com o investimento financeiro dos Estados Unidos<sup>83</sup> e tinha como estratégia acabar com as plantações que alimentavam o narcotráfico. Autorizando a presença militar (inclusive de tropas americanas), o Plano Colômbia e o sucedâneo Plano Patriota, intensificaram ainda mais o conflito, do qual a população civil tornou-se sua maior vítima. Assim como os camponeses, as guerrilhas, acuadas por esse reforço militar, migraram para outras regiões do território colombiano e chegaram a atravessar as fronteiras, adentrando em países vizinhos, como o Equador, a Venezuela e o Brasil.

Conforme apontam Chaves (2008) e Cohales (2007), o fenômeno da migração forçada e massiva é uma constante na história da Colômbia e tem significado não somente uma consequência de seu contexto violento, mas também uma estratégia econômica e militar dos diversos atores envolvidos para desocupar e controlar determinadas zonas territoriais. Desde 1997, mais de 4 milhões de deslocados internos foram registrados pelas autoridades do país e, a cada ano, cerca de 100 mil pessoas continuam a se deslocar. Em relação ao contingente total de refugiados, 397.300 mil colombianos já receberam a proteção de outro Estado, segundo o último relatório do ACNUR (referente ao ano de 2013), o que faz da Colômbia um dos principais países de origem desse tipo de migração no mundo, ocupando a oitava posição (HCR, 2013, 2014).

Os países do continente americano são os principais destinos dos refugiados que saem da Colômbia. Dentre eles, os vizinhos Venezuela e Equador destacam-se como os maiores receptores de tais migrantes. Além desses e de outros territórios latino-americanos, centros desenvolvidos, como o Canadá e os Estados Unidos também têm sido procurados por um grande contingente de colombianos. Já, em menor escala, a Europa aparece também como opção.

---

<sup>83</sup> Alguns autores discutem os motivos que levaram a colaboração dos Estados Unidos com o Plano Colômbia. Aos interesses econômicos desse primeiro país na região andina (CHAVES, 2008), acrescenta-se o fato, levantado por Silva (2007), de que grande parte da cocaína e da heroína que tem sido traficada nos Estados Unidos é fornecida pela Colômbia. Além disso, também de maneira ilegal, os componentes químicos utilizados pelos produtores colombianos vêm, majoritariamente, dos Estados Unidos. Após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, esse conjunto de preocupações do governo norte-americano relacionadas ao conflito da Colômbia se ampliou. Em sua caminhada contra o terror, os Estados Unidos passaram a reconhecer as guerrilhas e os paramilitares colombianos como grupos terroristas e tiveram mais uma razão para incentivar e patrocinar os ataques armados.

Especificamente, sobre os contextos estudados nesta pesquisa, a presença de indivíduos que buscam refúgio, originários da Colômbia, é muito mais significativa no Brasil do que na França. De acordo com os dados sobre a população mundial deslocada em 2012 (UNHCR, 2013), 742<sup>84</sup> era o número de colombianos que residiam no Brasil com o status de refugiado reconhecido e 243 a quantidade de novos pedidos dessa procedência, sendo que em 2013 esses números pouco mudaram com 1.147 colombianos refugiados residentes e 110 novos pedidos (UNHCR, 2014). Na França, nesse mesmo período, a contagem era de 476 casos aprovados e de 62 novas solicitações em 2012 (OFPRA, 2013) e de 480 casos aprovados e 61 novas solicitações em 2013 (UNHCR, 2014). A comparação numérica sobre a representatividade do refúgio colombiano nas duas realidades vai além da diferença entre os índices absolutos. No caso brasileiro, essa estatística designa o segundo grupo mais expressivo quantitativamente<sup>85</sup> de refugiados no país, sem considerar a cláusula de cessação aplicada aos refugiados angolanos.

### *6.3.1 Rosana*

Rosana foi apresentada à pesquisadora por uma funcionária do Centro de Acolhida da Cáritas de São Paulo em uma das visitas realizadas neste local para a etapa de campo do presente estudo. Nessa data, a migrante tinha comparecido ao serviço com sua irmã para tratar da documentação de refúgio, já que, algumas semanas antes, elas haviam recebido a resposta positiva referente à solicitação de proteção ao Brasil. As duas mulheres foram convidadas a participar da pesquisa, mas apenas Rosana aceitou, agendando um encontro. A outra colombiana explicou que não estava disponível para a entrevista por causa da instabilidade de horário do seu trabalho e acrescentou que sua história era semelhante à da sua irmã.

Tanto nesse primeiro contato, quanto no desenrolar da conversa, Rosana pareceu segura em fazer parte da investigação e confortável em falar sobre sua vivência de refúgio. O intermédio realizado pela Cáritas revelou-se como um dos elementos que trouxeram tranquilidade e

---

<sup>84</sup> Nesses casos, estão inclusos os refugiados reassentados provenientes, principalmente, do Equador e da Costa Rica (CHAVES, 2008).

<sup>85</sup> Chaves (2008) alerta que esses dados apontam apenas para a população reconhecida oficialmente como em situação de refúgio e não contabilizam o grande conjunto de pessoas em condições de clandestinidade ou de anonimato.

confiança em relação ao convite, visto que foi mencionado pela mulher como um sinal da veracidade da proposta. A mediação realizada por essa instituição, porém, não pareceu comprometer a espontaneidade do diálogo, nem constranger o relato de Rosana sobre sua insatisfação em relação aos serviços destinados aos migrantes em sua condição. Essa postura da entrevistada, provavelmente, foi possível em virtude do esclarecimento sobre a filiação e objetivo acadêmicos da pesquisa e sobre a garantia de anonimato das informações por ela compartilhadas. Desse modo, a conversa com Rosana transcorreu de maneira fluida, sem quebra de continuidade ou pausas longas e sem que fossem feitas a ela muitas questões. Seu discurso foi intenso e expressou de maneira clara os diferentes afetos vivenciados em seu percurso.

Na data da entrevista, fazia aproximadamente 1 ano e 6 meses que Rosana e seus familiares tinham se refugiado no Brasil. No contexto dos conflitos armados, ela, o marido, a filha, a irmã e dois sobrinhos tiveram que se deslocar pelo território da Colômbia por causa de perseguições. Originários de uma região do país que, além de rica em recursos naturais, era ponto de passagem na rota do tráfico de drogas em direção aos Estados Unidos, a família chamou a atenção dos grupos em disputa e foi ameaçada. O principal alvo foi o marido de Rosana, que, proprietário de fazendas de gado e tendo prosperado financeiramente, foi sequestrado por paramilitares interessados no resgate. De acordo com o que a entrevistada contou, apesar de ela e os parentes viverem bem economicamente, foi preciso que eles vendessem todos os bens importantes que possuíam (como carros e imóveis) para pagar o valor exigido em troca da liberdade de seu esposo.

Sobre esse episódio, Rosana explicou que não quis receber ajuda da Polícia por não confiar nas leis e nas autoridades de seu país, que, segundo ela, tem uma cultura de corrupção. Além dessa característica, a migrante esclareceu que, no contexto atual da Colômbia, nem sempre o pagamento do resgate é garantia para a preservação da vida da pessoa sequestrada. No caso do seu marido, os sequestradores tentaram assassiná-lo com um tiro no abdômen, mas ele conseguiu escapar e sobreviver ao atentado. Após o ocorrido, a família continuou a se sentir ameaçada e decidiu, motivada pelo desejo de justiça, denunciar o sequestro à Polícia, apesar da relação de desconfiança nessa instituição. A acusação intensificou as perseguições, forçando a mulher e seus familiares mais próximos a sair da região onde moravam e procurar refúgio em outra parte do país. Por se encontrar em maior risco, o esposo de Rosana foi o primeiro a migrar. Ela, a irmã e



as crianças esperaram 3 dias para encontrá-lo, pois cuidaram da venda dos bens que ainda possuíam. Durante esse tempo, as duas mulheres ficaram muito nervosas, segundo as palavras da entrevistada.

Mesmo deslocando-se internamente, Rosana e os parentes continuaram a ser procurados. Em virtude da situação de perigo constante, eles concluíram que não poderiam permanecer mais em seu país e planejaram sua fuga. Estando grávida de dois meses, a entrevistada soube por uma amiga que a situação de perseguição vivenciada por ela e pelos familiares permitia que eles pedissem proteção a um país estrangeiro. De posse dessa informação, Rosana iniciou uma série de pesquisas na internet e entrou em contato com a sede do ACNUR na capital do país. Em visita a essa instituição, ela recebeu explicações sobre as leis internacionais que protegem os refugiados e sobre os elementos importantes para o sucesso da solicitação de refúgio. A partir dessa orientação, a mulher providenciou evidências concretas da violência sofrida (como o atestado da hospitalização de seu marido, as atas das denúncias feitas à Polícia e cartas com depoimentos de conhecidos), e documentos que pudessem facilitar a aceitação do pedido pelo país estrangeiro (como certificados judiciais que atestavam a inexistência de antecedentes criminais de cada um deles).

No decorrer da conversa para a pesquisa, Rosana confidenciou que sua primeira escolha de destino de refúgio era o Canadá, em virtude da distância da América do Sul. Em seu planejamento, decidiu, inicialmente, evitar países próximos e, principalmente, que fazem fronteira com a Colômbia, como a Venezuela, o Equador e o Brasil. A migrante citou alguns casos noticiados na mídia sobre a presença de membros dos grupos armados colombianos nessas duas primeiras localidades e imaginava que a mesma coisa poderia acontecer no Brasil. O alto custo da viagem para o Canadá, entretanto, impossibilitou que ela e a família seguissem essa primeira opção e os obrigou a pensar em uma alternativa. Sem encontrar dados que confirmassem a presença de paramilitares ou guerrilheiros com poder em terras brasileiras, Rosana e os familiares reconsideraram sua avaliação. Além desse elemento, levaram em conta a extensão do território do Brasil, maior da América Latina, o que, para eles, diminuiria a chance de ser encontrados. Decidindo-se por esse país como destino, os colombianos definiram, então, que o ponto final de sua viagem seria a cidade de Paulo. Os motivos dessa escolha também estiveram

relacionados ao tamanho de seu espaço geográfico, bem como à distância do país de origem. Por essas mesmas razões, a hipótese de fixar residência em Manaus foi descartada.

Desse modo, tendo a viagem programada, Rosana e os parentes atravessaram a fronteira entre a Colômbia e o Brasil, em um ônibus, em direção à Tabatinga, no Estado do Amazonas. Em um segundo percurso, seguiram o caminho, passando por Manaus, até chegarem à cidade de São Paulo, onde se dirigiram, diretamente, à Polícia Federal, que os encaminhou, posteriormente, para o Centro de Acolhida. Por meio desse atendimento foram, então, direcionados para um abrigo da cidade, destinado a migrantes e refugiados, e permaneceram nesse local por três meses.

Sobre a acolhida no Brasil e, especificamente, nessa residência, a entrevistada revelou que foi diferente do que ela tinha imaginado. A convivência frente à diversidade de culturas dos moradores do albergue e as regras do cotidiano dessa instituição foram mencionadas como problemas de sua estadia no país estrangeiro. Em relação à segunda queixa, Rosana detalhou elementos da rotina da casa que a desagradavam, como a proibição aos casais de dormirem juntos (já que os quartos eram organizados de acordo com o sexo) e a qualidade das refeições ofertadas. Apesar de se sentir agradecida por ter acesso à alimentação, a colombiana explicou que teve dificuldades para se adaptar ao cardápio brasileiro e reclamou de situações em que foram servidos alimentos em mau estado. Além disso, relatou que os funcionários do abrigo ficavam incomodados quando ela e a irmã preparavam sua própria comida.

Também como aspecto negativo dos primeiros meses no refúgio, Rosana mencionou ter sofrido humilhações na relação com alguns brasileiros, sendo eles trabalhadores de serviços direcionados exclusivamente a migrantes e refugiados (como do próprio alojamento onde morava) ou de atendimentos destinados à população em geral (como de hospitais públicos e postos de saúde que a trataram mal por não saber falar em português). A respeito dessa questão, a entrevistada narrou episódios em que foi alvo de agressividade e discriminação e revelou ter percebido o desprezo dessas pessoas para com ela, que, por sua vez, foi afetada por sentimentos de raiva e de tristeza.

A saída do abrigo foi descrita por Rosana como um acontecimento de seu percurso no refúgio que a deixou muito contente. Seu marido tinha começado a frequentar reuniões com outros colombianos e feito amizade com um de seus conterrâneos. Ao saber das dificuldades

financeiras da família da entrevistada, esse migrante e a esposa, refugiados no Brasil há 10 anos, resolveram ajudar os compatriotas, efetuando o pagamento adiantado referente a 6 meses de aluguel de um imóvel, disponível em sua vizinhança, na Zona Leste da cidade. Além disso, presentearam o casal de amigos com um enxoval completo para seu bebê, que ainda não tinha nascido.

Nessa nova fase do refúgio, Rosana e sua família passaram a enfrentar, todavia, outros tipos de problemas. Precisando arcar com os custos de alimentação e de outras despesas rotineiras, a procura por um emprego se tornou mais urgente. Proprietários de uma empresa de transporte turístico na Colômbia, o casal, em especial, sentiu a queda de seu padrão de vida com a chegada no Brasil. Além da instabilidade financeira e do pouco conforto, os dois colombianos (assim como a irmã da entrevistada) não encontraram opções de trabalho compatíveis com sua escolaridade e na área de sua formação ou de sua experiência anterior. A mulher, que já era diplomada em Administração Turística Hoteleira e Secretária do Executivo e que frequentava as aulas de um curso em Administração de Empresas antes de fugir de seu país, relatou sentir ódio ao trabalhar fazendo faxina para outras pessoas e expressou sua tristeza, com lágrimas nos olhos, ao falar da espera pela possibilidade de continuar seus estudos. Seu marido, que fazia serviços temporários na função de pedreiro, também se sentia insatisfeito, de forma que sua decepção, segundo o que Rosana comentou, passou a afetar seu casamento. Essa tensão na convivência familiar também repercutiu de modo negativo na relação entre as duas irmãs.

Ainda sobre as adversidades da vivência de refúgio, a entrevistada criticou as exigências burocráticas dos serviços aos quais recorreu, citando, como exemplo, a ocasião em que não conseguiu se submeter a um exame médico por não possuir número de telefone fixo para ser inserido em um cadastro de pacientes. Além desse impedimento para usufruir da saúde pública, o acesso à educação também foi prejudicado por um impasse semelhante, no caso da filha e do sobrinho mais velho de Rosana. Os dois adolescentes passaram um ano sem frequentar uma instituição de ensino, pois não haviam trazido para o Brasil seus certificados e históricos escolares. Apenas com a influência do amigo colombiano citado anteriormente (o qual recorreu a alguns de seus contatos no Brasil), tal situação foi resolvida.

De acordo com Rosana, todo esse conjunto de sofrimentos não cessou, porém, sua alegria de viver e seu desejo de seguir em frente. Apesar de lamentar as dificuldades e reconhecer não ter

ainda se adaptado, em alguns aspectos, à realidade do refúgio, a mulher descreveu-se como uma pessoa contente, que mantém o equilíbrio de seu lar. Assim, para a entrevistada, o fato de ela significar uma referência no convívio familiar fazia com que sua postura emocional contagiasse os outros sujeitos e, por esse motivo, ela evitava se deprimir. No momento da entrevista, a vivência do refúgio, para Rosana, possuía uma dimensão de aprendizado e representava uma conquista pela preservação de sua vida. A mudança para o Brasil apaziguou o medo provocado pela ameaça constante e pela impunidade dos que cometem violência.

Nesse contexto, a religião foi, mais de uma vez, citada pela migrante como um recurso na busca pelo sentido de tudo o que aconteceu com ela e com seus parentes, bem como na construção da confiança em um futuro melhor e da esperança na punição dos seus agressores. Católica, quando morava na Colômbia, Rosana passou a participar dos cultos de uma Igreja Protestante de São Paulo, frequentada por muitos colombianos. Segundo ela, os ensinamentos sobre o matrimônio ajudaram-na a evitar que ela e o marido se separassem e fizeram com que ela se dedicasse mais à família no Brasil. Quanto aos parentes que ficaram na Colômbia, Rosana disse manter o contato por meio da internet.

Paralelamente à sua aproximação dos familiares, a entrevistada explicou que a prática religiosa levou-a a se distanciar das pessoas que conheceu no período de refúgio. Desse modo, parou de sair com as amigas do bairro, com quem costumava beber e dançar. Sobre essas mulheres, Rosana explicou que a relação que as unia era de diversão e não envolvia a confiança da intimidade ou o compartilhamento dos problemas. Para elas, portanto, a migrante não contou sobre sua condição de refugiada. A mulher esclareceu que não tinha construído outras relações de amizade, como com os colombianos da Igreja, por falta de confiança nas pessoas.

Ao pensar sobre o futuro, Rosana se referiu, com muito entusiasmo, criatividade e de maneira detalhada, a várias alternativas de projetos de trabalho para ser administrados por ela. A principal foi a condução de um centro, que funcionaria como loja e salão de beleza na garagem de sua casa, onde poderia vender roupas e joias às pessoas do bairro, colocar apliques de cabelo em mulheres negras como ela, além de desenvolver um alisador que não prejudicasse a pele ou os fios de quem o usasse. Nesse negócio, ela ofereceria vagas de emprego a outros refugiados, que poderiam trabalhar em diferentes postos. Segundo o que a entrevistada relatou, o empreendimento significaria, dentre outras conquistas, a possibilidade de investir em uma casa

própria e livrar-se, portanto, das despesas do aluguel. Além desse plano, Rosana mencionou o desejo de acionar, no futuro, a Justiça colombiana com o objetivo de recuperar os bens que perdeu. Contudo, nesse caso, não pareceu tão confiante, confessando ainda seu descrédito e temor em relação às autoridades de seu país.

### 6.3.2 *Gabriela e Laís*

A presente pesquisa chegou ao conhecimento de Gabriela por meio de sua filha adolescente, Laís, quando essa última foi chamada a fazer parte das entrevistas. Os primeiros contatos com Laís (e, posteriormente, com sua mãe) foram possíveis devido à indicação do diretor de um dos locais de atendimento a migrantes e refugiados, visitados durante a etapa de campo. Comentando sobre o envolvimento da jovem colombiana em outros projetos sobre refugiados, o responsável pela instituição descreveu-a como uma pessoa decidida e madura para sua idade e se prontificou a sondá-la sobre o convite. Com o consentimento da garota, o número de celular de Laís foi compartilhado com a pesquisadora para que elas pudessem conversar sobre o estudo.

Com a voz de menina e falando em português sem o sotaque típico de alguém de fora do Brasil, Laís foi bastante aberta durante o telefonema e revelou sua intenção em participar da proposta. Entretanto, por ser menor de idade, precisou pedir permissão à sua mãe antes de confirmar sua aceitação.<sup>86</sup> Desse modo, seguindo esses cuidados, Gabriela e a pesquisadora conversaram sobre as características, condições e garantias da investigação e acertaram o encontro. A mulher, que se expressou muito bem em português e apresentou um pouco de sotaque, manifestou interesse em também dar seu depoimento. Nesse caso, escolheu ser a primeira entrevistada, revelando que, assim, sentiria-se mais segura a respeito da participação de sua filha.

Conforme a preferência de Gabriela, o encontro foi combinado na residência da família colombiana. De médio porte e estando situado em um bairro valorizado e de classe média alta da cidade de São Paulo, o imóvel pareceu ser bem equipado e confortável. Separada do marido,

---

<sup>86</sup> A autorização, além de ser uma exigência da conduta ética deste trabalho, foi mencionada pela colombiana como um procedimento habitual de seu contexto familiar.

desde o quarto ano no refúgio, Gabriela morava, na época da pesquisa de campo, com Laís e mais uma de suas 4 filhas, que, no entanto, frequentava aulas na universidade de uma cidade próxima e passava apenas os finais de semana em São Paulo. As duas irmãs mais velhas de Laís já haviam deixado a casa da família, alugando, cada uma, um outro local para viverem. Na data da entrevista, estavam presentes na casa, além das duas participantes, uma mulher que fazia a faxina. Talvez por esse motivo, Gabriela optou por conversar em uma padaria próxima e convidou a pesquisadora para tomar um café.

De pele branca e aos 54 anos de idade, Gabriela se mostrou muito simpática, esboçando um sorriso que sempre se destacava em seu rosto. Pareceu bem à vontade durante a conversa, que transcorreu de maneira fluida e natural. Por acontecer em um espaço público, assuntos muito pessoais ou relacionados à situação que motivou o refúgio de sua família foram evitados nas perguntas, do mesmo modo que não foram comentados pela entrevistada. Nesse primeiro encontro, Gabriela discorreu sobre sua adaptação ao Brasil e sobre a permanente sensação de se sentir estrangeira, assim como refletiu sobre sua relação de idealização com o país de origem durante a vivência do refúgio. A colombiana falou também de suas quatro filhas, contando sobre as dificuldades que elas tiveram que enfrentar no contexto escolar e sobre a vida que elas tinham no presente.

Após um bom tempo, o diálogo precisou ser interrompido, pois Laís, que aguardava sua vez, apareceu no estabelecimento. Com outro compromisso agendado para algumas horas depois, a adolescente só tinha disponibilidade para aquele momento. Com a chegada da filha, Gabriela propôs agendar outra data para dar continuidade à sua participação e retornou à sua casa.

A adolescente, de pele bem branca e jeito meigo, portava roupas escuras, com estampa de uma banda de rock, na data da entrevista. O fato de estar em um local público não pareceu constrangê-la a falar de aspectos mais íntimos da sua vida. No decorrer do encontro, Laís, que estava com 15 anos de idade, pareceu muito à vontade e expressou suas ideias e sentimentos de forma espontânea e com facilidade, revelando já ter pensado, muitas vezes, sobre as consequências do refúgio na sua vida. Talvez devido à sua faixa-etária, seu discurso foi um pouco cíclico, tendo como tema principal o relacionamento conflituoso com seus pais.

Apesar de ter chegado bem nova ao Brasil, Laís revelou acreditar que o processo de refúgio está relacionado a muitos de seus problemas atuais. Na verdade, sua pouca idade (ela tinha 4 anos ao sair de sua terra natal) foi, em sua opinião, uma condição que levou a dificuldades particulares. Nesse sentido, exatamente pelo pouco tempo de vida na Colômbia e por não compreender direito o que estava acontecendo nessa época com ela e com sua família, Laís entendeu que não pôde internalizar “algumas certezas”, como fizeram suas irmãs, por exemplo. Sendo assim, como parte da vivência do refúgio, ela relatou ter se deparado recentemente com dúvidas relacionadas à sua identidade de origem e sobre o país onde nasceu, do qual tem poucas lembranças. Essa reflexão foi acompanhada de questionamentos sobre as ideias transmitidas por seus pais referentes à Colômbia, aos colombianos, ao Brasil e aos brasileiros, assim como causou discordâncias de opinião entre eles frente às diferenças culturais presentes entre as duas realidades, dada a visão negativa de seus pais sobre o Brasil. A fase vivida por Laís na época da entrevista foi descrita por ela como a pior de sua vida, devido aos atritos familiares e à consciência da vinculação desses conflitos à vivência do refúgio.

Mesmo sem ter noção, quando criança, dos motivos que forçaram a migração, Laís contou que sentia o clima de preocupação e ansiedade que predominava durante a adaptação no Brasil e que afetava seus pais e irmãs. Na análise da garota, esse contexto fez com que, como mecanismo de defesa, ela não compartilhasse seus problemas (preconceitos vividos na escola, brigas com colegas, mal-estar físico ou doença, por exemplo) em seu ambiente familiar, pois, assim, evitaria mais um incômodo aos parentes. Para Laís, o padrão de comunicação que se construiu entre ela e os demais não permitia que seus pais compreendessem suas atitudes e sentimentos (incluindo as consequências do refúgio na sua vida), causando divergências entre os três.

Além das dificuldades no contexto familiar, a adolescente observou que a experiência como migrante fez com que ela se comportasse de maneira um pouco agressiva e arrogante no ambiente da escola, como uma tentativa de se proteger. Por conta dessa postura, ela acredita não ser aceita e bem quista pela maioria dos colegas, da qual se sente bastante diferente.

Insatisfeita com todo esse contexto e afetada de tristeza e de raiva, Laís concordou com a sugestão dada por sua mãe de iniciar uma psicoterapia. Para o futuro, ela planejava, com as amigas que construiu, sair da casa dos pais, dividir uma república de estudantes, montar uma banda de grunge e viajar bastante pelo mundo. Para isso, esperava atingir a maioridade e passar

no vestibular. Sem identificar o Brasil, nem a Colômbia como “sua casa”, Laís revelou não saber onde pretendia morar, apesar do desejo e da curiosidade de conhecer melhor seu país de nascimento.

No segundo encontro com Gabriela, informações sobre a história do refúgio da família foram mais detalhadas. Dessa vez, a entrevista aconteceu na casa da colombiana, que se encontrava sozinha no momento. A conversa fluiu bastante, de maneira espontânea e sem grandes pausas. Esse encontro foi o mais longo de toda pesquisa de campo e com mais horas de gravação. Apesar de relatar momentos difíceis e tristes, Gabriela conduziu o diálogo com entusiasmo, muito bom humor e simpatia.

Antes de migrar para o Brasil, Gabriela e a família moravam em uma região indígena da Colômbia. O casal tinha sido transferido para lá por causa de um terremoto que tinha atingido essa parte do país. Gabriela atuava em uma ONG de apoio aos deslocados internos, que elaborou um projeto com as vítimas do desastre natural. Já seu marido, era especialista em situações de emergência, exercendo a função de bombeiro. Após a conclusão dessa missão, eles receberam uma proposta da comunidade indígena para ficar e continuar com o trabalho de assistência, de maneira independente.

Durante os anos em que a família viveu no povoado, a educação formal das quatro meninas foi organizada para acontecer fora do espaço da escola. Para tanto, Gabriela e o esposo contrataram uma professora que conheceram em Bogotá e juntos construíram o currículo que deveria ser implementado. As atividades de ensino e aprendizagem foram realizadas, em um primeiro momento, no próprio espaço da residência da família. Posteriormente, o casal de colombianos alugou um imóvel próximo, que passou a abrigar as aulas das crianças e as reuniões com os indígenas. Nesse modelo educativo, Gabriela participou não só do planejamento, mas também como professora de suas filhas.

Contudo, a vida no povoado foi se tornando arriscada para a família das entrevistadas. Tomada violentamente pela guerrilha das FARC, essa região passou a sofrer de maneira mais intensa os impactos da disputa pela terra e da rivalidade com os Paramilitares, que também se fortaleciam. Desse modo, os habitantes eram investigados e cobrados a assumir uma posição, sendo afetados por um clima de insegurança e desconfiança ao temer que, por meio de



informantes, fossem acusados de colaborar com um dos grupos. De acordo com o relato de Gabriela, muitos vizinhos e conhecidos foram assassinados dessa maneira e sua família passou a ser ameaçada também. A aliança entre os bombeiros de um vilarejo vizinho e a frente dos Paramilitares resultou em uma maior pressão e perseguição ao seu marido, o que foi agravado quando ele se candidatou a um cargo de governo do povoado.

Nessa mesma época, Gabriela foi visitar e passar um tempo com a irmã, que morava em São Paulo desde que se tinha casado com um brasileiro. Durante sua estadia, Gabriela soube pelo marido que as ameaças tinham piorado e que ele tinha sido aconselhado a pedir refúgio em outro país. Através de contatos, surgiu uma possibilidade para a família migrar para o Equador, mas, os dois, juntos, optaram pelo Brasil. Além de eles poderem contar com apoio da irmã de Gabriela, o processo de solicitação de proteção seria facilitado pelo fato de a entrevistada já se encontrar no país.

Sendo assim, a colombiana providenciou a documentação para o registro do pedido, enquanto os outros membros de sua família foram auxiliados e acolhidos por parentes e amigos, deslocando-se de um lugar para outro. Aproximadamente 8 meses depois, quando Gabriela recebeu a resposta positiva do governo brasileiro, seu marido e suas filhas começaram o processo de migração. Apesar de saber que Gabriela, como refugiada, poderia requerer ao governo brasileiro a reunião familiar, o casal decidiu arcar com as despesas da mudança pelo receio de que, a outra via, envolvesse muito tempo para se concretizar. Por conta do alto custo da viagem, eles saíram da Colômbia em momentos diferentes. Sendo a mais nova dentre as filhas, Laís foi escolhida como a primeira que deveria embarcar. Entretanto, tornou-se necessário passar a prioridade para outra das meninas, que manifestava sentir mais a ausência da mãe. Laís, então, chegou ao Brasil, em seguida, acompanhada de outra irmã. Posteriormente, foi a vez da mais velha e, por último, do marido de Gabriela.

Nos primeiros meses do refúgio, a família foi acolhida pela irmã de Gabriela, que conseguiu, para as crianças, vagas em uma escola particular, tradicional do bairro onde morava, e frequentada por alunos de classe média alta. Nessa época, por intermédio do cunhado brasileiro, a entrevistada tinha começado a dar aulas de reforço em espanhol numa escola de línguas. Posteriormente, conseguiu uma vaga de substituta em outra instituição um pouco maior. Por um

tempo considerável, desde a vinda da primeira filha ao Brasil, Gabriela recebeu um auxílio financeiro da Cáritas, que foi reajustado a cada chegada de um novo membro da família.

Sem querer causar incômodo, Gabriela e o marido mudaram-se com as filhas para um imóvel no centro de São Paulo, recebendo a ajuda dos vizinhos e amigos dos parentes no Brasil, que organizaram um bazar. Distante de sua primeira moradia, a mulher passou a ensinar em duas sedes da escola, mais próximas do seu novo lar. Seu então marido, contudo, teve dificuldades para encontrar um emprego em sua especialidade, já que a carreira de bombeiro no Brasil é militar. Frequentadores de uma Igreja Menonita na Colômbia, o casal não se identificou com o grupo religioso dessa linha no Brasil e passou a participar dos cultos de uma Igreja Presbiteriana, onde fizeram parte também de um trabalho de apoio a migrantes latino-americanos. Com o passar do tempo, a mulher decidiu abandonar esse tipo de atividade, que para ela trazia muita decepção, e procurou contribuir socialmente por meio das aulas que ministrava. Já seu esposo continuou a se envolver com os colombianos migrantes, residentes no Brasil.

Antes de se separarem, Gabriela e o marido trocaram de residência ainda uma vez, passando a morar no imóvel onde ocorreu a entrevista. O motivo da mudança foi a distância da escola das meninas, que tinham conseguido vagas em outra sede da escola particular onde haviam estudado inicialmente e saído das instituições públicas. A transferência de escola ocorreu porque uma das irmãs de Laís estava sendo discriminada pelas colegas e foi possível pelo intermédio de um professor com quem tiveram aulas nesse estabelecimento.

Após o rompimento de seu casamento, Gabriela assumiu mais algumas turmas em uma escola privada e passou também a dar aulas particulares. Em sua análise, a sobrecarga de trabalho e a separação conjugal afetaram seu corpo por meio de doenças (como o reumatismo) e do início da menopausa. Emocionalmente, o sofrimento por mais essa perda, a fez procurar um acompanhamento psicológico, que, segundo ela, ajudou-a a tomar algumas decisões. A ruptura familiar aliada à insatisfação de Gabriela com a política destinada aos refugiados no Brasil e com a relação com alguns brasileiros que tiravam proveito de sua condição, além das diferenças culturais que não conseguiu internalizar, levou a entrevistada a pesquisar sobre o refúgio no Canadá e sobre a possibilidade de reassentamento nesse país. Apesar de saber da prioridade de interesse do governo canadense pelos colombianos, ela acabou desistindo da ideia por não ter encontrado quem a ajudasse.

Mesmo tendo que enfrentar as dificuldades e frustrações relacionadas ao refúgio no Brasil, Gabriela contou que amava o país estrangeiro e disse sentir que já tinha criado raízes nesse território. Alguns meses antes da entrevista, a migrante tinha tido a oportunidade de voltar para a Colômbia e passar um tempo com parentes e amigos, inclusive com alguns que não via há 11 anos. Excepcionalmente, a entrevistada recebeu a autorização do governo brasileiro para esse retorno temporário em virtude de seu pai encontrar-se gravemente doente. A experiência de regresso foi, para a colombiana, muito prazerosa, pois, de acordo com o que ela relatou, correspondeu às lembranças, ideias e expectativas positivas que tinha sobre o país de origem. O reencontro com velhos conhecidos permitiu que ela comparasse melhor as amizades construídas nas duas realidades e confirmasse a dificuldade de formar novas relações de confiança em um país estrangeiro. Mesmo assim, quando questionada sobre a possibilidade de voltar definitivamente para a sua terra natal, Gabriela revelou suas dúvidas, principalmente, por considerar que talvez essa não fosse a escolha de todas as suas filhas.

Sobre o futuro, a migrante revelou que preferia não fazer planos, mas se concentrar no presente. A falta de perspectiva e o medo da frustração são os motivos para que a entrevistada não estabelecesse projetos concretos para realizar. Sem diploma de nível superior, Gabriela chegou a cumprir todos os créditos do curso de Sociologia, quando morava na Colômbia, tendo faltado, para ela, entretanto, a colação de grau. Com o reconhecimento do refúgio no Brasil, ela tentou finalizar esse processo, mas, por conta de um problema burocrático, não conseguiu. A colombiana explicou que se sentia muito triste pelos empecilhos que a impediam de continuar os estudos e de ter uma formação. Apesar de não ter metas formalizadas para adiante, ela possuía alguns sonhos, como fazer um curso de design, de pintura e viajar pelo mundo.

### *6.3.3 Melina*

Melina foi apresentada à pesquisa em uma das instituições francesas de abrigo e apoio a migrantes e pessoas em situação de refúgio. Após ter concordado colaborar com o estudo, a diretoria dessa associação propôs organizar um encontro durante o qual os interessados em participar compareceriam para saber mais informações. Para tanto, foi elaborado um convite (contendo uma breve introdução do trabalho e os dados sobre local e hora da reunião), que foi

difundido entre os moradores do alojamento. A colombiana esteve presente nessa ocasião, ao lado de seu marido e de seus dois filhos e aceitou conceder uma entrevista. Logo nessa data, falou um pouco de português com a pesquisadora, contando ter morado no Brasil. Para facilitar o agendamento da conversa, ela forneceu seu número de telefone e avisou sobre sua disponibilidade de horário.

Durante as tentativas de falar com Melina por telefone, foi possível escutar a mensagem registrada por ela para a função de secretária eletrônica do seu aparelho celular, constatando-se que a mesma tinha sido gravada unicamente em espanhol. Na comunicação com a pesquisadora, a colombiana continuou, como no primeiro contato mencionado, preferindo utilizar o português, língua que demonstrou domínio e fluência, apesar de introduzir, de vez em quando, algumas palavras em espanhol e mais raramente, em francês.

Durante a ligação, Melina confirmou sua opção de que o encontro acontecesse em seu apartamento e em um dia em que ela estivesse de folga do emprego. Na data e horário combinados, a mulher foi localizada na cozinha do prédio da associação, enquanto fazia o jantar de seu marido, que chegaria após o trabalho. Após finalizar o preparo, Melina, que estava acompanhada de seu filho mais novo, dirigiu-se ao seu quarto para começar a entrevista. A conversa precisou ser interrompida algumas vezes para que ela pudesse checar a comida, que estava no forno. Localizado em frente à cozinha, o cômodo era bem equipado e tinha como destaque uma televisão moderna de tamanho muito grande, que estava ligada a um computador. Naquela ocasião, na tela do aparelho, havia uma imagem congelada de um seriado latino, que, possivelmente, estava sendo assistido por Melina. Além desse espaço, a entrevistada e seus parentes tinham acesso particular a outro dormitório do local.

Melina é uma mulher negra, que tinha 27 anos quando participou da entrevista. Com um jeito sereno, aparentou falar com facilidade e segurança a respeito de sua história de refúgio, não tendo demonstrado constrangimento ou algum problema em abordar determinado assunto. Todavia, parecendo reservada, ela expressou seus sentimentos e emoções de maneira não muito expansiva e pouco direta. Durante a conversa, demonstrou paciência e tranquilidade com o filho pequeno, que gritou e chorou bastante.

A migrante começou seu relato detalhando seu percurso de refúgio e explicando sua relação com o Brasil e com a França. De acordo com o que ela contou, no contexto de disputa entre as guerrilhas das FARC e os Paramilitares, dois fatos podem ter motivado o ataque mais recente que ela e os parentes sofreram e que forçou sua migração. Em um primeiro episódio, a violência do confronto armado atingiu a família da parte de seu marido. Exercendo a profissão de enfermeiro, o cunhado de Melina foi sequestrado e assassinado por ter atendido e ajudado integrantes de um dos grupos rivais. Logo na sequência, como mais uma represália ao auxílio concedido, o filho da vítima sofreu um atentado, ao qual conseguiu sobreviver. Com o passar do tempo, Melina e o esposo voltaram à sua rotina, apesar do medo constante e das suspeitas e chantagens sofridas. Nesse momento, contudo, no outro ramo parentesco, um segundo caso de perseguição, teve início e, progressivamente, agravou-se. Dessa vez, as ameaças foram direcionadas à mãe da entrevistada, que estava envolvida com um partido político de direita, contrário às FARC, e colaborava com a campanha eleitoral de divulgação e promoção de seus candidatos. Sem saber ao certo por causa de qual das duas histórias, Melina e os familiares tiveram sua casa atingida por uma bomba e não viram outra saída a não ser fugir do país.

Dessa maneira, há pouco mais de 6 anos daquela entrevista, Melina, o esposo e a filha de 8 meses de idade saíram da Colômbia, de ônibus, sem saber que destino tomar. No decorrer da viagem, foram aconselhados por alguns compatriotas a pedir proteção ao Brasil, com o argumento de que esse era o único lugar onde eles conseguiriam chegar com suas economias, dentre os que acolhiam bem os imigrantes. Durante os 15 dias de trajeto, os 3 colombianos atravessaram alguns países, como Equador, Peru, Bolívia e Paraguai, até alcançarem seu primeiro destino de refúgio.

Assim que chegou a São Paulo, Melina se impressionou com a beleza e o desenvolvimento da cidade. Sem saber falar português nem ter para onde ir, ela e os dois familiares ficaram alojados em uma instituição benevolente de acolhida a migrantes e refugiados. Após os primeiros dias como estrangeiro, o marido da entrevistada conseguiu ser contratado informalmente para realizar alguns serviços. A partir de então, passou a reservar uma quantia em dinheiro, que tornava possível o aluguel de uma pequena moradia. Por esse motivo, com menos de 1 mês no abrigo, a família se mudou para um quarto, situado em um bairro de classe média baixa da região periférica paulistana, onde permaneceram pelo tempo de 1 ano e meio.

O período no Brasil, segundo Melina, foi muito difícil. O local onde os migrantes viviam era de difícil acesso e a instabilidade financeira preocupava o casal. Apesar de o esposo da entrevistada ter feito um curso técnico de Informática no SESC e conseguido trabalhar pelo intermédio de amigos brasileiros, a renda familiar não era suficiente para atender às suas necessidades. Essa dificuldade de sustento, somada a desavenças por conta da insatisfação com o serviço de alguns órgãos burocráticos, levou Melina e o marido a reavaliar seu pedido de refúgio e sua permanência no país. Nesse processo, com a ajuda de alguns colombianos e brasileiros e de instituições religiosas, os dois arrecadaram contribuições em dinheiro e decidiram tentar a vida na Guiana Francesa.

A viagem até a Guiana Francesa foi planejada pelo casal de forma que eles evitassem passar pelo serviço de imigração da fronteira com o Brasil. Desse modo, depois de migrar para o extremo norte do território brasileiro, a família embarcou em uma catraia, que navegou, durante dois dias, pelo Oceano Atlântico, até o destino escolhido. Chegando lá, os colombianos registraram-se como solicitantes de refúgio e foram abrigados por uma associação de apoio a migrantes e refugiados, além de terem acompanhado por três meses um curso de francês. Inicialmente recusados como refugiados pelo Ofício da prefeitura, Melina e o marido decidiram recorrer à instância jurídica. Por dois anos, Melina e o marido aguardaram o desfecho de seu pedido, até ficarem sabendo que, por causa de uma greve de advogados, eles não tinham previsão de ser atendidos.

Colônia até meados do século XX, a Guiana Francesa permanece, atualmente, como território de pertencimento francês, administrado fora do continente europeu. Nas últimas décadas, sob o status de Departamento Ultramarino<sup>87</sup>, essa região, tornou-se um centro receptor de muitos migrantes latino-americanos, que, além de suas motivações particulares, vêm sendo atraídos pela valorização do euro e pela imagem de riqueza que é construída em torno dela (apesar de, na realidade, apresentar índices socioeconômicos e demográficos que apontam para um contexto geral de pobreza). Ademais, representando uma porta de entrada para a França, a

---

<sup>87</sup> Segundo Cleaver (2009), a constituição francesa, promulgada em 1946, modificou o status dos territórios pertencentes à França, localizados fora do continente europeu. A partir desse novo código, as regiões da Martinica, Guadalupe, Guiana e Reunião deixaram, oficialmente, a condição de colônia e passaram a assumir, administrativamente, a posição de Departamento Ultramarino (Département d'Outre Mer – DOM). Essa transformação institucional, denominada de departamentalização, resultou da política do Pós-Guerra de assimilar e integrar as “velhas colônias”, replicando a estrutura política e administrativa já existente na França metropolitana.

Guiana Francesa tornou-se um local de interesse para aqueles que têm pretendido se estabelecer na Europa.

No percurso de Milena, essa facilidade de trânsito foi a ferramenta que permitiu que ela e os familiares persistissem em sua busca por proteção. Sem perspectivas de resposta da França Ultramarina e aconselhados por um dos coordenadores da associação que os alojou, os colombianos decidiram migrar novamente para dar prosseguimento ao pedido de refúgio a esse país, dessa vez estando em solo europeu. Para tanto, acumularam, mais uma vez, uma quantia em dinheiro e providenciaram a mudança e a viagem de avião. Munidos de uma carta de recomendação da coordenação do abrigo, eles foram acolhidos pela sede parisiense da associação (localizada na região periférica da cidade), onde ainda residiam na data da entrevista.

Recebendo uma avaliação desfavorável da Corte Nacional (CNDA), a entrevistada e o marido contrataram os serviços de um advogado particular para requerer o reexame de seu caso. Nesse estágio do processo, na época em que concedeu a entrevista, Marina e os familiares haviam perdido o direito aos auxílios e serviços destinados aos solicitantes de refúgio, podendo manter o local de moradia graças à simpatia que conquistaram dos dirigentes, de quem receberam a autorização de permanência por tempo indeterminado. Além da residência, a vaga da filha do casal na escola também continuou garantida.

Para arcar com as despesas do cotidiano, a entrevistada e o companheiro passaram a contar, a partir de então, apenas com a remuneração dos cargos informais que ocupavam. Secretária de uma escola na Colômbia, Melina aproveitava seu tempo livre, para ajudar no salão de beleza de propriedade de sua mãe. Na França, foi o serviço de manicure e pedicure que lhe garantiu um emprego fixo, apesar de ter almejado continuar com os estudos, especializando-se na área do Comércio. Já seu esposo, funcionário de uma empresa de televisão em sua terra de origem, passou a desempenhar, no país europeu, trabalhos manuais, como de marcenaria e pintura. Apesar do aperto financeiro, os dois optaram por não pedir uma contribuição à associação que os abrigou, preocupados em explorar a ajuda que já vinha sendo oferecida.

Com o passar do tempo, a família de Melina, residente em Paris, foi acrescida de mais dois integrantes. Em um primeiro momento, passou a fazer parte do núcleo de convívio um novo filho do casal, que nasceu em território francês. Logo em seguida, a mãe da entrevistada, que

havia buscado refúgio na Venezuela, foi ao encontro dos parentes, após ser informada de sua localização e ter conhecimento da persistência de insegurança na Colômbia. A senhora foi empregada pelo mesmo salão de beleza de Marina e passou a morar com uma colega de trabalho, com quem dividia o aluguel.

A família de colombianos pareceu cercada de amigos, segundo o relato da migrante. Além de contar com a ajuda de uma senhora que ficava com o bebê quando o casal estava no trabalho, uma rede de contatos foi construída, sendo composta, principalmente por conterrâneos, mas também por migrantes de outras nacionalidades e franceses. Para muitas dessas pessoas, Melina e os parentes preferiram não revelar a história de refúgio, cuidadosos com sua própria segurança e com a dos familiares que ficaram no país de origem. Com alguns amigos mais próximos, eles compartilham notícias e mensagens de sua terra natal.

Ainda sobre as amizades no refúgio, algumas delas foram construídas por Melina no ambiente da Igreja Evangélica, na qual costumava rezar. Segundo ela, esse era um dos poucos lugares que frequentava, além do trabalho e dos parques e lanchonetes, onde a família se reunia para aproveitar o fim de semana. Sobre os locais escolhidos, a entrevistada informou que eram sempre próximos ao abrigo, tendo ela raramente visitado o centro de Paris.

Sobre a vivência nos diferentes contextos onde buscou refúgio, Melina revelou sua preferência, até aquele momento, pelo último e atual destino de sua trajetória de migração. Apesar das dificuldades (como as primeiras recusas ao seu pedido de proteção), das diferenças culturais (como o pouco grau de abertura e de proximidade nas relações) e da saudade do seu país (que engloba a comida, a sua antiga casa e os seus bens materiais, por exemplo), a migrante destacou os sentimentos de segurança e tranquilidade presentes em sua vida na França, lugar que, para ela, oferece ainda um presente e um futuro melhor aos seus filhos. Quanto às consequências físicas e psicológicas do atentado que ela e sua família viveram, Milena destacou o problema de audição de sua filha, causado pela explosão da bomba, e os pesadelos e dificuldade para dormir que ainda eram presentes na rotina da menina.

Ao pensar sobre o futuro, Milena falou de sua esperança em obter o reconhecimento do refúgio, assim como contou seu plano de trabalho autônomo, destinado ao cuidado das unhas de suas clientes em seus próprios domicílios. Tendo o salário reduzido pouco tempo antes da



entrevista, a colombiana já estava se programando de maneira concreta para dar esse novo passo. Com uma lista de clientes interessadas em seu serviço, a migrante relatou apostar no sucesso de seu projeto e nos ganhos que ele traria para sua rotina, como a possibilidade de passar mais tempo com seus filhos e marido e de desenvolver uma parceria com sua mãe. Como sonho mais distante, a mulher mencionou o desejo de ter uma casa no Brasil, país pelo qual ela disse ter afeição, apesar das dificuldades com as quais se deparou quando lá viveu. De posse do imóvel, ela poderia, então, passar algumas temporadas e ter a oportunidade de contato com uma vida e um lugar aos quais já tinha começado a se adaptar.

#### ***6.4 Mulheres guineenses e a violência étnica, política e de gênero***

De acordo com Bertrand, Charles e Lainé (2013), a República da Guiné, também chamada de Guiné-Conacri (nome que faz referência à sua capital Conacri, para se distinguir da Guiné-Bissau e da Guiné-Equatorial) é um pequeno país em termos de extensão, localizado na costa atlântica da África ocidental. A diversidade de sua geografia e a heterogeneidade étnica de sua população se combinam conferindo singularidades que, durante o período colonial, levaram à divisão classificatória do território em quatro regiões denominadas naturais<sup>88</sup>, bem como à simplificação e cristalização das identidades étnicas em torno de quatro categorias principais. Nessa construção, malinkés e peuls (que formam juntos o grupo étnico preponderante) e soussous e forestiers (que compõem o grupo étnico secundário) se destacam politicamente e são vinculados, separadamente, a cada uma das zonas geográficas (DIALLO, 2013). Aproximadamente 85 % da população distribuída entre as etnias são de religião muçulmana (OFPRA, 2011).

Diferentemente de seus vizinhos africanos, a Guiné-Conacri, até os dias atuais, não vivenciou um estado de guerra civil prolongado. Por outro lado, como analisam Gnimassou e Gaanderse (2011), ela vem sendo, ao longo de sua história, assolada pelo autoritarismo e violência de Estado, pela restrição da liberdade política e individual, pelo controle dos meios de comunicação e pelas ondas de prisões preventivas e perseguições indiscriminadas. Como será

---

<sup>88</sup> As quatro regiões não correspondem à subdivisão administrativa do país. Nesse aspecto, o território foi organizado em 8 localidades. Dentre as classificações possíveis do território, a referida quadripartição geográfica se sobrepõe, estando coerente com o modelo francês e com o projeto colonial (DIALLO, 2013; GOERG, 2011).

detalhado mais à frente, em diferentes momentos, esse contexto forçou o deslocamento da população e a sua busca por refúgio em outros países.

Originalmente habitada por diversos povos de etnias africanas, as fronteiras atuais da Guiné-Conacri foram delimitadas<sup>89</sup>, ao final do século XIX, pelas potências imperialistas dessa época que competiam pelo domínio da África ocidental. A área correspondente ao país aqui em questão foi sendo, progressivamente, ocupada pelos franceses, que obtiveram vantagem frente aos rivais europeus, Portugal e Grã-Bretanha (BERTRAND; CHARLES; LAINÉ, 2013). A instalação *in loco* dos franceses nessa faixa africana não aconteceu sem resistência da população local, que foi representada por algumas lideranças militares (GOERG, 2011). Apesar dessas lutas, a Guiné-Conacri foi, oficialmente, incorporada à África Ocidental Francesa (AOF) e viveu durante quase seis décadas em regime colonial. Nesse contexto, o francês foi incorporado sob o status de língua oficial e de ensino escolar, como medida de uma política de assimilação cultural<sup>90</sup>. Em 1946, do mesmo modo que as outras colônias francesas, essa região passou a ocupar o status de território ultramarino.

Dentre tais possessões francesas, a Guiné-Conacri é sempre destacada pela particularidade de ter sido a única a recusar os vínculos com a metrópole e de tê-lo feito de maneira direta. Segundo conta Diallo (2013), em 1958, o governo da França propôs às suas ex-colônias escolher, por meio de um referendo, entre fazer parte de uma comunidade federal (cuja proposta compreendia relações desiguais entre a França e os demais membros, os quais desfrutariam de uma autonomia interna, mas continuariam associados ao país europeu) e a independência política imediata e total. Contando com um contexto de franco crescimento econômico, de desenvolvimento de um sindicalismo engajado, de criação de partidos políticos e de contestação da ordem colonial, a Guiné-Conacri se negou a fazer parte de tal confederação, apresentando tal resposta de maneira quase unânime na consulta à sua população (BERTRAND; CHARLES; LAINÉ, 2013).

---

<sup>89</sup> Assim como aconteceu na história de outras colônias africanas, a região da África Ocidental onde se localiza a Guiné foi afetada por uma série de convenções e tratados que, ao determinar os limites de cada Império colonial, ignorou ou desprezou as reais delimitações étnicas, culturais e históricas do continente.

<sup>90</sup> Tal como analisa Hernandez (2005), a política cultural do Império francês pode ser caracterizada, de maneira geral, como de assimilação. Do mesmo modo que o colonialismo português e belga, o modelo de dominação da França procurou transformar, em todos seus territórios, a organização, o direito consuetudinário e as culturas locais, convertendo-os ao padrão europeu. Além da língua, o modelo de divisão geográfica do território, citado anteriormente, é mais um exemplo desse projeto.

Conforme explica Diallo (2011), por um longo período a ruptura do país africano com a França foi brutal. O governo francês não colocou obstáculos à independência guineense<sup>91</sup>, mas cortou todo o apoio técnico e político ao antigo domínio. Mesmo assim, essa quebra representou, para a Guiné independente, a possibilidade de construir um novo Estado sem as marcas do neocolonialismo que se apresentava. Sendo assim, Ahmed Sékou Touré, líder sindicalista e principal representante do Partido Democrático da Guiné (PDG) e do movimento de recusa à proposta do referendo, assumiu o governo do país e deu início ao que ele chamou de Revolução Guineense, objetivando a descolonização integral de todas as estruturas e a construção de uma sociedade socialista<sup>92</sup> que, dentre outras transformações, privilegiasse os valores africanos autênticos (línguas nacionais<sup>93</sup>, artes populares, heróis, etc.) (BERTRAND; CHARLES; LAINÉ, 2013). Além de promover uma revolução cultural e educacional nacional, o chefe político defendia também uma unidade africana e foi considerado, por muitos, um herói (PAUTHIER, 2013).

Esse admirado fervor nacionalista e revolucionário, entretanto, adquiriu o viés autoritário e violento, mencionado no início dessa sessão. Restringindo a liberdade política e de crítica da população, o regime de Sékou Touré admitiu apenas um único partido, onipotente e onisciente. Como explicam Bertrand, Charles e Lainé (2013), partido e Estado formaram juntos uma entidade indivisível, à qual todas as outras instituições foram subordinadas e a partir da qual tudo que se distanciava era qualificado como inimigo da Revolução. Considerando, a contrarrevolução como inerente ao processo revolucionário, Sékou Touré não hesitou em falar de ditadura e conduziu seus 4 mandatos guiado por uma paranoia e obsessão com complôs e conspirações.

De acordo com Pauthier (2013), a ideologia construída por Sékou Touré ao longo de 26 anos, objetivava mobilizar a população guineense contra dois tipos de inimigos: um externo (o imperialismo e o neocolonialismo, encarnados pelas potências estrangeiras ou pelos vizinhos

---

<sup>91</sup> Para alguns estudiosos, o presidente da França, Charles de Gaulle, não apresentou resistência à independência da Guiné-Conacri por escolher concentrar seus esforços na própria França metropolitana (que, no contexto do pós-guerra, encontrava-se em crise econômica), como também nos outros territórios ultramarinos da África Ocidental e Equatorial que ameaçavam uma revolução (HERNANDEZ, 2005).

<sup>92</sup> De acordo com Bertrand, Charles e Lainé (2013), o modelo socialista defendido e empregado por Sékou Touré revelou-se muito mais como anticapitalista, diferenciando-se nitidamente daqueles adotados, na época, pela União Soviética e pela China, apesar de, com eles, ter guardado numerosas semelhanças.

<sup>93</sup> Assumindo o plurilinguismo como fundamento de sua política, Sékou Touré determinou que, dentre as 21 línguas recenseadas, 8 delas passassem a ter o status de nacionais. Assim, as denominadas línguas principais (malinké, peul e soussou) e 5 representantes das 18 línguas intituladas minoritárias (kissí, toma, guerzé, koniagui e bassari) passaram a ser ensinadas nas escolas e a ser utilizadas pela maioria dos meios de comunicação (SYLLA, 1997).

africanos) e um interno (a denominada Quinta Coluna que se referia aos guineenses considerados traidores da revolução). A partir desse momento, deu-se início a um conflito local, apoiado em estigmatizações étnicas, que deixou marcas até os dias atuais.

Assim como se observou na história da RDC, a pertença étnica na Guiné-Conacri foi instrumentalizada e manipulada para justificar disputas internas, de caráter social, econômico e político. No caso desse último país, o mal e o horror interno, mencionado anteriormente, foram relacionados à comunidade étnica dos peuls<sup>94</sup>, o que conferiu autoridade ao governo (super-representado pela etnia malinké) para, em nome do pretense bem de todos, destruí-la. Dessa maneira, uma guerra foi declarada, legitimando discriminações, assassinatos e prisões arbitrárias e provocando um sentimento generalizado de medo (DIALLO, 2011). Em um contexto onde a tortura e a delação tornaram-se práticas correntes e no qual os direitos dos acusados não eram reconhecidos, a migração foi a saída para grande parte dos cidadãos peuls ameaçados. Oficialmente, um quarto da população guineense deslocou-se, assim, para países vizinhos e também para a França (BERTRAND; CHARLES; LAINÉ, 2013).

Conforme relatam esses últimos autores, com a morte de Sékou Touré, durante uma viagem ao exterior, a sucessão no poder foi, rapidamente, providenciada pelo exército do país, por meio de um golpe de Estado e da nomeação do coronel Lansana Conté. Segundo Bangoura (2011), os 24 anos de governo desse presidente (referente ao período de 1984 a 2008) mantiveram a marca do autoritarismo. Entretanto, dessa vez, os alvos declarados do novo regime passaram a ser os líderes da oposição e não todos os membros de determinada comunidade étnica. A instrumentalização das etnias prosseguiu (já que a etnia soussou, de Lansana Conté, foi, por ele, privilegiada), mas, nesse novo contexto político, expressou-se de maneira sutil e velada, abandonando o caráter sangrento.

Nesse segundo governo da Guiné-Conacri como país, de acordo com Bertrand, Charles e Lainé (2013), medidas significativas foram tomadas em todos os domínios, como a liberação de cerca de 300 presos políticos, a promoção do retorno de 200 refugiados, a reaproximação de

---

<sup>94</sup> Assim como esclarece Diallo (2011), os membros da etnia peul não foram os únicos afetados pelas repressões exercidas pelo governo dessa época, mas foram os que mais sofreram essa violência pela via da instrumentalização étnica. Em 1971, de acordo com Pauthier (2013), as ameaças a essa comunidade se intensificaram, após a suspeita de sua colaboração com as forças portuguesas que haviam entrado no país e que lutavam contra a independência da Guiné-Bissau. Em 1976, uma série de medidas foi dirigida, explicitamente, contra os peuls. Sem declarar diretamente a diferenciação étnica, o governo de Sékou Touré acusou também de organizar complôs: professores e intelectuais, comerciantes, oficiais militares, dentre outros.

países ocidentais (inclusive da França<sup>95</sup>) e a construção de uma política liberal como tentativa de restabelecer a economia.

Manifestações populares foram organizadas e o segundo presidente da Guiné-Conacri foi pressionado a iniciar um processo democrático, abrindo-se ao multipartidarismo e às eleições presidenciais, legislativas e municipais, que durou pouco (1990-1995), e a fase de democracia limitada foi, assim, substituída pelo retorno do autoritarismo. Lansana Conté cedeu às pressões de parte do exército (garantindo-lhe mais poder) ao mesmo tempo em que recorreu a uma repressão sangrenta a todo tipo de manifestação. Adversários políticos e civis voltaram, portanto, a ser alvos de prisões indiscriminadas, torturas e ameaças de assassinatos, sendo obrigados, quando possível, a fugir (BERTRAND; CHARLES; LAINÉ, 2013).

Por volta dos anos 2000, a instabilidade no país se agravou com a chegada de refugiados provenientes dos vizinhos africanos, Libéria e Serra-Leoa. Segundo explicam os últimos autores citados, a porosidade entre as fronteiras e a solidariedade étnica sócio-histórica e política dessa região africana permitiram que determinadas áreas da Guiné-Conacri fossem atacadas por grupos armados desses dois países, o que intensificou o deslocamento de sua população, reavivou as tensões entre etnias e resultou no reforço militar guineense. Já em 2006, 2007 e 2008, a sociedade civil foi violentamente agredida, dessa vez por organizar greves e movimentos sindicais reivindicando melhores condições de vida e de trabalho. Além desses conflitos, motins militares (protestando igualmente por melhorias no emprego), também se passaram nesses anos e atingiram cidadãos comuns, que sofreram com saques, incêndios, assassinatos e estupros individuais e coletivos (BANGOURA, 2011).

Em 2008, após a morte de Lansana Conté, um golpe de Estado foi, novamente, organizado por oficiais militares, que assumiram o controle político da Guiné-Conacri e adiaram as eleições presidenciais por dois anos, mantendo o presidente provisório Dadis Camara (da etnia Forestier). O processo eleitoral foi finalmente organizado por meio de uma votação em dois turnos, com a concorrência de um representante peul e outro malinké. No segundo turno da eleição, o argumento da etnia foi manipulado de maneira a reduzir o adversário a essa característica para discriminá-lo e isolá-lo das outras camadas da população. Por meio dessa

---

<sup>95</sup> Nesse quesito, essa reaproximação pôde ser constatada, por exemplo, com a extinção do ensino da ideologia revolucionária, a volta do francês como língua valorizada pelas escolas e a busca de apoio financeiro internacional (que se concretizou por meio de acordos com o Fundo Monetário Internacional, com o Banco Nacional e com os governos de diversos países) (BERTRAND, CHARLES, LAINÉ, 2013).

estratégia, portanto, o candidato malinké conseguiu terminar de opor não só a sua, mas também as outras comunidades, àquela que outrora fora considerada estrangeira e tomada por bode expiatório<sup>96</sup>.

Ainda vigente atualmente, o governo de Alpha Condé impôs alguns obstáculos ao processo de desenvolvimento democrático do país, já que além do reforço à tensão étnica, faz parte de seu contexto a presença da corrupção e de irregularidades no sistema eleitoral legislativo. Apesar disso, segundo o último relatório da HWR (2013), alguns avanços podem ser reconhecidos, principalmente no que se refere à investigação e punição dos responsáveis pelos massacres do passado.

Em razão do histórico de agitação e de violência política, a população guineense tem vivenciado uma profunda insegurança. Além das agressões como prática corrente das forças armadas, o investimento do governo vem assumindo como prioridade a segurança do Estado, a despeito de serviços básicos, como água potável, energia, educação e saúde. Nesse contexto, apesar das riquezas naturais, a Guiné-Conacri é classificada como um dos países mais pobres do mundo e com um dos menores índices de desenvolvimento humano (GNIMASSOU; GAANDERSE, 2011).

A violência contra as mulheres, em especial, é uma característica marcante ao longo de toda história do país. O estupro e outros crimes sexuais, praticados como instrumentos de opressão durante os conflitos políticos, são raramente punidos, apesar de serem ilegais segundo o código penal nacional. Gnimassou e Gaanderse (2011), ao analisar a questão de gênero na Guiné-Conacri, apontam para um contexto amplamente regido pelos costumes sociais, os quais enfatizam os papéis sexuais tradicionais e desprezam os princípios de igualdade presentes em sua Constituição. Nessa realidade, os abusos sexuais e outras agressões, raramente, são denunciados pelas mulheres, em razão da estigmatização social que as ameaça.

De maneira geral, a violência contra a mulher já faz parte do cotidiano guineense. Ela está presente, por exemplo, na prática, de índice altíssimo<sup>97</sup>, da mutilação genital, que, mesmo

---

<sup>96</sup> De acordo com Hiribarren (2011), o fato de que Sékou Touré era de etnia malinké, Lansana Conté de etnia soussou e Dadis Camara de etnia forestier criou um imaginário de que tinha chegado a vez dos peuls assumirem o poder. No primeiro turno das eleições, o candidato dessa etnia recebeu a maior parte dos votos, sendo somente derrotado no segundo turno, quando membros das outras comunidades se uniram em favor de seu rival.

<sup>97</sup> De acordo com o último relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2013), a Guiné-Conacri ocupa o segundo lugar no ranking mundial de prevalência da mutilação genital feminina. Segundo os últimos dados coletados (datados de 2005), 96% da população de mulheres em idade reprodutiva foram submetidas aos diferentes

proibida, vem sendo amplamente difundida em todas as regiões do país e entre representantes das múltiplas etnias e religiões. O casamento forçado é outro costume bastante praticado na Guiné-Conacri e sobre a qual a polícia não intervém. Comumente arranjado pelas famílias, segundo critérios de linhagem, etnia e riqueza do pretendente, o matrimônio é imposto a meninas e mulheres por meio de uma forte pressão social e psicológica. Em alguns casos, esse tipo de relação pode envolver violência física ou sexual. Por fim, pode-se destacar ainda, como violência de gênero, a rejeição generalizada à homossexualidade. Tabu na sociedade guineense e proibida por lei (apesar de nunca ter sido concretamente incriminada), a relação entre pessoas do mesmo sexo é vivenciada em silêncio e às escondidas (OFPRA, 2012).

A violência de gênero é frequentemente relatada pelas mulheres da Guiné-Conacri dentre as causas de seu refúgio. A recusa a um casamento forçado e à mutilação genital, por exemplo, estão na origem das ameaças por elas vivenciadas e do temor de perseguição no caso de retorno ao país de origem. Os conflitos políticos e/ou étnicos também estão dentre os principais motivos que levam as guineenses solicitarem proteção a um Estado estrangeiro, estando relacionados, sobretudo, à pertença à etnia peul e/ou a partidos da oposição. Essas problemáticas (de gênero, política e étnica), muitas vezes, coexistem em um mesmo caso, conforme aponta o relatório de atividade do OFPRA (2013).

Com relação aos países pesquisados, a França tem se configurado como a principal residência dentre os mais de 14 mil migrantes provenientes da Guiné-Conacri, refugiados em 2012 e 2013. (UNHCR, 2013, 2014). No ano de 2012, 4111 guineenses haviam recebido a proteção desse país europeu, sendo 4668 em 2013, constituindo-se como a segunda maior população africana de refugiados e integrante do grupo das 10 maiores populações de refugiados dentre as 109 existentes nesse território durante esses 2 anos. No que diz respeito às solicitações de refúgio guineenses registradas em 2012 e 2013, o Estado francês foi o segundo mais requisitado, sendo superado apenas por Angola. A escolha por esse destino tem feito da Guiné-Conacri a segunda origem mais representativa no total de pedidos, feitos à França, e provenientes do continente africano (OFPRA, 2013). Já no caso do Brasil, a presença de migrantes guineenses em situação de refúgio é radicalmente menor. Como comprovam os dados da UNHCR (2013),

---

tipos desse procedimento, o que, na maior parte dos casos (em mais de 80% deles), aconteceu antes dos 9 anos de idade. Apesar da ausência de estatísticas mais recentes, alguns profissionais têm observado uma diminuição dessas práticas nos últimos anos.

em 2012, apenas 6 indivíduos tinham recebido o status de refugiado do Estado brasileiro e somente 16 novas solicitações, provenientes do país em questão, tinham sido registradas. Em 2013, esses números aumentaram timidamente com 9 guineenses possuindo o status de refugiado e 56 novas solicitações. Coerente com essa disparidade, as três entrevistadas, apresentadas a seguir, foram localizadas em Paris, durante a pesquisa de campo.

#### *6.4.1 Jamile*

Jamile foi a primeira mulher a ser entrevistada durante a etapa de campo na França. Seu contato foi compartilhado por uma assistente social de uma das 4 instituições que contribuíram com a pesquisa em Paris. Preocupando-se com a privacidade da migrante, a profissional, primeiramente, pediu sua permissão para intermediar o encontro, introduzindo o objetivo e a vinculação do estudo. Por meio da colaboração dessa associação, especificamente, foi possível conhecer estrangeiros que viviam em diferentes partes da cidade e que (por motivos distintos) não residiam em habitações públicas. Como o foco dessa associação é a orientação e o apoio a pessoas em situação de refúgio, a administração de um centro de abrigo não fazia parte das atividades desse grupo. Consequentemente, o público por ele atendido era descentralizado territorialmente e diverso.

A questão da moradia, na vivência de Jamile, foi um tema que se sobressaiu logo na primeira conversa com a migrante, transcorrida ao telefone. Após concordar com o convite, a guineense insistiu para que a pesquisadora definisse o local do primeiro encontro, mencionando sua disponibilidade para se deslocar para onde fosse preciso. Jamile explicou, então, que, naquele momento, estava sem residência fixa, sendo obrigada a alternar curtas estadias na casa de amigos ou conhecidos, onde estavam espalhados seus pertences. Nesse caso, o campus da Cidade Internacional Universitária de Paris foi sugerido pela pesquisadora e foi, rapidamente, aceito pela participante.

De pele negra e com longos cabelos trançados, Jamile tinha, na época da entrevista, 29 anos de idade. Logo que se encontraram, ela e a entrevistada se deram conta de que já tinham se visto em outra ocasião. Jamile tinha estado em um passeio, planejado pela associação que a indicou, e no qual a pesquisadora também esteve presente, como observadora participante. Para



essa excursão, todos os migrantes em situação de refúgio atendidos pelo serviço foram convidados, mas poucos deles compareceram. Numa das tardes mais frias do inverno de 2012, os organizadores e os interessados se reuniram na região periférica de Paris para uma visita à Catedral de Saint Denis, edifício de importância histórica e arquitetônica para a França. A passagem pela igreja foi guiada por um professor de História e foi seguida de um lanche na casa de um dos integrantes do grupo, que morava próximo ao local.

Nesse primeiro contato, Jamile pareceu reservada, conversando pouco, apesar de se mostrar atenciosa e cordial. Durante a etapa individual da pesquisa, ela se manteve séria, mas acessível e aberta ao falar sobre sua vivência de refúgio. Expressando-se de maneira eloquente, a entrevistada pareceu estar bastante envolvida com o relato, indicando, por meio do tom de sua fala, sentimentos de raiva e indignação. Sua participação se estendeu por mais um encontro, quando foi dada continuidade ao diálogo. Nesse segundo momento da conversa, a problemática da moradia, novamente, recebeu destaque, já que ao chegar ao local combinado (que se manteve o mesmo), Jamile revelou ter passado a noite em uma cabine de telefone, após ter brigado com o rapaz que a acolhia. Antes de comparecer à entrevista, a migrante recorreu a uma amiga e conseguiu, ao menos para aquela data, outro local para dormir. Além da insegurança e dos contratempos, a prática religiosa da guineense também era afetada pela falta de ter um lar. Adepta do islamismo, a guineense explicou a necessidade da limpeza para a realização de suas orações diárias, o que nem sempre era encontrado.

Há 4 anos na França, Jamile teve seu pedido de proteção negado pelo Ofício francês (OFPRA) e, posteriormente, pela Corte Nacional (CNDA), instância para a qual apresentou um recurso. Desde então, havia perdido todos os benefícios direcionados aos solicitantes de refúgio, como a vaga em uma moradia pública e o auxílio financeiro. Sem ter para onde ir, a entrevistada conseguiu ser aceita em um abrigo filantrópico por um tempo, onde podia ficar das 21h às 7 da manhã. Posteriormente, teve de recorrer à ajuda de pessoas que conheceu e de associações mantidas pela sociedade civil, como a que a indicou à pesquisa. Dessa última, a migrante passou a receber uma doação mensal, em dinheiro, que vinha sendo destinada às despesas com alimentação e higiene pessoal.

Sem compreender o porquê das primeiras negativas ao seu pedido (já que tinha anexado ao registro uma série de documentos que comprovavam a veracidade do seu relato), Jamile

decidiu não ter desistido de sua busca pelo reconhecimento do refúgio. Sendo assim, requereu o reexame de seu processo aos órgãos oficiais, acrescentou novas provas e, até o momento da entrevista, aguardava por essa resposta. A mulher explicou não ter a escolha de retornar para a terra natal, visto que voltaria a ter a vida ameaçada.

A migrante discorreu sobre a realidade sócio-histórica de submissão das mulheres em seu país para explicar o motivo de sua fuga. Em seu caso específico, de acordo com os costumes locais, além de ter sofrido uma mutilação genital<sup>98</sup> quando criança, Jamile teve um casamento arranjado contra sua vontade, sendo forçada a aceitar o acordo, por seu pai, o qual direcionou ameaças também à mãe da entrevistada. Essa última, apesar de não aprovar tal determinação, não se manifestou ativamente, pois corria o risco de sofrer sérias consequências, como ser mandada de volta para a casa dos pais. Sendo a família de religião muçulmana, o matrimônio foi, então, formalizado em uma mesquita da região, sem que convidados e até a própria noiva estivessem presentes, e a despeito de outro relacionamento mantido por ela. Apesar de Jamile amar esse outro homem e de com ele ter tido dois filhos, seu namoro não era aceito por seu pai, que considerava os netos como bastardos. Nesse contexto, a guineense foi coagida a morar com o pretendente imposto, que, além de ser muito mais velho, era casado com três outras mulheres e com elas tinha filhos.

Sem poder recorrer ao Estado, que não intervinha em violências desse tipo por considerá-las do âmbito privado, Jamile arriscou fugir algumas vezes, sem sucesso. Na primeira delas, foi arrastada à força de volta à residência do marido. Já na segunda tentativa, abrigou-se, com seus filhos, na casa da sua avó materna, onde conseguiu se esconder por um tempo maior. Nessa época, além do casamento forçado, Jamile tinha enfrentado problemas com autoridades do governo por se envolver com um partido de oposição. Filha de mãe malinké e pai peul, a entrevistada contextualizou, resumidamente, a rivalidade existente entre as duas etnias, desde que ela surgiu na história de seu país. Para exemplificar a tensão, mencionou a relação difícil da família de seu pai com sua mãe, ao mesmo tempo em que citou a exclusão contínua dos peuls do poder. Não só Jamile era engajada politicamente, mas também seus irmãos. Um deles foi assassinado nas manifestações de 2009 e o outro foi perseguido e desapareceu.

---

<sup>98</sup> Como consequência da mutilação genital (cuja modalidade praticada, nesse caso, foi a da circuncisão feminina) Jamile contou sentir muitas dores nas relações sexuais e revelou a necessidade de submeter-se, regularmente, a uma intervenção médica, nos períodos de relacionamento sexual ativo.

No período em que permaneceu na casa da avó, a migrante foi aconselhada pela familiar a se afastar da militância política e a se reconciliar com seu pai. Ela seguiu a orientação, mas o progenitor não cedeu ao seu pedido de perdão, já que ela mantinha a recusa em viver com o marido. Passado algum tempo, Jamile foi encontrada pelo esposo, que além de agredi-la fisicamente, raspou todo seu cabelo como forma de punição.

Apesar dessas tentativas frustradas e do episódio de violência corporal, a entrevistada não desistiu de lutar contra a opressão e escapou novamente. Dessa vez, contudo, o golpe que ela sofreu foi maior. Jamile foi apunhalada por trás, sendo atingida nas costas e no rosto. Ajudada por conhecidos, a guineense conseguiu sobreviver ao atentado e fugiu para a Costa do Marfim, deixando seus dois filhos, secretamente, aos cuidados de uma amiga. Nessa época, tinha ficado sabendo que o agressor tinha sido preso e que tinha confessado a identidade de quem o contratou. Pouco tempo depois de declarar ter sido o marido de Jamile o mandante do ataque, o criminoso foi liberado da prisão. Esclarecendo sobre a existência da impunidade e da corrupção naquele contexto sócio-histórico, a entrevistada explicou, assim, a decisão de deixar o seu país, já que, lá, continuava a se sentir ameaçada. Sendo assim, seguiu para a Costa do Marfim, para onde conseguiu um visto de estadia.

No território vizinho, porém, Jamile permaneceu se sentindo vulnerável. Seu temor se intensificou quando avistou, no país estrangeiro, uma das mulheres de seu marido. A migrante, então, foi aconselhada, por um senhor que conheceu, a buscar refúgio na França, onde encontraria maior segurança. Conforme a entrevistada explicou, a facilidade de deslocamento nas fronteiras entre os dois países africanos vinha representando um risco de descoberta do seu paradeiro. Por esse motivo, a guineense resolveu seguir a recomendação do amigo, que arcou com as despesas do voo e a ajudou a providenciar a viagem. Essa decisão, entretanto, não foi fácil. Segundo Jamile, foi tomada em um momento de muita fragilidade, quando ela ainda se sentia confusa e perdida, quando ela se sentia dividida entre o desejo de ficar próxima dos filhos e o de proteger sua vida, quando ela era pressionada pela culpa relacionada à separação das crianças e pelo medo de uma nova ameaça.

Ter deixado os filhos e ficar sem saber como eles estavam era a questão mais difícil de sua vivência no refúgio, conforme a entrevistada relatou. Sem poder se comunicar com eles (pelo risco que isso provocaria) e sem a possibilidade monetária de enviar dinheiro ou presentes, Jamile

imaginava que os meninos sentiam-se, provavelmente, abandonados. A preocupação com as crianças e o temor de que elas não a perdoassem ocupava, por todo o tempo, os pensamentos da migrante, que relatou ter insônia e pesadelos envolvendo ela e os garotos. As perturbações no sono eram menos intensas nos períodos em que ela estava empregada, pois o trabalho, além de distrair sua mente para outros assuntos, deixava-a cansada ao ponto de chegar em casa e dormir.

Enfermeira em seu país de origem, Jamile também se incomodava bastante com a dificuldade de trabalho no país estrangeiro. Sem ter a permissão do governo francês para candidatar-se a uma vaga regular, a guineense alternava entre empregos temporários e informais, cujas condições de salário eram inseguras e pouco recompensadoras. Sobre sua insatisfação, a mulher esclareceu que não se incomodava em desempenhar atividades braçais e domésticas, mas sim com a instabilidade que elas lhe traziam. O aperto financeiro causado pelos baixos salários, pela exploração do empregador ou pelos períodos de desemprego a obrigava a pedir doações aos amigos, conhecidos e associações, o que a constrangia bastante, deixando-a com muita vergonha e se sentindo incapaz e inútil.

Acrescentando-se a essas duas grandes frustrações, outras dificuldades foram enfrentadas por Jamile, principalmente no início de sua acomodação no exterior. De acordo com seu relato, na realidade urbana de Paris (distinta daquela que estava habituada na Guiné-Conacri) a migrante teve que se adaptar a uma série de condições, como, por exemplo, aprender sozinha a se locomover com o sistema de transporte público local (composto por ônibus, bonde elétrico, trem e metrô), que a fez se perder por algumas vezes. No conjunto de diferenças culturais entre os dois países, a entrevistada deu destaque também ao transtorno que passou para se habituar à comida ofertada nos locais de abrigo, tendo que se forçar a ingerir alimentos, que não gostava ou com os quais não estava acostumada ou que lhe faziam mal, para não passar fome.

Na esfera das relações, Jamile aprendeu a identificar que certos olhares, comportamentos e atitudes agressivas em sua direção eram relacionados à sua condição de migrante e, principalmente ao fato de ela ser negra. Em seu relato, discutiu o momento político vivido pela França de repressão aos migrantes e descendentes, demonstrando indignação e incompreensão. Apesar desses sentimentos, a guineense revelou não reagir quando exposta a manifestações (sutis ou explícitas) de racismo. Em ocasiões como essas (vivenciadas no contexto de serviços públicos,

por exemplo), a postura adotada pela entrevistada era de se calar e se retirar, evitando entrar em contato novamente com quem a agrediu, desrespeitou ou humilhou.

A circunstância de ser estrangeira trouxe problemas também para os relacionamentos de Jamile com o sexo oposto. Especialmente por estar irregular e sem recursos, a entrevistada vivenciou (nos locais onde trabalhou, por exemplo) o assédio de outros migrantes, que se aproximavam com propostas diretas de prostituição, aproveitando-se de sua condição de instabilidade. Nesses casos, para se defender, a guineense dizia ter vindo para o país europeu com o marido e os filhos e que, portanto, não precisava se submeter a tal situação. Já em momentos de paquera, a guineense relatou ter sido desrespeitada e ofendida por homens que acreditavam que, com ela, teriam sexo fácil. Para se proteger e afastar pessoas com essa intenção, Jamile contava sobre sua história de refúgio logo que percebia esse sinal na conduta do interessado.

Paralelamente a essas experiências ruins, Jamile relatou ter tido bons encontros com franceses e migrantes, desde que deixou sua terra natal. Segundo ela, graças ao apoio desse grupo de pessoas (que incluía a psicóloga que a atendeu por dois anos, o representante de seu partido político na França, determinados profissionais das associações e instituições públicas da cidade e estrangeiros em situação de refúgio), ela conseguiu sobreviver.

O dia-a-dia no país de refúgio afetava Jamile por um misto de emoções e sentimentos, sendo alguns deles opostos. Nesse processo, como consequência do atentado que sofreu, a entrevistada era tomada, em alguns momentos, por estados de alerta e tensão ao transitar pela cidade, por exemplo. Nessas ocasiões, segundo ela mesma, as sensações e pensamentos vivenciados, em algumas vezes, relacionavam-se com o medo de que um ataque pelas costas se repetisse, mesmo que, na maior parte do tempo, ela acreditasse não estar exposta a esse tipo de agressão. O temor, nesse caso, era uma emoção que contrastava, assim, com o sentimento de proteção e segurança, proporcionados pela distância de sua terra natal e pela confiança nas autoridades e na Justiça do país estrangeiro.

Essas últimas garantias, portanto, significavam o maior ganho de sua busca pelo refúgio. De acordo com o que explicou, se não fosse pela necessidade de contar com elas, Jamile teria voltado para a Guiné-Conacri, onde, em todos os outros aspectos, teria uma vida melhor. Diante dessa impossibilidade, a mulher batalhava para conseguir o visto de residência, que lhe permitiria

superar alguns de seus problemas e, finalmente, poder reencontrar seus filhos, trazendo-os para morar com ela. Para o futuro, esse era seu principal projeto. Na data da entrevista, após a conversa, Jamile seguiu para um encontro com um francês, que procurava se casar. Segundo ela, o compromisso era uma tentativa alternativa na sua busca pela permanência no país estrangeiro.

#### *6.4.2 Viviana*

A pesquisa chegou até Viviana a partir da colaboração de uma das assistentes sociais da mesma instituição mencionada no relato sobre Jamile. Assim como no caso da primeira guineense aqui apresentada, a profissional, antes de compartilhar o contato da migrante, pediu sua permissão para fazê-lo, explicando sobre a origem e filiação do estudo e esclarecendo sobre a possibilidade de recusa ao convite, opção que não lhe traria qualquer prejuízo. Após dar seu consentimento, a mulher foi contactada por telefone e acertou uma conversa em seu apartamento para que pudesse conhecer melhor a proposta antes de decidir sobre sua participação como voluntária.

Apesar de passar seu endereço, Viviana preferiu marcar como ponto de encontro a estação de trem e de metrô, próxima de sua residência. Durante o tempo de espera, atitudes suspeitas foram presenciadas pela pesquisadora (como uma aparente transação de drogas ou de outro material ilegal), indicando a insegurança da região. Situado na periferia de Paris, o apartamento da migrante fazia parte de um edifício mantido por uma instituição filantrópica, destinado a abrigar mulheres em situação de dificuldade, sendo a maioria delas de origem estrangeira. O local, apesar de pequeno, era bem equipado, com móveis e uma televisão moderna. Para aquela ocasião, ela havia preparado um lanche, que estava disposto em cima da mesa. Ao longo do trajeto até onde morava, Viviana demonstrou simpatia e abertura, agindo de maneira atenciosa e cuidadosa com a pesquisadora. De pele negra e com 31 anos de idade, a mulher estava penteada com cabelos esticados e vestia roupas esportivas.

A conversa com Viviana fluiu naturalmente. Conforme o combinado ao telefone, esse primeiro contato tinha o objetivo de ambas as partes se conhecerem e, por respeitar esse compromisso, questões específicas sobre a vivência do refúgio da guineense não foram levantadas pela pesquisadora, do mesmo modo que o áudio do bate-papo não foi registrado. Boa

parte do diálogo foi destinada a perguntas e esclarecimentos sobre a pesquisa. Além desse tema, a vida na França foi debatida, de forma geral, e conhecimentos sobre o Brasil e a Guiné-Conacri foram compartilhados. Ao final do encontro, a migrante se comprometeu em pensar sobre a proposta e disse que telefonaria para dar a resposta sobre sua participação. Desde já, adiantou seu interesse e simpatia por ajudar outras pessoas na mesma condição que a sua, a partir do relato de sua experiência.

O segundo encontro aconteceu alguns meses depois de Viviana ter aceitado o convite. Cumprindo com o acordado, a migrante deu sua resposta por telefone, mas pediu um tempo para que a entrevista acontecesse, explicando que, naquele momento, estava com muitos compromissos marcados para regularizar sua permanência no país estrangeiro. Estando há mais de 3 anos na França, a guineense tinha recebido, pouco tempo antes daquela primeira conversa, o reconhecimento de sua solicitação de proteção.

Para essa nova etapa, a pesquisadora dirigiu-se até o apartamento da migrante, que, como na ocasião anterior, tinha preparado um lanche para recebê-la. Assim como quando se conheceram, Viviana se mostrou cuidadosa e amigável e pareceu à vontade durante toda a conversa. Dessa vez, a fala da entrevistada foi mais contínua e um pouco mais detalhada, o que não exigiu muitas perguntas ou interrupções por parte da pesquisadora. O discurso da mulher foi marcado por metáforas de caráter poético e pela transmissão de lições que tirou do que viveu. Ao longo do seu relato, ela demonstrou facilidade para se comunicar, narrando e dissertando sobre diversos assuntos, de maneira envolvente. Em alguns momentos, a guineense expressou as emoções de tristeza e alegria com lágrimas nos olhos.

Ao explicar a razão de seu refúgio, Viviana contextualizou a presença da violência armada na África, recorrente na história de países desse continente. Exemplificando, citou conflitos mais atuais, como os que aconteciam no Egito e na Líbia, naquele momento. Especificamente sobre a realidade sócio-histórica da Guiné-Conacri, a entrevistada demonstrou indignação e decepção, muitas vezes batendo a mão na mesa ao expressar esses sentimentos. Para ela, apesar dos mais de 50 anos de independência, o país continuava o mesmo: marcado pelo autoritarismo, pelo cerceamento da liberdade de expressão e pela rivalidade entre peuls e malinkés. Sobre esse último fenômeno, Viviana revelou seu inconformismo e revolta com a perseguição de casais mestiços e com o assassinato de crianças geradas por esse tipo de união, deixando claro que essas

condutas eram praticadas por membros das duas etnias. Militante política, a entrevistada foi um dos alvos diretos da hostilidade e coerção que abalavam a sua terra natal.

Pertencente à comunidade dos peuls, Viviana se descreveu no passado como uma jovem cheia de vida, de ambição e de alegria. Desde que perdeu sua mãe, aos 17 anos, a migrante precisou assumir uma série de responsabilidades diante das quais foi uma lutadora, uma combatente, conforme suas próprias palavras. Dentre os desafios que surgiram, a necessidade de cuidar do seu irmão pequeno implicou o abandono de alguns dos seus planejamentos de vida. Tendo concluído o equivalente ao Ensino Médio, a guineense não pôde submeter-se ao exame para inserção em uma universidade e dar continuidade aos estudos, por exemplo. No lugar desse projeto, ela montou seu próprio comércio e, por meio dele, tentava ajudar jovens recém-formados e pessoas com dificuldades financeiras, oferecendo-lhes emprego. Envolvida com a problemática política e étnica, presente naquele momento na Guiné-Conacri, Viviana engajou-se também como militante e passou a intervir em questões de sua esfera local, mais precisamente do seu bairro. Em 2007, estando presente nas manifestações que explodiram contra o governo, ela foi agredida fisicamente e rendida por autoridades militares que repreenderam os protestos. Enquanto esteve presa, foi violentada sexualmente e, como consequência da relação forçada, engravidou.

Seguindo suas crenças particulares e os princípios de sua religião, Viviana resolveu não interromper a gestação. Tal decisão, apesar de coerente com a moral dominante daquele contexto, não livrou a guineense de, quando liberta, ser recriminada por parte da comunidade local, que valorizava a virgindade feminina e desaprovava sua condição de mãe solteira, mesmo sendo essa decorrente de um abuso sexual. De acordo com o que ela explicou, o julgamento e o preconceito partiam de algumas pessoas que desconfiavam da veracidade do estupro, e tal suspeita só não se tornou mais intensa e generalizada graças à influência do seu pai, respeitado socialmente por ocupar uma posição de liderança religiosa.

Antes de se refugiar em Paris, Viviana teve, portanto, sua liberdade cerceada de diferentes maneiras e nas diversas dimensões de sua vida. Além de ter sido fortemente oprimida por suas ideias e postura políticas, a entrevistada foi discriminada pelas condutas referentes ao seu corpo, à sua sexualidade e à sua vida social como mulher. Em relação a esses últimos aspectos, ela era criticada e evitada não somente pela condição de mãe solteira, mas também em virtude das



roupas que vestia (como calças compridas e saias), as quais contrariavam os hábitos da comunidade islâmica.

Mesmo tendo sofrido as consequências da violência armada, Viviana continuou a militar politicamente, propagando seu pensamento e reivindicando mudanças. Apesar de ser recriminada por alguns (pelos motivos antes descritos), a entrevistada possuía uma habilidade de liderança e de oratória que envolvia aqueles em sua volta, segundo o que ela própria relatou. Em 2009, participando mais uma vez de manifestações contra o governo, a guineense foi novamente espancada e levada para a prisão. Dessa vez, além dela, seu pai também foi rendido e tudo que possuíam foi apreendido.

O refúgio em um país estrangeiro foi a saída que Viviana encontrou para escapar do risco de sofrer mais atentados à sua vida. Ajudada por um tio, que negociou sua fuga do presídio, a entrevistada se juntou a alguns amigos do parente, que voltavam para suas residências no Senegal. Apesar da preocupação por se separar do seu filho e do seu irmão e da angústia por deixar seu pai na prisão, a guineense seguiu com o grupo na viagem, que, tendo ocorrido por via terrestre, teve alguns dias de duração. Antes da travessia, ela recebeu do familiar uma mochila, na qual constavam seus documentos e suas economias.

Chegando ao território vizinho, Viviana foi deixada pelos compatriotas nas mãos de outras pessoas. Os amigos que a trouxeram se desculparam, explicando não poder abrigá-la em suas casas por temor de represálias à família que haviam deixado na Guiné-Conacri, caso essa proteção fosse descoberta. Em estado de choque por tudo o que tinha acontecido até ali e sem condições, portanto, de pensar em alternativas, a entrevistada aceitou permanecer na companhia de tais africanos, que, em troca de pagamento, ficaram responsáveis por dar prosseguimento a sua busca por refúgio, providenciando seu deslocamento para outro destino.

Enquanto a viagem era definida, Viviana foi alvo, entretanto, das más intenções dos intermediários, que se aproveitaram da sua condição de fragilidade para violentá-la sexualmente. Apenas ao final de uma semana de agressões, a mulher deixou o Senegal, sendo conduzida a embarcar, com outro africano do grupo, em um voo, cuja direção era até então por ela desconhecida. Ao chegar em Paris, a guineense foi levada a um hotel, onde permaneceu por alguns dias. Nesse período, foi assediada sexualmente pelo atravessador, embora, dessa vez, nada

tenha acontecido contra sua vontade. Pouco tempo depois de resistir às investidas, a migrante foi abandonada por esse homem, que saiu com a promessa de comprar o almoço e nunca mais voltou.

Sem acreditar no que tinha acontecido, Viviana permaneceu no mesmo lugar até o parque fechar. A partir de então, esperou a noite passar, deitada na calçada, onde conseguiu dormir por algum tempo. No outro dia, de volta ao parque, a entrevistada (que tinha aprendido francês na escola) resolveu abordar algumas pessoas e pedir ajuda, contando sua história. Em uma dessas tentativas, encontrou um senhor que se ofereceu para levá-la a uma associação voltada para migrantes e refugiados. Em seu relato para a entrevista, Viviana explicou que, naquele momento, teve dúvidas se aceitava a proposta, tendo em vista as experiências negativas que tinha tido com pessoas do sexo oposto. De acordo com o que revelou, ao mesmo tempo em que temia passar novamente por algum tipo de violência, ela sabia que aquela poderia ser uma chance de encontrar um caminho para se estabelecer no país estrangeiro. Desse modo, apesar do intenso medo que sentia, decidiu confiar no desconhecido, que, posteriormente, confirmou suas boas intenções. Contando com esse apoio e com o pouco dinheiro que lhe restava, a guineense conseguiu se alimentar e reservar, por uns dias, um quarto de hotel. Em seguida, foi encaminhada à sede da associação indicada, onde foi orientada a respeito dos procedimentos necessários para o registro de sua solicitação de refúgio e direcionada a um centro de abrigo.

Os primeiros anos na França foram muito duros, segundo o que Viviana contou. A violência vivida em seu país e durante o processo de migração era escondida por ela em suas relações, mas difícil de não ser lembrada. Para ilustrar a interferência do seu passado em seu cotidiano no refúgio, a entrevistada citou o medo que sentia, logo que chegou ao país estrangeiro, ao ver uma pessoa fardada na rua, sentimento esse motivado pela associação imediata com o que vivenciou nas duas vezes em que foi presa. Além desse exemplo, a guineense mencionou repercussões que afetaram a sua saúde mental e física de maneira mais duradoura, como a perda de parte do movimento de uma das mãos, problemas de coluna, crises de ansiedade e dificuldade para dormir. Para cuidar dessas questões, a migrante procurou um centro médico direcionado a pessoas em situação de refúgio e passou a se consultar com médicos e psicólogos. No momento da entrevista, ela se referiu a um quadro de melhora e de superação, que, apesar de parcial, era

concretizado, a seu ver, na diminuição da quantidade e regularidade dos medicamentos por ela utilizados.

Acrescentando-se a essas dificuldades, Viviana enfrentou uma série de adversidades relacionada à adaptação no país estrangeiro. Aos três meses de estadia, a migrante foi informada sobre a primeira avaliação de seu pedido de refúgio, cujo desfecho foi desfavorável. Nessa época, a partir de contatos que estabeleceu, a entrevistada fazia uso dos serviços de mais de uma associação voltada para migrantes e refugiados e participava de suas atividades. Orientada por trabalhadores desses locais, ela submeteu um recurso à Corte Nacional (CNDA), apresentando de maneira mais completa e melhor elaborada os argumentos, as provas e as justificativas de sua solicitação. Tendo aguardado a resposta por, aproximadamente, dois anos, Viviana precisou, nesse tempo, transitar por vários alojamentos filantrópicos (em virtude de ultrapassar o tempo de estadia de cada um) e, em algumas dessas vezes, ficou desabrigada. Nesses momentos, sem lugar para dormir, teve que passar a noite em espaços públicos, como em estações de metrô, por exemplo.

Para Viviana, as dificuldades vinculadas à sua condição de migrante e refugiada em Paris, no entanto, não eram comparáveis ao que ela vivenciou em sua terra natal, de caráter muito mais doloroso e marcante. Além de não se tratar de uma rejeição de seu próprio país, tais problemas não ameaçavam sua segurança como aconteceria se retornasse à Guiné-Conacri. Questionada sobre o contexto contemporâneo francês de repressão aos estrangeiros, a entrevistada disse compreender tal fenômeno e considerá-lo justificável, tendo em vista a sobrecarga de migrantes que chegavam naquele território. A referida postura, portanto, não abalava a admiração e o sentido que a guineense conferia ao Estado francês, simbolizado, por ela, pela figura de uma mãe. Ao longo do seu relato, ela enfatizou a gratidão que sentia pela França, fazendo uma menção especial aos trabalhadores da associação que a indicou para a pesquisa, os quais passaram a significar sua nova família.

O processo de refúgio, segundo a análise de Viviana, permitiu que, de maneira gradual, ela alcançasse algumas conquistas. Além de ter se afastado da ameaça que vivia, a entrevistada revelou se sentir reconhecida como mulher e não mais como objeto, ao ter sua liberdade de pensamento e de expressão respeitadas e ao não ser mais coagida a agir de maneira contrária à sua vontade. No âmbito religioso, especificamente, ela passou a praticar sua fé da sua maneira,

deixando de frequentar uma mesquita (onde se sentiria julgada), por exemplo, e sem sofrer pressões sociais para se comportar segundo os padrões impostos. Em seu dia-a-dia, incorporou atividades esportivas e passeios por Paris e outras cidades próximas. Ademais, a vida no refúgio, para a guineense, passou a significar a chance de realizar os projetos de trabalho solidário que ela idealizou, quando ainda morava na Guiné-Conacri, e que não puderam ser levados adiante. Apesar de sentir não ter ainda recuperado toda força que perdeu, Viviana disse ter adquirido confiança e motivação depois que conheceu a equipe da referida associação e o trabalho desenvolvido pela entidade.

Na época da entrevista, já com o status de refugiada, Viviana tinha iniciado uma formação técnica de auxiliar de saúde, com o objetivo de conseguir sua independência financeira e de se tornar mais autônoma, já que, até aquele momento, ela recebia da associação que intermediou a pesquisa de campo uma doação mensal em dinheiro. Segundo a migrante, a rotina diária para ir ao curso e ao estágio em uma casa de repouso, além de trazer atividade para sua vida, possibilitava o contato com pessoas diferentes e direcionava seus pensamentos para o presente e para o futuro.

Nesse último caso, seu projeto profissional, direcionado para pessoas com algum tipo de dificuldade, era também uma maneira, de retribuir a acolhida que recebeu. Por meio do seu trabalho, a guineense esperava contribuir com a nação e orgulhar aqueles que a ajudaram, mostrando-lhes sua capacidade. Vinculado a esse sentimento de gratidão, ela mencionou seu esforço para nunca decepcioná-los. Ainda sobre o futuro, Viviana falou sobre o desejo de trazer seu filho e irmão para junto dela e disse ter procurado saber sobre a possibilidade de reagrupamento familiar. Até aquele momento, ela mantinha contato, esporadicamente, por telefone, com os meninos e com o seu pai, que tinha saído da prisão.

#### *6.4.3 Carolina*

Carolina foi identificada como uma possível candidata a participar do estudo, durante a etapa de campo realizada no alojamento onde ela residia. Assim como nos casos das congolezas Ísis, Camila, Jacira, Bruna e Betânia, o contato da guineense estava incluído na lista de residentes, disponibilizada pela diretoria da instituição. Dessa vez, entretanto, a aproximação por

telefone não se fez necessária. Carolina foi apresentada à pesquisa e convidada a participar da proposta pessoalmente, após ter sido avistada na recepção do abrigo, solicitando suas correspondências. Tendo recebido os esclarecimentos sobre a filiação, objetivos e condições da investigação, a migrante aceitou colaborar com seu depoimento e reservou um horário do dia seguinte para esse fim.

Para a data marcada, o local de encontro combinado foi o rol de entrada do edifício. Preferindo um local mais reservado, Carolina optou, posteriormente, por se dirigir ao seu próprio quarto. O espaço do cômodo, apesar de pequeno, era bem equipado, contendo, inclusive, aparelhos de cozinha (como frigobar e micro-ondas), que não tinham sido observados nos apartamentos das outras moradoras contactadas. Durante a entrevista, a mulher expressou-se de maneira um pouco contida, demonstrando aguardar uma condução da conversa. Nesse caso, para facilitar a interação, foi necessária uma maior intervenção da pesquisadora, que não deixou, entretanto, de respeitar os limites indicados pela migrante. Desde o primeiro encontro, a guineense pareceu reservada e introvertida, apresentando, ao falar, um baixo tom de voz e relatos pouco extensos e não muito detalhados.

De pele negra e portando cabelos trançados, Carolina participou da entrevista aos 27 anos de idade, quando fazia, aproximadamente, 3 anos de estadia na França. A guineense se diferenciava da maioria dos companheiros de residência por já ter concluído seu processo de reconhecimento de refúgio, cujo desfecho positivo tinha resultado de sua primeira solicitação ao Ofício francês (OFPRA) e ocorrido em seu segundo ano no país estrangeiro. Nesse caso, além de morar em um centro destinado a solicitantes, Carolina já tinha ultrapassado bastante o tempo de permanência permitido naquele local, cujo limite era de 6 meses.

De acordo com o que a entrevistada relatou, duas oportunidades de mudança haviam surgido até aquele momento, mas, não tinham dado certo. Na primeira delas, a vaga em outro alojamento, encontrada pela equipe de trabalhadores do centro onde estava hospedada, não a agradou. Já na segunda tentativa, a própria candidatura de Carolina foi recusada pela instituição pretendida, após a entrevista de seleção. Dessa vez, na visão da migrante, a maneira como ela própria se portou na ocasião foi a responsável pela rejeição de seu caso. Explicando o acontecido, ela contou sobre o episódio em que foi questionada sobre sua história de refúgio, momento em que, tocada por suas lembranças, acabou concordando sobre sua condição de fragilidade, mesmo

que não se sentisse assim de modo geral. Apesar de Carolina não ter chorado, gritado ou se expressado de maneira mais expansiva, os representantes do abrigo visado mencionaram sua instabilidade como argumento para a negativa, deixando-a arrependida pelo que falou. Na época em que participou da presente pesquisa, ela tinha um compromisso já agendado para tratar de um novo encaminhamento.

Filha de mãe peul e pai malinké, Carolina passou a ser alvo de violências e a ter a vida ameaçada por causa de um casamento forçado aos seus 18 anos. Nessa época, a jovem gostava de um rapaz, da sua faixa etária, e da mesma etnia de sua mãe, mas o namoro não era aprovado por seu pai, que exigia que ela se relacionasse com alguém da etnia malinké. Para explicar o costume do casamento arranjado, a guineense comparou a liberdade de escolha e de decisão das mulheres sobre sua vida conjugal, observada na França, com a transferência desse direito individual à família, presente na realidade de seu país de origem. Segundo esclareceu Carolina, independente da idade da mulher, no contexto sócio-histórico da Guiné-Conacri, têm sido sempre os pais que escolhem o pretendente de suas filhas.

Seguindo esse costume, a negociação a respeito do futuro da entrevistada (o qual, por consequência, não se limitaria à esfera conjugal de sua vida, logicamente) aconteceu entre seu pai e um velho senhor, que, tendo seguido carreira militar, possuía muito dinheiro e exercia influência na comunidade. Recusando-se a viver com o marido que lhe foi imposto, ela foi amarrada, agredida fisicamente e conduzida até à residência de casada. A partir de então, a violência se tornou a marca do relacionamento a dois, acontecendo, principalmente, quando Carolina se negava a manter relações sexuais com o esposo. Durante a entrevista, a mulher fez questão de mostrar em seu corpo as inúmeras marcas e cicatrizes da brutalidade a qual foi submetida, revelando ter sofrido queimaduras de cigarro, perfurações, fraturas nos ossos dos membros e o comprometimento de algumas articulações, que perderam a capacidade de dobrar.

Por diversas vezes, Carolina se arriscou a fugir do convívio com o marido, que sempre a encontrava e a agredia ainda mais. Em sua última tentativa, a guineense foi violentamente espancada, chegando a entrar em coma e ser internada em um hospital, devido aos golpes que atingiram sua cabeça. Diante da gravidade da situação, assim que recobrou a consciência, Carolina foi ajudada pela irmã de sua mãe, que planejou levar a sobrinha para longe daquela vida

de perigo e sofrimento. Desse modo, juntas, as duas viajaram de taxi até o Senegal, onde puderam planejar, com um pouco mais de tranquilidade, os próximos passos.

Sentindo-se ainda ameaçada, em razão da facilidade de trânsito entre os territórios vizinhos, a entrevistada decidiu procurar refúgio em um local mais distante e contratou os serviços de um atravessador, que providenciou todo o necessário para uma segunda partida. Após a estadia de 9 dias no país africano, a migrante embarcou em um voo para Paris, acompanhada do intermediário. Durante o trajeto, Carolina foi conduzida, em todas as etapas (incluindo a de identificação no setor de migração), sem que precisasse interagir com ninguém. Segundo o que ela relatou, sem conhecer o procedimento a ser seguido, sentiu muito medo do que vinha pela frente e vergonha das pessoas. Em especial, a experiência inédita com o transporte aéreo a assustou bastante, fazendo-a vomitar.

Ao chegar em Paris, Carolina foi abandonada, sozinha, no aeroporto. Com as marcas e cicatrizes recentes das agressões que tinha sofrido, ela chamou a atenção de uma mulher, a qual se ofereceu para levá-la a uma associação, cujo trabalho era voltado para pessoas sem domicílio. Chegando à sede da entidade, a guineense foi, imediatamente, encaminhada a um hospital e, a partir de então, nunca mais teve notícias da desconhecida. Examinada pela equipe médica, a migrante precisou se submeter a uma cirurgia no crânio (necessária em virtude dos traumatismos provocados pelo marido), permanecendo internada, em processo de recuperação, por um período de 3 meses. Assim que recebeu alta, ela foi direcionada para um abrigo provisório, mantido pela associação que a recebeu, e foi orientada sobre o processo burocrático para registrar uma solicitação de proteção ao país. A entrevistada morou nessa residência até conseguir uma vaga em um centro específico para estrangeiros em situação de refúgio, local onde continuava hospedada no momento da pesquisa de campo.

Carolina continuou necessitando do acompanhamento de diversos especialistas, devido a várias complicações de saúde que passou a ter. Portadora de diabetes, a mulher precisava controlar sua taxa de glicose, três vezes por dia, e possuía uma alimentação restrita. Além dessa enfermidade, crises de dor de cabeça eram frequentes em seu cotidiano. Em alguns casos, elas vinham acompanhadas de uma perda parcial de memória, que fazia a migrante esquecer o que estava fazendo ou para onde estava indo. Fora esses incômodos, Carolina mencionou também

sensações súbitas de dor no peito e de falta de ar e descreveu episódios de dores nas costas, que a faziam recorrer a um massoterapeuta.

Além do tratamento médico, Carolina passou a ser acompanhada por um profissional de Psicologia e mantinha a regularidade do compromisso na época da entrevista. De acordo com o que contou, por meio do atendimento psicológico, ela conseguiu, aos poucos, assegurar-se de que, no país estrangeiro, não estava exposta às ameaças e violências outrora vivenciadas, ao mesmo tempo em que vinha constatando um cumprimento mais efetivo da lei na França e, conseqüentemente, uma maior punição em casos de agressões como as que lhe foram dirigidas. Estando mais tranquila, com o apoio do psicoterapeuta, ela passou a programar os próximos passos e a planejar seu futuro.

Com exceção dos problemas de saúde, Carolina disse se sentir bem no refúgio, destacando o alívio proporcionado pelo reconhecimento do seu pedido. A mulher falou sobre sua gratidão pela França e explicou não ter nenhuma queixa contra esse país, pois o que ela considerava mais importante já lhe era garantido: sua segurança e confiança na Justiça. Além disso, ela revelou estar satisfeita com o auxílio financeiro que recebia do governo.

Sem contato com os familiares desde que partiu da Guiné-Conacri, a migrante construiu relações de amizade com algumas companheiras do abrigo. Segundo o que contou, Carolina procurava, sempre que podia, sair do seu quarto, pois sentia necessidade de ver outras pessoas e o mundo fora do abrigo. Sendo assim, quando ela não tinha compromissos relacionados à regularização de sua situação no país, costumava sair com as amigas para passear nos arredores da residência e também no centro de Paris. Além disso, procurava se exercitar, fazendo caminhadas esportivas. Adepta do islamismo, a atividade religiosa também fazia parte da sua rotina, porém, de maneira reclusa e solitária.

Até o momento da pesquisa de campo, Carolina ainda não tinha conseguido uma vaga de emprego. Tendo largado a escola aos 10 anos de idade, a guineense chegou ao país estrangeiro apresentando dificuldades relacionadas ao seu processo de aprendizagem da leitura e da escrita, o que se tornou um obstáculo em sua busca por um trabalho. Além disso, especificamente em relação à língua francesa, em seus primeiros meses de refúgio, ela também encontrou problemas para compreender as outras pessoas e se expressar, tendo requisitado, por exemplo, a presença de



um intérprete na entrevista com o Ofício francês (OFPRA) sobre seu caso. Falando sobre essas limitações, a entrevistada explicou ter sido obrigada a abandonar a carreira de estudante, assim que seus pais se separaram e que ela passou a morar sob a guarda paterna. Filha única do quarto casamento de seu pai e caçula dentre os meios-irmãos, Carolina foi designada, à sua revelia, para a tarefa de preparar todas as refeições de sua família, tendo que, então, substituir a rotina de aulas por aquela da cozinha.

Apesar dos empecilhos do passado, a entrevistada não desistiu de dar continuidade à sua formação escolar. Orientada por uma assistente social do abrigo onde residia, ela se inscreveu em um curso de Alfabetização, cujo currículo era formado por aulas e por um estágio. Na ocasião da entrevista, Carolina mostrou o diploma de conclusão do período, demonstrando orgulho pela conquista. Conforme o que ela mesma reconheceu, a oportunidade de estudo possibilitou que ela tivesse um domínio relativamente mais amplo da língua francesa e que, assim, pudesse se comunicar melhor. Motivada pelo desejo de progredir ainda mais, a guineense falou sobre seu compromisso em participar do módulo seguinte, informando que aguardava a volta às aulas. Para Carolina, o investimento poderia proporcionar um bom emprego no futuro e, conseqüentemente, a possibilidade de reconstruir uma nova vida, esquecendo-se do passado. Trabalhar em uma escola, servindo a merenda para as crianças era o projeto que ela esperava concretizar.

### ***6.5 Mulheres mauritanas e o contexto de uma sociedade cindida e rigidamente hierárquica: conflitos étnicos, raciais, políticos e de gênero***

Assim como aponta Carvalheira (2008), a República Islâmica da Mauritânia abriga um vasto território, de geografia predominantemente desértica, que se encontra na fronteira entre o norte árabe (situando-se próxima à Argélia, ao Saara Ocidental e ao Marrocos) e o sul negro (localizando-se ao lado do Mali e do Senegal) do continente africano. Apesar dessa dicotomia não descrever uma realidade substancial<sup>99</sup>, ela esteve presente na história do país, que foi marcada

---

<sup>99</sup> Dentre as possíveis classificações do continente africano, uma delas baseia-se em fatores étnicos e raciais, separando o território em duas grandes regiões: a África Branca (também chamada de África Setentrional) e a África Negra (também denominada de África Subsaariana). Baseando-se nos estudos de Hernandez (2005), pode-se dizer que tal demarcação, construída ideologicamente e a partir de interesses políticos, carrega em seu interior estereótipos e preconceitos que associam raça e grau de civilização, distinguindo os europeus dos africanos e os próprios africanos entre si de maneira reducionista e etnocêntrica. Nesse processo, os países do norte africano não são

pela cisão entre as duas regiões. Em seu processo sócio-histórico, a Mauritânia foi, portanto, afetada por uma série de referências distintas, que se cruzaram ao longo dos anos e que nortearam a constituição dos grupos populacionais e a organização da vida social e política.

As circunstâncias do processo de colonização nesses dois polos reforçaram as diferenças já existentes (Hernandez, 2005). Segundo essa última autora, na virada do século XIX para o XX, as autoridades francesas tornaram público, perante os outros Impérios coloniais, seu interesse em governar<sup>100</sup> a região correspondente à Mauritânia. Essa conquista permitia estender a influência do país europeu na África, representando, principalmente, um elo estratégico<sup>101</sup>, à medida que uniria suas ocupações já consolidadas nesse continente (Argélia e Senegal). A relação estabelecida entre cada grupo populacional da Mauritânia e o colonialismo francês foi distinta e resultou em uma variação de autonomia dos povos mauritanos entre si. Nesse contexto, localizados, primordialmente, ao norte, no deserto do Saara, os mouros (de etnia árabe-berbere e de tradição nômade e pastoril) rejeitaram<sup>102</sup> fortemente as referências culturais francesas, fazendo predominar os valores islâmicos, ao passo que os negro-africanos (de etnia peul, soninké e wolof e de tradição sedentária e agrícola), localizados, em sua maioria, ao sul, às margens do rio Senegal, foram mais suscetíveis, de maneira geral, ao projeto de assimilação implantado pela metrópole e, conseqüentemente, aos seus mecanismos e instrumentos de dominação (HERNANDEZ, 2005). Como exceção da religião que escapou da influência francesa, o islamismo permaneceu fortemente praticado por todos os habitantes da Mauritânia, constituindo-se como religião do Estado (DEVEY, 2005).

Se a colonização francesa reforçou a separação entre as polaridades citadas, sua interferência resultou, por outro lado, em um apaziguamento, relativo, da tensão existente naquele período entre esses povos. Visando a pacificação do domínio, os colonizadores se

---

identificados como a África propriamente dita (pois a maior parte da sua população é caucasiana e árabe, possuindo características étnicas e culturais próximas das ocidentais e mediterrâneas), do mesmo modo que os países localizados ao sul do deserto do Saara são compreendidos como um todo homogêneo, resumindo, isolando e inferiorizando o significado de ser africano.

<sup>100</sup> O território da Mauritânia foi gradualmente absorvido pela dominação francesa, que, inicialmente, transformou-o em seu protetorado e, depois de algumas décadas, em sua colônia.

<sup>101</sup> A ocupação francesa na Mauritânia foi caracterizada por uma leve presença técnica, diferenciando-se do que aconteceu em todos os outros territórios sob esse mesmo domínio. Conforme define Marchesin (1992), o processo de colonização nesse caso foi artificial, sem se apoiar diretamente em interesses econômicos.

<sup>102</sup> Devey (2005) e Hernandez (2005), explicam que a recusa dos mouros à assimilação se manifestou, particularmente, pela via da educação formal, mantendo em funcionamento as instituições de bairro e algumas escolas superiores, que perpetuavam o modelo alcorânico de ensino e aprendizagem.

opuseram, por exemplo, aos abusos cometidos pelos mouros nas relações comerciais com os negro-africanos (como imposições de taxas, por exemplo), permitindo que esses últimos desenvolvessem suas atividades com maior tranquilidade (DEVEY, 2005). No entanto, conforme analisa Carvalheira (2008), de objetivo intimamente estratégico, o projeto pacificador se manteve na aparência e foi implantado de forma irregular, tendo em vista, por exemplo, a condescendência dos franceses com as relações de escravidão, presentes no sistema hierárquico interno dos dois grandes grupos populacionais do país.

De acordo com essa autora, a hierarquia e o status social são elementos de destaque da história da Mauritânia. No percurso sócio-histórico do país, a organização societal passou por processos de reordenamento, mas não perdeu seu caráter segmentado e desigual. Uma dessas transformações refere-se ao surgimento de um grupo intermediário, proveniente do cruzamento entre os mouros e os negro-africanos. Composta, em sua maioria, por negros (escravizados e libertos<sup>103</sup>), que adotaram a língua árabe (hassanya) e seus respectivos costumes, essa comunidade poderia ter sido significada a partir da identificação racial com as populações negro-africanas, porém, foram as semelhanças linguísticas e culturais, assim como as relações de dependência entre seus membros (denominados de mouros-negros ou haratines) e os mouros-brancos (também chamados de beidanes) que prevaleceram.

Segundo Devey (2005) e Carvalheira (2008), além dessa subdivisão, os mouros se reagruparam em tribos, que, por sua vez, organizaram-se de maneira complexa, estabelecendo clivagens importantes entre classes e categorias sociais. Nesse contexto, guerreiros e marabutos, foram identificados como a classe nobre dos mouros e assumiram o topo da pirâmide social, exercendo poder, de maneira complementar, sobre os outros grupos dominados. Dentre esses últimos, tributários e artesãos ocuparam a posição intermediária da hierarquia, diferenciando-se dos já mencionados haratines, os quais se encontravam na camada mais larga e mais baixa da sociedade, formando a classe servil. Nessa organização social, o nomadismo característico dos mouros brancos e negros foi um dos elementos que conduziram família restrita à esfera conjugal à condição de unidade básica social (MARCHESIN, 1992).

---

<sup>103</sup> Carvalheira (2008) explica a diferença entre as categorias que fragmentam o grupo dos haratines. Apesar de, em algumas situações, permaneceram dependendo de seus antigos proprietários, os mouros negros que se libertaram da escravidão se distinguem dos que ainda são escravizados pela possibilidade de possuir ou herdar bens.

Da mesma forma que os mouros, o grupo de negros-africanos estabeleceu uma estratificação social centralizada na condição de liberdade dos homens e na divisão do trabalho. Também organizada segundo uma hierarquia rígida e tripartida, essa população foi dividida, igualmente, entre homens livres, tributários e escravos. Nesse caso, guardadas as especificidades de cada comunidade étnica, as categorias servis referiam-se a descendentes de prisioneiros, que não possuíam bens e que podiam ser comercializados. (DEVEY, 2005; CARVALHEIRA, 2008). Favorecida pelo sedentarismo da população, a família alargada (formada pelo agrupamento de famílias restritas) constituiu-se, nesse contexto, na unidade básica da sociedade negro-africana, conforme informa Marchesin (1992).

De acordo com Carvalheira (2008), até 1945, Mauritânia e Senegal formavam uma mesma unidade eleitoral, em se tratando da administração colonial francesa. A partir dessa data, com o término da Segunda Guerra Mundial, a França transformou (conforme já mencionado na contextualização de outros países aqui descritos) o status de suas colônias, passando a denominá-las de departamentos ou territórios ultramarinos. Nesse processo, separando-se administrativamente do Senegal, a Mauritânia viu a participação política de sua população se intensificar, o que resultou na organização de associações políticas, construídas segundo critérios regionalistas e étnico-raciais. Desde então, os representantes, pertencentes à elite dos mouros foram favorecidos pelas autoridades francesas, causando descontentamento entre os líderes políticos da comunidade negro-africana (DEVEY, 2005).

Em 1958, após concordar com o referendo sobre a inclusão do país na Comunidade francesa, tais representantes proclamaram uma República, prenúncio de um movimento de independência pacífica, que aconteceu dois anos depois. Durante esse processo, a capital Nouakchott nasceu, constituindo-se como um espaço caótico e de cruzamento dos diferentes grupos populacionais. A partir desse novo momento político, a sociedade mauritana passou por diversas e profundas transformações (CARVALHEIRA, 2008).

Sobre essas mudanças, Carvalheira (2008) aponta para o investimento em uma política de arabização do país (e, conseqüentemente, de rompimento com a França) direcionada à construção da identidade nacional mauritana. Dentre outras determinações, esse projeto instituiu o monopartidarismo político e uma série de reformas no ensino escolar, provocando as primeiras

manifestações e greves de negro-africanos, que além de não se verem representados culturalmente, eram contra o monopólio político e econômico dos mouros-brancos.

Segundo Devey (2005) e Carvalheira (2008), os conflitos étnicos e raciais se agravaram com o aumento da dívida externa e o empobrecimento progressivo do país. Nos anos que se seguiram à independência, acontecimentos como a guerra pelo território do Saara Ocidental (disputado pela Mauritânia, Marrocos e Espanha entre 1975 e 1979<sup>104</sup>) e uma grave seca que se instaurou na região desértica (na década de 70) contribuíram para a instalação de uma crise econômica e social. Essa conjuntura conduziu a uma recomposição da sociedade mauritana, transformando o modo de vida nômade e pastoril dos mouros, que se viram forçados a migrar em direção aos centros urbanos e regiões rurais do sul do país e a se sedentarizar. A coabitação de mouros e negro-africanos em um mesmo espaço tornou a convivência muito difícil, ao envolver lutas por terra e intensificar as tensões raciais já existentes. Além dos negro-africanos, os haratines passaram também a assumir um lugar nas reivindicações políticas e sociais, baseando-se em seu passado de servidão.

O embate étnico-racial alcançou seu expoente em 1989, quando uma série de acontecimentos entre pastores mauritanos (mouros) e agricultores senegaleses (negro-africanos), que viviam nas duas margens do rio Senegal, deflagrou uma explosão de violência nas capitais dos dois países vizinhos e uma crise diplomática entre eles. Nos dois polos do conflito, inicia-se um processo de repatriamento dos seus cidadãos, que, em território inimigo, passaram a ser perseguidos. Na Mauritânia, porém, esses episódios são utilizados como pretexto para perseguir os mauritanos autênticos que se assemelhavam étnica e racialmente aos senegaleses e que competiam pelas terras do país. Em um contexto de abusos por parte do exército e da polícia, centenas de negro-africanos foram alvos de massacres e milhares deles migraram em busca de refúgio no Mali e no Senegal. Cerca de 300 mil pessoas se deslocaram a partir de então. Dentre elas, muitos dos refugiados passaram a viver em assentamentos. (DEVEY, 2005).

A crise iniciada em 1989, a partir do conflito entre Mauritânia e Senegal, foi declarada oficialmente concluída em 1991. Posicionada em favor da guerra do Golfo, a Mauritânia perdeu o apoio e o investimento de outros países árabes, o que agravou sua situação econômica e

---

<sup>104</sup> O Saara Ocidental foi palco de batalha entre os anos de 1973 e 1991. O período citado anteriormente (1975-1979) corresponde à participação da Mauritânia, que saiu do conflito com um terço do território almejado (DEVEY, 2011).

financeira. Para se erguer, necessitou se reaproximar das potências ocidentais (dentre eles a França) e ceder às pressões internacionais relacionadas ao pluralismo econômico e ao respeito aos direitos humanos. A partir de então, o país engajou-se em uma abertura democrática e reatou a diplomacia com o Senegal. As relações entre os povos não deixaram de ser tumultuadas, mas um esforço do governo foi feito para torná-las mais civilizadas. Nessa direção, a libertação e anistia de presos políticos foram aprovadas na Mauritânia, assim como uma política voltada para o retorno dos refugiados foi implementada. (DEVEY, 2005).

De todo modo, apesar dessas medidas, o retorno dos migrantes se configurou em um processo lento e difícil, não estando isento de protestos. O processo de democratização do país, controlado pelo chefe de Estado, não alcançou uma grande reviravolta política. Assim como analisam Besson e Piguet (2005), o poder, pelo contrário, manteve-se concentrado (e militarizado) e o governo continuou sendo acusado de violações dos direitos humanos. Mesmo tendo sido abolida em 1980<sup>105</sup>, a escravidão continuou latente e os grupos negros africanos sujeitos à discriminação. Conforme conta Devey (2005), após um período de relativa calma, os anos 2000 foram marcados por um endurecimento das relações do governo com a oposição, que voltando a ser mais atuante, passou novamente a ser repreendida de maneira autoritária.

De maneira geral, a alternância de governo na Mauritânia tem acontecido por meio do uso da força desde 1978, quando foi expulso do poder Moktar Ould Daddah, primeiro presidente do país depois de sua independência política. Desde então, os mauritanos conheceram 7 chefes de Estado, sendo eles todos mouros e 6 militares. No contexto mencionado de pós-democratização do país e de retorno à repressão política, Mauiya Ould Ahmed Taya sofreu um atentado, sendo, em 2005, deposto. Seu substituto permaneceu dirigindo o país até 2007, momento em que Sidi Ould Cheikh Abdallahi venceu a eleição presidencial. No entanto, pouco mais de um ano depois, um novo golpe concedeu o controle do país a Mohamed Ould Abdelaziz, que se mantém no cargo após ter sido eleito em 2009. Assim como analisa Devey (2011), ao assumir o comando do país, o então presidente herdou os desafios socioeconômicos que se apresentavam e as ameaças que

---

<sup>105</sup> De acordo com Devey (2011), apenas em 2007, a escravidão foi criminalizada na Mauritânia.

despontavam com o crescimento do Islamismo Radical, movimento responsável por uma onda de atentados<sup>106</sup> que passou a assolar o país desde 2005.

Ao longo da história aqui relatada, as tentativas de refúgio dos mauritanos fundaram-se, principalmente, sobre motivos étnicos e raciais, estando ligadas às dificuldades encontradas pelos negro-africanos para fazer valer seus direitos sociais e políticos, bem como às violências por eles sofridas. De acordo com o último relatório do OFPRA (2014), a respeito de uma missão desenvolvida na Mauritânia, tal problemática permanece presente nas solicitações de proteção feitas por migrantes oriundos desse país africano.

Ligadas a essa questão, novas temáticas passaram a surgir, mais recentemente, nos dossiês identificados com essa origem, como o repatriamento mal sucedido daqueles que fugiram no final da década de 80 e o recenseamento da população nacional, iniciado em 2011. Nesse último caso, apontando para a grande predominância dos mouros (ao associar mouros brancos e mouros negros), tal programa tornou-se um instrumento para justificar a primazia e nomeação dos primeiros a cargos de poder, nos diferentes planos da sociedade (econômico, político, militar, administrativo, judiciário, etc.). Apoiado em um método questionado pelos negro-africanos e haratines, o recenseamento foi também criticado por tornar aqueles que, por motivos diversos, não conseguiram ser cadastrados, em apátridas. Sendo assim, manifestações foram organizadas por um movimento intitulado de “*Touche pas à ma nationalité*”<sup>107</sup> (TPN), as quais foram reprimidas violentamente pelas autoridades do país. Seus participantes, negros foram presos e passaram a ser perseguidos desde então.

Além dessas situações, a hierarquia desigual das comunidades locais e o fortalecimento do islamismo radical têm favorecido, dentre outras ações opressoras, a escravidão e a restrição da liberdade de expressão, forçando os sujeitos a migrar. Nesse contexto, a violência feita às mulheres se apresenta ainda como um elemento de destaque, obrigando as mauritanas a deixar

---

<sup>106</sup> Devey (2011) menciona como exemplo dos atentados provocados pelos extremistas islâmicos, o assassinato de 4 turistas franceses, em 2007, e os ataques à embaixada israelense, em 2008, e à embaixada francesa, em 2009. Segundo a autora, o fortalecimento dessa ideologia se deu em um contexto que já tinha vivenciado uma política de arabização (após a independência do país) e como oposição ao surgimento de ideologias modernistas e ao movimento de abertura do país ao Ocidente.

<sup>107</sup> Em português: “não toque na minha nacionalidade”.

seu país de origem por conta de mutilações genitais<sup>108</sup> e casamentos arranjados (alguns deles impostos à noiva em idade precoce<sup>109</sup> e/ou acompanhados de violência sexual), práticas cristalizadas e ainda difundidas nas comunidades de diferentes regiões geográficas, etnias, religiões e níveis socioeconômicos (OFPRA, 2014).

Nessa realidade, a desigualdade de gênero também é expressa na alta taxa de abandono escolar das meninas, após elas concluírem o ensino infantil. A ideia construída sócio-historicamente de que o objetivo da mulher é construir uma família, leva também ao pensamento geral de que ela precisa apenas aprender a ler e escrever, contentando-se com essas habilidades. A baixa escolaridade e a dependência econômica das mulheres mauritanas criam, portanto, um contexto que contribui para sua opressão e que favorece as violências de gênero. Nessa categoria, a homossexualidade feminina (como também a masculina) é encarada como um tabu na Mauritânia, constringendo-se aqueles com essa orientação sexual a viverem seus relacionamentos de maneira escondida. Apesar de, até hoje, nenhuma condenação à morte ter sido imposta na Mauritânia por esse motivo, a legislação do país prevê a pena capital para quem praticá-la. Dentre as solicitações de refúgio, os casos de homossexuais perseguidos registrados têm sido mais numerosos (OFPRA, 2014).

Com relação ao refúgio mauritano nos países pesquisados, a França foi, em 2012 e 2013, o principal destino, fora do continente africano, a reconhecer e a receber migrantes com essa origem. De acordo com os dados do UNHCR (2013) referentes a 2012, dos 33.765 refugiados que tiveram seus casos aprovados por algum país estrangeiro, além da grande parte localizada no Senegal (13.702) e no Mali (12.436), 4.899 residiam nesse país europeu. Em 2013, não ocorreram mudanças nesse cenário, com Senegal (13.703) e Mali (12.897) nas duas primeiras posições e 5.101 refugiados mauritanos residindo na França. Dentre as solicitações nesses dois anos, o governo francês foi o segundo mais procurado, registrando 1434 novos pedidos em 2012 e 1169 novos pedidos em 2013, ficando atrás apenas de Angola (OFPRA, 2013). De modo bem menos significativo, o Brasil contava, no ano de 2012, com apenas 2 refugiados mauritanos em

---

<sup>108</sup> De acordo com o OFPRA (2014), as mutilações genitais passaram a ser proibidas pela lei mauritana, em 2005, mas poucas sanções são aplicadas, mesmo quando tais práticas são denunciadas por associações de apoio a mulheres.

<sup>109</sup> Segundo o relatório do OFPRA (2014), o estímulo à alimentação das jovens no seio familiar é um costume presente na sociedade mauritana, apesar de ter se tornado menos frequente. Nesses casos, as meninas são forçadas pelos pais a ingerirem uma alta quantidade de alimentos para que elas engordem e pareçam mais velhas. O objetivo desse costume é que elas possam, assim, atrair mais precocemente o pretendente que lhe será imposto como marido.



seu território e avaliava 1 novo pedido de proteção. Coerente com essa realidade, as duas participantes da pesquisa provenientes da Mauritânia foram localizadas em Paris.

A título de complementação considera-se interessante registrar a condição da Mauritânia como destino de refugiados. Especialmente em 2012, a guerra instalada no Mali provocou o deslocamento de 54.029 refugiados para esse país. Além desses, 26.000 migrantes do Saara Ocidental e outros 496 de origens diversas tinham, nesse ano, o reconhecimento do país africano em questão (HCR, 2013; UNHCR, 2013).

#### *6.5.1 Janaína*

Localizada por telefone, Janaína já estava prevenida sobre o convite para participar da pesquisa, quando a ligação aconteceu. Seu número tinha sido fornecido por uma assistente social que trabalhava em uma das instituições visitadas durante a pesquisa de campo e que intermediou o contato, de acordo com o consentimento da migrante. Após ter sido apresentada ao estudo, Janaína concordou em conceder uma entrevista, escolhendo sua residência como ponto de encontro. A mulher, que tinha sido indicada pela mesma associação de Jamile e Viviana, morava em um apartamento que ela mesma tinha alugado e que não estava vinculado a nenhuma entidade beneficente. O compromisso foi marcado para o período da manhã em um horário anterior ao da sua ida ao trabalho.

Na data combinada, Janaína foi avisada da chegada da pesquisadora, que a aguardava em uma estação de metrô próxima do endereço onde se passaria a conversa. Situado em um distrito da região metropolitana de Paris, aparentemente seguro e relativamente centralizado, o domicílio da migrante fazia parte de um conjunto, com mais de um bloco residencial. Em seu apartamento, havia apenas um colchão na sala, uma grande televisão moderna e alguns objetos espalhados. Explicando a ausência de móveis, a mauritana contou ter se mudado há apenas 3 meses para aquele local, onde antes morava uma amiga.

De pele negra, Janaína estava vestida, na ocasião da entrevista, com um longo vestido, de tecido tipicamente africano. Seus cabelos estavam presos e esticados e, em seu rosto, haviam pequenas tatuagens, produzidas, aparentemente, por meio do método da escarificação. De acordo com Luz (2014), tal prática constitui-se como uma atividade tradicional de algumas sociedades

africanas e, assim como outras marcações corporais (ornamentos, vestimenta, dentre outros), pode ser entendida como um símbolo, que envolve uma variedade de significados. Segundo essa autora, as escarificações faciais, especificamente, são usadas, em alguns países desse continente, com o objetivo de identificar grupos étnicos, famílias, papéis religiosos ou posições na hierarquia social, podendo também ser adotadas, por razões estéticas, no intuito de expressar a beleza individual. Tais marcas falam, portanto, da identidade e da tradição de quem as porta, assim como podem contar a história de uma comunidade. Tecnicamente, seu procedimento é caracterizado por uma incisão na pele, feita por um instrumento afiado (faca, vidro, pedra ou casca de coco, por exemplo), que produz cicatrizes indelévels. Em alguns casos, pigmentos escuros, como carvão ou pólvora, são esfregados na ferida para dar mais ênfase às formas.

Com 27 anos na época da pesquisa de campo, Janaína reagiu de forma gentil e simpática durante o encontro. A conversa fluiu facilmente e foi enriquecida de detalhes, indicando que ela esteve, provavelmente, confortável com a situação. Em alguns momentos de seu relato, suas emoções foram externalizadas por meio do choro, como quando contou sobre a ocasião em que soube do reconhecimento de seu refúgio ou quando se lembrou de uma médica que a acompanhou e a ajudou. Na maior parte do tempo, contudo, a entrevistada esteve com um semblante sorridente e pareceu animada.

Ao iniciar o diálogo, Janaína se apresentou como mauritana, mas esclareceu ter morado pouco tempo em sua terra natal. Fazendo referência aos conflitos entre seu país e o Senegal, ocorridos no final da década de 80, a entrevistada revelou ter vivido de perto as ameaças e perseguições provocadas pelos seus próprios compatriotas, tendo sido forçada, junto aos outros milhares de negro-africanos, a buscar proteção no território vizinho. De acordo com seu relato, quando a fuga aconteceu, Janaína tinha 4 anos de idade e tinha acabado de perder seus pais assassinados. Ajudada por amigos de seus familiares, a menina foi conduzida a um assentamento do outro lado da fronteira, onde cresceu ao lado de outras crianças órfãs, que, como ela, não puderam permanecer com quem as salvou.

Por mais de 16 anos, Janaína viveu no campo de refugiados, localizado no Senegal. Nesse período, para sobreviver, ela e os outros assentados realizavam atividades domésticas, em casas de família, em troca das três refeições diárias. Esses serviços, conforme o que a entrevistada explicou, eram raramente remunerados e, quando isso acontecia, pouca era a recompensa

financeira. Dormindo em barracas, essa foi a rotina de Janaína até o momento em que uma onda de violência se instalou no acampamento. As noites nesse local passaram a ser marcadas pela invasão de um grupo de homens do vilarejo, decididos a violentar sexualmente as migrantes que ali repousavam. Diante dessa circunstância, Janaína e as companheiras prestaram queixa à polícia da região, tendo que, para tanto, se submeter a exames médicos, necessários à comprovação do abuso. Tais recursos, porém, não inibiram os agressores, que voltaram a atacar. Nesse contexto, então, segundo o que a mauritana descreveu, as mulheres não viram outra saída a não ser a de fugir.

Antes, contudo, de tomarem essa atitude mais definitiva, as migrantes tentaram se esconder (cada uma a seu modo), passando as noites em outro lugar. Sem local fixo para dormir, a situação, porém, se tornou insustentável, obrigando-as a procurar abrigo fora dali. Por estarem próximas da fronteira, Janaína e uma amiga se uniram e partiram em direção ao Mali, em uma viagem de trem. Chegando a esse destino, a companheira da entrevistada não pôde seguir com o que elas tinham planejado, por conta de seu estado de gravidez, o que levou as duas a se separar. Janaína estava decidida a buscar refúgio em um local mais distante, incentivada pelo exemplo de uma família de ex-assentados, que tinha conseguido se estabelecer na França. A entrevistada contratou, assim, os serviços de intermediários, os quais acertaram, como pagamento, que ela trabalhasse, posteriormente, para o grupo.

Sendo conduzida por uma rede de tráfico de pessoas, Janaína teve que percorrer todo o Mali e passar pela Argélia, antes de tomar a direção da Europa, visto que os atravessadores procuravam fazer novos contatos e enriquecer seus negócios. Depois desse tempo de andança pelo continente africano, a migrante foi, finalmente, transportada de barco até a cidade de Marseille, na França, onde foi logo cobrada pelo combinado. No novo território estrangeiro, ela foi obrigada, então, a atrair homens da redondeza e oferecer seu corpo em troca de dinheiro, repassando o que recebia da prostituição aos seus aliciadores. Após algum tempo, sem suportar mais viver daquela maneira e procurando uma possibilidade de escapar da exploração, a mulher confidenciou sua história para uma africana que conheceu, a qual pediu ajuda para acionar a família de mauritanos instalada naquele país.

Obtendo sucesso com seu plano, Janaína foi resgatada pelo casal de conterrâneos, que a acolheu em sua casa em Paris. De acordo com o que explicou, até conseguir registrar seu pedido

de refúgio, a mulher teve regularizada sua residência temporária em solo francês, por meio de uma carta de acolhimento que os amigos providenciaram. Em seguida, foi por eles ajudada a registrar seu pedido de refúgio e, conseqüentemente, a solicitar o auxílio financeiro destinado a migrantes em sua condição. Nesse último aspecto, entretanto, Janaína enfrentou alguns contratempos para ter acesso ao benefício, os quais se colocaram pelo fato de ela não ter uma conta corrente. Tendo se deparado com uma série de obstáculos para ter acesso a esse tipo de serviço bancário, a entrevistada teve que recorrer ao intermédio de outrem, cujos dados foram fornecidos para o depósito do subsídio. Apesar de ser um parente da família que a abrigou, o portador da conta bancária nem sempre repassava o montante recebido.

Enquanto aguardava a avaliação do seu pedido de refúgio pelo Ofício francês (OFPRA), Janaína permaneceu residindo com o casal de compatriotas e seus filhos. A hospedagem na casa dos amigos, no entanto, tinha sido improvisada e, por falta de espaço, não pôde ser prolongada por muito tempo. Sendo assim, após 1 ano de espera pela resposta, a entrevistada pediu ajuda a uma associação de apoio a migrantes e refugiados para encontrar outra moradia. Por meio desse atendimento, ela foi encaminhada a um abrigo mantido por uma instituição religiosa, onde permaneceu por um mês, tempo em que a vaga esteve disponível. Desamparada mais uma vez, a mulher contactou, novamente, a associação citada, que a indicou para uma rede de albergues destinados a pessoas sem domicílio. Durante a maior parte de sua estadia em Paris, Janaína conseguiu se manter abrigada por meio desse vínculo, trocando de sede por várias vezes até o momento em que pôde bancar os custos de um aluguel e ficar em apartamentos compartilhados com outra pessoa.

De acordo com o que contou, Janaína soube sobre a mencionada associação, ao procurar atendimento em um centro hospitalar, depois que começou a sentir sintomas de hipertensão arterial. A médica, com a qual a migrante se consultou, fazia parte, paralelamente, da equipe de trabalho dessa entidade voltada para estrangeiros em situação de refúgio. Sendo assim, estando sensível àquela condição, a profissional, além de dar atenção ao problema clínico específico da migrante, direcionou-a para um acompanhamento multidisciplinar com a equipe de saúde do hospital e recomendou o serviço de apoio a refugiados, mantido por aquela associação. A partir de então, Janaína passou, respectivamente, a se consultar com um especialista em ginecologia e a frequentar, regularmente, um atendimento psicológico, como também foi orientada sobre o

processo burocrático de solicitação de proteção ao país. Ademais, em um dado momento, ela passou a receber, no formato de doação, uma contribuição mensal, em dinheiro, para que pudesse arcar com suas despesas básicas.

Estando em Paris desde 2005, Janaína obteve o reconhecimento de sua história de refúgio, da parte do governo francês, no momento em que foi entrevistada. Porém, até receber a resposta positiva, o caminho não foi fácil e levou 5 anos de espera. Em sua primeira tentativa, conforme foi adiantado anteriormente, ela foi assessorada pela família de mauritanos que a acolheu, mas seu caso foi julgado improcedente pelo Ofício francês (OFPRA) e pela Corte Nacional (CNDA), instância à qual apresentou um recurso. Diante do deferimento de sua solicitação, a migrante recorreu, então, ao apoio da associação, que nessa época já havia sido indicada pela médica do hospital. Sem outras provas para acrescentar em uma reabertura do seu processo, Janaína foi orientada pelo advogado da equipe a alegar sua condição de apátrida. Como tinha deixado a Mauritânia com bem pouca idade, ela não possuía nenhum registro de nacionalidade, contando apenas com um cartão que atestava sua permanência no campo de refugiados do Senegal. Mesmo assim, sua solicitação foi negada pela segunda vez.

Considerando tal dificuldade, a médica de Janaína resolveu interceder, pessoalmente, em seu favor, buscando alternativas para ajudá-la. Com esse intuito, recorreu a um dos seus contatos que trabalhava na sede francesa do ACNUR, o qual, por sua vez, acionou os representantes dessa instituição, localizados em Dakar, capital do Senegal. Dessa maneira, foi possível encontrar documentos que comprovavam a veracidade da história da migrante, como seu histórico de estudo na escola do assentamento, o registro de sua queixa policial sobre o abuso sofrido e os resultados dos exames de corpo de delito. Com a promessa de que teria um julgamento diferente do seu caso, a mauritana depositou novamente sua solicitação de proteção ao Ofício francês, que a convocou, como de costume, para uma entrevista. Diferentemente das outras duas passagens por esse setor, quando precisou de um intérprete, a entrevistada se comunicou em francês, dado o aprendizado da língua obtido até ali.

Enquanto aguardava a nova avaliação, Janaína permaneceu sem poder trabalhar e residindo em abrigos. Como das outras vezes, o resultado da solicitação demorou muitos meses para ser comunicado, deixando-a preocupada. Além de sua ansiedade pela resposta, o acompanhamento de seu processo tinha se tornado mais difícil, visto que o endereço de domicílio

registrado em seu dossiê referia-se a um antigo alojamento, de onde a migrante já tinha se mudado. Nesse caso, então, ela procurava consultar, com certa regularidade, a central de correspondências dessa antiga moradia. Porém, com o passar do tempo, a frequência de checagens não pôde se manter e os intervalos entre elas passaram a ser maiores. Em uma dessas vezes, tendo passado um período relativamente longo desde a última verificação, a mauritana se deparou com uma notificação do Ofício francês (OFPRA), convocando-a a buscar seus documentos.

Conforme Janaína explicou, constatar que teria a tão aguardada resposta (cujo resultado, para ela, era promissor, mas, ao mesmo tempo, temido), deixou-a em um estado de agitação e nervosismo que dificultou sua compreensão a respeito do que estava escrito na carta. Imediatamente, a migrante telefonou para a sua médica, para quem leu o conteúdo do comunicado. Custando a acreditar na notícia sobre a concessão de seu status de refugiada, a mauritana telefonou para mais uma amiga, que confirmou a avaliação favorável a sua permanência, como residente, no território francês. Esse sentimento, em alguns momentos, continuava se mostrando presente na vivência da entrevistada, que revelou ainda se admirar pelo desfecho positivo de sua busca.

Os dois anos que se seguiram até o momento da pesquisa de campo foram mais tranquilos, segundo Janaína. Com o reconhecimento do refúgio, ela pôde ter acesso a alguns cursos de formação, disponibilizados pela política francesa de inserção profissional e social, à qual passou a ter direito. Como parte do programa ofertado, a migrante realizou estágios em estabelecimentos comerciais, cujas experiências lhe permitiram prestar candidaturas a vagas de emprego. Na época em que foi entrevistada para a presente pesquisa, Janaína tinha sido contratada em um grande supermercado, onde assumia um cargo de substituta dos funcionários faltantes e afastados. Dada à instabilidade de sua função, seu salário não era fixo, assim como sua rotina de trabalho não era regular. Por outro lado, graças à remuneração, a mulher pôde abdicar da doação que recebia mensalmente da associação e conseguir, por meio dos seus próprios recursos, alimentar-se bem, vestir-se e alugar um apartamento sem que fosse necessário dividi-lo com alguém.

Nesse sentido, portanto, o reconhecimento do refúgio (e, conseqüentemente, a permissão para trabalhar) acarretou uma série de mudanças na vivência de Janaína no país estrangeiro. Além

de poder ser dona de seu próprio lar (o que a isentava, por exemplo, de ter que seguir regras contra sua vontade ou de se preocupar com os gastos e incômodos que poderia causar a um terceiro), a mauritana passou a sentir mais segurança para se locomover pela cidade e uma maior tranquilidade, por confiar na garantia de acesso a qualquer benefício ou serviço, de direito do cidadão francês, caso ficasse desempregada. O status de refugiada trouxe ainda para a entrevistada a possibilidade de ela ter um registro de identidade (nesse caso, uma certidão de nascimento), de ser titular de uma nacionalidade e de ter os direitos inerentes a ela, como, por exemplo, o de votar.

A regularização de sua documentação como estrangeira, no entanto, não mudou algumas dificuldades que faziam parte da vivência de ser migrante africana no país europeu. Janaína continuou, por exemplo, sendo alvo de hostilidade e de discriminações, que aconteciam nos variados espaços por onde circulava, como ao utilizar o transporte público ou ao interagir com os clientes do supermercado onde estava empregada. Sobre essa questão, a entrevistada revelou se afetar de maneira mais intensa quando as manifestações de preconceito lhe eram dirigidas por pessoas que faziam parte de seu convívio. Para ilustrar, ela citou a implicância de uma colega de trabalho, situação que a fez pedir demissão. Quanto tais situações eram provocadas por estranhos, a mulher procurava ignorar.

De maneira geral, Janaína avaliou ter aprendido bastante ao longo de sua estadia tornando-se mais madura e mais independente. No entanto, até conseguir se virar sozinha, ela precisou contar com o apoio de muitos amigos migrantes e franceses, que a ampararam em diversos momentos. Na visão da entrevistada, se não fosse pela ajuda das associações e das pessoas que encontrou nos abrigos, ela teria perdido o equilíbrio. Sem ter lembranças de suas relações familiares, a mauritana considerava que todos esses conhecidos tinham passado a ocupar esse lugar em sua vida. Durante os 7 anos que transcorreram até ali, ela manteve, então, essas amizades, com as quais dividia episódios marcantes (batizados, casamentos, festividades, etc.) e compartilhava momentos de lazer. Pensando na importância dessas relações, a mulher revelou que procurava agir seguindo o exemplo de quem a ajudou, oferecendo seu apoio a quem, eventualmente, precisava.

Além das amizades, Janaína iniciou um relacionamento amoroso com um senegalês e com ele se casou. O marido se deslocava com frequência, por motivos de trabalho, dividindo-se entre

a França e seu país de origem. Apesar dos períodos de distância, a entrevistada explicou não planejar voltar para o Senegal, pois, acreditava que perderia a sua autonomia, tornando-se dependente do esposo. Além disso, ela não se sentiria segura ao se aproximar do local no qual passou por tanto sofrimento. Desse modo, para o futuro, a mauritana revelou seus planos de continuar no refúgio e de constituir uma família com o companheiro. Ter filhos, para Janaína, seria uma outra maneira de vivenciar e significar a relação com seus pais, precocemente interrompida.

### 6.5.2 *Isabela*

Isabela foi indicada como candidata à pesquisa pela mesma associação de apoio a estrangeiros que abrigava a colombiana Milena e sua família. Porém, diferentemente dessa última, a mauritana, na época da presente investigação, havia deixado o alojamento e morava em um apartamento, cujo aluguel era mantido com ajuda dessa entidade. Nesse contexto, a representante da associação localizou a migrante por telefone e requereu sua autorização para fornecer seu contato. Assim, com o seu consentimento, Isabela recebeu um novo telefonema, por meio do qual foi informada, pela pesquisadora, sobre as características e condições do estudo e convidada a participar como voluntária das entrevistas. A mulher concordou com a proposta, mas pediu para adiar em alguns dias a negociação sobre o agendamento do encontro, revelando recuperar-se de um aborto espontâneo.

De acordo com o combinado, Isabela e a pesquisadora voltaram a se falar após algum tempo e marcaram a conversa para dali a dois dias. Mesmo morando na região metropolitana de Paris, em um ponto muito afastado do centro da capital, a entrevistada não optou por sua casa como local do compromisso, afirmando não se incomodar em se deslocar. Nesse caso, o campus da Cidade Universitária Internacional foi sugerido e por ela aceito rapidamente. Sem se conhecerem pessoalmente, as duas mulheres acertaram, então, de se encontrar na estação de metrô mais próxima do lugar para, em seguida, se direcionarem a um espaço mais reservado.

Isabela é uma mulher negra, que estava com 39 anos de idade na época da pesquisa de campo. Na data do encontro, ela exibia um visual elegante, composto por trajes urbanos e sofisticados que seguiam a moda francesa, incrementados com uma maquiagem e um penteado



arrumado. Na relação com a pesquisadora, a mauritana se expressou de maneira doce e delicada, deixando em evidência sua gentileza e aparente serenidade. Por meio desse contato pessoal, foi possível observar uma postura introvertida e relativamente tímida da migrante, que, no entanto, não pareceu afetar a fluidez e espontaneidade de sua fala. De todo modo, apesar de demonstrar-se segura e tranquila com a situação da entrevista, ela não se aprofundou em detalhes sobre seu passado no país de origem, concentrando-se, principalmente, no relato de sua vivência em território estrangeiro. Com o cuidado de respeitar os limites indicados pela participante do estudo, a abordagem da pesquisadora não insistiu nessa temática específica.

De acordo com o que contou, Isabela tinha completado 4 anos em situação de refúgio, na época em que concedeu a entrevista. Logo que chegou, com a ajuda de conterrâneos que também tinham migrado para a França, a mauritana foi acolhida e orientada sobre o registro de pedido de proteção que deveria fazer ao país europeu. Ao longo de um ano de tentativa, a mulher viu sua solicitação ser recusada pelo Ofício francês (OFPRA), tendo que, em seguida, apelar para um recurso à Corte Nacional (CNDA). Nessa última instância, segundo a visão da entrevistada, a possibilidade de informar melhor sobre sua história, em depoimento ao juiz, favoreceu um desfecho positivo de seu caso, que culminou com a concessão do status pretendido.

Para Isabela, portanto, o fato de ela poder se comunicar bem no idioma local fez toda a diferença para a resolução de seu pedido, assim como também a ajudava para um bom relacionamento com os nacionais. Segundo o que informou, além de dominar o árabe (hassanya) e o peul, língua de sua etnia africana, ela aprendeu o francês quando frequentou a escola em seu país de origem. Essa habilidade foi, para ela, determinante na decisão sobre o destino do seu refúgio. Além dessa vantagem, Isabela explicou que, antes de migrar, já conhecia a tradição do país europeu de receber estrangeiros, bem como sabia sobre seu plano social de governo, elementos que pesaram na escolha pela França.

Realizada profissionalmente, ao trabalhar como secretária em uma agência bancária, os motivos que forçaram Isabela a migrar estavam relacionados aos costumes e tradições da sociedade mauritana. Ao comentar sobre a realidade do seu país de origem, Isabela esclareceu que, nos tempos atuais, as mulheres têm reagido mais às imposições que recebem da família, da religião islâmica e da sociedade de forma geral. Entretanto, há algum tempo atrás, a maioria delas não via outra maneira a não ser aceitar o que lhe era ordenado. Em sua história particular, foi o

que aconteceu, quando ela soube que se casaria com um pretendente escolhido por sua família, apesar de já manter um relacionamento amoroso e de ter um filho dessa união. Posteriormente, vivendo em um cotidiano de violência conjugal, a entrevistada passou a ter a vida ameaçada e precisou fugir. Diante da insegurança que a tentativa de refúgio envolvia, ela foi aconselhada a partir sozinha, sem levar consigo seu filho, que na época tinha 12 anos de idade. Apesar dos conflitos familiares, ela explicou que o menino não foi deixado em perigo. Mesmo assim, em alguns momentos, sentia arrependimento por essa decisão.

Nos primeiros meses de estadia em Paris, a espera pela resposta ao seu pedido de reconhecimento, a incerteza sobre esse resultado e a estranheza diante do novo lugar faziam com que Isabela se sentisse, em alguns momentos, deprimida. Com o passar do tempo, entretanto, os compromissos referentes ao processo de solicitação trouxeram atividade para a rotina de Isabela e deixaram-na um pouco mais segura e tranquila. Mesmo assim, nesse percurso a migrante não esteve isenta de enfrentar dificuldades, como entraves da burocracia (presentes até mesmo após o resultado positivo) e as más condições de alguns atendimentos. Para ilustrar, a mulher citou as longas filas que teve que encarar nos serviços especializados, nas quais, muitas vezes, teve que permanecer durante a noite e sob circunstâncias adversas, como chuva e neve. O frio e as outras características ambientais do inverno intensificavam, para a migrante, a solidão e o sentimento de tristeza.

Outro transtorno que Isabela teve que enfrentar foi em relação à habitação. Para ela, residir na casa dos contrterrâneos foi importante por ter acontecido em um momento inicial, quando tudo o que passou em seu país de origem era ainda recente e intenso. Como a própria migrante mencionou, até essas emoções se decantarem, a acolhida na casa dos amigos, trouxe-lhe segurança e esperança, à medida que ela não se sentia sozinha e percebia tudo o que os migrantes tinham alcançado até então. Porém, consciente de que não poderia permanecer como visita por tempo indeterminado, a mauritana passou a procurar outra moradia, afligindo-se bastante com a dificuldade de encontrar um local onde pudesse se instalar. Naquela fase, além de o auxílio financeiro que recebia do governo francês não ser suficiente para um aluguel, sua candidatura à inquilina de um imóvel não era bem recebida pelos administradores, por conta de sua condição irregular no país.

Nesse contexto, a entrevistada passou a procurar abrigo em instituições benevolentes, até conhecer o trabalho realizado pela associação mencionada, que lhe ofereceu uma vaga em suas instalações. Isabela permaneceu nesse local durante 6 meses, de onde saiu apenas quando já havia recebido o reconhecimento do refúgio. A partir de então, com a documentação regularizada e com uma maior chance de conseguir um emprego estável, Isabela se mudou para um Studio, que, apesar de distante, era, segundo ela, bem equipado. Na época em que foi entrevistada, porém, ela ainda precisava contar com o apoio da associação para morar nesse apartamento, já que estava desempregada.

Como refugiada, Isabela passou a receber outro tipo de auxílio financeiro e foi incluída nas formações profissionais mantidas pelo organismo de proteção social ao desemprego do governo francês. Em uma de suas visitas de rotina a esse centro, foi ofertada à mulher uma vaga de trabalho em uma creche infantil. Apesar de ter ficado receosa por não ter experiência com esse tipo de função, a mauritana decidiu concorrer ao cargo, permanecendo contratada por 18 meses. De acordo com o que a entrevistada explicou, por ser um contrato de apoio ao desempregado, suas condições não permitiam um vínculo de mais de 2 anos. Sendo assim, cedendo o lugar para outro candidato, Isabela teve que encerrar suas atividades nesse emprego, apesar de estar satisfeita com o serviço. Depois dessa experiência, ela foi admitida em alguns outros postos, porém sempre mediante a um acordo de tempo determinado. Quando participou da pesquisa de campo, Isabela procurava uma oportunidade de trabalho em outra creche, pois tinha gostado bastante dessa ocupação, que a fazia se sentir motivada em seu dia-a-dia.

Apesar de reconhecer os ganhos que o refúgio tinha trazido para sua vida, vivendo em um país que lhe proporcionava segurança e que respeitava os direitos humanos, Isabela considerava que faltavam algumas etapas a para se sentir reconhecida como cidadã. O fato de estar desempregada, a dificuldade para conseguir um contrato de trabalho estável, e a sua dependência financeira (que, por sua vez, impedia-a de bancar sua própria moradia) eram alguns dos elementos que faziam Isabela não se sentir incluída na sociedade francesa. Usando outras palavras, Isabela explicou, assim, que, apesar de uma grande vitória, sua regulamentação como estrangeira no país não era tudo o que precisava.

Dividida entre os ganhos e as perdas, entre as conquistas e as dificuldades que o refúgio acarretou, Isabela descreveu ser afetada, até aquele momento, por alguns sentimentos opostos.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que ela se sentia endurecida, segura e fortalecida, pelas dificuldades que conseguiu vencer, percebia-se também mais sensível e propensa a deprimir a cada novo obstáculo, dado o acúmulo desses acontecimentos ruins. Desse modo, nos momentos em que se via tomada pelas lembranças do passado sofrido ou quando se deparava com uma nova dificuldade, a sensação da mauritana era de como se tivesse envelhecido. Já em outras situações, sua força reacendia, parecendo maior diante de cada novo avanço. Ainda nesse conflito de emoções, a nostalgia (provocada pela ausência da família, dos amigos e pela falta de algumas particularidades de seu país de origem, como a comida, por exemplo) contrastava com a repulsa de um possível retorno à sua terra natal.

Nesse contexto, para evitar as emoções tristes, Isabela procurava viver cada dia de uma vez, distraíndo-se com os amigos mauritanos que conheceu nos serviços direcionados a estrangeiros e realizando atividades que, além de desviar seu pensamento dos problemas e das lembranças ruins, afetassem-na de alegria. Dessa maneira, mencionou o hábito de assistir programas televisivos de humor e citou também a companhia do namorado africano, com quem havia começado a se relacionar poucos meses antes da entrevista. Segundo o que a mauritana relatou, o parceiro a ajudava a se sentir menos sozinha, pois, com ele, podia compartilhar seus pensamentos e sentimentos e dividir os momentos do cotidiano. Na época da pesquisa de campo, a mulher disse se sentir mais animada, de maneira geral, o que já trazia repercussões positivas para sua saúde física e mental. Como exemplo, ela contou ter melhorado do problema de insônia, deixando de sentir necessidade de utilizar uma medicação para dormir.

Pensando no futuro, Isabela ansiava pelo momento em que pudesse viver com seu filho, que tinha ficado na Mauritània. O investimento nesse projeto já vinha acontecendo, desde que ela obteve a concessão do refúgio, quando solicitou, ao Ofício francês, o reagrupamento familiar. Para a migrante, além de trazer o garoto para perto de si, essa solicitação era uma maneira de proporcionar para ele uma boa formação escolar. Segundo a entrevistada, o adolescente, que estava com 18 anos de idade, tinha se animado com a mudança e se preparava para ela, ao estudar a língua francesa na escola. Entretanto, o intervalo de aproximadamente 2 anos sem a resolução do pedido, fez com que ele se desmotivasse e ficasse magoado com sua mãe, associando, possivelmente, essa espera ao abandono que sofreu quando criança. Sem conhecer e compreender o processo burocrático envolvido, o rapaz esperava que sua partida fosse resolvida de outra

maneira. Nesse caso, Isabela procurou explicar para ele que o reagrupamento familiar era a alternativa mais segura e prática de migração, pois além de não envolver atravessadores de pessoas, garantiria que, na chegada em solo francês, sua documentação de refúgio já estivesse autorizada. Mesmo assim, essa questão permaneceu tensa entre os dois, que mantinham a comunicação por telefone.

Além desse projeto, Isabela e o companheiro desejavam ter um filho juntos. Como mencionado no início dessa sessão, na primeira chance do casal, a gravidez foi interrompida espontaneamente, deixando a mauritana decepcionada e também preocupada com sua fertilidade, dado o avançar de sua idade. Paralelamente ao planejamento familiar, a mulher esperava ter uma vida mais estável no futuro, estando empregada com um contrato seguro e em melhores condições financeiras. Além disso, ela almejava conseguir uma permissão para dirigir no país estrangeiro, sendo considerada apta para tal exercício e podendo arcar com as despesas da emissão da carteira de habilitação. Segundo o que explicou, apesar de ter sido autorizada a conduzir veículos na Mauritânia, o documento de seu país de origem não tinha sido aceito pelo órgão responsável francês. Assim como quando discutiu sobre os obstáculos que enfrentou, ao descrever seus projetos futuros, Isabela pontuou várias vezes a necessidade de adotar uma postura de resistência e perseverança.

## 7 O REFÚGIO COMO DESEJO DE LIBERDADE: HISTÓRIAS DE MULHERES QUE RESISTEM

No capítulo anterior, pôde-se conhecer um pouco das 20 mulheres selecionadas que participaram da pesquisa e, possivelmente, afetar-se com suas histórias. Ao longo dessa apresentação, ficou clara a variedade de condições e circunstâncias particulares que caracterizam a identificação dessas entrevistadas<sup>110</sup>, a qual vai além da distinção já esperada dos dois países de destino de refúgio (Brasil e França) e da multiplicidade de origens.

A esse respeito, constatou-se, assim, um grupo formado por mulheres casadas, solteiras e divorciadas, que deixaram seus países de origem sozinhas ou acompanhadas de sua família (cônjuge e/ou filhos e/ou outros parentes), motivadas por diversas, e às vezes múltiplas, situações de perseguição. Em relação à condição de migrantes, o conjunto escolhido contou com desde recém-chegadas até as que estavam há alguns anos no país estrangeiro. Dentre elas, havia as que tinham obtido o reconhecimento jurídico do refúgio, como também algumas que ainda aguardavam o desfecho do pedido de proteção ou que insistiam em uma segunda ou terceira tentativa após terem recebido uma ou mais respostas desfavoráveis. Ademais, no geral, as participantes também se distinguiram entre si quanto à faixa-etária, à classe social, ao grau de escolaridade, à profissão, à religião, ao pertencimento étnico e racial e ao domínio da língua estrangeira, mesmo que a tipificação de alguns desses elementos tenha sido comum a boa parte delas (como no caso da raça e da classe social), recorrência que será debatida mais adiante.

Quando Sayad (1998) define que a migração é um fato social total e completo<sup>111</sup> é justamente para se referir à complexidade desse fenômeno multifacetado, que envolve uma trajetória individual articulada a um movimento histórico mais amplo, de deslocamento de populações. Nesse aspecto, para esse autor, na migração está sintetizada a sociedade como um todo, desde sua história às suas instituições. Como temática científica, portanto, ela não só permite, mas, sobretudo requer uma discussão sob múltiplos olhares, já que está acoplada a

---

<sup>110</sup> O detalhamento das características de cada entrevistada foi reunido e organizado no quadro “Identificação das mulheres entrevistadas e selecionadas para a análise”, que está exposto no Apêndice B.

<sup>111</sup> De acordo com Saada (2000), a obra de Sayad é marcada por uma grande influência da sociologia de Pierre Bourdieu. Porém, é de Marcel Mauss que ele toma emprestado o conceito de fato social, construído com o sentido de algo que contém tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades.

muitos objetos e questões, podendo, inclusive, cada um desses elementos (como já mencionado na Introdução da presente tese), ser tema de interesse de uma ciência particular. A impossibilidade de dar conta da totalidade do fenômeno migratório em um trabalho deste porte verifica-se traduzida, assim, na inviabilidade de tratar dos inúmeros cruzamentos encontrados entre as características elencadas no parágrafo anterior. Nesse caso, considerando que o recorte escolhido desta pesquisa é o da afetividade, tais especificidades serão, então, consideradas, quando necessário e possível, à medida que se destacarem no debate sobre a vivência da mulher na condição de refúgio e, em última instância, na reflexão sobre o aumento e diminuição da possibilidade de agir desses sujeitos.

Assim como elabora Vigotski (1994) em suas teorizações sobre a vivência, as particularidades do indivíduo (como também as particularidades do meio) participam de maneira diferente a depender da situação que é posta. Dito de outra forma, os elementos que desempenham papel principal podem variar na mesma pessoa, a depender das relações, e entre pessoas que vivem o mesmo tipo de acontecimento. Desse modo, em uma investigação sobre a migração, no lugar de aprofundar-se em todas as características constitutivas de cada sujeito, conhecer quais delas têm atuado de maneira determinante na vivência das mulheres entrevistadas parece ser o enfoque, além de viável, mais revelador para este estudo. Para tanto, a afetividade foi escolhida, pois, como apresentado na Introdução desta tese, é função psicológica reveladora da qualidade ético-política das determinações sociais. Se é por meio da relação com o outro (ou, em termos espinosanos, do encontro) que o indivíduo é afetado, constituindo-se e se transformando (VIGOTSKI, 1998; ESPINOSA, 1983a), no caso do migrante e, especificamente, do refugiado, é a vivência das relações construídas, mantidas e modificadas ao longo do processo de refúgio (aqui traduzida sob a forma de sentidos e afetos) que define como essas relações interferem na busca pela liberdade e felicidade desse sujeito

Da mesma maneira que se justificou a limitação em tratar das características constitutivas das migrantes, também em virtude dos objetivos e dos limites do escopo deste trabalho, não se construirá uma análise de cada história de vida separadamente. Nesse caso, as informações provenientes do conjunto de entrevistas e das observações de campo serão organizadas em núcleos temáticos, dedicados a sintetizar os sentidos e afetos comuns, mas também peculiares, que emergiram do material coletado e que dialogam com as questões da presente pesquisa.

Adotar esse procedimento, no entanto, não significa que as interpretações serão construídas descoladas das histórias dos sujeitos ou amalgamando as singularidades. Ao contrário, julga-se que, assim, garante-se a análise da dialética entre o singular e o coletivo. Além disso, esses dados serão compreendidos não apenas como objetos transmitidos pela via da narração, mas principalmente como um conteúdo do exercício de reflexão e resignificação das próprias participantes da investigação, o que salientou que o refúgio é um processo em movimento, em que presente, passado e futuro se inter cruzam, em uma lógica diferente da cronológica.

Assim, conferindo especial atenção à dinâmica dos sentidos apresentados nos discursos das mulheres em questão, configuraram-se 4 subcategorias de análise, que classificam os diferentes pertencimentos relacionais das entrevistadas em um grande núcleo de sentido. Tal subdivisão foi inspirada na tipologia<sup>112</sup> sobre vínculo social de Paugam (2008)<sup>113</sup> e, de efeito didático, não supõe uma separação das dimensões relacionais da vida do sujeito, nem, portanto, uma fragmentação da vivência, que é, aqui, entendida como uma unidade indivisível (VIGOTSKI, 1994).

### ***7. 1 De lá até aqui: passado presente e futuro nas relações sociais de mulheres refugiadas***

Baseando-se na compreensão do fenômeno do refúgio como um processo, essa trama de relações nas quais as mulheres entrevistadas estiveram e estavam envolvidas se referirá, nessa sessão, aos dois movimentos da migração: a partida do lugar de origem (que envolve o contexto de perseguição e o deslocamento) e a chegada e estadia em território estrangeiro. Como será visto a seguir, apesar de aparentar uma ordem cronológica, a vivência dessas relações não se configura de maneira estável, nem também é linear e progressiva, mas apresenta uma forma dinâmica,

---

<sup>112</sup> Considerando que a referida categorização diz respeito a determinadas sociedades, julgou-se que ela seria apropriada para tratar das realidades das mulheres que participaram da pesquisa, mesmo que o sentido atribuído a cada uma das dimensões relacionais seja diferente a depender do contexto. Um exemplo disso é o sentido conferido à família em alguns países africanos, que pode, a depender do grupo étnico, referir-se ao que se entende como família restrita ou a um grupo familiar maior, conforme foi visto no capítulo anterior, na apresentação do contexto sócio-histórico da Mauritânia.

<sup>113</sup> O modelo de Paugam (2008) foi utilizado como parâmetro para a categorização dos pertencimentos das mulheres refugiadas e, portanto, dos núcleos e subnúcleos de sentido. Porém, ele não será reproduzido à risca, visto que, neste trabalho, serão abordados não somente os vínculos, mas também as relações. Além disso, em virtude da linha de argumentação da análise, optou-se por incluir o tratamento das relações e dos vínculos conjugais numa categoria mais geral sobre família (não restrita à filiação cosanguínea) e não na categoria dos vínculos eletivos.



complexa e contraditória. Além disso, estando essas relações inseridas em um contexto sócio-histórico mais amplo, que une dialeticamente os dois movimentos migratórios (SAYAD, 1998), considera-se que elas não são independentes nem desarticuladas entre si. Nesse sentido, antes de passar para a análise propriamente dita, torna-se importante destacar algumas considerações relacionadas a esse pano de fundo mais geral, que se faz presente em algumas características predominantes no grupo de entrevistadas.

A partir do relato sobre a história e o contexto contemporâneo de nacionalidade das participantes da pesquisa, como também sobre as condições de vida de cada uma delas antes de migrarem, foi possível notar, de maneira geral, realidades caracterizadas pela pobreza e pela precariedade social. Sem surpreender, essa constatação aponta para a relação já mencionada no início desta tese entre o refúgio e as desigualdades econômicas e sociais, as quais se revelam não somente no interior dessas localidades, mas também na esfera das relações internacionais. Classificados como subdesenvolvidos (no caso dos 4 países africanos) ou em desenvolvimento (no caso da Colômbia), os países do sul, terras de origem das entrevistadas, se aproximam por terem todos eles marcas de um passado de colonização. A instabilidade econômica e a disputa pelo poder, como foi visto no capítulo anterior, levou a instauração de lideranças e regimes autoritários e/ou ditatoriais em cada um desses territórios, os quais foram responsáveis pela intolerância política (que no caso dos países africanos foi instrumentalizada em rivalidade étnica e racial) e, conseqüentemente, pelo desrespeito aos direitos humanos e sociais da população.

Desse modo, por mais que tenham existido certas diferenças entre as voluntárias da pesquisa no que diz respeito ao status financeiro, à escolaridade e ao padrão de vida que possuíam antes de migrar, pode-se dizer que todas elas não faziam parte, em seus países, da classe dominante. Isso não quer dizer que tal fator seja homogeneizante da vivência das mulheres em questão, nem que essas diferenças sejam irrelevantes, mas que existe uma tônica de desfavorecimento que se mantém (podendo aumentar ou diminuir em função dos casos investigados) no que diz respeito à classe social das entrevistadas.

Articulado a essa tônica, verifica-se outro atributo que é comum à quase totalidade das participantes da pesquisa: a raça. A presença de 18 mulheres negras dentre as 20 entrevistadas também não é de se estranhar tendo em vista a relação histórica entre a desigualdade social e econômica, mencionada anteriormente, e a racial. Com esse apontamento não se pretende,

contudo, reforçar o estereótipo do negro como alguém pobre e de baixa escolaridade, muito menos, subtender que essa associação é natural e definitiva, mas chamar a atenção para as relações de poder existente nos países das migrantes e no cenário internacional. Nesse sentido, é possível compreender que as mulheres que aqui se apresentaram se encontraram desprotegidas em uma trama de diversas relações de poder, considerando que, nelas, as diferentes pertencas se entrelaçam e são interdependentes (ALBUQUERQUE, 2005).

Nessa complexidade, além da classe social e da raça, a etnia, a religião e o gênero são também fatores determinantes que podem atuar na desproteção da mulher. Em se tratando desta pesquisa, a depender do caso estudado e do contexto sócio-histórico, essas pertencas se conjugaram e atuaram de maneira diferente. De todo modo, foi possível constatar em algumas realidades africanas (como RDC, Guiné-Conacri e Maurîtânia), a relação patriarcal e a desigualdade de gênero de maneira mais intensa e muito expressiva.

Feitas essas considerações gerais, relativas à inserção dos sujeitos da pesquisa no contexto mais amplo do refúgio, será dado prosseguimento ao debate sobre a vivência das mulheres entrevistadas, a partir da análise sobre como elas são afetadas, em suas relações, pelo processo migratório de forma geral e pelas especificidades da modalidade do refúgio.

### *7.1.1 A migração e seu caráter transnacional: as transformações das relações familiares ao longo do processo de refúgio*

As histórias das entrevistadas, apresentadas no capítulo anterior, revelaram, entre elas, realidades familiares distintas tanto no que diz respeito à composição e ao arranjo desse grupo antes e depois da migração, quanto aos afetos que caracterizaram essa rede de relações ao longo e por conta do refúgio. Em princípio, foi possível observar duas dimensões gerais do envolvimento da família nesse processo, que se articulam, e que ajudam a visualizar algumas das semelhanças, diferenças e peculiaridades entre os casos estudados, bem como a analisar suas repercussões subjetivas. A primeira delas diz respeito à conservação da convivência física de ao menos uma parte da unidade familiar ao longo da trajetória de fuga rumo ao país estrangeiro, o que faz diferenciar as refugiadas que partiram sozinhas das que estiveram ao lado de parentes. Já a segunda, refere-se à participação ativa da família na perseguição direcionada à mulher,

distinguindo os deslocamentos causados diretamente pela violência de gênero, reproduzida no ambiente doméstico, dos provocados por situações de guerra ou de conflito político, étnico, ou religioso, nas quais os demais familiares da migrante podem, ou não, também terem sido ameaçados.

Nesse contexto, considerando os cruzamentos entre essas condições, foram identificadas, nos relatos das participantes, as seguintes configurações migratórias e familiares: refúgio individual provocado por contextos de violência de gênero no espaço doméstico e na relação familiar (é o caso de Ísis, Jamile, Carolina e Isabela); refúgio individual em decorrência de ameaças motivadas por guerras ou por rivalidades étnicas e/ou políticas e/ou religiosas (é o caso de Cássia, Camila, Jacira, Betânia, Bruna, Amália, Talita, Viviana e Janaína<sup>114</sup>); refúgio em família relacionado à insegurança de si e/ou de mais parentes, diante de guerras ou de disputas étnicas e/ou políticas (é o caso de Dalila, Olga, Priscila, Melina, Gabriela, Laís e Rosana). Para analisar como tais configurações eram vividas afetivamente, serão debatidas, em primeiro lugar, as situações de refúgio em que as mulheres estiveram desacompanhadas.

a) *Quando a família é o lugar da violência de gênero: fragilidade e ruptura de vínculos em um contexto de resistência ao patriarcado*

Contrariando as teorias neoclássicas que entendem a migração como uma decisão individual e racional, estudos relativamente recentes (ASSIS, 2004; PERES, 2014) passaram a reconhecer a importância de se considerar a família em fases distintas desse processo, mesmo quando o deslocamento e a vida no país estrangeiro ocorrem distantes da presença física dos parentes. Nesse sentido, tais autores levam em conta não somente a possível participação da instituição familiar como provedora da viagem e/ou como controladora da seletividade do

---

<sup>114</sup> Conforme relato presente no capítulo 6, a história de Janaína foi marcada por duas fases diferentes de refúgio: a primeira delas vivida na infância e a segunda na idade adulta. Nesse contexto, a trajetória da migrante foi associada a mais de um tipo de situação de violência, tendo sido primeiramente atingida por conta de conflitos étnicos e políticos e, posteriormente, alvo da violência de gênero. Tendo essa sessão o objetivo de discutir a relação entre refúgio e família, Janaína, aqui, se diferencia das outras participantes que migraram para fugir da ameaça familiar e se aproxima das que tiveram as relações com os parentes transformadas por um conflito de outro teor. Já no caso de Ísis, o refúgio foi motivado pela violência de um casamento forçado, que, diferentemente dos demais casos, não foi arranjado pelos pais, mas esteve relacionado ao contexto de guerra de seu país. Desse modo, como se pode notar, essa classificação é muito mais ilustrativa do que rígida, tendo em vista a complexidade e a diversidade com as quais o fenômeno migratório do refúgio se apresenta.

membro que irá partir, mas atentam também para o caráter transnacional que podem assumir essas relações. De maneira geral, isso quer dizer que, embora transformado, o relacionamento entre aqueles que ficam e o sujeito que migra não é necessariamente rompido, podendo conservar trocas de apoio a partir de formas alternativas de comunicação e de interação.

Assim, como também apontam Grinberg e Grinberg (1984), em um contexto no qual a migração ocorre a partir de uma decisão desejada e preparada, as relações familiares (e, aqui, se considera mesmo aquelas limitadas pela distância espacial) podem desempenhar um papel diferencial, contribuindo para que os indivíduos se ajudem e se sintam mais seguros. Conforme defende Macedo (1994), apesar de ser uma construção sócio-histórica, que varia em função dos contextos e das épocas<sup>115</sup>, a família continua sendo a unidade social básica, cuja importância reside na mediação entre o indivíduo e a sociedade, por meio da educação e de outras formas de transmissão da cultura. É na família, portanto, que tem se desenvolvido o sentido de pertencimento e que se tem construído a identidade, a partir do conjunto de diferenças e semelhanças existente entre seus integrantes. Nesse sentido, entende-se que, de modo geral, ao longo do processo de migração, o indivíduo pode, por meio das relações familiares, situar-se e ser legitimado, sentindo-se protegido e reconhecido (PAUGAM, 2008) ao menos por essa esfera.

No entanto, ao explorar as falas das mulheres entrevistadas, as relações de solidariedade ou de amizade entre aquelas que migraram sozinhas e os familiares que permaneceram no país de origem verificaram-se pouco frequentes e limitadas, não apenas em virtude da distância e da ausência física dos parentes, mas, por conta de algumas especificidades do próprio refúgio como modalidade migratória e, em determinados casos, da configuração afetiva desse grupo, condições que serão exploradas a seguir.

Exatamente por não ser natural, a família não é um lugar isento de conflitos e da produção e circulação de emoções e paixões tristes. Sem enaltecer ou condenar essa instituição, Sawaia (2007) mostra como ela pode ser um espaço de resistência à desigualdade social, mas também se

---

<sup>115</sup> Nesse sentido, entende-se a família como um agrupamento que não é essencialmente definido pelo fator biológico e consanguíneo, assim como também não é, necessariamente, restrito a um domicílio. Assim, a depender da sociedade, o sentido que ela adquire pode envolver relações diversas de parentesco e amizade e uma flexibilidade de suas fronteiras (SARTI, 2007). Seguindo esse mesmo raciocínio, a compreensão de família, presente nesta tese, procura ir além das referências tradicionais, que a limitam a um único tipo de configuração e de arranjo de seus membros, desconsiderando, por exemplo, as organizações monoparentais, os filhos de uma relação extraconjugal e as relações homoafetivas.

transformar em um instrumento de sustentação do poder. Esse último caso parece ter predominado, de maneira geral, nas histórias do primeiro grupo de mulheres aqui reunidas, as quais descreveram suas realidades familiares como caracterizadas pela disciplinarização, pela opressão e pelo autoritarismo. Guardadas suas particularidades, as situações de violência vividas por Ísis, Jamile, Carolina e Isabela revelaram-se relacionadas à ideologia patriarcal, dominante em seus contextos de origem, sendo construída e retroalimentada, micro e macropoliticamente (ALMEIDA, 2007), nas relações interpessoais de cada família e no âmbito mais amplo de cada sociedade nacional.

A ordem patriarcal apoia-se em concepções extremamente rígidas do masculino e do feminino, naturalizando diferenças sexuais e estabelecendo relações desiguais de poder entre homens e mulheres. De maneira objetiva, esse padrão de pensamento norteia, na família (e na sociedade), a organização hierárquica, a divisão sexual do trabalho e o tipo de vínculo afetivo existente entre os parentes. Nesse modelo, o homem, como representante do gênero masculino, é figura de autoridade frente à mulher, representante do gênero feminino, que lhe deve ser subalterna. Provedor e chefe da família, o papel do patriarca é associado à virilidade e, conseqüentemente, à coragem e à agressividade. À mulher, cabe a maternidade, o cuidado da rotina doméstica e a educação de seus filhos, obedecendo e servindo ao pai, ao marido e aos outros homens da casa (GOMES et al, 2007; SEQUEIRA; STELA, 2012).

Na sociedade patriarcal, portanto, a mulher não é respeitada nem reconhecida em sua potência. Os papéis, atribuídos a ela como naturais, são desqualificados. Seu corpo, seu desejo, sua sexualidade e sua fecundidade são controlados, reprimidos e enclausurados ao ambiente doméstico, conforme apontam os estudos de Gomes et al (2007) e também os relatos das participantes da presente pesquisa, que serão retratados a seguir. No que se refere às relações familiares especificamente, o casamento arranjado e forçado, o casamento precoce, a mutilação genital, a rejeição familiar a filhos de relações não matrimoniais, a poligamia (permitida apenas ao homem), a prática do levirato<sup>116</sup> e a interdição à formação escolar e universitária de meninas e mulheres foram exemplos, narrados nas entrevistas, de regras e normas coercitivas e ditatoriais

---

<sup>116</sup> De acordo com o Guia prático destinado a profissionais do âmbito médico, psíquico e social da Comede (2008), levirato é quando a mulher se vê obrigada a se casar, após a morte de seu marido, com o cunhado mais novo. Quando esse último já é casado, ela se torna mais uma de suas esposas.

que demarcavam e sustentavam o domínio masculino sobre esse tipo de coletivo em seus contextos de origem.

Das 4 mulheres que migraram para fugir da opressão familiar, 3 eram muçulmanas. Sobre essa constatação, entende-se que o conjunto de expectativas e exigências em torno do feminino pode estar articulado à religião, na medida em que essa última mantém e difunde os significados fossilizados relacionados aos gêneros. Entretanto, isso não quer dizer que tal regulação possa ser explicada apenas por essa condição, nem que está reduzida a um único tipo de pertença religiosa. Como dispositivo cultural, ela é tolerada e, às vezes, até mesmo autorizada, de forma geral, pela sociedade e pelo Estado. Sendo assim, variando, obviamente, na forma de expressão e na intensidade, ela pode estar presente em famílias de diferentes raças, etnias, crenças religiosas e classes sociais.

Contribuindo para essa discussão, o extrato a seguir reproduz uma parte do diálogo entre a guineense Jamile e a pesquisadora a respeito da privação de liberdade no contexto familiar. Nesse momento da entrevista, a migrante explicava que seus dois filhos não eram reconhecidos como legítimos, pois seu companheiro não havia sido escolhido por seus pais, situação proibida por sua religião. Logo na sequência, ela considerou que tal interdição e tal rejeição se tratavam também de uma questão de hábito, daquilo que é reproduzido ao longo dos anos.

***Jamile:** Então, sempre há dificuldades. Você não tem o direito de escolher. Você traz alguém, eles dizem: “não, vocês já viveram juntos. Nós não te damos esse aí.” São eles que escolhem.*

***Pesquisadora:** Humrum. Mas é uma questão de religião? Ou da lei, também, do país?*

***Jamile:** Não, não é uma questão da lei, é uma questão de religião.*

***Pesquisadora:** É uma questão de religião.*

***Jamile:** É uma questão de hábito. É uma questão de... Como eu vou lhe dizer isso? De longa espera. Na verdade, é assim. São pais e pais... É assim, eles... É assim que se viveu. Eles, eles não querem nunca mudar. Querem sempre... continuar a te forçar. Mesmo se você não gosta, você deve ficar lá, você deve ficar lá. Na verdade, quando há assim, quando há conflitos assim, se você não quer, é... é... é... o Estado não intervém. Ele não intervém. Eles te dizem de escutar teus pais. Mesmo se você não quer. Você é obrigada a ficar lá onde teus pais te colocaram. Esse é o problema.<sup>117</sup>*

<sup>117</sup> Esse trecho (assim como os demais trechos que serão citados provenientes de entrevistas realizadas em francês) foi traduzido pela pesquisadora. Nesses casos, as transcrições originais constarão em nota de rodapé, como se verifica a seguir. A redação dessas transcrições procurou seguir a fala tal como foi verbalizada sem que, portanto, fossem aplicadas correções. ***Jamile:** Donc, il y a toujours des difficultés. Tu n'as pas le droit de choisir. Tu amènes quelqu'un, ils disent: “non, vous avez déjà vécu ensemble. On te donne pas celui-là.” C'est eux qui choisissent. **Chercheuse:** Mais c'est une question de religion? Ou de la loi aussi du pays? **Jamile:** Non, c'est pas une question de la loi, c'est une question de religion. **Chercheuse:** C'est une question de religion! **Jamile:** C'est une question d'habitude. C'est une question de... Comment je vais vous dire ça? De long d'attend. En fait, c'est comme ça. C'est*

Além de Jamile, Carolina e Ísis também fizeram referência ao regime de poder nas relações de gênero como uma tradição em seus países de nascimento, conforme ilustram, respectivamente, os trechos subsequentes retirados de suas entrevistas. Nessas passagens, as duas migrantes comparam, respectivamente, suas realidades de origem com aquela observada no território de refúgio, no intuito de explicar que a privação da liberdade de escolha e de decisão ainda tem sido uma regra vivenciada pelas mulheres desses primeiros contextos, inclusive quando se trata de assuntos que dizem respeito aos seus próprios corpos e às suas próprias vidas presentes e futuras.

*Você sabe, no nosso país não é como se isso fosse aqui na França. Aqui, se você tem 18 anos, você decide, você é maior. Mas no nosso país, mesmo se você tem mesmo 40 anos, são seus pais que decidem. [...] Você, você não pode nunca decidir, são seus pais que decidem. [...] No nosso país, é assim que acontece. São os pais que decidem. Não são os filhos que decidem. Mesmo se você é maior, você não decide.*<sup>118</sup>

*Aqui, já tem essa liberdade em relação ao casamento, em relação ao casamento. Se a mulher não está de acordo, por exemplo, de be... de fazer um filho, o marido respeita. Mas não no nosso país. Todo mundo vai, vai achar essa... Não, é... Então, o que eu posso dizer...? É inconcebível! De não ter filhos. No entanto, é a liberdade de uma mulher. E aqui não há estupro entre casais. Se uma mulher precisa fazer amor... então, se os dois estão de acordo. Mas não no nosso país. Nisso, verdadeiramente, está-se ainda longe. E o lazer: sair com seu marido ou seu namorado em todo o momento, hein? Que você quer. E essa liberdade de sair, talvez você deixe seu marido para sair com os amigos. E, então, as mulheres europeias são já evoluídas nisso. Mas no nosso país, pff... Pouco a pouco.*<sup>119</sup>

Sendo reduzidas socialmente a potências de reprodução biológica e de conservação da família, meninas e mulheres são, muitas vezes, obrigadas a abandonar o parceiro que elas amam, a aceitar a presença de outras esposas e a atender às vontades (inclusive sexuais) de seus maridos.

---

*des parents, et des parents. C'est comme ça, ils... C'est comme ça on a vécu. Eux, ils ne veulent jamais changer. Veulent toujours... continuer a te forcer. Même si tu n'aimes pas, tu dois rester là-bas, tu dois rester là-bas. En fait, quand il y a des comme ça, quando il ya des conflits comme ça, si tu ne veux pas, euh... euh... euh... l'Etat n'intervient pas. Il n'intervient pas. Ils te disent d'écouter tes parents. Même si tu ne veux pas. Tu es obligée de rester là où tes parents t'ai mis. C'est ça le problème.*

<sup>118</sup> *Oui, tu sais, chez nous, c'est pas comme si c'était ça en France. Ici, si t'as 18 ans, tu décides, tu es majeur. Mais chez nous, même si t'as même 40 ans, c'est tes parents qui décident. Toi, tu peux jamais décider, c'est tes parents qui décident. [...] Chez nous, c'est comme ça que ça se passe. C'est les parents qui décident. C'est pas les enfants qui décident. Même si tu es majeur, tu décides pas.*

<sup>119</sup> *Ici il y a déjà cette liberté par rapport le mariage, par rapport le mariage. Si la femme n'est pas d'accord, par exemple de bé... de faire un enfant, le mari respecte. Mais pas chez nous. Tout le monde va, va trouver cette... Non, c'est... Donc, qu'est que je peux dire? C'est inconcevable, quoi? De ne pas avoir des enfants. Pourtant, c'est la liberté d'une femme. Et puis, ici il n'y a pas de viols dans des couples. Si la femme a besoin de faire l'amour... donc, si sont d'accord les deux Mais pas chez nous. Pour ça vraiment on est encore loin. Et puis le loisir: sortir avec son mari ou son ami a tout le moment, hein? Que tu veux. Et cette liberté de sortir, peut-être tu laisses ton mari pour sortir avec ses amis. Et donc, les femmes européennes déjà sont évoluées là-bas, mais chez nous, pff... Petit à petit.*

Além disso, elas são isoladas e privadas de seu direito de ir e vir, como analisa Ísis no último trecho citado de sua entrevista. Nesse mesmo contexto, elas podem ser impedidas também de acessar o conhecimento formal, a despeito de seus desejos e projetos e serem desfavorecidas e desvalorizadas no mercado de trabalho. Nesses casos, a permissão e o incentivo ao desenvolvimento do potencial ativo e criativo das mulheres são considerados uma ameaça e um risco para os interesses e a vigência do patriarcado e, por isso, evitados. A história de Carolina exemplifica bem esse tipo de controle no ambiente familiar. No trecho seguinte, ela conta à pesquisadora como abandonou a escola contrariamente à sua vontade.

*Pesquisadora: E lá, no seu país, você trabalhava?*

*Carolina: Não. Antes? Eu ia à escola, eles me fizeram sair da escola, meu pai. Sou eu que fazia a cozinha em casa. Todos os meus meios-irmãos e meias-irmãs vão à escola, exceto eu.*

*Pesquisadora: E você foi à escola até que idade?*

*Carolina: Até 10 anos. Até um ano, saiu.*

*Pesquisadora: Para ficar na cozinha.*

*Carolina: Sim.*

*Pesquisadora: E você tinha vontade de continuar lá na escola?*

*Carolina: Sim, eu tinha vontade de continuar.<sup>120</sup>*

Já Ísis, foi proibida de frequentar não somente cursos, mas lugares públicos e associações, sendo a ela não permitido qualquer tipo de contato com seus pais e outros parentes. No seu caso, era seu marido que impunha essas interdições, mantendo-a prisioneira de um casamento forçado, que tinha sido concretizado à revelia até da sua família e que esteve relacionado ao contexto de guerra de seu país. Além de descrever sua situação particular de confinamento, Ísis também refletiu sobre as limitações de acesso ao estudo e ao trabalho das congoleesas, associando-as a um significado fossilizado de mulher, que, ao que ela indica, é predominante em seu contexto, como mostra um trecho de sua fala à pesquisadora.

*Em relação ao trabalho... No nosso país, o problema é que não se tem muito trabalho primeiramente, e, depois, privilegiam-se os homens. Isso é verdade. Privilegiam-se os homens porque se, se considera que se a mulher quer dar à luz, ela vai parar, e é por isso que se pega muito... Depende ultimamente de que trabalho. Mesmo nos hot... nós que fizemos hotelaria, pegam-se muito mais homens do que mulheres, por causa de seus bebês. Tsc. [Pequena pausa] Contratam-se mais homens do que mulheres. As mulheres*

<sup>120</sup> *Chercheuse: Et là-bas, dans votre pays, vous travailliez? Carolina: Non. Avant? Je faisais l'école, ils m'ont fait sortir à l'école, mon papa. C'est moi qui faisais la cuisine à la maison, tous mes demi-frères et mes demi-sœurs vont à l'école, sauf moi. Chercheuse: Et vous êtes allée à l'école jusqu'à quel âge? Carolina: Jusqu'à 10 ans, jusqu'à un an, c'est sorti. Chercheuse: Pour rester à la cuisine? Carolina: Oui. Chercheuse: Et vous aviez envie de continuer, là-bas, à l'école? Carolina: Oui, j'avais envie de continuer.*



*são mulheres, portanto, donas de casa. [...] Existem já mulheres evoluídas, como ministras e tudo. Nós temos isso, mas... Mas... Sim.*<sup>121</sup>

Nesse mesmo contexto, a mutilação genital feminina também é uma prática que tem suas raízes motivacionais na diminuição da potência das mulheres e, conseqüentemente, na afirmação do regime patriarcal e garantia do cumprimento de seus interesses. Embora não seja, necessariamente, executada pela família, a decisão por realizar essa tradição é sempre, em última instância, dos parentes, sendo muitas vezes incentivada pelas próprias familiares da mulher (mãe, avós, tias, irmãs mais velhas) (MOURA et al, 2009). De todo modo, parece claro que a perpetuação do costume está relacionada a uma norma que é de benefício e desejo dos homens. Quando as próprias parentes conduzem a menina a um ritual de mutilação genital, elas agem para atender a única forma de inscrição social que conhecem, já que, nesses contextos, aquelas que não são mutiladas são humilhadas, estigmatizadas e rejeitadas pelos homens. A preferência e exigência do patriarcado pela mutilação genital encontram suas bases na intenção de disciplinar o desejo e regular a sexualidade da mulher (preservando a virgindade antes do casamento e a fidelidade, dentre outros motivos) conforme mostra o próximo trecho do relato de Jamile.

*Nos países da África, na verdade, é assim que acontece. Que você queira ou não, vão te casar, e a excisão existe. [...] Eu, eu fui excisada. Eu nem mesmo falei sobre isso dentro [do processo]. Eu, eu fui excisada. Eu fui excisada, eu sangrei, sangrei muito, eu não disse nada. Mas, quando eu parti ao hospital... Eu tinha um problema, porque eu sangro muito quando eu ter minha menstruação. O médico me perguntou se eu era excisada. Eu disse: "sim, eu nasci na África. Eu fui excisada." Ele me disse: "com que idade?" "Eu não me lembro mais, eu era muito pequena". Eu sei que eu sangrei. Eu acho que foi na idade de 6 ou 7 anos que eu fui submetida à excisão. E quando eu fui excisada... No meu país para que você não vá ver um homem, eles não te lavam. Eles te deixam 3 dias, mesmo se você sangra, para bloquear o buraco. Torna-se assim, como um cimento. Assim, você não vai ver um homem, ele não pode entrar. Você sente dor o tempo todo, você não ousa. Agora, para que um homem entre, te penetre, é preciso ir ao hospital para rasgar de novo. Isso dói excessivamente. Dói, dói...<sup>122</sup>*

<sup>121</sup> *Par rapport au travail... Chez nous le problème est qu'on n'a pas beaucoup de travail d'abord et puis on privilège les hommes. Ça c'est vrai. On privilège les hommes parce que on, on considère que si la femme veut accoucher, elle va arrêter puis c'est pour ça qu'on prend beaucoup de... Ça dépend maintenant de quel travail. Même dans des hot... Nous qui avons fait l'hôtellerie, déjà on prend beaucoup des hommes que des femmes, à cause de leurs bébés. Tsc. [Petite pause] On engage plus les hommes que les femmes. Les femmes sont les femmes, donc les mères au foyer. [...] Il, il y a déjà des femmes évoluées, comme des ministres... Nous, on en a, mais... Mais... Oui.*

<sup>122</sup> *Dans les pays en Afrique en fait c'est comme ça que ça se passe. Que tu veux ou pas, on va te marier, puis l'excision ça existe. [...] Moi, j'ai été excisée. J'ai été excisée, j'ai saigné, beaucoup saigné, moi je dis rien... Mais quand je suis partie à l'hôpital j'avais un problème. Parce que je saigne beaucoup quand je avoir mes règles. Le médecin m'a demandé si j'étais excisée. J'ai dit: "oui, je suis née en Afrique. J'ai été excisée." Elle m'a dit: "à quel âge?" Je ne me rappelle plus, j'étais trop petite... Je sais que j'avais saigné. Je crois que c'était à l'âge de 6 ans ou 7 ans que j'ai subi l'excision. Et quand j'ai été excisée, chez nous pour ne pas que tu ailles voir un homme, il te lavent pas.. Ils te laissent 3 jours, même si tu saignes, pour bloquer le trou. Ça devient comme ça. Comme un béton. Comme*

Presente nos países estudados, o regime do patriarcado deixou sua marca, portanto, não apenas nas histórias e relações familiares dessas 4 mulheres, e, por isso, esse tema será retomado ao longo deste capítulo, na análise de outros elementos da vivência do refúgio, quando se fará referência também a outras participantes da pesquisa. O específico dos 4 casos citados é que a expressão do patriarcado, pela via da violência, na esfera da família, alcançou níveis extremos ao atingir a integridade física, psicológica e moral das entrevistadas, expondo-as a riscos que motivaram suas buscas por refúgio em um país estrangeiro.

Assim como sinalizam os estudos de algumas pesquisadoras feministas (SAFFIOTI, 2001; ALMEIDA, 2007; DINIZ, 2014), a ideologia do patriarcado, mesmo que definida e reproduzida socialmente, necessita da violência para se conservar. Em contextos onde prevalece esse regime, mesmo as mulheres que não expressam ideias contrárias ou que não tentam trilhar caminhos diversos dos prescritos sofrem seu registro, em suas relações, de maneira não sutil. Para garantir a obediência, o patriarcado sempre é agressivo, sendo essa agressividade naturalizada, normalizada e, assim, banalizada. No entanto, como aponta Diniz (2010), meninas e mulheres (como Ísis, Jamile, Carolina e Isabela), que transgridem ou desviam da norma machista e também heterossexual, tornam-se, particularmente, alvo do ódio de pais e maridos, que julgam os corpos femininos como objetos de consumo e prazer, posse da esfera doméstica, da qual se consideram soberanos.

Em geral, a violência de gênero existente nas relações familiares e no espaço doméstico não se configura em um único episódio de agressão, mas assume um caráter cotidiano, repetitivo e progressivo, encontrando diferentes e múltiplas maneiras de se expressar (DAY et al, 2003). Chantagens, ameaças, ofensas, humilhações, encarceramento, agressões físicas e agressões sexuais (essas últimas sob a forma do estupro ou de relações violentas) foram maneiras de punir as 4 mulheres por resistir a um casamento forçado, como também de obrigá-las a se submeter às negociações de dote entre pai e pretendente e a servir aos interesses familiares e reprodutivos de ambos.

---

*ça si tu vas voir un homme, ça ne peut pas rentrer. Tu as toujours mal, tu n'oses pas. Maintenant pour qu'un homme rentre, te pénètre, il faut aller à l'hôpital pour déchirer encore. Ça fait excessivement mal... Mal, mal...*

Estando frequentemente relacionada à impunidade de quem a pratica, a violência de gênero, doméstica e familiar é uma das formas de governar as mulheres por meio do medo e da tortura. Sobre esse ponto, Espinosa (2008) ajuda a entender como a brutalidade do autoritarismo está relacionada à tentativa de manipular as paixões dos que a ele se encontram submetidos e reforçar a superstição que se encontra nas bases de seu poder. Principalmente quando se vê ameaçado, aquele que oprime ou intimida por meio da violência atua em uma política de afetividade que, ao despertar paixões<sup>123</sup>, faz com que os sujeitos não tenham conhecimento de seu próprio poder de ação e de transformação. Esse mecanismo é facilitado pela consciência da finitude dos homens, que, percebendo que não podem controlar o tempo e o mundo (incluindo as outras pessoas), sentem-se desamparados diante da incerteza do que pode ou não acontecer. Para o filósofo, na qualidade de afecções motivadas pela dúvida, o medo (de que males ocorram e bens não aconteçam) e a esperança (de que males não aconteçam e bens ocorram), paixões inseparáveis e interdependentes<sup>124</sup>, são justamente as que expressam mais profundamente esse desamparo, inibindo a atividade do indivíduo. Por esse motivo, são facilmente manipuladas em uma relação de dominação (SAWAIA, 2004).

Nas histórias das 4 entrevistadas, o medo de castigos (cada vez mais severos) e a esperança de que tais punições não se realizassem foram manejados no espaço doméstico e familiar dessas mulheres, com o objetivo de garantir a manutenção do patriarcado. Ainda muito jovens, tais mulheres, provavelmente, não puderam sempre evitar os abusos de poder que viviam diariamente nas relações familiares. Porém, especificamente diante das ameaças de um casamento forçado, a política do medo e da esperança não foi suficientemente forte para inibi-las. Como observa Espinosa (1983a) uma paixão mais forte (pela liberdade) mobilizou-as à ação. De acordo com o que detalham em seus relatos, as entrevistadas, em geral, não paralisaram diante dessas afecções, enfrentando-as, cada uma à sua maneira, pela força de resistir. Se não puderam

---

<sup>123</sup> Lembrando que Espinosa (1983a) define o que é ação e paixão em termos de causa adequada e inadequada. Para o filósofo, somos passivos quando ocorre em nós ou fora de nós algo de que não somos causa adequada, ou seja, algo que não depende de nosso próprio poder.

<sup>124</sup> Seguindo a definições dos afetos em Espinosa (1983a, p. 195), “medo é uma tristeza instável nascida da ideia de uma coisa futura ou passada, do resultado da qual duvidamos numa certa medida”. Já a esperança é uma “alegria instável nascida da ideia de uma coisa futura ou passada, do resultado da qual duvidamos numa certa medida”. Para explicar a relação entre esses dois afetos, Espinosa exemplifica que não há esperança sem medo, nem medo sem esperança: aquele que está suspenso pela esperança de um bem e duvida que esse bem aconteça, terá medo de que isso não se realize. Do mesmo modo, aquele que é afetado pelo medo de um mal terá esperança de que esse mal não se concretize.

impedir o casamento que lhes foi arranjado e forçado em sua ausência, nem manter a relação amorosa com quem desejavam, as insistentes fugas do convívio conjugal e recusas às relações sexuais com o parceiro imposto, nos casos de Jamile e Carolina, por exemplo, foram demonstrações de que elas não só questionavam o padrão de relacionamento afetivo, familiar e social vigente, como não aceitavam a ele se submeter. Nos trechos a seguir, as duas migrantes narram, respectivamente, sua postura de insubordinação à tirania presente em suas relações privadas.

*Porque eu, meu pai me deu em casamento com um velho que tinha a mesma idade que ele, que tinha três mulheres. No meu país, é assim. São os pais que escolhem teu marido. Não é você que escolhe. Se você diz que não quer, eles te fazem sair, você e sua mãe, ou bem te ameaçam, em todo caso. Te ameaçam! Ou eles te dizem que vão te matar, que você vai deixar a família... Há muitas coisas, na verdade. Há muitas palavras, há... pancadas. Você recebe pancadas, você recebe todas coisas. [...] Eles fizeram entre eles. Na verdade, no meu país... [suspiro] quando vão dar sua mão em casamento... Eu, quando deram minha mão em casamento, como eu dizia que não queria, eles fizeram isso entre eles. Entre velho e velho. Foi na mesquita, você vê? Lá, onde se faz a oração. Foi lá, porque os proclamas são feitos lá. É lá que se traz... Eles fazem tudo o que eles fazem lá e, aí, depois, eles informam às pessoas. Para dizer que: “escutem, aí está! Eu dei minha filha a, a tal pessoa. Como ela não quer, nós fizemos entre nós, nós fizemos tudo na mesquita. Então, o casamento é bom. Nós fizemos na mesquita. Mas ela, ela diz que ela não quer. Mas, mesmo se ela não quer, ela vai partir. Se ela não quer, eu vou persegui-la, ela e sua mãe.” [...] Então, é assim que isso acontece. Hum... E eu parti até a casa dele, hein? A casa do velho. Mas, eu não fiquei... Eu não fiquei. Duas vezes, meu pai... A primeira vez, eu fui levada à força... Eu, eu não fiquei. A segunda vez, de novo, ele... Eu parti e fiquei por muito tempo. Ele liderou as buscas para me encontrar e saiu para me bater, me raspar os cabelos. Não há o que ele não me tenha feito, hein? Bem batida! Ele me trouxe até a casa dele, eu consegui fugir para [incompreensível]... Então, devido ao fato que ele tudo fez para que eu ficasse na casa dele, eu não... Eu não aceitei.<sup>125</sup>*

<sup>125</sup> *Parce que moi, mon père m'a donné en mariage avec un vieux qui avait le même age que lui...qui avait trois femmes. Chez moi, c'est comme ça. C'est les parents qui choisissent ton mari. C'est pas toi qui choisit. Si tu dis que tu ne veux pas, on te fait sortir toi et ta mamam ou bien on te menace, en tout cas. On te menace! Soit on te dit qu'on va te tuer, que tu vas quitter la famille... Il y a beaucoup de choses en fait. Il ya beaucoup des paroles, il y a de... des coups. Tu reçois des coups, tu reçois toutes choses [...] Ils ont fait entre eux. En fait, chez moi... [soupon] quand on va te donner en mariage... Moi, quand on m'a donnée le mariage, comme je disais que je ne voulais pas, ils ont fait ça entre eux. Entre vieux et vieux. C'est à la mosquée, vous voyez? Là où on fait la prière. C'est là-bas parce qu'on fait d'échos là. C'est là-bas qu'on amène. Ils font tout ce qu'ils font là-bas et puis, après ils informent les gents. Pour dire que: “écoutez, voilà! J'ai donné ma fille à, à telle personne. Comme elle ne veut pas, on a fait entre nous, on a tout fait à la mosquée. Donc le mariage c'est bon. On a fait à la mosquée. Mais elle, elle dit qu'elle ne veut pas. Mais même si elle ne veut pas, elle va partir. Si elle ne veut pas je vais la chasser, elle et sa mamam.” [...] Donc, c'est comme ça que ça se passe. Hum... Je suis parti chez lui, hein? Chez le vieux. Mais j'ai pas resté... J'ai pas resté. Deux fois, mon père... La première fois j'ai été amenée en forcée, je, je ne suis pas restée. La deuxième fois encore il... je suis partie et restée longtemps, il a amené de recherche pour me retrouver, est parti me battre, me raser les cheveux. Il a pas ce que il m'a pas fait, hein? Bien battue! Il m'a ramené chez lui, j'ai réussi encore à fuir, pour [incompréhensible]... Donc, du fait qu'il a tout fait pour que je reste, chez lui, j'ai pas... J'ai pas accepté.*

*Porque eu, eu disse: eu não quero. Prenderam-me, bateram em mim e me colocaram... Meu pai, um dia, ele me disse que era lá que eu ia ficar. Segundo a minha escolha, era o outro senhor, que eu disse que ele fala a mesma língua que a minha mãe, é o senhor que eu queria, não o meu pai. O que ele, ele quer, é isso que eu quero. [...] Foi um casamento forçado. Eu fui dada em casamento. Ele forçou, meu pai, o senhor que eu não amo. Ele me bateu, me bateu, tudo isso. É... Ele, ele quebrou meu braço... Isso também, isso não se dobra. E, aí, eu fui batida também, tem cicatrizes, tudo isso. [Ela mostra as cicatrizes em seu corpo]. Entre, contra minhas coxas, isso também foi queimado. Ele me violentava... Ele pegava cigarro e ele queimava. Ele forçava para me deitar com ele. Eu não aceitava, ele me batia.<sup>126</sup>*

No caso de Ísis, os recursos utilizados para se defender e recusar a dominação foram diferentes. Tendo sido sequestrada aos 15 anos por um homem influente em seu país e, desde então, isolada de sua família biológica, a congoleza, que era vigiada em sua rotina, não encontrou maneiras de fugir, com os 5 filhos, do confinamento doméstico. Nesse caso, procurou algumas brechas em seu cotidiano para pensar em uma alternativa de libertação. Recolhendo pistas que incriminavam o marido e preparando estrategicamente a sua partida, Ísis avaliou que perderia menos se não reagisse aos abusos rotineiros. Apesar de não ter sido, de maneira geral, paralisada pela política do medo e da esperança, ela submeteu-se às exigências e humilhações, visando um objetivo final. No extrato de entrevista a seguir, a migrante narra a sua estratégia.

*Quando você fala alguma coisa assim, ele te bate. Então, eu, compreendendo que seu nível era muito baixo em relação a mim, eu preferi guardar silêncio... Eu guardei tudo isso no meu coração e eu vivi no silêncio. Eu sabia o que eu podia fazer. Eu, eu... Então, eu queria, primeiramente, terminar meus estudos... Como ele já me bancava, ele já me tinha “pagado” a casa, eu queria, primeiramente, aproveitar essa vida e, aí, um dia, procurar como fugir. [...] E como eu planejei bem, eu guardei... Eu fui esconder os papeis da casa, os documentos muito importantes, e como eu já tinha o diploma, minha filha já tinha idade de cuidar de suas crianças, é... de seus irmãos pequenos. Então, foi aí quando eu tomei a decisão de fugir! [...] Eu não podia me liberar, então... Então, aí, desde que ele considerou que eu obedecia a tudo, ele tentou, um pouco, diminuir a tortura. E, aí, ele tinha me atribuído um pouco de confiança. Então, eu não podia ser uma mulher ciumenta. Ele pode fazer qual-quer coi-sa! Podia sair com ele e ele pegar uma outra mulher e me deixar... Eu não tenho direito a uma palavra. Então, tudo isso eu respeitei, porque eu tinha um objetivo. Eu tinha um objetivo...<sup>127</sup>*

<sup>126</sup> *Parce que moi, j'ai dit: "je veux pas." On m'a attachée, on m'a battue et on m'a mis. Mon papa, c'est un jour qu'il m'a dit que c'est là-bas que j'allais rester. Selon mon choix, c'était l'autre monsieur que j'ai dit, qu'il parle le même langue que ma maman, c'est le monsieur que j'ai voulu, non mon papa. Ce que lui, il veut, c'est ça que je veux. [...] C'était le mariage forcé. On m'a donnée en mariage. Il a forcé, mon papa, le monsieur que je n'aime pas... Il m'a battue, m'a battue, tout ça... C'est... Lui, il a cassé mon bras... Ça aussi, ça se plie pas... Et puis, j'ai été battue aussi, il a les cicatrices, tout ça. [Elle montre les cicatrices sur son corps] Entre si, en contre mes cuisses, ça aussi c'est brulé. Il me violait.... Il a, prenait cigarette et il a brulé. Il me forçait pour me coucher avec lui. Je n'accepte pas, il me bat.*

<sup>127</sup> *Quand tu parle quelque chose comme ça, il te frappe. Alors, moi, en comprenant que son niveau était trop bas par rapport à moi, j'ai préféré garder le silence... J'ai gardé tout ça dans mon cœur et j'ai vivais dans le silence. Je*

Já foi explicitado até aqui que a realidade do casamento forçado e da violência conjugal não é incomum nos países de origem das entrevistadas nem, portanto, exclusiva dessas migrantes. Nesses contextos, é no cruzamento da história particular de cada uma de suas mulheres que se constroem as possibilidades de resistência à imposição e à opressão familiar. Como Jamile, Carolina, Ísis e Isabela, muitas outras foram e/ou ainda são afetadas pelas privações e agressões de um casamento forçado. Aquelas que permaneceram nessas relações e que não ousaram reagir, provavelmente, sucumbiram às paixões tristes e não encontraram relações potencializadoras para fazê-lo ou ainda, seguindo Espinosa (1983a), não puderam ter ideias adequadas do sofrimento, permanecendo na ilusão de que é assim que deve ser e que a violência é uma característica constitutiva e natural da família, assim como as desigualdades de direitos entre homem e mulher. Além disso, essas relações não são simples e permeadas por um único tipo de afeto. Conforme será melhor discutido adiante, apesar da raiva, da tristeza e da insegurança sentidas, filhas e esposas, na complexidade de suas relações, podem ser afetadas, também e ao mesmo tempo, por outros tipos de afetos, como o amor e o respeito.

Com essa afirmação, não se pretende ignorar os esforços individuais das refugiadas aqui apresentadas nem negar seu sofrimento e suas conquistas internas, mas reconhecer que um processo mais amplo também contribuiu para sua ação, a qual, se não esteve fundamentada na quebra total das superstições que naturalizam a violência familiar e masculina, ao menos partiu das primeiras inquietudes e confrontos com significados e afetos fossilizados. Nesse sentido, o trecho seguinte, extraído da entrevista com Isabela, revela a importância de um movimento já existente de transformação das relações de gênero em seu país de origem.

---

*savais ce que je pouvais faire. Je, je... Donc, j'ai voulais d'abord terminer mes études... comme il me suportait déjà, il m'avait déjà payé la maison, je voulais d'abord profiter de cette vie et puis un jour, chercher comment fuir. [...] Et comme j'ai bien planifié, j'ai gardé... Je suis allé cacher les papiers de la maison, les documents très important, et comme j'avais déjà le diplôme, ma fille avait déjà l'âge de garder ses enfants, euh... ses petites frères. Alors c'est là où j'ai pris la décision de fuir! [...] Je ne pouvais pas me libérer, alors... Alors là, dès qu'il a considéré que j'obéissais à tout, il a essayé un peu diminuer la torture. Et, là il m'avait donné un peu de confiance. Donc, je peux pas être une femme jalouse. Il peut faire n'im-por-te quoi ! On peut sortir avec lui et il prend une autre femme et me laisser... Je n'ai pas droit à une parole. Donc, tout ça j'ai respecté, parce que j'avais une objective. J'avais une objective...*

*Então, nos dias de hoje, isso pode mudar, mas antes, eram nossos pais, nossas coisas, sim... Isso acontecia, não se podia dizer nada, mas, agora, há muitas revoltadas... As mulheres não costumam aceitar tudo que nos pedem agora. É, sobretudo, isso.*<sup>128</sup>

Em uma das poucas vezes em que falou sobre a vivência de violência que a fez migrar, Isabela mencionou a luta de suas conterrâneas, que embora tenha se destacado apenas recentemente, pode ser entendida como um processo de afirmação dos direitos das mulheres à liberdade e a resistência. Mesmo que, em muitas vezes, essa luta se objetive de maneira solitária, a ela estão adicionadas as histórias de todas as mulheres que desafiaram o poder opressor, as quais, com seus exemplos, desestabilizaram a rigidez do que foi naturalizado e despertaram outros sujeitos para novas possibilidades de existir. Desse modo, a recusa das 4 entrevistadas a um casamento forçado e à violência de gênero familiar, deve ser reconhecida como uma expressão de resistência, que, apesar de dolorosa, compõe com outros corpos em luta e fortalece um movimento na direção da liberdade.

Assim como pondera Souza (2012), não é sem custos que se constrói a resistência. Ao insistirem em contrariar e desafiar o poder masculino, desapontando as expectativas e o controle agressivo desse último, Jamile, Carolina, Ísis e Isabela tiveram que pagar um preço muito alto, sendo julgadas merecedoras de uma punição de outra ordem: o aniquilamento de suas vidas. Todas elas foram perseguidas e sofreram atentados. Em certos casos, não apenas ela, mas alguns de seus parentes também foram ameaçados e até assassinados. As consequências foram drásticas e, diante disso, as entrevistadas não viram outra saída a não ser o refúgio em um local secreto e distante. Mais uma vez, medo e esperança as afetaram e as alertaram sobre os riscos que elas poderiam sofrer. Contudo, dessa vez, esse sistema de afetos não esteve propriamente relacionado à manipulação de uma política de afetividade que intencionava disciplinar as esposas desobedientes e insubordinadas.

Como adverte Espinosa (1983a), os afetos podem variar em qualidade a depender dos encontros e dos corpos que são por eles afetados. Nessa mesma direção, Sawaia (1998) defende que as emoções e os sentimentos não devem ser compreendidos como categorias rígidas e homogêneas, fossilizadas em um único significado. Fundamentando-se nessa linha de

---

<sup>128</sup> *Donc, de nos jours, ça peut changer, mais avant, c'était, nos parents, nos trucs, ouais... Ça se passait, on peut rien dire, mais maintenant il y a beaucoup de révoltés... Les femmes n'acceptent pas souvent tout ce qu'on nous demande maintenant. C'est surtout ça, quoi.*

pensamento, portanto, foi possível analisar a variação de sentidos que o medo (e a esperança) assumiram na vivência das entrevistadas, ao longo de suas histórias de violência de gênero na esfera familiar. Os extratos a seguir, retirados das entrevistas de Jamile, Carolina e Ísis explicitam, respectivamente, como se deu o momento em que cada uma das três tomou a direção do refúgio. O medo, mais uma vez, não paralisou as entrevistadas. Estando elas conscientes, a partir de então, do risco de morte, ele relacionou-se, mesmo que indiretamente com a conservação de sua existência. Afetadas pelo perigo que corriam, elas julgaram que a melhor maneira de superá-lo não seria mais o confronto, mas a defesa em forma de recuo.

*Foi nesse momento que eu fui apunhalada. Porque aquele que me apunhalou, ele confessou que, realmente, ele tinha sido mandado pelo meu marido... Ele tinha dito isso, quando ele foi preso. Mas depois, ele foi absolvido também. Porque no meu país, é... [suspiro], se alguém te faz mal, ele consegue pagar em dinheiro, à polícia ou à guarda civil ou à, na prisão... Você paga em dinheiro, você pode sair. Ah está! É assim. Então, eu não tinha mais a cabeça tranquila, eu tinha muito medo. Isso. Então, eu tinha muito medo. Eu tinha muito, muito medo. Senão, eu... eu não ia, eu não ia nunca imaginar que eu podia ficar dias sem ver minhas crianças.*<sup>129</sup>

*Esse senhor, a gente fez quase um ano, mas sempre eu fugia. Se eu fugia, me procuravam, até um dia... Deus me ajudou quando ele me bateu. Eu estava em coma, minha tia foi ao hospital. Quando eu me recuperei, ela me ajudou a fugir. Me ajudaram a sair daquela situação... para vir a Dakar, depois de Dakar, me trouxeram aqui. [...] Eu sofri até mesmo a um inchaço aqui, no, é... Tsc. No crânio. Isso, ele também que fez isso. Ele me batia. Eu fui, fui operada na cabeça aqui na França. [...] Mas, às vezes, ainda me dói muito os nervos, tudo, tudo... No presente também, eu tenho dor de cabeça, sim. Mas, de toda forma, eu agradeço França. Eu estou aqui, eu quero reconstruir minha vida. É isso que eu quis.*<sup>130</sup>

*Quando ele saiu da prisão, ele procurou, nesse momento, me eliminar. Você vê, não? É por isso que a oposição fez tudo para me fazer fugir. Mas, entre outras coisas ali, ele assassinou meus pais e minha irmã, e faz uma semana que ele assassinou ainda uma das minhas irmãs.*<sup>131</sup>

<sup>129</sup> *C'est à ce moment que j'ai été poignardée, parce que celui qui m'a poignardé il avait avoué que vraiment il était mandaté par mon mari... Il avait dit ça, quand il a été arrêté. Mais après il a été relaxé aussi. Parce que chez moi, euh... [suspirer], si quelqu'un te fait du mal, il arrive à payer de l'argent, à la police ou à la gendarmerie ou à, en prison... Tu payes de l'argent, tu peux sortir. Voilà! C'est comme ça. Donc, je n'avais plus la tête tranquille, j'avais trop peur. Voilà. Donc, j'avais trop peur. J'avais trop, trop peur. Sinon, moi... je n'allais, je n'allais jamais imaginer que je pouvais rester des jours sans voir mes enfants.*

<sup>130</sup> *Ce monsieur, on a fait presque un an, mais toujours je fuis. Si je fuis on me rechasse jusqu'à un jour... Dieu m'a aidée quand il m'a frappée. J'étais en coma. Ma tante est partie à l'hôpital. Quand je me suis retrouvée, elle m'a aidée à fuir. On m'a aidée à m'en sortir... pour venir à Dakar, après Dakar, on m'amène ici [...] J'ai même été subie une, une bosse ici dans, euh,... Tsc. Dans le crâne. Ça, lui aussi qui a fait ça. Il me battait. Je suis, j'ai été opérée à la tête ici en France. [...] Mais toujours des fois ça me fait trop mal les nerfs, tout, tout... Maintenant aussi j'ai mal à la tête, oui. Mais quand-même je remercie France. Je suis là, je veux reconstruire ma vie. C'est ça que j'ai voulu.*

<sup>131</sup> *Quand il est sorti de la prison, il a cherché maintenant à m'éliminer. Vous voyez, non? C'est pourquoi l'opposition a fait tout pour me faire fuir. Mais, entre autre là, il a assassiné mes parents et ma soeur, et il y a une semaine qu'il a assassiné encore l'une de mes soeurs.*



A partir dos relatos das entrevistadas, pode-se analisar, entretanto, que o recuo e a fuga que fundaram o refúgio não são sinônimos, porém, de desistência de suas lutas. Pelo contrário, ao se mostrarem conscientes e não arrependidas de suas escolhas, as participantes da pesquisa revelam o caráter positivo desse movimento migratório, o qual foi consequência não apenas do medo, mas também de suas forças de conservação e de expansão (ESPINOSA, 1983a). Assim, seguindo a tradição teórica, ética e política de Hardt e Negri (2001), Corsini (2007) e Souza (2014), é possível compreender que, inseridas em um regime patriarcal, em que o corpo e até mesmo a vida das mulheres são objetos de um poder autorizado, Jamile, Carolina, Ísis e Isabela produziram, em todo o processo de fuga, uma recusa constituinte. Nesse sentido, entende-se que mesmo que tenham sido forçadas a migrar e que o tenham feito por causa da violência e da opressão, ao se refugiarem, tais mulheres estavam também afirmando o desejo e a vida. Mais do que sobrevivência, portanto, a fuga, nesses casos, significou resistência e, como tal, potência ontológica.

Tal defesa exige a insistência de, aqui, deixar claro que essa interpretação do refúgio e da migração não omite seu caráter concomitantemente negativo. Obviamente, além de estar relacionada à dominação, a fuga implica perdas e dificuldades, as quais, por sua vez, podem resultar em sofrimento. A separação da família é uma das principais queixas das mulheres entrevistadas em relação ao refúgio. Mesmo quando foi justamente no espaço das relações familiares que a violência se concretizou, a distância dos parentes no país estrangeiro foi referida com tristeza e nostalgia. Voltando ao tema debatido no início dessa sessão, foi possível analisar, portanto, que a fragilidade dos vínculos e a transformação das relações familiares aconteceram de maneira complexa e não homogênea.

Em primeiro lugar, é preciso diferenciar o caso de Ísis daqueles das demais mulheres até agora mencionadas nessa sessão. A congoleza foi a única, dentre essas 4 participantes da pesquisa, que se referiu à violência conjugal sem manifestar ressentimentos em relação a algum membro de sua família biológica, já que essa última nada teve a ver com a imposição e opressão de seu casamento. O vínculo de filiação (PAUGAM, 2008), nesse caso, foi fragilizado pelo acontecimento do sequestro, que excluiu, contra a vontade de ambas as partes, toda e qualquer forma de contato e de convivência de Ísis com os parentes. Nesse contexto, a impossibilidade de contar com os familiares foi relatada por Ísis como uma das principais dificuldades que a situação

do casamento forçado lhe causou, continuando a afetá-la no país estrangeiro, dessa vez, devido a circunstâncias um pouco diferentes. Nesse novo momento, a falta de contato e de convivência não mais se deveu ao confinamento forçado da entrevistada, mas às próprias condições do refúgio. A distância física, característica limitadora da comunicação interpessoal, passou a ser uma condição que fazia parte da vida em um país estrangeiro. As alternativas que poderiam atenuá-la (como cartas, telefonemas e visitas) eram, em geral, evitadas pela migrante, como um cuidado para evitar ser descoberta. Além disso, o assassinato de seus pais e de duas irmãs rompeu para sempre com a possibilidade de reaproximação física. Nos extratos de entrevista a seguir, Ísis lamenta a ausência da família nesses dois momentos de sua vida. No primeiro trecho, ela revela o desamparo e a solidão que sentiu em não poder contar mais com o suporte de seus pais. Já no segundo, a falta da família durante o refúgio, incluindo de seus 5 filhos, e a vontade de reencontrá-la são expressas pela migrante.

*O que foi mais difícil, primeiramente, era a ausência de ter os meus pais. Quando eu não consigo mais ter contato com meus pais, durante dez anos, foi MUITO difícil para mim, de viver. Sobretudo, em uma terra que eu não conhecia. Eu, eu estava no interior. Na capital, já em primeiro lugar, era a língua, é uma outra língua que eu devia aprender e, depois, viver esse sofrimento sozinha, sem que os meus pais pudessem vir me apoiar e eu não tinha mais as coordenadas para achá-los. Foi muito, muito difícil para mim.<sup>132</sup>*

*Se eu tivesse os documentos, eu ia descer em um país africano, por exemplo, Congo Brazzaville, Benin, hein? Um país africano. Lá onde eu vou querer estar em contato com meus filhos e com parentes. Minha família, portanto. Então, aqui não é sempre fácil, mas...<sup>133</sup>*

A respeito da família conjugal, obviamente, não existia vínculo entre Ísis e o marido, considerando as dimensões de reconhecimento e proteção definidas por Paugam (2008), em seu estudo, como constituintes dos vínculos sociais. A tristeza, o medo, a humilhação, a raiva e os outros afetos possivelmente vivenciados nos anos de casamento forçado deixaram marcas que, ao menos até o momento da entrevista, afetavam ainda sua abertura para um novo relacionamento com o sexo oposto. Ao acreditar que um futuro companheiro não aceitaria seus filhos, Ísis talvez

<sup>132</sup> *Ce qui était plus difficile d'abord c'est l'absence d'avoir de mes parents. Quand je n'arrive pas à avoir de contacts avec mes parents, pendant dix ans, c'était TRÈS difficile pour moi de vivre... Surtout dans une terre que je ne connaissais pas. Moins, j'étais de la province. Au capital déjà d'abord, c'était la langue, c'est une autre langue que je devois apprendre et puis vivre cette souffrance là seule, sans que mes parents puissent venir me soutenir et j n'avais plus des coordonnées pour les trouver. C'était très, très difficile pour moi.*

<sup>133</sup> *Si j'avais les papiers j'allais descendre dans un pays africain, par exemple, Congo Brazzaville, Benin, hein? Un pays africain. Là ou je veux bien être en contact avec mes enfants et des parents. Donc, ma famille, quoi! Alors, ici ce n'est pas toujours facile mais...*

indique que a ideia de homem, segundo o modelo patriarcal, ainda se faz presente em seu cotidiano. Na possibilidade de essa hipótese ser mesmo condizente, cabe ainda inferir que ela poderia estar relacionada com o que Ísis vivenciou no passado e, conseqüentemente, com uma falta de confiança na probabilidade de ser aceita por outro homem (como ela é e com sua história), bem como com as próprias experiências que vinha passando no país estrangeiro.

*Ísis: Mas, eu não preciso mais me casar, porque eu, eu considero todos os homens do mesmo jeito. Eu não posso me casar mais. Eu vou ficar sozinha com os meus filhos.*

*Pesquisadora: Você nunca conheceu uma pessoa...*

*Ísis: Outro homem? Não... Somente ele. Então, para mim, acabou com essa história de homens. Eu vou olhar pelos meus filhos, é tudo.*

*Pesquisadora: Você pensa que todos os homens vão...?*

*Ísis: Você vê? Eu reflito sua imagem a todos os homens. É isso o problema. Tinha um psicólogo no meu país que queria me ajudar. Eu disse: “não, pare.” Porque mesmo se eu me case hoje, está mais para ele não aceitar meus filhos. Isso vai me criar um problema. Então, eu paro.<sup>134</sup>*

Diferentemente do que vivenciou Ísis, a violência envolvida no casamento forçado de Jamile, Carolina e Isabela fez parte não somente de suas relações conjugais, mas também dos contextos de suas famílias de solteira. Vivenciando agressões, a negação de seus direitos, a privação da liberdade de pensamento e de ação, a rejeição e a exclusão do núcleo familiar, as 3 entrevistadas, provavelmente, não viam o espaço doméstico como um ambiente de proteção e reconhecimento, ou seja, como um lugar onde sua segurança estava garantida, (caso fossem ameaçadas) e onde elas se sentiam valorizadas e respeitadas. Nesses casos, a violência não partia somente de um estranho, mas das pessoas que elas amavam.

Nesse contexto, entretanto, a dinâmica afetiva das relações e dos vínculos familiares se verificou um pouco mais complexa. No caso de Jamile e Isabela, por exemplo, o refúgio não significou o rompimento total de seus vínculos e relações com a família. Especificamente para essa última, a vivência do casamento forçado não prejudicou, necessariamente, a qualidade de seus vínculos com as familiares do sexo feminino. Nesse caso, apesar de nem sempre poder contar com a proteção de suas mães, tias e avós, Jamile revela, no trecho a seguir, ter

---

<sup>134</sup> *Ísis: Mais j'ai plus besoin de me marier parce que moi je considère tout les hommes de la même façon. Je peux pas me marier plus. Je vais rester tout seul avec mes enfants. Chercheuse: Vous n'avez jamais connu une personne... Ísis: D'autre homme? Non... Seulement lui. Donc pour moi, finis avec l'histoire-là des hommes. Je vais regarder mes enfants, c'est tout. Chercheuse: Vous pensez que tous les hommes vont...? Femme interviewée: Tu vois? Je reflète son image à tous les hommes. C'est ça le problème. Il y avait déjà un psylogue au pays que voulait m'aider. J'ai dit “non, arrête”. Parce que même si je me marie aujourd'hui c'est plutôt qu'il va pas accepter mes enfants. Ça fait me créer un problème. Donc, je m'en stop.*

compreendido essa limitação com empatia e generosidade. Nessa passagem, ao conversar com a pesquisadora, a migrante pondera a postura de sua mãe frente ao ocorrido, considerando que, como esposa, ela também é oprimida. Com sua reflexão, a migrante parece perdoar a falta do posicionamento materno, por imaginar que ele não teria nenhum poder impeditivo à violência que sofreu e entender que, ainda por cima, poderia acarretaria prejuízos para sua mãe.

***Jamile:** Na verdade, lá a mãe não tem palavra. A mulher lá é submissa. Sempre submissa. Ele deve ficar atrás de seu marido. Mesmo... Sim. Mesmo se ela também, é... isso, se ela quer dizer alguma coisa., ela não ousa falar. Porque no momento em que fala, o papai vai dizer: “Ah, sim, agora você escuta a sua filha. Você não me escuta. Você e sua filha, vocês são as mesmas. Vocês querem ir em uma outra direção, vocês não querem partir na minha direção.” É isso o problema. [Pequena pausa] Se a mãe pudesse decidir, pudesse dizer “não, como ela não quer, não se deve, não se deve forçá-la.” Mas a mãe não decide. [Pequena pausa]. Ela é obrigada a seguir seu marido.*

***Pesquisadora:** Sim, eu entendo. Mas, sua mãe não, ela, ela, não estava de acordo com o casamento...?*

***Jamile:** Não, ela não queria. Minha mãe não queria. Mas ela não ousava dizer não. Ela era obrigada a se calar. [Pequena pausa] Porque se ela diz alguma coisa, ela vai ser ameaçada pelo meu pai. Ela vai ser submetida a muitas coisas.<sup>135</sup>*

Nesse e em outros momentos de sua entrevista, Jamile deixou transparecer que sua mãe não encontrou maneiras de enfrentar a desigualdade de poder em seu próprio casamento, mas que a protegeu de outras maneiras, por meio de apoio e de conselhos. Saber que a decisão do casamento forçado não era compactuada pela familiar parece ter demonstrado para Jamile que sua tristeza a afetava e que seu bem-estar era valorizado nessa relação. Se a proteção não foi sempre certa, o reconhecimento de sua mãe foi precioso. Em outros momentos do refúgio, a mãe de Jamile foi a ponte entre o país estrangeiro e sua terra natal, como quando precisou, por exemplo, de novas provas para inserir em seu dossiê de solicitação de proteção ao Estado francês. Além dela, a avó materna da migrante, ofereceu ajuda e abrigo em uma de suas fugas, demonstrando também acolher a recusa da neta. Por outro lado, mesmo com essas referências de reconhecimento por parte da família, a ruptura de vínculo com seu pai ainda era vivida com

<sup>135</sup> ***Jamile:** En fait, là-bas la mamam n’a pas la parole. La femme là-bas est soumise. Toujours soumise. Elle doit rester derrière son mari. Même... Ouais. Même si elle aussi, euh... voilà, elle veut dire quelque chose, elle n’ose pas à parler. Parce que dès qu’elle parle, dès qu’elle parle, le papa va dire: “Ah, euh, maintenant tu écoutes ta fille. Tu ne m’écoutes pas. Toi et ta fille, vous êtes les mêmes. Vous voulez aller dans une autre direction, vous ne voulez pas partir dans ma direction”. C’est ça le souci. [Petite pause] Si la mamam pouvait décider, pouvait dire: “non, comme elle ne veut pas, il faut pas, il faut pas la forcer”. Mais la mamam ne décide pas. [Petite pause] Elle est obligée de suivre son mari. **Chercheuse:** Oui, je comprends. Mais votre mamam, elle, elle n’était pas d’accord avec ce mariage...? **Jamile:** Non, elle ne voulait pas. Ma mère ne voulait pas. Mais elle n’osait pas dire non. Elle est obligée de se taire. [Petite pause] Parce que si elle dit quelque chose, elle va être menacée par mon père... Elle va subir beaucoup des choses...*

tristeza pela entrevistada. Apesar de não se sentir por ele protegida e reconhecida, Jamile não deixou de ser afetada por sentimentos relacionados ao seu pai, a despeito da distância física entre eles e da resistência da filha ao poder do pai. Sua tentativa de reconciliação, seu pedido de perdão e sua demonstração de amor (dando a um de seus filhos o nome do avô, por exemplo) demonstram o sofrimento de Jamile, que era afetada, nessa relação, por afetos contraditórios<sup>136</sup>.

Uma unanimidade é encontrada em relação aos filhos, que foram frequentemente mencionados com tristeza e culpa pela separação. Assim como analisa Peres (2014), a migração é um fenômeno que afeta não só a família que se desloca, mas também a que fica, provocando ressignificações, negociações e transformações de papéis nas relações entre seus integrantes. As crianças e adolescentes que permanecem em seus países de origem sofrem as consequências do refúgio à medida que precisam também se esconder. O risco de que eles e, ao mesmo tempo, de que sua mãe sejam encontrados dificulta a comunicação entre as partes distantes. Sem notícias frequentes, mães se preocupam com o cotidiano e o destino dos filhos e temem que eles as esqueçam ou as rejeitem por se sentirem abandonados. Apesar de estarem certas dos motivos de sua escolha pela migração solitária (que, nos casos das entrevistadas, aconteceu pelo receio de expor os menores ao desconhecido), elas sentem-se também arrependidas e imaginam como teria sido caso eles tivessem, com elas, partido. Na impossibilidade do contato presente, elas sonham com o dia que poderão reencontrá-los e procuram alternativas para que isso se concretize, como no caso de Isabela que tentava o reagrupamento familiar.

Nos excertos a seguir, Isabela (autora da primeira citação) e Jamile (autora das outras três) tentam traduzir em palavras os afetos que emergem com a distância de seus filhos, momentos das entrevistas em que as emoções transbordaram em seus olhos. A quantidade de trechos selecionados das entrevistas com Jamile mostra a ênfase dada a essa questão nos encontros com a pesquisadora e, provavelmente, a centralidade que ela ocupa em sua vida.

*O que eu pensava, eu, o que eu desejava era que... Sim, eu pensei, eu me arrependi, eu podia vir com ele, eu ia fazê-lo, mas como eles me diziam que eu, eu parto sozinha, porque eu não sei o que eu vou encontrar, eu não vou... trazer para ele esses problemas. Eu não sei como eu vou me sair, tudo isso. Então, foi por isso.*<sup>137</sup>

<sup>136</sup> Espinosa denomina o estado que nasce de afecções contrárias de flutuação da alma. Para o filósofo (1983a), um indivíduo pode ser afetado de maneiras muito numerosas e diversas por um mesmo corpo ou objeto.

<sup>137</sup> *Ce que je pensais, moi, ce que je souhaitais, c'est que... Ouais, j'ai pensé, j'ai regretté, je pouvais venir avec lui, j'allais le faire mais comme ils me disaient que moi je pars seule, parce que je sais pas ce que je vais rencontrer, je*

*Eu estou aqui... Mas, na realidade, eu tive uma ferida no meu coração. O único medicamento é o dia em que eu vou reencontrar meus filhos. Por ora, nada. Nada pode me aliviar se eu não posso reencontrar meus filhos. É o que eu te disse agora há pouco: atualmente, eu vivo graças aos meus filhos, que eu deixei...<sup>138</sup>*

*Eu pensei que eles, atualmente, eles pensam que eu os abandonei. Eu, é isso que eu penso. Sozinha, eu digo: “meus filhos, atualmente, eles pensam que eu os abandonei, que eu estou levando uma boa vida, para deixá-los”. Enquanto não é isso. Eu falo sozinha. Às vezes, eu falo sozinha. Eu digo: “sim, meus filhos pensam que eu realmente os deixei, os abandonei, eu não os quero, logo, que eu não os amo.” Eu digo: “é ao contrário... Eu os amo. Muito.”<sup>139</sup>*

*É muito difícil abandonar seus filhos. É muito difícil. Um homem pode, mas uma mulher, quando ela abandona seus filhos, é porque é duro. Senão, eu nunca, nunca na vida, eu iria abandonar meus filhos.<sup>140</sup>*

Diferentemente das outras três, Carolina foi a única que mencionou não conservar nenhum contato com seus familiares desde que se refugiou. Sem muito contato com a família materna desde a separação de seus pais, a migrante, que cresceu na casa do pai, mencionou essa parte da família apenas ao narrar a ajuda que recebeu no hospital. Semelhante ao que aconteceu com Jamile, uma familiar prestou solidariedade à recusa de Carolina de continuar com o marido imposto, tendo a ajudado a fugir. O conflito de etnias talvez, nesse caso, tenha contribuído para uma fragilidade dos vínculos com as outras mulheres de sua família materna e para o rompimento de contato com a família de seu pai. A partir da descrição de seu ambiente doméstico, Carolina relatou um contexto de desigualdade, inclusive entre ela e os meios-irmãos.

Esses exemplos têm a intenção de mostrar que, apesar de ter sido a razão da fuga e a direção da resistência, a família pode continuar afetando positivamente e negativamente as mulheres no refúgio. É talvez exatamente pela carga de paixões e emoções que as entrevistadas

---

*vais pas le...l'amener dans des problèmes, quoi. Je sais pas comment je vais m'en sortir, tout ça. Donc, c'est pour ça.*

<sup>138</sup> *Je suis là... Mais, en fait, j'ai eu une plaie dans mon coeur. La seul médicament c'est le jour où je vais retrouver mes enfants. Pour le moment, rien! Rien ne peut me soulager si je ne retrouve pas mes enfants. C'est ce que je vous ai dit tout à l'heure: aujourd'hui je vis grace à mes enfants, que j'ai laissés...*

<sup>139</sup> *Je pense que eux, actuellement, ils pensent que je les ai abandonné. Moi, c'est ça que je pense. Toute seule, je dis: “mes enfants actuellement ils pensent que je les ai abandonné, je suis en train de faire la belle vie, pour les laisser. Tandis que c'est pas ça.” Je parle toute seule. Des fois je parle toute seule. J'ai dis: “oui, mes enfants pensent que vraiment je les ai laissés, je les ai abandonnés, je ne veux pas, dès je ne les aime pas.” Je dis: “c'est au contraire... Je les aime. Beaucoup.”*

<sup>140</sup> *C'est très difficile d'abandonner ses enfants. C'est très difficile. Un homme peut, mais une femme, quand elle abandonne ses enfants, c'est parce que c'est dur. Sinon moi jamais, jamais de la vie, je n'allais abandonner mes enfants.*

vivenciaram nos conflitos com suas famílias, que a ausência dos parentes (e principalmente dos filhos) se faz tão marcante ao construir uma nova vida no país estrangeiro.

Antes de passar para a análise do segundo grupo de mulheres, faz-se necessário ainda uma ponderação. No início dessa sessão, afirmou-se que a violência de gênero, relacionada a uma ideologia patriarcal, pode ser identificada em famílias de diferentes religiões, etnias, raças e classes sociais. É o que se confirmou também na pesquisa de campo deste estudo. No entanto, é importante retomar e, por isso aqui insistir, que, apesar de não ser exclusiva de um tipo de pertença do sujeito, a violência de gênero está associada a outras relações de poder, como as presentes nas rivalidades étnico-raciais e na desigualdade entre as classes sociais. Provavelmente, se fosse originária de uma família rica e poderosa em seu país, Ísis não teria sido sequestrada sem pedido de resgate e com objetivo de casamento forçado. Talvez, se a mãe de Carolina não fosse da etnia peul, ela não teria sido tratada tão diferentemente de seus irmãos, e confinada à cozinha por seu pai, de etnia malinké. Com essas considerações não se pretende dizer que as duas entrevistadas mencionadas como exemplo deixariam de vivenciar a violência como mulheres, mas que elas a vivenciariam, possivelmente, de outra maneira, caso estivessem relacionadas a outras pertencas de classe, raça, etnia e religião.

*b) A família que fica e a família que vai: a vivência do refúgio solitário e do refúgio com parentes*

A sessão anterior discutiu os exemplos de 4 mulheres que migraram sozinhas para buscar refúgio em um país estrangeiro. Como já foi apontado, esses não foram os únicos casos da pesquisa, porém, em que o deslocamento se deu de maneira individual. Juntando-se às participantes já mencionadas, Cássia, Camila, Jacira, Betânia, Bruna, Amália, Talita, Viviana e Janaína também descreveram a separação de sua família, que, nessas histórias, foi vivenciada como uma das consequências da violência sofrida fora do âmbito familiar, e/ou como condição de sua tentativa em alcançar proteção.

Primeiramente, então, o contexto ainda opressor do período pós-guerra em Angola, a longa e sangrenta guerra civil na RDC, os conflitos étnico-raciais na Mauritânia e a coerção da liberdade de opinião política na Guiné-Conakry fizeram com que a família de grande parte dessas

entrevistadas (Cássia, Camila, Jacira, Bruna, Viviana, Amália, e Janaína) se desestabilizasse ou se desintegrasse antes mesmo de essas últimas partirem, tendo em vista as prisões, os assassinatos e os sumiços de seus membros. Para as duas últimas mulheres, especificamente, o rompimento de vínculos provocado por esses tipos de acontecimentos foi total e talvez definitivo, como informaram os resumos de suas histórias apresentados no capítulo anterior. Já para aquelas que puderam manter a convivência com outros parentes, a fragilidade da família como coletivo solidário e espaço de proteção e de reconhecimento foi intensificada, em um segundo momento, com a migração. Nesses casos, a distância, a pouca frequência de contato com os familiares (essa última causada por impossibilidade financeira ou por precaução, visando o sigilo de seu paradeiro) e a impossibilidade de retorno<sup>141</sup> foram especificidades do refúgio que afetaram as relações dessas entrevistadas, sendo igualmente verificadas nas histórias de Betânia, Talita e Viviana.

O distanciamento da família, a fragilidade e o rompimento desse tipo de vínculo foram vivenciados por essas migrantes com muita tristeza e nostalgia. Diferentemente das 4 refugiadas mencionadas na sessão anterior, para quem a separação da família assumiu um sentido positivo de resistência e de potência de ação (apesar de, ao mesmo tempo, também ter mobilizado paixões tristes, conforme já foi discutido), as demais participantes que estiveram sozinhas em sua busca por refúgio atribuíram, com lamento, apenas sentidos negativos à ausência familiar. As falas de Talita e Cássia, que são reproduzidas, respectivamente, logo a seguir, exemplificam a importância da família, também para esse segundo grupo, como fonte de apoio e proteção. No segundo trecho, ao se referir ao seu país de origem, essa última inclui o sentido de família provavelmente dominante em seu contexto anterior, o qual, nesse caso específico, não é reduzível ao espaço doméstico nem às relações biológicas.

*Sim. Quando chegou aqui, tava, tava pensando só a minha família. Tô aqui sozinha... Vou fazer como ali? E quando vou... Eu olhei assim, eu vi minha mãe, meu irmão... Viu,*

---

<sup>141</sup> Com as vidas ameaçadas em seus locais de origem, os refugiados, obviamente, não podem contar com eventuais retornos, como fazem os demais tipos de migrantes no intuito de apaziguar a saudade dos familiares, por exemplo. Essa restrição não se estabelece apenas pela vivência dos riscos e pela consequente decisão pessoal e/ou familiar de a eles não se submeter, mas se verifica também no âmbito jurídico-legal dos países de acolhida. Uma vez atendidos em sua solicitação de proteção, o trânsito dos refugiados para o exterior é condicionado a uma permissão prévia do órgão nacional responsável. Em geral, as legislações de cada Estado receptor não definem restrições geográficas para essa concessão. Entretanto, alguns deles excluem previamente o retorno aos territórios de nascimento dos refugiados (UNHCR, 1987).



*né? Se tá a precisar de uma coisa, vou pedir a eles, vai me dar. E aqui? Tava a passar mal. Mas, graças a Deus...*

*Aí tava melhor, porque aí trabalhava, também o marido... Tinha ajuda... Perto da família... Se você não tem dinheiro, o africano pode ir na tua família, vai te dar. [...] Tenho saudades do meu país porque minha família está toda lá, tem que ter saudade.*

Especialmente para algumas migrantes, o pouco ou nenhum contato com a família e a distância física dos parentes fizeram-nas se sentir desamparadas ao longo de uma etapa muito importante das suas vidas, aquela referente à gravidez, ao parto e aos primeiros cuidados com o bebê. Betânia, Cássia, Camila e Jacira narraram suas dificuldades em vivenciar, de maneira solitária, a maternidade em um país estrangeiro, sem poder compartilhar as angústias, as alegrias e as descobertas desse momento com pessoas de confiança. Assim como destaca Ramos (2010), a gravidez, tradicionalmente, constitui um processo de iniciação, em que a futura mãe tem o suporte e o acompanhamento das outras mulheres da família e, a depender da cultura, da comunidade. Como solicitantes de refúgio recém-chegadas de seus países de origem, essas entrevistadas tiveram que lidar sozinhas com a falta de referências (de serviços públicos, hospitais, etc.), com as privações e dificuldades financeiras associadas à migração e com as diferenças culturais de ser mãe no novo contexto, conforme evidencia o relato de Camila a seguir.

*E eu fui até lá grávida. Eu não tinha nem mesmo vestido, nem mesmo um pedaço de pão. Eu voltei ao hospital, eu tremia, faminta. Eu disse: tenho fome. E a parteira... “Também Paula?” É meu nome de família. “Mas, aqui no hospital, não se dá de comer. Vá ao Resto du Coeur, ou a uma associação.” Eu, que não sabia nada de nada, eu não conhecia ninguém. Eles me deram ervilhas. Eles me deram um monte de coisinhas lá, mas... Era a primeira vez que eu comia, não tinha escolha.<sup>142</sup>*

Ainda sobre a maternidade, Bruna, Viviana, Camila, que tiveram que deixar seus filhos no país de origem, também expressaram afetos de tristeza frente a essa separação. Nesses casos, sem terem tido problemas com os parentes (como havia acontecido com as mulheres que sofreram a violência doméstica), elas puderam contar com familiares que se encarregaram de assumir a educação e o cuidado das crianças. Desse modo, os vínculos familiares, embora fragilizados,

---

<sup>142</sup> *Et je suis allée là-bas enceinte. J'avais même pas de robe, même pas un morceau de pain. Je suis retournée à l'hôpital, je tremblais, afamée. J'ai dit: “j'ai faim.” Et l'accoucheuse: “Aussi c'est Paula?” C'est mon nom de famille. “Mais ici à l'hôpital on donne pas à manger. Va au resto du Coeur, ou dans une association.” Moi qui je savais rien du tout, je connaissais personne. Ils m'ont donné des petits pois. Ils m'ont donné plein de petits trucs là mais... C'était la première fois que j'ai mangé, il y avait pas le choix.*

pueram ser mantidos, garantindo, mesmo que de maneira diferente, a proteção e reconhecimento às migrantes e aos menores. É o que Ramos (2010) menciona, em seu estudo, de maternagem transnacional, ao apontar para as transformações nos papéis e na organização da relação familiar em um processo migratório. Segundo a autora, esse fenômeno traz importantes implicações psicológicas, familiares e sociais, particularmente, para as mães e as crianças. Nesse aspecto, demonstrando incômodo com esse tipo de arranjo e com a imprevisibilidade de sua resolução (tendo em vista a impossibilidade do retorno, condição característica do refúgio), Viviana menciona, no trecho seguinte, sua preocupação com os dois filhos, que tinham ficado aos cuidados da segunda esposa de seu pai, a qual sofria com problemas de saúde. Já no extrato posterior, Camila menciona sua frustração em não poder, após o refúgio, garantir, aos meninos que ficaram no país o mesmo padrão de vida que eles tinham antes de ela partir.

*Eu deixei meu filho que não tem nem ainda 5 anos. E eu, eu vivo aqui há 3 anos e meio. Imagine desde quantos anos que eu não vejo meu filho. Por causa de quê? Eu já pus uma criança no mundo. Eu também tenho as responsabilidades de uma mãe. Devido ao fato que minha mãe faleceu, ela deixou um filho, eu não podia fazer minha vida. Como minha mãe partiu, eu sei que mais cedo ou mais tarde eu também partirei e que meu filho, e... seu filho, eles devem crescer como eu, é preciso que eu esteja do lado deles.<sup>143</sup>*

*Eu não faço nada pelos meus filhos que estão lá, no meu país. Lá, eu vendia, eu sustentava minha família. Eu dei alguma coisa para minha avó e minhas tias, mesmo para o meu tio também. Eu os ajudava, de todo modo, um pouco. Mas, aqui, eu não faço nada. Eu não tenho os documentos, então, é preciso que eu me contente com o que eu ganho aqui. Então, é duro. É... É duro para mim. É isso, é duro.<sup>144</sup>*

As 9 mulheres que compõem o segundo grupo aqui definido estiveram ligadas de maneiras diferentes à violência que as fez deixar sua terra natal. Em alguns casos (mais precisamente, nos de Cássia, Camila, Jacira e Bruna), o conflito, causa da perseguição, das ameaças e das violências sofridas, não era, de maneira imediata, próprio da relação específica entre as entrevistadas e os agressores, mas proveniente de uma relação anterior entre esses últimos e os maridos das migrantes. De todo modo, mesmo não sendo os alvos originalmente

<sup>143</sup> *J'ai laissé mon fils qui n'a même pas encore 5 ans. Et moi je vis ici 3 ans et demi. Imagine c'est depuis combien d'années j'ai pas vu mon enfant. À cause de quoi? Déjà, j'ai mis un enfant au monde. Moi aussi j'ai dois avoir les responsabilités d'une mère. [...] Du fait que ma maman est décédée, elle a laissé un fils, je ne pouvais pas aller faire ma vie et comme ma mère elle est partie je sais tôt ou tard je partirais, et que mon fils, et... son fils, ils doivent grandir comme moi, il faut que je sois à côté de lui.*

<sup>144</sup> *Je fais rien pour mes enfants qui sont là au pays. Là-bas je vendais, je soutenais ma famille. J'ai donné quelque chose pour ma grand-mère et mes tantes, même mon oncle aussi. Je l'ai aidé quand même un petit peu. Mais ici je fais rien. J'ai pas les papiers. Donc il faut que je contente avec ce je gagne ici. Donc c'est... c'est dur pour moi. C'est ça, c'est dur.*

principais, tais mulheres vivenciaram de forma indireta as consequências de um contexto generalizado de opressão e coerção da liberdade de expressão, que assolava os seus países de origem e que estava nas raízes de todas as situações que envolveram seus esposos.

Já no caso das demais refugiadas incluídas nesse grupo (Betânia, Talita, Amália, Viviana e Janaína), as ameaças e, para algumas delas, as agressões físicas, visavam-nas desde o princípio, tendo sido elas atingidas diretamente em virtude de suas próprias posturas, opiniões políticas ou pertencas étnico-raciais. Especialmente no caso de Janaína, que se refugiou duas vezes (a primeira quando seus pais foram assassinados na Maurîtânia devido a conflitos políticos, étnicos e raciais e a segunda quando teve que fugir da violência vivida em um campo de refugiados, no Senegal), o perigo também lhe foi imposto por sua própria condição de refugiada e de mulher. Dessa vez, a violência de gênero não foi vivenciada na esfera doméstica, nem esteve localizada na família, mas relacionou-se à expressão do patriarcado na esfera social e ao processo de inclusão/exclusão de estrangeiros na condição de refúgio.

Voltando ao tema da desigualdade de gênero, observa-se que a violência direcionada a boa parte delas e não só a Janaína manifestou-se sob uma das formas mais perversas de expressão do patriarcado, o estupro. Apesar de não estar nas bases do confronto que ocasionou o refúgio, a ideologia patriarcal também se fez presente nesses casos, agora como estratégia de guerra. Nesse sentido, entende-se que a intencionalidade do estupro pôde ter estado relacionada à vingança e a demarcação de poder do agressor perante o/a rival. Nos casos de Camila e Jacira, especificamente, ele foi uma tentativa de afetar o patriarca (e, em maior instância, um grupo politicamente oposto) por meio das paixões de desonra e humilhação, já que o alvo atingido foi a sexualidade da mulher, a qual, nesse modelo de sociedade, é de posse exclusiva do marido e carrega os sentidos de fertilidade, pureza e dignidade (OBSERVATOIRE DE L'ASILE ET DES RÉFUGIÉS, 2011). Já nas histórias de Amália e Viviana o estupro assumiu uma forma de punição e de também afirmação do poder de um grupo político no contexto de seus países de origem.

Tendo em vista essa complexidade, a vivência do refúgio parece ter assumido uma multiplicidade de sentidos entre as 9 mulheres e também entre todo o grupo de entrevistadas. As congolezas Camila e Jacira, por exemplo, expressaram sentimentos de injustiça e indignação pelo fato de terem sido expostas a uma violência que nada tinha a ver com suas próprias lutas ou com

as lutas comuns de sua família. Esses sentimentos, aparentemente, são associados à raiva e à decepção com o marido, a quem essas mulheres culpam pelo que a elas aconteceu. Alheias aos embates de seus esposos, Camila (nos dois primeiros trechos) e Jacira (nos dois últimos) mostram como se sentiram surpresas e, de certa maneira, traídas, ao descobrirem que o companheiro não compartilhava tudo com elas. Nessas passagens de suas entrevistas, elas talvez também tentem evitar um eventual julgamento negativo à sua condição de refugiadas, defendendo sua posição de vítima, que conforme visto em outro capítulo, estaria associada à legitimidade de seu pedido de proteção.

*Eu, eu vendia isso. Então, eu ganhava. Eu não ganhava muito, mas era bom. Eu já fazia... Eu tenho dois meninos. Eu tenho dois filhos que estão no meu país... Eu pagava seus estudos. [...] Então, eu, eu era... Eu, eu saí do meu país por causa de perseguição. Então, foi por causa do meu marido. Não fui eu que convoquei, mas foi meu marido...<sup>145</sup>*

*Eu não vejo isso. Meu marido, nós éramos amigos... Nós conversávamos mesmo, nós dialogávamos... Ele não escondia as coisas...<sup>146</sup>*

*Nós, nós, na África, lá, os homens, eles são como os reis. Então, você pode... Você vê? Você pode ficar com um marido assim e você nem mesmo conhecê-lo... Ele parte, ele sai... Ele, nada. Ele não diz nada. Então, ele parte por até mesmo um mês e, quando ele volta, você não sabe de tudo. Acabou simplesmente. Você não tem, você não tem muitas coisas a falar aí. Então, como ele, ele fala... Ele, ele... Resumindo, ele é esperto.<sup>147</sup>*

*Eu vivo, de verdade, dificuldades. É por causa dele que eu vim para cá. Eu, eu não tinha problemas no meu país, foi por causa dele. Eu vim aqui e ele, aqui, ele está casado.<sup>148</sup>*

Apesar de todo sofrimento e do caráter forçado da migração, o refúgio também nesses casos não pareceu estar reduzido a uma reação passiva e apenas instintiva ao medo. Como se pode ver a seguir, a partir de outros momentos das entrevistas de Camila e Jacira, dispostos nessa ordem (como também dos relatos das outras 9 entrevistadas), é possível notar a presença de um movimento de recusa resistente ao contexto desigual e antidemocrático de seus países de origem (no qual, entre um regime tirano e outro, impera a violação dos direitos humanos e sociais) bem

<sup>145</sup> *Moi, je vendais ça. Donc je gagnais. Je gagnais pas beaucoup mais c'était bien. Je faisais déjà... J'ai deux garçons. J'ai deux enfants qui sont au pays... Je payais leurs études. [...] Donc... Moi, j'étais... Moi, je suis sortie de mon pays à cause de persecution. Donc c'est à cause de mon mari. C'est pas moi qui ai convoqué mais c'est mon mari...*

<sup>146</sup> *Je vois pas ça. Mon mari, on était amis... On parlait vraiment, on dialoguait vraiment... Il ne gardait pas les choses...*

<sup>147</sup> *Nous, en Afrique, là-bas, les hommes ils sont comme les rois. Donc, tu peux... tu vois? Tu peux rester avec un mari comme ça et tu connais même pas... Il part, il sort... Il, rien... Il dit rien. Donc, il part même un mois et quand il revient, tu sais pas tout. C'est fini seulement. Tu as pas, tu as pas beaucoup de choses à parler, là. Donc, comme lui, il parle... Lui, il... C'est malin, bref.*

<sup>148</sup> *Je vis vraiment des difficultés. C'est à cause de lui que je suis venue ici. Moi, j'avais pas de problèmes au pays, c'est à cause de lui. Je suis venue ici et lui, ici, il est marié.*

como às ameaças à liberdade de existir, ou seja, a uma dominação a qual elas não estavam imunes e que não era apenas consequência dos problemas do marido.

*Você vê? Para pegar as coisas para comer, é difícil. Não há muito. Você vê? No nosso país, no Congo, faz-se assim, você vê? Atualmente, são os grandes que vão comer e os pequenos, eles não comem. Amanhã o pequeno vai comer e o grande não come. Aí está... É por isso que nós fugimos do nosso país para vir pedir ajuda aqui. [...] No nosso país, não há realmente... lei! Que apoia os patriotas. Assim, na sorte... Você pode pagar, é assim... No nosso país não há... Então, no nosso país, todo mundo faz sua lei.*<sup>149</sup>

*É isso que eu gosto na França. É um país de lei, não é um país de... Apesar do frio... [Risos].*<sup>150</sup>

As transformações nas relações familiares que o refúgio e a violência a ele atrelada acarretaram foram referidas em todas as entrevistas como uma das principais queixas da vivência migratória. Seja na forma de saudade de parentes específicos, seja de mágoa por não ser respeitada e reconhecida (no caso das primeiras 4 mulheres citadas), de tristeza e de culpa em ter se separado dos filhos (separação que, em algumas vezes, aconteceu sem que elas pudessem ao menos se despedir) e de outros familiares, de solidão e desamparo por não poder contar com apoio diante das inúmeras dificuldades em um país estrangeiro, a fragilidade e a ruptura dos vínculos de filiação era vivenciada afetivamente pelas participantes da pesquisa com sofrimento.

O destaque dessa questão também foi revelado nos projetos de futuro imaginados e descritos pelas entrevistadas, que, em grande parte, envolviam o restabelecimento dos vínculos de filiação, mesmo que por meio do encontro de alternativas. O reagrupamento familiar, aqui já mencionado, era o desejo de quase todas elas, estando presente nos relatos de Camila, Isabela, Jamile, Viviana, Cássia, Talita e Ísis de maneira, às vezes mais, às vezes menos, planejada. Mesmo para Amália, para quem, até então, o destino e o paradeiro da família eram desconhecidos, a reunião familiar foi citada com esperança, como pode ser conferido no primeiro trecho de entrevista que se segue. No segundo excerto, Janaína, que teve a família assassinada, conta que estabeleceu como meta a construção de uma nova rede familiar, demonstrando sua perseverança e sua capacidade de criação.

*Eu quero recomeçar a vida. Porque eu perdi tudo. Eu quero recomeçar a vida. Ter um trabalho, recomeçar a vida... E, talvez, esperar que, um dia, eu vou recuperar minha*

<sup>149</sup> *Tu vois? Pour prendre des choses à manger comme ça c'est difficile. Il n'y a pas beaucoup. Tu vois? Chez nous là-bas au Congo, on fait comme ça, tu vois? Aujourd'hui c'est les grands qui va manger, et les petits ils ne mangent pas. Demain le petit il va manger et le grand il ne mange pas. Voilà, c'est pour ça qu'on fuit notre pays pour venir demander de l'aide ici. [...] Chez nous, il n'y a pas vraiment de ... la loi! Qui supporte les patriotes. Comme ça le hasard... Tu peux payer, comme ça... Chez nous il n'y a pas... Donc chez nous tout le monde il fait sa loi.*

<sup>150</sup> *C'est ça que j'aime en France. C'est un pays de loi, c'est un pays de... Malgré la froid... [Rires].*

*família. Eu vou recomeçar tudo do zero. Com esperança que eu vou me reencontrar com minha família. É essa minha ambição, meus projetos.*<sup>151</sup>

*É isso que eu quero, eu quero ter filhos. Ai está. No momento, eu quero ter filhos. Para não ficar mais sozinha. Porque se você não tem família, você tem que ter crianças para que... Isso te ajuda um pouco a ter tua família. Porque agora, eu só tenho amigos. Eu não tenho nenhuma família... Eu não vejo ninguém. Como eles dizem: “eles são tua família.” [...] São eles que substituem minha família agora. [...] Eu quero ter meus documentos em primeiro lugar e depois se eu encontrar alguém que pode me ajudar, um bom marido, eu me caso. E eu quero ter filhos.*<sup>152</sup>

O terceiro grupo de mulheres que, aqui, foi organizado diz respeito às entrevistadas que migraram com suas famílias. Apesar de terem relatado sentir falta de alguns dos parentes que ficaram em seus países de origem (como pais, avós e irmãos), Olga, Dalila, Rosana, Melina, Priscila, Gabriela e Laís pareceram dar outra dimensão à questão familiar na vivência migratória. Nesses casos, à saudade e à preocupação com os familiares distantes, somaram-se os afetos decorrentes das transformações na convivência entre aqueles que permaneceram fisicamente juntos no cotidiano do refúgio.

De maneira geral, o migrante (e o refugiado) ao se deslocar de seu país de origem, deixa para trás todo um contexto onde língua e normas sociais lhe eram bem conhecidas (DEBIAGGI, 1996). A casa, dentre as múltiplas perdas com as quais ele precisa lidar, é uma das referências do que lhe é mais familiar, significando não apenas uma estrutura física de moradia, mas também um lugar onde relações e vínculos se construíram e onde ficaram marcadas as vivências e as histórias de quem nela habitou. Modernamente e ocidentalmente identificada com a família e com a esfera íntima e privada (ARIÈS, 1981), a casa pode significar, portanto, o espaço de pertencimento exclusivo do núcleo que a compartilha, estando associada à sua memória e à sua identidade. Quando não é palco da violência doméstica, pode ser compreendida como um terreno de segurança e de proteção às ameaças externas, ao preservar seus membros do contato direto com estranhos ou com o que é considerado indesejável. Sendo assim, perdê-la ou abandoná-la, porque suas fronteiras foram invadidas ou porque não eram mais consideradas seguras, é um

<sup>151</sup> *Je veux recommencer la vie. Parce que j'ai tout perdu. Je veux recommencer la vie. Avoir du travail, recommencer la vie... Et peut-être espérer qu'un jour, je vais récupérer ma famille. Je vais recommencer tout à zéro. Avec espoir que je vais me rencontrer avec ma famille. C'est ça mon ambition, mes projets.*

<sup>152</sup> *C'est ça que je veux, je veux avoir des enfants. Voilà. Pour l'instant je veux avoir des enfants. Pour plus rester seule. Parce que si t'as pas de famille, il faut avoir des enfants pour que... Ça t'aide un peu à avoir ta famille. Parce que là j'ai que des amis. J'ai aucune famille. Je vois personne. Comme ils disent: “eux c'est ta famille”. [...] C'est eux qui remplacent ma famille maintenant. [...] Je veux avoir mes papiers en premier et après si je trouve quelqu'un qui peut m'aider, un bon mari, je me marie. Et je vais faire des enfants.*

processo de luto doloroso e de ressignificação (FERREIRA, 2001). Nesse momento, ao mesmo tempo em que se entristece por ter deixado para trás objetos pessoais e comuns (que não puderam ser levados na partida repentina) a família refugiada (ou quem sobreviveu dela) se vê à procura de um novo espaço onde possa se fixar, com o qual possa novamente construir uma relação de pertencimento e de segurança e ao qual possa atribuir o sentido de lar.

Tal busca foi tema recorrente e marcante em grande parte dos relatos das entrevistadas, que referiram preocupações constantes relacionadas às suas dificuldades financeiras para arcar com as despesas de moradia no país de acolhida. Conforme já foi exposto no capítulo anterior, a estadia em um abrigo ou alojamento foi a alternativa encontrada pela maioria das participantes, inclusive por aquelas que migraram sozinhas. Apesar de não imediata, essa solução pareceu trazer certa tranquilidade, ainda que parcial e temporária, tendo em vista o desamparo que fez muitas delas dormir na rua ao chegar ao território estrangeiro. Por outro lado, o caráter transitório, ou de passagem, dessas instituições não as poupou da ansiedade e do medo, dada a instabilidade de seu futuro e a possibilidade de voltar a ficar sem domicílio.

Para aquelas que estavam acompanhadas de parentes, a moradia parece ter trazido um desafio particular. Além de um maior acúmulo de gastos e das restrições encontradas para se hospedar em determinados lugares por causa do número de pessoas e/ou da presença de crianças, a familiar refugiada teve que lidar com mudanças que exigiam uma transformação em suas relações e uma reorganização da sua rotina. Nos relatos a seguir, Dalila, Olga e Rosana descrevem, respectivamente, alguns dos primeiros impactos que um grupo de migrantes pode enfrentar ao chegar ao país de refúgio, destacando alguns dos aspectos negativos da vivência no abrigo. Segundo o que descreveram em seus relatos, o convívio diário com outros abrigados (nem sempre refugiados), de diversas culturas e com hábitos diferentes, causava-lhes desconforto e ameaçava a segurança em garantir a proteção e a educação que desejavam transmitir aos seus filhos. Além disso, em determinados casos, algumas regras da residência coletiva eram um obstáculo à privacidade e a intimidade dos casais, dificultando, conseqüentemente, o apoio afetivo entre os parceiros, importante para contrapor sentimentos de desproteção e desamparo.

*Meu marido, meu marido dorme nessa parte. Mas os homens dormem naquela parte, naquele lado. [...] Aqui já é na falta de casal. Você esquece, é cada um e cada qual. Porque rapaz lá e mulher aqui. [...] Só assim, quando chega... Conversa, tipo... Conversa. Quando vai pra cama, depois, sai cada um: "tchau, tchau." [Risos]. Mesmo que ficasse com saudade não tem como fazer... Tem que se aguentar.*

*Aqui, é assim. Separados! Não se dá... Aqui, não há lugar, quartos para os casados. Não há. Meu marido está lá. Eu, eu estou do outro lado. Mesmo se nós somos casados legalmente. Nós temos crianças, nós temos tudo, mas meu marido... um outro lado, eu. É bizarro. Você vê? Em outros países, dá-se o quarto para os casados. Se é ele que é solteiro, dá-se assim porque ele, ele é solteiro. Mas aqui, os maridos, os homens, de outro lado. Nós também, é assim, em um quarto separado. [...] Como meus filhos lá, eles vieram sem piolho. Mas eles têm... Agora eles têm piolho, por quê? Porque eles pegaram com muitas pessoas. Lá, são as moças, lá. Têm três banheiros somente. Em cima, um só banheiro para vocês. Você vê? É isso.<sup>153</sup>*

*Tive que morar no abrigo<sup>154</sup>, com, com um monte de pessoas... é... de distintas... culturas... e... e tá separada do meu marido: ele em outra parte da casa, eu em outra parte. Eu tava grávida, precisava do carinho dele, de dormir com ele... Não pra, para transar, não... E sim para sentir-se carinho.*

Não apenas a moradia, mas outras condições do refúgio também foram responsáveis por transformações nas relações familiares das entrevistadas. Assim como aponta DeBiaggi (1996), por causa das despesas envolvidas no processo de instalação em um país estrangeiro, é comum surgir a necessidade de que todos os adultos trabalhem, o que, a depender do caso, pode não fazer parte do acordo estabelecido entre os parentes no país de origem. Em outras situações, a reorganização das responsabilidades de cada membro da família pode acontecer em virtude da dificuldade de um deles em exercer sua profissão. Na realidade dos refugiados, especificamente, a ausência de históricos escolares e diplomas (que, pela urgência da partida, nem sempre podem ser levados consigo), é uma das circunstâncias que tendem a limitar sua inserção no mundo do trabalho e a continuidade de sua formação. Além dessa condição, as diferenças nas atribuições e nos pré-requisitos necessários, em cada país, para determinada profissão, constituem um agravante para o problema do emprego.

Nesse contexto, para aqueles que formam um casal, em especial, a renegociação da divisão de tarefas e dos papéis que cada um deles ocupa na família, como homem e/ou como

---

<sup>153</sup> *Ici, c'est comme ça. Séparés ! On donne pas... Ici il n'y a pas de la place, des chambres pour les mariés. Il n'y en a pas. Mon mari est là. Moi, je suis de l'autre côté. Même si nous sommes mariés légalement. Nous avons des enfants, nous avons tout, mais mon mari...un autre côté moi. C'est bizarre! Tu vois? Dans d'autres pays on donne la chambre pour les mariés. Si c'est lui qui est célibataire, on va donner comme ça parce que lui, il est célibataire. Mais ici les maris, les hommes, d'autre côté. Nous aussi, c'est comme ça, dans la chambre séparée. [...] Comme mes enfants là-bas, ils sont venus sans piolho Mais ils ont des...maintenant ils ont des piolho, pour quoi? Parce qu'ils ont pris avec beaucoup des gens. Là-bas, c'est les filles là-bas. Il y a trois toilettes seulement. En haut, une seule toilette pour vous. Tu vois? C'est ça.*

<sup>154</sup> Na entrevista, Rosana mencionou o nome do abrigo que a acolheu. Com o objetivo de garantir o anonimato de seu depoimento e de, portanto, preservar sua segurança, optou-se, neste trabalho, por não divulgar a identidade da instituição.



mulher, pode ser motivo de questionamentos e conflitos. Conforme DeBiaggi (1996) analisa em suas pesquisas, uma ruptura na ordem familiar pré-estabelecida pode desencadear uma tensão no relacionamento conjugal. A partir de então, a maneira pela qual se administra tal crise depende da história dos dois indivíduos (separadamente e como casal), como também dos significados relacionados às questões de gênero que circulam na nova realidade. Um de seus desfechos pode ser a ruptura do vínculo matrimonial, como aconteceu com Gabriela, que, depois de mais de 3 anos no refúgio, separou-se do pai de suas filhas. Nesse caso, o relato da entrevistada permitiu compreender que o divórcio foi motivado por um conjunto de desentendimentos, que não se resumiam ao desconforto e aos desacordos causados pela mudança de papéis e da rotina da família. No entanto, a tomada por essa decisão, da parte de Gabriela, parece ter estado fortemente relacionada a essa última transformação. Refletindo sobre essa questão, a colombiana relaciona, nos trechos subsequentes retirados de sua entrevista, sua inserção na esfera do trabalho remunerado e sua independência financeira a um ganho de confiança em si mesma, que a levou a não se conformar diante das contrariedades e a assumir uma posição ativa nas relações com o marido e com os outros membros da família. Nesse processo, além de sentir-se a responsável pelo sustento de todos, frequentar uma psicoterapia parece também ter sido importante para a migrante sentir-se mais potente e adotar uma nova postura.

*Em nesse, em nesse sentido, ela [a psicoterapia] me ajudou para que eu tomasse decisões. Porque eu, eu acho que eu era muito fraca na tomada de decisões. Pela mesma experiência que eu tinha de convivência, de relacionamento, eu não tomava decisões em la vida, não tomava. Então, eu acho que foi muito bom. E... Porque foi muito difícil. Porque es que no final se juntou tudo, né? Então, nossa! Isso também foi uma... muito difícil! E, e acho que eu tive forças para tomar, para ir descobrindo que eu conseguia tomar decisões, posturas. Então, foi bom.*

*Porque também eu comecei a trabalhar que nem uma louca. Nossa! Tudo o que tivesse para pegar, eu pegava. Por quê? Porque é, eu falei: “tá, estou nesse processo...” E por isso que eu falo, é uma parte das decisões. Porque eu nunca, eu nunca ganhei dinheiro. E pode ser que eu ganhava, mas bom, “aqui está, porque você que administra.” Mas eu comecei a descobrir... Mas antes, incluso, sabe? Eu ficava muito inconformizada com essa situación. Eu falava: “não é assim.” Mas era uma coisa que eu já tinha dado toda la, toda... Sabe? Eu não tomava as decisões, não tomava essas decisões. E eu larguei absolutamente esse direito também. Depois para pegar o fio, me conta como é que é. [Risos] Então... Eu falei: “não”. Por exemplo, essa foi outra, essas foram partes dessas decisiones que eram pequenas, mas para mim eram muito grandes. E eram, e foram sendo com situações muito grandes para mim. E, de, de... “Não, então... Mas... Eu não vou mais ganhar o meu dinheiro, eu vou ver o que faço...” Eu que pagava o aluguel, então eu vou continuar pagando. Eu que vou sustentar, eu que vou fazer... Eu que... Eu que... Eu! [Faz gesto mostrando que tudo está em suas costas] [Risos]. E quase me mata. [Risos] Mas sabe que essa revolta é de saber: “eu posso”. “Eu posso e eu não preciso”. É isso. E foi, e foi assim. Eu posso e eu não preciso! [Batendo na mesa] Assim,*

*eu tinha que fazer o que... o que for. E foi assim. [Riso] E foi assim. Então, meu... Eu comecei a trabalhar, a trabalhar, a trabalhar.*

Além de Gabriela, Rosana também vivenciou uma fase de maior instabilidade em seu casamento com a chegada ao refúgio. Segundo o relato dessa outra migrante, a mudança no padrão financeiro e de conforto da família e a reorganização das atribuições e da rotina de cada um dos membros que migrou foram responsáveis por alguns problemas de convivência entre os parentes e, particularmente, entre o casal. De maneira geral, o compartilhamento da casa com a irmã e o sobrinho, situação que se manteve após a saída de todos do abrigo, fazia Rosana ainda sentir (mesmo que em diferente intensidade, já que esses não se tratavam de estranhos) a intimidade e a privacidade de seu núcleo familiar restrito invadida. Além de essa presença afetar a entrevistada de ciúmes, os diferentes hábitos e tendências de educação dirigidas às crianças causavam conflitos entre as duas mulheres. Paralelamente, a mudança de comportamento e de estilo de vida de Rosana, que passou a ter atividades independentes do marido, foi desaprovada por esse último, que, pelo que parece, sentia as frustrações de não poder exercer o papel que antes assumia na família. Talvez, o contato da colombiana, na nova sociedade, com outras possibilidades de ser mulher e de se posicionar em um casamento, tenha representado uma ameaça para seu esposo e para o relacionamento dos dois. Diante dessa crise, a decisão de Rosana foi a de retornar ao antigo padrão familiar, que reforçado pela religião, a fez abrir mão de uma vida fora do ambiente doméstico.

*Ninguém me falou, ninguém me falou: “não vai mais.” Sou eu que não quero mais. Porque meu marido, ele também no gusta, eu sou casada... Então... Mas como eu tinha muito problema com ele... Porque quando... como... Ele era um homem fazendeiro. Ele agora no pode... dar-se... dar-se gustos. Você entende? [Pequena pausa] Para ter... Melhor dijo, ter as mesmas coisas, a mesma vida... Então, isso faz muito choque na família, afetou muito. Quase me separo aqui. Quase me separo dele. Quase. Então o que permitió, permitiui não separar-nos foi a igreja. Porque, porque eu empecé a seguir la igreja, já escutei que o matrimônio é para sempre, pra estar nas horas boas e nas más e... Então, agora sou para mis filhos... Sempre eu tava para mis filhos, mas agora mi diversão é sair com eles e com ele... Não mais cerveja! Se eu quero tomar uma cerveja, a compro, ou no, vamos. Ou com ele, ou com os meninos. Mas sozinha com as amigas, não. Não dá.*

Apesar de Rosana ter tomado essa postura frente ao “choque” familiar, seu relato deu sinais de que ela mantinha uma posição ativa no relacionamento com o cônjuge desde antes de deixar sua terra natal. É justamente em sua história de refúgio e na de Gabriela que se pode notar,

senão uma liderança, uma participação fundamental da mulher no processo migratório, o que já se mostra suficiente para contrariar os estudos fundamentados na abordagem neoclássica, que se referem ao lugar da mulher como sendo sempre de acompanhante do marido. De acordo com Assis (2007), na base das teorias push-pull há um pressuposto de que os homens são mais aptos a correr riscos, ao passo que as mulheres são as guardiãs da comunidade e da estabilidade. Essa imagem associa-se à ideia da migração compreendida como resultado de um cálculo racional e individual e relega as mulheres a um lugar secundário, sem reconhecer o seu trabalho como migrantes. O primeiro fragmento a seguir retrata uma passagem da entrevista em que Rosana conta ter sido a responsável não só pela ideia do refúgio (incluindo a escolha do país ao qual pediriam proteção), mas por todo o planejamento que o deslocamento exigia. Já no trecho subsequente, ela explica sua posição de referência e de segurança para os outros membros da família. No terceiro excerto, é a vez de Gabriela, que esclarece ter sido a primeira da família a migrar e, portanto, a pessoa incumbida de tratar do processo burocrático do pedido de proteção ao Brasil.

*Porque eu pesquisei. Eu tava tão desesperada, eu chamei a ACNUR a Bogotá, pra ver se ellos me podiam ajudar. Mas uma amiga falou: “você pode pedir refúgio”. E, então, eu fui donde um advogado, advogado... E ele me falou tudo, me imprimiu leis e tudo. Então, já, yo, é... vinha preparada de como era refúgio e tudo. Porque eu tava: “onde me meto?” Porque lo falavam: “se vocês se escondem nas pedras, nas pedras não vamos encontrar”. Então, foi assim. Eu pesquisei muito em internet, tudo de l’ACNUR. [...] Eu, é... Eu pesquisei, eu hice, eu fiz uma pesquisa de todos os países que tinham, é... fronteira com o meu país. Quando eu vi que não tinha dinheiro pra, para viajar a Canadá, com meu marido e com toda a minha família... Não tinha visto, precisava de visto... Muitas coisas! E vai a demorar. Então, eu falei... Hice, fiz uma pesquisa com meu, com meu, com, com to... com toda a minha família. Eu falei: “meu, é... Aqui não há de outra, senão ir a Brasil. Porque Brasil é o, o país mais grande de latinoamérica... E, e morar em São Paulo, porque São Paulo é muito mais grande, la ciudad mais, é mais... maior”. Entonces, ninguém vai encontrar-nos lá. Manaus não, porque Manaus, muito perto de Colômbia”.*

*Haverão, haverá momentos em los que... Mas remonto de nuevo, de novo. Por que eu no nasci pra... pra... E... No posso ficar assim, porque, então, mi marido fica assim, todos ficam assim! Então... Porque... Sin, sin hombreras, sin embellecimiento, sin... Quando eu me paro, que eu no quero vivir, todos se colocam assim. Todos estão pendentos de cada coisa que eu faço em minha casa. Minha filha, tão pendente, se choro, se estou triste... Ela vai: “ô, mãe, por quê?” E pergunta. Porque nós falamos tudo que tá acontecendo. Entendeu? Mas como eu me mexo, todos se alegram.*

*Eu vim sozinha. E aí eu comecei a fazer todo o processo, de solicitude de pedir o refúgio. Então, eles foram vindo aos poucos, na medida que conseguiram vir [suspiro], porque era muito dinheiro para vir todo mundo junto! E também não podiam vir juntos todos! Porque lá tinha que ver, que fazer algumas coisas. Porque, imagina! Para fechar uma casa!*

A partir dos relatos das mulheres desse terceiro grupo, é possível perceber que as transformações familiares vivenciadas no refúgio afetam não somente as relações conjugais, mas também aquelas entre pais e filhos que se deslocaram juntos. Sobre esse aspecto, a entrevista com Laís enriquece a análise com informações a respeito do que pode ser, para uma mulher, refugiar-se quando se é ainda muito jovem. Diferente das demais voluntárias da pesquisa que, de maneira mais ou menos ativa, pareceram participar da decisão de migrar (já que, em suas falas, demonstraram reconhecer a necessidade desse passo e estar de acordo com ele), Laís<sup>155</sup> não deixou seu país por vontade própria, mas por determinação de outrem: nesse caso, seus pais. Nesse sentido, a idade foi uma condição que trouxe particularidades para a vivência da garota como refugiada, tendo em vista não somente as características biológicas desse momento do desenvolvimento, mas também os sentidos e significados de “ser criança” e de “ser criança refugiada” em suas relações, nas diversas esferas (familiar, escolar, etc.) dos contextos sócio-históricos de origem e de refúgio.

De acordo com Lewis (2006a), existe uma noção do senso comum que admite a migração na infância como um processo de rápida adaptação, cuja facilidade está associada de modo inversamente proporcional à idade e no qual as crianças não têm poder ativo. Para essa autora, tal compreensão está relacionada à ideia, também difundida cotidianamente, de que, imaturos, meninas e meninos são assimiladores passivos e neutros dos códigos culturais presentes no contexto onde eles estão inseridos. Complementando aqui a observação de Lewis (2006a), entende-se que, nesse caso, é possível que as crianças também sejam vistas como seres alheios aos fenômenos considerados externos (como o deslocamento territorial) e, portanto, encaradas como menos afetadas por essas situações do que os adultos. Nesse cenário, é comum deduzir-se, então, que o sofrimento, reconhecido como parte da vivência da migração e do refúgio, seja tão menos intenso quanto menor for a idade do indivíduo.

Como bem notou Lewis em suas pesquisas (2003, 2006a, 2006b), percebe-se que, nesse raciocínio corriqueiro, estão envolvidos significados fossilizados sobre a criança e a infância, os

---

<sup>155</sup> Além de Laís, Janaína também vivenciou o refúgio quando criança. Nessa discussão, porém, será dado destaque à primeira entrevistada, pela centralidade do tema em sua fala. A questão familiar na vida de Janaína, como já foi mencionado, esteve relacionada à perda de todas as suas relações e ao abandono em um campo de refugiados. Como, em sua história, o refúgio se fez necessário mais uma vez, quando já estava adulta, o relato sobre o deslocamento forçado na infância dividiu espaço com aquele mais recente.

quais têm como uma de suas fontes de origem e de legitimação certas vertentes da ciência a respeito do desenvolvimento humano. Além disso, como fazem pensar as produções de alguns estudiosos sobre a infância (PEREIRA; JOBIM E SOUZA, 1998; JOBIM E SOUZA, 2001), o que faz com que essas teorias sejam construídas e se tornem justamente dominantes em determinada época são as características e demandas sociais e históricas de seu contexto. Nesse sentido, conforme analisa Ariès<sup>156</sup> (1981), o significado de criança como um indivíduo diferenciado do adulto foi uma construção da modernidade e que se deu a partir de uma série de mudanças na sociedade. Identificada com as noções que compunha o pensamento iluminista (como a do progresso ou a da linearidade e previsibilidade do tempo e da vida) e que foram fortalecidas pelo modo de produção capitalista, a ideia da criança como um ser incompleto, inacabado, não produtivo, carente e maleável foi sendo consolidada. Nesse ideário, ela é relacionada ao adulto de maneira hierárquica, a partir de uma comparação apenas quantitativa, sob um ponto de vista biologicista (naturalizante e ahistórico), que a inferioriza e a empobrece enquanto sujeito. Idealizada como uma categoria universal, a infância é, assim, considerada um período fixo, caracterizado pela imaturidade, pela felicidade (tendo em vista uma inocência e uma ignorância resultante da incapacidade cognitiva) e pela passividade (LEWIS, 2006b).

Ainda sob as marcas de um adultocentrismo, nos dias atuais, a criança e sua vivência continuam subestimadas e negligenciadas, apesar dos avanços importantes de teóricos que passaram a repensá-la como indivíduo social e histórico e dos avanços constitucionais, reivindicados pelos movimentos sociais e pela luta das mulheres (KRAMER, 2001). No caso específico da criança refugiada, o não reconhecimento de seu sofrimento e de sua participação ativa ao longo do processo de migração parece seguir um raciocínio que confronta o acúmulo de experiências que o adulto e que a criança têm com o país de origem. Quantitativa, essa comparação parece envolver, além do tempo de vida, uma ideia que vincula a capacidade de sociabilidade à idade, fazendo pressupor que as relações da criança e suas prováveis mudanças advindas com o deslocamento são menos significativas. Além disso, é possível analisar ainda que

---

<sup>156</sup> Conforme alerta Gouvea (2008), embora a obra de Ariès (1981) seja uma referência clássica para os estudos da infância, sua análise sobre o processo de construção do significado da criança é limitada a um contexto específico (burguesia europeia) e pode sugerir a ideia de um desenvolvimento linear e ascendente. Mesmo reconhecendo esse viés, entende-se que sua obra não deixa de ser relevante, tendo em vista a defesa da infância como categoria social e histórica e a descrição de discursos tradicionais sobre o universo infantil, muitos dos quais permanecem marcantes na atualidade.

a desvalorização dos afetos da criança pode estar associada a um pensamento que separa a emoção da cognição/razão e que assume a afetividade infantil como natural, descolada da realidade, reduzida aos instintos e, portanto, próxima daquela do animal.

Em sua entrevista, Laís, contradiz essas teorizações, ao analisar as dificuldades em ser refugiada e o sofrimento que a sua mudança, aos 4 anos, para o Brasil, trouxe e ainda tem trazido para as diversas esferas da sua vida. A idade<sup>157</sup>, em seu caso, não a fez imune à separação temporária de sua mãe e de muitos de seus parentes, ao estranhamento frente às diferenças culturais do contexto do refúgio, às dificuldades de inclusão de um refugiado nessa sociedade e às especificidades que se cruzam a essa condição (de gênero, de origem, de raça e de classe social), às crises familiares (especialmente, no casamento de seus pais), aos preconceitos e discriminações que lhe foram dirigidos na escola, aos conflitos identitários próprios da condição de migrante e específicos de um deslocamento forçado (os quais se relacionam ao sentimento de pertencer, ao mesmo tempo, a dois lugares distintos e/ou à solidão de não pertencer a nenhum lugar, intensificados, no caso do refúgio pela impossibilidade legal de retorno ao país de nascimento).

Ao contrário, todos esses elementos relatados pela adolescente não só foram por ela percebidos, sentidos e significados, mas deixaram marcas em sua história, as quais ela revelou procurar ressignificar e transformar. Defendendo a comunicação da verdade na educação da infantil, Vigotski (2004b, p. 354) argumenta que no psiquismo humano, como no mundo, “nada passa sem deixar vestígio, nada desaparece”, especialmente na infância, tendo em vista a sociabilidade específica que a criança possui no processo de seu desenvolvimento e sua relação de dependência do outro (VIGOTSKI, 2006b). A perspectiva desse autor oferece uma outra compreensão da criança que ajuda a explicar seu sofrimento e sua capacidade ativa diante de fenômenos como o refúgio, características ilustradas na fala de Laís. A quantidade de extratos reproduzidos a seguir indica a riqueza de sua vivência migratória na infância e o destaque que esse tema ocupa em seu presente.

*É muito, sei lá... Eu acho que, assim, hoje em dia, eu não fico pensando: “ah, eu sou uma refugiada, eu sou uma refugiada”, sabe? Tipo, triste. Mas eu sei que muitos dos problemas que tem na minha vida, eles são por causa disso, sabe? Por, é... tipo, medidas*

---

<sup>157</sup> O termo “idade” é aqui referido com o significado que Vigotski (2001b; 2006a) atribui em sua obra, ou seja, como uma categoria psicológica (e não simplesmente cronológica), social e histórica.

*que eu tomei quando eu era bem pequena pra, sei lá, me proteger, ou pra não, não ter mais problemas naquela época, e que agora, sei lá, muito disso é reflexo da situação que eu tô passando agora.*

*As minhas irmãs... Sei lá, mesmo que tipo, elas chegaram num momento e viveram isso de maneira mais intensa, porque elas eram mais velhas, eu acho que elas tinham um pouco mais certeza das coisas, elas sabiam o que estava acontecendo. Eu não. Tipo, elas são colombianas. Eu não sei de onde eu sou, sabe? Porque as pessoas falam tanto: “ah, e a Colômbia não sei o quê, a comida não sei o quê...” E eu não sei, sabe? E as pessoas falam de coisas daqui, sabe? De um programa de TV, de coisas... Ah, uma piada tal, uma expressão tal, e eu também não sei. Então, tipo, eu não sei se eu sou de lá. Sabe?*

*Sei lá, avós eu nunca tive, sabe? A minha avó vem aqui de vez em quando, mas eu nunca tive uma avó, sabe? Ou “ah, os meus primos, todos os meus primos, toda a minha família!” Não, só tinha eles e tá. [...] Porque eu era pequena, eu falava: “mano, minha mãe não tá aqui, meus amigos...” sabe? Eu não tinha amigos mais, quando eu era pequena. Minhas irmãs, sabe? Nada a ver comigo. Então eu falava: “meu, o que é que eu faço? Eu não vou poder ficar me lamentando que eu tô sozinha” sabe? Ai eu falei: “eu vou sozinha até onde der”, sabe?*

*Eu cheguei aqui, eu era uma criança, eu era uma criança feliz, aí depois eu virei uma criança meio brava... Aí, eu tive já problemas com os meus pais, porque eles “ah, essa música que você está ouvindo é de satanás!” Tá ligado? Eu ouvia, sei lá, tipo, Kiss. Kiss não é de satanás. [Risos].*

Fazendo uma crítica às abordagens naturalistas e dualistas, que negam o social ou consideram-no uma influência externa ao indivíduo, Vigotski (2006a) defende que a unidade entre o ambiente e o indivíduo se diferencia qualitativamente ao longo de seu processo de desenvolvimento. Discorda, por exemplo, do modelo evolucionista, que equipara o ser humano ao animal e que inclui esses dois sob o mesmo princípio, o da lei biológica. Para o autor, o desenvolvimento do primeiro não se caracteriza pela continuação direta do segundo, mas por um novo tipo de processo, social e histórico, no qual a passagem de um estágio para o outro não se dá por via espontânea, cumulativa e linear, mas sim de forma dialética e, revolucionária, por meio de uma metamorfose, ou seja, de uma transformação qualitativa (VIGOTSKI, 1998). Sendo assim, nessa perspectiva, a criança não é um adulto subdesenvolvido, mas um ser singular, que, desde seus primeiros dias, participa do todo ao qual pertence. Como evidenciaram as passagens narradas por Laís, a criança é capaz de pensar, de sentir e de agir. Porém, quando aciona essas e as demais funções psicológicas, ela o faz à sua maneira, maneira que é específica por conta do tipo de relação entre essas funções.

Embora cada indivíduo migrante seja único, é possível dizer que as crianças refugiadas compartilham aspectos comuns entre si, assim como os adultos nessa condição. Com o

pensamento guiado pelo concreto e pelo emocional (VIGOTSKI, 1994; VIGOTSKI; LURIA, 1996), o indivíduo na infância, provavelmente, não generaliza por inteiro a causa que fez com que ele e sua família se refugassem, bem como a origem das dificuldades encontradas ao longo de tal processo. Essa característica, no entanto, não deslegitima sua vivência, mas a caracteriza como qualitativamente distinta. A criança, a depender das relações das quais participa e da qualidade de comunicação que nelas existe, pode imaginar, por exemplo, que, de alguma maneira, ela é a responsável por determinados conflitos existentes em sua vivência e na vivência de sua família.

Nesse contexto, o significado fossilizado que define a criança como um ser ingênuo, que nada sente ou compreende, pode, ele próprio, nas relações da menina ou do menino refugiado contribuir para essa construção. Conforme alerta Lewis (2006a), como resultado dessa ideia, percebe-se uma recusa em permitir que ela fale sobre tais assuntos e um impedimento (muitas vezes, motivado pelo desejo de proteger) de que a criança se aproprie das questões relativas à sua história de vida. O lugar que a criança ocupa em uma família, portanto, pode influenciar o seu enfrentamento diante da situação de refúgio, já que indicará a maior ou menor participação nas decisões e nas conversas sobre a mudança (SARRIERA; PIZZINATO; MENESES, 2005).

Na história de Laís, a reivindicação do diálogo familiar sobre o refúgio, na fase da adolescência, parece concretizar sua necessidade de ressignificar e elaborar em palavras o que ela vivenciou na infância e sentiu não ter sido percebido e compreendido por aqueles à sua volta. Com sua maneira específica de comunicação (própria de sua situação social de desenvolvimento), a reação de indiferença à separação por alguns meses de sua mãe, descrita tanto em sua entrevista como na de Gabriela, parece ter sido, por exemplo, uma forma de expressar seu sofrimento, o qual talvez tenha se caracterizado, nessa questão em especial, pelo abandono ou rejeição. Sentindo-se sozinha e isolada dos demais membros de sua família nuclear, Laís parecia investir, na época da entrevista, em uma luta para ter seus sentimentos e dificuldades legitimados e reconhecidos.



A insistência em discutir sobre o refúgio com seus pais assume um sentido de contradição ao outro, tendência não só da adolescência<sup>158</sup>, mas das outras idades críticas do processo de desenvolvimento humano. Aqui, a noção de crise não assume um significado puramente negativo, relacionado às perturbações causadas por mudanças hormonais e pelos impulsos não controlados do jovem indivíduo (ideia dominante na sociedade atual e associada à explicação naturalista do adolescente), mas ao salto qualitativo provocado pela formação do novo e pela ruptura com o antigo no percurso revolucionário do desenvolvimento (VIGOTSKI, 2006a). No caso de Laís, ao mesmo tempo em que demonstra a transformação de seu modo de pensar e de se comunicar, a adolescente vê suas ações limitadas, já que ainda depende dos seus pais. Sua necessidade de falar sobre a vivência no refúgio permanece latente, mesmo porque sua mãe ainda aparenta, para ela, não entender e reconhecer seu sofrimento. Quanto à Gabriela, a resistência em falar sobre o assunto não parece indicar uma negligência à filha mais nova, mas, possivelmente, uma dificuldade de remoer o passado no país de origem, o qual ainda traz consequências para seu presente. Procurando outras vias de ajudar sua filha, a entrevistada sugeriu um acompanhamento psicológico para Laís. Nos trechos a seguir, a garota desabafa sobre alguns dos conflitos que faziam parte da rotina familiar na época da entrevista e que, segundo ela, são discutidos na psicoterapia.

*Tipo, eu já era meio, tipo, já sofria muito bullying, essas coisas, mas eu não entendia direito e também não me importava, sabe? Aí, foi mais pra cá, que eu fui percebendo como é que eram as coisas... E, sei lá, assim, tem sido muito horrível, sabe? Aí agora, sei lá, já tá melhor. Mas tem muitos problemas, tipo, com a minha família... Sei lá, eles não percebem que... Tipo, eles acham que muitas coisas que você faz, você faz por fazer, porque você quer... sei lá, causar problema. Mas eles não entendem que tem muita coisa vinda lá de trás, de muitas coisas, assim, que aconteceram...*

*Eu acho que isso é um pouco o que a minha mãe faz e é muito ruim pra ela. Porque ela tenta esquecer, esquecer, esquecer, só que ela vê que vão surgindo muito mais problemas comigo, sabe? Com coisas que aconteceram. E eu acho que ela fica muito brava porque eu fico persistindo nessas coisas que aconteceram antes. Só que eu acho que, mano, você não pode só esquecer, sabe? Fingir que nada aconteceu. Eu sei que as nossas vidas, elas não foram em vão. Tipo, que elas têm... eu tô sofrendo assim, mas que é por uma coisa certa. Isso é muito bom. Mas, sei lá, o problema é que eles não veem as sequelas que essas coisas deixam, sabe? Você se mudar, você ficar sem a sua família... Eu vejo que quem mais teve problema com isso fui eu, porque... eles, eles tavam juntos, as minhas irmãs, elas eram todas mais velhas e elas contavam muito mais com os meus pais, e eu não, sabe?*

---

<sup>158</sup> Aqui, vale repetir que, tal como a infância, o significado de adolescência é sócio-historicamente construído, a partir das necessidades de determinado contexto. Do mesmo modo que a infância é associada à felicidade no ideário contemporâneo, a adolescência é comumente reduzida à infelicidade.

Apesar de todas as transformações que o refúgio em família pode trazer para as relações de uma mulher, a condição de vivenciá-lo acompanhada de parentes foi referida por grande parte das entrevistadas (inclusive pelas próprias representantes desse grupo) como um forte atenuante das dificuldades e do sofrimento relacionados a esse tipo de deslocamento. Embora não se considere possível, nem se pretenda comparar quantitativamente e de forma genérica como a migração forçada vinha afetando a vida das participantes da pesquisa (visto que se trata de um fenômeno complexo e dinâmico), a proximidade da família no país do refúgio revelou-se um diferencial, pela chance de, ao menos nessa esfera de suas relações, poder contar com alguém de confiança e se sentir reconhecido. Obviamente, nos casos em que os vínculos de filiação já haviam sido enfraquecidos ou rompidos pelo conflito que motivou o refúgio, as relações com seus familiares concretos e a hipótese de proximidade com eles no país estrangeiro não possuía o mesmo significado. No entanto, mesmo nesses contextos, a ausência da família não deixou de ser lamentada e sua presença sonhada, seja ao considerar a hipótese de um parente que não existe, seja ao imaginar-se e projetar-se construindo um vínculo futuro.

#### *7.1.2 A fragilidade ou ruptura do vínculo orgânico no refúgio: entre o desemprego e o trabalho/emprego precário:*

De maneira geral, a inserção profissional das mulheres refugiadas se revelou uma questão crucial de suas vivências ao estar diretamente relacionada ao seu status social no país estrangeiro e ao sofrimento que pode causar a situação de encontrar-se desempregada. Depois da problemática referente às relações familiares, o trabalho (ou a ausência dele na forma de atividade laboral remunerada) foi o tema mais frequentemente relacionado, pelas entrevistadas, à sua insatisfação no refúgio, tanto por aquelas que estavam na França, quanto pelas que estavam no Brasil. Essas queixas envolveram aspectos encontrados nos dois países, relacionados à própria especificidade do refúgio, como também tiveram particularidades, referentes a situações típicas de cada um dos dois contextos, como será analisado posteriormente.

Prosseguindo numa abordagem sócio-histórica de construção do homem e da sociedade (VIGOTSKI, 1996, 2004b), o trabalho se desvenda como uma categoria central no processo de

desenvolvimento desse binômio. Mediação importante entre o indivíduo e a realidade, o trabalho pode ser definido como a atividade humana por excelência, pois, à diferença da atividade vital ou animal, desdobra-se na consciência, possibilitando uma transformação planejada da natureza e a produção da subjetividade. Fundamentando-se no referencial marxista, essa ideia de trabalho implica também compreendê-lo como uma atividade que se modifica ao longo da história da humanidade e que, conseqüentemente, é vivenciada de maneira diferente em cada contexto, a depender da maneira pela qual a produção é organizada socialmente. Isso quer dizer, que apesar de seu potencial de desenvolvimento e criação, o trabalho pode ser apropriado como uma forma de dominação e de controle social (LEÃO et al, 2006).

No modo de produção capitalista (característico de grande parte das sociedades contemporâneas e atualmente atualizado segundo o ideário do neoliberalismo), a atividade remunerada e, mais precisamente, o emprego constitui uma das principais formas de institucionalização do trabalho e, portanto, de atuação social (SANTOS, 2010). Quando ele falta ou quando é interdito (como em alguns casos das mulheres entrevistadas), o indivíduo é afetado em suas relações com o meio, com os outros e consigo mesmo por uma série de modificações não só materiais, mas também psicológicas e sociais. Na realidade do refúgio, a ruptura do vínculo de participação orgânica (PAUGAM, 2008) se mostrou praticamente inevitável. Pressionados pela urgência desse tipo de deslocamento, aqueles que são ameaçados se veem obrigados a deixar o emprego, muitas vezes, sem que tivesse havido uma previsão ou um planejamento. Já ao chegar ao país estrangeiro, a condição de migrante e, em especial, de refugiado acumula uma série de dificuldades específicas no processo de reinserção laboral.

De todas as 20 entrevistadas, todas relataram vivenciar ou ter vivenciado dificuldades para se inserir profissionalmente no país de refúgio, com exceção de Laís, que se dedicava apenas aos estudos escolares. Em seus depoimentos, dois sentidos principais da falta de emprego se destacaram (sendo a eles relacionada uma série de outros sentidos e afetos): a privação material, resultante de um empobrecimento financeiro, e a vivência de um tempo vazio, provocado pelo enclausuramento no mundo privado e por seu isolamento nas relações sociais. Com relação à primeira dimensão atribuída ao desemprego, a impossibilidade de consumir o básico, mesmo quando recorriam à ajuda de terceiros ou a benefícios sociais, revelou não só uma carência concreta de proteção, mas também a incerteza a respeito do seu próprio futuro e, quando foi o

caso, do futuro de seus familiares. Nesse sentido, por exemplo, muitas entrevistadas ao mencionarem o tempo limite de estadia no abrigo, revelaram angústia e preocupação com a previsão de, sem atividade remunerada, não poderem pagar os custos de uma nova moradia, nem arcar com as despesas básicas do dia-a-dia. A seguir, os trechos dos relatos de Jamile, Priscila, Talita, Amália e Olga, respectivamente, ilustram uma instabilidade e uma insegurança, que também foram reveladas em várias das demais entrevistas.

*Porque, aí, se eu trabalho um pouco, eu sei que, verdadeiramente, eu não peço a ninguém de me pagar um sabão, ou de me pagar uma pasta de dente para eu escovar... Ou de me pagar o creme para o meu corpo... Na realidade, necessidades! Necessidades, necessidades, é... pessoais, na realidade. Para, para uma mulher. [...] Mas se eu não trabalho! Eu sou obrigada. A pedir. E se... Não é a cada vez que você pede que você pode obter.<sup>159</sup>*

*Se eu trabalhasse eu poderia comprar les fraldas para crianças, eu poderia comprar tudo. Mas si j'ai ne travaillé pas<sup>160</sup>, é difícil, hein? Eu tenho dois filhos... E usa fralda. Na escola, ele levou cinco, pra escola, cada dia, cinco fraldas.*

*Sete meses! Sete meses sem trabalho! Sabe, né? Então, precisa chinela, roupa, olha: [mostra o cabelo para a pesquisadora] cabelo pra arranjar. Se tem muito cabelo, pra nós, indo pra trançar... Mas não tem dinheiro, não tem como pra fazer, não tem namorado não. É! Sabe? Muito difícil, Cécile! É... Tem muitas que... E você tá aqui... Tem muitas... Refugiados tá na rua, a pedir dinheiro no gente... O abrigo<sup>161</sup> nos ajuda sim, o abrigo nos ajuda. Mas é todas não. Todas não. Tem muito... Eu, eu já fiz nove meses aqui. Daqui a pouco tempo, eu pra sair aqui do abrigo. E sabe, Cécile? Eu tô sozinha aqui. Não tem mãe aqui, e irmãs e irmãos não. Sozinha... Então precisa trabalho para conseguir dinheiro e pra, pra, pra alugar casa pra mim. E aquele casa, vou precisar cama... tudo, tudo, viu? [...] Tudo ali... Tudo ali tá... me fais... Ai... Vou falar como? Ô, português! [Risos] Tudo ali... É... É! Vou falar como? Ça me dépasse, quoi! Je ne sais pas si tu me comprends<sup>162</sup>. É... Estou a pensar quando sair daqui...*

*Sim, agora são 5 meses. São 5 meses. Depois de 5 meses, vire-se! Eu não sei se eu vou de novo voltar para a rua. Porque eu não tenho habitação, eu ainda não comecei a trabalhar. Aqui, deve-se pagar o aluguel com dinheiro. Eu não sei o que vai acontecer comigo depois de 5 meses.<sup>163</sup>*

<sup>159</sup> *Parce que là, si je travaille un peu je sais que vraiment je ne demande à personne de me payer soit un savon, ou bien de me payer la pâte dentifrice pour me brosser... Ou bien de me payer la crème pour mon corps... En fait, des besoins! Des besoins, des besoins, euh... personnelles en fait. Pour, pour une femme. [...] Mais si je ne travaille pas! Je suis obligée. De demander. Et si... c'est pas à chaque fois que tu demandes que tu peux obtenir.*

<sup>160</sup> Nesse momento da entrevista, Priscila fala um trecho em francês, que traduzido corresponde a: “Mas, se eu não trabalho”.

<sup>161</sup> Nesta oração, o nome do abrigo foi omitido com o objetivo de preservação da identidade das entrevistadas.

<sup>162</sup> Com dificuldades para expressar o que sentia em português, Talita mesclou em alguns momentos trechos em francês. Nesse caso, ela quer explicar não conseguir dar conta.

<sup>163</sup> *Oui, maintenant, c'est 5 mois. Après 5 mois, débrouillez-vous! Je ne sais pas si je vais encore retourner dans la rue. Parce que je n'ai pas d'habitation, je n'ai pas encore commencé à travailler. Ici, le loyer faut payer avec l'argent. Je sais pas ce que je vais devenir après 5 mois.*

*Mas, chegando aqui, se dá um lugar para comer, para se... Mas, deve-se dar trabalho para os refugiados, porque, aqui, não se dá dinheiro, você vê? Não se dá nem mesmo 10 moedas aqui... Dez reais. O quê? Os dez reais aqui? Vai comprar assim, comprar para as crianças. Como as crianças, elas vêm da escola, você vê? Elas vêm da escola lá, elas encontram suas famílias, elas estão limpas. De toda forma, as crianças aqui querem morar na... no país, como as outras. Para não ficar muito complexada, é preciso ter alguma coisa. Comer é bom, dormir é bom, mas depois de 6 meses? Depois de 6 meses, você vai fazer como? Sob um ângulo, trata-se de... de acolher as pessoas aqui. É preciso dar trabalho, como os outros países fazem, você vê? [...] Os outros países são assim. Acolhe-se, dá-se os... Como eu, o saldo do meu marido. Nem eu, eu, eu vou... É “cuidar... criança”. Meu marido vai trabalhar, aqui são 6 meses somente. Você compreende?<sup>164</sup>*

Sem a desejada autonomia financeira, recorrer ao apoio de entidades, amigos e desconhecidos se revelou a única saída, para essas mulheres, em sua luta diária para satisfazer suas necessidades e na procura por uma vaga de emprego. No entanto, devido ao tempo de estadia no território de refúgio (que, apesar de diferir entre os casos, era curto em comparação àquele de se ter nascido no país), à distância da família e dos amigos e à não familiaridade ao contexto e cultura estrangeiros, essa alternativa se revelou um novo desafio, segundo o relato das entrevistadas. Além disso, para algumas das participantes da pesquisa, a dependência desse tipo de ajuda e intermédio repercutia, segundo elas, em afetos de vergonha e humilhação e em uma imagem negativa de si mesmas. Nas duas primeiras citações que se seguem, Olga exemplifica a falta de referências e de contatos que dificulta a possibilidade de contar com uma rede de proteção. Já nos três trechos seguintes, além dela, Gabriela e Jamile, nessa ordem, descrevem o mal-estar em depender de favores, o qual, de maneira geral, pode envolver um sentimento de rebaixamento e o constrangimento em incomodar aqueles que lhe prestam auxílio.

*É difícil encontrar trabalho. Nós não sabemos, nós vamos fazer como? Nós vamos colocar a cabeça em baixo, assim, para achar? Mas, é muito difícil aqui, é, de todo modo, difícil, nós não sabemos...<sup>165</sup>*

*Quando se diz: “ei, Cáritas, dê-me roupa”, Cáritas te dá atualmente. “Oh, eu, eu não tenho chinela, dê-me chinela.” Eles te dão. As crianças não tem mochila, eles te dão.*

<sup>164</sup> *Mais arrivé ici, on donne la place pour manger, pour se... Mais il faut donner travail pour les réfugiés, parce qu’ici on donne pas l’argent, tu vois? On donne même pas un dix coins ici... Dix reais. Quoi, les dix reais ici? Va acheter comme ça, achète pour les enfants. Comme les enfants, ils viennent de l’école, tu vois? Ils viennent de l’école là-bas, ils trouvent leur famille, ils sont propres. Quand même, les enfants ici veulent habiter dans la... dans le pays comme les autres. Pour ne pas être très complexés, il faut avoir quelque chose. Manger, c’est bien, dormir, c’est bien, mais après six mois? Après six mois, vous allez faire comment? Sur un angle, c’était des... d’accueillir les gens ici, il faut aussi donner le travail, comme d’autres pays fait. Tu vois? [...] D’autres pays c’est comme ça. On accueille, on donne les... Comme moi, le solde de mon mari. Même pas moi, moi, je vais... c’est “cuidar... criança”. Mon mari va travailler pas, ici c’est 6 mois seulement. Tu comprends?*

<sup>165</sup> *C’est difficile de trouver le travail. On sait pas, on va faire comment? On va met la tête en bas comme ça pour trouver? Mais, c’est très difficile ici, c’est quand-meme difficile, on ne sait pas...*

*Depois, você vê? Sempre pedir, pedir. Tem que haver trabalho para os migrantes. Você vê? Migrantes! Quando eles saem de lá, você dá o trabalho. Não é acolher somente, feijão com arroz: “hora, hora de feijão”. Você come feijão todo dia. Quando você for sair, se , você vai comer isso onde? Você vai comer isso onde? É preciso que se coloque o trabalho para os migrantes. Exemplo: há uma empresa lá, de... De quê? De... [incompreensível], que procura os operários. Vem-se nas casas, aqui, procurar-se um trabalho fácil, um trabalho no... É, assim: “quem quer trabalhar nas padarias? Quem quer trabalhar nos hotéis aqui? É na limpeza e doméstica.” Você vê? “Limpeza e doméstica”. Para achar isso, por enquanto, mesmo limpeza lá, ou doméstica, onde encontrar isso? Todas as mães que você viu lá, sentadas ali, elas procuram trabalho. As mães ali, você vê?<sup>166</sup>*

*Eu, eu lembro que eu falava para eles: “a única coisa que eu quero, que eu preciso, es um trabalho. E uma vez que eu tenha um trabalho, vocês nunca vão me ver nunca mais aqui.” Eu lembro que eu falava. “Porque eu preciso trabalhar, eu não quero incomodar ninguém.” Sabe? Sentir que a gente está mendigando. Ai, nossa!*

*É o que eu disse à Anne<sup>167</sup>: “eu não sirvo para nada.” Porque, tá aí: eu não... Todo o tempo, eu fico, eu fico ali, atrás das pessoas para pedir ajuda, ajuda. Entretanto, eu mesma, eu posso ajudar. Porque eu não sou deficiente física, eu posso trabalhar. Eu posso fazer tudo. Tudo o que me mostram, eu posso fazer. Eu não estou doente. É verdade, eu tenho dor nas costas, mas isso não me impede de trabalhar. Então, realmente, isso me faz mal... ficar assim sem nada. [...] E, às vezes, também, eu tenho vergonha. Eu não posso pedir a uma pessoa uma vez, duas vezes, três vezes! Uma só vez, eu tenho muita vergonha. Quando eles me dão uma vez, eu tenho vergonha. Eu sou uma pessoa, verdadeiramente, que tem muita vergonha de pedir. De pedir para me ajudar: “ajude-me, ajude-me”. Se eu estou doente, sim. Ai, eu peço.<sup>168</sup>*

Tendo em vista a articulação entre os diferentes sentidos do desemprego identificados nas entrevistas, a imagem negativa de si e o sentimento de inferioridade também se revelaram

<sup>166</sup> *Quand on dit: “eh, Caritas, donne-moi l’habit”, Caritas te donne aujourd’hui. “Oh, moi, je n’ai pas de chinele, donne-moi les chinele.” Ils te donnent. Les enfants, il n’y a pas de mochila, on te donne. Après: tu vois ? Toujours demander, demander. Il faut avoir le travail pour les migrants. Tu vois? Migrants! Quand ils sortent là-bas, tu donnes le travail. C’est pas accueillir seulement, feijão com arroz: “hora, hora de feijão”. Vous mangez le feijão, tous les jours. Quand tu vas sortir, si, tu vas manger ça où? Tu vas manger ça où? Il faut qu’on mette le travail pour les migrants. Exemple: il y a une entreprise là-bas, de... De quoi ça? De... [Incompréhensible], qui cherchent les ouvriers. On vient dans les casas, ici, on cherche un travail facile, un travail dans les...Euh, comme ça: “qui veut travailler dans les boulangeries? Qui veut travailler dans les hôtels ici? C’est dans la limpeza et domestique.” Tu vois ? “Limpeza et domestique.” Pour trouver ça pour le moment, même limpeza là, ou domestique, où trouver ça? Tous les mamans que tu as vu là-bas, assis là-bas, ils cherchent le travail. Les mamans là, tu vois?*

<sup>167</sup> O nome mencionado na entrevista foi substituído com o objetivo de preservação da identidade da participante e das outras pessoas citadas.

<sup>168</sup> *C’est ce que j’ai dit à Anne: “je suis bonne à rien.” Parce que voilà : je ne... Tout le temps je suis en train, je suis là en train de, de rester derrière les gents pour demander des aides, des aides, des aides. Pourtant, moi-même je peux aider. Parce que je ne suis pas handicapée, je peux travailler. Je peux faire tout. Tout ce que m’on montre, je peux le faire Je ne suis pas malade. C’est vrai, j’ai mal au dos, mas ça ne m’empêche pas de travailler. Donc, vraiment ça me fait mal... de rester comme ça sans rien [...] Et des fois aussi j’ai honte. Je ne peux pas demander à une personne une fois, deux fois, trois fois! Une seule fois, j’ai trop honte. Quand ils me donnent une fois, j’ai honte. Je suis une personne, vraiment qui a trop honte de demander. De demander de m’aider: “aidez moi, aidez moi”. Si je suis malade, oui. Là, je demande.*

relacionados, em boa parte dos relatos, à ausência de reconhecimento social, vide à última passagem, de autoria de Jamile. A partir desse exemplo é possível entender que, diante da dificuldade de serem aceitas ou de se estabelecerem em um emprego, as mulheres refugiadas se sentem insignificantes para o mundo que as cerca, já que, nele, o valor e o status de um sujeito é julgado por sua participação na esfera do trabalho, organizado sob o contrato do emprego (LEÃO et al, 2006).

Na sessão anterior, analisou-se como a transformação da divisão de trabalho em uma família que se refugia se constitui em uma das formas por meio das quais esse tipo de deslocamento pode afetar as relações entre membros parentais, provocando, muitas vezes, crises e rompimentos. Ao se tratar de uma condição que, no refúgio, atinge não apenas um indivíduo (como em determinadas histórias de desemprego), mas todos os integrantes do grupo familiar, a dificuldade de integração profissional parece repercutir em um isolamento social bastante intenso, a partir da concentração da família em si mesma. No contato com as entrevistadas que estavam acompanhadas dos filhos no país estrangeiro e fora do mercado de trabalho, foi possível observar, portanto, o tempo de sua rotina ocupado e administrado segundo as necessidades e o ritmo das crianças. Ao mesmo tempo, em muitas das histórias compartilhadas, o próprio fato de não ter com quem dividir as responsabilidades pela educação dos pequenos e os afazeres domésticos (seja pela imposição do modelo patriarcal ou por estarem sozinhas e já isoladas no país estrangeiro) impedia a disponibilidade para um trabalho fora de casa, principalmente nos casos das mulheres que tinham bebês ou nos quais existia uma dificuldade de encontrar vagas em escolas ou creches, situações evidenciadas, por exemplo, pelas respectivas falas de Camila, Cássia e Priscila.

*Se eu não tivesse uma criança, talvez fosse outra coisa. Eu posso ir, eu posso falar, procurar meus amigos, eu posso ir passar... Eu tenho uma irmã. Então, é uma grande amiga, mas é como uma irmã também. Mas, nós não nos vemos com frequência. Nós nos conhecemos na [incompreensível] e eu vim. Antes de chegar aqui, eu estava em um centro de acolhida de urgência. Essa irmã, ela tem sua irmã aqui. Ela já tem seus documentos, ela trabalha. Ela ganhou seus documentos pelo pai de seu filho. E ela me dizia: "se você não tem, não tem nada para fazer, você pode vir, nós iremos na casa da minha irmã. Lá, há muita gente, eles vão... Há uma boutique... Nós podemos passar um, dois dias lá". Com o bebê? Não gosto. É melhor ficar aqui. Talvez com o bebê, quando ela chorar, ela diga: "ei, sua filha está dando uma de bebê".<sup>169</sup>*

<sup>169</sup> *Si j'avais pas un enfant, peut-être ça serait autre chose. Je peux aller, je peux parler, chercher des amis, je peux aller passer... J'ai une soeur... Donc, c'est une grande amie, mais c'est comme une sœur aussi. Mais on se voit pas souvent. On s'est connaît à la [incompréhensible], et je suis venue. Avant d'arriver ici, j'étais dans un centre*

*E, aqui, trabalhar no Brasil, eu tô a procurar creche. Então, chamar para vir trabalhar, ficar assim com criança, sem trabalho... É difícil. Tudo comprar! Papinha, leite, descartável, fralda...*

*Para achar um trabalho, se o bebê não está na creche, eu não posso trabalhar. [...] Eu pedi ajuda para poder entrar na creche de minha ...Para poder trabalhar, para poder trabalhar, eu pedi ajuda na creche, mas... não é o dia. Mas eles me deram leite e fralda, que eu pude vestir meus filhos graças a Deus.*

Enclausuradas no espaço das residências e abrigos, encerradas, de maneira geral, na família ou em si mesmas (no caso das refugiadas que migraram desacompanhadas), as entrevistadas revelaram o sofrimento causado pelo que identificaram como ócio e pelo sentido atribuído a elas mesmas de inutilidade. Principalmente no contexto dessas últimas, a modificação no significado do tempo, que passou a ser sentido como vazio, estático e prolongado, foi descrita como um dos aspectos negativos da ausência de uma atividade laboral remunerada, sendo relacionada ao sentimento de solidão e à angústia por não ter o que fazer.

Nesse contexto, a restrição de suas relações e, conseqüentemente, da possibilidade de serem afetadas positivamente em encontros interpessoais repercutia não apenas psicologicamente, mas também no corpo das mulheres em questão, segundo seus depoimentos. Essa correspondência é possível de ser compreendida quando se parte do princípio de que o homem é um ser inteiro e que, portanto, não está fragmentado entre seu físico e o emocional (ESPINOSA, 1983a) Ao formar uma unidade, a relação de interdependência entre esses dois componentes não se dá como resultado da influência de um deles sobre o outro, nem de maneira hierárquica ou causal, mas por conexões complexas que se alteram à medida que o indivíduo é afetado em seu contexto (VIGOTSKI, 2004a). Ao adotar tal perspectiva, a relação entre saúde e doença passa a ser, aqui, entendida, como da ordem dessa vivência, a qual sintetiza o biológico, o psicológico, o social e o histórico. Nessa direção, conforme analisam Barreto (2006b) e Sawaia (2003), saúde e doença assumem, portanto, um sentido ético e político, visto que revelam o cuidado da sociedade com seus cidadãos, o qual é vivido, individualmente, na tensão entre padecer e resistir.

---

*d'accueil d'urgence. Cette soeur-là, elle a sa soeur ici. Elle a déjà ses papiers, elle travaille. Elle a gagné les papiers par le père de son enfant. Et elle me disait: "si t'as pas, t'as rien à faire, tu peux venir, on va aller chez ma soeur. Là, il y a plein de gens, ils vont... Il a une boutique... On peut passer un, deux jours là-bas." Avec le bébé ? J'aime pas. C'est mieux de rester ici. Peut-être qu'avec le bébé, quand elle pleure, elle dit: "heï, ta fille, elle fait le bébé".*



Desse modo, é possível analisar o adoecimento descrito pelas entrevistadas como relacionado, de maneira geral, à vivência da desigualdade social, a qual, por sua vez, concretizava-se nos processos de exclusão-inclusão das sociedades de origem e de destino da migração. Nos próximos parágrafos, são reproduzidos, na ordem seguinte, recortes das entrevistas de Betânia, Jamile, Ísis, Talita, Amália e Viviana que, em seu conjunto, descrevem alguns dos incômodos físicos e psicológicos vivenciados no isolamento (frente à não participação na esfera produtiva do trabalho empregado) assim como, mencionam a diminuição desse desconforto a partir do momento em que começaram a desempenhar um ofício no país estrangeiro e passaram a ter uma vida mais ativa. Essa mudança é descrita, no último relato, por Viviana, que busca explicar a emoção de sentir-se, de alguma maneira, fazendo parte do mundo. Em sua história específica, a possibilidade de investir em uma formação profissional e a organização de uma rotina de tarefas parecem ter reorientado a vida da migrante e renovado sua confiança em sua capacidade e em seu valor social.

*Porque eu vim aqui? Porque aqui não tem nada... Pff. Não tem nada a fazer aqui. Porque, nesse estado, tem se passado assim. Pff. Eu me arrependo... Eu fico sozinha. Durante a manhã até à noite, você dorme, dorme. Você se cansa. Ê!*<sup>170</sup>

*Eu penso! Eu não consigo dormir. Se eu trabalho um pouco, tudo bem. Aí, eu estou cansada, quando eu venho. Eu não tenho a tarde, eu durmo. Mas, quando eu não trabalho, eu não durmo. A partir das 4 horas, 5 horas, eu tenho sono. Aí, eu durmo até às 8 horas, 9 horas. De 6 horas, às 8 horas, aí, eu durmo profundamente. Eu não sei o que acontece. Eu, eu não consigo dormir.*<sup>171</sup>

*Sim, é diferente aqui. Eu estou um pouco assim, inativa. Eu não faço nada. É por isso que eu engordei. Eu ganhei quase quinze quilos, você vê? É muito. É muito... Eu ganhei quinze quilos. [...] Porque, agora, eu não faço nada, eu não me mexo muito. Eu como, eu fico assim. Eu não me mexo muito. As dificuldades são, primeiramente... me [incompreensível] assim sem trabalho. Isso me faz muito mal. Porque eu já estava acostumada. E, além disso, de... de ficar dentro desses quatro pequenos muros. Oh! Eu suporto muito mal. Eu suporto muito, muito mal.*<sup>172</sup>

<sup>170</sup> *Pourquoi je viens ici ? Parce qu'ici il n'y a rien... Pff. Il n'y a rien de faire ici. Parce qu'à l'état ça passé comme ça. Pff. Je regrette... Je reste seule. Pendant le matin jusqu'au soir, tu dors, tu dors, tu dors. Tu fatigues. Euh!*

<sup>171</sup> *Je pense! Je n'arrive pas à dormir. Si je travaille un peu, ça va. Là je suis fatiguée, quand je viens. J'ai pas le soir, je dors. Mais quand je ne travaille pas, je ne dors pas. Jusqu'à 4 heures du matin, 5 heures du matin. A partir de 4 heures, de 5 heures, j'ai sommeil. Là je dors jusqu'à 8 heures, 9 heures. De 6 heures à 8 heures, là je dors profondément. Je ne sais pas ce qui se passe. Moi, je n'arrive pas à dormir.*

<sup>172</sup> *Oui, c'est différent ici. Je suis un peu comme ça, inactive. J'ai fait rien. C'est pour ça que j'ai grossi ! J'ai ajouté presque quinze kilos, tu vois? C'est beaucoup! C'est beaucoup... J'ai ajouté quinze kilos. [...] Parce que là, j'ai fait rien, je ne bouge pas beaucoup. Je mange, je reste comme ça. Je ne bouge pas beaucoup. [...] Les difficultés c'est d'abord... me [incompréhensible] comme ça sans travail. Ça me fait très mal. Parce j'étais déjà habitué. Et puis de... de rester dans ces quatre petit mures! Oh... Je supporte très mal. Je supporte très, très mal.*

*Humrum. Eu vou conseguir! Hum! Tô a esperar só. E pra ficar só em casa... Foi lá, pra me ajudar no trabalho. Espera, espera até uma empresa... É, tem empresa sim. Você vai esperar. Nossa! Pra esperar até quando? Eu já ficou em casa muito tempo. 7 meses é muito. Nossa! Sem fazer nada, nada! Nada!*

*Eu, pra sair, é Cáritas. Fora da Cáritas, não, eu permaneço no abrigo<sup>173</sup>. Todos os dias. E eu, eu estava sozinha. Eu estava sozinha. Eu não tenho vontade de passear, não. O bairro, eu conheço somente sair daqui para ir na Cáritas. Cáritas-abrigo, é tudo. Porque eu não tenho dinheiro, motivo pelo qual isso me deixa um pouco doente, mas se eu começo a trabalhar, eu acho que eu vou me recuperar bem. Claro que essa história aí, isso volta todos os dias. Às quatro horas da manhã, às vezes três horas da manhã, a insônia. Essa história aí me retorna. Essa história aí me retorna... Antes, eu tinha até pesadelos. Eu vi como se essas pessoas estivessem todas perto de mim. E quando eu acordo: mas, ninguém! Eu estou no Brasil! Talvez quando eu começar a trabalhar, ganhar um pouco de dinheiro, adquirir até mesmo setenta por cento do que meu coração deseja, talvez, pouco a pouco, pouco a pouco, mas é difícil...<sup>174</sup>*

*Porque os remédios de qualquer forma eu tive que tomar, mas de vez em quando. Isso foi reduzido ao menos, eu diria, 60%. Eles foram reduzidos. Porque antes eu os tomava todo o tempo, todo o tempo, todo o tempo! Mas agora eu me sinto bem, eu os tomo de vez em quando. Porque é quando as crises de angústia retornaram e eu me bloqueio. Aí, uma vez que eu tenho as crises, eu não consigo nem respirar. É a voz que se vai... É... tudo! A palpitação e tudo... Eu me bloqueio! Então, de repente, como eu não quero isso, eu tomo os remédios e eu durmo. No chão, por aí. Para não fazer besteira, como eu não bebo, eu não fumo. Mas, como eu comeci a formação, às vezes isso acontece, eu não devo, é normal. Eu estou acostumada. Mas eu tento me acalmar um pouco, de fazer um pouco os exercícios, o romance, eu leio, para que não seja um dia inútil meu! Para a formação, é preciso que eu os assegure, que essa que eles veem lá todos os dias, que eu sou independente, eu sou obstinada e eu estou pronta a fazer essa formação. É preciso que eu os mostre essa motivação. É preciso que eu os mostre essa força, que eu tenho minha experiência. Eu não posso fazer tudo, eu sei, eu sei. Mas, eu não posso também mostrar-lhes que eu sou incapaz. É preciso que eu tente lutar, eu mesma, sobre mim, antes de chegar lá. [...] Então, eu quero dizer, a formação é minha ideia, viu? Porque aqui é uma atividade que eu não faço há 4 anos. De me levantar bem cedo, de sair o dia todo, de ver diferentes pessoas, de falar, de viver de forma diferente, de ver a nova tecnologia, de entrar nos lugares, nas coisas, no tempo... você entende? Isso muda um pouco isso! Isso te mostra a tua qualidade, isso te mostra tuas experiências, você as evoca, ora! Você tenta evoluir [...] Então, eu tenho o trabalho, eu tenho a formação, eu tenho a atividade humana. Entende? Então... Não é negativo, ora. Eu quero dizer. Existe a diferença, mesmo. Existe a diferença. Porque eu não tinha nada além disso a pensar. Mas agora eu não penso nada. Eu só penso o presente.<sup>175</sup>*

<sup>173</sup> Nesse caso, o nome da instituição referida foi omitido com o intuito de preservação da identidade da entrevistada.

<sup>174</sup> *Moi pour sortir, c'est Cáritas. En dehors de Cáritas, non, je reste au Centre. Tous les jours. Et moi j'étais seule. J'étais seule. Je pas envie de me promener, non. Le quartier je connais seulement quitter ici pour aller à Cáritas. Cáritas-Centre, c'est tout. Parce que je n'ai pas d'argent, raison pour laquelle, ça me rend un peu malade, mais si je commence à travailler, je pense que je vais bien récupérer. Bien sûr cette histoire-là, ça me revient presque tous les jours. A quatre heures du matin, parfois trois heures du matin, l'insomnie. Cette histoire-là me revient. Cette histoire-là me revient... Avant, je faisais même des cauchemars. Je voyais comme si ces gens-là sont tout près de moi. Et quand je me réveille: mais, personne! Je suis au Brésil! Peut-être quand je vais commencer à travailler, gagner un peu d'argent, me procurer même à septante pourcent ce que mon cœur désire, peut-être petit à petit, petit à petit, mais c'est difficile...*

<sup>175</sup> *Parce que les médicaments quand-même je l'ai prendre, mais c'est de temps en temps. Ça s'est diminué au moins, je vais dire, 60%. Ils sont diminués. Parce qu'avant je les prenais tout le temps, tout le temps, tout le temps! Mais là je me sens bien, je les prendre de temps en temps. Pourquoi c'est quand les crises d'angoisse ont revenues et je m'en*

A fragilidade e até mesmo a ruptura do vínculo de participação orgânica, tal como aponta Paugam (2008), não é, entretanto, um fenômeno exclusivo de se estar à margem do mercado de produção coletiva. A ausência de proteção e/ou de reconhecimento nessa esfera da vida social pode também ser característica de alguns tipos de trabalho ou de determinadas condições de emprego, como aqueles que fizeram e faziam parte da vivência de muitas entrevistadas. Nessas situações, o sofrimento ético-político (SAWAIA, 2006b), significado sob a forma de humilhação, medo, indignação, ódio e tristeza, e identificado na imagem negativa de si mesmo como a de alguém incapaz, inferior ou desprovido de valor, também se revelou marcante nos relatos das participantes, embora tenha apresentado nuances diferentes, relacionadas às especificidades do emprego ou do trabalho precários, que conferem sentidos particulares a esses sentimentos.

Sem aprofundar-se nas diferenças entre os dois contextos de pesquisa (tema que será tratado mais adiante), foi possível observar, logo à primeira vista, uma perda de status profissional para a grande maioria das mulheres que já exerciam algum tipo de profissão no país de origem. Nas duas realidades estudadas, as alternativas encontradas de atividade assalariada foram semelhantes, quase todas elas envolvendo trabalhos braçais, de baixa remuneração e desvalorizados socialmente. Fazer limpeza em lugares públicos ou privados, trabalhar como empregada doméstica ou como camareira de hotel foram exemplos comuns nas histórias das entrevistadas, mesmo nos casos em que elas tinham completado o Ensino Médio e/ou possuíam qualificação e experiência em alguma área diplomada no Ensino Superior. A necessidade de realizar uma função, em que suas capacidades profissionais específicas não são aproveitadas (e,

---

*bloque. Là, une fois que j'ai des crises, je peux même pas respirer. Il y a la voix qui part... Il y a... tout! La palpitation et tout...Je me bloque! Donc, du coup, comme je veux pas, je prends des médicaments et je me couche. Par terre, d'ailleurs. Pour pas faire de bêtise, comme je bois pas, je fume pas. Mais, comme j'ai commencé la formation, parfois ça m'arrive, je dois pas, c'est normal. Je suis habituée. Mais j'essaye de me calmer un peu, de prendre un peu les exercices, le roman, je lis, pour ne peux pas être journée inutile de moi! Pour la formation, il faut que je les assure, que celle qu'il voit là-bas tous les jours, moi, je suis indépendante, je suis volontaire et je suis prête à faire cette formation. Il faut que je les montre la motivation. Il faut que je les montre le courage que j'ai mon savoir-faire. Je peux pas faire tout, je sais, moi, je sais. Mais, je peux pas aussi les montrer que je suis incapable. Il faut que j'essaye de luter, moi-même, en moi, avant d'arriver: [...] Donc, je veux dire, la formation est ma idée, hein? Parce que là c'est une activité que plus de 4 ans j'ai pas fait. De me lever très tôt, de partir, toute la journée, de voir des différentes personnes, de parler, de vivre autrement, de voir la nouvelle technologie, de rentrer dans les sites, dans les trucs, dans le temps... tu vois? Ça change un peu, ça! Ça te montre ta qualité, ça te montre tes expériences, tu les évoque, quoi! Tu essayes d'évoluer [...] Donc, j'ai le travail, j'ai la formation, j'ai l'activité humaine. Tu vois? Donc... C'est pas négatif, quoi. Je veux dire. Il y a la différence, même. Il y a la différence. Parce que j'avais pas que ça à penser. Mais maintenant je pense rien. Je pense que le présent.*

portanto, não são reconhecidas) foi significada de modos relativamente distintos pelas participantes. De forma geral, foi possível identificar que, para algumas delas, o trabalho precário era sinônimo de humilhação, pelo próprio tipo de serviço, como também de indignação, raiva, tristeza e frustração pelo não reconhecimento do potencial produtivo que elas mesmas acreditavam possuir. Foi o caso, por exemplo, de Rosana e Olga, respectivas autoras das próximas duas falas transcritas.

*Com, com 100 mil pesos, que seria 100 reais, yo podia hacer lá muitas coisas. Enquanto comida, a mistura. Acá não. Entonces... Mas, sentir muita falta com o aluga-se... aluga-se. E mais porque eu tinha casa própria... Casa amplia... Grande. Então, tinha que venir, vir aqui, fazer a faxina de outro, limpar a urina de outros. Isso fazia... um ódio! Um ódio! Eu no falo pra ninguém, mas vou falar pra você. Porque no sei, mas vou falar. Eu, cada vez que eu to fazendo essa faxina, yo me morro [Começa a chorar]. [...] Mas eu la faço bem. No deixo de fazer, porque tem que ser, é... honesto e, então, não deixo nada sem limpar. E me forço, com, com muita tristeza, meu coração, mas me forço, para que tudo limpinho. Porque a moça me está pagando, para que eu faça. Mas eu falo: “tanto estudar, tanto ir a outra ciudad estudar para... para no ter o que fazer isso, senão na minha casa, não a outra pessoa. Na minha casa, mi filha...*

*Mesmo no Congo, no nosso país, no Congo, você estudou bem, quando você vem aqui, para te darem um trabalho de escritório, é muito difícil. Todos os refugiados são jogados na “limpeza”, “doméstica”. É preciso achar bons trabalhos de escritório aí, que... [...] Lá no Congo, eu trabalhava, você vê? Como secretária. Eu tralhava em uma empresa. E em uma empresa de transporte. [...] Depois, eu vim trabalhar na faculdade de... na universidade do nosso país. Grande universidade da minha cidade. Na faculdade de Medicina. Eu estava lá como secretária. Sou eu quem gerava todos os dossiês, de quê...? Os dossiês dos... dos doutores, dos médicos, que faziam seleção. Eu, eu quero saber, é lá, é lá, é lá. Mas, chegando aqui, quem vai dar trabalho? Você vê? “Limpeza”. Onde encontrar trabalho aqui? É muito difícil, minha cara.<sup>176</sup>*

Para algumas outras mulheres, o tipo de trabalho em si não se mostrou o foco principal de sua preocupação, mesmo quando a atividade não correspondia, em termos de status social e salário, àquela que desempenhavam no local de origem. Além das particularidades de suas histórias pessoais, estando sozinhas no país de refúgio (ou acompanhadas apenas de filhos pequenos), as entrevistadas que expressaram esse tipo de discurso e de postura pareceram fortemente afetadas pela incerteza em relação ao presente e ao futuro (e, conseqüentemente, pelo

<sup>176</sup> *Même au Congo, chez nous, au Congo, tu as étudié bien, quand tu viens ici, pour qu'on te donne le travail de bureau, c'est très difficile. Tous les réfugiés sont noyés dans “limpeza”, “doméstica”. Il faut trouver le bon travail de bureau là que... [...] Là-bas au Congo, je travaillais, tu vois? Comme secrétaire. Je travaillais dans une entreprise. Et dans entreprise de transport. [...] Après je suis venue travailler à la faculté de... à l'université de notre pays. Grande université de ma ville. À la faculté de Médecine. J'étais là-bas comme secrétaire. C'est moi qui gérais tous les dossiers, de quoi ça...? Les dossiers des... des docteurs, des médecins, qui fait l'agrégation. Moi, je vais savoir, c'est là-bas, c'est là-bas, c'est là-bas. Mais arrivée ici, qui va te donner ce travail? Tu vois? “Limpeza”. Où trouver le travail ici? C'est très difficile, ma chère.*

medo de não conseguir neles se manter), diante de um desafio que não tinham com quem compartilhar. Como foi analisado na sessão anterior, ainda que a convivência com outros parentes no refúgio trouxesse outras dificuldades e uma maior carga de despesas, a possibilidade de estar junto à família, quando isso é desejado, revelou-se, em geral, uma fonte de segurança para a refugiada. Desse modo, talvez, por conta dessa condição de fragilidade, tais migrantes sentissem que não podiam recusar determinado tipo de serviço, nem mesmo achá-lo ruim. Nos extratos a seguir, Jamile e Amália mencionam, nessa ordem, a prioridade de ter um trabalho remunerado, fosse ele qual fosse.

*Tudo o que eu posso trabalhar, para que eu possa ter meu ganho, não há problema. Mesmo se eu chegar a ter meu status, eu trabalho no hospital, se alguém me chama para fazer faxina, uma vez que será paga, eu a faço. Eu, não há problema, não me incomoda. De trabalhar.<sup>177</sup>*

*Ah! Não importa, não importa... Porque eu, eu sou enfermeira. Para trabalhar aqui no Brasil, é preciso estudar. Eu não posso trabalhar diretamente assim... Não importa. Eu, eu quero fazer, não importa. Limpeza, cozinhar, ajudar cozinha... Não importa.<sup>178</sup>*

A respeito da inserção em um trabalho precário, Gabriela foi a grande exceção, dentre as entrevistadas. Podendo contar com a presença de membros da família que já moravam no Brasil e dispondo, assim, da ajuda de uma rede de contatos<sup>179</sup>, a colombiana conseguiu uma vaga para lecionar espanhol em uma escola renomada. Apesar do desgaste físico causado pela intensa carga horária de trabalho e do salário relativamente restrito (dificuldades da carreira de professor no Brasil, principalmente do profissional de Ensino Escolar), a migrante parecia sentir prazer com a tarefa educativa e se identificar com a função que desempenhava. De todo modo, se, por esse lado, ela se diferenciou das outras participantes por se sentir realizada na profissão, por outro, sua condição de estrangeira, assim como no caso das outras refugiadas, não passava despercebida no emprego, mais precisamente, nas relações com os outros funcionários da instituição. No excerto de sua entrevista, reproduzido logo adiante, Gabriela conta que se via em desvantagem em

<sup>177</sup> *Tout ce que je peux travailler, pour que je puisse avoir mon gagne, il n'y a pas de problème. Même si j'arrive à avoir mon statut, je travaille à l'hôpital, si quelqu'un m'appelle pour faire le ménage, une fois que je serai payée je le fais. Mais, il n'y a pas de problème, ça ne me dérange pas. De travailler.*

<sup>178</sup> *Ah ! N'importe, n'importe... Parce que moi, je suis infirmière. Pour travailler ici au Brésil, il faut encore étudier. Je peux pas directement le travail comme ça... N'importe. Moi, je veux faire, n'importe. "Limpeza", "cozinhar", "ajudar" cuisine... N'importe !*

<sup>179</sup> A ausência de uma rede de contatos foi sentida, especialmente, por aquelas migrantes, cuja profissão dependia de sua reputação ou reconhecimento social de sua competência. Foi o caso de Melina, que era cabeleireira e de Priscila e Cássia, que eram costureiras em seus países de origem.

relação aos colegas e vulnerável a perder o emprego. A partir da sua fala, é possível inferir um certo medo e insegurança presentes em sua rotina profissional, que fazia com que ela se submetesse a situações incômodas ou de exploração.

*Eu sempre falo para alguns colegas: “minha posição, minha posição es de muita desvantagem.” Eu sou muito, muito... frágil, e muito vulnerável. Porque eu, eu tenho que engolir muito sapo. E queira quer não, es por minha condição. Eu tenho! Aqui, eu tenho! Eu tenho que engolir muita coisa, por la condição. Aceitar muita coisa: “vá para aqui, vá para lá, faça aqui, faça lá”.*

A dificuldade com a língua estrangeira, a não equivalência de currículos profissionais e diplomas entre os países e a impossibilidade do porte de certos documentos, como históricos e certificados escolares (que, por conta da urgência da fuga, foram deixados no local de origem), foram algumas das condições específicas da migração e do refúgio que dificultaram a integração profissional de determinadas entrevistadas, em suas formações originais e de um modo geral. Foi, inclusive, buscando evitar os dois primeiros obstáculos, que muitas das migrantes entrevistadas que se refugiaram na França, dentre outros motivos, escolheram<sup>180</sup> esse destino (assim como explicou Olga, entre muitos países francófonos, não só a língua, mas também o sistema educacional é correspondente). No entanto, para além dessa limitação formal ou burocrática, uma outra questão se revelou mais profundamente relacionada à precariedade de trabalho e de emprego aqui debatida. Longe de se resumir à ausência/presença de atributos ou ao domínio de habilidades, entende-se que essa problemática envolve, antes de tudo, a relação de poder existente entre nacionais e migrantes e as desigualdades entre culturas, raças, etnias e classes sociais. Sendo assim, é possível, então, observar que os mencionados contratempos do refúgio assumem pesos distintos a depender do caso, e entender porque, mesmo quando eles não existem, a integração profissional não deixa de ser difícil para alguns.

Tomando o caso de Gabriela como referência, pode-se pensar que sua condição social e a cor de sua pele (e não apenas a possibilidade de contar com uma rede de contatos) tenham feito diferença para sua contratação como professora de língua espanhola. Essa suposição não nega sua vivência de insegurança e de desvantagem no emprego (relacionada à sua condição de estrangeira) e nem tem a intenção de afirmar que sua integração profissional tenha sido fácil, mas aponta para o conjunto de determinantes sociais e históricos que podem estar envolvidos na

---

<sup>180</sup> Obviamente, essa avaliação só foi possível nos casos em que as mulheres tiveram possibilidade de escolher o destino final de sua viagem.

relação de exclusão/inclusão da mulher refugiada na realidade do trabalho. Nos demais exemplos a seguir, Olga, Talita e Ísis denunciam como o preconceito pode atuar na competição por um emprego e impedir, sob a forma de discriminação e de exploração, a garantia de todos os direitos que dele decorrem. Essas falam sugerem, portanto, a baixa valoração atribuída ao trabalhador estrangeiro e, sobretudo, africano, que, por condições sociais e históricas distintas, está presente nas sociedades brasileira e francesa.

*Para achar um trabalho aqui, para eles, o problema é minha pele, para o trabalho [...] Nós fazemos currículos aqui, acolá. E é todos com pele assim. [...] Os peles negras. Quando eu vou a um escritório, poucas pessoas aceitam assim, hein? “Ei, menina, você é bonita assim”, mas todas as pessoas vão olhar somente assim. Hein? Você vê? É, como se fosse sujeira, se, é como se nós não fôssemos vistos o sangue. Como se seu sangue é outro, para nós é outro. Você vai ao escritório, te olham como se nós fôssemos... Ou nem te olham. Nós somos os negros, você vê? [...] Eles são brancos, brancos! Eles te olham como se eles não te vissem.<sup>181</sup>*

*Você sabe que brasileira quando tá a trabalhar com africana, ele não vai começar a trabalhar muito não. Ele tem lá, pra falar só: “faz assim”, pra mandar só. Pra nós assim: eu também vou ser igual, mas você tá lá, tá me mandando: “faz assim, vai limpar ali!” Você tá lá, mas eu também vou ser igual, o mesmo posto.*

*Se lhe é proposto um trabalho... propõe-se um trabalho a um francês... é o preço que o francês pede. Se o empregador não quer pagar esse dinheiro, ele vai buscar imigrantes e ele paga menos caro. Aí, eu digo que, não, aí vocês têm razão! Vocês têm razão, porque um imigrante, ele está na necessidade. Às vezes, ele está sem emprego. Ele trabalha clandestinamente. Tudo o que lhe for proposto... É isso o mal. Mas se é dada a possibilidade de dar a todo mundo trabalhos, quer dizer que existiria uma lei, é... uma lei... existiria uma lei... Por exemplo, quando você... Por exemplo, para os eletricitas: tal trabalho custa tanto. Todo mundo vai respeitar. Mas, tanto quanto os imigrantes não tem trabalho, eles vão pegar não importa qual preço.<sup>182</sup>*

Conforme já mencionado em capítulo anterior<sup>183</sup>, o racismo, assim como o preconceito contra determinada origem (nacional ou regional), é um mecanismo das relações de dominação,

<sup>181</sup> *Pour trouver le travail ici, pour eux, le problème c'est ma peau, pour le travail. [...] On a fait des curriculums par ci, par là. Et c'est tous les peaux ainsi. Les peaux noires. Quand tu vas au bureau, peu de personnes acceptent comme ça, hein? “Eh, menina, você é bonita assim”, mais tous les personnes vont regarder seulement comme ça. Hein? Tu vois? Euh, comme si c'était de saleté, si c'est comme si nous sommes pas vu le sang. Comme votre sang c'est autre, pour nous c'est autre. Tu vas au bureau, on te regarde comme on est des... Ou on te regarde même pas. Nous sommes les Noirs, tu vois? [...] Ils sont blancs, blancs ! Ils te regardent comme ils te voient pas.*

<sup>182</sup> *Si on te propose un travail... on propose un travail a un français... c'est le prix que le français demande. Si l'entrepreneur ne veut pas payer cet argent, il va chercher des immigrés et il paye moins cher. Là je dis que, non, là vous avez raison! Vous avez raison parce que un immigré, il est dans le besoin. Parfois il est sans emploi. Il travaille dans le noir. Tous ce qu'on va le proposer... c'est ça le mal. Mais si on donner la possibilité de donner a tout le monde des travaux, c'est à dire que l'aurait une loi, er... une loi... il 'y aurait une loi... Par exemple, quand tu... Par exemple, pour les électriciens: tel travail ça coûte autant. Tout le monde va respecter. Mais autant que les immigrés n'ont pas de travail ils vont prendre n'importe quel prix.*

<sup>183</sup> Cf. Capítulo 2.

por meio do qual as diferenças sociais são naturalizadas para serem preservadas (CROCHÍK, 2006). Na disputa específica pelo espaço de trabalho, principalmente em contextos em que o desemprego atinge taxas elevadas, a desvalorização e discriminação do outro é uma arma para ocupar ou se manter no poder. Sendo o migrante historicamente considerado um intruso ou forasteiro, é comum restar a ele empregos temporários ou semi-continuados (nomeados popularmente, no Brasil, de bicos), caracterizados por uma remuneração muito baixa e por uma frágil proteção aos seus direitos. Obviamente, essa desigualdade não se reproduz da mesma maneira para todos os estrangeiros, independente de raça, etnia, nacionalidade ou classe social. Por questões específicas a cada contexto pesquisado, relacionadas à história de migração no país, os africanos estão dentre os mais atingidos pela precariedade de emprego e de trabalho, tal como analisa Ísis no trecho seguinte.

*Aqui, se respeita mais os americanos, portanto, os países que os ultrapassam. Mas os países como os árabes e nós outros, pff! Não há muito respeito. Isso é a classe base que provoca isso. Mas os verdadeiros franceses, que ganham suas vidas bem, eles não se ocupam disso, hein? Eles não têm tempo de refletir assim. Mas se eles se encontram em dificuldade, então, somos nós que os colocaram nessa dificuldade. É isso é o problema.*

<sup>184</sup>

Associada a essas características identitárias e sociais, o gênero também instaura particularidades no processo de integração profissional das refugiadas. Ao chegar em um país estrangeiro, a migrante em situação de refúgio se depara com uma realidade específica de negociação dos papéis de gênero nas relações de trabalho, podendo encontrar, por exemplo, uma certa padronização das opções direcionadas aos homens e às mulheres, como também ter que lidar com as desigualdades (de salário, de oferta de emprego, etc.), resultantes dessa divisão. Conforme evidenciaram os relatos desapontados de algumas entrevistadas, pode-se dizer que o acesso restrito a tarefas consideradas, tradicionalmente, femininas (as quais envolvem atividades de cuidado e limpeza, por exemplo) foi uma tendência do universo das migrantes nos dois contextos em que se desenvolveu a pesquisa, sem esquecer, é claro, que essa tendência se dá a partir do cruzamento entre a especificidade do gênero e outros fatores, como raça, etnia, nacionalidade e classe social. Além das atividades de cunho doméstico, a prostituição foi

---

<sup>184</sup> *Ici, on respecte plus les américains, donc les pays que les dépassent. Mais le pays comme des arabes et nous autres, pff! Il n'y a pas beaucoup de respect. Ça c'est la basse classe que provoque ça. Mais des vrais français que gagne leur vie bien, il ne se occupe pas de ça, hein!? Il n'a pas le temps de réfléchir comme ça. Mais s'ils se trouvent dans des difficultés, alors c'est nous que les avons mis dans cette difficulté. C'est ça le problème.*



também referida, nesses depoimentos, como outra forma de exercício remunerado característico da vivência de refúgio. Nos fragmentos das entrevistas que se seguem, Ísis, Olga e Jamile explicam, nessa sequência, por meio do relato de experiências pessoais ou de compatriotas, que esse tipo de trabalho (quando não é vivido de maneira forçada) pode significar, na França e no Brasil, a única alternativa de sustento encontrada ou aquela avaliada como a melhor dentre as possibilidades existentes.

*Porque eu conheço muitos dos meus compatriotas que estão aqui... Você vê? Com essa insuficiência quando dão dinheiro, a mulher é mais exposta à prostituição. A mulher é mais exposta à prostituição, se você não tem... se você não tem um muro sólido. E, aí, como nós somos solicitantes de refúgio, nós estamos aqui, muitos dos homens na cidade sabem já que... Não? Se você tem dinheiro, assim que eles chegam aqui, é somente... eles te dão e aí... Você vê? Mas eles encontram, de todo modo, mulheres sólidas também, e se... Por exemplo, eu, há uma mulher aqui que é minha vizinha e... Então, o dinheiro, ela nos dizer apenas nada. É o respeito. É o respeito.*<sup>185</sup>

*As moças, todas as moças vão se tornar... o quê? O bordel. Eles começam a vender seus... seus o quê? Seus corpos, seus corpos para pegar alguma coisa. Eu conheço algumas moças que faz isso, à noite, assim. Elas saem para ter alguma coisa, para comprar sabão, comprar óleo. [...] Eu, eu estou com meu marido, eu sou casada, eu respeito meu marido, eu estou aqui. Mas, se você é sozinha, você vai fazer o quê? Você vai fazer isso.*<sup>186</sup>

*É muito duro. Porque aqui, você sabe? Aí, os homens daqui, eles procuram apenas mulheres que são como eu. Eu dou o meu próprio exemplo. Se eles sabem que você não tem documentos, você não tem trabalho, você não tem onde dormir, eles te propõem muitas coisas. Eles te dizem: "eu te dou 50 euros ou 10 euros ou 100 euros, você fica comigo." Para quê? Para se deitar com eles. Eles te propõem dinheiro para ir se deitar com eles... E alguém que tem fome, que não reflete, que não tem onde dormir, que precisa verdadeiramente... se você não tem dignidade, você vai. Eu vivi isso.*<sup>187</sup>

<sup>185</sup> *Parce que je connais beaucoup de mes compatriotes que sont ici... Tu vois déjà? Avec cette insuffisance quand on donne de l'argent, la femme est plus exposée à la prostitution. La femme est plus exposée à la prostitution si tu n'a pas... si tu n'a pas un mur solide. Et puis comme on est des demandeurs d'asile, on est ici, beaucoup d'hommes à la cité savent déjà que... Non? Si tu as l'argent, dès qu'ils arrivent ici c'est seulement... ils te donnent et puis... Tu vois? Mais ils rencontrent quand-même des femmes solides aussi et si... Par exemple, moi, il y a une femme ici qui c'est ma voisine et... Donc, l'argent elle nous dire seulement rien. C'est le respect. C'est le respect.*

<sup>186</sup> *Les filles, toutes les filles vont devenir des...quoi ça? Le bordel. Ils commencent à vendre leurs... leurs quoi ça? Leurs corps, leurs corps pour prendre quelque chose. Je connais quelques filles qui fait ça, le soir comme ça. Ils sortent pour avoir quelque chose, pour acheter le savon, acheter de l'huile. [...] Moi, je suis avec mon mari, je suis marié, je respecte mon mari, je suis là. Mais si tu es seule, tu vas faire quoi? Tu vas faire ça.*

<sup>187</sup> *C'est très dur. Parce qu'ici, vous savez? Là, les hommes d'ici ils ne cherchent que des femmes qui sont comme moi. Je donne l'exemple à moi-même. S'ils savent que tu n'as pas de papiers, tu n'as pas de travail, t'as pas ou dormir, ils te proposent beaucoup de choses. Ils te disent "je te donne 50 euros ou 10 euros ou 100 euros, tu restes avec moi." Pour quoi? Pour se coucher avec eux. Ils te proposent de l'argent pour aller se coucher avec eux.... Et quelqu'un qui a faim, qui ne réfléchit pas, qui n'a pas où dormir, qui a vraiment besoin.... si tu n'as pas la dignité, tu vas y aller. J'ai vécu de ça.*

As dificuldades de integração profissional enfrentadas pelas migrantes em situação de refúgio e analisadas até aqui não se mostraram diretamente relacionadas ao status jurídico da migrante quando se tratou do Brasil. Nesse país, a grande diferença entre as mulheres reconhecidas como refugiadas e aquelas que ainda aguardavam a resposta à sua solicitação foi, em alguns casos, o tempo de estadia no país e, conseqüentemente, o maior conhecimento das primeiras da nova realidade e de um gama de contatos. Já no contexto francês, a problemática do trabalho e do emprego envolveu vivências distintas entre as mulheres com e sem o status de refúgio reconhecido.

Conforme já abordado em capítulo anterior<sup>188</sup>, o direito ao trabalho é uma das diferenças mais visíveis quando se compara as políticas brasileira e francesa de proteção ao refugiado. Enquanto no Brasil, o migrante em situação de refúgio tem direito a uma carteira de trabalho, desde o momento em que registrou seu pedido de proteção, na França, suspendeu-se essa garantia para os solicitantes que ainda aguardam a resposta. Pretendendo dissuadir a vinda de estrangeiros identificados como “falsos refugiados” e vivendo uma realidade de repressão à migração, a imagem do solicitante de refúgio, nesse último contexto, se equipara àquela do migrante ilegal, que se desloca para buscar melhores condições econômicas em território estrangeiro por meio de um melhor emprego (KOBELINSKY, 2010).

Sem autorização para trabalhar, as entrevistadas que requereram proteção em território francês relataram sentimentos intensos de medo e insegurança, relacionados à incerteza sobre a avaliação do seu pedido, tendo em vista que o teor dessa resposta, nesse contexto, faria uma grande diferença para as suas vidas. O medo, como afeto característico desse momento de indefinição, esteve atribuído, portanto, a uma série de conseqüências negativas que resultariam de uma decisão contrária ao reconhecimento do refúgio, tais como a perda dos benefícios até então concedidos, a manutenção da interdição ao trabalho, a transferência para o status de migrante ilegal e o “convite” para retornar ao país de origem. Frente a essas ameaças, esse sentimento motivou assim, em algumas histórias, a vinculação de uma dupla espera: pela documentação de permanência no país estrangeiro e por um emprego. No primeiro exemplo a seguir, Viviana explica sua opção por não trabalhar informalmente, buscando evitar qualquer infração que

---

<sup>188</sup> Cf. Capítulo 4.

comprometesse uma futura acolhida. Já na segunda passagem, Janaína resume o sentido de ser aceita pelo país, naquele momento de sua trajetória: a possibilidade de trabalho.

*Sim, antes eu não trabalhava. Eu não fazia nada. Eu tinha medo que me rejeitassem e que eu voltasse pra merda, eu tinha... Porque aí, eu preferia a morte do que retornar para lá. Era minha escolha.*<sup>189</sup>

*Eles mostraram uma pessoa e a pessoa me disse: “sim”, de deixar eu entrar porque era não era uma primeira solicitação, era uma resposta do OFPRA. E depois eu fui, e dei a eles a correspondência, eles me deram um ticket, eu esperei, depois eles me deram um recibo de três meses, marcado: “assalariado”. Eu posso trabalhar. Pronto. [Ela chora].*<sup>190</sup>

Como já foi discutido anteriormente, a ausência do trabalho, de forma geral, tem implicações não só materiais, mas também psicológicas e sociais para o indivíduo, envolvendo afetos derivados da tristeza e transformando sua identidade e suas relações. Seu caráter ativo e potencializador explica porque, para além da questão econômica, ele continua sendo necessário na vida de um indivíduo. Sendo assim, apesar da relativa proteção garantida pelo Estado francês (sob a forma de moradia e auxílio financeiro, por exemplo), muitas solicitantes de refúgio revelaram o desejo pela integração profissional nesse contexto. Ainda que o benefício social não fosse suficiente, a procura por um emprego (que perseverou em muitos casos mesmo quando isso significava uma infração à lei do país) não pareceu se resumir à complementação de uma renda, mas envolver, sobretudo, a busca por uma autonomia, por um sentido à vida e por um sentimento de realização e de valorização de si.

Sendo assim, conforme já observaram outros autores (VALLUY, 2008a; KOBELINSKY, 2010), um dos efeitos perversos da interdição francesa ao trabalho, portanto, passou a ser a transformação dos solicitantes de refúgio em trabalhadores clandestinos. Se, conforme analisado anteriormente, as migrantes em situação de refúgio já são, de modo geral, afetadas pelas relações de poder na esfera do trabalho (vivenciando preconceitos, discriminações e violações dos seus direitos), quando essas mulheres se inserem em um emprego irregular e ilegal, tornam-se mais propensas à exploração e aos riscos dela derivados.

<sup>189</sup> *Oui, avant je travaillais pas. Je faisais rien. J'avais peur qu'on me rejette et que je me retourne dans la merde, j'avais... Parce que là, j'ai préféré la mort que de retourner là-bas. C'était mon choix.*

<sup>190</sup> *Ils ont montré une personne et la personne m'a dit: “oui”, de laisser rentrer parce que c'est pas la première demande, c'est une réponse de l'OFPRA. Et après je suis partie, je les ai donné le courrier, ils m'ont donné un ticket, j'ai attendu, après ils m'ont donné un récépissé de trois mois, c'est marqué “salarié”, je peux travailler, voilà. [Elle pleure].*

Sem poder contar com a proteção e a segurança de um contrato formal ou dos órgãos e dispositivos do governo responsáveis por regulamentar os direitos e deveres dos trabalhadores no país, as participantes entrevistadas em território francês descreveram situações em que foram, por exemplo, alvos de golpes, esses tendo sido encorajados, provavelmente, por sua condição documental. Foi o caso de Jamile que contou ter ficado sem o pagamento por um serviço desempenhado com o registro de outra migrante. Prática comum entre os empregadores, o “empréstimo” de documento de estrangeiros regulares no país foi descrito por ela como uma forma de tornar viável o trabalho para aqueles que não possuem autorização para exercer essa atividade no país. Entretanto, muitas vezes, o acordo não é cumprido e o trabalhador é enganado, como aconteceu com a guineense. A seguir, Jamile e Milena se referem a outros episódios de sua vivência no refúgio francês, marcados pelo perigo e pela instabilidade de trabalhar clandestinamente. Nos dois primeiros relatos, as duas mulheres se referem, nessa sequência, a mudanças imprevistas e arbitrárias de seus salários. Já na terceira citação, Jamile revela as ameaças e riscos que uma mulher, especificamente, pode sofrer.

*Ah, eu, eu não tenho mais confiança nela. Como eu não terei meu dinheiro, eu não tenho mais confiança nela. Porque, na última vez, ela me disse que... Eu disse a ela que eu trabalhei nove dias, ela me disse: “não”, que não é os nove dias que ela conta, é o número de quartos. Entretanto, tinham me dito que era preciso trabalhar quatro horas. Se ela me diz que ela conta o número de quartos, e aí, depois, ela me diz os dois primeiros dias, que isso ela não leva em conta, é um período de experiência, eu digo: “não é normal”. Você faz mais de quatro horas de tempo, te dizem que é um período de experiência! É preciso que te paguem. Então, eu não compreendo, eu não tenho mais confiança.<sup>191</sup>*

*Yo penso que porque como ela sabe que nós não temos los papeles, ela quer aproveitar. Ela estava pagando 1.300, agora ela está pagando, vai pagar 900 euros. Eu não posso trabalhar assim.*

*Tem um senhor, eu encontrei um senhor. [...] Ele me diz: “eu encontrei um trabalho para você. Mas o trabalho é para fazer faxina. [...] Eu tenho um amigo que tem um bar café. É para ir fazer faxina, mas não é no bar café. É na casa dele que você deve fazer a faxina”. Eu tenho um amigo que eu conheci aqui. Ele, é um amigo, um simples amigo. Ele, eu expliquei a ele minha situação, ele me deu as coordenadas das associações onde eu deveria ir. Eu expliquei a ele. Mas antes de explicar a ele, eu não queria ir. Eu disse: “eu não falo porque é um complô aí. Ele me coloca alguma coisa, chegando lá, ele vai me fazer mal”. Mas, de toda maneira, eu peguei o número e dei ao meu amigo. Eu disse:*

<sup>191</sup> *Ah, moi j'ai plus confiance à elle. Tant que j'aurai pas mon argent, j'ai plus confiance à elle. Parce que la dernière fois elle m'a dit que...je l'ai dit que j'ai travaillé neuf jours, elle me dit non, que c'est pas les neuf jours qu'elle conte, c'est le nombre de chambres. Pourtant, on m'avait dit il faut travailler quatre heures. Si elle me dit qu'elle conte le nombre de chambres, et puis après elle me dit les deux premiers jours, que ça elle ne prend pas en compte, c'est un essai, j'ai dit : “c'est pas normal”. Tu fais plus de quatre heures de temps, on te dit que c'est un essai ! Il faut qu'on te paie. Donc, je ne comprends pas, j'ai plus confiance.*

*“eu te dou o número. Às 11 horas, se você chama e que eu não respondo, saiba que alguma coisa me aconteceu. É, não. Ao meio dia ou 13 horas, você me chama. Se eu não respondo, alerte a polícia. Você dá o número à polícia, eles vão tentar chamar, saiba que há alguma coisa que me aconteceu. Ele me disse: “não vá.” Eu disse a ele: “eu vou, eu quero o dinheiro. Ele disse que vai me pagar”. Eu olhei apenas a sua reação. Ele me disse: “se você for lá, você vai ver.” Então, eu esperei até 22 horas ou 23, eu enviei a ele uma mensagem de texto. Eu disse: “sinto muito, amanhã eu não irei.”<sup>192</sup>*

Além dessa especificidade que diferencia, em alguns aspectos, a vivência de trabalho das solicitantes de refúgios que se encontram no Brasil e na França, uma outra diferença também pôde ser observada nos relatos das entrevistadas dos dois contextos, dessa vez no que diz respeito às relações de trabalho daquelas que já tinham obtido o pedido de proteção aprovado. Além de serem autorizadas a trabalhar, as migrantes reconhecidas como refugiadas pela França passam também a ter o direito de se cadastrar no serviço da agência nacional de empregos, o Pôle Emploi. Nesse caso, a sua integração profissional é facilitada por meio da ajuda de um conselheiro que constrói um perfil profissional da migrante e a orienta na procura por uma vaga. Por meio desse organismo, a mulher refugiada pode solicitar também a inscrição em cursos de formação para uma melhor capacitação em determinada área (como fizeram Janaína, Carolina, Isabela e Viviana, por exemplo) e um seguro desemprego (PSM, s.d.).

Sendo uma instituição destinada a atender todo cidadão francês (e não propriamente e especificamente os estrangeiros, apesar de incluir os regulamentados), o simples acesso a ela não significou, obviamente, uma garantia de inserção profissional (muito menos, por tempo indeterminado) para as participantes da pesquisa, até porque as migrantes reconhecidas como refugiadas não deixam de ser afetadas pelas desigualdades, no mercado de trabalho, entre nacionais e estrangeiros. Mesmo assim, pelo que indicaram as entrevistadas, a possibilidade de fazer uma demanda de emprego a uma agência especializada significou, em suas histórias, uma

---

<sup>192</sup> Il y a un monsieur, j'ai rencontré un monsieur. [...] Il me dit: “j'ai trouvé un travail pour toi. Mais le travail c'est pour faire le ménage. J'ai un ami qui détient un bar café. C'est pour aller faire le ménage, mais c'est pas dans le bar café. C'est chez lui que tu dois faire le ménage”. J'ai un ami que j'ai connu ici. Lui, c'est un ami, un simple ami. Lui, je lui ai expliqué ma situation, il m'a donnée des coordonnées des associations où je dois aller. Je lui ai expliqué. Mais avant de lui expliquer, je ne voulais pas y aller. J'ai dit: “je ne parle pas parce que c'est un complot là. Il me met quelque chose, arrivée là-bas, il va me faire du mal.” Mais de toute façon j'ai pris le numéro et j'ai donné à mon ami. J'ai dit: “je te donne le numéro. À 11 heures, si tu appelles que je ne répons pas, saches que quelque chose m'est arrivée. Euh, non. À midi ou 13 heures, tu m'appelles. Si je ne répons pas alerte la police. Tu donnes le numéro là à la police, ils vont essayer de l'appeler, saches qu'il y a quelque chose qui m'est arrivée”. Il m'a dit: “ne va pas”. Je lui ai dit: “je vais aller, je veux de l'argent. Il a dit qu'il va me payer”. J'ai regardé juste sa réaction. Il me dit: “si tu vas là-bas, tu vas voir.” Donc, j'ai attendu jusqu'à 22h ou 23, je lui ai envoyé un texto. J'ai dit: “désolée, demain je n'irais pas.”

alternativa às redes de apoio pessoais e informais, mais difíceis de serem conquistadas por quem está há pouco tempo no país. No fragmento seguinte, retirado da entrevista de Isabela, as facilidades do Pôle Emploi são reconhecidas, ao mesmo tempo em que são feitas referências a períodos de desemprego e à dificuldade de conseguir um contrato estável. Já no trecho posterior, a ausência de um Programa semelhante ao francês foi sentida por Olga, que, mais do que isso, reivindicou a atenção do governo brasileiro para a questão do emprego não só dos refugiados, mas também dos que solicitam esse tipo de proteção ao país.

*Como eu trabalhava, eu tive um emprego, contudo... por um contrato subsidiado, no Pôle Emploi. Então, como nós temos conselheiras, conselheiros lá no Pôle Emploi... Então, cada coisa, temos alguma coisa lá, então nós vamos. [...] Então, porque eu estava lá e por acaso minha conselheira me disse: "ah, tem um trabalho aí. Tinha alguém, mas ele não está mais lá. Então, se você quiser... Então foi por acaso. Eu disse: "ah, sim, eu, eu quero trabalhar. Se meu... Eu não sei se eu posso fazer o trabalho, mas eu quero aprender. Se... e tudo." Então ela me disse: "Ah, sim, como você tem o perfil, então você vai lá, para a entrevista." E eu fui lá. E depois eu fiquei lá por 18 meses. A cada seis meses, eles renovavam o contrato. Mas é o contrato subsidiado, é diferente. É subsidiado, é o governo que fez isso para que todo mundo tenha emprego. Isso ajuda o caminho para que... Mas não é... Se você estiver próximo de dois anos, é preciso que você saia. Outra pessoa quer pegar. Não é definitivo. Não podemos fazer um contrato provisório, um CDI. Mas pra mim, isso me ajudou bastante. O fato de trabalhar, o fato de ir, isso me motivou. Isso me ajudou muito. E isso ocorreu bem.*<sup>193</sup>

*Não, eu já disse. Governo do Brasil, escute-me bem: "é preciso procurar trabalho para os imigrantes. Quando os imigrantes estão dentro dos abrigos, eles vão se tornar o quê? É preciso que haja trabalho, é preciso ONGs, tudo isso, para os imigrantes. Se você aceita que as pessoas venham aqui, para aceitá-las e acolhê-las bem, bem até o fim, que você as ofereça. Porque elas vêm aqui para encontrar a vida, não? Não é para incomodar aqui, é para encontrar a vida. Se por uma vez melhorar a situação dos imigrantes... Isso é tudo"*<sup>194</sup>

<sup>193</sup> *Comme je travaillais, j'ai eu du boulot entretemps... par un contrat aidé, au niveau du Pôle Emploi. Donc, comme on a des conseillères, des conseillers là-bas au Pôle Emploi... Donc, chaque truc, on a quelque chose là-bas, donc on va. [...] Donc, parce que j'étais là-bas et par hasard ma conseillère m'a dit: "ah, il y a un boulot qui est là. Il y avait quelqu'un, mais il n'est plus là-bas. Donc, si tu veux..." Donc c'était par hasard, quoi. J'ai dit: "ah, oui, moi je veux travailler. Si mon... Je sais pas si je peux faire le boulot, mais je veux bien apprendre. Si...et tout." Après elle m'a dit: "Ah, oui, comme vous avez le profil, donc vous allez là-bas, pour l'entretien." Et j'étais là-bas. Et après j'suis restée là-bas 18 mois. Chaque six mois ils m'ont renouvelé le contrat. Mais c'est le contrat aidé, c'est différent. C'est aidé, c'est le gouvernement qui a fait ça pour que tout le monde ait du boulot, quoi. Ça aide le chemin pour que... Mais c'est pas... Si vous faites à peu près deux ans, il faut que vous quittez. Quelqu'un d'autre veut prendre. C'est pas définitif. On peut pas faire un contrat d'interim, un CDI. Mais moi, ça m'a beaucoup arrangé. Le fait de travailler, le fait d'aller, ça m'a motivée, quoi. Ça m'a aidé beaucoup. Et ça s'est bien passé.*

<sup>194</sup> *Non, j'ai déjà dit. Le gouvernement de Brésil, écoute-moi bien: "il faut chercher le travail pour les immigrants. Quand les immigrants sont dans les centres, ils vont devenir quoi? Il faut qu'il y ait le travail, il faut des ONG, tout ça, pour les immigrants. Si vous acceptez les gens venir ici, pour les accepter et les accueillir bien, bien jusqu'à la fin, que tu leur offres. Parce qu'ils viennent ici pour trouver la vie, non? C'est pas pour ennuyer ici, c'est pour trouver la vie. Si pour une fois améliorer la situation des immigrants, c'est tout".*

A reivindicação de Olga e os demais relatos das tantas mulheres que descreveram suas buscas insistentes por alguma forma de inserção na esfera do trabalho são compreendidos, nesta análise, como manifestações de sua posição ativa frente ao medo e a desesperança<sup>195</sup>, como expressão de resistência e de afirmação de suas vidas. Como faz refletir Mandelbaum (2009), a perseverança das migrantes em ingressar em algum tipo de trabalho significa mais do que uma luta por sobreviver, mas por existir enquanto sujeitos. Trabalhar, nesse sentido, é se opor à ordem das circunstâncias, é produzir o novo e transformar o que a elas foi imposto. Sendo assim, não é de se estranhar o papel de destaque que a grande maioria das entrevistadas conferiu aos projetos profissionais quando se referiram ao futuro. Os excertos a seguir ilustram, respectivamente, o que Dalila, Carolina, Viviana e Melina imaginavam, por exemplo, para as suas vidas, sob a forma de sonhos ou de planos mais concretos.

*Além de trabalhar, estudar, porque é o meu sonho... Um dia de... Um dia ser uma secretária. Secretária. Então, um dia, se eu conseguir trabalho, vou trabalhar de dia, pra poder estudar de noite. Aí depois, eu tiro o curso. Pra ser secretária... Porque eu gosto muito!*

*É isso que eu disse, eu não consegui trabalhar, construir um novo vida, um novo vida. É isso que eu penso em fazer na França. Para... Saber ler e escrever. E fazer alguma coisa. E esquecer o passado. [...] Porque eu quero trabalhar nas cantinas da escola para servir as crianças de comer.*<sup>196</sup>

*Sim, no momento, como eu te disse que eu estou em formação, com a ajuda dessa maravilhosa França, eu pude ficar autônoma, eu pude ser alguém... Eu não penso o tempo todo, o tempo todo sobre o meu projeto porque eu tenho ainda medo. Você vê um pouco? Mas agora isso me dá um pouco de coragem, de assegurar, de assegurar as pessoas que me ajudaram. Sobretudo é isso. Porque essa formação, eu a encontrei, eu a encontrei... É verdade, é uma pequena formação. Eu posso bem fazer outra, mais que isso. Mas isso também é um início, é um começo.*<sup>197</sup>

<sup>195</sup> Aqui, a noção de desesperança é fundamentada na obra de Freire (1996, p. 29) e refere-se a um sentimento que imobiliza, que faz ceder ao pessimismo e ao fatalismo. Para o educador, esse afeto é uma distorção do que ele chama de esperança ativa, “condimento indispensável à experiência histórica”, pois sem ela só haveria determinismo. Essa definição difere, portanto, do sentido que é atribuído à esperança na obra de Espinosa (1983a). Ao definir esse afeto como uma paixão, uma tristeza derivada da incerteza, o filósofo se refere a um outro tipo de esperança, aquele que Freire diferenciou como a esperança de esperar.

<sup>196</sup> *C'est ça que j'ai dit, j'ai pas réussi à travailler, construire un nouveau vie, un nouveau vie. C'est ça que je pense à faire en France. Pour... Savoir lire et à écrire. Et faire quelque chose. Et oublier le passé. [...] Parce que je veux travailler dans les cantines de l'école pour servir les enfants de manger.*

<sup>197</sup> *Ouais, pour le moment, comme je t'ai dit que je suis en formation, avec l'aide de cette merveille France, j'ai pu être autonome, j'ai pu être quelqu'une... Je réfléchis pas tout le temps, tout le temps, pour mon projet, parce que j'ai toujours peur. Tu vois un peu? Mais là ça me donne un peu le courage, de assurer et de assurer les gens qui m'ont aidé. Surtout c'est ça. Parce que cette formation, je l'ai cherchés, je l'ai cherchés... C'est vrai, c'est une petite formation. Je peux bien faire une autre, plus que ça. Mais ça aussi c'est un début, c'est un commencement.*

*Pro futuro... Primeiro esperar nuestros papeus... E eu penso abrir minha própria loja.  
De manicure, pedicure... Com minha mãe.*

### *7.1.3 Da exclusão à inclusão perversa: o vínculo de cidadania e as relações com os países de origem e de destino do refúgio*

Assim como analisam outros estudos sobre migração, a vivência de ser estrangeiro, de maneira geral, envolve uma negociação com dois mundos distintos (apesar de relacionados), ou seja, significa lidar com um duplo quadro de referências, de sentidos e de pertencimentos para o indivíduo (DANTAS, 2010, 2012). Ao deixar seu país de nascimento ou de moradia fixa, sabe-se que o migrante passa a ser afetado por uma série de perdas, por transformações nas relações que mantinha, por um enfraquecimento ou rompimento de seus vínculos antigos e por um questionamento em relação à sua identidade, conforme, inclusive, já foi discutido quando se tratou do âmbito familiar e do trabalho. Nesse debate desenvolvido até então, foi possível perceber que as condições especialmente características do deslocamento forçado trazem, no entanto, repercussões particulares para aquela que tem que fugir de sua terra de origem. Sem poder ser diferente, tais especificidades também estão implicadas nos sentidos e afetos que a refugiada atribui aos dois países envolvidos no processo de migração, como será analisado a seguir.

Sendo esse tipo de migração motivado por uma situação de violência (vivenciada ou temida), seu caráter de urgência não apenas impede um planejamento concreto da viagem e da instalação no destino (conforme foi verificado no que diz respeito à questão profissional), como também não permite uma preparação afetiva para a partida. A impossibilidade de uma verdadeira despedida, não somente dos familiares e dos amigos, mas também dos lugares, das comidas e de outros elementos da cultura de origem parece provocar uma ruptura abrupta e, portanto, difícil de ser elaborada. A despedida, nesse sentido, é um rito importante, que demarca a transição e contribui para uma separação consciente e orientada, conforme explicam Grinberg e Grinberg (1984). Ao mesmo tempo, a chance de dizer adeus parece uma maneira de reafirmar e assegurar os vínculos existentes, propiciando, por exemplo, o esclarecimento e o entendimento entre parentes (ou, ao menos, a tentativa de um acordo) sobre a fuga.



Como já foi analisado na sessão sobre família, o apartamento repentino, principalmente dos filhos, é vivenciado, frequentemente, com culpa, tristeza e insegurança pelas mulheres que se refugiam. Sem ter a oportunidade de preparar e organizar a vida dos familiares para a sua ausência e, muitas vezes, sem receber a “autorização” daqueles que deixa para trás, a migrante é, comumente, afetada pela dúvida e apreensão em relação à estabilidade dessas relações. Nesse caso, sua própria decisão em abandonar o país de origem, não é aceita com tranquilidade, mesmo sabendo que não havia outra saída. A ausência de uma despedida satisfatória pôde ser observada em grande parte das histórias das participantes da pesquisa e é, aqui, ilustrada por meio do próximo fragmento, retirado do depoimento de Viviana.

*Eu nunca me preparei para vir aqui. Como eu te digo, o destino, ele é inevitável. Eu não podia mudar a minha vida. Era preciso que meu destino me orientasse. Eu, eu saí da prisão, hoje, às 22 horas, 23 horas. Havia um carro que partia ao meu vilarejo, com ajuda do meu tio, e eu deixei meu pai na prisão, nós nem mesmo nos víamos. Você vê? [...] Eu tinha também angústias, problemas, preocupações, pelo meu filho, que mamava, que não tinha nem mesmo 2 anos. Eu tinha o problema de deixar meu pai, ele é idoso e ele não tinha ninguém além de mim, ele pode morrer, ele pode fazer tudo... Você vê todos esses problemas aí? Eu saí, no entanto, assim.<sup>198</sup>*

A partir dos relatos das entrevistadas, é possível analisar que a dificuldade de elaboração e aceitação da partida, no caso do refúgio, está relacionada não apenas à problemática da despedida, mas também ao fato de se tratar de um rompimento que, de certa maneira, foi contra a sua vontade. Apesar da vivência de violência no país de origem, a mulher que se vê forçada a migrar pode carregar com ela sentidos positivos e afetos alegres relacionados a outras vivências nesse território e, desse modo, sofrer com as perdas impostas a si e com as quais não estava disposta a lidar. É a memória desses sentidos e afetos que parece, por sua vez, afetar as participantes de saudade, ou de nostalgia (termo com o qual algumas delas definiram sua emoção).

Além da imposição da partida, a impossibilidade do retorno é outra particularidade do refúgio que parece repercutir, de maneira específica, nos sentidos e afetos das mulheres refugiadas, em relação à sua origem. Sem permissão legal e sem a segurança de regressar mesmo

---

<sup>198</sup> *J'ai jamais préparée pour venir ici. Comme je te dis, le destin il est inévitable. Je pouvais pas changer ma vie. Il fallait que mon destin m'oriente. Moi, je suis sortie de la prison, aujourd'hui à 22 heures, 23 heures. Il y avait une voiture qui partait au village de chez moi, avec l'aide de mon oncle, et j'ai laissé mon père dans la prison, on se voyait même pas. Tu vois? [...] J'avais aussi les angoisses, les problèmes, les soucis, de mon fils qui tétait, qui n'avait même pas 2 ans. J'avais le problème de laisser mon père, il est âgé et il n'a plus rien derrière moi, il peut mourir, il peut faire tout... Tu vois tous ces problèmes-là? Je suis sortie pourtant comme ça.*

que para uma curta estadia, a saudade ou a nostalgia parecem assumir, nesse caso, um significado particular, já que esses afetos podem estar relacionados à falta de alguém ou de algo que elas nunca mais vão encontrar. Em suas entrevistas, Gabriela, Cássia e Isabela, por exemplo, expressam, respectivamente, em palavras a tristeza provocada pela distância e por esse tipo de falta.

*Acho que a gente passa por muitas etapas, igual que quando você tem uma perda, que você passa pela etapa de não aceitar, depois passa pela etapa da dor, etapa... [Riso] Essa, essa... Eu acho que es assim também [...] Porque es uma perda. E você tem que fazer toda... o processo da perda, né? Você sabe, todas aquelas catarses. No começo, meu... falava... Mas quando as minhas filhas não estava me perguntando, meu, ficava aqui, morrendo! Com um nó! E também quando eu falava e contava, nossa! [Com a voz embargada] É muito difícil não me comover. Mas cada vez você vai... melhorando. [Riso] Vai melhorando. [...] Então, eu sempre falava: "eu não sei se eu quero voltar para morar, mas eu quero voltar nem que seja de férias." Sabe aquele [incompreensível], aquele desejo, aquela saudade...?*

*Tenho saudades do meu país porque minha família está toda lá, tem que ter saudade.*

*Às vezes, quando faz muito frio, eu tenho enxaqueca, eu tenho dores de cabeça. Quando faz muito calor também. Às vezes quando eu estou estressada, às vezes, há momentos, a gente se deprime, a gente pesa muito, a gente tem a nostalgia da família, de meu filho e tudo. Então... Isso, isso me acontece, às vezes.<sup>199</sup>*

De maneira geral, é possível pensar que a relação que a migrante passa a ter com o local de origem, após sua chegada ao destino estrangeiro, depende do seu processo de exclusão/inclusão social nesse novo contexto, assim como de sua história pessoal e do motivo do refúgio. Para algumas entrevistadas, por exemplo, as dificuldades encontradas no território de acolhida, somadas à saudade ou à nostalgia, motivavam uma idealização de um retorno, mesmo que, em determinados casos, elas não acreditassem que, de fato, isso poderia acontecer algum dia. Como já apontou Kobelinsky (2010) em seus estudos, nesse tipo de processo, a imagem hipotética ou aquela esperada do país no futuro é construída a partir da valorização dos aspectos positivos de uma realidade passada, a que a refugiada deixou. É o que pode ser observado nos respectivos fragmentos das entrevistas de Jamile e Gabriela, que são reproduzidos a seguir.

*Lá, se tivesse segurança, se viveria melhor do que aqui. No meu país, há tudo o que é preciso. Se é o comer, lá se come apenas biológica. Você pode ir aos campos colher fresco, você pode comer. Imediatamente, você colhe, você come lá, no próprio lugar. No âmbito de comer, se você é corajoso, você cultiva, você pode obter. No âmbito do clima,*

<sup>199</sup> *Parfois quand il fait trop froid, j'ai la migraine, j'ai des maux de tête. Quand il fait trop chaud aussi, parfois quand je suis stressée. Parfois il y a des moments, on est déprimée, on pense beaucoup, on a la nostalgie de la famille, de mon fils et tout. Donc...ça, ça m'arrive parfois.*

*é incomparável. Lá, é verdade que faz calor, mas quanto você está habituado, tudo bem. [...] Eu, se eu pudesse ir ao meu país, eu não iria ficar aqui. Mas, eu não tenho a solução. Se eu tivesse a solução para retornar para lá... Se eu soubesse que hoje eu voltando para Guiné, eu estaria em segurança... eu te asseguro que eu iria voltar. Além disso, eu não ia nem mesmo, eu não ia esperar quatro anos para reencontrar meus filhos. Mas, eu continuo com medo.*<sup>200</sup>

*A gente idealiza o que não tem. Não sei se... Acho que é uma, uma, uma maneira de, de reagir e de, não sei. De idealizar as coisas que você não tem. E eu achava, meu... É... Se você me perguntar: “fale de seu país”, eu só falava belezuras, né? [Risos]. Bom, a realidade é crua, mas tem também coisas super positivas. E eu falei: “meu, eu vou ter idealizado de um jeito”, sabe? Aquela coisa, toda linda, a música é linda, a comida é maravilhosa, a música também. Eu falava: “meu...” Aquela questão de você se reencontrar de novo, né?*

Com esses exemplos, não se pretende duvidar das qualidades positivas elencadas por Jamile e Gabriela para caracterizar sua terra natal, como também não se tem a intenção de desconfiar que tal contexto pudesse ser, para elas, em muitos aspectos, melhor do que aquele onde elas procuraram refúgio. Uma postura de análise como essa, obviamente, seria etnocêntrica e desvalorizaria o julgamento das próprias entrevistadas a respeito das duas realidades. Nessas falas o que chama a atenção é um processo de imaginação de um retorno futuro, sem conexão com o presente e o passado de violência, no qual sua cidade, sua família e até elas próprias pudessem ser as mesmas pessoas de antes da perseguição, considerando que o conflito que a causou não existiria mais. Como sugere a fala de Gabriela, a questão não é, propriamente, elas estarem ou não enganadas sobre a possibilidade de volta e de como seria essa volta, já que, em algumas vezes, elas mesmas têm consciência da idealização. Nesse caso, o que parece importante para esta análise é a maneira com que elas são afetadas pelas especificidades do refúgio e os mecanismos que elas precisam construir para lidar com o sofrimento causado por essas condições.

Nesse sentido, o que as entrevistadas parecem revelar é que, na vivência de um deslocamento abrupto, não programado e de difícil recuo, é possível se relacionar com os países de origem e de refúgio em uma temporalidade e espacialidade particular, não linear,

<sup>200</sup> *Là bas s'il y avait la sécurité, on vit mieux qu'ici. Au pays il y a tout ce qu'il faut. Si c'est le manger, là-bas on ne mange que du bio. Tu peux aller aux champs cueillir frais, tu peux manger. Tout de suite, tu cueilles, tu manges là-bas sur place. Au niveau du manger si tu es courageux tu cultives, tu peux obtenir. Au niveau du climat c'est incomparable. Là-bas c'est vrai qu'il fait chaud, mais quand tu es habitué, ça va. [...] Moi si je pouvais aller chez moi je n'allais pas rester ici. Mais j'ai pas la solution. Si j'avais la solution de retourner là-bas... Si je savais que aujourd'hui je rentre en Guinée, je serais en sécurité... je vous assure que j'allais rentrer. De plus, je n'allais même pas, je n'allais pas attendre quatre ans pour retrouver mes enfants. Mais j'ai toujours peur.*

principalmente, quando o presente no país estrangeiro se resume, em geral, à espera pela resposta ao pedido de proteção ou por um trabalho, como já foi discutido anteriormente. Semelhante ao que foi identificado em pesquisas com refugiados (KOBELINSKY, 2010; GRINBERG, GRINBERG, 1984), o aqui e o agora, para essas mulheres, podem assumir, portanto, um sentido de transitoriedade, entre um passado difícil de ser esquecido e um futuro imaginado, de retorno, mesmo que improvável. Apesar de comum, esse tipo de relação com os dois espaços e com as épocas de sua vida não é, necessariamente, permanente, podendo estar relacionado a um momento específico do processo de migração, como indica Gabriela, na transcrição de sua fala subsequente.

*Então, é isso, essa experiência assim, não sei. E no começo, acho que muitos anos que eu me, eu me senti de paso. De passagem! Que você está por um tempo e que esse tempo vai acabar e você vai embora. Essa é uma experiência muito particular, É... Por exemplo, como eu comecei a perceber isso: se você vai agora em casa e você observa detenidamente, você não vai ver um quadro pendurado na parede! E eu amo arte. Eu amo pintar. Eu amo... Imagina! E não sei por que uma vez eu comecei... Eu não tinha percebido isso e, aí, comecei a me questionar. E porque não tenho uma planta? Porque na Colômbia, eu tinha quadros... Nossa! Plantas dentro de casa... E eu comecei a questionar. Aí, eu descobri que é porque eu sempre me sentia de paso. Então... Sabe, quando você fala: “ah, eu não vou pôr nada, porque eu vou embora?” “Ai, para quê que eu tenho isso se eu vou embora?” [Riso]. Aí depois que você fala: “ai, eu acho que não estou indo embora tão fácil.” [Muitos risos].*

Além das condições analisadas, a história pessoal e do refúgio, também parecem atuar como determinantes nesse tipo de relação com o país de origem, como já foi anunciado. O desejo ou a ideia de um retorno, mesmo que imaginado, não foi característica de todas as narrativas incluídas nesta pesquisa, assim como a saudade e a nostalgia não parecem ter se transformado no tom emocional (VIGOTSKI, 2004b) de todas as vivências compartilhadas (apesar de essas emoções se fazerem presentes em alguns momentos, despertadas por elementos isolados do contexto anterior ao deslocamento). Para algumas mulheres entrevistadas, outros sentidos e outros afetos foram fortes o suficiente para que elas nunca mais quisessem voltar. Grosso modo, foi possível identificar que aquelas que estiveram envolvidas diretamente em algum conflito político, assumindo uma posição de militante, atribuíam mais comumente ao país de origem (como um todo) a autoria pela ameaça por elas sofrida. Nesses casos, as frustrações que decorreram dessa luta específica e a desesperança de que (pelo menos não tão cedo) aquela nação e seu povo fossem mudar explicavam a rejeição a um possível regresso.

Particularmente, o relato de Viviana foi marcante, nesse quesito, por expressar de modo mais explícito alguns dos sentimentos relacionados à sua decisão de afastamento definitivo do território de origem. Em sua história, os diversos episódios em que foi alvo de violência significaram para a migrante o não reconhecimento de sua dedicação como cidadã e de seu valor para aquela sociedade. A essa decepção com sua terra natal, Viviana relacionou não só a perseguição por conta de sua opinião política, mas também os abusos sofridos por causa da cultura de gênero e religiosa. Sentindo-se traída e injustiçada, ela manifestou sua mágoa e indignação em momentos muito tocantes de sua entrevista, alguns deles encontrados logo a seguir.

*O que eu vivi me deu experiência. Porque antes eu ouvia sobre o refúgio. Eu não conhecia. Eu vim para a França, eu não me preparei para vir pedir refúgio. Mas eu vim atualmente pedindo proteção, eles me disseram que era esse o pedido. Porque eu não quero mais voltar lá onde eu estava. Mas o que eu vou fazer, querida? É... ainda, eu prefiro parar lá, em frente aos trilhos, que o trem venha, me leve com ele, do que par... [...] Se eu te digo que a Guiné não me matou externamente, é porque eles me roeram, me comeram internamente.<sup>201</sup>*

*Porque o que eu deixei para trás de mim era mais duro, mais tocante... porque... era meu país. Eu nasci lá. Meus pais nasceram lá. Eu cresci lá. Eu fiz tudo lá. E que eles me proibiram de viver e que eu gostaria de viver. [Voz embargada] Você vê? E aqui eu vim unicamente para buscar proteção, para tentar salvar minha vida, rever um pouco o mundo como ele é, tentar uma outra chance de vida. Então, qual que seja o sofrimento ao qual eu fui submetida... Eu passei até a noite nos metrô, eu! Mas eu estava mais em segurança do que voltar para a Guiné. Você vê um pouco? [...] Então, eu prefiro esse sofrimento do que voltar para meu país.<sup>202</sup>*

*Nós estamos no século XXI. Quantos séculos se passaram? E até agora eles, eles não chegaram nem mesmo a compreender o mundo, eles não chegaram nem mesmo a sustentar suas próprias crianças! Você vê isso um pouco? Depois, isso te dá o quê? Você é mestiça francesa e brasileira. Você vê? Você é bem mestiça. Hoje você se sente bem aqui, você se sente bem em casa, não chateiam você, não colocam você na merda, não dizem que você vai morrer! [...] Mas quando você vê a Guiné, a chuva descendo, as montanhas, você verá, há muita riqueza! Mas as pessoas que estão lá... Pff. [...] Imagine, entre um malinké e um peul, que lutam entre si... Você imagina um pouco? Que*

<sup>201</sup> *Ce que j'ai vécu m'a donné l'expérience. Parce qu'auparavant j'entendais l'asile. Je connaissais pas. Je suis venue en France, je ne me suis pas préparée pour venir demander l'asile. Mais je suis venue aujourd'hui en demandant une protection, ils m'ont dit que c'est ça cette demande. Parce que je veux plus retourner là où j'étais. Mais qu'est-ce que je veux faire, chérie? C'est... encore, je préfère m'arrêter là devant les rails, que le train vient m'amener avec, que de par... [...] Si je te dis que la Guinée n'ont tué à l'extérieur de moi, c'est parce que ils m'ont rongé, ils m'ont mangé à l'intérieur.*

<sup>202</sup> *Parce que ce que j'ai laissé derrière moi était plus dur, plus frappant... parce que... c'était mon pays. Je suis née là bas. Mes parents sont nés là bas. J'ai grandi là bas. J'ai fait tout là bas. Et qu'ils m'ont interdit de vivre et que j'aimerais vivre. [Voix émue] Tu vois? Et ici je suis venue purement pour chercher une protection, pour essayer de sauver ma vie, de revoir un peu le monde comme il est, de tenter une autre chance de vivre. Donc, quelle que soit la souffrance que j'ai eu subis... J'ai même passé la nuit dans les métros, moi ! Mais j'étais plus en sécurité que de retourner en Guinée. Est-ce que tu vois un peu ? [...] Donc, j'ai préféré cette souffrance que de retourner chez moi.*

*se matam! [...] Desperdiça-se, come-se, mata-se. Depois as pessoas que estão lá não conhecem mais. É preciso que se espere as crianças crescerem, uma vez que elas começam a crescer, matam-nas. Depois vai haver alguma coisa? Nunca, minha querida... Nunca! Nunca! Isso é uma vergonha... É uma vergonha... Você vê? [Suspiro] É uma vergonha!*<sup>203</sup>

Inseparável da relação que a refugiada estabelece com o local de origem, sua vivência no território de destino também depende de uma série de outras variáveis, associadas à sua trajetória pessoal, ao motivo do seu deslocamento e às condições sociais encontradas no novo contexto de moradia. Além de tudo isso, é possível compreender que a relação da migrante com o país estrangeiro começa, normalmente, muito antes de ela desembarcar no exterior, tendo em vista a história internacional que liga as duas nações envolvidas no processo de migração e os sentidos e significados que são construídos a partir desse vínculo (SAYAD, 1998).

Como pôde ser observado no capítulo anterior, ao se refugiar, o migrante nem sempre tem a possibilidade de decidir sobre a trajetória e o destino de sua fuga. No caso das histórias compartilhadas, algumas entrevistadas recorreram a atravessadores, que, além de explorá-las, determinaram as condições, o tipo de transporte e o rumo da viagem, o qual, normalmente, já faz parte de um circuito usual. Dentre elas, houve as que foram comunicadas ao longo do percurso sobre a direção que tomavam e as que souberam essa informação apenas quando chegaram ao ponto final de seu itinerário. Para aquelas que tiveram a oportunidade de definir o lugar onde iriam buscar proteção, a opção pelo Brasil e pela França foi motivada por uma série de conhecimentos a respeito desses países e por vínculos que existiam antes mesmo da partida, como será descrito a seguir.

No que se refere aos casos entrevistados no Brasil, paralelamente à Cássia, Talita, Amália e Priscila, que se encaminharam a esse território pelo intermédio de terceiros, Dalila e Olga mencionaram a boa reputação em receber estrangeiros como motivação para a escolha por esse

---

<sup>203</sup>*On est au 21eme siècle. Combien de siècles ont passé? Et jusqu'à présent eux ils n'arrivent même à avoir la liberté, ils n'arrivent même pas à avoir les yeux ouverts, ils n'arrivent même pas à comprendre le monde, ils n'arrivent même pas à supporter leur propres enfants! Tu vois ça un peu? Après ça te donne quoi? Toi, tu es métisse française et brésilienne. Tu vois? Tu es bien métissée. Aujourd'hui tu te sens bien là, tu te sens bien chez toi, on t'emmerde pas, on te foute pas la merde, on te dit pas que tu vas mourir! [...] Mais quand tu vois la Guinée, la pluie descend, les montagnes, tu verras, il y a beaucoup de richesse! Mais les gens qui sont là bas... Pff [...] Imagine, entre un malinké et un peul, qui se battent... Tu imagines un peu? Qui se tuent! [...] On gâte, on mange, on tue. Après les gens qui sont là bas ne connaissent plus. Il faut qu'on attende que les enfants grandissent, une fois qu'ils commencent à grandir on les tue. Après il y aura quelque chose? Jamais, ma chérie... Jamais! Jamais! Ça c'est une honte... C'est une honte... Tu vois? [Soupir] C'est une honte.*

país. Já Rosana e Gabriela, refugiadas da Colômbia, encontraram a vantagem da proximidade (e, portanto, de um baixo custo para realizar a viagem) e a presença de familiares já instalados no local, respectivamente. A respeito das entrevistas realizadas na França, apenas Viviana e Bruna não tinha conhecimento para onde iam. Já Camila e Carolina, foram encaminhadas ao país do refúgio por meio de atravessadores. Dentre as participantes que puderam contar com algum poder de decisão, algumas elencaram mais de uma razão para a sua escolha. Mais da metade delas (Isabela, Betânia, Jamile, Janaína, Melina e Ísis) mencionou a boa reputação do país, principalmente no que se refere à liberdade e à garantia dos direitos humanos e sociais. Além desse motivo, algumas mulheres consideraram a facilidade da língua (Isabela e Ísis) e outras citaram a presença de conhecidos ou familiares no destino (Jacira, Janaína e Isabela).

No processo de busca por refúgio, as mulheres podem migrar, portanto, com algumas ideias formadas sobre o local de destino ou, ao menos, com algumas expectativas de como será sua vida e seu futuro nesse território (nos casos em que não têm o conhecimento de para onde estão sendo levadas). Como indicam em seus depoimentos, é comum que elas depositem, nesse lugar, todas as suas esperanças de uma vida melhor, mas que, ao mesmo tempo, sintam-se também temerosas pelo que podem ou não encontrar. Desfeita a dúvida com a chegada ao final do itinerário, as refugiadas podem, obviamente, ser afetadas de boas surpresas e/ou frustrações, que dependerão, portanto, da relação que elas haviam construído anteriormente com o país estrangeiro. Nos relatos a seguir, estão presentes algumas das primeiras impressões das participantes da pesquisa sobre a França ou o Brasil. Os trechos selecionados são de autoria de Rosana e Janaína, respectivamente, e ilustram a distância, mencionada por grande parte das entrevistadas, entre a realidade observada e o que tinha sido imaginado/esperado.

*Não foi como eu esperava. Eu esperava... não que me recibiera, assim, com “bombos y platillos”, como nós falamos em Colômbia, não. Mas foi muito forte... Tudo!*

*Sim, porque eu, quando eu vim e quando eu estava lá, eu, eu pensava que tudo, tudo era fácil aqui. Está aí. Tudo é fácil. Eu, eu pensava: “venha, você vai encontrar trabalho e você vai ter seus documentos imediatamente.” Mas, depois, no final, eu vi que era difícil... [...] Porque nós, quando a gente vê as pessoas que vem de férias, a gente pensa que todo o dinheiro são eles que têm. Porque de tanto que a gente escuta “França”, “França”, o que eles fazem lá... Então, a gente pensa que aqui tudo é fácil. Mas, no*

*final, quando eu vim, eu disse: “não, não é igual. Isso que a gente vê lá, não é igual aqui. Não é nada igual. É preciso trabalhar para ter.”*<sup>204</sup>

Ter que lidar com o novo, com o desconhecido e com o diferente foi uma das dificuldades mencionadas pelas entrevistadas na relação com o país de acolhida, tal como se observa nas diversas produções a respeito da migração de forma geral. O estranhamento em relação à comida (que, no contexto dos abrigos, era reduzida a poucas e repetidas opções), ao clima e aos costumes, bem como a limitação de comunicação devido a não habilidade com a língua local, foram alguns dos choques culturais relatados tanto pelas refugiadas que residiam na França, quanto por aquelas que estavam no Brasil. Considerando que o sofrimento envolvido na vivência desses conflitos está relacionado a um conjunto de fatores, como a história pessoal da migrante, sua relação com o país de origem, a fase em que ela se encontra do processo de integração, dentre outros (DANTAS, 2010), entende-se que escaparia ao escopo deste trabalho uma análise do cruzamento entre todos esses elementos. Desse modo, será dada preferência aos aspectos diretamente conectados à questão específica da migração de caráter forçado.

Assim, destacando-se dentre os demais conflitos, a barreira linguística parece assumir, na realidade do refúgio, um sentido próprio desse tipo de migração. Conforme foi possível constatar nas observações de campo da pesquisa e nos relatos concedidos pelas mulheres aqui citadas, a apresentação de um depoimento verbal como condição necessária ao processo burocrático de solicitação do refúgio confere um caráter de urgência ao aprendizado da nova língua e pode fazer com que as migrantes se sintam prejudicadas, quando isso não é possível. Frente a um momento crucial de suas trajetórias, a necessidade de se expressar na língua nativa<sup>205</sup> foi valorizada pelas participantes da pesquisa, (mesmo por aquelas que apresentavam um relativo domínio do idioma estrangeiro), pois significava a possibilidade de contar com uma quantidade de recursos

---

<sup>204</sup> *Oui, parce que moi quand je suis venue et quand j'étais là-bas, moi je pensais tout, tout est facile ici. Voilà. Tout est facile. Moi, je pensais: “viens, tu vas trouver de travail et tu vas avoir tes papiers tout de suite.” Mais après, à la fin j'ai vu que c'était difficile... [...] Parce que nous, quand on voit les gens qui vient en vacances, on pense que toute l'argent c'est eux qui l'ont. Parce que tellement on entend beaucoup “France”, “France” et on voit les gens qui revient en France, ce qu'ils font là-bas... Donc, on pense qu'ici tout est facile. Mais, à la fin, quand moi je suis venue, j'ai dit: “non, c'est pas pareil. Ce qu'on voit là-bas, c'est pas pareil qu'ici. C'est pas pareil du tout. Il faut bien travailler pour avoir.”*

<sup>205</sup> Compreende-se que a insistência em se comunicar na língua de origem (observada na conduta de algumas refugiadas na França e no Brasil ao tratarem do processo de reconhecimento do seu pedido de proteção) pode também se dever às relações históricas pré-existentes entre os países de nascimento e de destino do refúgio (como, por exemplo, a um passado de colonização e de imposição/resistência à língua do colonizador).



incomparável na defesa de suas histórias. Ao mesmo tempo, nesse tipo de situação, a oferta de um tradutor foi não sempre bem aceita pelas refugiadas, possivelmente, por elas sentirem que a presença do intermediário, de certa maneira, reduziria o poder que elas mesmas teriam sobre suas falas. Nos respectivos extratos de Camila e Carolina essas duas posições, aparentemente contraditórias, parecem indicar o sentido inevitável de se estar em desvantagem seja qual for a opção escolhida. Talvez, por esse motivo, Carolina, tenha encontrado como solução mais potente a utilização dos dois instrumentos de comunicação: o intérprete e a língua estrangeira.

*É difícil. Mas, na Corte, eu prefiro, eu vou dizer ao meu advogado, eu prefiro, realmente, falar em lingala, eu. Senão, há palavras que vão me escapar. Eu prefiro isso, porque mesmo no OFPRA, havia palavras que eu queria realmente explicar, mas as palavras me faltavam. Mesmo... Mas, era... Felizmente, foi no último minuto. Houve momentos que eu queria explicar, eu não pude porque as palavras me faltavam e a senhorita disse: “ah, eu compreendo, venha aqui.” Então, isso para.<sup>206</sup>*

*Quando eu fui, me levaram alguém que fala a mesma língua que eu. Se o senhor fala, depois, ele, ele me diz. Exceto, mas eu falava em francês porque se ele diz alguma coisa e o senhor me diz, eu digo ao senhor. O que eu digo ao senhor não é o que o senhor diz. Ao passo que, mas, eu, nesse momento, eu falo em francês. Se ele diz alguma coisa que eu não disse, eu falo... É assim que eu faço. Sim. Tem vezes que ele fala o que eu não disse, depois eu digo: “não, não é assim.” Depois... Sim, acontecem coisas assim. Há vezes em que o intérprete, se você diz alguma coisa, ele muda, ele não compreende bem. E aí, eu, eu retifico.<sup>207</sup>*

Particularmente na realidade brasileira, a ausência de tradutores no serviço da Polícia Federal foi referida como um obstáculo para o registro das solicitações de refúgio daquelas que chegaram ao território nacional sem saber nada do português. Nesses casos, elas precisaram contar com o apoio de algum voluntário do abrigo onde residiam ou de outro estrangeiro que estava há mais tempo no país para acompanhá-las ao setor de imigração. Provavelmente por se tratar de um breve atendimento, as participantes da pesquisa não se referiram ao auxílio do intérprete como comprometedor da exatidão das informações que precisavam comunicar. Nesse

<sup>206</sup> *C'est difficile. Mais à la Cour, je préfère, je vais dire à mon avocat, je préfère vraiment parler en lingala, moi. Sinon, il y a des mots qui va m'échapper. Je préfère ça, parce que même à l'OFPRA, il y avait des mots qui je voulais vraiment expliquer, mais les mots me manquaient. Même, mais c'était... Heureusement, c'était à la dernière minute. Il y avait des moments que je voulais expliquer, j'ai pas pu parce que les mots me manquaient et la demoiselle a dit: “ ah je comprends, viens ici”. Donc, ça arrête.*

<sup>207</sup> *Quand je suis partie, on m'a amené quelqu'un qui parle la même langue que moi. Si le monsieur parle, après, lui, il me dit. Sauf, mais je parlais en français parce que si elle dit quelque chose, et le monsieur me dit, je dis à le monsieur. Ce que je dis à le monsieur, c'est pas ça ce que le monsieur dit. Alors que, mais moi, à ce moment je parle en français. Si elle dit quelque chose que j'ai pas dit, je parle... C'est comme ça que je fais. Oui, il y a des fois qu'il parle ce que j'ai pas dit, après je dis: “non, c'est pas comme ça.” Après... Oui, il arrive des choses comme ça. Il y a des fois, l'interprète, si tu dis quelque chose, il change, il comprend pas bien. Et puis moi je rectifie.*

contexto específico, a principal dificuldade mencionada pelas entrevistadas foi a dependência de uma rede pessoal de apoio, a qual ainda se encontrava em vias de construção, tendo em vista, principalmente, o pouco tempo de estadia no Brasil, como mostram os relatos de Olga, Gabriela e Talita que são expostos, nessa ordem de autoria, a seguir.

*Se você for à Polícia Federal, é preciso ir com um intérprete. Quando você fala as outras línguas, o intérprete fala português, depois invertemos. Nós pegamos o intérprete a partir daqui, porque as pessoas que vieram há muito tempo nos disseram: “você não fala português... Para ir até lá, é preciso ter um intérprete. Se não há intérprete, lá não há intérprete.” Mas, aqui, na Cáritas, há intérprete. Há pessoas que falam francês, há pessoas que falam inglês.*<sup>208</sup>

*Eu não entendia nada de português. Não entendia nada! Nada! [Risos]. Ai, eu não entendia, nossa! [Risos] Não entendia. [Risos] Não entendia. [...] Não [na Polícia Federal], você fala como você consegue falar: ou seu espanhol e eles tentam entender o teu espanhol ou em terrível português [Risos]. Que falem espanhol, não, não tem. No começo, que eu não vivi isso, mas falaram que no começo quando começaram é, a chegar refugiados, eles tinham uma pessoa que ia, levava eles, acompanhava no metrô, no hospital... Sabe? Esse tipo de coisas. Mas depois, não fizeram mais.*

*Foi uma pessoa do abrigo<sup>209</sup> sim. Hum! Do Centro. Aquela é... Quando eu veio, não sabia nada! Nada! Bom dia, nada! Nada! Eu vou ir na Polícia Federal, eu vou falar o quê? Aí ela me ajudou sim.*

Ainda sobre a problemática da língua no contexto brasileiro de refúgio, a falta de domínio do português foi referida, pelas entrevistadas, como um entrave não apenas do processo administrativo de sua regularização no Brasil, mas também do acesso aos benefícios que elas poderiam conseguir. A presença de intérpretes no atendimento realizado pela Cáritas (principal responsável do país pela acolhida e assistência aos refugiados até o momento da pesquisa), não pareceu algo regular do cotidiano do serviço, de acordo com o que foi observado e relatado pelas migrantes, mas uma condição que era certa apenas das entrevistas agendadas para a tomada de depoimento ou para a análise de recurso quando de decisões que contrárias ao pedido de proteção. Como mencionado no capítulo anterior, em umas das observações de campo do presente estudo, foi possível presenciar, por exemplo, a dificuldade de Amália em comunicar sua história e a condição em que estava vivendo no Brasil e de, assim, solicitar a assistência do

<sup>208</sup> *Si vous partez à la Police Fédérale, il faut partir avec l'interprète. Quand tu parles les autres langues, l'interprète parle portugais, après on retourne. On avait pris l'interprète à partir d'ici, parce que les gens qui ont venu depuis longtemps nous a dit : “vous parlez pas portugais... Pour aller là-bas il faut avoir interprète. S'il y a pas d'interprète là-bas, il n'y a pas d'interprète.” Mais ici à la Caritas, il y a l'interprète. Il y a les gens qui parlent le français, il y a les gens qui parlent l'anglais.*

<sup>209</sup> Nesse caso, o nome do abrigo foi omitido com o objetivo de preservar a identidade da entrevistada.

serviço, como em relação à moradia. Do mesmo modo, também foi possível perceber o esforço da migrante para compreender as orientações a respeito do registro de sua solicitação e dos passos que deveria cumprir.

O processo administrativo de solicitação de refúgio foi vivenciado com ansiedade pela maioria das migrantes, principalmente em virtude do tempo de espera, considerado normalmente longo pelas entrevistadas dos dois terrenos de pesquisa. Na França, em específico, a repercussão da quantidade de casos recusados e a repressão aos estrangeiros ilegais pareciam afetar as mulheres de tristeza, medo e esperança, especialmente quando elas já tinham recebido uma primeira negativa ao seu pedido, na instância da prefeitura (OFPPRA), e, sobretudo, se tinham um recurso julgado indeferido pela Corte Nacional (CNDA). Nos relatos a seguir, Talita, Gabriela, Isabela e Camila descrevem, respectivamente, os afetos decorrentes da dúvida sobre se conseguirão ou não ser autorizadas a permanecer no país.

*Eu tô a esperar só ele. Ele falou pra esperar, me... Eu já passou no Conare, mês de novembro, mês de dezembro, novembro. Ele me falou pra esperar. Não sei se a resposta vai vir já ou como. Ele falou pra ligar lá segunda-feira. Ah! Sabe que... Só Deus, né? Eu deixei tudo na mão do Deus, que ele sabe... Não tem como eu fazer. Eu vai fazer o quê? Nada! Tô a esperar só. Tô a esperar só. [...] Mas, mas eu sei que eu vou conseguir documento, em nome de Jesus, aqui no Brasil.*

*Foram uns sete, oito meses que a gente esperou. Desde que se começou. Sim. Então, esse... Nossa! Esse tempo, assim, eu estava aqui com minha irmã, mas esse tempo que eu fiquei aqui sozinha foi terrível, muito difícil. Muito difícil! Muito!*

*A gente fica a esperar, esperar e depois, bom... Às vezes, há momentos bastante... A gente deprime muito. Mas, depois, há os compromissos, há as coisas, a gente recebe a correspondência, às vezes, e tudo... Então, são momentos difíceis. [...] Porque do momento que a situação está assim, a gente não sabe se a gente vai ter, a gente não sabe se não vai ter, aí, coisas assim. A gente fica nesse plano, a gente fica ainda ansiosa. Sim, sobre essas coisas...<sup>210</sup>*

*É isso que me chateia, Quando eu penso, se eu tiver uma recusa... Porque frequentemente os assistentes sociais daqui, eles dizem que no OFPPRA você pode apresentar folhas, documentos, verdadeiras provas, mas nós, os congolese, da RDC, não nos dão os documentos.<sup>211</sup>*

<sup>210</sup> *On reste à attendre, attendre et après, bon... Parfois il y a des moments assez... On déprime beaucoup. Mais après, il y a les rendez-vous, il y a les trucs, on reçoit le courrier, parfois, et tout... Donc, c'est des moments difficiles [...] Parce que du moment que la situation est comme ça, on sait pas si on va avoir, on sais pas si on va pas avoir, là, des trucs comme ça, on est sur ce plan on est un peu anxieuse quand même. Ouais, sur ce truc-là...*

<sup>211</sup> *C'est ça qui m'embête. Quand je pense, si j'ai eu le rejet... Parce que souvent, les assistants sociales d'ici, ils disent qu'à l'OFPPRA tu peux présenter de feuilles, documents, des vraies épreuves, mais nous, les Congolais, de RDC, on donne pas de papiers.*

Como anuncia o último relato de Camila, além da espera e do empecilho da língua, as migrantes que se deslocaram por conta de uma perseguição estão sujeitas a se deparar, no decorrer de sua busca pela regularização no país estrangeiro, com estereótipos sobre sua origem e sobre sua própria condição de mulher refugiada. Já foi discutido no segundo capítulo desta tese sobre o processo de construção dos significados fossilizados de vítima (associado à ideia de herói) e de impostor, que fazem diferenciar sócio-historicamente o verdadeiro e o falso refugiado (KOBELINSKY, 2010). Na realidade das voluntárias da pesquisa tais imagens se fizeram presentes sob a forma de preconceitos e estigmas e foram vivenciadas com sofrimento, provavelmente fazendo-as sentir a ausência do reconhecimento de suas potencialidades e de seu valor para aquela sociedade (nas situações em que foram identificadas como vítima) ou a desconfiança da honestidade de sua conduta e de sua história de violência (quando foram julgadas como mentirosas e aproveitadoras).

Nos dois contextos onde se desenvolveu a pesquisa, o preconceito, a estigmatização e a consequente discriminação fizeram parte das relações das migrantes com os trabalhadores dos serviços destinados a estrangeiros, mas também das relações corriqueiras de seu dia-a-dia, como será visto mais adiante. No Brasil, esse aspecto da vivência do refúgio foi bem ilustrado por Gabriela, que relata ter sido identificada, em situações distintas, por meio dos dois tipos de imagem pré-concebidas. Ao falar sobre o conjunto de expectativas que lhe era direcionado, a entrevistada relatou seu sofrimento (que, aqui, pode ser compreendido como de caráter ético e político) deixando transparecer, especificamente, sua indignação e seu sentimento de injustiça por não ser reconhecida e por motivar desconfiança. Dentre suas reflexões, ela analisou ainda a falta de informação da população brasileira, em geral, sobre a condição de perseguição de um refugiado, que contribuía, ao ser ver, para a crença infundada de que esse tipo de migrante é um criminoso foragido.

*Claro! Claro! Eu me lembro, assim, que eu estava na Polícia Federal que “vá, faça o papel, bem, nananã, toda essa papelagem, tudo isso”, tinha um policial e não sei ele por que fez um comentário: “e você está aqui por quê? Você acha o quê? Que você vai achar mais possibilidades de trabalho aqui? Esquece!” Pff. Eu falei: “ele nem sabe por que eu estou aqui, por que que me fala desse jeito?” E, e você es, ou seja, em alguma medida, estigmatizado, por ser refugiado. Ainda! Pode passar mil anos. Porque, porque o geral das pessoas, não tem conhecimento. Primeiro não sabem que Brasil es um país que... que tem... que recebe, é um país de acolher. Imaginam que um refugiado sempre está fugindo porque a polícia está perseguindo ele. Pensam: “o quê que fez no seu país que você fugiu?” Então, eso es outra. Então quando você fala, muitas pessoas ficam... Sabe? Com cierta desconfiança, que foi o que aconteceu lá onde minha irmã mora ainda, quando as senhoras fizeram isso. Sabe? Se reuniram e fizeram o bazar e tudo.*

*Tinham outros que começaram a falar entre eles: “olha, tenha cuidado, não sei o quê, podem ser suspeitos” e essas coisas. Então, tem determinados momentos que... você sofre essa discriminação. Você sofre! Você sofre! Sofre isso.*

*Dependendo do tipo de refugiado, se chegasse outro tipo de refugiado, as pessoas de mais... reconhecimento político, que seja, ou religioso, em outros lugares que... aí eles teriam que reagir como país e ver como vai a responder a outros países por essas pessoas, como em outros casos que têm acontecido historicamente, né? Não sei! Se as coisas mudariam. Então, ou é como simples necessitados que chegam e nós abrimos essa possibilidade e aqui estão. Às vezes parece que es mais isso mesmo, né? E, e, na mesma Cáritas às vezes sente como se “são aqueles, aquele povo necessitado, que chega, tadinhos, ignorantes. Coitadinhos.” E que... Nossa! A gente fica em el começo muito... Porque eu falo: “meu... por que, ou seja, por que nós seres humanos somos assim? Em vez de ajudar [...] a gente menospreza, né?”*

No contexto francês, em especial, a desconfiança que motivava a fiscalização de “falso refugiados” foi marcante na vivência das mulheres entrevistadas ao longo das etapas de solicitação do refúgio. Descrevendo um regime burocrático baseado na suspeita e no fornecimento de provas, as migrantes revelaram se sentir inseguras pela insuficiência de seu depoimento e por dependerem de um julgamento para elas subjetivo a respeito de sua credibilidade e da veracidade de sua história. Além disso, a ausência de documentos (que não puderam ser trazidos devido à urgência da fuga ou que não eram formalizados em seus países de origem) fazia com que elas se sentissem em desvantagem nesse processo e as mobilizava, quando possível, a procurar alternativas. A seguir, os respectivos relatos de Ísis, Camila e Jacira resumem essa relação de descrédito à qual as migrantes procuravam escapar.

*Já faz um ano... Já faz um ano. Eu recorri, espero a resposta. [A primeira resposta] era um pouco negativa... Eles duvidaram dos documentos que me mandaram... Eles duvidaram dos documentos... Você vê? Lá nos países africanos, às vezes, tem máquinas que se utilizam, mas não sei que documentos ele querem ter aqui. E a informática não está evoluída lá no nosso país. Você vê? Eles duvidaram somente dos documentos... Eles duvidaram dos documentos.<sup>212</sup>*

*No OFPRA, eles disseram que apesar de tudo que eu expliquei, ele (ou ela) não é convincente. Logo, eles não acreditaram em mim [...] Eu vivi, quem sabe o que eu vivi? O que eu suportei, cabe a eles crer ou não. É o que o advogado disse [...] Vão questionar você, cabe a você responder e convencer o júri. Porque eles disseram, eles já têm as respostas, muitas histórias, muitas respos... perguntas que eles fizeram. E não é fácil convencer. Mas eu creio que há pessoas, quando dizem a verdade... Você que é psicóloga, você sabe quando as pessoas dizem a verdade ou não. Você sabe isso,*

<sup>212</sup> *C'est déjà un an... C'est déjà un an. J'ai fait le recours, j'attends la réponse. [La première réponse] c'était un peu négative... Ils ont douté des papiers que m'ont envoyé... Ils ont douté des papiers... Vous voyez? Là dans les pays africains parfois il a des anciennes machines qu'on utilise, mais je ne sais pas quel papier que eux désirent avoir ici. Et l'informatique n'est pas encore évoluée chez nous. Tu vois? Ils ont douté seulement des papiers... Ils ont douté des papiers.*

*também. Isso conta. O que eu vivi eu vou explicar. É isso que tenho no momento. Eu não sei se será suficiente para convencer o júri ou não. A única arma que eu tenho é isso.*<sup>213</sup>

*Eu não sei como eu vou fazer. Eu não tenho as provas que mostram que ele é meu marido. Eu não tenho as provas... Eu tenho minhas testemunhas lá no meu país, eu tenho minhas testemunhas. Se minha irmã estiver em Kinshasa, eu peço que ela dê os documentos do casamento lá... Mas só se dá um só e é meu marido que tem. Eu não sei como vou fazer. Eu estou aqui.*<sup>214</sup>

Por oposição à imagem do refugiado impostor, o estereótipo do refugiado legítimo (construído sob a ideia de sofrimento e fragilidade) pareceu, em boa parte dos casos, relacionado de maneira específica à caracterização do gênero. Sendo assim, sem negar as dificuldades existentes, as mulheres dos dois contextos pesquisados relataram perceber, relativamente, uma maior boa vontade direcionada a elas nos atendimentos e serviços destinados aos migrantes e referiram alguns benefícios e facilidades concedidos pelo fato de elas serem mulheres. No Brasil, especificamente, a questão da moradia parecia fazer grande diferença para o sentimento de segurança entre homens e mulheres, já que, em alguns abrigos, apenas às últimas era permitida a permanência ao longo de todo dia. Proveniente da entrevista com Amália, o primeiro relato reproduzido a seguir ilustra a fala de muitas das participantes entrevistadas nesse contexto, para quem tal oportunidade significava uma proteção aos riscos e desafios de não ter um lugar pra ir ou ficar (exceto a rua) e uma garantia de maior conforto à sua rotina. De maneira semelhante, Ísis e Jacira mencionam, respectivamente e logo depois, a prioridade que é dada às mulheres no contexto Francês.

*As mulheres são mais privilegiadas que os homens. Por exemplo, no Centro, todas as mulheres, eles nos deixam. Primeiro a gente toma banho duas vezes por dia, de manhã, à noite. Os homens, é uma vez por dia. De manhã e fecham. De noite, de noite, eles tomam banham, fecham 24 horas. Mas nós, as mulheres, é de manhã e à noite. Muito cedo, de manhã, mandam os homens saírem. E nós mulheres deixam a gente ficar. Mesmo se fecharem os quartos, nós estamos no interior do Centro*<sup>215, 216</sup>.

<sup>213</sup> À l'OFPPRA, ils ont dit que malgré tout ce que j'ai expliqué, il n'est pas convaincant. Donc, ils n'ont pas crus en moi. [...] J'ai vécu, qui sait que j'ai vécu? Ce que j'ai subi, à eux de croire ou non. C'est ce que l'avocat a dit. [...] On va te poser des questions, c'est à toi de répondre et de convaincre le juri. Parce qu'ils ont, ils ont déjà des réponses, des beaucoup des histoires, des beaucoup de répon... des questions qu'ils ont posées. Et c'est pas facile à convaincre. Mais moi, je crois que il y des gens quand ils disent la vérité... Vous êtes psychologue, vous savez quand ils disent la vérité ou pas. Vous savez ça, aussi. Ça compte. Ce que moi, j'ai vécu, je vais expliquer ça. C'est ça que j'ai pour le moment. Je sais pas si ça sera suffisant pour convaincre le juri ou pas. La seule arme que j'ai, c'est ça.

<sup>214</sup> Je sais pas comment je vais faire. J'ai pas les preuves qui montrent que lui c'est mon mari. J'ai pas les preuves... J'ai mes témoins là au pays là-bas, j'ai mes témoins. Si ma soeur elle est à Kinshasa, je demande qu'elle donne les papiers pour le mariage là... Mais on donne seulement un seul, et c'est mon mari qui a ça. Je sais pas comment je vais faire. Je suis là!

<sup>215</sup> Nesse caso, o nome do abrigo foi omitido com objetivo de preservação da identidade da entrevistada.

*Aqui, eu sempre digo: a França é um país que privilegia em primeiro... às vezes [inaudível] as mulheres. Portanto, como mulheres, não enfrentamos o mesmo sofrimento do que os homens. Um rapaz pode pedir um lugar para que possa se deitar. Ele acha isso difícil em comparação com uma mulher. E até mesmo pelos auxílios. Mesmo para os auxílios, ajudam-se muito as mulheres, especialmente quando já tenho um bebê assim. Eu tenho esse privilégio em relação a um homem. Um homem pode vir com a sua criança, mas para encontrar já um lugar é difícil em relação a uma mulher.*<sup>217</sup>

*Vejo que as mulheres têm muito mais sorte do que os homens, muito mais sorte do que os homens... Você vê? As mulheres ser fracas. Eles protegem as mulheres. De maneira diferente, nos outros países da África, são primeiro os homens. As mulheres são como escravas. Não posso falar muitas coisas na frente dos homens então... Aqui pelo menos, a França é melhor. Mesmo eu, quando chamei o 115, quando você chama o 115... Sou uma mulher, estou grávida, você ali é prioritária.*<sup>218</sup>

Assim como reflete Halluin-Mabillot (2012), a ideia sobre quem é ou não merecedor de proteção está relacionada a uma hierarquização daqueles que são considerados vulneráveis em determinada sociedade. Essa consideração não impede o reconhecimento de que, de fato, existam relações de desigualdade de gênero (como também fundamentada em outras características) nos contextos de refúgio. Ao contrário, com essa observação, pretende-se alertar para o fato de que essas diferenças são sócio-historicamente construídas e não naturais, como tendem a parecer nas realidades pesquisadas. Compreende-se que a vivência do refúgio, obviamente, traz dificuldades particulares para quem é mulher, vide, por exemplo, a quantidade de histórias que mencionam os abusos sexuais sofridos no decorrer do deslocamento. No entanto, tal como analisa Gabriela na primeira citação que se segue, se tais problemas ocorrem, é exatamente por fazer parte das relações patriarcais que caracterizam tanto os países de origem das migrantes, como os de destino

---

<sup>216</sup> *Les femmes sont beaucoup plus privilégiées que les hommes. Par exemple au Centre, tous les femmes on nous laisse. D'abord on se lave deux fois par jour, le matin, le soir. Les hommes, c'est une fois par jour. Le matin et on ferme. Le soir, le soir, ils se lavent, on ferme pour 24 heures. Mais, nous, les femmes, c'est matin et soir. Très tôt le matin, on fait sortir tous les hommes. Et nous les femmes ont nous laisse à rester. Même si on ferme les chambres, mais nous sommes à l'intérieur du Centre.*

<sup>217</sup> *Oui, oui... Ici, moi je dis toujours la France c'est un pays qui privilège d'abord parfois [incompréhensible] femmes. Donc, en tant que femmes, on n'a pas la même souffrance que les garçons. Un garçon peut demander une place pour qu'il puisse s'allonger. Il trouve ça difficile. Par rapport à une femme. Et même pour les aides. Même pour les aides on aide beaucoup les femmes, surtout quand j'ai un bébé comme ça déjà. J'ai cette privilège par rapport à un homme. Un homme peut venir avec son enfant, mais pour trouver déjà une place c'est difficile par rapport à une femme.*

<sup>218</sup> *Moi je vois que les femmes ont beaucoup de chance que les hommes, beaucoup de chance que les hommes... Tu vois? Les femmes être faibles. Ils protègent les femmes. À part dans les autres pays d'Afrique c'est les hommes d'abord. Les femmes sont comme des esclaves, quoi. Je peux pas parler beaucoup de choses devant les hommes donc... Ici quand même la France c'est mieux. Même moi quand j'ai appelé le 115, quand tu appelles le 115... Je suis une femme, je suis enceinte, tu es là-bas prioritaire.*

do refúgio. Para ilustrar algumas dessas desvantagens encontradas concretamente pelas entrevistadas no refúgio, escolheram-se os dois trechos posteriores, de autoria de Jamile.

*Nossa! Então... E eso que eu, eu comparava e via e, e, em meio de tudo, comigo foram especiais, sabe? Até o porteiro, o senhor lá, ele, às vezes, ele via que havia muitos homens, muito africanos esperando e eu sozinha, por exemplo, de mulher, ele me chamava para que entrasse e ficara em outra, esperando em outra... [...] Mas, ou seja, se a gente parte que nossas sociedades são sociedades de características... nessa, de, de muito remota data [risos], patriarcais, mais machistas, então, você como mulher sempre é, tua voz es menos escutada.*

*É por isso que eu dizia antes a você, aqui é duro para todo mundo, todo mundo, é difícil, mas a mulher é mais duro. Mais duro para a mulher! Porque eu, quando encontro um homem que me paquera ou que me faz perguntas, digo diretamente: “como?” Falo diretamente, digo: “olha senhor, não me veja assim, nesta rua, me sinto mal. Não tenho documentos, não tenho alojamento, não tenho nada aqui e não trabalho.” E é nesse momento que ele aproveita para te propor coisas.<sup>219</sup>*

*É difícil para todo mundo, seja homem ou mulher... Mas mais difícil, é para as mulheres. Porque você não pode dormir em qualquer lugar. Se for um rapaz, você pode pedir a um rapaz para ir dormir ali. Ainda que haja mil rapazes, você pode dormir ali. Mas, como mulher, você não pode dormir lá onde há rapazes.<sup>220</sup>*

De forma geral, em relação à política de assistência e de integração direcionada à população de refugiados, pode-se dizer que as mulheres localizadas no Brasil e na França foram afetadas de maneiras relativamente distintas. No contexto francês, as entrevistas foram marcadas por vivências de sofrimento que decorriam, principalmente, da condição de (ainda) não terem recebido o reconhecimento do refúgio, de modo que, mesmo nos depoimentos daquelas que já possuíam o status, essa fase do processo de migração obteve destaque. Como já foi explorado em outra sessão, as diferenças consideráveis entre os direitos sociais do solicitante de refúgio, do imigrante ilegal e do migrante com status de refugiado regularizado, faziam as mulheres se sentir inseguras e ameaçadas enquanto esperavam a avaliação de seu pedido de proteção ao país estrangeiro. Nessa etapa, além do medo e da esperança relacionados à situação futura de

<sup>219</sup> *C'est pour cela que je vous disais tout à l'heure, ici c'est dur pour tout le monde, tout le monde c'est dur, mais la femme c'est plus dur. Plus dur pour la femme! Parce que moi quand je rencontre un homme qui me drague ou qui me pose des questions, je dis directement: “hein?” Je parle directement, je di: “écoutez monsieur, ne me voyez pas comme ça, dans cette rue, je ne suis pas bien. Je suis sans papiers, j'ai pas de logement, je n'ai rien ici et je ne travaille pas.” Á, c'est à ce moment qu'il profite pour te proposer des choses.*

<sup>220</sup> *C'est difficile pour tout le monde, que ça soit homme ou femme... Mais plus difficile, c'est pour les femmes. Parce que tu ne peux pas dormir n'importe où. Si c'est un garçon, tu peux demander à un garçon pour aller dormir là-bas. Même si il y a mille garçons tu peux dormir là-bas. Mais, en tant que femme, tu ne peux pas dormir là ou il y a des garçons.*



legalidade/ilegalidade no exterior, a interdição ao trabalho e o baixo valor do auxílio financeiro foram as principais queixas citadas pelas participantes.

Nas situações em que o desfecho temido se concretizou, a perda dos benefícios e dos direitos sociais concedidos foi narrada como um momento de muita tristeza e desamparo. Nesses casos, a saída dos centros de acolhida específicos para os migrantes em situação de refúgio foi mencionada como um divisor das vidas das migrantes no país estrangeiro, obrigando-as a dormir em espaços públicos como a rua, praças e metrô e a depender de favores de conhecidos ou da assistência de associações benevolentes. O não reconhecimento efetivo de sua necessidade de proteção, o sentimento de ser indesejada e sem valor, a insegurança, a incerteza e a desorientação quanto ao presente e ao futuro foram relatos comuns daquelas que tiveram sua demanda indeferida e passaram a ocupar no país o status de migrante ilegal, como revelam os dois primeiros relatos de Jamile e o de Jacira, que se encontram a seguir.

*Eu não tinha nem moradia, nem, é... Eu não tinha nada, na verdade. Nenhuma ajuda, eu não tinha nada disso. Então, eu pedi para me levarem para um centro de acolhida porque fazia frio, e eu, eu não tinha nem um centavo. Um centavo! Eu não tinha! Eu não trabalho, eu não conheço ninguém, eu não tenho nada [...] Então, é muito difícil aqui. É muito, muito, muito difícil de viver. Muito! Se você não tem seu visto de residência, é muito difícil porque você não tem direito a nada! [...] Eu não sei o que eu era... eu iria virar... hoje, se não fosse graças às associações e amigos. Porque atualmente eu durmo por aqui, por ali. Eu não tenho um lugar fixo. Hoje eu durmo aqui, amanhã em outro lugar, depois de amanhã em outro lugar.<sup>221</sup>*

*Quando eu fui rejeitada, eu me lembro, eu fui na prefeitura de Fontenay Sous Bois, porque eu estava perto de lá, eu fui abrigada em um hotel, eu não tinha o que comer. Eles me disseram de ir à prefeitura. Se eu peço lá, eu posso obter alguma coisa. Eu fui, eles me disseram para ir ver os assistentes sociais. Eu fui, eu encontrei uma senhora, eu disse: “então, eu fui rejeitada, eu não tenho visto de residência, eu não tenho nada, eu sou uma sem documento agora.” O que a mulher me responde? Ela me disse: “senhora, nós não podemos fazer nada, nós não podemos fazer nada pela senhora. Você espera pelo seu repatriamento, eles vão te repatriar no seu país.” Assim! Ela me falou assim! Eu disse “ok.” Eu peguei meus papeis, eu saí. Durante o dia todo, por dois dias, eu chorei. Por causa das palavras que ela me disse “espere seu repatriamento, eles vão te repatriar em seu país”. Como se eu roubasse ou como se realmente o que eu estava pedindo fosse alguma coisa que eu não devesse perguntar... Ou como se realmente eu não amasse meu país, eu estou aqui porque é a França, eu estou aqui porque eu vim*

<sup>221</sup> *Je n'avais ni logement, ni, euh... Je n'avais rien, en fait. Aucune aide, je n'en avais, rien de tout. Donc, j'ai demandé de m'envoyer dans un centre d'accueil parce que il faisait froid, et j'ai, je n'avais même pas un centime. Un centime! Je n'en avais pas. Je ne travaille pas, Je ne connais personne, je n'ai rien. [...] Donc, c'est très difficile ici. C'est très, très, très difficile de vivre. Très! Si tu n'as pas ton titre de séjour, c'est très difficile parce que tu n'as droit à rien! [...] Je ne sais pas qu'est-ce que j'étais... j'allais devenir... aujourd'hui, si ce n'était pas grâce aux associations et des amis. Parce que actuellement je dors de gauche à droite. J'ai pas un endroit fixe. Aujourd'hui je dors ici, demain de l'autre côté, après demain de l'autre côté.*

*procurar alguma coisa, eu não fui ameaçada no meu país, eu estou aqui porque eu quero ficar aqui.*<sup>222</sup>

*Deus nos dê a graça de nos dar os documentos. Sem documentos na Europa, sem documentos na França, você não é nada. Em todo lugar aonde você vá, eles vão estudar sua identidade. Eles querem suas identidades. Quando me rejeitaram... a moradia no Centro terminou. Quando eu terminei os documentos, aí, expirados, aí, eles me disseram: “sinto muito”. É isso o mundo de... Sim, “já expiraram.” Então, eu já tinha feito a conclusão: aqui na Europa sem documentos, você não é nada. Então, eu não sei como eu vou fazer. Então, eu, meus problemas são [incompreensível] me darem os documentos.*<sup>223</sup>

Para aquelas que, durante a vivência no país estrangeiro, puderam contar com a aprovação do status de refugiada, o reconhecimento de seu pedido de proteção parece ter significado não apenas a regularização de sua situação documental no país estrangeiro e a autorização por lei de determinados direitos. Entende-se, aqui, que a essa dimensão material, associa-se uma dimensão psicossocial do reconhecimento, a qual, para esses sujeitos, é significada como uma maior possibilidade de ação e com a oportunidade de planejamento e projeção de um futuro. No primeiro extrato de entrevista a seguir, Janaína comenta sobre o ganho de autonomia que obteve, a partir do momento em que, depois de várias tentativas, obteve a resposta positiva à sua solicitação. Já no trecho posterior, Viviana faz refletir, justamente, sobre os sentidos subjetivos que o reconhecimento do refúgio pode adquirir.

*Isso mudou, de qualquer forma, porque agora eu posso sair quando eu quero com meu visto de residência, eu trabalho também. Então, eu sei que se eu não trabalho, mesmo assim eu vou ter meus benefícios Assedic também, porque como eu tenho meus direitos, não é como antes... de se virar, na casa das pessoas, você vê? E, ainda, eu tenho minha casa. É minha casa do mesmo jeito, eu durmo a hora em que eu quiser e eu me acordo a qualquer hora. Não é como antes aqui. E, então, isso mudou muito de qualquer forma.*

<sup>222</sup> *Quand j'ai été rejetée, je me rappelle je suis partie à la mairie de Fontenay Sous Bois, parce que j'étais pas loin, j'étais hébergée dans un hotel, je n'avais pas à manger. Ils m'ont dit d'aller à la mairie. Si je demande là-bas je peux obtenir quelque chose. Je suis partie, ils m'ont dit d'aller voir les assistants sociaux. Je suis allée, j'ai rencontrée une dame, j'ai dit : “voilà, j'ai été rejetée, j'ai pas de titre de séjour je n'ai rien, je suis sans papiers maintenant.” Qu'est ce que la dame me répond ? Elle me dit: “madame, on peut rien faire, on ne peut rien faire pour vous. Vous attendez votre rapatriement, ils vont vous rapatrier dans votre pays.” Comme ça! Elle m'a parlé comme ça. J'ai dit : “ok.” J'ai pris mes papiers, je suis sortie. Toute la journée, deux jours, j'ai pleuré. À cause des mots là qu'elle m'a dit “attendez votre rapatriement, ils vont vous rapatrier dans votre pays” Comme si je volais ou comme si vraiment ce que je demandais c'est quelque chose que je ne devrais pas demander... Ou bien comme si vraiment je n'aime pas mon pays, je suis là parce que c'est la France, je suis là parce que je suis venue chercher quelque chose, je ne suis pas menacée dans mon pays, je suis là parce que j'envie de rester ici.*

<sup>223</sup> *Dieu nous fait grâce de nous donner les papiers. Sans papiers en Europe, sans papiers en France tu n'es rien. Partout ou tu pars on va étudier ton identité. On veut tes identités. Quand on m'a rejetée .... le séjour au Centre fini. Quand j'ai fini les papiers là, expirés là, on m'a dit: “ désolé.” C'est ça le monde de ... Ouais, “c'est déjà expiré.” Donc, j'ai déjà fait la conclusion: ici en Europe sans papiers, tu es rien. Donc, je sais pas comment je vais faire. Donc, moi mes problèmes c'est [incompréhensible] on me donne les papiers.*

[...] *Eu me sinto melhor agora porque eu já não sou uma menina, eu sou uma mulher. E é isso e eu trabalho, eu trabalho eu mesma, eu ganho meu salário eu mesma, eu não dependo de ninguém. Então, é raro que eu vá pedir a alguém de fazer isso e que eu não possa fazer [...] Eu ganho bem minha vida. Mesmo se eu não ganho muito, mas eu sei mesmo assim que eu ganho para pagar meu aluguel, eu posso me vestir, eu posso comer. Eu posso pagar meu transporte sem receber multas. Então, é isso.*<sup>224</sup>

*Então, de verdade, eu não digo nada da França. Somente agradecer ainda porque... eles me salvaram a vida. Eles me reergueram assim do mar! Eu não tinha nada! Eu não via nada! Eu não conhecia nada! Eu estava cega! Eu estava verdadeiramente perdida! Então, hoje, tudo o que eu quero dizer... Eu serei ainda muito reconhecadora na vida. Porque, eu acho, eu direi sempre, para a França, eu tiro o chapéu! Porque lá onde eu estava, é verdade, eu nasci lá, eu cresci lá... Mais recentemente eu vivi coisas, que verdadeiramente viraram minha vida de cabeça para baixo! Mas felizmente existia tal como a França, existiam ao menos alguns que não são como nós... Existia ao menos a diferença das pessoas, o reconhecimento das pessoas... Existia ao menos o “savoir vivre”, eu digo. Você vê? Então na vida é muito importante ter um conhecimento humano. Eu, eu vejo, eu, eu, acho isso, é muito importante. Todas as pessoas deve ter uma civilização humana. E eu, aí, hoje, eu diria sempre a França, assim. E eu não cessarei jamais de agradecer às autoridades também, francesas, que me retiraram dessa merda, que me tiraram essa névoa, que me mostraram o sol brilhante. Você vê?*<sup>225</sup>

A partir das entrevistas, no entanto, foi possível perceber que essa vivência do status de refugiada não é fixa e estável. Mesmo que com o reconhecimento jurídico obtido ela tenha garantida a preservação de sua integridade física (estando livre do risco de retorno ao país) e ainda que ele seja sinônimo de determinados direitos, na vida prática, do dia-a-dia, ele não livra a migrante de sofrer as consequências da desigualdade social entre estrangeiros e nacionais, característica desse contexto. Nesse sentido, algumas entrevistadas relataram a dificuldade de se

<sup>224</sup> *Ça a changé quand même parce que maintenant je peux sortir quand je veux avec ma carte séjour, je travaille aussi. Donc je sais que si je travaille pas, pourtant je vais avoir mes allocations Assedic aussi parce que comme j'ai mes droits, c'est pas comme avant...de se dépanner, chez les gens, tu vois? Et encore j'ai ma maison. C'est ma maison quand même, je dors n'importe quelle heure que je veux et je me réveille n'importe quelle heure. C'est pas comme avant ici. Et donc, ça a beaucoup changé quand même. [...] Je me sens mieux maintenant parce que déjà j'suis pas une petite fille, je suis une grande fille. Et voilà et je travaille, je travaille moi-même, je gagne mon salaire moi-même, je ne dépends de personne. Donc, c'est rare que je vais demander quelqu'un de me faire ça et que moi je peux pas le faire. [...] Je gagne bien ma vie. Même si je gagne pas énormément, mais je sais quand même ce que je gagne pour payer mon loyer, je peux m'habiller, je peux manger. Je peux payer mon transport sans avoir des contreventions. Donc, voilà.*

<sup>225</sup> *Donc, vraiment je dis rien à la France. Que de remercier encore parce que... ils m'ont sauvé “de la vie”. Ils m'ont soulevé comme ça dans la mer! J'avais rien! J'avais rien! J'ai voyais rien! J'ai connaissais rien! J'étais aveuglée! J'étais vraiment perdue! Donc, aujourd'hui tout ce que je veux dire... je serais encore très bonne reconnaissante dans la vie. Parce que, je crois, je dirais toujours la France, chapeau! Parce que là où j'étais, c'est vrai, je suis née là-bas, je suis grandie là-bas... Mais tout récent, j'ai vécu des choses, vraiment, que m'a bouleversé la vie! Mais heureusement il y avait telle que la France, il y avait au moins quelques unes qui n'étais pas comme nous... Il y avait au moins la différence des personnes, la reconnaissance des personnes... Il y avait au moins le savoir vivre, je parle. Tu vois? Donc, dans la vie il est vraiment important d'avoir une connaissance humaine. Moi je vois... je, je trouve ça, c'est très important. Toutes personnes doivent avoir une civilisation humaine. Et moi, là, aujourd'hui je dirais toujours la France, comme ça. Et je cesserais jamais de remercier les autorités aussi, françaises, qui m'ont soulevée dans cette merde, qui m'ont enlevé dans cette nuage, qui m'ont montré le soleil brillant. Tu vois?*

estabelecer em um emprego fixo e, conseqüentemente, de arcar com as despesas de moradia, mesmo após terem regularizado sua estadia no país. Outras reivindicaram o direito à participação política no país, até então limitado. Por fim, muitas delas revelaram vivenciar o preconceito e a discriminação em seus empregos e em suas outras relações cotidianas, fenômenos que serão mais bem explorados na próxima e última sessão deste capítulo.

No Brasil, a ausência de uma disparidade muito grande entre os direitos e benefícios que são atribuídos ao refugiado e ao solicitante de refúgio parece contribuir para uma vivência, de maneira geral, diferente da observada no contexto francês. Na grande maioria das entrevistas concedidas em território brasileiro, a expectativa em receber o documento que confere o reconhecimento do refúgio e atesta o direito à permanência no país não se verificou tão central nos relatos das participantes da pesquisa (apesar de ser considerada importante). Provavelmente, isso tenha acontecido porque, além de uma relativa semelhança de status entre ser solicitante e refugiada, estar ilegal parecia ter um significado diferente do que aquele atribuído pelas mulheres abordadas na França. Certamente, a concessão de documentos e do reconhecimento jurídico do refúgio confere certas vantagens concretas e internas para a migrante em sua relação com o Brasil, já que além de facilitar a contratação para um trabalho, legitima o valor e a história do sujeito (conforme o que foi discutido, anteriormente, na análise sobre as mulheres da realidade francesa). No entanto, a ausência de uma repressão que a ameaçasse retornar ao país e a relativa abertura para se obter um visto de residência por outras vias (como por meio da nacionalidade brasileira de um filho, por exemplo) garantia outra dimensão a essa questão. De todo modo, mesmo tecendo essas considerações, é preciso fazer uma ressalva quanto às limitações do corpus deste estudo. A presença de mulheres que tivessem vivenciado a negativa do refúgio no Brasil (condição que não foi encontrada no levantamento dos sujeitos), provavelmente, traria melhores condições de analisar esse ponto em especial.

Nesse contexto, a grande queixa mencionada pelas entrevistadas em relação à política brasileira direcionada aos migrantes em situação de refúgio se referiu a uma ausência de intervenção direta do Estado e de uma estrutura pública de serviços de acolhimento e integração, específica e regulamentada para essa população. Especialmente, a ausência de um auxílio financeiro fixo e generalizado a todos os solicitantes (independente, portanto, da condição identificada de vulnerabilidade) e a precariedade de moradia foram aspectos frequentemente

reivindicados nos relatos das participantes. Em relação a esse último problema, as mulheres que residiam em instituições benevolentes falaram da dificuldade de compartilhar o cotidiano com pessoas de diversas culturas e carentes de abrigo por diversos motivos. As regras de funcionamento dessas habitações, que não levavam em consideração a situação de desproteção e insegurança do refugiado também foram um ponto negativo levantado da vivência do refúgio que refletia a falta de uma infraestrutura direcionada para os estrangeiros nessa condição. De maneira geral, o conjunto de depoimentos concedidos no Brasil permite identificar que essas migrantes (refugiadas ou em espera pela avaliação do seu pedido de regulamentação no país) não se sentiam suficientemente protegidas nem reconhecidas em suas necessidades, mas invisíveis, como indicam, respectivamente, os relatos de Talita, Gabriela e Amália.

*Aqui no Brasil não tem lugar para refugiado. Esse é que é o problema, muito grave. Nós aqui no abrigo, nós fica aqui, de manhã, todos os hora. Você tá aqui. Se você vai sair, você pode sair, andar, andar... e depois você vai voltar. Mais pra homem... Mesmo lá, outro abrigo<sup>226</sup>, homens... Homem ali, no outro abrigo, sai o quê? Do abrigo às seis da manhã.*

*Eu acho que poderia ser diferente. Eu acho. E... eu acho que tem pessoas honestas. Se o primeiro contato quem tem, aí, a, agora é a Cáritas, é... que fazem o trabalho, porque... o fazem. Sabe? Fazem porque querem fazer e tentam fazer bem. Mas, eu acho que devia a ter, assim... Como quando você arruma um prédio. Sabe? Uma quebrada. Uma proposta diferente, renovada, com gás, com luz, com... [Riso] outras coisas. E acho que seria... Até facilitaria a vida deles e as dos outros. Sabe? De acolhida realmente. Porque se, se a gente fosse a questionar, como o que eu te falei, se você começa a pensar no conceito de acolhida... Nossa! Isso es uma palavra forte. Então, eu não sei até onde o Brasil não tem recursos, se tem, não tem...*

*Nos outros países, eles dão alguma coisa... Não se... Porque nós, nós acabamos de chegar, não trabalhamos, como eu, eu tenho crianças, você vê? Eu tenho crianças aqui. Eu mesma não vim com... mesmo um reais. Você vê? Apesar de eles darem a comida aqui, a comida aqui você não pode recusar. Mesmo se não é do nosso gosto, você não pode recusar.<sup>227</sup>*

A partir dos depoimentos das entrevistadas e das observações de campo, é possível identificar que as mulheres em situação de refúgio eram afetadas por um conjunto complexo e dinâmico de sentimentos, alguns deles contraditórios, na relação com os países onde buscaram acolhida. Sem a proteção e o reconhecimento de seus países de origem, elas revelaram, de maneira geral, um sentimento de gratidão por, de alguma forma, terem sido recebidas e assistidas

<sup>226</sup> O nome do abrigo foi omitido por motivo de preservação de identidade da participante.

<sup>227</sup> *Dans autres pays, on donne quelque chose. On ne... Parce que nous, on vient d'arriver, on travaille pas, comme moi j'ai des enfants, tu vois? J'ai des enfants-là. Je suis même pas venue...même un reais. Tu vois? Malgré on donne la nourriture ici, la nourriture ici tu ne peux pas refuser. Même si c'est pas dans ton gout, tu peux pas refuser.*

no território estrangeiro, sentimento esse que se verificou mais intenso nos casos de concessão do status pretendido. No entanto, de acordo com o que indicaram nesses relatos, a essa gratidão estava associado o sentimento de dívida, provavelmente, pelo significado social que é conferido ao reconhecimento do refúgio como uma prática da ordem da compaixão e do favor (MALKKI, 1996; KOBELINSKY, 2010; FASSIN, 2013). Com isso não se pretende questionar a genuinidade desse afeto (que, como mostram os dois primeiros relatos de Jamile e Viviana, é expressa de maneira intensa e espontânea nas entrevistas), mas destacar a característica de desigualdade dessa relação. Além da dívida, foi possível perceber também convivendo com a gratidão a tristeza pelo não reconhecimento ou desvalorização, decorrentes da repressão ou da indiferença da qual elas são alvo ao longo da vivência nesse território. Na segunda e terceira passagem dessa sequência, Jamile e Rosana sugerem, respectivamente, essa flutuação de ânimo (ESPINOSA, 1983a).

*Eu desejo nunca fazer uma besteira para que a França diga: “sinto muito”, não! Eu jamais vou procurar essa palavra em mim. Ao contrário, o que eu quero procurar atualmente é ver a palavra, a verdadeira palavra-chave, concreta, que é verdadeiramente sólida e concreta, alguma coisa que eu possa exprimir para que a França seja verdadeiramente orgulhosa.*<sup>228</sup>

*Na realidade, eu também que não compreendo. Eu estou, eu quero dizer que eu estou um pouco decepcionada desse lado, porque eu constatei que a cada vez quando há a política, eles nos falam dos imigrantes. Eles nos falam somente dos imigrantes, eles não falam... Eu quero dizer que eles não falam... É como se eles não vissem o que se passa, que eles não vissem a realidade. [...] Enquanto que eles, verdadeiramente, se enganam. Por exemplo, eu, eu vou dar um exemplo de mim mesma. Eu, eu tive problemas no meu país, eu deixei meu país, eu vim aqui para salvar minha vida. E eu não vejo razão, o que vai me empurrar a fazer mal à França ou fazer mal a uma pessoa. Eu sei como eu sofri para ter meu visto de residência. Eu, eu não faria nunca mal à França...*<sup>229</sup>

*Eu estive tão triste! Muito difícil aqui no Brasil. Muito difícil! Muito! Eu estou agradecida, pero muito difícil!*

<sup>228</sup> *Je souhaiterais jamais aussi faire une bêtise pour que la France dise “je suis désolée”, non! Je chercherais jamais cette mot, en moi. Au contraire, ce que je veux chercher aujourd'hui c'est de voir le “mot”, le vrai mot-clé concrète, qui est vraiment sûr et solide, quoi, quelque chose que je peux exprimer pour que la France soit vraiment fière.*

<sup>229</sup> *En fait, moi aussi que je ne comprends pas. Je suis, je veux dire que je suis un peu déçue de ce côté, parce que j'ai constaté qu'à chaque fois quand il y a de la politique, ils nous parlent que des immigrés. Il nous parlent que des immigrés, ils ne parlent pas... Je veux dire qu'ils ne parlent pas... C'est comme si ils ne voient pas ce qui se passe, qu'ils ne voient pas de la réalité. [...] Tandis que vraiment ils se trompent. Par exemple, moi, je vais donner un exemple à moi-même. Moi, j'ai eu des problèmes dans mon pays, j'ai quitté mon pays, je suis venue ici pour sauver ma vie. Et je ne vois pas la raison, qu'est-ce qui va me pousser de faire du mal à la France ou bien de faire du mal à une personne. Je sais comment j'ai souffert pour obtenir mon titre de séjour. Moi, je ne ferais jamais du mal à la France...*

Esses e os demais sentimentos contraditórios, que caracterizaram não só as relações das entrevistadas com os países de refúgio, mas também com suas origens, indicam um conflito quanto ao seu pertencimento nacional. Situada entre dois mundos, como foi dito no início desta sessão, a migrante que se refugia não possui mais as condições para se sentir cidadã de sua terra natal, mesmo que, culturalmente, ainda continue se identificando com ela (a observação quanto aos trajés e penteados das africanas, registrada no capítulo anterior, por exemplo, parece ser uma afirmação do pertencimento étnico e racial dessas mulheres). Expulsa devido a uma situação de violência, ela tenta se incluir em uma nova sociedade, onde se sentirá protegida das ameaças à sua vida. Nessa nova realidade, livre do medo da perseguição e da violência, a refugiada, entretanto, é afetada por uma série de sentimentos decorrentes da invisibilidade ou do controle e desconfiança que caracterizam a relação entre ela e o país estrangeiro. A desigualdade de direitos e as relações de preconceito e discriminação a afetam de um sofrimento ético-político, que a impede de se sentir verdadeiramente cidadã nesse território, território do qual ela normalmente não se apropria, como acontece na relação com as cidades de São Paulo e Paris. O conjunto desses elementos configura, portanto, um quadro de inclusão perversa (SAWAIA, 2006a), que assume características particulares, assim como repercussões sociais e subjetivas diferentes a depender da etapa do processo de migração e do contexto. A seguir, finaliza-se essa sessão com duas passagens, cujas autoras, Gabriela e Isabela, traduzem, respectivamente, esse sentido de morar, mas não pertencer.

*Então é isso. E é o que eu te falava, eu acho que a gente nunca deixa de ser estrangeiro. Não sei como no se pode deixar de ser estrangeiro [Risos]. Mas não deixa. E, em determinadas circunstâncias, a realidade que você vive te faz sentir mais isso. Em alguns momentos você não se importa, mas em outros momentos dói, es duro, continua sendo difícil. [...] Porque você se sente em uma condição desigual, em uma condição... Apesar de que, ó, parece uma contradição o que eu falo: somos privilegiados em certas coisas, mas em algumas vezes, você se sente em desvantagem, em total desvantagem.*

*Já são etapas. Etapa por etapa. Aí, se tem isso, todo o tempo é assim. Aqui [incompreensível], não importa onde. Primeiro, eu não penso em me naturalizar, eu já tenho minha nacionalidade. Eu tenho somente o visto de residência, é verdade. É de dez anos, mas depois... Eu não tenho tudo o que eu queria ter para estar bem integrada e tudo. E tudo. Eu queria já ter um trabalho estável, CDI, isso já ajuda a crer verdadeiramente em segurança. E depois ter uma situação normal, me integrar totalmente. [...] Então, me falta verdadeiramente me sentir... Já é... Eu dei alguns passos, é verdade... Eu já sou legal. Tem pessoas, antes é... Mas eu não tenho tudo.*<sup>230</sup>

<sup>230</sup> *Déjà, c'est des étapes. Étape par étape. Là, on a ça, tout le temps c'est comme ça. Ici [incompréhensible], n'importe où. Déjà, je pense pas naturaliser, j'ai ma nationalité déjà. J'ai seulement la carte de séjour, c'est vrai. C'est de dix ans, mais après... J'ai pas tout ce que je voudrais avoir pour bien être intégrée et tout. Et tout, quoi. Je*

#### 7.1.4 Resistindo ao preconceito e à desconfiança: os bons encontros da vivência do refúgio

Tal como analisa Alaoui (2007) em sua pesquisa, ao longo dessas três últimas sessões, foi possível compreender a vivência do refúgio como um desafio frente às transformações nas relações e nos vínculos sociais que o deslocamento forçado pode envolver. Ao migrarem para o Brasil e para a França como um meio de fugir de suas terras e não tanto como um projeto propriamente dito de instalação nesses países estrangeiros, as mulheres que foram entrevistadas para esta investigação revelaram, de modo geral, o sofrimento de um desamparo provocado não apenas pela perda de cidadania em seus países de origem, mas, por um acúmulo de rupturas impostas nas diversas esferas de sua vida. Nesse processo, sem ter a proteção e o reconhecimento do Estado e, em algumas vezes, de grande parte ou de toda a sua família, o apoio de amigos e companheiros de seu partido político, bem como o auxílio de desconhecidos e de associações foi recorrido com frequência e se fez fundamental para o êxito de sua fuga e para o seu processo de inclusão/exclusão em solo estrangeiro, conforme será discutido a partir de então.

À luz da filosofia de Espinosa (1983a) e da teoria de Arendt (2007), a amizade pode ser pensada como um vínculo privilegiado de abertura à alteridade, à possibilidade de afetar e ser afetado, que se constitui em uma relação horizontal, de igualdade política, independente das diferenças que podem existir entre aqueles que estão por ela ligados. Nesse tipo de encontro, instaura-se a alegria, favorecida pelo reconhecimento do que existe em comum entre os indivíduos e de que juntos eles são mais fortes (GOMES; SILVA, 2013). Nesse sentido, pode-se dizer que da amizade emana o desejo de generosidade ou de solidariedade e, portanto, a possibilidade de união de esforços para uma prática comum e para a resistência às diferentes formas de tristeza e de dominação<sup>231</sup>. No capítulo anterior, as histórias das entrevistadas narraram como essas mulheres, com o apoio de amigos, conseguiram escapar da perseguição. Por meio dessas relações de confiança, além de serem prevenidas do perigo e protegidas (sendo escondidas e abrigadas) das ameaças, as participantes foram ajudadas a pensar sobre o caminho que deveriam seguir, “optando”<sup>232</sup>, assim, pelo refúgio. Nos relatos a seguir, Jamile e Cássia

---

*voudrais avoir un travail stable, déjà, CDI, déjà ça vaut aide à croire que vraiment vous êtes en sécurité. Et après avoir une situation normale, m'intégrer totalement. [...] Donc, il me manquait vraiment me sentir... C'est déjà... J'ai fait des pas, c'est vrai... Déjà je suis légale. Il y a des gens, avant c'est... Mais j'ai pas tout.*

<sup>231</sup> Para uma maior discussão sobre a amizade como recusa à servidão ver Chauí (1999).

<sup>232</sup> As apas nesse caso foram utilizadas para reafirmar o contexto de violência que motiva esse tipo de deslocamento.



explicam, nessa sequência de autoria, a importância que tiveram essas pessoas em um momento de fragilidade e de confusão.

*Então, aí, como eu não estava bem da minha cabeça, eu fui obrigada a seguir as pessoas que vão me ajudar, as pessoas que me pedem: “verdadeiramente, para salvar tua vida, é preciso que você faça isso.” Quando nós não estamos bem, nós somos obrigados a seguir os conselhos que te dão.*<sup>233</sup>

*Assim já me falaram: “não, você não pode ficar mais na tua casa porque às vezes vão vir procurar também você”. Saí dali, fui dormir na vizinha. Depois, o pessoal, na igreja, estávamos a rezar junto. [Incompreensível] Tinha uma pessoa que tava a vir aqui no Brasil e falou para nós vir junto.*

Nos relatos das migrantes que participaram da pesquisa na França e no Brasil, foi possível observar que, em determinados casos, algumas dessas relações de apoio assumiam um caráter transnacional ao longo do refúgio, apesar das grandes limitações de comunicação que esse tipo de migração implicava em virtude do cuidado com a sua segurança e a daqueles que tinham se deslocado e também com a daqueles que tinham ficado. Assim como as relações familiares que já foram mencionadas na primeira sessão deste capítulo, as amizades significaram, em algumas histórias, a ponte possível entre a realidade de origem e a de destino. Nos casos de Ísis e Jamile, por exemplo, a guarda dos filhos foi confiada a uma amiga de cada uma delas, que passou a esconder as crianças daqueles que poderiam ameaçá-las e com quem as migrantes mantiveram contato por meio de cartas e telefonemas. Além do cuidado com as crianças, esse vínculo permitia o intermédio entre as mulheres em situação de refúgio e seus familiares que permaneceram no país (com os quais uma reaproximação, mesmo que à distância, arriscaria a proteção de todos) e facilitava a busca de provas para anexar junto ao processo que solicitava sua permanência no exterior. Além das amizades, as parcerias políticas possibilitaram também esse tipo de mediação. Os trechos recortados das entrevistas de Jamile, Jacira e Rosana ilustram, respectivamente, esses e outros tipos de cooperação.

*Como faz muito tempo que eu não tive notícias, eu perguntei ao senhor se ele poderia levar alguém para contactar minha amiga. Minha amiga vai se deslocar para ir ver minha mãe secretamente, para perguntar onde e como vai ser, se eu posso ir ou não. Então, minha mãe escreveu uma carta. Ela me disse que atualmente ela está com vontade de me ver, que ela também está com vontade de ver meus filhos, mas, sobretudo,*

---

<sup>233</sup> *Donc, là, comme je n'étais pas bien dans ma tête, j'étais obligée de suivre les gens qui vont m'aider, les gens qui me demandent: “vraiment pour sauver ta vie il faut que tu fasses à ça.” Quand on est pas bien on est obligé de suivre des conseils qu'on te donne.*

*que eu não retorne à Guiné. Porque mesmo atualmente, lá onde ela está, ela vive ameaçada. Meu marido foi reclamar o que ele havia dado ao meu pai.*<sup>234</sup>

*Eu tinha... minha amiga lá, ela tinha me enviado fotocópias de... estadia temporária na África do Sul. Foi por isso que eu mostrei isso à OFPRA. OFPRA disse que não é verdadeiro, é necessário apenas o original. Agora, minha amiga, ela me enviou aí o original. No correio, ela me enviou o original...*<sup>235</sup>

*É... Eu tenho uma amiga ainda na Colômbia... Pedi a ela para mandar botinhas, coisas muito legal, de Lacoste, de marca, para mim, para eu vender.*

Como pôde ser observado no capítulo 6, no desembarque das mulheres em território estrangeiro, uma situação se verifica como padrão para aquelas que se deslocaram conduzidas por atravessadores. Das 20 entrevistadas, quase a metade delas (9 participantes) foi abandonada, sem rumo e sem nenhum tipo de contato, a despeito do que havia sido combinado. Em todos esses casos, elas precisaram contar com a solidariedade de desconhecidos, que as orientaram a procurar os serviços destinados aos migrantes do país e, em certas vezes, até mesmo as abrigaram. Na maior parte dessas histórias, esse contato foi pontual e não se estendeu para uma relação futura, mas foi fundamental para ajudá-las a enfrentar o impacto da chegada e superar, ao menos em parte, o medo que fez com que algumas dela paralisassem. É o que pode ser analisado, por exemplo, nos respectivos relatos de Priscila e de Viviana, que se encontram logo a seguir.

*Eu chegou aqui com um amigo do meu tio, cheguei aqui no Brasil, no aeroporto, aí, ele fugiu, me deixou grávida com dois crianças na rua. Aí comecei a gritar, comecei a chorar, meu Deus... Meu Deus, porque assim?! Porque no Brasil não tenho família, não tenho nada, tava com mais, com dois crianças na mão. Eu começo a chorar, eu, criança chorando. [...] Eu dormi, eu dormi mesmo na rua, dormi na rua. Dormi na rua e aí, de manhã, eu vi uma negra passando. Pedi ajuda e ela disse: "está chorando?" Na minha língua! Eu disse: "você tá falando a minha língua?" Deus fez milagre, ela está falando a minha língua!*

*Ele me deixou lá, ele me disse "aguarde, eu vou te buscar algo pra comer", ah sim... Ah sim! Ele partiu. Entende? Ele partiu. Até hoje. [...] Então, eu entendi a vida. E eu disse a mim mesma "É isso aí!". Eu escapei da morte mas eu não acho que eu estou salva. É um outro mundo. Ao ver o mundo, as pessoas, os policiais, eu sempre tenho medo, porque eu fui vítima das pessoas, dos militares. Quando eu vejo as pessoas de uniforme aí, isso me causa erupções no corpo, de tanto medo que eu tenho. Sendo assim, eu permaneci no parque. Já era a hora de fechar o parque, eles apitaram e tudo e eu permaneci a noite*

<sup>234</sup> *Comme ça fait longtemps que j'ai pas eu de nouvelles, j'ai dit au Monsieur est-ce qu'il peut amener quelqu'un contacter ma copine. Ma copine va se déplacer pour aller voir ma mère en cachette, pour demander où et comment ça se passe, si je peux aller ou pas. Donc, ma mère m'a écrit une lettre. Elle me dit qu'elle a actuellement envie de me voir, qu'elle a aussi envie de voir mes enfants, mais surtout pas, de ne pas rentrer en Guinée. Parce que même actuellement là où elle est, elle vit des menaces. Mon mari vient réclamer ce qu'il avait donné à mon papa.*

<sup>235</sup> *J'avais... ma copine là-bas, elle m'avait envoyé des photocopies de... séjour temporaire en Afrique du sud. C'est pour ça j'ai montré ça à OFPRA. OFPRA a dit que c'est pas vrai, il faut que l'original. Maintenant ma copine, elle m'a envoyé là l'original. Dans le poste elle a envoyé l'original...*

*toda, a noite toda à espera! Sem telefone, nem dinheiro, nem nada, eu não conhecia ninguém. Eu permaneci, permaneci, permaneci, até o próximo dia, eu queria fazer xixi. Eu não podia. Eu não sabia como proceder. Mas como era noite, eu permaneci, estava iluminado e tudo, eu tinha sono. Entende? Eu me deitei assim, e felizmente não estava chovendo nesse dia. No próximo dia, o parque estava aberto, eu retornei. Mas quando eu via as pessoas no parque, eu perguntava onde eu podia comprar algo para comer, eu perguntei assim! Eles me disseram "é preciso que você faça isso". Eu expliquei às pessoas que eu via, assim, assim, assim... Eu expliquei, eu expliquei. Eu acabei encontrando esse senhor, um africano, na verdade, não, um guadalupense, que me disse... Ah! Sabe, às vezes, eu tenho medo das pessoas! Então, eu não queria me deixar ir totalmente com ele porque eu sei que eu sou uma mulher! Eu não sou tão feia para que os homens não queiram me olhar. Eu não sou tão bela para que as pessoas não queiram se aproximar. E os homens, suas intenções é ir pra cama, ir pra cama! Bah, e aí eu pensava, eu não quero! Não podemos também nos deixar levar! E eu não sei o que fazer! De alguma forma eu tenho alguém que poderia me ajudar. Eu não vou aceitar porque eu não tinha confiança?! Entende? E eu pensei então: "eu, eu estou, eu estou perdida, ora! Eu estou perdida!" Eu disse assim. Sobre mim. Eu tenho medo sempre. Ele me disse, eu disse: "no momento o que eu tenho vontade é de comer um pouco para me manter".<sup>236</sup>*

O medo e a desconfiança, mencionados por Viviana no último excerto de entrevista, foi referido com frequência por muitas entrevistadas no Brasil e na França em relação não só aos desconhecidos, mas também no que se refere à consolidação de novas amizades com os outros habitantes da realidade do refúgio. Segundo analisam Daniel e Knudsen (1995) e Hynes (2003), a confiança no outro é, particularmente, colocada em cheque, desde o início desse tipo de vivência migratória. Além do estado de alerta que uma situação de ameaça e de violência exige, as possíveis experiências de traição (no país de origem e durante a travessia), bem como o descrédito nas soluções culturais e numa forma de interpretar o mundo aprendidas desde a

<sup>236</sup> *Il m'a laissé là, il m'a dit: "attends, moi je vais aller te chercher du manger". Ah oui... Ah oui! Il est parti. Tu vois? Il est parti. Jusqu'à aujourd'hui. [...] Donc, j'ai compris la vie. Je me suis dit: "voilà! Je me suis échappée de la mort mais je pense pas que je me suis sauvée." C'est un autre monde. Que je vois le monde, les gens, les policiers, j'ai toujours peur, parce que j'étais victime avec les gens, les militaires. Quand je voyais les gens de uniforme là, ça m'a donné de boutons par tout, tellement que j'avais peur. Comme ça, je suis restée dans le parc. Il avait déjà les heures de fermeture dans le parc, ils ont sifflé et tout et je suis restée toute la nuit, toute la nuit à l'attente! Ni de téléphone, ni d'argent, ni rien, je connais personne. Je suis restée, je suis restée, je suis restée, jusqu'à le lendemain, je voulais faire pipi. Je pouvais pas. Je sais pas comment le faire. Mais comme la nuit, j'ai resté, il y avait les lumières et tout, j'ai eu sommeil. Tu vois? Je me suis couchée comme ça, et heureusement il y avait pas la pluie ce jour-là. Le lendemain, le parc était ouvert, je suis rentrée. Mais quand dans le parc j'ai vu des gens, j'ai demandé où on peut acheter du manger, j'ai demandé comme ça! Ils m'ont dit: "il faut faire ça". J'ai expliqué à des personnes que je voyais, comme ça, comme ça, comme ça... J'ai expliqué, j'ai expliqué. Je me suis tombée sur un monsieur, un africain, d'ailleurs, non, un guadeloupéen, qui m'a dit... Ah! Tu sais, parfois, parce que j'ai peur des gens! Donc je voulais pas me lâcher carement sur lui parce que je sais que je suis une femme! Je suis pas si moche pour que les hommes me regardent pas. Je suis pas si belle pour que les gens m'approchent pas. Et que les hommes, leur intention c'est de se coucher, coucher! Bah, et là j'allais, je veux pas! Il faut pas aussi se laisser faire! Et je sais pas comment faire! Quand-même j'ai quelqu'un qui pourra m'aider. Je vais pas accepter parce que j'avait pas confiance? Tu vois? Je me suis dit: "donc moi, je suis, je suis foutue, quoi! Je suis foutue!" Je dis comme ça. Sur moi. J'ai toujours la peur, il m'a dit, je dis: "pour le moment ce que j'ai envie c'est de manger un peu pour pouvoir tenir".*

infância podem dificultar o restabelecimento desse afeto na relação com as outras pessoas instaladas na nova sociedade.

Especificamente em relação ao medo, o cuidado com que seu paradeiro não seja descoberto pode fazer com essa mulher assuma uma postura prevenida e tensa em suas relações. Em alguns casos, essa preocupação com a segurança pode ser mais intensa diante da convivência com compatriotas de outras etnias ou de partidos políticos, que se identificam como rivais, como indica Ísis na primeira fala que é reproduzida posteriormente. Além do medo de ser encontrada, a migrante também pode ser afetada pelo medo de um julgamento negativo do outro e sentir vergonha e humilhação ao contar sobre sua história e sobre sua própria condição de refugiada. Nesse caso, a falta de confiança pode impedir uma aproximação maior e uma troca de confidências entre a mulher que se refugia e seus colegas de abrigo, de trabalho ou de outros ambientes. Esse tipo de vivência foi descrita por Rosana, que definiu as amizades construídas no Brasil como voltadas para a diversão e ao lazer e limitadas quanto à segurança e proteção.

*Ah! Aí também tem um problema. Você sabe que meu marido, todo mundo sabia que eu era sua mulher. E como ele fez muita besteira, eu não posso nem mesmo ir lá onde tem muitos congolezes, por exemplo, no Châteaux Rouge. Eu não posso! Me ameaçam sempre como se fosse ele que me enviou aqui para... Entende mais ou menos? Então aí eu era ameaçada aqui também. Então, se eu saio, eu [incompreensível] eu desço, eu faço qualquer coisa, depois eu retorno. Eu não gosto de encontrar os compatriotas. Aí eu sou visada. Então, é esse o problema. É por isso que eu evito a comunidade congoleza. Mas com os outros africanos aqui, eu falo com eles, sem problema. E muita gente aqui não sabe que eu sou congoleza.*<sup>237</sup>

*Então, a pessoa... Então, muitas vezes, sou procurada a falar, tenho amigas, mas não são para eu contar mis coisas. Eu tenho amigas aqui. Mas são... Elas são para tomar cerveja e... dançar. Eu gostava de dançar, de tomar cerveja, pero no para... para embriagar-me... E yo me distraía com elas, mas nunca, elas nem sabem que yo sou refugiada. Não sabe nada da minha vida. Porque elas são só para me divertir, não são para tu chorar. Chorar diante de uma pessoa que não vai entender, que vai a questionar-te, que vá... Aquelas pessoas não sabem o que é um refúgio. As pessoas aqui não sabem o que é um refúgio. As pessoas pensam que você... "Você, porque você veio de lá? Lá não havia universidade, lá não havia pão... lá, você, como morava?" Então, você acha que yo era uma arrast... arrastada de la rua? Não! Eu sei lo que é vivir bem. Eu sei o que é ter coisas boas, mas, me tocou.*

<sup>237</sup> *Ah! Là aussi, il y a un problème. Vous savez que mon mari, tout le monde savait que j'étais sa femme. Et comme il a fait beaucoup des gaffes, je ne peux même pas y aller là ou il y a beaucoup de congolais, par exemple, au Châteaux Rouge. Je ne peux pas! On me menace toujours que c'est lui que m'a envoyée ici pour... Tu vois un peu? Donc là j'étais menacée ici aussi. Donc, si je sors je (inaudível) je descends, je fais quelque chose, puis je rentre. Je n'aime pas rencontrer les compatriotes. Là je suis visée. Donc, c'est ça le problème. C'est pourquoi j'évite la communauté congolaise. Mais d'autre africains ici, je parle avec, sans problème. Et beaucoup de gens ici ne savent pas que je suis congolaise.*

A desconfiança que marca a dificuldade na construção de vínculos de amizade na vivência do refúgio não se revelou um afeto unilateral. Conforme já introduzido na última sessão, os significados fossilizados referentes à mulher refugiada, ao fato de ser migrante e ao pertencimento a determinadas raças, etnias, origens e religiões podem mobilizar atitudes preconceituosas e discriminatórias que estabelecem uma suposta relação de desigualdade natural e que impedem a aproximação, as relações de solidariedade e a formação de vínculos de amizade, fortes em suas dimensões de reconhecimento e proteção. Esses fenômenos podem ser característicos das relações entre os nacionais e os migrantes, mas também entre estrangeiros, como reflete Ísis no extrato a seguir.

*E mesmo entre nós, os imigrantes, existe isso também! Já tem árabes que se creem superiores a nós, porque somos negros. E nós também nós somos orgulhosos porque nós dizemos "é a raça verdadeira". Você vê? Já existe esse complexo entre nós, os imigrantes. É assim também. E então, entre nós também durante [incompreensível] se nós vemos uma mulher árabe, às vezes nós temos o... Vemos imediatamente: é uma mulher totalmente submissa e... em submissão com... Porque nós, nós temos essa liberdade de se vestir como nós quisermos, de falar com nosso marido como nós quisermos, mas não as mulheres árabes. Já existe essa discriminação.<sup>238</sup>*

Dentre as diferentes manifestações de preconceito, o racismo foi identificado nos relatos das entrevistadas como a mais violenta. Narradas por participantes refugiadas na França e no Brasil, as situações de hostilidade das quais as mulheres negras foram o alvo foram relatadas com sentimentos de tristeza, humilhação e indignação. Também nesses casos, o conjunto desses afetos pode ser compreendido como da ordem de um sofrimento ético e político, já que decorre de uma desigualdade histórica que permanece marcando as relações sociais desses dois contextos. Os depoimentos de Janaína, Camila e Olga ilustram, nessa ordem, alguns dos episódios vivenciados pelas migrantes.

*Ah, há sempre isso, há os que falam de... Mesmo no trabalho, há os que vêm, eles discutem bastante com você, há os que vêm, eles sequer discutem com você, assim que você fala alguma coisa, eles vão te... Mesmo quando você dá dinheiro, eles jogam, mas*

<sup>238</sup> *Et même entre nous, les immigrés, il y a aussi ça! Il y a déjà des arabes que se croient supérieurs à nous autres, parce qu'on est noir. Et nous aussi nous sommes fiers parce que on se dit "c'est la vraie race". Tu vois? Il a déjà ce complexe entre nous, les immigrés. C'est ça aussi. Et puis, entre nous aussi pendant [incompréhensible] si on voit une femme arabe parfois on a le... On voit directement: c'est une femme totalement soumise et... en soumission avec... Parce que nous, nous avons cette liberté de s'habiller comme on veut, de parler à son mari comme on veut, mais pas les femmes arabes. Déjà il y a cette discrimination.*

*eu digo: é porque estamos no trabalho ou então estamos no transporte. Porque se nos vemos hoje, amanhã não vamos nos ver.*<sup>239</sup>

*Mas, eu vi também, existem franceses que não gostam dos negros. Eles não gostam. Um dia, eu entrei em uma igreja, eu me sentei, havia uma mãe, eu creio que ela era francesa. Quando eu me... quando eu me sentei, ela se levantou. Eu disse: “senhora sente-se.” Ela disse: “Não!” Ela fez uma... de desprezo.*<sup>240</sup>

*Sim, existem brasileiros racistas. Você vê, o racismo aí? Brasil, é realmente difícil Brasil, mas... Porque nós pedimos asilo, eles não aceitaram, nem melhorar de fato o caminho dos refugiados.*<sup>241</sup>

Conforme afirma Mendonça (2004)<sup>242</sup>, possuindo a segunda maior população negra no mundo, o racismo no Brasil é intenso e tem sua origem no processo de colonização portuguesa do país, caracterizado pela escravidão de africanos. Na França, os antigos colonos, que, nas últimas décadas, passaram a desembarcar em contingente expressivo, foram rotulados de indesejáveis e responsabilizados pelos problemas socioeconômicos enfrentados pelo Estado europeu (ALAOUI, 2007). Algumas diferenças podem ser notadas em relação ao racismo direcionado à mulher que se encontra em situação de refúgio nos dois países. Na França, o estigma de ser migrante é atribuído mesmo àqueles que nasceram no país. Ser migrante (“immigré”), nesse contexto, adquire, assim, um significado específico associado à cor, à origem familiar e à classe social, conforme reflete Jamile no primeiro trecho seguinte. Já no Brasil, a diferenciação entre o negro e o migrante, traz uma vivência particular para aquela que busca proteção nesse território, na medida em que o preconceito associado à cor e à classe social (no caso dos brasileiros negros), passa também a incorporar o estereótipo de origem e de cultura. Sobre esse fenômeno, Talita, no segundo extrato subsequente, avalia as dificuldades adicionais de ser negra e africana (congolesa).

*Isso me dá enjoo. Quando eles vão, eles, quando eles vão na África, são colaboradores, mesmo se é um simples vagabundo, é um colaborador, não é um imigrante. Mas você, assim que você vem aqui, você é imigrante. Não é normal. Isso que se diria, eu vou dizer que é racismo, é ser racista, imigrante, é um sentido negativo. Não é um sentido*

<sup>239</sup> *Ah, il y a toujours ça, il y en a qui parlent de...Même au travail, il y en a qui vient, ils discutent bien avec toi, il y en a qui vient, ils discutent même pas avec toi, dès que tu parles quelque chose, ils vont te... Même quand tu donnes l'argent, ils jettent, mais moi je dis: c'est parce qu'on est au travail ou bien on est dans le transport. Parce que si on se voit aujourd'hui, demain on se voit pas.*

<sup>240</sup> *Mais, j'ai vu aussi, il y a des français qui n'aiment pas des noirs. Ils n'aiment pas. Un jour, je suis entrée dans une église, je suis assis, il y avait une mère, je crois qu'elle était français. Quand je suis... je me suis assis, elle s'est levée. J'ai dit: “Madame, assieds-toi”. Elle dit: “Non!” Elle a fait une... de mépris.*

<sup>241</sup> *Oui, il y a des brésiliens qui sont racistes. Tu vois, le racisme, là? Brésil, c'est vraiment difficile Brésil, mais... Parce que on a demandé l'asile, ils n'ont pas accepté, ni voire améliorer la façon des réfugiés.*

<sup>242</sup> Essa posição continua atual, de acordo com Henriques (2014).

positivo. É negativo isso, “imigrante”, é um imigrante, é um imigrante, é um negro, é um negro. Isso não é legal<sup>243</sup>

*Na rua sim. Quando você tá a pedir para mostrar uma coisa, um lugar. Nossa! Você tá lá, tá: “bom dia.” Ele vai, te olha só assim. Nossa! Ele vai te olhar só assim. Não, ele vai responder de nada. Não é assim não. É porque, porque eu sou africana, né? E você... olha, olha! [aponta para o braço]. Olha a diferença! Olha a diferença [compara com o braço da pesquisadora]. Se você é africana vai ali, não quer você não. Quero só... Tem que... Vou falar como? Em francês, “tribalismo”, né? Só brasileira, outra coisa não. [...] Ele também, hã... Mas ele, moreno, ele é daqui do Brasil... E nós que veio de outro país, né? Vem aqui. Diferente. É... Diferente. Vamos fazer como? Estou já aqui no Brasil. Não tem como fazer.*

O preconceito e a discriminação também foram vivenciados pelas mulheres colombianas, estando associados à diferença da língua, à classe social e à própria condição de estrangeira e refugiada, como revelam Rosana e Gabriela nas duas primeiras citações que se seguem. Além disso, esse grupo de participantes contribui para, mais uma vez, analisar, que os adultos, mas também as crianças e adolescentes são afetadas pelo refúgio, dessa vez evidenciando ser também alvos desse tipo de agressão. No caso da pesquisa, Gabriela narra, no terceiro trecho, o período em que uma de suas filhas era hostilizada pelos colegas de sala de aula.

*Hay muita grosseria aquí. Muita grosseria! Muita grosseria! Grosseria demais! Mal atenção. Mas yo no tem que ficar... A pessoa, médicos: “fala português!” Assim, gritando, com apenas, eu tinha, uns dois meses de estar aqui... Então, nada que fazer com as, é..., com as pessoas, que não tem humildade. Com as pessoas que parecem que nunca em sua vida viram... hã passado por uma etapa difícil. Desafortunada... desafortunadamente, essas pessoas são... têm... são as que têm cargos públicos, que não têm, que não deveriam ter. É! Que não deveriam ter! Não deveriam ter! [...] É ruim, é ruim demais! Eu não quero nem lembrar! Não quero me lembrar de, disso! Quando eu lembro, me faz muitos danos, me para a boca, é... Eu sinto uma vontade de não existir mais nesse mundo! Tem muita gente ruim! E gente que se aproveita de dor ajeno, entendeu? Só para humilhar! Entendeu? E eu, eu, é... vivi muitas humillaciones.*

*Acho que depende das condições em que você venha. Nós temos aqui nossos expatriados colombianos que moram como reis. Eles também entram, eles fazem, eles compram, eles comem, eles decidem, porque têm grana. [Risos] Porque esse é o nosso mundo também, né? E as pessoas também baixam a cabeça. [Risos]*

*Foi muito difícil para ela, porque as meninas eram super ciumentas! Porque, e aí eu fui a falar com o reitor e a falar que ela estava sendo ameaçada, que ela estava sendo empurrada... Sabe, quando... (faz gesto)? E que eu queria saber o quê que eles iam fazer*

<sup>243</sup> *Ça me fait mal au cœur. Quand ils vont, eux, quand ils vont en Afrique, c'est des coopérants, même si c'est un simple clochard, c'est un coopérant, c'est pas un immigré. Mais toi, dès que tu viens ici, tu es immigré. C'est pas normal. Ce qui si on dirait, moi je vais dire que c'est des racismes, c'est d'être raciste, immigré. C'est un sens négatif. C'est pas un sens positif. C'est négatif ça, “immigré”, c'est un immigré, c'est un immigré, c'est un noir, c'est un noir. C'est pas bien.*

*frente a isso. Aí ele falou: “ah, a sua filha se dá bem com os meninos, ela é muito simpática e extrovertida. Ela é bonita, ela é estrangeira, então, ela chama muito atención. E as meninas estão ciumentas, são ciúmes o que elas têm”. Mas é, se ela se descuidava, davam porrada nela! Sabe? Se ela... Então, ela ficou com muito medo de ir à escola. Aí eu fui na, na polícia, na... Como chama? Delegacia!*

Além da desconfiança, outros aspectos da vivência do refúgio foram citados pelas participantes da pesquisa como obstáculos à construção de vínculos de amizade. Um deles é a limitação de comunicação, decorrente, principalmente, da falta de habilidade com a língua do país estrangeiro (da parte da refugiada) e com a língua da migrante (da parte do outro residente no país), o que é revelado no primeiro trecho subsequente, de autoria de Talita. Essa questão associada ao isolamento causado pela interdição ao trabalho ou por uma situação de desemprego empobrece a rede de contatos, como já mencionado nas sessões anteriores. Ademais, as diferenças culturais, que envolvem os costumes, os papéis atribuídos ao gênero e o próprio sentido de amizade, podem causar estranhamento e falta de entendimento entre os integrantes de uma relação, tal como acontecia com as colombianas Gabriela e Rosana e que pode ser ilustrado, respectivamente, no segundo e terceiro extratos citados a seguir.

*Com brasileiro... Você sabe, se você tem uma amizade com brasileiro... Eu não fala português bem, vamos conversar como? Hum... Só você agora, né? [Risos] É! Só você. É! E lá no trabalho...*

*Por isso, eu falo, porque eu acho que no, não es o Brasil inteiro e seja na cidade do interior. Mas a minha experiência acá, é a individualidade das pessoas. Nossa! Isso... Assim, a cidade grande, né? Aquela loucura... que você não tem tempo para o outro. Dificilmente se solidariza com o outro. E... e, também, não sei, o conceito de amizade. Eu, às vezes, não consigo ainda entender o conceito de amizade. Não sei se... Posso falar dos paulistanos, para não generalizar dos brasileiros. E outro... Nessa, nesse, nesse sentido da amizade ou das relações: a importância ou não da palavra. De que você tem palavra. No sentido de cumprir. E... isso. São essas coisas simples. Mas tem outras coisas mais... Que também, para mim, é uma actitude olímpica. Não sei se você entende. Olímpica, para nós, es demasiado folgada, a actitude. Sem responsabilidade de tua palavra. Sim? Então, e isso é lidado com amizade. Se, até onde você é solidário, vai por teu amigo... Até onde você conta e não conta, na verdade? Porque es tão fácil, de repente, desfazer o compromisso que você tem! Então, isso, isso, para mim é uma das coisas que mais me custa lidar.*

*Eu não sei por que o ser humano está tão cheio de, tão cheio, assim, de... de tanta falsidade! Eu no... Eu no consigo que você me fale: “ei, Rosana, Rosana, Rosana, nós vamos a falar... Amanhã nos falamos aqui. A las 3 ou a las 2”. E, então, eu ligo: “já estou indo para a sua casa ou para o, parque onde nos... nos... E aí: “você tá doida, Rosana? Eu não falei isso!” E te falamos uma coisa hoje e amanhã te falamos outra... Então, é essa loucura, essa falta de respeito, essa falta de... De você ter palavra, de você ter palavra!*



Especificamente para as mulheres isoladas do mundo do trabalho, as chances de fazer amigos se restringiam aos companheiros de abrigo e aos outros migrantes encontrados nos serviços destinados a essa população no país. Em determinados depoimentos analisados (mais precisamente, nas histórias das participantes que se refugiaram desacompanhadas), alguns vínculos de confiança estabelecidos nesses ambientes se tornaram concretos, apesar dos possíveis impedimentos e, obviamente, também em função das características individuais de cada parte envolvida e de suas histórias pessoais. Foi o caso, por exemplo, da parceria construída entre Camila e Jacira, que compararam a relação entre elas à de duas irmãs e explicaram o apoio mútuo no cuidado com seus bebês, conforme ilustram, nessa ordem, os dois primeiros relatos subsequentes. Como as duas congolezas, Janaína também pôde contar com a solidariedade de outras africanas e também de mulheres de nacionalidade francesa que conheceu nos diversos alojamentos por onde passou. Com a moradia mais estável no momento da entrevista, ela contou prestar o mesmo tipo de auxílio a pessoas que precisam como ela um dia precisou. No terceiro trecho a seguir, além dessas informações, Janaína relata também compartilhar com as amigadas momentos de comemoração e de lazer.

*Em relação aos outros no momento, fora Jacira... Então, eu estou com ela, e as outras aqui. Nós nos saudamos: "bom dia, bom dia". Mas a única amiga que eu tenho, como a única família, é Jacira. Se eu posso ir fazer compras, eu posso deixar meu bebê com ela. Eu não tenho família, eu não tenho ninguém que vem me visitar com frequência. Então, eu não tenho aonde ir, a não ser à igreja.*<sup>244</sup>

*Eu não tenho amigos, eu não tenho amigas. A não ser, a não ser... a senhora, a não ser ela, havia só o amigo de meu marido... Eu encontrei ele, ele não me convidou à casa dele. Esse, ele me deixa com criança. Eu, eu o deixo com criança. Somos realmente uma família porque nós somos do mesmo lugar, ora! Ela é realmente minha, minha irmã.*<sup>245</sup>

*Na verdade na moradia onde eu estive, não havia muitos refugiados. Havia somente meninas, as meninas que nasceram aqui, de franceses que não tem... que não podem viver com os seus pais. Entende? Eu fiz muitas conhecidas aqui. Então, nós entramos em contato por telefone, nós festejamos juntas os aniversários delas, porque eu, a cada vez elas me dizem... Porque nós, eu, elas não conhecem o data, o dia do meu nascimento, da minha data de nascimento. É isso aí. [Risos]. Depois, eu tenho amigas que me zombam disso. Porque eu conheço marfinenses, congolezas também. Depois, eu vivi com elas nos*

---

<sup>244</sup> *Par rapport d'autres pour le moment, à part Jacira... Donc, je suis avec elle, et les autres ici. On se salue: "bonjour, bonjour". Mais la seule copine que j'ai, comme la seule famille, c'est Jacira. Si je peux aller faire des courses, je peux laisser mon bébé avec elle. J'ai pas de famille, j'ai personne qui va me visiter souvent. Donc, j'ai pas où aller, à part l'église.*

<sup>245</sup> *J'ai pas des copains, j'ai pas des copines. À part, à part... la dame, à part lui, il y avait que l'ami de mon mari... Je l'ai croisé, il m'a pas invitée chez lui. Lui, il me laisse enfant. Moi, je laisse enfant. On est vraiment une famille parce qu'on est de même village, quoi! Elle est vraiment ma, ma soeur.*

*abrigos também, camaronesas. Então, elas, às vezes, eu venho na casa delas e elas vêm aqui também. Aí agora está tudo bem.* <sup>246</sup>

Além do cotidiano nos alojamentos e das idas aos serviços de atendimento a refugiados, a participação de um grupo religioso foi mencionada, com frequência, como uma das esferas relacionais das participantes que foram entrevistadas no Brasil e na França. A impossibilidade de exercer, no país estrangeiro, esse tipo de prática pode representar, para aquelas que já se consideravam religiosas, mais uma ruptura e, desse modo, dificultar sua integração nessa nova realidade. Nesse sentido, a renegociação e a transformação de sua religiosidade pode ser uma alternativa (como indicaram muitas migrantes entrevistadas que passaram a seguir mais de uma crença ou que mudaram de doutrina) de reorganizar seus vínculos de pertencimento e de buscar sentido para o que aconteceu em suas vidas. Nesse último caso, conforme analisou Kobelinky (2010), em sua pesquisa, a religião e, mais precisamente, a fé parecem contribuir para a vivência da espera (pelo reconhecimento do refúgio, por um trabalho, por uma moradia), de modo a intensificar o afeto de esperança<sup>247</sup> e a direcionar o foco para um futuro imaginado. Nos trechos de entrevistas seguintes, Jacira, Cássia, Talita e Rosana revelam, respectivamente, o lugar desse sentimento na vivência migratória.

*Eu espero a resposta. Se Deus me dá os documentos, se ele não me dá os documentos, glória a Deus! Mas, se, realmente, Deus, ele me dá os documentos, eu faço os cursos, primeiramente de falar francês bem. Quando eu vou falar francês bem, eu vou fazer Hotelaria.* <sup>248</sup>

*Quando eu cheguei, você vê um país que você não conhece ninguém. Dói demais! Não tem sítio onde morar... Só Deus! Como Deus já ajudou. Sabe como é... É triste, mas... Como já tô habituada a ficar no Brasil...*

*É. Eu tô a pedir senhor Deus, pra mim, Deus, que me dê o documento. Pra fazer neném aqui? Sim. Mas, pra dar arranjar tudo, arrumar tudo. De boa, né? Não tem namorado, onde vou procurar? Só assim. Nossa!*

<sup>246</sup> *En fait le foyer où j'avais fait, il y avait pas beaucoup de réfugiés. Il y avait que des filles, les filles qui sont nées ici, des françaises qui n'ont pas...qui peuvent plus vivre avec leurs parents. Tu vois? Je les ai fait beaucoup de connaissances ici. Donc, on a des contacts au telephone, on fête ensemble des anniversaires d'eux, parce que moi, à chaque fois elles me disent... Parce que nous, moi, ils se connaissent pas le date, le jour de mon naissance, de ma date de naissance. Voilà. [Rires]. Après, j'ai des copines qui me moquent de ça. Parce que je connais des ivoiriennes et des came...et des...des ivoiriennes, congolaises aussi. Après, j'ai vécu avec eux dans les foyers aussi, camerounaises. Donc, eux, des fois, moi, je viens chez eux et ils viennent ici aussi. Là maintenant ça passe bien.*

<sup>247</sup> Nesse caso, a esperança se refere ao afeto de esperar. De acordo com Espinosa, ele é fonte de alegria, mas, ao se basear na incerteza, impede a ação.

<sup>248</sup> *J'attends la réponse. Si Dieu me donne les papiers, s'il me donne pas les papiers, gloire à Dieu! Mais si vraiment Dieu, il me donne les papiers, je fais les cours, d'abord de parler le français bien. Quand je vais parler le français bien, je vais faire de l'Hôtellerie.*

*Eu tô pedindo para o mi Deus que ele faz tudo. Porque ninguém inventou nada. Las coisas estavam feitas, só que ellos colocaram um valor agregado, de, de... de produto, e também de dinheiro. Então, por que não pode mi Deus revelar pra mim? [...] Mas, bendito seja Deus, se me tocou. Isso, quem sabe, é pra aprender. É, pra aprender. Para adelante!*

Para aquelas que vivenciavam o isolamento do mundo do trabalho, esse tipo de atividade permitia, ao mesmo tempo, ocupar o tempo da espera e conhecer outras pessoas. Nos casos dos grupos religiosos voltados para uma cultura ou origem específica (como foi o caso das instituições frequentadas pelas comunidades congoleza e colombiana de São Paulo ou as diversas instituições africanas mencionadas pelas entrevistadas em Paris) esse tipo de atividade parecia significar, para as participantes, uma aproximação de sua terra natal e de suas referências, além de favorecer o contato com compatriotas. De todo modo, entende-se que essa abertura para novos relacionamentos, provavelmente, estava sujeita ao conteúdo do discurso propagado, tal como observa Zaia (2007) em seus estudos, o qual a depender da mensagem nele implicada, poderia ser particularmente atrativo para a população de migrantes e refugiados (VERAS, 2003).

No que se refere ainda à vivência religiosa no país estrangeiro, o refúgio, para algumas participantes da pesquisa, significou um outro tipo de transformação. Especialmente no caso das mulheres que se identificaram como muçulmanas, a migração adquiriu o sentido de preservação dos direitos humanos e garantias à liberdade em suas diversas formas, dentre elas, a religiosa. A possibilidade de escolha em não frequentar a mesquita, de vestir a roupa que preferir, de se comportar como acha melhor foi mencionada por essas entrevistadas como uma conquista decorrida da mudança de país, como pode ser verificado nos relatos de Ísis, Viviana e Isabela, que se sucedem nessa ordem de autoria.

*Há o direito... Há o direito do homem. Cada um se respeitar no limite do outro. Que seja da oposição ou da maioria presidencial. Em todo caso, por isso, eu gostei bastante. E, ainda, como eu sou cristã, a vida cristã também... Há pessoas que são... Há pessoas que são cristãs, que rezam [incompreensível] sem engajar. Há muitas paróquias católicas aqui. E ainda respeita-se a religião de cada um. É isso também. Não é como na África quando há um país dominado pelos muçulmanos, os cristãos são massacrados. Ou bem onde há muitos cristãos, os muçulmanos são massacrados! Aqui, respeita-se a liberdade... A liberdade religiosa de cada pessoa.<sup>249</sup>*

<sup>249</sup> *Il y a le droit... il y a le droit de l'homme. Chacun se respecter la limite de l'autre. Que se soit de l'opposition ou de la majorité présidentielle. En tout cas, pour ça, j'ai beaucoup aimé. Et puis, comme je suis chrétienne, la vie chrétienne aussi... Il y a de gens qui sont... Il y a de gens qui sont chrétiens, que prient [incompréhensible] sans engager. Il y a beaucoup de paroisses catholiques là. Et puis on respecte la religion de chacun. C'est ça aussi. C'est pas comme en Afrique quand il y a un pays dominé par les musulmans, les chrétiens sont massacrés. Bien là où il y a*

*Na mesquita, por que eu não quero me envolver muito? Eu não gosto do comportamento das pessoas. Porque as pessoas julgam as outras pessoas. E eu, aqui, eu não quero que me julguem. Quem deve me julgar é aquele que me criou. Porque é ele que me guia. Não é você, não sou eu que te guio. Ele é o único que poderá julgar. [...] Como eu o sinto, como eu o entendo, como eu o vejo, como eu acredito! Eu não estou pressionada, eu não estou encurralada, eu não estou mal, eu tenho a voz livre, eu tenho o ar puro que chega e que eu me sinto muito livre.*<sup>250</sup>

*Sim, é um pouco complicado. Aqui, tem-se a liberdade, de qualquer maneira, de viver como se quer, de fazer como se entende. Não é para ser uma pessoa ruim, mas de qualquer maneira, pode-se, por exemplo, aqui, pode-se se vestir assim. Lá não se pode.*<sup>251</sup>

Além dos vínculos de amizade e religiosos, um outro tipo de relação assumiu posição de destaque na vivência das mulheres em situação de refúgio, aquele estabelecido entre as elas e os trabalhadores das associações. Na França, a restrição dos dispositivos públicos de acolhida aos migrantes em sua primeira solicitação e as políticas de integração direcionadas apenas aos estrangeiros regularizados fizeram com que as participantes recorressem, de maneira constante, aos serviços e à assistência dessas entidades não governamentais. Já no Brasil, a ausência de uma estrutura pública, até o momento da entrevista, tornava necessário, de maneira generalizada, esse tipo de intervenção. Nessas relações, as mulheres entrevistadas nos dois países (mas, principalmente, na França, onde o número e a diversidade desse tipo de instituição são maiores) revelaram ser afetadas por um intenso sentimento de gratidão e chegaram a se emocionar ao falar sobre alguns dos trabalhadores que as ajudaram ao longo de sua trajetória. Embora tenham se revelado potentes e, portanto, fundamentais na vivência das voluntárias da pesquisa, compreende-se que esses encontros refletem uma relação hierárquica (entre beneficiário e donatário), que, por sua vez, só se faz necessária e requerida, em virtude da condição de inclusão perversa dessas migrantes no país.

---

*beaucoup de chrétiens, les musulmans sont massacrés maintenant! Ici on respecte la liberté... La liberté religieuse de chaque personne.*

<sup>250</sup> *À la mosquée, pour quoi je veux pas trop m'appliquer dedans? J'aime pas le comportement des gens. Parce que les gens jugent les personnes. Et moi, ici, je veux pas qu'on me juge. Qui doit me juger, c'est lui qui m'a créée. Parce que c'est lui qui me guide. C'est pas toi, c'est pas moi que te guide. Il est le seul à qui pourra me juger. [...] Comme je le sens, comme je l'entends, comme je le vois, comme je crois! Je suis pas pressonnée, je suis pas coincée, je suis pas mal, j'ai la voix libre, j'ai l'air pur qui arrive et que je me sens très libre.*

<sup>251</sup> *Ouais, c'est un peu compliqué. Ici, on a la liberté quand-même de vivre comme on veut, de faire comme on entend. C'est pas pour être mauvaise personne, mais quand-même, on peut par exemple, ici, on peut s'habiller comme ça. Là-bas on peut pas.*

Apesar de todo o sofrimento vivenciado em seus países de origem, da falta de reconhecimento, da desconfiança e do medo (característicos do seu processo de migração) e da hostilidade lhes dirigida no território do refúgio, as mulheres entrevistadas revelaram uma busca contínua por relações de amizade. Seu movimento em direção à liberdade se fez presente, portanto, não apenas no deslocamento que as fez resistir às ameaças e à opressão presentes no contexto da partida, mas na perseverança por novos e bons encontros na realidade estrangeira. Retomando a concepção de sujeito positiva, fundamentada nas ontologias de Espinosa (1983a) e Vigotski (2006b), que afirma ao homem a necessidade do outro para se desenvolver e modificar sua potência de ação, finaliza-se esta análise com mais duas falas das entrevistadas. Na primeira delas, pode-se dizer que, de certo modo, Isabela se refere à flutuação da potência de ação de uma mulher que migra, que oscila entre os afetos tristes (característicos de um sofrimento ético-político) e a alegria promovida nos encontros de amizade e de expansão de si. Já na segunda fala, é possível interpretar que Viviana reconhece e defende a potência do viver em comum, baseada na igualdade e nos respeito à diferença e na abertura para afetar e ser afetado.

*Então, sim, é dessa forma que aconteceu. Mas, bom, é difícil mesmo quando se vem... a gente... é um pouco complicado. É preciso com certeza perseverar, continuar, continuar e tudo. Suportar e tudo, né? [...] Depois, quando se quer... realmente, se vem em condições assim... Sim [Incompreensível]. Até que se decante, né? [...] Até que a gente veja o fim do túnel, que a gente veja, sim... A solução imediatamente, assim. A gente pergunta, pergunta, a gente vê pessoas que já passaram por isso e tudo. Isso ajuda também. [...] Às vezes, a gente se desencoraja muito, mas quando se procura, é preciso ser perseverante, né. Isso ajuda muito quando se está no estrangeiro e tudo, então. Isso ajuda, né?*<sup>252</sup>

*Porque a liberdade não tem preço. A felicidade não tem preço. Você vê? A paz não tem preço. É isso que eu acho. Se todo mundo pudesse ser legal, tranquilo. É verdade que não é possível, Mas nós podemos fazer, no mínimo, o máximo. [...] O contato humano, o diálogo, a comunicação, isso faz o humano, isso faz a humanidade... Não é evidente. Sozinhos, nós não somos nada... [...] Mas, eu quero estar no meio, estar com as pessoas, partilhar com as pessoas, para tentar esquecer, para mudar, para reviver!*<sup>253</sup>

<sup>252</sup> *Donc, ouais, c'est comme ça que ça s'est passé. Mais, bon, c'est difficile quand même quand on vient, on... C'est un peu compliqué. Il faut sûrement persévérer, continuer et tout. Supporter et tout, quoi. [...]Après, quand on veut... vraiment, on vient dans des conditions comme ça... Ouais [Incompréhensible]. Jusqu'à que ce se decante, quoi. Jusque à qu'on voie le bout de tunnel, qu'on voie, ouais... La solution toute suite, comme ça. On demande, on demande, on voit des gens qui ont déjà, qui sont passé par ça et tout, donc. Ça aide aussi. [...] Parfois, on se décourage beaucoup, mais quand on cherche, il faut vraiment être persévérant, quoi. Ça aide beaucoup quand on est à l'étranger et tout. Ça aide, quoi.*

<sup>253</sup> *Parce que la liberté, il y a pas de prix. Le bonheur n'a pas de prix. Tu vois? La paix n'a pas de prix. C'est ça, je trouve. Si tout le monde pouvait être cool, tranquille. C'est vrai, c'est pas possible. Mais on peut faire au moins, le maximum. [...] Le contact humaine, le dialogue, la communication, ça fait l'humaine, ça fait l'humanité... C'est pas évident. Seules, nous ne sommes rien... [...] Mais je veux bien être au milieu, être avec les gens, partager avec les gens, pour essayer d'oublier, pour changer, pour revivre!*

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentando-se na Psicologia Sócio-Histórica, na filosofia de Espinosa e nos diversos estudos interdisciplinares sobre vínculos sociais, migração, gênero e refúgio, esta pesquisa apresentou alguns indicadores a respeito da vivência da refugiada nos contextos de São Paulo e Paris. Reconhecendo o caráter complexo, dinâmico e contraditório do fenômeno migratório (e, especificamente, do refúgio), as observações de campo e as entrevistas com as participantes selecionadas nessas duas realidades ajudaram a analisar como a mulher que se desloca motivada pelo temor de uma perseguição é afetada ao longo desse processo. Abrangendo a partida do local de origem, a travessia e a estadia no novo país, o fenômeno do refúgio proporciona a experimentação não cronológica e linear do tempo em suas diferentes dimensões (passado, presente e futuro), além de envolver construções, transformações e rupturas de vínculos e relações e, conseqüentemente, uma flutuação da potência de ação daquela que se vê forçada a deixar o país de origem em busca de proteção em um território estrangeiro.

Considerando todos esses elementos e assumindo a defesa de uma compreensão da migrante como sujeito ativo, ainda que existencialmente determinado, que se constitui na interação social, mas que também é dotado de uma capacidade de resistência (SAWAIA, 2009), procurou-se investigar como a mulher em situação de refúgio internaliza, interpreta, sente e (re) age ao se relacionar com o outro em sua trajetória de refúgio. Desse modo, foi possível analisar sua vivência, sob a forma dos principais sentidos e afetos que pareceram emergir de suas diferentes esferas relacionais e da articulação dessas relações entre si. Apesar de não fragmentada, a vivência do refúgio foi, então, organizada em 4 diferentes categorias (família, trabalho, cidadania e relações eletivas) com o objetivo de tornar mais didática sua exploração.

As circunstâncias da pesquisa de campo e da própria migração de refúgio contribuíram para a existência de um conjunto de entrevistadas com histórias e características pessoais variadas. Apesar dessa diversidade, foi possível identificar uma marca comum, referente ao desfavorecimento social que possuíam desde antes de migrar, condição essa construída em uma trama de diversas relações de poder (econômica, étnico-racial, de gênero e religiosa), que se

articulavam de maneira particular a depender do caso estudado e do contexto sócio-histórico de origem da participante.

As transformações ou rupturas familiares vivenciadas ao longo do processo de refúgio formaram a tônica de grande parte dos depoimentos concedidos durante a pesquisa, justificando a quantidade de elementos abordados e o espaço que foi dado a esse tema nas considerações da análise desta tese. Contexto da socialização primária, no qual se inicia o processo de construção da identidade e onde se desenvolve o primeiro sentido de pertencimento (MACEDO, 1994), a família recebeu esse destaque por conta do significado sócio-historicamente a ela atribuído e, acrescentando-se a isso, por sua participação direta e ativa, em alguns casos, na situação de violência que motivou a migração.

De maneira geral e para boa parte das mulheres que migraram sozinhas, a ausência e a distância física dos parentes foram associadas a afetos de desamparo e de insegurança, revelando a qualidade dessa instituição como fonte básica de apoio e de proteção. Mesmo para aquelas que, ao se deslocarem desacompanhadas, estiveram motivadas a fugir de um contexto de violência de gênero, específico do âmbito doméstico, a falta da família (ainda que idealizada) na realidade estrangeira foi descrita como motivo de sofrimento.

Especialmente nesses últimos casos, a vivência dessa separação se revelou complexa e não homogênea, podendo variar em função do vínculo e da relação com cada membro do grupo familiar. Dessa forma, para essas participantes, ao mesmo tempo em que a fuga do ambiente doméstico significou uma resistência a um contexto de dominação (adquirindo o caráter de uma recusa constituinte por aumentar sua possibilidade para a ação) dela também se fizeram inevitáveis algumas consequências indesejadas, como a perda de contato físico com parentes não implicados diretamente na situação de violência. Além dessas nuances, foi possível também verificar que a decisão pelo distanciamento em relação ao agressor pode nem sempre ser sentida e significada unicamente de forma positiva, tendo em vista a possibilidade de um mesmo indivíduo poder afetar o outro (como na relação entre pai e filha) de diferentes modos, inclusive, contraditórios e opostos (ESPINOSA, 1983a).

Além da perda de proteção e do sentimento de não reconhecimento (esse último, sendo particular da vivência das mulheres que desafiaram as normas da ideologia patriarcal), foi

possível constatar que o processo do refúgio também pode envolver sentimentos de tristeza, culpa, medo (de uma rejeição) e nostalgia, decorrentes do abandono de familiares no país de origem, afetos que foram unânimes entre as entrevistadas que tiveram que deixar os filhos em sua terra natal. Algumas especificidades do refúgio (como a impossibilidade de um retorno, mesmo que breve, e o cuidado com o caráter secreto de seu paradeiro) foram significativas para, em alguns casos, limitar as possibilidades de relações transnacionais entre parentes (mesmo quando os cuidados com as crianças ficaram a cargo de outro familiar) tornando mais dramática essa condição. A ênfase que esse distanciamento (principalmente das crianças) assumiu na vivência das mulheres em situação de refúgio foi refletida em seus projetos de futuro, que, em todos esses casos, englobavam a reaproximação física e/ou a solicitação formal de um reagrupamento familiar ao país estrangeiro.

A questão familiar trouxe ainda outra particularidade para a vivência de um subgrupo específico de entrevistadas que migraram sozinhas. Nesses casos, as ameaças e a violência sofridas em suas terras não foram originadas de um desacordo direto entre elas e os agressores, mas consequência de relações anteriores entre esses últimos e seus maridos. Apesar de esses conflitos fazerem parte de um contexto generalizado de repressão armada, o qual devastava os países onde elas viviam, o refúgio, para essas participantes da pesquisa, assumiu um sentido específico, associado aos sentimentos de indignação com seus esposos, por quem se sentiam traídas e a quem elas responsabilizam por tudo o que lhes tinha acontecido até então. De todo modo, mesmo que tais mulheres não tenham sido motivadas originalmente por uma luta pessoal, compreende-se que o deslocamento característico de suas histórias não se reduz a uma reação passiva e instintiva do medo. Assim como foi identificado nas trajetórias das refugiadas que se deslocaram para fugir da violência de gênero ou daquelas que foram alvos diretos de uma perseguição política ou étnica e racial, entende-se que também essas migrantes, a seu modo, recusaram a realidade desigual e antidemocrática em que se encontravam seus países de origem e apostaram em um futuro seguro no exterior.

Encerrando a discussão sobre as repercussões do refúgio no domínio relacional da família, o grupo das entrevistadas que haviam percorrido essa travessia juntamente a parentes revelaram alguns elementos próprios da vivência de se migrar acompanhada. Refletindo, em seus depoimentos, sobre as implicações familiares desse tipo de deslocamento forçado, essas mulheres



mostraram como a convivência daqueles que embarcam literalmente juntos nessa viagem pode ser afetada por uma série de dificuldades decorrentes das condições que são encontradas no local de acolhida: como a ausência da segurança de um lar (onde possam vivenciar a intimidade de suas relações), a precariedade financeira (por ter que arcar com as despesas de tantos em um país desconhecido), as transformações dos papéis de gênero (como a inserção da mulher no mundo do trabalho) e as crises nos relacionamentos (conjugais e entre outros parentes) relacionadas a todos esses desafios. Por outro lado, a possibilidade de contar com o apoio e a proteção daqueles que já fazem parte de uma relação de confiança, de compartilhar as decisões, as estranhezas e as descobertas da vida na nova realidade, de dividir o tempo presente, que, muitas vezes, é vivenciado como vazio e como espera, e de planejar em conjunto o futuro sobressai-se, para elas mesmas e para as demais voluntárias deste estudo, como um diferencial que garante o enfrentamento do processo de exclusão/inclusão social na realidade estrangeira de forma mais fortalecida.

A problemática sobre a inserção profissional foi, depois da família, a maior queixa da vivência como refugiada na França e no Brasil, tendo recebido destaque em praticamente todos os relatos das entrevistadas. De maneira geral, independentemente do contexto pesquisado, esses testemunhos apontaram para duas dimensões de se estar fora do mundo do trabalho no contexto de refúgio. A primeira delas referiu-se à privação material, decorrente de um aumento da dificuldade financeira, responsável por sentimentos de desproteção e de insegurança, quanto ao presente, e de incerteza em relação ao futuro. A alternativa de contar com uma rede de apoio se verificou limitada, devido à falta de referências e de contatos na nova realidade. Mesmo assim, quando se fez possível, a demanda de auxílio sob a forma de favor acrescentou à vivência do desemprego afetos de vergonha e humilhação, além de uma imagem negativa de si.

Não menos importante, um outro sentido pôde ser percebido como associado a essa questão. A ausência de algum tipo de atividade laboral nas rotinas das migrantes implicou, para elas, um isolamento social. Se a condição de estrangeira no território de refúgio já envolve naturalmente uma redução de sua rede de relações, a falta de um emprego, em um círculo vicioso, revelou-se um impedimento à construção de amizades e de outros tipos de vínculo. Desse modo, foi possível perceber, por meio das conversas com as participantes da pesquisa, sentidos e afetos que identificavam um rebaixamento social, vivenciado, principalmente, como uma

desvalorização de seu potencial como trabalhadora e como um não reconhecimento de seu valor de cidadã.

Além de tudo isso, pôde-se constatar que, enclausurando-se no mundo privado (que, em muitas situações, pode assumir o tom de frieza de um abrigo) as refugiadas passaram a vivenciar o ócio e uma temporalidade estática e vazia, que, assim sendo, era facilmente desviada para a dimensão do passado de violência, podendo repercutir negativamente na sua saúde de forma geral. A melhora desse possível desconforto físico e mental, descrita pelas voluntárias deste estudo que tinham passado a exercer um ofício no destino da migração, evidencia o caráter ativo e potencializador do trabalho, que, para além da satisfação econômica, confere a ele a qualidade de ser necessário para a vida de um indivíduo. Nesse sentido, a reivindicação pelo direito ao emprego e a insistência em se inserir de alguma forma em alguma atividade remunerada, descritas nas falas das entrevistadas, puderam ser compreendidas como uma expressão, mais uma vez, de sua resistência à dominação e de sua perseverança para existir (e não só sobreviver) como sujeitos. Dessa forma, foi fácil compreender porque, além da reaproximação da família, os planos profissionais se mostraram tão elaborados e centrais nas projeções das migrantes sobre seus futuros.

Se a separação da família foi uma consequência inevitável da urgência que caracteriza o processo de deslocamento na vida das mulheres que tiveram que fugir de seus países de origem, a dificuldade ou a impossibilidade de inserção na esfera profissional estiveram, por outro lado, relacionadas à política destinada aos refugiados de cada um dos dois territórios onde se desenvolveu a presente pesquisa. Desse modo, foi possível analisar que da diferença de postura quanto ao direito ao trabalho de solicitantes de refúgio decorreram vivências relativamente distintas entre as migrantes que requeriam a proteção ao Estado brasileiro e aquelas que direcionavam seu pedido ao Estado francês. Apesar de em ambos os contextos, as mulheres terem demonstrado se sentir não reconhecidas em seu potencial profissional e desvalorizadas como cidadãs, foi possível compreender que os sentidos e afetos decorrentes desse não reconhecimento e dessa desvalorização não foram os mesmos.

Sem a pretensão de julgar qual das políticas assegura melhores condições à refugiada (mesmo porque essa avaliação não seria possível nem desejável neste trabalho) e reconhecendo que as mesmas estão relacionadas a contextos com histórias e quadros distintos de migração, foi

possível observar que, na realidade francesa, a interdição da atividade profissional remunerada que equiparava, nesse aspecto, os solicitantes de refúgio aos migrantes não regularizados, contribuía para constituir uma dupla espera (pela documentação e pela possibilidade de se candidatar a um emprego), a qual, por sua vez, fazia com que as mulheres sentissem o medo e as ameaças de um futuro incerto no país. Nesse caso, a proibição ao trabalho atribuía ao não reconhecimento de seu potencial como profissional e de seu valor como cidadã um status oficial e declarado, fazendo-as se sentir indesejadas e incômodas. Já no Brasil, embora o trabalho tenha sido legalizado como um direito dos solicitantes de refúgio, a desigualdade social e a ausência de uma estrutura de serviços e de uma assistência específica a essa população dificultava e até impedia a inserção ou integração profissional dessas migrantes. Nessas condições, foi possível entender que o não reconhecimento e a desvalorização mencionados anteriormente eram sentidos e significados como da ordem da indiferença, fazendo-as se sentir invisíveis e insignificantes.

Considerando essas diferenças, puderam-se identificar também algumas peculiaridades da vivência do trabalho no refúgio que foram semelhantes nos dois países. Em certos casos de cada um dos dois cenários, a perda de status profissional esteve ligada à dificuldade com a língua estrangeira, a não equivalência de currículos profissionais e diplomas entre os países e a impossibilidade do porte de certos documentos, que foram deixados no local de origem devido à urgência da partida. No entanto, para além dessa questão burocrática específica, a desigualdade social entre estrangeiros e nacionais se revelou mais central para uma precariedade do trabalho e do emprego, que se definiu por funções de baixa remuneração, desvalorizadas socialmente e não condizentes com a formação das entrevistadas que se encontravam tanto na França como no Brasil.

Articulado à condição de migrante, o significado fossilizado de outras características identitárias e sociais (como a raça e o gênero) e as relações de poder que se apoiam nessas ideias também estiveram implicados no tipo de atividade disponível para as mulheres que foram entrevistadas nos dois terrenos de pesquisa. Inferiorizadas, elas foram alvos de preconceito, discriminação e exploração, na interação com os empregadores e com os colegas de serviço. Particularmente no quadro francês, a esses elementos negativos da vivência do trabalho no refúgio, somaram-se os riscos favorecidos pela situação de clandestinidade do trabalho que muitas solicitantes de refúgio terminaram por enfrentar. Voltando a tratar das diferenças entre os

dois contextos pesquisados, uma outra especificidade ainda pôde ser observada no caso do país europeu, dessa vez estando relacionada às mulheres que puderam contar com o reconhecimento de seu pedido de proteção. Autorizadas a procurar e a se candidatar a um emprego formal, essas migrantes puderam contar com a orientação da agência nacional de empregos e não mais depender unicamente de sua frágil rede de contatos no país. De todo modo, foi possível observar que o simples acesso a esse serviço não foi garantia para sua inserção e integração profissional, tendo em vista as desigualdades sociais já mencionadas que afetavam o mercado de trabalho dessa realidade.

A relação das participantes deste estudo com os países envolvidos em seu processo de migração dependeu, dentre outros aspectos, das mencionadas tendências que regiam as políticas direcionadas aos refugiados no momento da pesquisa, as quais se verificaram determinantes para o processo de exclusão/inclusão social dessas mulheres não apenas na esfera do trabalho, mas nas outras relações que fizeram parte de sua vivência nos territórios estrangeiros. Ao longo dos anos em que se desenvolveu a presente investigação, o contingente de migrantes que solicitou proteção ao Brasil e à França seguiu um crescimento continuado, conforme indica o último relatório do ACNUR (HCR, 2014), referente ao ano de 2013. No Brasil, em especial, o número de pedidos de refúgio aumentou mais de 930% no período entre 2010 e 2013, de acordo com as estatísticas levantadas por essa organização (ACNUR, 2014), o que refletiu, a partir do que pôde ser observado, em um maior espaço concedido pela mídia às notícias sobre essa população e, conseqüentemente, a um maior conhecimento dos brasileiros sobre a presença desses migrantes no país. As mudanças quantitativas e qualitativas desse contexto (como a instalação de um Centro de Referência e Acolhida para os solicitantes de refúgio localizados na cidade de São Paulo e a inclusão dos refugiados no Cadastro Único do Governo Federal que dá acesso ao benefício do Programa Bolsa Família) permitem levantar questionamentos sobre uma possível mudança na condição de invisibilidade desses sujeitos e, conseqüentemente, em suas repercussões na vivência desses sujeitos, que, até então, tinha se revelado diferente daquela observada no quadro de intensa repressão da realidade do refúgio em território francês. O surgimento dessas perguntas, portanto, sugere algumas pistas a serem melhor investigadas, indicando a necessidade e a importância do desenvolvimento de novas pesquisas acadêmicas que permitam avaliar esse momento mais recente da questão migratória no Brasil.

Assim como acontece com outros migrantes (DANTAS, 2010, 2012), a vivência do refúgio também envolve a negociação entre duas realidades. As relações com esse duplo quadro de referências, no entanto, apresenta algumas especificidades quando se trata de um deslocamento forçado. A partir das entrevistas, foi possível constatar que a imposição da partida, a impossibilidade de uma despedida satisfatória e o impedimento de um regresso, mesmo que breve (condições próprias de um deslocamento forçado) afetaram, particularmente, as migrantes de saudade ou nostalgia, mesmo que, ao mesmo tempo, elas também sentissem a tristeza, a indignação e a mágoa pelo que lhes aconteceu em seus países de origem. Em alguns casos, quando somadas às dificuldades do processo de exclusão/inclusão no destino estrangeiro, uma idealização do retorno pôde ser identificada nos relatos, sendo compreendida na análise deste estudo como um mecanismo para lidar com o sofrimento causado por essas condições. Para outras mulheres (em geral, para aquelas que estiveram envolvidas diretamente em algum conflito político como militantes), outros sentidos e outros afetos (como a frustração e a desesperança) foram fortes o suficiente para que elas desejassem nunca mais voltar.

Inseparável dessa relação com o país de origem, um conjunto complexo e dinâmico de sentidos e afetos (sendo alguns deles, contraditórios e opostos) pôde ser percebido como característico das relações das entrevistadas com o país de refúgio. Associadas à postura de indiferença ou de repressão assumida pelos dois Estados aos quais buscaram proteção, as participantes da pesquisa revelaram ter sido alvos de preconceitos e discriminações e de uma política de afetividade baseada na desconfiança. Nesses casos, foi possível identificar os estereótipos de vítima e de criminoso, que articulados ao estereótipo de gênero, origem raça, etnia e religião, formavam o significado da mulher refugiada nesses dois contextos. Vinculado a uma desigualdade histórica característica do passado colonial dos dois contextos pesquisados, o racismo foi analisado, dentre as manifestações de hostilidade, como sendo a mais violenta, tendo afetado as refugiadas de tristeza, humilhação e indignação.

Desse modo, ao mesmo tempo em que se mostraram afetadas por sentimentos de gratidão (por terem sido, de alguma maneira, recebidas e assistidas), de proteção (em relação às ameaças que sofreram em seus países de origem) e de segurança (por confiarem na garantia de respeito aos direitos humanos fundamentais, dentre eles o direito à liberdade de expressão, de opinião política e de religião), as entrevistadas também revelaram se sentir rejeitadas, humilhadas,

inseguras (quanto ao futuro) e não reconhecidas (em seu potencial e em suas necessidades) tendo em vista a inclusão perversa a que eram submetidas e o sofrimento ético-político dela decorrente (SAWAIA, 2006a; 2006b). Nesse sentido, foi possível identificar um conflito em relação ao seu pertencimento nacional. Se nos países de origem seus direitos humanos tinham sido ameaçados, no destino do refúgio, a fragilidade de seus direitos sociais impedia com que essas mulheres se sentissem verdadeiramente cidadãs.

Fazendo jus ao caráter complexo e contraditório da migração como fenômeno geral (SAYAD, 1998), a vivência do refúgio se revelou um processo dinâmico e instável, que envolve uma flutuação de afetos e, conseqüentemente, da potência de ação das mulheres que se deslocam em virtude de um temor de perseguição. Significando um movimento de resistência e do desejo pela liberdade, o refúgio na vida dessas mulheres pôde ser compreendido, portanto, como um investimento em um presente e em um futuro alternativo, como uma recusa da desigualdade, da violência e da dominação que assolavam suas vidas em seus territórios de origem. Deparando-se com a realidade no país estrangeiro, porém, as participantes da pesquisa se viram inseridas em outras relações de poder e afetadas pelas perdas e transformações relacionais, inevitáveis a esse tipo de percurso. Nesse novo contexto, seus relatos possibilitaram entender que a luta pelo reconhecimento de suas necessidades, de seus direitos (sociais e não apenas humanos) e por seu valor enquanto cidadã continuava, sendo mais ou menos concretizada a depender de sua história pessoal e de refúgio e das condições de inclusão social encontradas na nova realidade.

A amizade, nesses casos, e os vínculos com os trabalhadores sociais foram o grande diferencial para o êxito da fuga e para a conquista de uma relativa autonomia no país estrangeiro. Ao analisar os relatos e as histórias das entrevistadas, foi possível compreender que a relação horizontal e desinteressada desse primeiro tipo de encontro representou para as participantes da pesquisa a possibilidade de uma convivência solidária, que fortalece ao unir esforços em torno de um desejo comum (ESPINOSA, 1983a). Apesar de em algumas vezes, assumir um caráter transnacional, esse tipo de relação, porém, nem sempre se fez possível no país estrangeiro, dada a desconfiança que é característica da vivência do refúgio, tanto da parte daquela que migra (tendo em vista a violência sofrida e rompimento com o que era considerado seguro e padrão em sua sociedade de origem), quanto da parte do outro. Nesses casos, os vínculos de assistência

benevolente, apesar de menos potentes (já que foram normalmente fundamentados na compaixão e no estereótipo da vítima) se fizeram fundamentais para a segurança e proteção dessas mulheres.

Levando em conta todos esses apontamentos, é possível refletir sobre a contribuição da Psicologia Social enquanto área de conhecimento e de intervenção nesse universo específico das mulheres refugiadas. O reconhecimento não apenas teórico, mas em sua atuação, da possibilidade de resistência da migrante que se refugia (ainda que essa seja limitada às condições sócio-históricas de um amplo contexto de desigualdade social, de âmbito nacional e da relação entre países) favorece um encontro horizontal entre o profissional e a refugiada, que toma como direção de seu atendimento a potência dessas mulheres. Baseando-se na interpretação que Holzman e Newman (2002) fazem do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal de Vigotski (1998), entende-se que esse encontro permitiria conferir novos sentidos e afetos ao sofrimento vivenciado, a partir de sua compreensão como parte de um fenômeno mais amplo, não reduzido à esfera individual e nem definitivo. Resignificando o passado e o presente a partir do questionamento dos estereótipos e da superação de uma lógica da desconfiança, o encontro entre psicólogo e a migrante possibilitaria, assim, afetá-las de uma maneira que elas mesmas pudessem reconhecer suas potencialidades e planejar um futuro, consciente das determinações que as motivam a agir.

## REFERÊNCIAS

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Convenção de 1951 relativa ao estatuto dos refugiados. In: ARAUJO, Nadia; ALMEIDA, Guilherme. (Coords.). *O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Renovar, 2001.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). *Diretrizes sobre proteção internacional n. 09*. Solicitações de refúgio baseadas na orientação sexual e/ou identidade de gênero no contexto do artigo 1A (2) da convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativo ao estatuto dos refugiados, out. 2012a.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). *Brasil troca refúgio de angolanos e liberianos por residência permanente no país*. 2012b. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/brasil-troca-refugio-de-angolanos-e-liberianos-por-residencia-permanente-no-pais/>>.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). *Refúgio no Brasil: uma análise estatística (janeiro de 2010 a outubro de 2014)*, 2014. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio\\_no\\_Brasil\\_2010\\_2014.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?view=1)>.

ADFEM (Action et Droits des Femmes Exilées et Migrantes). *Droit d'asile et femmes: quelle situation en France aujourd'hui?* Paris, jan. 2012.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALAOUI, Myriam. *Les chemins de l'exil: les algériens exilés en France et au Canada depuis les années 1990*. Paris: L'Harmattan, 2007.

ALBUQUERQUE, Rosana. Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre gênero, classe e etnicidade. In: SOS Racismo (Ed.). *Imigração e etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo, p. 37-49, 2005.

ALMEIDA, Suely de. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely de. (Org.). *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 23-41, 2007.

ALMEIDA, Gisele. As “causas” e os “motivos” na emigração de brasileiros para a França. *VII Encontro Nacional sobre Migrações: Migrações Políticas Públicas e Desigualdades Regionais*. Curitiba, out. 2011.



ALVES, Felipe. Direito romano: principais institutos. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, vol. 13, nº 81, out. 2010. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8504](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8504)>.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Réfugiés, um scandale planétaire: 10 propositions pour sortir de l'impasse*. Paris: Autrement, 2012.

ANDRADE, José de. Breve reconstituição histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados. In: ARAUJO, Nadia de; ALMEIDA, Guilherme de. (Coords.). *O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

APRILE, Sylvie. De l'exilé a l'exilée: une histoire sexuée de la proscription politique outre-Manche et outre-Atlantique sous le Second Empire. In: FRIDENSON, Patrick. (Dir). *Le Mouvement Social: Réfugié(e)s*. nº 225, Paris: La Découverte, out-dez. 2008.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Tradução de Fernando Vieira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSIS, Gláucia. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*, Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

AYDOS, Mariana; BAENINGER, Rosana; DOMINGUEZ, Juliana. Condições da vida da população refugiada no Brasil: trajetória migratória e arranjos familiares. In: *III Congresso da Associação Latino Americana de População – ALAP*. Córdoba-Argentina, 2008. Disponível em: <[http://www.alapop.org/2009/images/DOCSFINAIS\\_PDF/ALAP\\_2008\\_FINAL\\_320.pdf](http://www.alapop.org/2009/images/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2008_FINAL_320.pdf)>.

AYDOS, Mariana. *Migração forçada: uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, Brasil (1970-2006)*, Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

BAKER, Ron. The refugee experience: communications and stress, recollections of a refugee survivor. *The Journal of Refugees Studies*. Oxford, 1990.

BANGOURA, Dominique. La Guinée. In: BRYDEN, Alan; BOUBACAR, N'Diaye. (Orgs). *La gouvernance du secteur de la sécurité en Afrique de l'Ouest: bilan et perspectives*. Centre pour le contrôle démocratique des forces armées, DCAF, Genève, LIT Verlag, p. 99-127, 2011.

BARRETO, Luiz. *Das diferenças entre os institutos jurídicos do asilo e do refúgio*. Brasília: IMDH, 2006.

BARRETO, Luiz. A lei brasileira do refúgio: sua história. In: BARRETO, Luiz. (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BARRETO, Margarida. *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: EDUC, 2006b.

BASTOS, Olivia. Hannah Arendt e o tema dos refugiados: breves notas. In: ARAUJO, Nadia; ALMEIDA, Guilherme. (Coords.). *O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

BAUMAN, Zigmunt. In the lowly nowhere-ville of liquid modernity: comments on and around Agier. *Ethnography*, Sage Publications, Londres, vol. 3, p. 343-349, 2002.

BERTRAND, Monique; CHARLES, Bernard; LAINÉ, Agnès. Guinée. *Enciclopedia Universalis: les grands articles*. 2013.

BESSON, Roger; PIGUET, Etienne. *Trajectoires d'asile africaines: répartition de demande d'asile em Europe et effets des politiques*. Neuchâtel: Institut de Géographie, Université de Neuchâtel, 2005.

BRANDÃO, Israel. *Afetividade e participação na metrópole: uma reflexão sobre dirigentes de ONGs da cidade de Fortaleza*. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

CABRAL, Bruno; CANGUSSU, Débora. "Primavera árabe": reflexões sobre a existência do direito à democracia ("right to democracy"). *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, nº 2795, 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18576>>.

CAMPOS, Paula. Gênero ou feminismo? As Nações Unidas e as políticas de gênero nas operações de paz. In: KENKEL, Kai; MORAES, Rodrigo de. (Orgs). *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*. IPEA, Brasília, 2012.

CARLET, Flávia; MILESI, Rosita. Refugiados e políticas públicas. In: SILVA, César da. (Org.). *Direitos humanos e refugiados*. Dourados: Editora UFGD, 2012.

CARRETERO, Tereza. A doença como projeto: uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. In: SAWAIA, Bader et al. (Orgs.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006.

CARVALHEIRA, Raquel. *Aproximar os homens e as culturas: etnicidade e discursos sobre a cultura no universo associativo de Nouakchott – Mauritânia*, Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2008.

CAVALCANTI, Helenilda; GUILLEN, Isabel. Atravessando fronteiras: movimentos migratórios na história do Brasil. *Imaginário: Revista do Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e Memória*, São Paulo, v. 07, p. 35-68, 2001. Disponível em: <[http://www.imaginario.com.br/artigo/a0061\\_a0090/a0086.shtml](http://www.imaginario.com.br/artigo/a0061_a0090/a0086.shtml)>.

CHAUÍ, Marilena. Amizade, recusa do servir. In: LA BOÉTIE, Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*. Tradução Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2005.

CHAVES, Lindinalva. *A questão dos refugiados nas relações internacionais: o caso colombiano*, Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

CIAMPA, Antonio. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER, Christian; PASSOS, Maria Consuelo. (Orgs.). *Uma psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo: Edicon, 2002.

CIAMPA, Antonio. *A estória de Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CLEAVER, Ana Julieta. “*Ni vue, ni connue*”: a construção da nação na Guiana Francesa, Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2005.

COHALES, Johana. *Refugiados colombianos no Brasil: interpretações de suas travessias internas*, Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

COMEDE (Comité Medical pour les Exilés). *Migrants étrangers en situation précaire: prise en charge médico-psycho-sociale*. Guide pratique destiné aux professionnels. Paris: Comede, 2008.

COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CORSINI, Leonora. *Êxodo constituinte: multidão, democracia e migrações*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CROCHÍK, Leon. *Preconceito, indivíduo e cultura*. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CRUZ, Carlos. *O reassentamento de refugiados colombianos e palestinos no estado do Rio Grande do Norte*, Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

CUNHA, Guilherme da. Migrantes e refugiados: marco jurídico e estratégia no limiar do século XXI. In: PINHEIRO, Paulo; GUIMARÃES, Samuel. (Orgs.). *Direitos humanos no século XXI*. IPRI- Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2002.

DANIEL, E. Valentine; KNUDSEN, John Chr. Introduction. In: DANIEL, E. Valentine; KNUDSEN, John Chr. (Orgs.). *Mistrusting refugees*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, p. 1-12, 1995.

DANTAS, Sylvia. Culturas em xeque e o desafio psicológico de ser entre dois mundos: biculturalismo entre Brasil e Japão. In: FERREIRA, Ademir et al. *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DANTAS, Sylvia. Saúde mental e interculturalidade: implicações e novas proposições diante dos desafios em tempos de globalização. In: DANTAS, Sylvia (Org.). *Diálogos interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, p. 109-132, 2012.

DAY, Vivian et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria*. Rio Grande do Sul. vol. 25, suppl. 1, p. 9-21, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1.pdf>>.

DINIZ, Debora. Patriarcado da violência. 2010. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,patriarcado-da-violencia,579311,0.htm>>.

DINIZ, Debora. Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska. *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, p. 11-21, 2014.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBIAGGI, Sylvia. Mudança, crise e redefinição de papéis: as mulheres brasileiras lá fora. *Travessia: Revista do Migrante*, ano IX, nº26, São Paulo: CEM, p. 24-26, set/dez. 1996.

DEBIAGGI, Sylvia. Introdução. In: DEBIAGGI, Sylvia; PAIVA, Geraldo (Orgs.). *Psicologia, e/imigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA SOBRE A PROTEÇÃO DE REFUGIADOS E APÁTRIDAS NO CONTINENTE AMERICANO. In: *Coletânea de instrumento de proteção nacional e internacional de refugiados e apátridas*. 4ª ed. ACNUR/UNHCR Américas, 2013.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA. In: ARAUJO, Nadia; ALMEIDA, Guilherme. (Coords.). *O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Renovar, 2001.

DECLARAÇÃO DE SAN JOSÉ SOBRE REFUGIADOS E PESSOAS DESLOCADAS. In: *Coletânea de instrumento de proteção nacional e internacional de refugiados e apátridas*. 4ª ed. ACNUR/UNHCR Américas, 2013.

DECLARAÇÃO E PLANO DE AÇÃO DO MÉXICO. In: *Coletânea de instrumento de proteção nacional e internacional de refugiados e apátridas*. 4ª ed. ACNUR/UNHCR Américas, 2013.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO MERCOSUL SOBRE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS. In: *Coletânea de instrumento de proteção nacional e internacional de refugiados e apátridas*. 4ª ed. ACNUR/UNHCR Américas, 2013.

DEVEY, Muriel. *La Mauritanie*. Paris : Karthala, 2005.

DEVEY, Muriel. L'élan brisé. In : *Jeune Afrique: Mauritanie - chronique d'une nation*, n° 2607-2608, p. 102-105, jan. 2011.

DIALLO, Ousmane. *Instrumentalisation des identités ethniques et régimes politiques: le cas de la Guinée postcoloniale*, Dissertação (Mestrado) - Faculté des études supérieures et postdoctorales : Sciences Politiques. Université d'Ottawa, 2013.

DIAS, Guilherme; SPANDREL, Marcia. Reflexões sobre políticas para migrações e tráfico de pessoas no Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, vol. 19, n°37, p.59-77, jul/dez. 2011.

ESPINOSA, Baruch de. *Ética demonstrada à maneira dos geômetras*. Tradução de Marilena Chauí et al. *Os Pensadores*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, p. 71-299, 1983a.

ESPINOSA, Baruch de. *Tratado Político*. Tradução de Manuel de Castro. *Os Pensadores*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, p.302-366, 1983b.

ESPINOSA, Baruch de. *Tratado teológico-político*. Tradução de Diogo Pires Aurélio. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FASSIN, Didier. Quand le corp fait loi: la raison humanitaire dans les procédures de régularisation des étrangers. *Sciences Sociales et Santé*. vol. 19, n°4, p. 5-34, 2001a.

FASSIN, Didier. Charité bien ordonnée: principes de justice et pratiques de jugement dans l'attribution des aides d'urgence. *Revue Française de Sociologie*, vol. 42, n° 3, p. 437-475, 2001b.

FASSIN, Didier. Compassion and repression: the moral economy of immigration policies in France. *Cultural Anthropology*, vol.20, n°3, p. 362-387, 2005.

FASSIN, Didier. La biopolitique n'est pas une politique de la vie. *Sociologie et Sociétés*, vol. 38, n° 2, p. 35-48, 2006.

FASSIN, Didier; HALLUIN, Estelle (d<sup>e</sup>). Critical evidence: The politics of trauma in french asylum policies. *Ethos*, vol. 35, n° 3, p. 300-329, 2007.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. *L'Empire du traumatisme: enquête sur la condition de victime*, Paris: Flammarion, 2007.

FASSIN, Didier. Imigrantes, estrangeiros, estranhos: discriminação e sofrimento na era da emergência. In: *Simpósio Imigrantes e refugiados: deslocamentos em um mundo de crise*. Realizado no CCBB-SP, São Paulo, mai 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=DEaJ-VfCw2g>>.

FASSIN, Didier; KOBELINSKY, Carolina. Comment on juge l'asile: l'institution comme agent moral. *Revue Française de Sociologie*. vol. 53, n° 4 p. 657-688, 2012.

FASSIN, Didier. Uma hospitalidade ambígua a administração dos indesejáveis. In: ROSA, Miriam; CARIGNATO, Taeco; ALENCAR, Sandra. (Orgs). *Desejo e política: desafios e perspectivas no campo da imigração e refúgio*. São Paulo: Max Limonad, p. 33-69, 2013.

FELDMAN, Allen. On cultural anaesthesia: from Desert Storm to Rodney king. *American Ethnologist*, vol. 21, n°2, p.404-418, mai.1994.

FERREIRA, Ademir. O imigrante no espaço urbano: impasses, estranhezas e psicose. *Scripta Nova*, n° 94, v. 24, ago. 2001. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-24.htm>>.

FERREIRA, Ademir. A psicanálise no terreno do outro. In: PÓVOA NETO, Hélio; FERREIRA, Ademir. (Orgs.). *Cruzando fronteiras interdisciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza Albuquerque e Guilhom Albuquerque. 13ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREEDMAN, Jane. Introduire le genre dans le débat sur l'asile politique. *Les Cahiers du CEDREF*. Genre, travail et migrations em Europe, vol. 12, Université Paris Diderot, 2004.

FREEDMAN, Jane. Genre et migration forcée: les femmes exilées en Europe. *Les Cahiers du CEDREF*. Femmes, genre, migrations et mondialisation: un état des problématiques, vol. 16, Université Paris Diderot, 2008.

GALLO, Fernanda. *Refugiados congolese em São Paulo: sentidos e significados na Igreja Boa Nova Mensagem*, Dissertação (Mestrado) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, 2011.

GNIMASSOU, Raymond-Marie; GAANDERSE, Miranda. Guinée. In: GAANDERSE, Miranda; VALASEK, Kristin. (Eds). *Le secteur de la sécurité et le genre en Afrique de l'Ouest: une étude de la police, de la défense, de la justice et des services pénitentiaires dans les pays de la CEDEAO*, DCAF, Genève, p.127-136, 2011.

GOERG, Odile. Couper la Guinée en quatre ou comment la colonisation a imaginé l'Afrique. *Vingtième Siècle: Revue d'histoire*, n° 111, p. 73-88, 2011.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Nunes. 4ªed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Lyvia; SILVA JÚNIOR, Nelson. Experimentação política da amizade a partir da teoria dos afetos de Espinosa. *Cadernos Espinosanos*, n°28, São Paulo, 2013.

GOMES, Nadielene et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paulista Enfermagem*. São Paulo, v. 20, n° 4, p. 504-508, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n4/19.pdf>>.

GONÇALVES, Maria da Graça. O método de pesquisa materialista histórico e dialético. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma; MARTINS, Sueli Terezinha. (Orgs.). *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOUVEA, Maria Cristina. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: SARMENTO, Manoel; GOUVEA, Maria Cristina. (Orgs). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, p.119-140, 2008.

GHORASHI, Halleh. Agents of change or passive victims: the impact of welfare states (the case of the netherlands) on refugees. *The Journal of Refugee Studies*, vol. 18, n°2, 2005.

GRAF (Groupe Asile Femmes). *Droit d'asile et femmes: guide pratique*. Paris, jun. 2007.

GRAHAM, Mark. Emotional bureaucracies: emotions, civil servants, and immigrants in the swedish welfare state: *Ethos*, vol. 30, n°3, p. 199-226, set. 2003.

GRINBERG, Léon; GRINBERG, Rebeca. *Psicoanálisis de la migración y del exilio*. Madri : Alianza Editorial, 1984.

HALLUIN-MABILLOT, Estelle (d'). *Les épreuves de l'asile: associations et réfugiés face aux politiques du supçon*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 2012.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HAYDU, Marcelo. *Refugiados angolanos em São Paulo: integração ou segregação?* Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudo Pós-Graduados em Ciências Sociais: Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

HCR (Haut Commissariat pour les Réfugiés). Déplacement: le nouveau défi du XXI<sup>e</sup> siècle. *Tendances Mondiales 2012*, 2013. Disponível em: <<http://www.unhcr.fr/526639c49.html>>.

HCR (Haut Commissariat pour les Réfugiés). Le coût humain de la guerre. *Tendances Mondiales 2013*, 2014. Disponível em: <<http://www.unhcr.fr/53edc9a39.html>>.

HENRIQUES, Joana. Quem quer ser negro no Brasil? *Público*, Revista 2, São Paulo/Salvador/Brasília, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/revista2?criteriosString=date:20140323>>.

HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula: visita a história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HIRIBARREN, Vincent. Vers quelle démocratie se dirige la Guinée-Conakry (2008-2010)? *Cahiers d'Histoire Immédiate*, n°39, p.139-154, 2011.

HOLZMAN, Lois; NEWMAN, Fred. *Lev Vygotsky: cientista revolucionário*. Tradução de Marco Bagno. São Paulo: Loyola, 2002.

HONNETH, Axl. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2ª edição. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009.

HRW (Human Rights Watch). *World Report 2013: events of 2012*, 2014. Disponível em: <[https://www.hrw.org/sites/default/files/wr2013\\_web.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/wr2013_web.pdf)>.

HYNES, Tricia. The issue of “trust” or “mistrust” in researches with refugees: choices, caveats and considerations for researchers. *New Issues in Refugee Research*. Working Paper n° 98. UNHCR, 2003.

JOBIM E SOUZA, Solange. Ressignificando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. (Orgs). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 5ª ed. Campinas: Papirus, p. 39-55, 2001.

JUBILUT, Liliana. *O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.

KALUMIYA, Kallu. Angola: a model repatriation programme? *Refugee Survey Quarterly*, Vol. 23, n°3, 2004.

KOBELINSKY, Carolina. *L'accueil des demandeurs d'asile: une ethnographie de l'attente*. Paris: Éditions du Cigne, 2010.



KOZULIN, Alex. O conceito de atividade na psicologia soviética: Vygotsky e seus discípulos, seus críticos. In: DANIELS, Harry. (Org.) *Uma introdução a Vygotsky*. São Paulo: Loyola, 2002.

KRAMER, Sonia. Pesquisando infância e a educação: um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. (Orgs). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 5ª ed. Campinas: Papyrus, p. 13-38, 2001.

LACAZE, Florence. Femmes migrantes: de l'invisibilité à la superexposition. *Maux d'exil*. Dossier : Femmes et exilée, une double discrimination. n° 20, Comede, set. 2007.

LEÃO, Inara et al. Implicações psicossociais do desemprego para a consciência individual: manifestações no pensamento e na ação. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 1, n° 2, São João Del Rey, 2006.

LEÃO, Renato. O reconhecimento do refugiado no Brasil no início do século XXI. In: BARRETO, Luiz. (Org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

LEWIS, Liana. Dados etnográficos de presenças estrangeiras: intervenções de uma antropóloga no trabalho com crianças refugiadas na Inglaterra. *Sociedade e Cultura*, v. 6, n° 1, jan/jun, p.47-58, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/704/722>>.

LEWIS, Liana. Diásporas e negociações de família, gênero e geração. *Revista Antropologicas*, ano X, v. 17, n° 2, p. 43-64, 2006a. Disponível em: <<http://migre.me/oICwK>>.

LEWIS, Liana. É hora de brincar! Mas em que língua se todos somos estrangeiros? Negociando lugares na pesquisa com crianças refugiadas na Inglaterra. *Ilha Revista de Antropologia*, v8, n° 1,2, p.137-161, jan 2006b.

LUZ, Natália da. Cultura: fotógrafa da Costa do Marfim faz exibição sobre a tradição da escarificação. *Por dentro da África*. jun. 2014. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/exposicao-virtual/formas-de-identidade-fotografa-africana-faz-exibicao-sobre-tradicao-de-marcas-rostos>>.

MACEDO, Rosa Maria de. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n° 91, p-62-68, nov. 1994.

MACKLIN, Audrey. Refugee women and the imperative of categories. *Human Rights Quarterly*, vol. 17, n° 2, p. 213-277, mai.1995

MALKKI, Liisa. Purity and exile: violence, memory and national cosmology among hutu refugees in Tanzania. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

MALKKI, Liisa. Speechless emissaries: refugees, humanitarianism, and dehistoricization, *Cultural Anthropology*, vol. 11, p. 377-404, ago. 1996.

MARCHESIN, Phillipe. *Tribus, ethnies et pouvoir en Mauritanie*. Paris: Karthala, 1992.

MARTIN, Susan. *Refugee woman*. 2ªed. Oxford- EUA: Lexington Books, 2004.

MANDELBAUM, Belinda. O desemprego em situação: um estudo psicossocial. *Revista ABET*, v. 8, nº 2, p. 46-57, 2009. Disponível em:  
<<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/viewFile/15267/8672>>.

MELO, André. *Regresso a uma vida melhor: a integração dos ex-refugiados angolanos após o seu regresso a Angola*. Observatório ACP das migrações, 2013.

MEJÍA, Rafael. *Desterritorialização e resistências: viajantes forçados colombianos em São Paulo e Barcelona*, Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

MENDONÇA, Maria Luisa. A luta imprescindível pelos direitos humanos. In: SILVA, Marcus Vinícius. (Coord.). *Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MEZZADRA, Sandro. *Derecho de fuga*. Migraciones, ciudadanía y globalización. Madri: Traficantes de Sueños, 2005.

MILESI, Rosita. *Políticas públicas para as migrações internacionais: migrantes e refugiados*, Brasília: ACNUR, IMDH, CDHM, 2007.

MOLON, Susana. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. São Paulo: Educ, 1999.

MOREIRA, Julia. O acolhimento dos refugiados no Brasil: políticas, frentes de atuação e atores envolvidos. In: *V Encontro Nacional sobre Migração*. Campinas, 2007.

MOREIRA, Julia. Política em relação aos refugiados no Brasil: interação entre atores na arena Institucional. In: *3º Encontro Nacional da ABRI*. São Paulo, 2011. Disponível em:  
<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200038&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200038&script=sci_arttext)>.

MOREIRA, Julia. *Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)*, Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2012.

MOREIRA, Julia. Regime internacional relativo aos refugiados e a posição dos Estados Unidos. In: *4º Encontro Nacional da ABRI*. Belo Horizonte, 2013. Disponível em:  
<[http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=876](http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=876)>.

MORÊZ, Francieli. O refúgio e a questão da identificação oficial dos refugiados no Brasil. *Revista Direitos fundamentais e democracia* (UniBrasil). Curitiba, vol. 5, 2009. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/227/161>>.

MOURA, Tatiana et al. Invisibilidades da guerra e da paz: violências contra as mulheres na Guiné-Bissau, em Moçambique e em Angola. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 86, p.95-122, 2009. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/240#ftn11>>.

MUECKE, Marjorie. Trust, abuse of trust, and mistrust among cambodian refugee women: a cultural interpretation. In: DANIEL, E. Valentine; KNUDSEN, John Chr. (Orgs.) *Mistrusting refugees*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, p. 36-55, 1995.

MUNANGA, Kabengele. República Democrática do Congo - RDC. *II Conferência nacional de política externa e política internacional - o Brasil e o mundo que vem aí: África*. Rio de Janeiro, 2007.

MUSALO, Karen. The 1951 refugee convention and the protection of women from violations of their fundamental human rights. In: *III Seminário Internacional: Direitos Humanos e Refugiados*. Vila Velha, nov. 2006.

NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do Direito*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

OBSERVATOIRE DE L'ASILE ET DES RÉFUGIÉS. Le droit d'asile au féminin: cadre législatif et pratiques. In: MATEO, Asisé (Dir.). *Le Cahiers du Social*. nº 32, Paris: France Terre d'Asile, dez. 2011.

OFPPRA (Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides). *Rapport de mission en République de Guinée: 29 octobre - 19 novembre 2011*. CGRA; OFPPRA; ODM, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/500d252b2.html>>.

OFPPRA (Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides). 1952-2012 : 60 ans à l'écoute du monde. *Rapport d'activité 2012*, 2013. Disponível em: <<http://www.ofpra.gouv.fr/documents/OfpraRA2012.pdf>>.

OFPPRA (Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides). À l'écoute du monde. *Rapport d'activité 2013*, 2014a. Disponível em: <[http://www.ofpra.gouv.fr/documents/OFPPRA\\_BD\\_28-04-2014.pdf](http://www.ofpra.gouv.fr/documents/OFPPRA_BD_28-04-2014.pdf)>.

OFPPRA (Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides). *Rapport de mission en République Islamique de Mauritanie: du 1er au 8 mars 2014*. OFPPRA, CNDA, mar. 2014b. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/5437e0944.html>>.

OLIVEIRA, Adélia. *Turismo em massa e segregação psicossocial em uma comunidade litorânea no nordeste brasileiro: uma análise a partir da experiência de resistência e submissão das*

crianças, Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Antônio. Transfusão demográfica *versus* xenofobia: um dilema na evolução demográfica francesa. In: SEYFERTH, Giralda et al. (Orgs.). *Mundos em movimento: ensaios sobre migrações*. Santa Maria: UFSM, 2007.

PAUGAM, Serge. *Le lien social*. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

PAUTHIER, Céline. L'héritage controversé de Sékou Touré, « héros » de l'indépendance. *Vingtième Siècle: Revue d' Histoire*. n°118, p.31-44, 2013.

PÉCAUT, Daniel. *As FARC: uma guerrilha sem fins?* Tradução: Ivone Benedetti. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEIXOTO, João. As Teorias Explicativas das Migrações: teorias micro e macro-sociológicas. *Socius: working papers*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, n° 11, 2004.

PEREIRA, Glória; BIZERRIL, José. Refugiados no Brasil: estigma, subjetividade e identidade. *Universitas: ciências da saúde (UNICEUB)*, Brasília, v. 5, p. 137-154, 2008. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/article/viewFile/575/504>>.

PEREIRA, Rita ; JOBIM E SOUZA, Solange. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. (Orgs.) *Infância e produção cultural*. Campinas: Papirus, p.25-42, 1998.

PERES, Roberta. “O que importa é o que acontece com sua família”: um diálogo entre família e migração. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 15, n° 28, p. 146-165, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/viewFile/1984724215282014146/3125>>.

PETRUS, Maria Regina. *Refugiados congolezes no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”*: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais, Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

PSM (Plataforme de Services aux Migrants). *Le parcours et les droits des réfugiés et des bénéficiaires de la protection subsidiaire*, s. d. Disponível em: <<http://www.psmigrants.org/site/wp-content/uploads/2014/04/Droits-des-r%C3%A9fugi%C3%A9s-et-des-b%C3%A9n%C3%A9ficiaires-de-la-protection-subsidiaire.pdf>>.

RAMOS, Natália. Gênero e migração: questionando dinâmicas, vulnerabilidades e políticas de integração e saúde da mulher migrante. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9*:

diásporas, diversidades e deslocamentos, Santa Catarina, 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278173824\\_ARQUIVO\\_NataliaRamosFG9.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278173824_ARQUIVO_NataliaRamosFG9.pdf)>.

RODRIGUES, Viviane. Migrantes haitianos no Brasil: mitos e contradições. In: *XXIX Congreso Latinoamericano de Sociologia*. Santiago, 2013. Disponível em: <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT9/GT9\\_MozineRodriguezV.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT9/GT9_MozineRodriguezV.pdf)>.

SAAD, Emmanuelle. Abdelmalek Sayad and the double absence: toward a total sociology of immigration. *French Politics: Culture & Society*, v. 18, n° 1, Spring, 2000. Disponível em: <<http://esaada.files.wordpress.com/2009/03/pdf-sayad.pdf>>.

SAFFIOTI, Heleieth, Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, vol. 16, p.115-136, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>.

SAMPAIO, Cyntia. Programa brasileiro de reassentamento solidário: evolução e reflexões para seu fortalecimento. In: *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*. v. 5, n° 5, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH, 2010.

SANCHES, Mariana. Prefeitura de São Paulo inclui estrangeiros no Programa Bolsa Família. *O Globo*. Rio de Janeiro, 4 dez. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/prefeitura-de-sao-paulo-inclui-estrangeiros-no-programa-bolsa-familia-14733605>>.

SANTANA, Carmen. ; LOTUFO NETO, Francisco. Psicodinâmica e cultura: a implantação de um programa de saúde mental para refugiados em São Paulo. In: DEBIAGGI, Sylvia; PAIVA, Geraldo. (Orgs.). *Psicologia, e/imigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SANTINHO, Maria. *Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: contornos políticos no campo da saúde*. Tese. (Doutorado) - Departamento de Antropologia, Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

SANTOS, Lívia dos. *Educação e o inconsciente sócio-histórico: uma análise da função da escolarização na construção de sentidos e significados do desemprego*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2010.

SARRIERA, Jorge; PIZZINATO, Adolfo; MENESES, María Piedad. Aspectos psicossociais da imigração familiar na Grande Porto Alegre. *Estudos de Psicologia (Natal)*. Natal, v. 10, n° 1, p. 5-13, abr. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2005000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000100002)>.

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália. (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, p. 39-52, 2007.

SAWAIA, Bader. A crítica ético-epistemológica da Psicologia Social pela questão do sujeito. *Psicologia & Sociedade*, v. 10, n° 2, p. 117-132, jul/dez, 1998.

SAWAIA, Bader. A emoção como locus de produção do conhecimento: uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa. In: *III Conferência de pesquisa sócio-cultural*. Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/br2000/indit.htm>>.

SAWAIA, Bader. Cultura e subjetividade: os sentidos da saúde. O sentido ético-político da saúde na era do triunfo da tecnobiologia e do relativismo. In: GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Mara. (Orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 83-94, 2003.

SAWAIA, Bader. Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico. In: SOUZA, Lídio de; TRINDADE, Zeidi. (Orgs.). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader et al (Orgs.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006a.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader et al. (Orgs.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2006b.

SAWAIA, Bader. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigo e oportunidades. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália. (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, p. 39-52, 2007.

SAWAIA, Bader. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia e Sociedade*. Florianópolis, v. 21, nº 3, 2009.

SAWAIA, Bader. Transformação social: um objeto pertinente à transformação social. *Psicologia e Sociedade*, v. 26, nº extra 2, p. 4-17, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da identidade*. Tradução de Cristina Muracheo. São Paulo: EDUSP, 1998.

SECOM (Secretaria Executiva de Comunicação). Começa a funcionar o primeiro Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes da Prefeitura de São Paulo. *Portal da Prefeitura da Cidade de São Paulo*. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/migrantes/noticias/?p=177931](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/noticias/?p=177931)>.

SEQUEIRA, Vânia; STELLA, Claudia. Família e violência: resquícios da cultura patriarcal. *Emancipação*. Ponta Grossa, v. 12, nº 1, p. 71-86, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>.

SILVA, Carlos. O conflito armado na Colômbia: guerrilhas, drogas e influências exteriores (1964-2004). *XXIV Simpósio Nacional de História*. Associação Nacional de História, São Leopoldo, 2007.

SILVA, Cesar da; RODRIGUES, Viviane. Regimes internacionais de direitos humanos dos refugiados no território brasileiro. In: SILVA, Cesar da. (Org.). *Direitos Humanos e refugiados*. Dourados: Editora UFGD, 2012.

SOARES, Carina. *O direito internacional dos refugiados e o ordenamento jurídico brasileiro: análise da efetividade da proteção nacional*, Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Alagoas, 2012.

SOUZA, Fabrício de. O caso Battisti e o caso dos refugiados congolezes: a justiça em termos de luta. *Lugar Comum*, nº 30, p. 85-94, 2010.

SOUZA, Fabrício de. Fuga como resistência: a pobreza criando excedentes. *Lugar Comum*, nº 38, p. 103-111, 2012. Disponível em: <[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/110410120852Fuga%20como%20resist%C3%A2ncia%20-%20a%20pobreza%20criando%20excedentes%20-%20Fabr%C3%ADcio%20Toledo%20de%20Souza.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110410120852Fuga%20como%20resist%C3%A2ncia%20-%20a%20pobreza%20criando%20excedentes%20-%20Fabr%C3%ADcio%20Toledo%20de%20Souza.pdf)>.

SOUZA, Fabrício de. O êxodo dos refugiados e o direito a resistir. *Revista Direito e Praxis*, v. 5, nº 9, p.101-117, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/viewFile/12931/10642>>.

SPANDREL, Márcia; MILESI, Rosita. O acolhimento a refugiados no Brasil: histórico, dados e reflexos. In: MILESI, Rosita. (Org.). *Refugiados: realidades e perspectivas*. Brasília: CSEM/IMDH; Edições Loyola, 2003.

SYLLA, Ali. La politique linguistique de la Guinée de 1966 a 1984. *Mots: les languages du politiques*. nº 52, p. 144-151, set. 1997.

TOASSA, Gisele. *Emoções e vivências em Vigotski: investigações para uma perspectiva histórico-cultural*, Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2009.

UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). *Note sur les titres de voyage pour les réfugiés*, 1987. Disponível em: <<http://www.unhcr.fr/4b30a57e1d.html>>.

UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). Asylum applications and refugee status determination. *UNHCR Populations Statistics*, 2013. Disponível em: <[http://popstats.unhcr.org/PSQ\\_RSD.aspx](http://popstats.unhcr.org/PSQ_RSD.aspx)>.

UNICEF (United Nations Children's Fund). *Female genital mutilation/cutting: a statistical overview and exploration of dynamics of change*. UNICEF. Nova York, jul. 2013. Disponível em: <[http://www.childinfo.org/files/FGCM\\_Lo\\_res.pdf](http://www.childinfo.org/files/FGCM_Lo_res.pdf)>.

VAINER, Carlos. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. *Travessia: Revista do Migrante*. Ano IX, nº 25, São Paulo: CEM, p. 5-9, mai/ago 1996.

VAINER, Carlos. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: PÓVOA NETO, Hélio; FERREIRA, Ademir. (Orgs). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

VALLUY, Jérôme. La fiction juridique de l'asile. *Plein Droit*. GISTI, nº 63, p. 17-22, 2004.

VALLUY, Jérôme. Droit d'asile, rejet des exilés: le retournement de la politique du droit d'asile contre les exilés. *Sociologie politique de l'accueil e des rejets des exilés*. Tome II. Thèse (Habilitation à diriger des recherches) - Université Robert Schuman – Strasbourg, 2008a. Disponível em: < <http://barthes.ens.fr/TERRA/article794.html>>.

VALLUY, Jérôme. Du retournement de l'asile (1948-2008) à la xénophobie de gouvernement: construction d'un objet d'étude. *Culture et conflits*, v. 69, p. 81-111, 2008b.

VÉRAS, Maura. *DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*. São Paulo: EDUC, 2003.

VIGOTSKI, Lev. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche, 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, Lev. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

VIGOTSKI, Lev. A linguagem e o pensamento da criança na teoria de Piaget. In: VIGOTSKI, Lev. *A construção do pensamento e da linguagem*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

VIGOTSKI, Lev. *Teoria e método em psicologia*. Tradução de Cláudia Berliner. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

VIGOTSKI, Lev. *Psicologia pedagógica*. Tradução de Paulo Bezerra, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

VYGOTSKY, Lev. The problem of the environment. In: VAN DER VEER, René; VALSINER, Jaan. (Eds.). *The Vygotsky reader*. Oxford, UK: Blackwell, p. 338-354, 1994.

VYGOTSKY, Lev; LURIA, Alexander. *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.



VYGOTSKY, Lev. El problema de la edad. In: VYGOTSKY, Lev. *Obras escogidas*. Tomo IV - Problemas de la psicología infantil. Tradução de José María Bravo. 2ª ed. Madrid: Machado Libros, 2006a.

VYGOTSKY, Lev. El primero año. In: VYGOTSKY, Lev. *Obras escogidas*. Tomo IV - Problemas de la psicología infantil. Tradução de José María Bravo. 2ª ed. Madrid: Machado Libros, 2006b.

VYGOTSKY, Lev. La crisis de los siete años. In: VYGOTSKY, Lev. *Obras escogidas*. Tomo IV - Problemas de la psicología infantil. Tradução de José María Bravo. 2ª ed. Madrid: Machado Libros, 2006c.

WANDERLEY, Mariângela. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader. (Orgs.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ZAIA, Marcia Cristina. Imigrantes muçulmanas. Um estudo a partir da psicologia intercultural. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, ano XV, nº 28, 2007.

ZOZZOLI, Cécile. *A criança migrante no contexto escolar: uma análise centrada na afetividade*, Dissertação (Mestrado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

**APÊNDICE AA – Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido: versão em português**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa que tem como título *A vivência do refúgio de mulheres migrantes: uma análise dos afetos*. Esse estudo faz parte de um projeto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (Brasil) e está sendo conduzido pela psicóloga e pesquisadora Cécile Diniz Zozzoli, sob orientação da professora doutora Bader Burihan Sawaia. Durante o ano de 2011/2012, a pesquisadora esteve vinculada à École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris, sob a supervisão do professor doutor Serge Paugam.

Recebi da pesquisadora Cécile Diniz Zozzoli os seguintes esclarecimentos que me permitiram compreender sem dificuldade e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- a) Que o objetivo do estudo é estritamente acadêmico. Em linhas gerais, resume-se a compreender como as mulheres que solicitam refúgio vivenciam essa situação nos contextos de São Paulo (Brasil) e de Paris (França), ou seja, como elas se sentem, o que elas pensam e como elas se relacionam com as outras pessoas, com os serviços públicos e com o próprio espaço nas duas cidades;
- b) Que a pesquisa será feita da seguinte maneira: haverá um ou mais encontros individuais da pesquisadora com mulheres que solicitaram refúgio nas duas cidades e que estão em momentos diferentes desse processo. Durante os encontros serão realizadas entrevistas que serão registradas por um gravador de áudio e uma atividade de desenho.
- c) Que o nome das participantes da pesquisa, bem como os das pessoas citadas nas entrevistas, não serão usados (ou revelados) em nenhum momento, durante ou depois da pesquisa. As demais informações coletadas não permitirão a identificação das mulheres entrevistadas e de nenhuma outra pessoa e sua divulgação ficará restrita ao âmbito técnico e científico;
- d) Que será permitido que as mulheres convidadas desistam de participar da pesquisa, em qualquer momento, bem como será possível a retirada dessa autorização, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
- e) Que os benefícios que se deverá esperar, com a minha participação, é favorecer o conhecimento sobre a maneira como a mulher refugiada vivencia a migração na sociedade de acolhida e sobre a importância da valorização das categorias de gênero (mulher) e de afeto (emoções) nas políticas públicas voltadas para ela.
- f) Que sempre que eu desejar serão dados esclarecimentos sobre a pesquisa.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado, dou meu consentimento sem qualquer constrangimento ou imposição.

São Paulo,

---

Assinatura da participante da pesquisa

---

Assinatura da pesquisadora

**APÊNDICE AB – Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido: versão em francês**

**CONSENTEMENT INDIVIDUEL LIBRE ET ÉCLAIRÉ**

Je déclare, au moyen de ce document, que j'ai accepté de participer de la recherche intitulée *L'expérience de l'asile des femmes immigrées: une analyse des affects*. Cette étude fait partie d'un projet de la Pontificia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (Brésil) et est effectuée par la psychologue et chercheuse Cécile ZOZZOLI, sous la direction de la professeure Bader Burihan SAWAIA. Pendant l'année universitaire 2011/2012, Cécile ZOZZOLI fait un stage à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris, sous la supervision du Professeur Serge PAUGAM.

Cécile ZOZZOLI m'a fourni des explications qui m'ont permis de comprendre sans difficultés et sans doutes les aspects suivants:

- a) Que l'objectif de cette étude est strictement académique. Globalement, son objectif est de comprendre comment les femmes qui demandent l'asile vivent cette situation dans les contextes des villes de São Paulo (Brésil) et de Paris (France), autrement dit, ce qu'elles ressentent, ce qu'elles pensent et comment sont leurs rapports avec les autres personnes, avec les services publics et avec l'espace même de ces deux villes;
- b) Que la recherche sera menée de la façon suivante: il y aura un ou plusieurs entretiens entre la chercheuse et des femmes qui ont sollicité l'asile dans les deux villes citées et qui sont dans différents moments de ce processus. Lors de ces contacts, des interviews seront faits et enregistrés par un enregistreur numérique audio et il y aura une activité de dessin ;
- c) Que le nom des participantes de la recherche, aussi bien que ceux des personnes citées au moment des interviews, ne seront utilisés en aucune circonstance, pendant ou après la recherche. Les informations recueillies et effectivement utilisées dans la recherche ne permettront pas l'identification des femmes interviewées ni d'autres personnes mentionnées.
- d) Que je suis libre de refuser de participer et je peux à tout moment mettre fin à ma participation sans pour autant être pénalisée ou perdre un quelconque avantage auquel j'aurais normalement eu droit;
- e) Que les bénéfices de cette recherche seront rapportés par les connaissances acquises sur la manière dont les femmes réfugiées vivent et ressentent la migration dans la société d'accueil et sur l'importance de la valeur attribuée au genre (le fait d'être femme) et aux affects (émotions) dans les politiques publiques qui leur sont destinées ;
- f) Que je pourrai accéder, sur demande, aux données me concernant et à des informations sur la recherche d'un point de vue général.

Enfin, ayant compris tout ce qui m'a été informé, je signe ce document de consentement, sans aucune contrainte ou imposition.

Paris,

---

La participante de la recherche

---

La chercheuse

## APÊNDICE B - Identificação das mulheres entrevistadas e selecionadas para a análise

*Tabela 3: Identificação das mulheres entrevistadas e selecionadas para a análise*

Local do refúgio	Nome	Idade*	Origem	Status	Situação Familiar**	Motivo do refúgio	Escolaridade / ocupação***	Língua	Cor/Raça	Religião
Brasil	Cássia	31 anos em 2013	Angola	solicitante	sozinha, grávida	marido perseguido por opinião política	ensino fundamental, costureira	português e nativas	Negra	protestante pentecostal
	Dalila	28 anos em 2013	Angola	solicitante	com marido e 3 filhas	opinião política	primário incompleto, comerciante	português e nativas	Negra	católica
	Talita	31 anos em 2013	RDC	solicitante	sozinha	guerra / opinião política	ensino médio	lingala, francês e português**	Negra	protestante
	Amália	38 anos em 2013	RDC	solicitante	sozinha	guerra (sofreu violência sexual)	superior, enfermeira	lingala e francês	Negra	protestante
	Olga	31 anos em 2013	RDC	solicitante	com marido e 2 filhas	guerra	superior, secretariado	lingala e francês	Negra	católica
	Priscila	27 anos em 2013	RDC	refugiada	com 3 filhos	não revelou	costureira	lingala e francês	Negra	católica
	Gabriela	54 anos em 2013	Colômbia	refugiada	com marido e 3 filhas	conflito armado	superior incompleto	espanhol e português**	branca	protestante
	Láís	15 anos em 2013	Colômbia	refugiada	com pais e 2 irmãs	conflito armado	ensino médio incompleto	espanhol e português**	branca	não tem
	Rosana	Não informada	Colômbia	refugiada	com marido, filha, irmã e 2 sobrinhos	conflito armado	administração turística e hoteleira, empresária	espanhol e português**	Negra	católica***, protestante
França	Melina	27 anos em 2012	Colômbia	reexame	com marido e 2 filhos	conflito armado	secretária escolar	espanhol, francês e português**	Negra	evangélica
	Ísis	32 anos em 2012	RDC	solicitante - recurso	sozinha, grávida	casamento forçado	superior, turismo	nativas e francês	Negra	católica
	Camila	27 anos em 2012	RDC	solicitante - recurso	sozinha, grávida	guerra – marido perseguido (sofreu violência sexual)	estudou até os 18 anos, comerciante	lingala e francês	Negra	católica***, protestante

Jacira	32 anos em 2012	RDC	solicitante - recurso	sozinha, engravidou depois	guerra – marido perseguido (sofreu violência sexual)	ensino primário incompleto, comerciante	lingala e francês	Negra	protestante evangélica
Betânia	20 anos em 2012	RDC	solicitante	sozinha, engravidou depois	guerra – família perseguida	cabelereira	lingala e francês	Negra	protestante
Bruna	32 anos em 2012	RDC	solicitante - recurso	sozinha	marido perseguido por opinião político-religiosa	trabalhadora rural	nativa e francês**	Negra	católica
Jamile	29 anos em 2012	Guiné Conacri	reexame	sozinha	casamento forçado	superior, enfermeira	peul e francês	Negra	muçulmana
Carolina	27 anos em 2012	Guiné Conacri	refugiada	sozinha	casamento forçado	não foi alfabetizada, afazeres domésticos	peul e francês**	Negra	muçulmana
Viviana	31 anos em 2012	Guiné Conacri	refugiada	sozinha	opinião política (sofreu violência sexual)	ensino médio, comerciante	peul e francês	Negra	muçulmana
Janaína	27 anos em 2012	Mauritânia / Senegal	refugiada	sozinha	guerra política, étnico-racial e violência sexual	atividades domésticas - casas de família	nativa e francês**	Negra	muçulmana
Isabela	39 anos em 2012	Mauritânia	refugiada	sozinha	casamento forçado	secretária em banco	hassanya, peul e francês	Negra	muçulmana

\* na data da entrevista

\*\* no refúgio

\*\*\* no país de origem

## **APÊNDICE C - Roteiro para entrevista**

### **ROTEIRO PARA ENTREVISTA:**

Pensar na ordem da abordagem dos eixos. A ordem será de acordo com o que a entrevistada se sentir mais à vontade. Talvez uma opção seja começar pelo presente ou pelas características mais gerais de seu país de origem (pedir para ela falar sobre como é no país, sem que seja preciso que ela fale necessariamente dela).

Algumas perguntas são bastante interligadas e são outros vieses da mesma questão geral. Algumas são formas diferentes de abordar a mesma questão. Nem todas serão obrigatoriamente citadas, mesmo porque a entrevista acontecerá de maneira natural.

#### **EIXO 1 - Dados de Identificação:**

Perguntar sobre dados de identificação mais gerais. Tomar cuidado para já não começar pedindo detalhes muito pessoais, que as constriam a falar de assuntos delicados. Talvez esses dados sejam fornecidos de maneira indireta no decorrer da entrevista.

- Nome, idade, estado civil, se tem filhos, se seguiu os estudos e até quando, se tinha ou tem algum trabalho e/ou profissão, se segue alguma religião.

#### **EIXO 2 - Breve Biografia:**

Esse eixo talvez seja abordado de maneira indireta na entrevista, sendo trazido pela própria mulher entrevistada. Procurar saber de modo geral:

- De maneira geral, como é o seu país de origem?
- Como era a vida no país de origem?
  - O que fazia?
  - Estudou? Trabalhava?
  - Como era a relação com a família?
  - É ou foi casada? Teve filhos?
  - Tinha alguma atuação política?

**EIXO 3 - A história do Refúgio: principais questões:**

- Qual era a situação de perigo que a ameaçava e a fez fugir?
  - Por quanto tempo permaneceu ameaçada?
  - Há mais pessoas na mesma situação que ela?
- Como soube que era possível pedir asilo a outro país?
  - Como surgiu a ideia?
  - Como foi a “escolha” pelo país de destino? Por que veio para esse país?
- Como foi o processo de saída do país de origem?
  - Saiu sozinha ou acompanhada?
  - Alguém ajudou?
  - Quais foram as principais dificuldades?
  - Como foi o percurso?
- Como foi a chegada ao país de destino?
  - Há quanto tempo está na cidade atual? Veio direto para ela ou passou por outros lugares antes?
    - Como foram os primeiros dias?
    - Para onde foi assim que chegou?
    - Falava a língua do país de destino?
    - Como foram as primeiras providências burocráticas para a solicitação de refúgio?
      - A que serviços e auxílios públicos ela teve direito?
      - Que relações fez quando chegou? Quem conheceu ou fez contato?
      - Como chegou à associação?
  - Qual é o percurso da sua solicitação de refúgio? Em que momento se encontra agora?
    - Quantos pedidos fez? Que provas entregou? Como foi a convocação? Em que língua foi a convocação? Como foi tratada pelas pessoas envolvidas? Quais foram as principais dificuldades desse processo de solicitação de refúgio? O que acha do tempo de espera? Como foi esperar durante esse tempo?

- O que mais a impactou?
  - Quais eram suas expectativas? O que foi diferente? O que correspondeu?
  - Sofreu preconceitos ou passou por experiências de discriminação?
  - O que acha que contribuiu para isso? O que pesa mais?
  - Acha que há diferença entre a vivência como migrante e aquela como refugiada, entre ser homem e ser mulher nessa condição, entre ser branca e negra?

#### **EIXO 4 - O presente no país de acolhida:**

- Como tem sido o seu dia-a-dia no país/cidade de destino?
  - Que lugares costuma frequentar?
  - Como é sua relação com as pessoas do país de destino? Com quem tem contato?
  - Como é a relação com os locais? Como é a relação com os outros migrantes? Como é a relação com os outros refugiados? Tem contato com pessoas de seu país de origem? Há alguma espécie de rede, de grupo do qual participa?
  - Como é sua relação com o trabalho?
- O que pensa do país/cidade de destino?
  - O que pensa do tratamento do país/cidade de destino em relação aos migrantes, e mais especificamente, aos refugiados?
- O que pensa sobre o país/cidade de origem?
- Que diferenças e semelhanças percebe entre o país/cidade de destino e o país/cidade de origem?
  - Há diferenças com relação ao papel da mulher entre o país/cidade de origem e o país/cidade de destino? Que impacto isso trouxe em sua vida?
- Sente falta de algo do país/cidade de origem? Do quê?
- Tem contato com as pessoas (familiares e amigos) de seu país de origem? O que acha que elas pensam sobre o refúgio? Algo mudou na relação com eles?
- Quais são as dificuldades ainda encontradas?
- Quais são suas principais conquistas?
- O que mudou com o refúgio?
  - O que mudou desde que chegou até o momento atual?



- O que mudou desde que conseguiu o status (se for o caso)? O acesso aos serviços e auxílios públicos mudou? Sua relação com a cidade e com as pessoas mudou?

- O que o refúgio significa?

#### **EIXO 5 - Os planos para o futuro:**

- O que pensa para o futuro?
  - Pensa em ficar no país/cidade de destino ou se mudar para outro lugar? Espera um dia voltar?
  - Que projetos tem para sua vida?

#### **EIXO 6 – Agradecimentos e conclusão**

- Reforçar condições anteriormente explicadas (garantia de privacidade, compromisso de retorno);
- Pedir para ela escolher um pseudônimo para si mesma;
- Agradecer e reconhecer importância da participação;
- Perguntar se tem alguém para indicar para participar da pesquisa.